



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1615

Sexta-feira - 14 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Joaçaba.....	224	Vitor Meireles.....	548
Alto Bela Vista.....	9	Lages.....	230	Xavantina.....	548
Anchieta.....	12	Lauro Muller.....	231	Xaxim.....	567
Antônio Carlos.....	12	Lebon Regis.....	232		
Barra Velha.....	13	Leoberto Leal.....	234	<b>Associações</b>	
Benedito Novo.....	14	Lindóia do Sul.....	236	FECAM.....	569
Biguaçu.....	16	Luzerna.....	240		
Blumenau.....	22	Macieira.....	249	<b>Consórcios</b>	
Bom Jesus do Oeste.....	38	Mafra.....	249	CIS-AMAVI.....	569
Braço do Trombudo.....	41	Maracajá.....	252		
Brusque.....	62	Marema.....	253		
Caçador.....	66	Massaranduba.....	256		
Camboriú.....	76	Modelo.....	264		
Campo Alegre.....	77	Navegantes.....	264		
Campos Novos.....	106	Nova Trento.....	265		
Canelinha.....	111	Orleans.....	269		
Capinzal.....	112	Paial.....	273		
Catanduvas.....	112	Palhoça.....	273		
Caxambu do Sul.....	117	Papanduva.....	276		
Chapadão do Lageado.....	117	Passos Maia.....	277		
Cocal do Sul.....	119	Peritiba.....	315		
Concórdia.....	122	Pinheiro Preto.....	316		
Cordilheira Alta.....	141	Pomerode.....	317		
Coronel Freitas.....	142	Ponte Serrada.....	335		
Coronel Martins.....	143	Porto Belo.....	335		
Correia Pinto.....	144	Porto União.....	337		
Corupá.....	158	Pouso Redondo.....	350		
Curitibanos.....	178	Rio do Sul.....	351		
Dionísio Cerqueira.....	179	Salto Veloso.....	352		
Doutor Pedrinho.....	180	Santa Rosa do Sul.....	381		
Forquilha.....	181	Santiago do Sul.....	381		
Fraiburgo.....	181	São Bento do Sul.....	382		
Galvão.....	184	São Carlos.....	387		
Garopaba.....	187	São Joaquim.....	388		
Gaspar.....	190	São José.....	401		
Governador Celso Ramos.....	191	São José do Cedro.....	411		
Guaramirim.....	192	São Lourenço do Oeste.....	474		
Guarujá do Sul.....	194	São Miguel do Oeste.....	477		
Herval d'Oeste.....	195	São Pedro de Alcântara.....	478		
Ibiam.....	199	Schroeder.....	483		
Ilhota.....	200	Serra Alta.....	493		
Imbituba.....	200	Sombrio.....	493		
Indaial.....	204	Timbé do Sul.....	494		
Ipumirim.....	205	Timbó.....	495		
Irineópolis.....	206	Três Barras.....	533		
Itapiranga.....	212	Treze Tílias.....	534		
Itapoá.....	214	Tunápolis.....	534		
Ituporanga.....	222	Vidal Ramos.....	535		
Jacinto Machado.....	223	Videira.....	538		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 14 DE NOVEMBRO

### Parabéns, São Martinho, por seus 52 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Água Doce

## PREFEITURA

### BALANCETE FINANCEIRO FMS OUTUBRO 2014

#### ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	161.363,92	Despesa Orçamentária	459.511,45
RECEITA TRIBUTÁRIA	653,64	Despesas exceto Intra-orçamentárias	458.165,24
RECEITA PATRIMONIAL	11.728,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.075,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	138.982,01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	157.113,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00	INVESTIMENTOS	82.976,60
		Despesas Intra-orçamentárias	1.346,21
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.346,21
Receita Extra - Orçamentária	747.026,45	Despesa Extra - Orçamentária	620.741,90
DEPÓSITOS	37.098,87	DEPÓSITOS	35.826,86
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.098,87	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.826,86
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	37.098,87	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	35.826,86
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	469.713,38	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	584.915,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	469.713,38	OBRIGAÇÕES A PAGAR	584.915,04
FORNECEDORES	251.598,37	FORNECEDORES	394.892,28
PESSOAL A PAGAR	180.363,60	PESSOAL A PAGAR	153.065,88
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	37.711,41	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	36.254,01
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	40,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	702,87
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	240.214,20		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	240.214,20		
REPASSE RECEBIDO	240.214,20		
Saldos anteriores	1.443.313,86	Saldos atuais	1.271.450,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.111.857,49	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	778.759,75
BANCO C/ MOVIMENTO	331.456,37	BANCO C/ MOVIMENTO	492.691,13
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.351.704,23	Total	2.351.704,23

AGUA DOCE , 11/11/2014

 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO FMAS OUTUBRO 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	10.166,30	Despesa Orçamentária	50.991,24
RECEITA PATRIMONIAL	2.915,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	50.991,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.251,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.091,95
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.025,29
		INVESTIMENTOS	28.874,00
Receita Extra - Orçamentária	62.638,79	Despesa Extra - Orçamentária	64.185,80
DEPÓSITOS	1.647,55	DEPÓSITOS	1.733,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.647,55	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.733,25
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.647,55	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.733,25
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	50.991,24	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	62.452,55
OBRIGAÇÕES A PAGAR	50.991,24	OBRIGAÇÕES A PAGAR	62.452,55
FORNECEDORES	43.899,29	FORNECEDORES	55.204,78
PESSOAL A PAGAR	5.755,53	PESSOAL A PAGAR	5.755,53
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.336,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.336,42
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.000,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO	10.000,00		
Saldos anteriores	171.223,64	Saldos atuais	128.851,69
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	157.444,06	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	112.534,99
BANCO C/ MOVIMENTO	13.779,58	BANCO C/ MOVIMENTO	16.316,70
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	244.028,73	Total	244.028,73

AGUA DOCE , 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



**BALANCETE FINANCEIRO SIMA OUTUBRO 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	35.871,56	Despesa Orçamentária	16.713,85
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.059,80	Despesas exceto Intra-orçamentárias	16.713,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.547,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.713,85
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.264,11		
Receita Extra - Orçamentária	16.801,11	Despesa Extra - Orçamentária	16.920,31
DEPÓSITOS	87,26	DEPÓSITOS	87,26
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	87,26	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	87,26
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	87,26	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	87,26
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	16.713,85	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	16.833,05
OBRIGAÇÕES A PAGAR	16.713,85	OBRIGAÇÕES A PAGAR	16.833,05
FORNECEDORES	15.641,62	FORNECEDORES	15.760,82
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.072,23	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.072,23
Saldos anteriores	1.708.324,12	Saldos atuais	1.727.362,63
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	38.324,12	BANCO C/ MOVIMENTO	57.362,63
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.760.996,79	Total	1.760.996,79

AGUA DOCE , 11/11/2014

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMAS 5º BIMESTRE****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2014	Bimestre Set/Out/2014	Total até Out/2014
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	3.867,32	2.915,18	6.782,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	100.972,42	7.251,12	108.223,54
TOTAL DA RECEITA :	112.241,00	104.839,74	10.166,30	115.006,04
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	212.241,00	95.814,98	74.239,96	170.054,94
Total da Entidade:	212.241,00	95.814,98	74.239,96	170.054,94
TOTAL DA DESPESA :	212.241,00	95.814,98	74.239,96	170.054,94

AGUA DOCE , 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMS 5º BIMESTRE****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2014	Bimestre Set/Out/2014	Total até Out/2014
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	34.180,67	748,94	34.929,61
RECEITA PATRIMONIAL	3.136,00	45.775,52	15.007,74	60.783,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.653.928,00	984.712,32	251.730,53	1.236.442,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	135,20	0,00	135,20
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	556.400,00	40.000,00	254.800,00	294.800,00
TOTAL DA RECEITA :	2.272.223,00	1.104.803,71	522.287,21	1.627.090,92
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.797.002,43	3.360.922,87	792.277,52	4.153.200,39
Total da Entidade:	4.797.002,43	3.360.922,87	792.277,52	4.153.200,39
TOTAL DA DESPESA :	4.797.002,43	3.360.922,87	792.277,52	4.153.200,39

AGUA DOCE , 11/11/2014

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMA 5º BIMESTRE****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2014	Bimestre Set/Out/2014	Total até Out/2014
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.252,39	72.343,99	29.869,20	102.213,19
RECEITA PATRIMONIAL	80.336,90	101.743,30	0,00	101.743,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.556,71	35.188,47	6.695,43	41.883,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	71.843,31	24.270,54	96.113,85
TOTAL DA RECEITA :	361.626,00	281.119,07	60.835,17	341.954,24
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	361.626,00	133.569,82	19.336,21	152.906,03
Total da Entidade:	361.626,00	133.569,82	19.336,21	152.906,03
TOTAL DA DESPESA :	361.626,00	133.569,82	19.336,21	152.906,03

AGUA DOCE , 11/11/2014

---

ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA

---

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1907 DE 02 DE OUTUBRO DE 2014 SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 88.738,35 (Oitenta e oito mil, setecentos e trinta e oito reais, trinta e cinco centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.001	Cump. Das Obrigações Contrib. E Tributárias - PASEP
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344	Aplicações Diretas
	R\$ 7.500,00
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0013	Ações de Promoção da Pecuária
20.608.0013.1.008	Estruturação de Assistência Médico-Veterinário
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.1.0344	Aplicações Diretas
	R\$ 12.180,00
04.02	Fundo Mun. De Desenv. Da Agropec - FUNDEA-GRO
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.022	Atividades e Serviços de Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344	Aplicações Diretas
	R\$ 25.500,00

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. De Assistência Social – FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.600,00
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.043	Manutenção de Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URBANISMO E HABITAÇÃO
07.03	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.691	Promoção Comercial
23.691.0030	Geração de Renda e Empregos
23.691.0030.2.051	Incentivo ao Comércio e Serviços
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.392,00
07.04	Sistema Municipal de Saneamento Básico
17	SANEAMENTO
17.511	Saneamento Básico Rural
17.511.0031	Ações de Saneamento Básico Rural
17.511.0031.2.052	Atividades de Saneamento Básico Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.0.1.0000	Transferências a Consórcios Públicos
	R\$ 3.950,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.075	Atividades da Educação Infantil - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos sociais
3.1.90.00.0.1.0111	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
09.03	Ensino Fundamental

12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0105	Aplicações Diretas
	R\$ 5.016,35
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 2.600,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENV. ECONÔMICO
10.01	Ações e Atividades de Cultura
13	CULTURA
13.392	Difusão Cultural
13.392.0050	Resgate, Preservação e Difusão da Cultura
13.392.0050.2.091	Concessão Subvenções à Entidades Culturais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.0.1.0000	Transferências a Instituições Priv
	R\$ 4.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

- a) "0.1.000" - Recursos Ordinários  
R\$ 15.942,00 (Quinze mil, novecentos e quarenta e dois reais);  
b) "0.1.0111" - Recursos vinc. ao FUNDEB  
R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);  
c) "0.1.0105" - Recursos Vinc. - Salário Educação  
R\$ 5.016,35 (Cinco mil, dezesseis Reais, trinta e cinco centavos);  
d) "0.1.0106" - Recursos Vinc. - Educação Básica  
R\$ 2.600,00 (Dois mil, seiscentos reais); e  
e) "0.1.0344" - Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais  
R\$ 45.180,00 (Quarenta e cinco mil, cento e oitenta reais).

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) nas seguintes ações orçamentárias:

04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.1.007	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0356	Aplicações Diretas
	R\$ 37.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.085	Manutenção de Veículos do Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0353	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
10.00	GERÊNCIA DE CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
10.02	Esporte e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer de Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 28.000,00

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nas vinculações abaixo:

- a) "0348" - Recursos Ordinários - Exercícios anteriores  
R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais);  
b) "0353" - Recursos Vinc. - Educação Básica  
R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais); e,  
c) "0356" - Superávit - Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais  
R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

Art. 5º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços médicos, hospitalares e de diagnósticos.
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
10.301.0034.2.060	Serviços médicos, hospitalares e de diagnósticos.
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0310	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica

3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0306	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00

Art. 6º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:

- a) 0.1.0306 - R\$ 1.000,00 (Um mil reais);  
b) 0.1.0310 - R\$ 8.000,00 (vinte mil reais); e,  
c) 0.1.0301 - R\$ 8.000,00 (vinte mil reais).

Art. 7º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.265,00 (Sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.1.026	Mobiliário e Equipamentos Médico-Ambulatoriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0410	Aplicações Diretas
	R\$ 7.265,00

Art. 8º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nas vinculações abaixo:

- a) 0410 - R\$ 7.265,00 (Sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,  
em 02 de Outubro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

## DECRETO Nº 1920 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO DE ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

### DECRETA:

Artigo 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal TANIA CATARINA NILSON do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA - SUPERIOR, Cargo de Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a pedido da servidora sob protocolo n.268/2014 na data de 07/11/2014.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 1.824 de 10 de março de 2014 e as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista/SC, 12 de novembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**Anchieta****PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 050\_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 050/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar até final de 2014, utilizados pelas escolas municipais do Ensino Fundamental, Infantil e Creche, Pago com recursos do PNAE. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 27/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 14 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

**EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 051\_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 051/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de uma Bomba Injetora nova para maquina Retro Escavadeira JCB 3C da secretaria de agricultura, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 27/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 14 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE ERRATA LICITAÇÃO Nº 98/2014**

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a errata, comunicando que, no aviso de licitação nº. 098/2014; modalidade Pregão Presencial nº. 062/2014, publicado no DOM no dia 13/11/2014, edição nº 1614:

Onde se lê:

Tipo: Menor Preço por Lote

Leia-se:

Tipo: Menor Preço Global

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2014.

Presidente da Comissão de Licitação



# Barra Velha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 997/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO nº 997 de 10 de novembro de 2014

Regulamenta o trânsito de Caminhões em todo o Município de Barra Velha e dá outras providências:

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, na conformidade com o Artigo 24 da Lei 9503, de 27 de Setembro de 1997, (Código de Trânsito Brasileiro) e o Artigo VII e XXVII da Lei Orgânica do Município de Barra Velha.

Considerando a obrigatoriedade em disciplinar o trânsito de veículos nos limites do Município, conforme previsão contida no Código Brasileiro de Trânsito;

Considerando ainda o grande tráfego de caminhões de grande porte naquela via, que não é pavimentada, fazendo com que os moradores sejam gravemente afetados pela excessiva quantidade de poeira, causando aos moradores inclusive problemas de saúde, inclusive com sérios danos à Escola Municipal e Posto de Saúde localizados naquela via;

Considerando que várias iniciativas foram tomadas no sentido de que os proprietários tomassem providências no sentido de amenizar a situação, sem que tenham prestado qualquer colaboração neste sentido;

Considerando, ainda, os graves problemas causados à via, especialmente no trecho que margeia o Rio Itapocú, que devido ao peso excessivo de ditos caminhões, tem ocasionado o desbarrancamento da via, obrigando o Município a efetuar enorme investimento no sentido de amenizar a situação,

#### RESOLVE:

Art. 1º - O Trânsito de Caminhões, nas vias públicas do Município de Barra Velha, obedecerá às seguintes orientações:

I - Fica proibido o trânsito de Caminhões de grande porte, especialmente Duplo Direcional Trucado (tipo Carreta), mesmo que descarregadas, nas seguintes vias:

a) - Estrada Geral do Escalvado (Rua 1884), desde a Rod. BR 101, sentido Porto do Itaperiú, até encontrar com a Rua Valdir Rosa, nos limites com o Município de São João do Itaperiú;

II - Fica proibido o Trânsito de Caminhões acima de 25 toneladas nas vias centrais do Município;

III - Fica proibido o estacionamento de caminhões, bi-caminhão e ônibus na área urbana do Município nas vias com menos de 10(dez) metros de largura, exceto em locais para estes destinados;

IV - Fica proibido o estacionamento de ônibus e caminhões em vias públicas na área urbana do Município de Barra Velha, permitindo-se somente o tempo necessário para embarque e desembarque de passageiros, ao que não deve ultrapassar 30(trinta minutos) e carga e descarga respeitando o horário entre 22h e 09h.

§ único - Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo: os veículos a serviço do poder público, bem como aqueles destinados

à manutenção dos serviços de água e esgoto, energia elétrica, conservação de vias, manutenção de obras públicas e limpeza pública, bem como aos veículos comprovadamente de propriedade de moradores daquela via.

Art.02 - A infração ao disposto no presente Decreto sujeitará os infratores às disposições constantes do Código Nacional de Trânsito.

Art.03 - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art.04 - Ficam revogados os itens I, II, IV e V do §5º do Art. 1º do Decreto nº 939, de 06 Janeiro de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 10 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE Nº 73/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO-SC

Processo Licitatório nº 73/2014

Inexigibilidade de licitação nº 73/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO  
(83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: COMERCIAL MULTISOM LTDA ME  
(00.842.605/0001-20).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA MUSICAL DO GRUPO MUSICAL "GAROTOS DE OURO", NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2014 NA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2014.

VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO III, DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/11/2014 a 30/11/2014.

Benedito Novo, 12 de novembro de 2014.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 135/2014

Referente: Processo Licitatório nº 73/2014

Contratado: COMERCIAL MULTISOM LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTISTICA MUSICAL PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2014 - GAROTOS DE OURO

Valor Total Contratado: R\$ 15.000,00

Data Assinatura: 13/11/2014

Vigência: 13/11/2014 a 30/11/2014

Benedito Novo, 13 de novembro de 2014

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 165 372/2009**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 165 372/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHA5722	54772795C	5010/0	27/03/2009	162 * I
MHA5722	54772796C	7048/1	27/03/2009	244 * II
MHA5722	54772797C	5835/0	27/03/2009	195
MHA5722	54772798C	7030/2	27/03/2009	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 6 DE NOVEMBRO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADODE POLICIA

# Biguaçu

## PREFEITURA

### PORTARIA SMS Nº. 05/2014

PORTARIA SMS nº. 05/2014

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER COMO ENFERMEIRA NO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, Leandro Adriano de Barros, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 116, incisos I e V, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora efetiva Denise Yinuma do Couto, matrícula 7618, para responder como enfermeira no Setor de Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

Leandro Adriano de Barros

Secretário da Saúde do Município de Biguaçu

### DECRETO Nº 191/2014

DECRETO Nº 191 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE POSSE DE FABRICIA RODRIGUES OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de posse de FABRICIA RODRIGUES ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme levantamento topográfico e memorial descritivo anexo, e inscrição imobiliária 01.02.167.0982, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 172,5m<sup>2</sup> (115x1,5) cortando o citado imóvel situada no Bairro Bom Viver, na rua Virgílio Cerom, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto

correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO Nº 193/2014

DECRETO Nº 193 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ADERÇO FRANCISCO DE FARIA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ADERÇO FRANCISCO DE FARIA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº R.3-5.248, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 105,4m<sup>2</sup> (31x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Ines Pascoalina da Costa, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### DECRETO Nº 192/2014

DECRETO Nº 192 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE SONIA COAN STAHELIN OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

##### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de SONIA COAN STAHELIN ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 3.433, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 15 m<sup>2</sup> (10x1,5) nos fundos do citado imóvel, que possui área total de 504,64m<sup>2</sup> situada no Bairro Vendaaval, na rua Liborio Francisco Goedert, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### DECRETO Nº 194/2014

DECRETO Nº 194 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE AUDO ADELINO TOMAZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

##### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de AUDO ADELINO TOMAZ ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 12.337, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 156,4m<sup>2</sup> (46x3,4) na lateral do citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua João Luiz Duarte, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### DECRETO Nº 195/2014

DECRETO Nº 195 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CARLA COELHO PEREIRA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CARLA COELHO PEREIRA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 12.904, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 105,4m<sup>2</sup> (31x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Herman Vieira, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 196/2014**

DECRETO Nº 196 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ELIZABETE NEIS VIEIRA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ELIZABETE NEIS VIEIRA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 12.285, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 176,8m<sup>2</sup> (52x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Herman Vieira, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 197/2014**

DECRETO Nº 197 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ASTRIT SCHINEIDER DA SILVA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 4.786, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 255m<sup>2</sup> (75x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Francisco Venceslau de Farias, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos



atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 167/2014, e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### **DECRETO Nº 198/2014**

DECRETO Nº 198 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CANDIDO AMARO DAMASIO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CANDIDO AMARO DAMASIO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 17.235, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 1162,8m² (342x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Francisco Venceslau de Farias, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 170/2014, e as demais disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

#### **PORTARIA Nº 2590/2014**

PORTARIA Nº 2590/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10054/2014 em anexo no período de 07/11/2014 a 12/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2591/2014**

PORTARIA Nº 2591/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELI ZALY ALVES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10140/2014 em anexo no período de 11/11/2014 a 20/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2592/2014**

PORTARIA Nº 2592/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANILTON GENTIL, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10006/2014 em anexo no período de 04/11/2014 a 07/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2593/2014**

PORTARIA Nº 2593/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA MARIA RIBEIRO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10070/2014 em anexo no período de 07/11/2014 a 12/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2594/2014**

PORTARIA Nº 2594/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DE PAULO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10132/2014 em anexo no período de 10/11/2014 a 12/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2595/2014**

PORTARIA Nº 2595/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10008/2014 em anexo no período de 04/11/2014 a 31/01/2015.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2596/2014**

PORTARIA Nº 2596/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DALPRA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10109/2014 em anexo no período de 05/11/2014 a 05/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2597/2014**

PORTARIA Nº 2597/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDUARDO CALDAS DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10049/2014 em anexo no período de 03/11/2014 a 03/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2598/2014**

PORTARIA Nº 2598/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA VILMA PACHECO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9989/2014 em anexo no período de 31/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 2599/2014**

PORTARIA Nº 2599/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DENISIA RIBEIRO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9989/2014 em anexo no período de 08/11/2014 a 04/01/2015.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2600/2014**

PORTARIA Nº 2600/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNADETE CARDOUZO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10071/2014 em anexo no período de 10/11/2014 a 16/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2601/2014**

PORTARIA Nº 2601/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10000/2014 em anexo no período de 05/11/2014 a 31/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2602/2014**

PORTARIA Nº 2602/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISA MARIA HOFFMANN LOEFF, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA

MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10103/2014 em anexo no período de 08/11/2014 a 16/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2603/2014**

PORTARIA Nº 2603/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9987/2014 em anexo no período de 05/11/2014 a 31/01/2015.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2604/2014**

PORTARIA Nº 2604/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10084/2014 em anexo no período de 27/10/2014 a 12/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2589/2014**

PORTARIA nº 2589 de 13 de novembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ORLANDO PEDRO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ORLANDO PEDRO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO

BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 13/11/2014 a 13/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2605/2014**

PORTARIA nº 2605 de 13 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Juliano da Costa, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Juliano da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/11/2014.

Biguaçu, 13 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.189/2013 -PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 100/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.189/2013  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 100/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE LIMPEZA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS

Fornecedor: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Valor: R\$ 238.903,32 (duzentos e trinta e oito mil novecentos e três reais e trinta e dois centavos).

Vigência: até 05/10/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

## **Blumenau**

### **PREFEITURA**

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 945/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 945, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA, A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU - CMAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, criado pela Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003, instância deliberativa colegiada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, passa a ter a sua estrutura, organização e funcionamento regidos por esta Lei Complementar.

Parágrafo único - O CMAS é vinculado ao órgão gestor de assistência social do Município, que deverá prover a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo os recursos materiais, humanos e financeiros a ele necessários.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO**

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social tem como competências:

I - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências;

II - convocar as conferências municipais de assistência social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar e acompanhar a execução do plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;

IV - aprovar e acompanhar a execução do plano de capacitação e educação permanente da Política Municipal de Assistência Social, elaborado pelo órgão gestor;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);

VI - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS;

VII - planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo três por cento dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;

VIII - participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros

Entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistência social;

IX - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

X - aprovar critérios de partilha de recursos destinados à assistência social no Município, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

XI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XII - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XIII - deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;

XIV - normatizar as ações e regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em consonância com as normas nacionais;

XV - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

XVI - acompanhar e estabelecer critérios e prazos para concessão de benefícios eventuais;

XVII - estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;

XVIII - estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;

XIX - promover audiências públicas com as entidades ou organizações de assistência social, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

XX - encaminhar ao órgão gestor o cancelamento de inscrição de entidade ou organização de assistência social para providências junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social;

XXI - elaborar, aprovar e divulgar seu Regimento Interno.

### CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau é composto de dezesseis membros, sendo:

I - oito conselheiros titulares com respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo, que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, sendo:

a) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Básica;

b) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial - Média Complexidade;

c) um representante da Política Socioassistencial dos Serviços de Proteção Social Especial - Alta Complexidade;

d) um representante da Política de Saúde;

e) um representante da Política de Educação;

f) um representante da Política de Defesa Civil.

g) um representante da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau;

h) um representante da Fundação Pró-Família;

II - oito conselheiros titulares, com respectivos suplentes, conforme segmentos abaixo relacionados:

a) dois representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social;

b) dois representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS;

c) quatro representantes de entidades e ou organizações de assistência social.

§1º O mandato dos conselheiros da sociedade civil pertence à entidade ou organização dos três segmentos que compõe Conselho Municipal de Assistência Social, podendo, os representantes, serem substituídos, a qualquer tempo, a critério da sua representação.

§2º Cada representante titular do Conselho Municipal de Assistência Social terá dois suplentes.

Art. 4º Os conselheiros representantes da sociedade civil serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a recondução, e o exercício de suas funções será gratuito e considerado, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 5º Os conselheiros serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, devendo a posse dos Conselheiros da sociedade civil ocorrer no prazo de até trinta dias após a nomeação.

Art. 6º Após a posse, o Conselho se reunirá no prazo máximo de dez dias úteis, sob a coordenação do conselheiro mais idoso, para eleição de uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário-geral.

§1º O Presidente e o Vice-presidente do CMAS serão eleitos entre os seus membros, com a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil na presidência e na vice-presidência, em cada mandato, sendo permitida a recondução.

§2º Sempre que houver vacância de um membro da mesa diretora, representante de um órgão governamental ou da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, observado o disposto no §1º, deste artigo.

Art. 7º É vedada a participação como membro do Conselho:

I - por servidores públicos ocupantes de função ou cargo de confiança na Administração Pública, de qualquer Ente ou esfera de Poder, na condição de representante de segmentos da sociedade civil;

II - por conselheiros candidatos a cargos eletivos durante o período eleitoral, devendo afastar-se de suas funções.

#### CAPÍTULO IV ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 8º A eleição da sociedade civil ocorrerá em fórum próprio, a cada dois anos, convocado pelo presidente do Conselho com antecedência mínima de quatro meses do término do mandato em curso, mediante Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 9º O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta exclusivamente por conselheiros municipais representantes da sociedade civil, observada, sempre que possível, a representatividade dos segmentos que compõem o Conselho.

Art. 10. Poderão habilitar-se como votante no processo eleitoral os representantes de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, os representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, os representantes de entidades e ou organizações de assistência social ou que ofereçam serviços ou programas socioassistenciais e as entidades ou organizações de assistência social que ofereçam ou prestem serviço de assessoramento, habilitados a designarem candidatos, juntamente com a respectiva pessoa física designada.

§1º As entidades ou organizações deverão indicar o segmento a que pertencem, observado seu estatuto, obedecendo às legislações e normas que regulamentam cada segmento.

§2º A entidade e ou organização que estiver inscrita no CMAS em dois segmentos poderá optar por qual deles quer se candidatar.

§3º Para fins de habilitação e composição do Conselho, respeitadas as especificidades, consideram-se entidades e organizações de assistência social: as de atendimento, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos, bem como as que prestem ou ofereçam serviços ou programas socioassistenciais, de forma continuada, permanente e planejada no atendimento do público alvo previsto na LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 11. Cada representante de organizações de usuários dos Serviços de Assistência Social, representantes de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, representante de entidades e ou organizações de assistência social ou que ofereçam serviços ou programas socioassistenciais e as entidades ou organizações de assistência social que ofereçam ou prestem serviço de assessoramento, habilitado pela Comissão Eleitoral para designar candidato, votará tantas vezes quantas forem o número de vagas de seu segmento.

Art. 12. Serão considerados eleitos como conselheiros titulares os representantes das organizações ou entidades que obtiverem o maior número de votos, na ordem de classificação por segmento, e como suplentes os dois candidatos representantes das organizações ou entidades subsequentes na ordem de classificação por segmento.

Art. 13. Caso o Município não contar com os três segmentos da sociedade civil, poderá compor o CMAS com os demais segmentos, preferencialmente, com os representantes de organizações dos usuários.

Art. 14. Na hipótese de afastamento ou substituição de entidade ou organização, não havendo suplentes, a escolha das organizações ou entidades substitutas, que completarão o mandato, será efetuada através de fórum próprio.

Art. 15. Visando garantir a participação popular, o Conselho deverá divulgar amplamente o processo de eleição, através dos meios de comunicação locais disponíveis.

Art. 16. O Ministério Público será informado do processo de eleição para, querendo, acompanhar seu desenvolvimento.

#### CAPÍTULO V DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHEIROS

Art. 17. Compete aos conselheiros:

I - participar ativamente das atividades do Conselho;

II - colaborar no aprofundamento das discussões e participar nas decisões do Colegiado;

III - divulgar as discussões e as decisões do Conselho na entidade e/ou instituição que representa e em outros espaços;

IV - contribuir com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Assistência Social;

V - manter-se atualizado em assuntos referentes à área de assistência social, indicadores socioeconômicos do País, políticas públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade, considerando as especificidades do município;

VI - colaborar com o Conselho no exercício do controle social;

VII - atuar, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade e/ou instituição;

VIII - desenvolver habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

IX - estudar e conhecer a legislação da Política de Assistência Social;

X - aprofundar o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura nacional e internacional relativa à política social;

XI - manter-se atualizado a respeito do custo real dos serviços e programas de assistência social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para argumentar nas questões de orçamento e co-financiamento;

XII - buscar aprimorar o conhecimento da rede pública e privada prestadora de serviços socioassistenciais;

XIII - manter-se atualizado sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poder contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social;

XIV - acompanhar, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de assistência social, bem como a rede pública, para assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de assistência social.

#### CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO DO CMAS

Art. 18. O Plenário do CMAS se reunirá, obrigatoriamente, duas vezes ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 19. As reuniões do Conselho serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, dispondo o Regimento Interno sobre a forma de sua convocação.

Art. 20. O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.



§1º A Secretaria Executiva é a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, contando com pessoal técnico-administrativo.

§2º A Secretaria Executiva subsidiará o Plenário com assessoria técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 21. O Conselho Municipal de Assistência Social terá Comissões Temáticas de Política, Financiamento e de Normas da Assistência Social, entre outras, de caráter permanente, e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para atender a uma necessidade pontual, ambos formados por conselheiros.

Art. 22. No início de cada gestão, será realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 23. Serão realizadas capacitações dos conselheiros visando ao fortalecimento e à qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, com previsão de recursos financeiros no orçamento.

Art. 24. O Conselho deve manter interface com as políticas sociais, de forma a propiciar:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos dos Conselhos, de maneira a garantir a participação dos conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos do Município.

## CAPÍTULO VII FISCALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art. 25. Conselho Municipal de Assistência Social, sem prejuízo das competências elencadas no art. 2º desta Lei Complementar, exercerá o controle e a fiscalização do FMAS, mediante:

I - aprovação de sua proposta orçamentária;

II - acompanhamento da execução orçamentária e financeira, de acordo com a periodicidade prevista na Lei de instituição do Fundo ou em seu Decreto de regulamentação, observando o calendário elaborado pelo respectivo conselho;

III - análise e deliberação acerca da respectiva prestação de contas.

Art. 26. O Conselho Municipal de Assistência Social, no controle do financiamento do FMAS observará:

I - o montante e as fontes de financiamento dos recursos destinados à assistência social e suas demandas correspondentes;

II - os valores de cofinanciamento da política de assistência social em nível local;

III - a compatibilidade entre a aplicação dos recursos e o Plano de Assistência Social;

IV - os critérios de partilha e de transferência dos recursos;

V - a estrutura e a organização do orçamento da assistência social e do fundo de assistência social, sendo este na forma de unidade orçamentária, e a ordenação de despesas deste fundo em âmbito local;

VI - a definição e aferição de padrões e indicadores de qualidade na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e os investimentos em gestão que favoreçam seu incremento;

VII - a correspondência entre as funções de gestão de cada ente federativo e a destinação orçamentária;

VIII - a avaliação de saldos financeiros e sua implicação na oferta dos serviços e em sua qualidade;

IX - a apreciação dos instrumentos, documentos e sistemas de informações para a prestação de contas relativas aos recursos destinados à assistência social;

X - a aplicação dos recursos transferidos como incentivos de gestão do SUAS e do Programa Bolsa Família e a sua integração aos serviços;

XI - a avaliação da qualidade dos serviços e das necessidades de investimento nessa área;

XII - a aprovação do plano de aplicação dos recursos destinados às ações finalísticas da assistência social e o resultado dessa aplicação;

XIII - o acompanhamento da execução dos recursos pela rede prestadora de serviços socioassistenciais, no âmbito governamental e não governamental, com vistas ao alcance dos padrões de qualidade estabelecidos em diretrizes, pactos e deliberações das Conferências e demais instâncias do SUAS;

XIV - os recursos repassados pelo FMAS às entidades e organizações de assistência social.

## CAPÍTULO VIII DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância deliberativa e terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social no Município e propor diretrizes para seu aperfeiçoamento.

Art. 28. O Conselho Municipal de Assistência Social convocará a Conferência ordinariamente a cada quatro anos.

§1º Poderão ser convocadas Conferências de Assistência Social extraordinárias a cada dois anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

§2º Ao convocar a Conferência o Conselho Municipal de assistência social deverá:

I - elaborar as normas de seu funcionamento;

II - constituir comissão organizadora;

III - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes após sua realização;

IV - desenvolver metodologia e mecanismo de acompanhamento e monitoramento das deliberações das conferências de assistência social;

V - adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários, sempre que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 30. O Regimento Interno do CMAS complementará a estruturação, o funcionamento e as atribuições definidas nesta Lei Complementar, devendo ser submetido à Plenária e homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A aprovação e as posteriores alteração do Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS.

Art. 31. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Seções I e IV, do Capítulo III, compostas pelos artigos 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 16 da Lei Complementar nº 425, de 21 de novembro de 2003.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 946/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 946, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ALTERA AS REDAÇÕES DOS ARTIGOS 12 E 157 E ACRESCENTA ARTIGO 157-C À LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 157, da Lei nº 2.047, de 25 de novembro de 1974, que "Institui o Código de Posturas do Município de Blumenau", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157. É proibida a pichação de imóveis do patrimônio histórico, monumentos, pontes, viadutos, equipamentos públicos, casas, prédios, muros e outros bens imóveis públicos ou privados, sem autorização do administrador público ou do proprietário, ficando os infratores sujeitos à multa, sem prejuízo da indenização das despesas e custas da restauração. (NR).

§ 1º Se o infrator tiver menos de 18 (dezoito) anos de idade, a responsabilidade pelo pagamento da multa e da indenização previstas neste artigo cabe aos seus pais ou responsáveis legais.

§ 2º Se o infrator tiver mais de 18 (dezoito) anos de idade, além das cominações previstas neste artigo, fica impedido de participar em concurso público municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data da infração.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo não serão aplicadas aos grafiteiros, quando houver a intenção de valorizar o patrimônio

público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com autorização do órgão competente e observância das posturas municipais e das normas editadas pelo órgão competente, e dos responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico.

§ 4º O valor arrecadado com a imposição de multas será destinado ao Fundo de Segurança de Blumenau."

Art. 2º. [VETADO].

Art. 3º. Os incisos II e V do artigo 12, da Lei nº 2.047/1974, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 12. ....

II - a multa de Nível 02 nas infrações aos arts. 51 a 56; 153; 184 a 194; 223 e 224; (NR)

.....

V - a multa de Nível 05 nas infrações aos arts. 61; 149; 157; 199 a 201; 225 a 233 e 296." (NR)

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 10.448/2014

DECRETO Nº 10.448, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município no valor de R\$ 1.800.808,67 (um milhão, oitocentos mil, oitocentos e oito reais e sessenta e sete centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 - Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 - Manut. Ativ. Gab. do Procurador

Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas

R\$ 925,00

Modalidade 3.3.91 (22) aplicações Diretas

R\$ 794,70

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 - Manut. Ativ. Procon

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas

R\$ 1.368,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 - Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Admi-  
nist. Sedead  
Modalidade 3.1.90 (45) Aplicações Diretas  
R\$ 115.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 0503 - Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. Ativ. Pessoal  
Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas  
R\$ 1.954,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 - Manut. Ativ. Ensino  
Fundamental  
Modalidade 3.1.91 (152) Aplicações Diretas  
R\$ 724.287,97  
Modalidade 3.3.90 (153) Aplicações Diretas  
R\$ 9.058,00  
Fonte de Recursos 0101.00000

#### 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

##### 1001 - Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2067 - Man. Ativ. Corpo  
Bomb/Convênio Estado  
Modalidade 3.3.90 (659) Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00  
Fonte de Recursos 0324.00055  
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 - Manut. Ativ. Adm Se-  
deci  
Modalidade 3.3.90 (194) Aplicações Diretas  
R\$ 705,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### 1203 - Diretoria de Projetos Especiais

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção  
Especial  
Modalidade 3.3.90 (386) Aplicações Diretas  
R\$ 1.629,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

##### 1205 - Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 - Man. Ativ. Atenção a  
Criança/Adolesc.  
Modalidade 3.3.90 (405) Aplicações Diretas  
R\$ 1.168,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

##### 1303 - Diretoria de Cart. Cadastro Mult. e Inform.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 - Manut. Ativ. Cart,  
Cad. Mult. e Inf.  
Modalidade 3.3.90 (453) Aplicações Diretas  
R\$ 507,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

##### 1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. Manut.  
Bairros  
Modalidade 3.3.90 (487) Aplicações Diretas  
R\$ 900.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 18 - INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

##### 1801 - Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 - Manut. Ativ. Adm.

#### IDIGG

##### Modalidade 3.3.91 (607) Aplicações Diretas

R\$ 3.412,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º  
deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orça-  
mentárias abaixo discriminadas:

#### 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

##### 0401 - Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 - Manut. Ativ. Gab. do  
Procurador  
Modalidade 3.1.90 (19) Aplicações Diretas  
R\$ 925,00  
Modalidade 4.4.90 (23) aplicações Diretas  
R\$ 794,70  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 04.01.03.091.0002.2303 - Manut. Ativ. Procon  
Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas  
R\$ 1.368,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### 0501 - Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Admi-  
nist. Sedead  
Modalidade 3.1.91 (46) Aplicações Diretas  
R\$ 115.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0503 - Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. Ativ. Pessoal  
Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas  
R\$ 1.954,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 - Manut. Ativ. Ensino  
Fundamental  
Modalidade 3.1.90 (151) Aplicações Diretas  
R\$ 733.345,97  
Fonte de Recursos 0101.00000

#### 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

##### 1001 - Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2067 - Manut. Ativ. Corpo  
Bomb/Conv. Estado  
Modalidade 4.4.90 (660) Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00  
Fonte de Recursos 0324.00055  
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 - Manut. Ativ. Adm Se-  
deci  
Modalidade 3.1.90 (192) Aplicações Diretas  
R\$ 705,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

#### 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### 1203 - Diretoria de Projetos Especiais

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção  
Especial  
Modalidade 3.1.90 (385) Aplicações Diretas  
R\$ 1.629,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
1205 - Diretoria da Criança e do Adolescente  
Atividade 12.05.08.243.0004.2297 - Man. Ativ. Atenção a  
Criança/Adol.  
Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas  
R\$ 1.168,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1303 - Diretoria de Cartog. Cadastro Mult. E Inform.

Atividade 13.03.15.127.0005.2066 - Man. Ativ. Cart., Cad. Mult. E Inf.

Modalidade 3.1.90 (452) Aplicações Diretas

R\$ 507,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS**

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 4.4.90 (489) Aplicações Diretas

R\$ 900.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**18 - INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA**

1801 - Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 - Manut. Ativ. Adm. IDIGG

Modalidade 3.3.90 (606) Aplicações Diretas

R\$ 3.412,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.459/2014**

DECRETO Nº 10.459, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0166.00000, no valor de R\$ 184.290,00 (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa reais), na seguinte dotação orçamentária:

**31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2229 - Prog. Inv. Rede de Serv. Saúde Fundo/Fundo

Modalidade 4.4.90 (128) Aplicações Diretas

R\$ 184.290,00

Fonte de Recursos 0166.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.481/2014**

DECRETO Nº 10.481, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 8.664, DE 10 DE ABRIL DE 2008, QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 30 DE MARÇO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, V, e 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 391, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Os dispositivos a seguir relacionados do Decreto nº 8.664, de 10 de abril de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64. Nos termos da legislação civil, são bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente, e ainda:

[...]

Art. 65. São direitos reais sobre imóveis, nos termos da legislação civil, sujeitos ao imposto, quando da sua transmissão ou cessão onerosa:

[...]

VIII - a concessão de uso especial para fins de moradia;

IX - a concessão de direito real de uso.

Art. 66. Para a apuração do imposto, o contribuinte deverá apresentar requerimento próprio, acompanhado de cópia do inteiro teor da matrícula atualizada do imóvel e outros documentos exigidos de acordo com a natureza da transação:

[...]

Art. 67. Discordando da estimativa fiscal o sujeito passivo deverá manifestar-se em requerimento próprio que poderá ser acompanhado de até 03 (três) avaliações do imóvel, emitidas por imobiliárias ou por corretores imobiliários devidamente habilitados pelo órgão competente e inscritos no Município.

Art. 68. Para o reconhecimento de exoneração tributária, o contribuinte deverá apresentar requerimento próprio, cópia do inteiro teor da matrícula atualizada do imóvel e documentos comprobatórios do direito pleiteado.

[...]

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda definirá o modelo e requisitos do requerimento, assim como os documentos a serem apresentados de acordo com a natureza da transação, podendo exigir declaração de utilização futura do imóvel.

[...]

Art. 70. Para a restituição de valores indevidamente pagos, o contribuinte deverá apresentar requerimento próprio, acompanhado da guia original do imposto quitada e demais documentos comprobatórios do direito pleiteado".

Art. 2º Os artigos 66, 67 e 70 do Decreto nº 8.664, de 10 de abril de 2008, passam a vigorar acrescidos de parágrafos, com a seguinte redação:

"Art. 66. [...]"



[...]

§1º A Secretaria Municipal da Fazenda definirá o modelo do requerimento e os documentos a serem apresentados.

§2º O requerimento apresentado na forma deste artigo interrompe o prazo para pagamento do tributo, retomando-se a contagem após a respectiva conclusão.

[...]

Art. 67 [...]

§1º A Administração Tributária emitirá parecer conclusivo, mantendo ou alterando a estimativa original.

§2º Na hipótese deste artigo a estimativa terá o início do prazo de validade definido pelo parecer conclusivo de que trata o §1º.

[...]

Art. 70 [...]

[...]

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda definirá o modelo e requisitos do requerimento, assim como os documentos a serem apresentados”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os incisos I a VIII e parágrafo único do art. 66, os incisos I a VIII do art. 68; os incisos I e II e as alíneas “a” e “b” dos incisos I e II do art. 70, todos do Decreto nº 8.664, de 10 de abril de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.216/2014**

PORTARIA Nº 18.216, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIERGE VANESSA PAZUCH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal ELIERGE VANESSA PAZUCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 03 de novembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8321/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.217/2014**

PORTARIA Nº 18.217, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 186/2014, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

JANETE ARAUJO CEZAROTTO, nomeada através da Portaria nº 18.185, de 27 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ANA CLAUDIA RUPPENTHAL, nomeada através da Portaria nº 18.123, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

HÉRCULES MOREIRA LIMA, nomeado através da Portaria nº 18.123, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Cirurgião Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

ARIANNA DE MIRANDA NOGUEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.123, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Nutricionista, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ROSELI VIEIRA DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.035, de 18 de agosto de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

CLEONICE MARIDIANI BRAGAGNOLO, nomeada através da Portaria nº 18.124, de 01 de outubro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 001/2014**

PORTARIA No. 001/2014

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS E RECESSO DAS ATIVIDADES PARA A UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR E CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

ARLINDO BERNART, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES Secretário Municipal da Fazenda de Blumenau, resolvem:

SUSPENDER

Os prazos processuais e CONCEDER o recesso das atividades a partir de 22 de dezembro de 2014 a 30 de janeiro de 2015, com

base no artigo nº. 46 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de novembro de 2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 11 de novembro de 2014.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Alexandre Caminha
Antônio João Veneza de Souza	Célio Dias
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Marcelo Lanzarin
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

### RESUMO DO EXPEDIENTE

#### CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS

##### CONVITE

Da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, convite para a Festa das Nações.

##### RESPOSTAS

Da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e da VIVO, em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

##### OFÍCIOS DIVERSOS

Da Caixa Econômica Federal, comunicando a liberação de recursos financeiros em favor do Município de Blumenau.

Do ISSBLU, encaminhando balancete relativo ao mês de setembro de 2014.

##### OFÍCIOS DO EXECUTIVO

OF. GAPREF Nº 894, 896, 898, 900, 903, 905 e 908/2014, em resposta a proposições dos Senhores Vereadores.

Ofício comunicando a Sanção de Lei:

OF. GAPREF Nº 902/2014 - Lei Complementar nº 942 (1.377), que "INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED".

##### PROPOSITURAS RESPONDIDAS

DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA: Indicações nºs 3154 de 2013, 1820, 3475, 4192, 5194, 5664, 5984, 6401, 6503, 6596, 6718, 6739, 6829, 7102, 7176, 7223, 7225, 7345, 7497, 7736, 7866, 7911, 8144, 8145, 8198, 8202, 8203, 8214, 8262, 8368, 8376, 8522, 8523, 8524, 8557, 8558, 8635, 8636 e 8661 de 2014; Requerimentos nºs 1137, 1167, 1168, 1172, 1269, 1309 e 1310 de 2014

DO VEREADOR ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA: Indicações nºs 1073, 1918, 6147, 7388, 8055, 8057, 8073, 8074, 8110, 8291, 8345, 8346, 8380, 8495, 8567, 8618, 8619 e 8684 de 2014

DO VEREADOR JENS JUERGEN MANTAU: Indicações nºs 13985 de 2013, 3940, 4266, 7993, 7994, 8178, 8183, 8387, 8392, 8397 e 8409 de 2014

DO VEREADOR MARCELO LANZARIN: Indicações nºs 7698 e 7699 de 2014

DO VEREADOR MARCOS DA ROSA: Indicações nºs 14884 de 2013, 3566, 3567, 3568, 5273, 5389, 5804, 5964, 6373, 7231, 7373, 7378, 7489, 7516, 7661, 7662, 7663, 7664, 7665, 7666, 7667, 7678, 7766, 7767, 7768, 7769, 7770, 7771, 7772, 7773, 7849, 7985, 8068, 8071, 8452, 8470, 8471, 8502, 8532, 8561, 8595, 8596 e 8624 de 2014

DO VEREADOR MÁRIO HILDEBRANDT: Indicações nºs 12283 e 12888 de 2013, 3501, 3512, 4199, 6209, 6211, 6620, 6621, 6622, 6628, 6834, 6845, 7075, 7076, 7082, 7172, 7262, 7327, 7732, 7733, 7734, 7788, 7856, 7972, 7974, 7975, 8092, 8246, 8278, 8284, 8285, 8351, 8352, 8353, 8408, 8424, 8465, 8544 e 8545 de 2014; Requerimento nº 1248 de 2014

DO VEREADOR MAURÍCIO GOLL: Indicações nºs 8516, 9601 e 12277 de 2013

DO VEREADOR OLDEMAR BECKER: Indicações nºs 16840 e 17409 de 2013, 1973, 3155, 3443, 4956, 5217, 5401, 5661, 5662, 5672, 5809, 5943, 5959, 5994, 6333, 6351, 6494, 6532, 7471, 7562, 7760, 7914, 7916, 7988, 8060, 8079, 8080, 8123, 8124, 8187, 8210, 8481, 8605 e 8645 de 2014; Requerimento nº 998 de 2014

DO VEREADOR ROBERTO TRIBESS: Indicações nºs 1180, 1183, 1184, 1651, 1727, 1728, 1729, 1730, 4804, 4805, 5103, 5339, 5340, 5341, 5342, 5343, 5344, 5345, 5346, 5347, 5485, 5541, 5542, 5633, 5729, 6040, 6073, 6080, 6242, 6243, 6245, 6246, 6247, 6248, 6260, 6261, 6262, 6263, 6264, 6423, 6436, 6658, 6670, 6676, 6677, 6682, 6683, 6684, 6685, 6855, 6865, 6869, 6871, 6872, 6876, 6892, 6894, 6895, 6898, 6899, 6902, 6905, 6910, 6922, 6923, 7036, 7316, 7467, 7469, 7742, 8016, 8024, 8025, 8026, 8028, 8029, 8032, 8033, 8034, 8035, 8036, 8039, 8053, 8302, 8305 e 8466 de 2014

DO VEREADOR ROBINSOM SOARES: Indicações nºs 4851, 8262, 8263 e 8264 de 2013

DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA: Indicação nº 3473 de 2014

DO VEREADOR ZECA BOMBEIRO: Indicações nºs 3973, 4795, 4867, 5157, 5159, 5160, 5161, 5971, 6011, 6139, 6495, 6496, 6497, 6498, 6562, 6593, 6618, 6848, 7001 e 7674 de 2014

#### MATÉRIA DO LEGISLATIVO

##### PROJETOS

Projeto de Lei de autoria do Vereador Célio Dias, que "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Projeto de Lei de autoria do Vereador Antônio Veneza de Souza, que "DISPÕE SOBRE O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO HIDRÔMETRO DO SERVIÇO DE ABASTACIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO".

**EMENDAS**

Emenda nº 01, de autoria do Vereador Antônio Veneza de Souza, ao Projeto de Lei nº 6.716.

Emenda nº 02, de autoria do Vereador Antônio Veneza de Souza, ao Projeto de Lei nº 6.658.

**INDICAÇÕES****DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA:**

Nº 9353/2014 - implantar uma linha de ônibus no Morro Sestrem, fazendo o seguinte trajeto: Rua Guarapari X Rua Colatina X Rua Carlos Gomes, ou vice-versa. Conforme solicitado através do abaixo-assinado em anexo. Justificativa: trata-se de uma reivindicação antiga dessa comunidade, onde encaminho também um ofício (anexo) da administração passada, onde o presidente na época do SETERB já havia afirmado que esse pleito seria atendido, porém, JPK não atendeu e agora a comunidade espera contar com o prefeito Napoleão, para desatar mais esse nó, e tirar do papel esse sonho.

Nº 9415/2014 - realizar manutenção em toda extensão da Rua Reinoldo Gutz, no Bairro Velha Central.

Nº 9416/2014 - realizar roçada em toda extensão da Rua Reinoldo Gutz, no Bairro Velha Central.

Nº 9417/2014 - implantar travessas de tubos e realizar desentupimento de bocas de lobo na Rua Reinoldo Gutz, no Bairro Velha Central. Obs.: principalmente próximo ao final da rua.

Nº 9418/2014 - implantar iluminação pública em toda extensão da Rua Reinoldo Gutz, onde os moradores pagam a COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública) em suas faturas.

Nº 9419/2014 - realizar manutenção na Rua Rússia, Bairro Velha Central, e limpeza sobre o asfalto na Rua José Reuter (Início da rua), que oferece riscos de acidentes aos motociclistas.

Nº 9420/2014 - realizar manutenção na Rua Lindolfo Laus Firme, no Bairro Nova Esperança.

Nº 9421/2014 - realizar melhorias nas tubulações da Rua Lindolfo Laus Firme, para que a rua mantenha-se por mais tempo em bom estado após as chuvas. Obs.: maiores informações com Sr. Pedro, pelo telefone: 3323-6652.

Nº 9422/2014 - reformar e realizar melhorias na quadra de areia da Rua José Seibt (esquina com a Rua Cecília dos Santos), no Bairro Velha Central, com o conserto das telas, implantação de iluminação pública, limpeza, colocação de areia, para atender não só os moradores dessas ruas, mas de todo o loteamento e comunidade. Obs.: em termos de áreas de lazer e esporte, o poder público tem deixado a desejar, em especial na grande Velha.

Nº 9442/2014 - realizar roçada na Rua Monte Carlo, no Bairro Salto do Norte.

**DO VEREADOR ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA:**

Nº 9356/2014 - substituir as luminárias (iluminação pública) na Rua Guimarães Rosa, em frente ao nº 389, no Bairro Fidélis, pois a mesma está defeituosa. Obs.: maiores informações com o Sr. Pedro, pelo telefone 8437-4465.

Nº 9357/2014 - mudar a "boca de lobo" que fica em frente de uma Lanchonete, na Rua Wilhelm Alsleben nº 445, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com o Sr. Antônio, pelo telefone

9220-3318.

Nº 9358/2014 - consertar a pista na via expressa próximo ao viaduto, no sentido bairro/centro, pois está com defeitos, podendo ocasionar graves acidentes. Observação: maiores informações com o Sr. Vanderlei, pelo telefone 9949-7242.

Nº 9359/2014 - colocar placa de "proibido estacionar" em toda extensão da Rua Manuel Bandeira, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com a Sra. Valci, pelo telefone 8413-5409.

Nº 9360/2014 - consertar o calçamento em toda a extensão da Rua Mario de Andrade, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com o Sr. Orlando, pelo telefone 8453-3415.

Nº 9361/2014 - colocar uma placa de "proibido estacionar" na Rua Mario Andrade, em frente ao nº 56, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com a Sra. Carla, pelo telefone 8477-4613.

Nº 9362/2014 - implantar uma rotatória, na saída da Rua Wilhelm Alsleben entroncamento com a Rua Guilherme Scharf, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com a Sra. Rita, pelo telefone 3338-3363.

Nº 9363/2014 - solicitar a nomeação das ruas por hora nominadas Rua D e Rua F, que sejam denominadas Rua Anna Catharina Lenz e Rua Hildegardt Wandrey, respectivamente. As ruas pertencem ao Loteamento Alfablu 31, no Bairro Água Verde. Observação: documentos em anexo.

Nº 9469/2014 - implantar asfalto no início da Rua Willi Schulze, no Bairro Itoupava Central. Justificativa: por se tratar de subida íngreme, o calçamento não se fixa no local, trazendo sérios transtornos aos veículos que por ali trafegam. Obs.: maiores informações com o Sr. Edgar, pelo Telefone 9955-3863

Nº 9470/2014 - consertar o calçamento em frente ao nº 21, na Rua Ivo Radloff, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Jair, pelo telefone 3338-3720 ou 8810-6364.

Nº 9471/2014 - macadamizar toda extensão da Rua Ricardo Krueger, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Werner, pelo telefone 3338-3331 ou 8847-9596.

**DO VEREADOR CÉLIO DIAS:**

Nº 9429/2014 - patrolar a Rua Theobaldo Sperber, no Bairro Salto do Norte.

Nº 9430/2014 - pintar a faixa de pedestre na Rua Ricardo Ziehlendorff próximo ao número 183, no Bairro Passo Manso. Obs.: maiores informações com Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9431/2014 - pintar a faixa de pedestre na Rua General Osório, nº 2892, na rotatória com a água branca, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com o Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9432/2014 - tapar buraco na Rua Bahia do nº 3382 ao 5432, no Bairro Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9434/2014 - tapar o buraco na Rua Rodolfo Shmitz, em frente ao nº 520, no Bairro Passo Manso. Obs.: maiores informações com Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9438/2014 - tapar buraco na Rua 07 de Setembro, nº 1771, no Bairro Centro. Obs.: maiores informações com o Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9440/2014 - tapar o buraco na Rua Araranguá, nº 254, no Bairro Garcia. Obs.: maiores informações com o Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

Nº 9441/2014 - tapar os buracos na Rua Pastor Oswaldo Hesse, nº 389, 570 e 936, no Bairro Ribeirão Fresco. Obs.: maiores informações com Sr. Anderson, pelo telefone 9219-0730.

DO VEREADOR CEZAR JOÃO CIM:

Nº 9443/2014 - colocar placas de sinalização indicando ponte nos dois sentidos na Rua Rio Bonito, próximo ao nº 120, no Bairro Itoupava Central.

Nº 9444/2014 - roçar as laterais da Rua José Stein, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com Ailton, pelo telefone 9155-7459.

Nº 9445/2014 - colocar macadame próximo ao ponto de ônibus na Rua Frederico Jansen, próximo ao nº 5200.

Nº 9446/2014 - limpar as laterais da Rua Regente Frijó, no Bairro Asilo. Obs.: maiores informações com Ailton, pelo telefone 9155-7459.

Nº 9447/2014 - colocar placas de sinalização indicando ponte nos dois sentidos na Rua Erich Maier, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com Ailton, pelo telefone 9155-7459.

Nº 9448/2014 - limpar as laterais na Rua Quintino Bocáiuva, no Bairro Asilo. Obs.: maiores informações com Ailton, pelo telefone 9155-7459.

Nº 9449/2014 - recolher entulho próximo a ponte da Rua Erich Maier, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com Ailton, pelo telefone 9155-7459.

DO VEREADOR IVAN NAATZ:

Nº 9355/2014 - efetuar a manutenção da tubulação pluvial de água e esgoto que está passando pelo terreno de um morador na Rua Santa Fé, nº 133, no Bairro Ponta Aguda. Justificativa: a tubulação está causando a erosão do terreno. Obs.: maiores informações com Wilson, pelo telefone 3231-1507.

Nº 9410/2014 - efetuar sinalização de altura máxima permitida no túnel da Rua Francisco Waltrick com a Rua Hermann Tribess. Justificativa: solicitação da comunidade, pois veículos de grande porte acabam batendo no túnel. Obs.: maiores informações com Tiago, pelo telefone 3231-1507.

DO VEREADOR JEFFERSON FOREST:

Nº 9424/2014 - roçar a Rua Dona Emma, no Bairro Escola Agrícola, na altura do trevo da Rua Benjamim Constant, mais precisamente o mato que cobre a calçada.

Nº 9425/2014 - reparar a calçada na Rua Dona Ema, no Bairro Escola Agrícola, mais precisamente no trecho próximo ao trevo da Rua Benjamim Constant, pois a mesma encontra-se em péssimas condições de tráfego pelos transeuntes.

Nº 9426/2014 - realizar manutenção na rede de iluminação pública, da Rua Curt Hering, no trecho em que cruza com a Rua Paul Hering, no Centro. Justificativa: trata-se de área comercial com expediente estendido no fim de ano, e as mesmas encontram-se queimadas, algumas estouradas o que gera insegurança aos comerciantes, aos clientes e aos moradores devido à baixa iluminação, insta frisar que já houve assalto a mão armada em estebelecimento desta rua, justamente neste trecho. A iluminação é fator de segurança.

Nº 9427/2014 - roçar a Rua Bruno Hering, no Bairro Velha, pois a altura do mato prejudica a visibilidade da via.

Nº 9428/2014 - reparar o calçamento na Rua Alterosa, no Bairro Garcia.

Nº 9435/2014 - realizar a manutenção da Rua Sertanópolis, no Bairro Velha, próximo ao nº 107, pois o asfalto cedeu.

Nº 9436/2014 - realizar a macadamização da Rua Francisco Monte Alverne.

Nº 9437/2014 - implantar bueiros na Rua Jorge Lacerda, próximo ao nº 2078. Justificativa: o executivo realizou a pavimentação na parte lateral da pista e atualmente quando chove a via fica cheia de água.

DO VEREADOR JENS JUERGEN MANTAU:

Nº 9381/2014 - realizar a instalação de banco no ponto de ônibus da Rua Gustavo Zimmermann, na altura do nº10.288, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Arno, pelo telefone 3337-2535.

Nº 9382/2014 - patrolar e macadamizar a Rua Wilhelm Alsleben, no Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com a Sra. Olga, pelo telefone 3327-0813.

Nº 9383/2014 - incluir a Rua Dr. Pedro Zimmermann no sistema de recolhimento de lixo reciclável, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações a Sra. Elfrida, pelo telefone (3337-2347) ou com o Sr. Fábio (3337-0756).

Nº 9384/2014 - colocar abrigo no ponto de ônibus da Rua Santa Fé, no Bairro Ponta Aguda. Obs.: maiores informações com a Sra. Edite, pelo telefone 3340-5230.

Nº 9385/2014 - patrolar a Rua Rosa Vermelha, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Carlos, pelo telefone 3338-7560.

Nº 9386/2014 - recuperar o asfalto na saída da Rua João Alves, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Paulo pelo telefone 3338-6132.

Nº 9387/2014 - colocar faixa elevada na Rua Walter Knaesel, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Darcio, pelo telefone 3337-1684.

Nº 9388/2014 - realizar roçagem (limpeza) na Rua José Bonifácio, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sr. Giovanni, pelo telefone 3338-0904.

Nº 9389/2014 - realizar limpeza (roçagem) na Rua Dr. Pedrinho, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Ivan, pelo telefone 3337-4989.

Nº 9390/2014 - recuperar o asfaltamento da Rua Alice Ferreira dos Santos, no Bairro Badenfurt. Obs.: maiores informações com a Sra. Márcia, pelo telefone 9608-6356.

Nº 9391/2014 - realizar limpeza (roçagem) na Rua Bertoldo José Correia, no Bairro Testo Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Jaime, pelo telefone 3334-6239.

Nº 9392/2014 - recuperar a Rua Josepha Micheluzzi, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com a Sra. Roseli, pelo telefone 3237-2428.

Nº 9393/2014 - realizar limpeza (roçagem) na Rua Antonio Bianchi,



no Bairro Glória. Obs.: maiores informações com o Sr. Guido, pelo telefone 3329-6026.

Nº 9394/2014 - recuperar o calçamento na Rua Rudolfo Keunecke, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com a Sra. Verônica, pelo telefone 3337-2078.

Nº 9395/2014 - incluir no sistema de coleta de lixo reciclável a Rua Frieda Muller, no Bairro Itoupava central. Obs.: maiores informações com a Sra. Esilda, pelo telefone 3337-1240.

Nº 9396/2014 - patrolar e macadamizar a Rua Heinrich Grassmann, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com o Sra. Norival, pelo telefone 3338-4417.

Nº 9397/2014 - recuperar o calçamento da Rua Alvorada, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações, com a Sra. Maria.

Nº 9398/2014 - patrolar a Rua Alwin Muller, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com a Sra. Carmen, pelo telefone 3378-1793.

Nº 9399/2014 - realizar limpeza (roçagem) na Rua Heinrich Piske, no Bairro Fortaleza.

Nº 9400/2014 - realizar o conserto da "boca de lobo" na Rua Heinrich Piske, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com a Sra. Marcia, pelo telefone 3339-3130.

Nº 9401/2014 - recuperar o asfaltamento da Rua Hélio Peixer, no Bairro Progresso. Obs.: maiores informações com o Sr. Paulo, pelo telefone 3324-2296.

Nº 9402/2014 - recuperar o asfalto da Rua Frederico Jensen, no Bairro Itoupavazinha. Obs.: maiores informações com a Sra. Maria, pelo telefone 3337-4610.

Nº 9403/2014 - colocar um ônibus as 12h sentido Aterro/Vila Itoupava. Obs.: maiores informações com o Sr. Oswin, pelo telefone 3378-1865.

Nº 9404/2014 - implantar canalização na Rua Augusto Bauer, na altura do nº1287, no Distrito da Vila Itoupava. Obs.: maiores informações com Oswin, pelo telefone 3378-1865.

Nº 9405/2014 - incluir a Rua Pinheiro no sistema de recolhimento de lixo reciclável. Obs.: maiores informações com o Sr. Ricardo, pelo telefone 3337-2543.

Nº 9406/2014 - realizar limpeza (roçagem) na Rua Pinheiro, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Ricardo, pelo telefone 3337-2543.

Nº 9407/2014 - patrolar a Rua Edmundo Gebien, no Bairro Itoupava central. Obs.: maiores informações com a Sra. Maria, pelo telefone 3323-5411.

Nº 9408/2014 - realizar limpeza no ribeirão da Rua carlos Roesel, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Vilmar, pelo telefone 3337-0992.

Nº 9409/2014 - recuperar o calçamento da Rua Frieda Muller, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com a Sra. Elcida, pelo telefone 3337-1240.

DO VEREADOR MARCOS DA ROSA:

Nº 9367/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Barros Cavalcante, no Bairro Do Salto.

Nº 9368/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Andrade Pinto, no Bairro Do Salto.

Nº 9369/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Bento Araújo, no Bairro Do Salto.

Nº 9370/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Araújo Brusque, no Bairro Do Salto.

Nº 9371/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Rodrigues Chaves, no Bairro Do Salto.

Nº 9372/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Presidente Ferreira de Brito , no Bairro Do Salto.

Nº 9373/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Dr. Perci João de Borba, no Bairro Do Salto.

Nº 9374/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Hercílio David Coutinho, no Bairro Do Salto.

Nº 9375/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Europa, no Bairro Do Salto.

Nº 9376/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Osvaldo Daí, no Bairro Do Salto.

Nº 9377/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Ernesto Jensen, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9378/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Alcindino de Campos, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9379/2014 - efetuar roçagem e limpeza em toda extensão da Rua Emilio Ninow, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9414/2014 - pintar a faixa de pedestres na faixa elevada da Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 5900, próximo ao EBM Anita Garibaldi, no Bairro Itoupava Central.

Nº 9439/2014 - concluir a obra na faixa elevada da Rua Johann Sachse, próximo ao nº 800, no Bairro Salto do Norte.

DO VEREADOR MÁRIO HILDEBRANDT:

Nº 9450/2014 - avaliar a viabilidade de instalação de placa de sinalização "PARE" na Rua Juventino Pamplona, esquina com a Rua Alpinópolis, no Bairro Garcia.

Nº 9451/2014 - roçar e limpar a Rua Alexandre de Souza, em toda sua extensão, no Bairro Velha.

Nº 9452/2014 - desentupir "boca de lobo" na Rua Carl Heinz Buechler, na altura do nº 51, no Bairro Garcia.

Nº 9453/2014 - repintar as faixas de segurança na Rua República Argentina esquina com Avenida Brasil, no Bairro Ponta Aguda.

Nº 9454/2014 - roçar e limpar a Rua Júlio Michel, em toda sua extensão, no Bairro Fortaleza.

Nº 9455/2014 - recolher podas de árvore na Rua Hermann Huscher, na altura do nº 2999, no Bairro Valparaíso.

Nº 9456/2014 - roçar e limpar a Rua Eldorado, em toda sua extensão, no Bairro Glória.

Nº 9457/2014 - roçar e limpar a Rua Clara Nunes, em toda sua extensão, no Bairro Progresso.

Nº 9458/2014 - nivelar o calçamento na Rua Tiradentes, na altura do nº 327, no Bairro Bom Retiro.

Nº 9459/2014 - nivelar o calçamento na Rua Tiradentes, na altura do nº 280, no Bairro Bom Retiro.

Nº 9460/2014 - nivelar o calçamento na Rua Princesa Isabel, na altura do nº 72, no Bairro Velha.

Nº 9461/2014 - nivelar o calçamento na Rua Luis Altemburg Sênior, na altura do nº 345, no Bairro Asilo.

Nº 9462/2014 - roçar e limpar a Rua Luis Altemburg Sênior, em toda sua extensão, no Bairro Asilo.

Nº 9463/2014 - nivelar o calçamento na Rua Farmacêutico Gottlieb Ellingner, na altura do nº 132, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9464/2014 - nivelar o calçamento na Rua Farmacêutico Gottlieb Ellingner, na altura do nº 111, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9465/2014 - nivelar o calçamento na Rua Farmacêutico Gottlieb Ellingner, na altura do nº 98, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9466/2014 - consertar o buraco na camada asfáltica da Rua Benjamin Constant, na altura do nº 1810, Bairro Vila Nova.

Nº 9467/2014 - roçar e limpar a Rua Dona Emma, em toda sua extensão, no Bairro Escola Agrícola.

Nº 9468/2014 - consertar o buraco na camada asfáltica da Rua Frei Estanislau Schaette, na altura do nº 1086, no Bairro Água Verde.

**DO VEREADOR OLDEMAR BECKER:**

Nº 9354/2014 - implantar uma "ilha de segurança" na Rua Bahia, em frente a empresa Engesul, número 3943, na faixa já existente, no Salto Weissbach. Justificativa: já existe uma faixa para travessia no local, porém, como é na via principal, o fluxo de trânsito é muito intenso. Existe uma escola perto da referida via, e muitas crianças atravessam pela mesma, em função disto, seria necessária uma "ilha" para dar mais segurança as crianças, que por ali passam em horário de aula. Obs.: maiores informações com a Senhora Maria da Graça, pelo fone 3327-1510.

Nº 9380/2014 - realizar a implantação do excelente programa "Amigos do Zippy" na rede municipal de ensino público de Blumenau, e atenção especial da secretaria de educação e do poder executivo. Justificativa: o programa conta com conceito internacional de países desenvolvidos, alguns municípios do estado já aderiram e tiveram excelente melhora. O programa está também em cidades de outros estados do país. Foi apresentado em nossas reuniões com prefeito e secretaria de educação, inclusive a possibilidade de conquista de recursos para que o município não tenha despesas com o projeto, que vai transformar o ensino e fazer novas crianças, consequência disso novos jovens e adultos. Obs.: maiores informações com a Sra. Rosane, pelo telefone (47) 9911-5802.

**DO VEREADOR ROBERTO TRIBESS:**

Nº 9366/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Alberto Manzke, em toda a sua extensão, no Bairro Passo Manso. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9411/2014 - tirar galhos na Rua Augusto Radunz, no Bairro Texto Salto, pois a Celesc cortou e deixou jogado pela rua. Obs.: maiores informações com o Sr. Egon, pelo telefone 9183-1163.

Nº 9412/2014 - fazer limpeza com urgência de esgoto a céu aberto

na Rua Alberto Manzke, no Bairro Texto Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9413/2014 - colocar placas de redução de velocidade na Rua Johann Findeiss, no Bairro Texto Salto. Obs.: maiores informações com o Sr. Janio, pelo telefone 8433-4599 ou 3334-6569.

Nº 9423/2014 - verificar a Rua Fritz Spornau, pois os usuários alegam que as placas de indicação, " Faixa de Pedestres" instaladas na ilhas; no tamanho e altura em que se encontram escondem os pedestres que as utilizam. Neste caso os pedestres ficam correndo um risco maior pois os veículos não reduzem a velocidade. Solicitamos providências quanto a sinalização citada para tornar a visibilidade do motorista ao pedestre facilitada, diminuindo o risco. Obs.: maiores informações com o Sr. Roberto Tribess, pelo telefone 9104-0515.

Nº 9433/2014 - instalar novos bancos, próximo aos aparelhos de ginástica, no Parque Ramiro Ruediger, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com o Sr. Fernando, pelo telefone 47 8494-0166.

Nº 9473/2014 - consertar o calçamento na Rua Germano Fahrenheit, próximo ao nº 252, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9474/2014 - consertar o calçamento na Rua Germano Fahrenheit, próximo ao nº 752, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9475/2014 - consertar o calçamento na Rua Germano Fahrenheit, próximo ao nº 843, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9476/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Samuel Morse em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9477/2014 - colocar grelha em "boca de lobo" na Rua Alfredo Leber, próximo ao nº 55, no Bairro Salto Weissbach. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9478/2014 - consertar o asfalto na Rua Franz Volles próximo ao nº 1073, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9479/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Jaco Brueckheimer, em toda a sua extensão, no Bairro Velha. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9480/2014 - patrolar a Rua Bruno Reimer, em toda a sua extensão, no Bairro Itoupava Central. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9481/2014 - consertar o calçamento na Rua Soldado Mario Luiz Bertolini, próximo ao nº 295, no Bairro Itoupava Norte. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9482/2014 - consertar o calçamento na Rua Manoel Pinheiro Da Silva Neto, próximo ao nº 322, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9483/2014 - consertar o calçamento na Rua Otto Schuhardt, próximo ao nº 383, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9484/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Otto Schuhardt, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9485/2014 - consertar o calçamento na Rua Jose Mafra, próximo ao nº 100, no Bairro Tribess. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9486/2014 - consertar o calçamento na Rua Jose Mafra, próximo ao nº 253, no Bairro Tribess. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9487/2014 - consertar o calçamento na Rua Itamaraca, próximo ao nº 92, no Bairro Tribess. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9488/2014 - consertar o calçamento na Rua Ottilie Tribess, próximo ao nº 52, no Bairro Tribess. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9489/2014 - consertar o calçamento na Rua Ottilie Tribess, próximo ao nº 184, no Bairro Tribess. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

Nº 9490/2014 - roçar e fazer limpeza na Rua Germano Fahrenheit, em toda a sua extensão, no Bairro Fortaleza. Obs.: maiores informações com o Sr. Francisco, pelo telefone 9952-5653.

DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA:

Nº 9365/2014 - encaminhar ao Executivo Municipal e Departamento de Apoio às Associações de Moradores, no sentido de acompanhar os pontos expostos ao Ofício AMG2014/03, datado em 04 de novembro de 2014, conforme cópia anexa.

DO VEREADOR ZECA BOMBEIRO:

Nº 9364/2014 - efetuar a manutenção na rede de iluminação pública na Rua Olindo Moraes, no Bairro Salto do Norte, pois a rua está às escuras.

Nº 9472/2014 - consertar o calçamento na Rua Paulina Wagner, próximo ao número 640, no Bairro Badenfurt, pois o mesmo ce-deu.

REQUERIMENTOS DE VOTOS DE PESAR

DO VEREADOR JEFFERSON FOREST:

Nº 1426/2014 - votos de pesar à família do Sr. Clóvis Truppel, pelo seu recente falecimento.

Nº 1427/2014 - votos de pesar à família do Sr. Dorival Conrado, pelo seu recente falecimento.

DO VEREADOR OLDEMAR BECKER:

Nº 1424/2014 - votos de pesar à família das três crianças que faleceram, Igor Medeiros, Vinícios Medeiros e Schiaini medeiros, pelos seus recentes falecimentos

MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

PROJETOS

Em 2ª discussão e votação o seguinte Projeto:

- Projeto de Lei Ordinária nº 6584/2014, de autoria do Vereador Mário Hildebrandt, que "DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE ANIMAIS NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE BLUMENAU", bem como a sua emenda nº 01.

REQUERIMENTOS

DO VEREADOR ADRIANO PEREIRA:

Nº 1425/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na

legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando será implantada a 3ª equipe de saúde (completa) no ESF Arão Rebello, Bairro Velha Grande?

Nº 1429/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando de fato será iniciada a pavimentação da Rua Henrique Assini, pelo sistema de mutirão, através do Programa Pavimenta Ação? Obs.: os moradores não aguentam mais promessas e prorrogação de prazos, a comissão da rua é cobrada pelos moradores, nós vereadores também, por isso queremos uma resposta objetiva e concreta.

DO VEREADOR ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA:

Nº 1407/2014 - Providências junto ao 10º Batalhão de Polícia Militar, no sentido de que efetue mais patrulhamento nas ruas do Bairro Fidélis. Obs.: maiores informações com o Sr. Pedro da Silva, pelo telefone 8437-4465. A/C: Coronel Carlos Alberto Fritz Bueno.

Nº 1409/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que responda ao seguinte pedido de informações: - Há projeto e cronograma para implantar uma rotatória ou a segunda pista, no final da Rua Oscar Holz, acessando a Rua Frederico Jensen, no Bairro Itoupavazinha? Se não há, solicitamos providência, pois é grande o transtorno no referido local, causado pelo grande fluxo de veículos.

Nº 1428/2014 - providências junto à Celesc, no sentido de que re-akuze a recolocação de um poste que se encontra no meio da via, na Rua Luiz de Oliveira, Bairro Itoupavazinha, em frente ao número 225 (no fim da rua). Justificativa: o poste atrapalha a plena utilização da via e impossibilita alguns moradores de estacionarem seus carros em suas garagens. Obs.: maiores informações com a Sra. Maria, nos telefones 3327-6714 / 9169-3722. Segue imagem em anexo

DO VEREADOR IVAN NAATZ:

Nº 1405/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando será encaminhado convênio com o BADESC para a pavimentação da Rua Henrique Setter, Bairro Itoupava Central.

Nº 1406/2014 - providências junto ao Executivo Municipal e Secretaria de Serviços Urbanos, no sentido de que, na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Existe a possibilidade de ser instalado um braço de luz na entrada da Rua Hermann Baeh com a Rua João Kantovck? Obs.: Essa rua é de placa amarela.

Nº 1408/2014 - providências junto ao Executivo Municipal - Fundação Municipal de Desportos - FMD, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: - Quando serão instaladas academias ao ar livre próximas às Ruas Bernardino José de Oliveira e Emílio Buerger?

DO VEREADOR JEFFERSON FOREST:

Nº 1413/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que forneça as seguintes informações: - Apresentação do extrato bancário da empresa URB, desde janeiro de 2014 até a data de aprovação deste, contemplando todas as suas movimentações financeiras, e também cópia de toda a documentação do processo de licitação realizada para a aquisição de todos os ônibus da empresa supra citada.

DO VEREADOR JENS JUERGEN MANTAU:

Nº 1419/2014 - providências junto ao DEINFRA, no sentido de que

realize o recapeamento asfáltico da Rodovia Guilherme Jensen, no Bairro Itoupava Central.

Nº 1420/2014 - providências junto ao 10º Batalha de Polícia Militar, no sentido de que realizem rondas policiais na Rua Ângelo Bressanini, no Bairro Salto do Norte.

Nº 1421/2014 - providências junto ao 10º Batalha de Polícia Militar, no sentido de que realizem rondas na Rua Clídia da Silva, no Bairro Testa Salto.

Nº 1422/2014 - providências junto ao 10º Batalha de Polícia Militar, no sentido de que realizem rondas policiais na Rua Candelária, no Bairro Salto do Norte.

Nº 1423/2014 - providências junto à CELESC, no sentido de que coloque um transformador na Rua Caboclo Girassol, no Bairro da Velha. Obs.: maiores informações com a Sra. Marileia, pelo telefone 3328-3875.

#### DO VEREADOR MÁRIO HILDEBRANDT:

Nº 1404/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, Secretaria Municipal de Planejamento - Seplan, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informações: - Existe projeto para asfaltamento/pavimentação da Rua Genésio Link, no Bairro Badenfurt? - Em caso positivo: qual a previsão de implantação do projeto? - Em caso negativo: solicitamos estudo técnico urgente para dar retorno à população. Qual o prazo de conclusão do estudo técnico e o prazo de sua possível implantação?

Nº 1410/2014 - providências junto ao Executivo Municipal - Samae, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - Sesur (Horto Florestal) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Sedec (Diretoria de Desenvolvimento Rural), no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda o seguinte pedido de informação: - Há possibilidade de disponibilização à população, de composteiras domésticas (minhocários), para compostagem de lixo no município? - Em caso positivo: qual o prazo previsto para sua disponibilização à população? - Em caso negativo: o que impede que o município não faça a disponibilização do minhocário? Justificativa: são caixas de plástico, próprias para compostagem que serão disponibilizadas gratuitamente à população interessada. Nessas caixas deverão ser depositadas cascas de frutas e legumes, borra de café e outros materiais orgânicos, que com a ajuda das minhocas transformarão o material em adubo. As famílias interessadas em participar devem se inscrever. Com isso, poderá haver uma sensível redução no envio de lixo para os aterros sanitários.

Nº 1412/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, Samae, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - Sesur, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na legislação aplicável, responda o seguinte pedido de informação: - Há possibilidade de se avaliar a implantação em Blumenau, do modelo de coletores subterrâneos de lixo, tanto para o lixo reciclável como para o lixo comum? Justificativa: além de melhorar o visual da cidade, diminuiria o tempo de coleta, geraria maior renda para a Cooperativa através do aumento da reciclagem, o lixo estaria protegido da chuva e não entupiria as bocas de lobo, os animais não teriam acesso aos sacos de lixo evitando assim que o mesmo seja espalhado pelo chão e não existiria horário para o depósito do lixo na lixeira.

#### DO VEREADOR OLDEMAR BECKER:

Nº 1411/2014 - providências junto ao Executivo Municipal - Secretaria de Educação, no sentido de que responda ao seguinte pedido de informação: - Existe alguma posição referente à reunião que fizemos para apresentação do Programa Amigos do Zippy e sua

implantação na educação do município? Se foi recusado, quais foram os critérios da avaliação?

Nº 1417/2014 - após ouvido o Plenário, a realização de audiência pública, tendo como convidados/convocados, as pessoas/autoridades/entidades abaixo identificadas, visando discutir e encaminhar questões afetas ao Projeto de Lei nº 6694/14, referente ao cardápio Braille em Blumenau.

Tais como: melhorias nos serviços prestados por bares, restaurantes e similares, acessibilidade nos estabelecimentos, medidas adotadas para alcance do objetivo sem maiores prejuízos para os proprietários dos referidos estabelecimentos. Convidados/ convocados: Prefeito Municipal de Blumenau; Presidente do Sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares; ACEVALI; CEVAP; Centro Braille; Pessoas portadoras de deficiências visuais; Proprietários de alguns estabelecimentos.

#### DO VEREADOR VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA:

Nº 1418/2014 - providências junto ao Executivo Municipal, no sentido de que na forma e dentro do prazo legal, com base na Legislação aplicável, responda ao seguinte pedido de informação: 1 - Existe algum procedimento para liberação do imóvel da Sra. Adelhaide Pollnow, no início da Rua Santana, Cadastro IPTU nº 58786? 2 - Existe a possibilidade de utilizar aquele imóvel para quais finalidades? Justificativa: Assunto pendente, segundo proprietária há anos. Fotos estão anexas. Obs.: Maiores informações, com a Sra. Adelhaide, através do telefone 9113-9880.

#### MOÇÕES

#### DO VEREADOR JEFFERSON FOREST:

Nº 127/2014 - moção de louvor, com expedição de diploma e entrega em plenário, em conformidade com o Artigo 143 e parágrafos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, ao Sr. Moisés Pahl, pelo desempenho de um excelente trabalho em prol da comunidade do Salto Weissbach. Obs.: cota do vereador autor referente ao mês de junho de 2014.

#### ORDEM DO DIA

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 6.584. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.584. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além 1432, 1433 e 1434/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2173 e 2174. Destino: comuniquem-se e publiquem-se.

Encaminhado ao arquivo o Projeto de Lei nº 6.718.

#### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Reunião Ordinária do dia 13 de novembro de 2014.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário



Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei nº 6.671. Destino do projeto: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Retirado da Ordem do Dia, para vistas por 48h, veto total ao Projeto de Lei nº 6.697.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.395. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1451, 1453 e da Moção nº 183/2014. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2175, 2176 e 2177. Destino: comunique-se e publique-se.

Ofícios comunicando o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.362 e o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 1.356.

Mensagem nºs 85/2014 - encaminhando Projeto de Lei que "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 833, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Mensagem nºs 87/2014 - encaminhando Projeto de Lei que "DENOMINA BERTHA REPSOLD BLUMENAU PRAÇA PÚBLICA SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, EM FRENTE AO MAUSOLÉU DR. BLUMENAU, NO CENTRO".

Mensagem nºs 88/2014 - encaminhando Projeto de Lei que "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 370, 2.289, 2.000, 2.513, 2.508, 3.130, 4.276, 2.121 E 5.037".

Mensagem nºs 89/2014 - encaminhando Projeto de Lei, em regime de urgência, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DA LEI Nº 7.902 (PPA) E 7.847 (LDO)".

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

Reunião Extraordinária do dia 13 de novembro de 2014.  
Quinta-Feira - 19:00 horas.

Vanderlei Paulo de Oliveira	- Presidente da Câmara Municipal
Roberto Tribess	- Vice-Presidente
Marcos da Rosa	- 1º Secretário
Jens Juergen Mantau	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Célio Dias	Cezar João Cim
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Marcelo Lanzarin	Marco Antônio Wanrowsky
Mário Hildebrandt	Oldemar Becker
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 1.395. Destino: à sanção do Executivo.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2614/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2614/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 26 de Novembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço global, tendo como objeto a TERCEIRIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DO DMER.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº. 10.520/02 e 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br, ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 14 de Novembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4616/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4616/2014 de 12 de Novembro de 2014.  
Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02503/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02503/2014, que tem por objeto Serviço de retífica de motor de micro ônibus Iveco Cityclass 70C17 HD Ônibus ano 2013.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Serviço de lavagem química motor daily	1,00	184,75
2	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Diagnostico Eletro-nico Easy	1,00	114,32
3	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Retifica e Colocação de Motor Daily	10,70	928,12
4	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Revisão Motor Daily	26,10	2.336,47
5	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Jogo Casquilhos Bloco	1,00	183,24
6	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Elemento Filtro de Ar Nova Daily	1,00	79,98
7	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Eletro Injetor Completo	4,00	5.258,16
8	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Filtro de Ar Completo	1,00	90,81
9	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Pistão Completo STD	4,00	6.006,20
10	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Parafuso Fixação do Cabeçote	6,00	141,42
11	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Corrente Comando da Distribuição	1,00	433,14
12	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Patim Fixação	1,00	110,27
13	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Biela Motor Completa	4,00	2.421,96
14	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Casquilho Biela Std	4,00	259,76
15	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Oleo Hidraulico GI/A SAE 1	2,00	31,72
16	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Retentor Virabrequim DT	1,00	45,52
17	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Bloco Motor Dayli Ecoline	1,00	3.325,74
18	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Oleo Motor Stralis FE 5 W	8,00	195,36
19	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Querosene 1 Lt	20,00	95,80
20	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Aditivo radiador	6,00	91,44
21	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Arruela Vedação 10MM	10,00	3,80
22	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Braçadeira 12x16x9,5 mm	10,00	25,20
23	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Braçadeira Plastica	25,00	29,00
24	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Silicone Loctite Cinza 60 gramas	2,00	92,80
25	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Adesivo Elimina Juntas	2,00	89,80
26	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Filtro Lubrificante Nova Daily	1,00	51,24
27	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Parafuso Fixação do Cabeçote	4,00	48,16
28	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Jogo Junta do Motor	1,00	1.075,21
29	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Retentor Virabrequim TZ	1,00	153,98
30	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Corrente Comando Distribuição	1,00	541,89
31	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Serviço de Terceiro Limpeza de Motor	2,50	202,10

32	RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA EPP	Serviço de Terceiros Retifica do Motor	8,50	852,64
----	--	--	------	--------

vinte e cinco mil e quinhentos reais	25.500,00
--------------------------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 12/11/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4617/2014

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº 4617/2014 de 12 de Novembro de 2014

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02398/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02398/2014, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro DETER para ônibus do transporte escolar veículos da municipalidade e maquinas e caminhões do departamento do DMER.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	GENTE SEGURADORA SA	RENAULT FLUENCE2.0 PRIVILEGI 16 V HI-FLEX,ANO 2014 MODELO 2014, PLACA MLW-0696,casco 110%, franquia reduzida, danos materiais, R\$ 200.000,00, danos corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 50.000,00,morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00, despesas médicas hospitalares por passageiro R\$ 30.000,00 (05 passageiros) assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limite de kilometragem, vidros ,farois retrovisores.	1,00	1.228,20
2	GENTE SEGURADORA SA	FIAT DOBLO 1.8 ESSENCE 16 V FLEX,ANO 2014 MODELO 2014, PLACA MLY-6116,casco 110%, franquia reduzida, danos materiais, R\$ 200.000,00, danos corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 50.000,00,morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00, despesas médicas hospitalares por passageiro R\$ 30.000,00 (05 passageiros)assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limite de kilometragem, vidros ,farois retrovisores.	1,00	1.022,65
3	GENTE SEGURADORA SA	CAMINHÃO MERCEDEZ BENS ATRON 2729 K 6X4,ANO 2014 MODELO 2014, PLACA QHC-1525,casco 110%, franquia reduzida, danos materiais, R\$ 200.000,00, danos corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 50.000,00,morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00, despesas médicas hospitalares por passageiro R\$ 30.000,00 (02 passageiros)assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limite de kilometragem, vidros ,farois retrovisores.	1,00	395,45

4	GENTE SEGURADORA SA	CAMINHÃO MERCEDEZ BENS ATRON 2729 K 6X4,ANO 2014 MODELO 2014, PLACA OKG 9826,casco 110%, franquia reduzida, danos materiais, R\$ 200.000,00, danos corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 50.000,00,morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00, despesas médicas hospitalares por passageiro R\$ 30.000,00 (02 passageiros)assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limite de kilometragem, vidros ,farois retrovisores.	1,00	395,45
5	GENTE SEGURADORA SA	RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416 E ano 2014, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
6	GENTE SEGURADORA SA	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 K ano 2014, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
7	GENTE SEGURADORA SA	ROLO COMPACTADOR JCB VM 115 ano 2014, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
8	GENTE SEGURADORA SA	CARREGADEIRA MICHIGAN 55 Ci ano 1998, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00 N°. de Serie 4247R376*BRC	1,00	146,17
9	GENTE SEGURADORA SA	ESCAVADERIA HIDRAULICA CATERPILLAR 311 D ano 2011, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
10	GENTE SEGURADORA SA	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 0110 ano 2011, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
11	GENTE SEGURADORA SA	TRATOR NEW HOLLAND TS 6020 ano 2014, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
12	GENTE SEGURADORA SA	RETROESCAVADEIRA JCB 03 ano 2011, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17

13	GENTE SEGURADORA SA	TRATOR MASSEY FERGUSON 4275 ano 2014, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
14	GENTE SEGURADORA SA	TRATOR VALTRA A 751 L ano 2013, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
15	GENTE SEGURADORA SA	TRATOR TS100 NEW HOLLAND ano 2008, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00 N°. de Serie K8DP3045	1,00	146,17
16	GENTE SEGURADORA SA	TRATOR NEW HOLLAND TL 95 ano 2009, danos materiais a terceiros R\$ 200.000,00. danos corporais a terceiro R\$ 200.000,00 danos morais R\$ 50.000,00	1,00	146,17
17	GENTE SEGURADORA SA	FIAT DUCATO MINIBUS T ALTO 2.3 JED ANO 2012 MODELO 2013, PLACA MJW 4604,casco 110%, franquia reduzida, danos materiais, R\$ 200.000,00, danos corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 50.000,00,morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00, despesa médica hospitalar por passageiro R\$ 30.000,00 (16 passageiros),assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limite de kilometragem, vidros ,farois retrovisores.	1,00	698,84
18	GENTE SEGURADORA SA	IVECO CITY CLASS 70 C 17 ONIBUS ANO 2012 MODELO 2013 PLACA MKW 5386,danos materiais R\$ 150.000,00,danos corporais R\$ 150.000,00,danos morais R\$50.000,00 morte por passageiro R\$ 30.000,00, invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,despesa médica hospitalar por passageiro R\$ 30.000,00 (26 passageiros), assistencia tecnica 34 horas completa com carro reserva ew guincho sem limites de quilometragem, vidros ,farois, lanternas e retrovisores	1,00	698,84

19	GENTE SEGURADORA SA	VOLKSWAGEN 15.190 ONIBUS ANO 2012 MODELO 2013 PLACA MLK 8011,danos materiais R\$ 150.000,00,danos corporais R\$ 150.000,00,danos morais R\$50.000,00 morte por passageiro R\$ 30.000,00, invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,despesa médica hospitalar por passageiro R\$ 30.000,00 (48 passageiros), assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limites de quilometragem, vidros ,farosi, lanternas e retrovisores	1,00	698,84
20	GENTE SEGURADORA SA	FIAT DUCATO VAN MULTI 2.3 JET ANO 2012 MODELO 2012 MJR 3462, danos materiais R\$ 150.000,00, danos corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 50.000,00, morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,despesa médica hospitalar por passageiro R\$ 30.000,00 (16 passageiros), assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limites de quilometragem, vidros ,farosi, lanternas e retrovisores	1,00	698,84
21	GENTE SEGURADORA SA	AGRALE MAXIBUS MC 085 MICRO ONIBUS ANO 2000 MODELO 2000 danos materiais R\$ 150.000,00, danos corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 50.000,00 morte por passageiro R\$ 30.000,00 invalides permanente por passageiro R\$ 30.000,00,despesa médica hospitalar por passageiro R\$ 30.000,00 (29 passageiros), assistencia tecnica 24 horas completa com carro reserva e guincho sem limites de quilometragem, vidros ,farosi, lanternas e retrovisores	1,00	758,85

oito mil trezentos e cinquenta reais	8.350,00
--------------------------------------	----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 12/11/14.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48 2014 - SRP**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2014  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 26.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de Empresa Especializada em Ensino de Esporte para Diversas Modalidades e Faixas Etárias do Município de Braço do Trombudo para o ano de 2015, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 49 2014 - SRP**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 59/2014  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 49/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 27.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de Serviço de Som de Rua para Diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.

**EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 50 2014 - SRP**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 60/2014  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 50/2014 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 27.11.2014, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de gêneros alimentícios para montagem de cestas natalinas, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8 2014PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 1/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	160,0000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	supergasbras	0	176,0000	2
2	BACON (5340)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRACONORTI	0	17,6474	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Beletti	0	17,6586	2
3	BIFE DE COXÃO MOLE BOVINO, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8182)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	16,3001	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	16,3014	2
4	CARNE BOVINA MOIDA DE 1°, fresca, isenta de cartilagens, ossos. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso, registro do produto no SIF ou CISPOA. (8186)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	11,8218	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	verdi	0	11,8228	2
5	CARNE BOVINA tipo COXÃO MOLE, peça inteira, fresca, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortado em pedaços para facilitar o preparo. (13390)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	15,9870	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	verdi	0	15,9882	2
6	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, Registro do produto no SIF ou CISPOA. (8184)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	10,6738	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Paleta sete	0	10,6746
7	COSTELA SUINA SEM BACON, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortada em ripa ou cortada em pedaços, conforme solicitado. (13391)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOOZ	0	11,6131
8	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO, fresca e ou congelada. Embalagem plástica contendo duas unidades, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13392)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,4403
9	FRANGO TIPO COLONIAL, limpo e com miúdos, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortado para facilitar o preparo. (13393)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SACI	0	5,2942
10	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,1253
11	LINGÜIÇA MISTA, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13395)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	11,4423

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 3/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	LINGUICINHA DE FRANGO, embalagem à vácuo com 800 gramas. (13396)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bonatti	0	11,4432	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	10,5125	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	10,5133	2
13	MÚSCULO BOVINO, sem osso, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Se pedido precisa cortar em pedaços. (13397)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOOZ	0	9,1463	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	verdi	0	9,1470	2
14	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com 12 unidades, data, validade e avião de origem. (13398)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	4,7534	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	união	0	4,7538	2
15	FILÉ DE PEITO DE FRANGO sem osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13399)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PERDIGÃO	0	9,3076	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	agroveneto	0	9,3083	2
16	PERNIL SUINO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13400)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOOZ	0	8,5485	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Frigo will	0	8,5492	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 4/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
17	QUEIJO tipo MUSSARELA, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. Fatiado e separados um a um, embalagem com 400 gramas. (13401)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	7,8275	1		
18	PRESUNTO COZIDO, sem bolor ou mau aspecto, deverá ser fresco, fatiado, embalagem com 500 gramas. (13402)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	8,4062	1		
19	MASSA PARA LASANHA (fresca) pct de 500 gramas. (13403)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4972	1		
20	BATATA pronta para fritar, fatiadas, pré cozida, embalagem com 2 Kg. (13404)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	15,2754	1		
21	COSTELA BOVINA TIPO RIPA, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortada em ripa. (13405)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	9,9432	1		
22	PEITO DE FRANGO com osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13406)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANCO	0	6,8882	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 5/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,8887	2
23	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,2373	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	caravelas	0	7,3008	2
24	Aroz parbolizado, pct de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MINUTINHO	0	8,9247	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	vale	0	9,0023	2
25	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,0937	2
26	caldo de feijão (cx c/ 6 und) (7504)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,1028	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,1124	2
27	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,0937	2
28	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 6/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,0937	2		
29	Ervilha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,1955	1		
30	EXTRATO DE TOMATE (lata c/ 850 gramas) (13408)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	QUERO	0	5,3845	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias verde	0	1,2059	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	d'ajuda	0	5,4313	2		
31	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,4939	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,5243	2		
32	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	3,1417	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ki sabor	0	3,1690	2		
33	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	8,6281	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	8,7031	2		
34	FERMENTO QUIMICO. (Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (13409)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLESHMANN	0	4,4299	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
35	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,4684	2		
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	2,0111	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	2,0286	2		
36	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,9546	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,9629	2		
37	MACARRÃO - TIPO ESPAGUETE C/ OVOS (Pacote de 500 g. Embalagem plástica, transparente, resistente e íntegra. Deve estar inscrita no Ministério da Saúde. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural de trigo, betacaroteno. Deve constar na embalagem instruções de preparo de conservação. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 6 meses. (2156)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,0759	1		
38	MACARRÃO FRESCO tipo TALHARIM, pct 500gr (8173)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,0940	2		
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BELA MASSA	0	2,5857	1		
39	Macarrão parafuso c/ ovos (pct 500gr) (7674)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ines	0	2,6081	2		
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,0852	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,1033	2		
40	MACARRÃO TIPO ALETRIA com ovos (pct 500 gramas). (13410)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ISABELA	0	2,2428	1		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 8/20

**Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,2623	2
41	CEBOLINHA DESIDRATADA, seco em flocos, (pct com 5gramas), (13411)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2048	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2153	2
42	MARGARINA DE ALTA QUALIDADE com sal (pt de 500 gramas) (13412)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PRIME	0	1,7608	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mesa	0	1,7762	2
43	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DORC	0	1,2419	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	golas verde	0	1,2527	2
44	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1770	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,1872	2
45	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MARFIM	0	0,9638	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	zizo	0	0,9722	2
46	SUCO EM PÓ, de alta qualidade, sabores naturais, adoçado, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, em sabores variados (podendo escolher os sabores), (13413)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	POP FRUITA	0	0,5653	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5702	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	TEMPERO EM PASTA completo, sem pimenta pote com 300 gramas. (13414)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,5106	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5238	2
48	VINAGRE ( 900 ML) (2573)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1677	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Henning	0	1,1779	2
49	Creme de leite cx 200 gr (9178)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB,	0	1,6218	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	1,6359	2
50	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml. não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7525	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7764	2
51	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado, (embalagem de 200 gramas). (13416)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	4,1611	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	tirol	0	4,1973	2
52	AZEITE DE OLIVA extra virgem, com acidez máxima de 0,5% (Embalagem com 500 ml). (13417)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOM FIORELLI	0	13,0209	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	don fiorelo	0	13,1342	2
53	ALHO TRITURADO SEM SAL (embalagem com 3 Kg.) (13418)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PUVATO	0	44,0025	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Kaluze	0	44,3851	2
54	CARVÃO (saco com8Kg.) (13419)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Iontrense	0	13,6667	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LONTRENSE	0	14,0000	2
55	CANELA EM PQ(embalagem com 35 gramas) (13420)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,7423	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,7575	2
56	COMINHO embalagem com 35 gramas (13421)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	2,2891	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	2,3090	2
57	MAIONESE (embalagem em balde de 3 Kg.) (13422)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	D'AJUDA	0	16,9411	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	17,0884	2
58	MOSTARDA AMARELA (embalagem de 1 Kg.) (13423)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HEMMER	0	6,6263	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Calcuta	0	6,6839	2
59	CATCHUP TRADICIONAL (embalagem em bisnaga de 820 gramas) (13424)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	D'IAJUDA	0	5,2640	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	5,3098	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 11/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	MAIZENA (embalagem caixa de 500 gramas). (13425)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	6,6356	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maizena	0	6,6933	2
61	MOLHO DE PIMENTA VERMELHA (embalagem em vidro de 200 ml). (13426)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KENKO	0	3,0212	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	d'ajuda	0	3,0475	2
62	BATATA PALHA (pct de 400 gramas) (13427)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LEVIS	0	10,4816	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ki fritas	0	10,5728	2
63	PEPINO EM CONSERVA condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg.) (13429)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALVEIRA	0	17,8679	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Alveira	0	18,0233	2
64	BETERRABA EM CONSERVA, condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg). (13430)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALVEIRA	0	19,2024	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chicarelli	0	19,3694	2
65	AMACIANTE DE CARNE, (embalagem em pote de 120 gramas). (13431)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8006	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	horta sabor	0	4,8424	2
66	ABOBRINHA, unidades de tamanho médio, unidades íntegras, fresca e limpas, serr machucados. (8146)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ITALIA	0	2,7132	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 12/20

**Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9800	2
67	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1Kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,3123	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
68	ALFACE LISA ou CRESPA folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13432);	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	LISA / CRESPI	0	1,2745	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5600	2
69	ALHO graúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos (13433);	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,5033	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,2000	2
70	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATUPRA	0	1,5359	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5900	2
71	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,1732	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
72	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	2,1242	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,6000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	3,5212	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0000	2
74	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,4379	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4500	2
75	CEBOLINHA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13434)	PCT	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,9371	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
76	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,3121	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9500	2
77	CHUCHU, unidades íntegras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,4379	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,6000	2
78	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,5539	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,3000	2
79	FEIJÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos ínteiros e correspondentes a variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13435)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,0359	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,2500
80	FEIJÃO VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. Sem presença de sujidades. (13436)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VAGEM	0	5,1634
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,0000
81	FEIJÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13437)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	6,7729
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	7,5000
82	LARANJA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (13438)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERÁ	0	1,6095
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4900
83	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA	0	3,7500
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,1500
84	Maçã formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,8023
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,4900
85	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,8971

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 15/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,1000
86	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	3,4477
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,2500
87	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,2026
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000
88	SALSA LISA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13439)	PCT	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2306
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000
89	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,2761
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000
90	BATATA AIPO de 1ª qualidade, fresca, firme isento de sujidades, tamanho e coloração uniforme. (13440)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AIPO	0	6,2500
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,7500
91	ABACAXI TIPO PÉROLA, doce e em tamanho médio a grande, com grau médio de amadurecimento, sem machucados, frescos e limpos. (13441)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,1748

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,0000	2		
92	MANGA, unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13442)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	3,6765	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,1900	2		
93	MELANCIA, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (13443)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,2500	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,0000	2		
94	PIMENTÃO AMARELO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13444)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AMARELO	0	7,8023	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	8,0000	2		
95	PIMENTÃO VERMELHO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13445)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	7,8023	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	8,0000	2		
96	UVA VERDE comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13446)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	6,0212	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,0000	2		
97	UVA ROSADA comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13447)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROSADA	0	6,4788	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014**

Página: 17/20

Número do Registro de Preços: 8/2014      Data do Registro: 15/05/2014      Válido até: 15/05/2015							
Objeto da Compra:    Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,0000	2
98	UVA PRETA comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas, (13448)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETA	0	6,0212	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,0000	2
99	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas íntegras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ	0	2,8676	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0000	2
100	GOIABA VERMELHA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas, frescas e com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13450)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	5,4820	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,5000	2
101	TANGERINA POCÃ, unidades de tamanho grande, frutas firmes, limpas e frescas, com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13451)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	POCÃ	0	3,2598	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
102	ACELGA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13452)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINESA	0	3,3905	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0000	2
103	RÚCULA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13453)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,7402	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 18/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	ALMEIRÃO, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13454);	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,7402	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
105	COUVE MANTEIGA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13455)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	1,8627	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
106	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (13456)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	1,9199	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 19/20

Número do Registro de Preços: 8/2014								Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)		LUCELMAR	0	1.5000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 20/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014

PROCESSO Nº 20/2014

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (6852) - NELSON KNAUL ME
- (7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Maio de 2014.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 7526, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7526, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 813.302,00 (Oitocentos e treze mil, trezentos e dois reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0306.0040.2049	Manut. Prog. De Alimentação Escolar
Ensino Fundamental	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.60.00	Prog. Nac. Alimentação Escolar - PNAE
VALOR	R\$ 46.300,00
0012.0365.0335.2021	Manutenção de Creches
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.62.01	Recursos Educação/FNDE - Manuten-
ção Creches	
VALOR	R\$ 101.002,00
11.00	Secretaria de Desenvolv. Economico
Trabalho e Renda	
11.001	Secretaria de Desenvolv. Economico
Trabalho e Renda	
0022.0122.0165.2026	Manut. Da Secretaria de Desenvolv.
Economico Trabalho e Renda	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públi-
cos	
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públi-
cos	
0015.0451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema
Viário	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 200.000,00
0015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de
Obras	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 35.000,00
0015.0451.0310.1001	Obras de Infra Estrutura Urbana Proje-
to Tapete Preto	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 200.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 171.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0335.2021	Manutenção de Creches
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.62.01	Recursos Educação/FNDE - Manuten-
ção Creches	
VALOR	R\$ 101.002,00
11.00	Secretaria de Desenvolv. Economico
Trabalho e Renda	
11.001	Secretaria de Desenvolv. Economico
Trabalho e Renda	
0022.0122.0165.2026	Manut. Da Secretaria de Desenvolv.
Economico Trabalho e Renda	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 20.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públi-
cos	
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públi-
cos	
0015.0451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema
Viário	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 200.000,00
0015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de
Obras	
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 35.000,00
0015.0451.0310.1001	Obras de Infra Estrutura Urbana Proje-
to Tapete Preto	
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 200.000,00
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. De Operação Entre
Órgãos - Despesas Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 40.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 171.000,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.60.00	Prog. Nac. Alimentação Escolar - PNAE
Valor Orçado	R\$ 950.000,00
Valor arrecadado até a data de 06/11/2014.	R\$ 996.382,39
Excesso de arrecadação até a data de 06/11/2014.	R\$ 46.382,39
Valor a Utilizar	R\$46.382,39

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de novembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº. 7.527, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº. 7.527, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 78.000,00 (Setenta e Oito Mil Reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00	Fundo Municipal de Assistência Social
30.001	Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2327	Proteção Social Especial - Média Complexidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.52.08	Outras Transf. FNAS - PSE/MC
VALOR	R\$ 22.000,00
008.0244.0255.2328	Proteção Social Especial - Alta Complexidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.52.21	Outras Transf. FEAS - A.C.
VALOR	R\$ 22.000,00
008.0244.0255.2329	Proteção Social Básica
3.3.90.00	Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
0.1.52.09	Outras Transf. FNAS - PSB
VALOR	R\$ 14.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas- Outras Despesas Correntes
0.1.52.24	Outras Transf. FEAS - PSB
VALOR	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.52.08	Outras Transf. FNAS – PSE/MC
Valor Orçado	R\$ 235.607,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 257.861,84
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 22.254,84
Valor a Utilizar	R\$ 22.254,84

0.1.52.09	Outras Transf. FNAS – PSB
Valor Orçado	R\$ 127.200,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 169.827,24
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 42.627,24
Valor Utilizado pelo Decreto Nº 7.511	R\$ 28.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 14.627,24

0.1.52.21	Outras Transf. FEAS – A.C.
Valor Orçado	R\$ 170.000,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 170.000,00
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 22.609,86
Valor a Utilizar	R\$ 22.609,86

0.1.52.24	Outras Transf. FEAS – PSB
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 30.264,87
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 30.264,87
Valor Utilizado pelo Decreto Nº 7.482	R\$ 10.043,64
Valor a Utilizar	R\$ 20.221,23

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de novembro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON  
Chefe Gabinete do Prefeito

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 200/2014**  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa n. 034/2014. Processo licitatório n. 200/2014. Objeto: Prestação de serviços financeiros e outras avenças. Contratado: Caixa Econômica Federal. Fundamento legal: art. 24, VIII da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 1.200.000,00. Data: 12.11.2014. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva, Secretário de Orçamento e Gestão.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2014 - FMS**

PREGÃO nº 019/2014 - FMS  
Processo Licitatório nº 035/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de medicamentos para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 27/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG  
Secretária de Saúde

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2014**

PREGÃO nº 099/2014  
Processo Licitatório nº 163/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de instrumentos musicais para a Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/12/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

GLEUSA LUCI FISCHER  
Secretária de Educação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2014**

PREGÃO nº 107/2014  
Processo Licitatório nº 177/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais adesivos, cavaletes, lonas/porta banner's e placas de inauguração para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2014**

PREGÃO nº 108/2014  
Processo Licitatório nº 179/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a impressão de carnês do imposto predial e territorial urbano (exercício 2015), notificações extrajudiciais e certidões de isenção.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/12/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2014**

PREGÃO nº 111/2014  
Processo Licitatório nº 186/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de sonorização de eventos para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/12/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2014**

TOMADA DE PREÇOS nº 013/2014  
Processo Licitatório nº 192/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de estudos e projetos de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/12/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 13/11/2014

PAULO RODRIGO SESTREM  
Secretário de Trânsito e Mobilidade

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/2014**

TOMADA DE PREÇOS nº 014/2014  
Processo Licitatório nº 194/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a execução de obras de construção de cobertura da quadra



esportiva da Escola Ayres Gevaerd, padrão FNDE, localizada na Rua Alberto Michel, n. 67, Bairro Bateas, Município de Brusque. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/12/2014, às 14h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 11/11/2014

GLEUSA LUCI FISCHER  
Secretária de Educação

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 125/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 012/2014

OBJETO: Execução de obras de instalação de posto de transformação - média e baixa tensão - Município de Brusque.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global para os Lotes 01, 02 e 03 a empresa COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO SAO JOSE LTDA ME com valor global de R\$ 98.697,93 (noventa e oito mil e seiscentos e noventa e sete mil e noventa e três centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.  
12/11/2014

RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

### DECRETO Nº. 7528, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7528, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

50.00	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
50.001	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
0015.0122.0005.2018	Manut. Ativ. Do Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

50.00	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
50.001	Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
0015.0122.0005.2018	Manut. Ativ. Do Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
3.1.91.00	Aplic. Diretas Dec. De Operação Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 13/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe Gabinete do Prefeito

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.196/2014

DECRETO Nº 6.196, de 10 de novembro de 2014.

Corrige o Valor de Referência Municipal - VRM, para fins de cobrança de tributos e fixa o índice de reajuste na planta de valores para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e nos termos dos artigos 11-K e 191 do Código Tributário do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica corrigido o Valor de Referência Municipal - VRM, de que trata o art. 191, da Lei Municipal nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário Municipal, passando de R\$ 199,00 (cento e noventa e nove reais) para R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais), para fins de cobrança de tributos e outros créditos, para o exercício financeiro de 2015.

Art. 2º Fica fixado em 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento) o índice de reajuste na planta de valores para fins de incidência sobre o cálculo do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana- IPTU, para o exercício de 2015.

Art. 3º A correção a que se referem os artigos anteriores, corresponde ao índice de 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento), relativo à variação do IGP-M/FGV do mês de outubro de 2013 a outubro de 2014.

Art. 4º Na aplicação do presente Decreto, serão observadas as demais disposições da Lei Municipal nº 54, Código Tributário do Município de Caçador, suas alterações e demais normas que regulamentam a matéria.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de novembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### DECRETO Nº 6.201/2014

DECRETO Nº 6.201, de 11 de novembro de 2014.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTÔNIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das seguintes áreas abaixo relacionadas:

I - um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído pelos lotes nºs 01, 06 e 10, medindo 405,00m2 (quatrocentos e cinco metros quadrados) cada, objeto da matrícula nº 5945 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Quadra T do Loteamento Jardim Dona Leonora, de propriedade do Município de Caçador;

II - um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído pelos lotes nºs 30 e 31, medindo 420,00m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados) cada, objeto da matrícula nº 11.005 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Quadra B do Loteamento Dona Josefa, de propriedade do Município de Caçador;

III - um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído pelo lote nº 05, medindo 885,98m2 (oitocentos e oitenta e cinco metros e noventa e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 30.897 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Rua Marechal Hermes, de propriedade do Município de Caçador;

IV - um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído pelo lote nº 06, medindo 656,43m2 (seiscentos e cinquenta e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 30.898 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Rua Marechal Hermes, de propriedade do Município de Caçador;

V - um terreno urbano, sem benfeitorias, constituído pelo lote nº 171, medindo 612,00m2 (seiscentos e doze metros quadrados), objeto da matrícula nº 1.267 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado no Loteamento Jardim Perret, de propriedade do Município de Caçador;

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 24.522

PORTARIA Nº 24.522, de 12 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 68 e 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento, dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, em razão de faltas justificadas referentes ao período de 13/08/2014 a 12/09/2014, especificando: código, nome dos servidores, local de trabalho e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Escola	Faltas
4275	Andréa Carla Comel	CMEI Santa Clara	07 dias
5021	Cristiane dos Santos Lima	EMEB Henrique Julio Berger	04 dias
10448	Edite da Silva Bigas	EMEB Pierina Santin Perret	03 e ½ dia
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Pierina Adami	06 dias

13329	Eliane Aparecida Alves	Escolas Municipais	04 dias
3558	Elizangela Bartel	CMEI Pierina Adami	06 dias
13060	Fabiana Dauffenbach Wernke	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias
1202	Ieda Mara Fernandes	EMEB Ulysses Guimarães	04 dias
13023	Irene Pereira	EMEB Alto Bonito	06 dias
13456	Jeana Zago	EMEB Henrique Julio Berger EMEB Pierina Santin Perret	07 dias
13115	Luciane Faganello Chaves	EMEB Ulysses Guimarães	08 dias
10828	Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima	EMEB Ulysses Guimarães	05 dias
943	Neusa Ferreira	EMEB Henrique Julio Berger	04 dias
13077	Silmara Zotto	EMEB Hilda Grannemann de Souza	04 dias
12991	Sonia Aparecida Jarschel	EMEB Henrique Julio Berger	06 e ½ dia
13265	Sulamita Reis dos Santos	EMEB Tabajara	09 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de Setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### PORTARIA Nº 24.681

PORTARIA Nº 24.681, de 09 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
404	Hilda Paravisi de Bartolo	Secretaria Escolar	005	24/02/1997 a 24/02/2002	13/10/2014 a 11/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### PORTARIA Nº 24.701

PORTARIA Nº 24.701, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
1250	Janice Aparecida Perboni Schuppel	Professora	005	17/02/2003 a 17/02/2008	19/10/2014 a 17/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

#### PORTARIA Nº 24.704

PORTARIA Nº 24.704, de 15 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1210	Ivanir Baseggio	60h
3174	Julio Cesar Petrykowski	60h
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60h
2628	Rui Mattana	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.734**

PORTARIA Nº 24.734, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
325	Odila Raiser dos Santos Mafessoni	Orientadora Educacional	005	1/3	11/02/2004 a 14/02/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
23 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.735**

PORTARIA Nº 24.735, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
4672	Maria Lucia Rocha Santos	Servente	005	1/3	09/03/2009 a 09/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
23 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 24.747**

PORTARIA Nº 24.747, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

**PORTARIA Nº 24.748**

PORTARIA Nº 24.748, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
72	Davi Rodrigues da Rocha	24 horas
11076	Edina Domingues	10 horas
2504	Ezio Ferreira dos Santos	24 horas
1026	Ilário Back	24 horas
73	Izaltino Fernandes	18 horas
10050	João Antonio dos Santos	38 horas
70	Marcio Silveira Pinto	17 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	18 horas
83	Mauri Bueno	40 horas
786	Vilmar Moreira dos Santos	40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

### PORTARIA Nº 24.749

PORTARIA Nº 24.749, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, em razão de faltas injustificadas no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de faltas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	12h
78	Gilberto de Oliveira	06h
73	Izaltino Fernandes	06h
89	José Maria Gomes	12h
13356	Madionir Bassani	06h
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	06h
10484	Vinicius Alexandre Soares	06h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

### PORTARIA Nº 24.750

PORTARIA Nº 24.750, de 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	40 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	19 horas
10179	Carlos Alberto Machado	20 horas
88	Edino Ferreira da Luz	26 horas
75	Eloir Souza dos Santos	20 horas

1311	Joel Monteiro	20 horas
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	30 horas
89	José Maria Gomes	02 horas
56	Loreli Aparecida Varella	40 horas
82	Nilson Roberto Goes	19 horas e 30 min.
60	Roseli Aparecida Gribinski	40 horas
3416	Valcir Nedival Vasconcelos	12 horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	06 horas e 30 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski  
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

### PORTARIA Nº 24.774

PORTARIA Nº 24.774, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período de Aquisição	Período de Gozo
325	Odila Raiser dos Santos Maffessoni	Orientadora	005	11/02/2004 a 14/02/2009	03/11/2014 a 02/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 24.707

PORTARIA Nº 24.707, de 16 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o

pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2512	Altino Inácio Carneiro	30h
10832	Ana Paula Castilha de Souza	10h
11151	Andrea Romão Martins	10h
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	52h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	24h
7665	Eloá Fatima de Paula	10h
11139	Eunice Misayo Ueda	13h e 30 min.
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	20h
13201	Gerson José Teles de Souza	47h
5791	Ivone Tibes de Lima	48h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
2529	Lucia Ribeiro Cavaletti	24h
9043	Marcelo Silvio Alves	40h
1446	Otacílio de Jesus do Amaral	10h
7746	Santina Piacentini	36h
13318	Simone Casagrande	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

#### PORTARIA Nº 24.708

PORTARIA nº 24.708, de 16 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	49h
7665	Eloá Fátima de Paula	42h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	105h
13201	Gerson José Teles de Souza	56h
13207	João Berthier Brasil Neto	59h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h

7746	Santina Piacentini	49h
13318	Simone Casagrande	56h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

#### PORTARIA Nº 24.738

PORTARIA nº 24.738, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12725	Susana Ribeiro	Supervisora Grupo de Mulheres	008	25/06/2013 a 24/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

#### PORTARIA Nº 24.739

PORTARIA nº 24.739, de 23 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12573	Anelise Tere-sinha Weber	Assessora de Secretária	008	01/03/2013 a 28/02/2014

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 23 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos  
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### PORTARIA Nº 24.740

PORTARIA Nº 24.740, de 24 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/09/2014 a 14/10/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	40h
11784	Aline Mendes Luciano	20h
10501	Antonio Carlos Buller	40h
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	40h
854	Claudio Antonio Machado	40h
1089	Francisco de Assis Machado	45h
7686	Neiva Teixeira da Rosa	40h
855	Osvaldir Costa Schaphauser	36h
13371	Thiago Vidal Oliveira Branco	36h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

### DECRETO Nº 6.193/2014

DECRETO nº 6.193, de 05 de novembro de 2014.  
Revoga o Decreto nº 4.912, de 11 de julho de 2011, que dispõe sobre o estacionamento de veículos dos Servidores Públicos Municipais defronte à Prefeitura Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 4.912, de 11 de julho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de novembro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.194/2014

DECRETO nº 6.194, de 07 de novembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

3.3.90.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171- Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

4.4.90.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### DECRETO Nº 6.200/2014

DECRETO Nº 6.200, de 11 de novembro de 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo da Defesa Civil

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA :

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo da Defesa Civil, no valor de R\$ 51.154,00 (cinquenta e um mil e cento e cinquenta e quatro reais):

02.01- GABINETE DO PREFEITO

06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas ..... R\$ 51.154,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros referentes a transferência obrigatória de recursos provenientes da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Ministério da Integração Nacional ao Município de Caçador, decorrente do Reconhecimento Nacional de Situação de Emergência (Decreto Municipal nº 6048 de 30/06/2014), através da Portaria nº 253 de 30/09/2014 - Reconhecimento de Situação de Emergência e da Portaria nº 259 de 09/10/2014 - que Autoriza empenho e transferência de recursos para ações da Defesa Civil ao Município de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### DECRETO Nº 6.202/2014

DECRETO nº 6.202, de 11 de novembro de 2014.  
Exclui membro de Comissão Especial de Julgamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica excluída a Servidora Pública Municipal JULIANA NURILLES GARBOZZA, da Comissão Especial de Julgamento do Processo de Licitação nº 106/2014 - Tomada de Preços nº 07/2014, nomeada pelo Decreto nº 6.190, de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### LEI Nº 3.178/2014

LEI Nº 3.178, de 12 de novembro de 2014.

Dá nova redação ao § 2º, do art. 1º, da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, que autoriza repassar recursos financeiros às Associações de Pais e Professores - APPs das Escolas Municipais de Educação Básica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, que autoriza repassar recursos financeiros às Associações de Pais e Professores - APPs das Escolas Municipais de Educação Básica, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

§ 2º A manutenção e conservação de que trata o caput deste artigo, refere-se a pequenos reparos, pagamento de mão de obra, aquisição de materiais, pagamento de faturas de telefone e pagamento de serviços contábeis. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de novembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 281/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 281, de 12 de novembro de 2014.

Institui o Novo Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - Refis/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS, destinado a promover a regularização dos créditos tributários e não tributários do Município de Caçador, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas e físicas, com fatos geradores tenham ocorridos até 31 de dezembro de 2013, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, e ainda os créditos decorrentes de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º A anistia e/ou remissão abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da Lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - as multas decorrentes de prática de infrações à legislação tributária, compreendendo obrigações principais e acessórias, apuradas em ação fiscal em trâmite junto a fiscalização tributária municipal;

III - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 3º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante o qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos impostos, contribuição de melhoria e taxas mencionadas no art. 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações

acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vindas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º A opção pelo programa deverá ser formalizada até a data improrrogável de 15 de dezembro de 2014, mediante requerimento, devidamente protocolado, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 3º O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com base na legislação vigente, com os acréscimos relativos à atualização monetária, multas e aos juros de mora.

§ 4º O Município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento em parcela única, dentro do prazo definido no Documento de Arrecadação Municipal - DAM, anexo à notificação.

Art. 4º Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, poderá ser parcelado desde que o valor mínimo de cada parcela seja 01 (um) Valor de Referência Municipal - VRM, para pessoa jurídica e 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Municipal - VRM, para pessoa física.

§ 3º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso dar-se-á em até 05 (cinco) dias após o requerimento de adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias a contar da data da adesão.

§ 4º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Caçador - REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei Complementar.

§ 1º Ficam autorizados à inclusão no REFIS, os contribuintes que parcelaram seus débitos na forma da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, através de requerimento mediante a consolidação de seus débitos vencidos, nos termos do art. 3º, desta Lei Complementar, ficando, automaticamente, excluídas do parcelamento previsto naquela lei, bem como dos contribuintes inadimplentes de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Os contribuintes que parcelaram seus débitos na forma da Lei nº 1.705, de 20 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 85, de 23 de junho de 2006, Lei Complementar nº 161, de 23 de outubro de 2009, Lei Complementar nº 228, de 13 de outubro de 2011, Lei Complementar nº 253, de 14 de novembro de 2012 e alterações subsequentes, poderão aderir ao REFIS, através de requerimento mediante a consolidação de seus débitos vencidos, nos termos do art. 3º, desta Lei Complementar, ficando, automaticamente, excluídas do parcelamento previsto naquelas leis, bem como dos contribuintes inadimplentes de parcelamentos efetuados até a data da publicação desta Lei Complementar, aplicando-se na presente situação apenas o pagamento em parcela única, nos moldes do art. 7º, inciso I.

§ 3º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133, do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 4º Quando tratar-se de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas de prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

§ 5º Este programa não gera crédito para contribuintes que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 6º Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a conceder anistia de 100% (cem por cento) dos honorários advocatícios fixados judicialmente aos contribuintes que aderirem ao REFIS.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;

II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a anistia e/ou remissão sobre os encargos previstos no art. 1º, desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I - anistia e/ou remissão de 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em parcela única, no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

II - anistia e/ou remissão de 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

III - anistia e/ou remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 03 (três) parcelas sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

IV - anistia e/ou remissão de 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 04 (quatro) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

V - anistia e/ou remissão de 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 05 (cinco) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS;

VI - anistia e/ou remissão de 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas, para o contribuinte que requerer o REFIS e optar pelo pagamento em até 06 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela no ato ou em até 05 (cinco) dias da data da adesão ao REFIS.

Parágrafo único. A redução prevista neste artigo aplica-se inclusive na hipótese de pagamento parcial do débito, caso em que o benefício somente alcançará os valores recolhidos.

Art. 8º A opção pelo REFIS obriga ao sujeito passivo a:

I - à confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º, desta Lei Complementar;

II - à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa instituído por esta Lei Complementar;

III - ao pagamento regular das parcelas de débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente;

IV - à manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 1º A confissão estabelecida no inciso I, implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

§ 2º Na hipótese de pagamento parcial de crédito discutido administrativamente, a renúncia será sobre sua totalidade, salvo se expressamente o sujeito passivo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do respectivo recolhimento, por intermédio de petição endereçada ao Secretário Municipal da Fazenda, identificar a parcela do crédito que permanecerá em discussão.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas ou seis alternadas do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários e/ou créditos não tributários incluídos no REFIS;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

IV - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da terceira ou sexta parcela inadimplida, conforme o caso.

§ 2º A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, independente de notificação prévia, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais na forma de Legislação aplicável.

§ 3º O contribuinte excluído do Programa só poderá reparcelar o débito de acordo com o disposto no art. 150, do Código Tributário Municipal, Lei nº 54 de 1983.

Art. 12. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 15. Os créditos não tributários, inclusive os decorrentes de multas aplicadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON e do Núcleo Municipal de Vigilância Sanitária, cujos autos de infração tenham sido lavrados e cientificados aos sujeitos passivos até o dia 31 de dezembro de 2013 poderão ser liquidados na forma definida na presente Lei Complementar.

Art. 16. As remissões e anistias previstas nesta Lei Complementar não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI COMPLEMENTAR Nº 282/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 282, de 12 de novembro de 2014.

Autoriza a regularização fundiária, através do Projeto "Lar Legal", das ocupações incidentes em terras do Município de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar, mediante doação aos beneficiários, as áreas de terras abaixo especificadas, na hipótese de imóveis públicos ou submetidos à intervenção do Poder Público, através de regularização fundiária no âmbito do Programa Estadual de Regularização Fundiária - Projeto "Lar Legal", de conformidade com as orientações da Resolução CM nº 8, de 9 de junho de 2014, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:



I - Distrito de Taquara Verde, com superfície aproximada de 325.457,02m<sup>2</sup> (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e sete metros e dois decímetros quadrados);

II - Loteamento João de Barro, com superfície aproximada de 32.056,00m<sup>2</sup> (trinta e dois mil e cinquenta e seis metros quadrados);

III - Loteamento Santa Terezinha, com superfície aproximada de 123.916,00m<sup>2</sup> (cento e vinte e três mil e novecentos e dezesseis metros quadrados);

IV - Vila Ulisses Guimarães, com superfície aproximada de 78.664,21m<sup>2</sup> (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados).

Art. 2º Fica, ainda, autorizado a conceder isenção do imposto sobre a transmissão "inter-vivos" de bens imóveis - ITBI, que tenha como fato gerador as operações de registro ou averbamento de imóveis provenientes de sentença judicial no âmbito do Projeto "Lar Legal", para os imóveis dos beneficiários que possuem apenas um imóvel e que se enquadrem nesse programa.

Art. 3º Os Cartórios de Registro de Imóveis localizados neste município, serão informados da publicação desta Lei.

Art. 4º Ficam as áreas descritas no art. 1º, desafetadas na forma da Lei.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei Complementar nº 145, de 20 de maio de 2009.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 283/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 283, de 12 de novembro de 2014.

Altera o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. ....

Parágrafo único. Para progressão por Cursos de Formação e/ou Capacitação, não serão computados os realizados no primeiro e no segundo ano do período do estágio probatório. (NR)"

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 12 de novembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

## IPASC

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

O IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.272.905/0001-71, representado neste ato pelo Diretor Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 06/2014 visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues na Diretoria Administrativa do IPASC, localizado na Travessa da Rua General Osório, 52, Centro, Caçador/SC, no máximo até as 14h00, do DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2014, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e o OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E RELOGIO PONTO DESTINADOS AO IPASC. Maiores informações e o Edital completo podem ser obtidos no IPASC, sito na Rua General Osório, 52, Centro, telefone (49) 35630216 Caçador/SC, ou pelo e-mail: ipasclicitacoes@cacador.sc.gov.br. Caçador/SC, 13/11/2014.

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 008/14 - FMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 008/2014 - FMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2014 - FMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DECORAÇÃO, ILUMINAÇÃO, INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS DE MICRO LÂMPADAS TIPO ARROZ E METEOROS DE LED E MANUTENÇÃO, LIGAÇÃO ELÉTRICA, PLANTÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, RETIRADA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE TODO O CIRCUITO DO "NATAL LUZ" DE CAMBORIÚ SLOGAN: PAPAÍ NOEL EXISTE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 29 DE NOVEMBRO A 06 DE JANEIRO DE 2015 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ., para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/11/2015

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 007/14 - FMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 007/2014 - FMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2014 - FMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MICRO LÂMPADAS E LED PARA DECORAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO "NATAL LUZ" DE CAMBORIÚ COM O SLOGAN: PAPAÍ NOEL EXISTE A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 29 DE NOVEMBRO A 06 DE JANEIRO DE 2015, O EVENTO CONTA COM PROGRAMAÇÃO NATALINA, APRESENTAÇÕES CULTURAIS, ATIVIDADES DE LAZER E ENTRETENIMENTO PARA OS MUNICÍPIOS E VISITANTES, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/11/2015

1ª Publicação.

### LEI N.º 2.736/2014

LEI N.º 2.736/2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar acordo judicial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar acordo judicial junto ao processo n.º 0000141-21.2006.8.24.0113, que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Camboriú, ajuizado pelo Município em face da empresa MZJ - Empreiteira de Obras e Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.930.292./0001-12, com sede na Rua Curitiba, n.º 869, Centro, na Cidade de Camboriú/SC, contratada em 13/02/2004 para prestação de serviço de mão-de-obra com fornecimento de material, em regime de empreitada por preço global, para a execução do Centro de Fisioterapia/Centro de Atenção Psicossocial.

§ 1º O acordo judicial de que trata o caput deste artigo consiste no ressarcimento, por parte da empresa ao Município de Camboriú, do montante de R\$ 12.258,33 (doze mil duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), o qual foi devidamente corrigido pela poupança, e será pago em espécie no prazo de 30 (trinta) dias, contados da celebração do acordo, em razão dos valores despendidos pelo Ente Municipal para concluir a obra do Centro de Fisioterapia/Centro de Atenção Psicossocial iniciada pela empresa, a qual se negou a concluí-la.

§ 2º Além do valor acima estipulado, os ônus sucumbenciais ficarão a cargo da empresa MZJ - Empreiteira de Obras e Serviços Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 13 de novembro 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 175 DE 24 DE SETEMBRO DE 1982

DECRETO Nº 0175

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de setembro de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 174 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1982

DECRETO Nº 0174

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 173 DE 17 DE SETEMBRO DE 1982

DECRETO Nº 0173

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de setembro de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de setembro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 172 DE 13 DE AGOSTO DE 1982

DECRETO Nº 0172

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 171 DE 13 DE AGOSTO DE 1982

DECRETO Nº 0171

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de agosto de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 170 DE 02 DE AGOSTO DE 1982

DECRETO Nº 0170

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE DIRETOR DA FAZENDA SARAH TEREZINHA DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de agosto de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de agosto de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

### DECRETO Nº 169 DE 26 DE JULHO DE 1982

DECRETO Nº 0169

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de julho de 1982.

EUGÊNIO TABBERT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de julho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 168 DE 19 DE JULHO DE 1982**

DECRETO Nº 0168

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de julho de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de julho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 167 DE 11 DE JUNHO DE 1982**

DECRETO Nº 0167

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de junho de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 166 DE 11 DE JUNHO DE 1982**

DECRETO Nº 0166

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de junho de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 165 DE 02 DE JUNHO DE 1982**

DECRETO Nº 0165

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPORER A  
COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de junho de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de junho de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 164 DE 07 DE MAIO DE 1982**

DECRETO Nº 0164

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de maio de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de maio de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 163 DE 16 DE ABRIL DE 1982**

DECRETO Nº 0163

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de abril de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de abril de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 162 DE 15 DE ABRIL DE 1982**

DECRETO Nº 0162

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA DE PROPRIE-  
DADE DE MARTINIANO TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 161 DE 29 DE MARÇO DE 1982**

DECRETO Nº 0161  
CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE ESCRITURÁRIA - MARIA DAILY SCHROEDER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 29 de março de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 160 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1982**

DECRETO Nº 0160  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESSA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de fevereiro de 1982.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de fevereiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 159 DE 25 DE JANEIRO DE 1982**

DECRETO Nº 0159  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de janeiro de 1982.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 158 DE 07 DE JANEIRO DE 1982**

DECRETO Nº 0158  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESSA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de janeiro de 1982.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de janeiro de 1982.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 157 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0157  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de dezembro de 1981.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 156 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0156  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1981.  
JOSÉ ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 155 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0155  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL E TOTAL DOS SEGUINTE PROJETO E ATIVIDADES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 154 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0154

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de dezembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 153 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0153

ALTERA O VALOR DA "UNIDADE FISCAL" PARA O EXERCÍCIO DE  
1982.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 152 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0152

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 151 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0151

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS  
VALOR BASE PARA O LANÇAMENTO DO IMPOSTO TERRITORIAL  
URBANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de novembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 150 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0150

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e treze dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 149 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0149

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DOS SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1981.  
JOSE ERNESTO FROHENER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e treze dias do mês de novembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 148 DE 23 DE OUTUBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0148

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de outubro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 147 DE 16 DE OUTUBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0147

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de outubro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 146 DE 09 DE OUTUBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0146

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de outubro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de outubro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 145 DE 18 DE SETEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0145

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-CIAL DO SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de setembro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 144 DE 11 DE SETEMBRO DE 1981**

DECRETO Nº 0144

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de setembro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 143 DE 28 DE AGOSTO DE 1981**

DECRETO Nº 0143

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO TOTAL E PARCIAL DAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de agosto de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de agosto de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 142 DE 14 DE AGOSTO DE 1981**

DECRETO Nº 0142

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de agosto de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de agosto de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 141 DE 07 DE JULHO DE 1981**

DECRETO Nº 0141

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 140 DE 22 DE MAIO DE 1981**

DECRETO Nº 0140

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de maio de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 139 DE 24 DE MARÇO DE 1981**

DECRETO Nº 0139

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DO ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de março de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 138 DE 24 DE MARÇO DE 1981**

DECRETO Nº 0138

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DO INTERNACIONAL DAS PESSOAS DEFICIENTES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de março de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de março de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 137 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1981**

DECRETO Nº 0137

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - RENATO GREIPEL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de fevereiro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 136 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1981**

DECRETO Nº 0136

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - JUAREZ THADEU CUNHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de fevereiro de 1981.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1981.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 135 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0135

ALTERA O VALOR DA UNIDADE FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 1981.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 134 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0134

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de dezembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 133 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0133

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA SEGUINTE ATIVIDADE DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de dezembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 132 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0132

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 131 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0131

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 130 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0130

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 129 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0129

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 128 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0128

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO REALIZADA JUNTO AO BESC S/A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 127 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0127

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE ATIVIDADES DO ORÇAMENTO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 126 DE 21 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0126

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOS SEGUINTE PROJETO DE ATIVIDADES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 21 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 125 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0125

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de novembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de novembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 124 DE 31 DE OUTUBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0124

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de outubro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 123 DE 24 DE OUTUBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0123

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de outubro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 122 DE 17 DE OUTUBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0122

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de outubro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 121 DE 10 DE OUTUBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0121

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de outubro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 120 DE 25 DE SETEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0120

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DAS SEGUINTE ATIVIDADES E PROJETOS DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de setembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 119 DE 19 DE SETEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0119

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de setembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 118 DE 05 DE SETEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0118

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 117 DE 05 DE SETEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0117

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 116 DE 05 DE SETEMBRO DE 1980**

DECRETO Nº 0116

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DO SEGUINTE PROJETO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de setembro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 115 DE 15 DE AGOSTO DE 1980**

DECRETO Nº 0115

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO FISCAL LANÇADOR - LAURINDO MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 114 DE 15 DE AGOSTO DE 1980**

DECRETO Nº 0114

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1980.

HERCÍLIO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 113/80 DE 15 DE AGOSTO DE 1980**

DECRETO Nº 113/80

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de agosto de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 112/80 DE 07 DE AGOSTO DE 1980**

DECRETO Nº 112/80  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de agosto de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 111/80 DE 08 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 111/80  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE J.H.J EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 110/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 110/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 109/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 109/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 108/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 108/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 107/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 107/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 106/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 106/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 105/80 DE 07 DE JULHO DE 1980**

DECRETO Nº 105/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de julho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de julho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 104/80 DE 26 DE JUNHO DE 1980**

DECRETO Nº 104/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE PROJETO ATIVIDADE DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de junho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 103/80 DE 12 DE JUNHO DE 1980**

DECRETO Nº 103/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTAS LICITATÓRIAS  
Nº 9/80 E 10/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de junho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 102/80 DE 12 DE JUNHO DE 1980**

DECRETO Nº 102/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-  
RECADAÇÃO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de junho de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 101/80 DE 14 DE MAIO DE 1980**

DECRETO Nº 101/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL  
Nº 07/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de maio de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de maio de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 100/80 DE 12 DE MAIO DE 1980**

DECRETO Nº 100/80  
DECRETA LUTO OFICIAL EM RESPEITO AO PASSAMENTO DO  
FUNDADOR DA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE DE  
CAMPO ALEGRE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de maio de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 99/80 DE 12 DE MAIO DE 1980**

DECRETO Nº 99/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL  
Nº 06/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de maio de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de maio de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 98/80 DE 09 DE MAIO DE 1980**

DECRETO Nº 98/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL Nº 05/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de maio de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de maio de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 97/80 DE 25 DE ABRIL DE 1980**

DECRETO Nº 97/80  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO À BESC FINANCEIRA S.A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de abril de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de abril de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 96/80 DE 01 DE ABRIL DE 1980**

DECRETO Nº 96/80  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 95/80 DE 01 DE ABRIL DE 1980**

DECRETO Nº 95/80  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de abril de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 94/80 DE 17 DE MARÇO DE 1980**

DECRETO Nº 94/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL Nº 04/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de março de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de março de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 93/80 DE 10 DE MARÇO DE 1980**

DECRETO Nº 93/80  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUPERVISORA DO MOBRAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 92/80 DE 10 DE MARÇO DE 1980**

DECRETO Nº 92/80  
EXONOERA SUPERVISORA DO MOBRAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de março de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de março de 1980.



HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 91/80 DE 06 DE MARÇO DE 1980**

DECRETO Nº 91/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL  
Nº 03/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 06 de março de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
seis dias do mês de março de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 90/80 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 90/80  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA DE PROPRIE-  
DADE DE J.H.J EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quinze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 89/80 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 89/80  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 18; 19 E 20 DE FEVE-  
REIRO DE 1980.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quinze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 88/80 DE 15 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 88/80  
DECRETA LUTO OFICIAL FALECIMENTO EX-PREFEITO OLDEMAR  
DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quinze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 87/80 DE 14 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 87/80  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANU-  
LAÇÃO PARCIAL DE PROJETO ATIVIDADE DO ORÇAMENTO VI-  
GENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quatorze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 86/80 DE 14 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 86/80  
DECRETA LUTO OFICIAL FALECIMENTO EX-PREFEITO OLDEMAR  
DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos  
quatorze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

**DECRETO Nº 85/80 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1980**

DECRETO Nº 85/80  
NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL  
Nº 02/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 1980.  
EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

### DECRETO Nº 84/80 DE 11 DE FEVEREIRO DE 1980

DECRETO Nº 84/80

NOMEIA COMISSÃO JULGADORA DE PROPOSTA PÚBLICA EDITAL Nº 01/80.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de fevereiro de 1980.

EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro de 1980.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

### DECRETO Nº 29/77 DE 20 DE JUNHO DE 1977

DECRETO Nº 29/77

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DO MOBILAR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de junho de 1977.

EUGÊNIO TABBERT  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1977.

HERCÍLO BUENO FRANCO  
Secretário

### LEI Nº 4.208 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.208 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.255,54 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar.	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.904 -	Despesas Correntes	
330000.00.904 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.904 -	Aplicações Diretas	
339030.00.904 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00

400000.00.488 -	Despesas de Capital	
440000.00.488 -	Investimentos	
449000.00.488 -	Aplicações Diretas	
449052.00.488 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.255,54
	TOTAL	R\$ 25.255,54

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos 904 = Manutenção Educação Infantil - Apoio a Creches.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### DECRETO Nº 8.664 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.664 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.208 de 12 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.255,54 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar.	
12.306.0012.2.015 -	Merenda Escolar	
300000.00.904 -	Despesas Correntes	
330000.00.904 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.904 -	Aplicações Diretas	
339030.00.904 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
400000.00.488 -	Despesas de Capital	
440000.00.488 -	Investimentos	
449000.00.488 -	Aplicações Diretas	
449052.00.488 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.255,54
	TOTAL	R\$ 25.255,54

Art.2º) O créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, Fonte de Recursos 904 = Manutenção Educação Infantil - Apoio a Creches.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### ATA PREGÃO 108/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA  
(Processo Licitatório nº 5/2014) FMAS

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços, para eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de limpeza e conservação, para atender as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de Campo Alegre Dolores Walter, no regime de empreitada por preço unitário. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 79.283.065/0001-41. A empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda credenciou como representante o Sr. José Miguel Pundek, e participou como ouvinte da sessão o Sr. Carlos José Schiehl. A empresa NEJE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA não apresentou os documentos exigidos conforme edital para o credenciamento e nem a Declaração de Cumprimento dos Requisitos exigidos no Edital, não podendo participar do processo. A licitante : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. E não comprovou enquadramento como microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Na fase de lances o Sr. José Miguel Pundek (Orbenk) confirmou o lance da proposta inicial.

LOTE

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Orbenk Administração e Serviços Ltda	2.890,00	2.890,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada no ITEM. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda foi declarada vencedora do Item com o valor de R\$ 2.890,00, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### LEI Nº 4.209 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PROJETO LEI Nº 154 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito

Suplementar no valor de R\$ 11.895,86 (onze mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), a fim de complementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.895,86

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.600 -	Bolsa Estudo a Servidor	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339018.00.896 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 11.895,86

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### DECRETO Nº 8.665 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.665 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.209 de 12 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.895,86 (onze mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), a fim de complementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.895,86

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.128.0005.2.600 -	Bolsa Estudo a Servidor	

300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339018.00.896 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 11.895,86

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 4.210 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PROJETO LEI Nº 155 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339014.00.920 -	Diárias - Civil	R\$ 1.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
400000.00.488 -	Despesas de Capital	
440000.00.488 -	Investimentos	
449000.00.488 -	Aplicações Diretas	
449052.00.488 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### DECRETO Nº 8.666 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.666 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.210 de 12 de novembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339014.00.920 -	Diárias - Civil	R\$ 1.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente, DO Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121-	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
400000.00.488 -	Despesas de Capital	
440000.00.488 -	Investimentos	
449000.00.488 -	Aplicações Diretas	
449052.00.488 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de Novembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2014

A licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material didático pedagógico para as escolas da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid	descrição	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	50	frs	cola branca escolar, a base de pva, 1000 gramas, lavável, não tóxica da indústria nacional	8,00	400,00
02	350	unid	papel de seda várias cores	0,16	56,00
03	10	uni	extrator de grampos espátula	1,20	12,00
04	500	unid	fita adesiva marrom de papel de 25mmx 50mm scotch 1ª linha	15,00	7500,00
05	500	rolo	fita durex de 45mm x 50mm (durex) transparente	3,30	1650,00
06	500	rolo	fita durex de 12mmx50mm (transparente)	1,00	500,00
07	20	unid	prendedor de papel 32 mm preto	0,50	10,00
08	10	cx	giz para quadro negro-branco não tóxico, antialérgico, cx com 64 palitos	1,70	17,00
09	05	cx	giz para quadro negro – colorido não tóxico, antialérgico cx c/ 64 palitos	2,70	13,50
10	100	unid	marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: azul	6,00	600,00
11	100	unid	marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: vermelho	6,00	600,00
12	100	unid	marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: preto	6,00	600,00
13	300	unid	pincel marcador permanente –cor preta – ponta grossa	3,00	900,00
14	300	unid	pincel marcador permanente –cor vermelha – ponta grossa	3,00	900,00
15	300	unid	pincel marcador permanente –cor verde – ponta grossa	3,00	900,00
16	300	unid	pincel marcador permanente –cor azul – ponta grossa	3,00	900,00

17	800	pote	tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol – pote com 250ml- cores preto, branco, azul, amarelo, verde e vermelho	4,00	3200,00
18	2.100	unid	cartolina branca	0,55	1155,00
19	2.000	unid	cartolina diversas cores	0,55	1100,00
20	2.100	unid	papel dupla face – diversas cores – maior quantidade nas cores primárias	0,80	1680,00
21	2.300	unid	papel cartão diversas cores – maior quantidade nas cores primárias	1,00	2300,00
22	1.000	unid	papel crepom, diversas cores- maior quantidade nas cores primárias	0,90	900,00
23	500	unid	papel camurça- diversas cores- maior quantidade nas cores primárias	1,00	500,00
24	800	unid	papel lustroso – diversas cores – maior quantidade nas cores primárias	0,40	320,00
25	50	rolo	papel adesivo contato-largura 45cm-transparente, rolo com 25 metros	55,00	2750,00
26	30	bobin	papel kraft pardo – 60cm x 100m	45,00	1350,00
27	10	unid	porta clips c/ tampa e imã	8,00	80,00
28	200	unid	refil decola quente fino	0,50	100,00
29	120	unid	refil decola quente-grosso	0,90	108,00
30	10	cx	grampos para grampeador 26/6 – tipo cobreados com 5000 unidades	4,20	42,00
31	20	unid	grampeador 16cm de metal	22,00	440,00
32	10	cx	caneta esferográfica ponta 1,0mm azul, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral – cx com 50 unidades	45,00	450,00
33	10	unid	livro para ata – pag. numeradas	8,00	80,00
34	50	unid	caneta marca texto – cor amarelo	2,20	110,00
35	10	unid	corretivo líquido – a base de água – lavável – não tóxico – inodoro- 18ml	1,30	13,00
36	100	unid	lápiz preto nº2	0,55	55,00
37	50	unid	lápiz borracha	2,80	140,00
38	03	unid	tinta para carimbo – 40ml azul	4,50	13,50
39	03	unid	tinta para carimbo – 40ml – preto	4,50	13,50
40	150	cx	papel a4 branco 210 x 297mm, 75gr/m, cx c/ 10 resmas	175,00	26.250,00
41	05	unid	apagador para quadro branco	6,00	30,00



42	10	pct	papel vergê a4 210mm x 297mm pacote com 50 folhas – marfim/ verde claro	14,00	140,00
43	6	unid	barbante 4/8 fios – 100% algodão c/ 80 mts	3,50	21,00
44	10	unid	limpador para quadro branco spray- 60ml	9,50	95,00
45	30	unid	tesoura de picotar tamanho com total aproximado 23cm- lâmina em aço inox com formato de corte zig/ zag marca do fabricante impressa no produto	78,00	2.340,00
46	50	unid	tesoura grande tamanho com total aproximado 21cm- lâmina em aço inox com formato de corte liso marca do fabricante impresso no produto	15,00	750,00
47	03	cx	etiquetas autoadesivas 215,9 x 279,4 brancas cx com 100 folhas	55,00	165,00
48	03	cx	etiquetas autoadesivas 101,6 x 33,9 brancas cx com 100 folhas	55,00	165,00
49	100	unid	pasta polionda diversas 3,5cm diversas cores	3,60	360,00
50	500	unid	folhas em eva 600 x 400mm cores primárias	1,70	850,00
51	80	unid	apagador de madeira c/ depósito de giz c/ feltro	4,20	336,00
52	30	unid	apagador de madeira com feltro macio	1,00	30,00
53	05	unid	fitilho plástico p/ embalagem – péq. varias cores	1,70	8,50
53	50	pct	palito de sorvete ponta redonda c/ 100 unidades	4,20	210,00
54	50	pct	palito de churrasco com 100 unidades	6,00	300,00
55	100	unid	pasta suspensa para arquivo padrão, com haste plástica, visor e etiqueta para identificação dos documentos.	1,50	150,00
56	300	unid	grampo plástico branco com 50 unidades	10,00	3.000,00
57	300	unid	caixa arquivo morto ofício papelão 410x310x190mm	3,50	1.050,00
58	300	unid	capa para encadernação	0,50	150,00
59	10	cx	lâmina apropriada para plastificação de documentos- carteirainha de estudante medidas 80 x 110 x 0,07 modelo rg- caixa com 100 folhas	22,00	220,00
60	50	unid	perfurador de papel- metal- 2 furos – 10 folhas preto	9,50	475,00
61	05	unid	almofada para carimbo tinta azul	5,00	25,00
62	05	unid	almofada para carimbo tinta preta	5,00	25,00
63	05	unid	perfurador de papel – metal – 35 folhas	35,00	175,00

64	05	pct	papel a4- rosa - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	23,00	115,00
65	05	pct	papel a4- azul claro - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	23,00	115,00
66	05	pct	papel a4- verde claro - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	23,00	115,00
67	05	pct	papel a4- amarelo - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	23,00	115,00
68	05	pct	papel a4- marfim - 210mmx 297mm – 75gr- pacote com 500 folhas	23,00	115,00
69	20	unid	aplicador de cola quente	22,00	440,00
70	10	cx	caneta esferográfica ponta 1,0mm vermelha, da indústriacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral – cx com 50 unidades	45,00	450,00
71	02	cx	carbono preto cx c/100fls	65,00	130,00
72	200	unid	envelope ouro 20x28	0,30	60,00
73	200	unid	envelope branco 24x34	0,40	80,00
74	200	unid	envelope branco 20x28	0,35	70,00
75	200	unid	envelope ouro 31x41	0,30	60,00
76	250	unid	envelope kraft 20x28	0,25	62,50
77	100	unid	pasta az – lombo largo	9,00	900,00
78	10	unid	pasta sanfona ofício 12 divis	15,00	150,00
79	100	unid	espiral para encadernação 17mm-100 fls	0,27	27,00
80	100	unid	espiral para encadernação 14mm- 70 fls	0,21	21,00
81	100	unid	espiral para encadernação 9mm- 50 fls.	0,15	15,00
82	100	unid	espiral para encadernação 7mm- 25 fls	0,12	12,00
83	10	unid	corretivo roller 4,2mm x 12mm	10,00	100,00
84	20	unid	mouse óptico 3 botões-1200 cpi usb mo 193 multilaser	35,00	700,00
85	20	unid	pen drive 16 gb	45,00	900,00
86	30	unid	cartucho tinta impressora hp 8100 preto – original novo - xl 57ml	170,00	5.100,00
87	30	unid	cartucho tinta impressra hp 8100- azul – original – novo xl 17 ml	145,00	4.350,00
88	30	unid	cartucho tinta impressra hp 8100- amarela – original novo – xl 17 ml	145,00	4.350,00
89	30	unid	cartucho tinta impressra hp 8100- magenta– original novo - xl 17 ml	145,00	4.350,00
90	20	unid	toner samsung ml 2851- compatível novo	85,00	1.700,00
91	03	unid	tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise preto	100,00	300,00
92	03	unid	tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise azul	100,00	300,00



93	03	unid	tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise – amarelo	100,00	300,00
94	03	unid	tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise magenta	100,00	300,00
95	120	unid	cartucho tinta nº 21- compatível novo	55,00	6.600,00
96	120	unid	cartucho tinta nº 22- compatível novo	60,00	7.200,00
97	10	unid	toner para impressora hp laser jet m 1120 mfp compatível novo	60,00	600,00
98	05	unid	tinta impressora epson l555 refil código t 6641 – 70 ml - preto	95,00	475,00
99	05	unid	tinta impressora epson l555 refil código t 6644 – 70 ml – amarelo- refil	95,00	475,00
100	05	unid	tinta impressora epson l555 refil código t 6643 – 70 ml – magenta	95,00	475,00
101	05	unid	tinta impressora epson l555 refil código t 6642 – azul – 70 ml refil	95,00	475,00
TOTAL ESTIMADO.....				R\$	111.881,50

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 14/11/2014, às 09:45h do dia 26/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 26/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

#### I - DISPOSIÇÕES GERAIS

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.33.00.00.00.00 - Material de Consumo;

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 13 DE NOVEMBRO de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

## DECISÃO DE ANULAÇÃO PREGÃO 104/2014

Despacho

Ao proceder a análise do procedimento para fins de adjudicação, percebi que a exigência de qualificação técnica, que inclusive fora retificada, consistia apenas em "Certidão de Registro e Regularidade de Pessoa Jurídica CRA do respectivo estado, sede da licitante, dentro do prazo de validade, que comprova que a empresa licitante está devidamente registrada no Conselho e se encontra habilitada para o exercício das suas atividades profissionais". Ocorreu-me que a Administração Municipal poderia estar incorrendo nalguma ilegalidade ao exigir tão simplória exigência de qualificação técnica para a prestação de um serviço tão relevante. Ante esta dúvida e considerando que o procedimento não foi, ainda, homologado, submeto o caso à apreciação da Assessoria Jurídica.

Campo Alegre, 13 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

#### Parecer Jurídico

A ilustre Secretária Municipal de Administração questiona se "Administração Municipal poderia estar incorrendo nalguma ilegalidade ao exigir tão simplória exigência de qualificação técnica para a prestação de um serviço tão relevante", neste caso, a prestação de serviços para elaboração de concurso público.

A questão tem início no inciso XXI do art. 37 da CF/88, que diz que a lei "somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações", que estabelece uma relação de proporcionalidade entre o cumprimento das obrigações do contratado e a qualificação técnica dela exigida, de modo que quanto maiores as obrigações, maior será a qualificação técnica.

Esta proporcionalidade é mantida na Lei 8.666/93, que recobra a "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos" (art. 30, II), comprovação esta que dar-se-á através de "atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes", cujo conteúdo deverá comprovar que o licitante possuir "em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos". Ademais, é evidente que o serviço em questão se enquadra como "serviço técnico especializado" (art. 13, III) e, por isso, não prescinde de condição do §3º do art. 13 da Lei 8.666/93, ou seja, "a empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato".

Afora a parte operacional, o serviço em questão se presta à elaboração de questões de prova de concurso público, isto com o objetivo de medir o saber alheio, o que torna imprescindível que o contratado demonstre possuir em seus quadros, quem possa elaborar tais questões e julgar os eventuais recursos dos candidatos ao concurso.

Fere os princípios da eficiência e da razoabilidade que se contrate, para elaborar um certame destinado a aquilatar o saber de terceiros, uma empresa que não comprovou nem mesmo o saber de sua

própria equipe de profissionais.

Questão como este já foi discutida no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e não obstante o resultado daquele julgamento (AI n. 2012.025637-4), é fato que o Ministério Público de Santa Catarina está atento e disposto a ajuizar demandas contra gestores municipais que contratem empresas para realizar concurso público sem maiores exigências no campo da qualificação técnica.

Assim, considero que o edital de licitação em questão padece de vício jurídico grave, a nulificar os seus termos, o que enseja o seu desfazimento nos termos do art. 49, e parágrafos, da lei 8.666/93: Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

§ 2º. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

§ 3º. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Como se vê do contido no caput, não resta alternativa à Administração, devendo anular a licitação, ainda que de ofício, como no caso em tela. Aliás, considerando que a consulente é servidora pública com experiência em licitações e que maneja os autos do procedimento no exercício de suas atividades, quem melhor para identificar o equívoco editalício ocorrido?

Considerando que a licitação já tem um ganhador, é forçoso assegurar a este o direito ao contraditório e a ampla defesa, não havendo previsão para indenização de qualquer espécie (art. 49, §1º).

Note que o contraditório não se exige seja prévio, logo, é possível a decretação de invalidade, intimando-se o licitante vencedor para exercer o contraditório e a ampla defesa (art. 459, §3º) no bojo do recurso referido na alínea "c" do inciso I do art. 109 da mesma lei. Admitido o recurso, é óbvio que o licitante tem direito a ver conhecidos seus argumentos defensivos e, em caso de procedência do recurso, ver revogada a decisão de invalidação do certame. Isto posto, posicionamo-nos pela decretação de invalidade do certame, por ilegalidade (ausência de exigência bastante quanto a qualificação técnica), devendo ser intimado o licitante para, querendo recorrer da decisão, aí exercendo o contraditório e a ampla defesa, tudo no prazo de cinco dias úteis contados da intimação. É o parecer.

Campo Alegre, 13 de novembro de 2014.

Jeison Maikel Kwitschal  
Assessor Jurídico  
OAB/31.463

Decisão Administrativa

Acolho o parecer retro e adoto-o como razão de decidir, anulando o Pregão 104/2014. Intime-se o licitante vencedor como indicado. Campo Alegre, 14 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

## PREGÃO 113/2014

PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ALEGRE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2014 -

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamento o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 08h do dia 14/11/2014, às 13:45h do dia 26/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 26/11/2014 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

### I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores - INTERNET.

1.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Serviço de Suprimentos e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto a Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, acessando o seguinte endereço: <http://www.cidadecompras.com.br/> e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 - O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 - A Administradora do Pregão Eletrônico, conjuntamente com serviço de Suprimentos darão sequência ao processo de Pregão.

1.5 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação

previstas no Edital.

1.5.1 - O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

## 2 - DOS PROCEDIMENTOS

2.1- Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

2.1.1 - Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca para o produto ofertado, dos materiais constantes do Anexo V do Edital.

2.2 - O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no edital.

2.4 - O julgamento das propostas será feito pelo menor valor de acordo com o especificado no Anexo V.

2.5 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6 - O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1 - No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

2.8 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9 - Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.10 - Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da menor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 7, na forma descrita no item.

2.11 - Após análise do menor lance, bem como da possibilidade de desempate nos termos dos artigos 44 e 45 da LC 123/06, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.11.1- Poderão se beneficiar do disposto na LC 123/06 todas as empresas cujos lances situarem-se dentro do limite estabelecido no artigo 44, § 2º da lei supracitada, ainda que, encerrada a sessão pública, não tenham vencido nenhum item.

2.11.2 - Somente poderá ser deferida a possibilidade de desempate às empresas que:

a) no momento do envio das propostas declararem, no campo específico criado pelo cidade compras, a condição de EPP, ME ou Cooperativas;

b) apresentarem novos lances no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento de cada lance e declaração do vencedor.

2.11.3 - Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.12 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

## 3 - DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

3.1.1 - Caberá, ao Pregoeiro, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.2 - Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1 - A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3 - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

3.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

3.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

3.6 - A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no decorrer da sessão pública de abertura do pregão, importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

#### 4 - DO OBJETO

4.1 A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de higiene e limpeza para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015. As quantidades e especificações constam do Anexo V, parte integrante deste Edital.

4.1.1 - Os materiais deverão ser entregues de acordo com a necessidade da Secretaria, em até 07 (sete) dias consecutivos contados do recebimento do pedido da Secretaria Municipal de Educação (via fax ou e-mail).

4.1.2 - A empresa entregará o objeto no prédio da Secretaria Municipal de Educação, com veículo próprio, sem custo adicional de frete ou outros, em dias úteis, respeitando o seguinte horário: das 8 às 11 h e das 13 às 15h.

4.1.3 - Por ocasião da entrega, os materiais serão conferidos, não sendo aceitos, em hipótese nenhuma qualquer material que não atenda as exigências do presente Edital (ver "descrição do Material" no Anexo I). Caso a vencedora se negue a cumprir as exigências do Instrumento Convocatório, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

4.1.4 - A empresa vencedora terá prazo de 2 (dois) dias úteis para a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s), sob pena de suspensão do pagamento total da nota, até a devida substituição do(s) item(ns).

4.1.5 - Os materiais que não cumpram corretamente as funções para as quais se destinam serão submetidos à troca, no prazo máximo de 5 dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

4.1.6 - As despesas com a devolução dos produtos em situação irregular, ficam por conta da respectiva empresa vencedora, que será intimada do prazo para a retirada dos produtos, sob pena de perda dos mesmos.

4.1.7 - O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO (valor unitário por item).

#### 5 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - É vedada a participação de:

- a - empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b - empresas sob processo de falência ou concordata;
- c - empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d - empresas consorciadas; e
- e - empresas que não possuam atividade compatível com o objeto da presente licitação.

5.2 As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

#### 6 - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, após a vírgula com arredondamento, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

6.1.1 - O preço unitário poderá ser aceito com até quatro casas decimais, desde que o valor final atenda ao disposto no item 6.1.

6.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

6.3 - O pagamento da empresa vencedora será feito após a emissão do empenho e por etapa, após a efetiva entrega dos produtos, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro

do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira deste Município.

6.4 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento das notas fiscais da parcela entregue, desde que conferido e aceito.

6.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

6.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.8- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.33.00.00.00.00 - Material de Consumo;

#### 7- DA HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, ao final da Sessão Pública, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, através do fax (47) 3632-2266, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a Sessão, prorrogável por igual prazo a critério da Administração, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços, juntamente com a planilha (Proposta Financeira) do(s) item(s), contendo os valores (unitários e totais), descrição e marca/modelo, onde o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor, conforme dispõe o item 7.1.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em cópias autenticadas, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. Os documentos na forma prevista neste Edital poderão ser enviados para o Serviço de Licitações, Rua Cel. Bueno Franco 292, Centro Campo Alegre/SC.

7.1.1 Na proposta financeira deverá ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário.

7.1.2 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar a Serviço de Licitações, Rua Cel. Bueno Franco 292, Centro Campo Alegre/SC, após a confirmação do vencedor para proceder a autenticação.

7.1.4 Os documentos deverão ser apresentados na ordem estabelecida no edital e numerados, não devendo ser entregues soltos.

7.1.5 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

7.1.6 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PLANILHA DOS ITENS deverão ser apresentados em envelope, lacrado,



contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS - PREF CAMPO ALEGRE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2014  
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:  
CNPJ:

7.2 - Cópia do contrato social ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do respectivo Estado.

#### 7.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1.1 - Contrato social, ou documento constitutivo.

#### 7.2.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

7.2.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.2.2 - Certidão Conjunta de Débitos e Tributos Federais;

7.2.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.2.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

7.2.2.5 - Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito - CND, com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais, ou conjunta, na forma da lei;

7.2.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

7.2.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 7.2.3 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.2.3.1 - Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO II;

7.2.3.2 - Declaração da licitante, subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO II

7.2.3.3 - Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

7.2.3.4 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

#### 8 - DO PRAZO PARA ENTREGA

8.1 - O Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, quando não houver recurso. Ficará a cargo da Autoridade Competente, adjudicar o objeto quando houver interposição de recursos e, homologará o resultado da licitação.

8.1.1 - O vencedor terá até 7 (sete) dias consecutivos contados do recebimento do pedido (autorização de fornecimento) através de (via fax ou e-mail) para realizar a entrega.

8.2 - Os produtos deverão ser entregues, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através de Autorização de Fornecimento enviada para a empresa vencedora.

8.3 - A entrega do item deverá ser feita pela empresa licitante, no prédio da Garagem da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sem

custo adicional de frete ou outros, num prazo máximo 7 (sete) dias consecutivos, contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento (via fax ou e-mail).

8.4 - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

8.5 - A empresa vencedora terá prazo de 2 (dois) dias úteis para a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s), sob pena de suspensão do pagamento total da nota, até a devida substituição do(s) item(ns).

8.6 - Os materiais que não cumpram corretamente as funções para as quais se destinam serão submetidos à troca, no prazo máximo de 5 dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

8.7 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato (empenho), ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.8 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia posterior ao dia de abertura do Pregão.

8.9 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e no prazo e condições estabelecidas no item 8.1, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a receber a Autorização de Fornecimento, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

8.10 - Decorrido o prazo do item 8.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado, será ele considerado como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

8.10.1 - multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

8.10.2 - impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.10.3 - A multa de que trata o item 8.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

#### 9 - DAS PENALIDADES

9.1 - O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

a) o prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação;

b) caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;

c) as penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no cidade compras, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;

d) somente a autoridade que registrou as penalidades no cidade compras poderá fazer a sua retirada.

9.2 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei

8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

9.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

9.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 9.2, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

9.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração, relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Pregoeiro, o qual o encaminhará à Secretaria requisitante do presente processo licitatório que deverá decidir sobre os mesmos no prazo de 03 (três) dias úteis.

## 10 - DAS OBRIGAÇÕES

10.1 - Do Município:

- 10.1.1 - Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 10.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;
- 10.1.3 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 10.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada conforme disposto no item 6.3, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 10.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10.2 - Da Empresa Vencedora:

- 10.2.1 Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 10.2.2 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 10.2.3 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 10.2.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 10.2.5 Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 10.2.6 Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

## 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

11.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

11.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.5 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

11.6 - Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes à matéria.

11.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de São Bento do Sul/SC com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.8 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto O Setor de Licitações- pelo telefone: (47) 3632-2266, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 08h as 12h e das 13h às 17h, ou ainda no e-mail [cristina@campoalegre.sc.gov.br](mailto:cristina@campoalegre.sc.gov.br).

12.9 - Fazem parte deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo Declaração;

ANEXO III - Minuta Ata de Registro de Preços;

ANEXO V - Modelo para apresentação da proposta.

Campo Alegre, 13 de novembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº. 113/2014, modalidade Pregão (eletrônico).

Considerando a necessidade de REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de higiene e limpeza para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015.

Considerando a necessidade de realização de processo licitatório, conforme Lei 8.666/93;

Considerando as Requisições 0425 seus anexos (fls. \_\_\_\_a \_\_\_\_);

ELABORA-SE TERMO DE REFERÊNCIA para definir detalhes para a elaboração do edital para processo licitatório, sistema de REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de higiene e limpeza para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede



Municipal de Ensino para o ano letivo 2015., conforme segue:

#### 1. OBJETO:

O presente Termo de Referência traz informações/detalhes para a elaboração do edital de processo licitatório para REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de higiene e limpeza para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo 2015, conforme descrição e valor estimado abaixo:

#### VALOR ESTIMADO:

Item	Qtde	Unid	descrição	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	1.000	Unidade	Esponja De Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 Mm	0,90	900,00
02	500	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades	1,80	900,00
03	30	Pacote	Sabão Em Barra Com Glicerina, Com 05 Unidades -Composição Sabão Base, Carbonato Desódio, Glicerina, Trilon, Açúcar, Corante E Água	6,50	195,00
04	600	Pacote	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância E Água. Componente Ativo: Linear Alquil Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa Ou Pacote Contendo 1kg	7,50	4500,00
05	1.000	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	8,00	8000,00
06	1.500	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros	4,30	6450,00
07	100	Frasco	Cera Líquida Amarela 850 ML, Composição Mínima: Agente De Polímero, Emulsificantes, Polímeros Acrílicos, Conservante, Agente De Controle De Ph, Atenuador De Espuma, Fragrância, Veículo E Corante	6,00	600,00
08	800	lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural E Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante E Água, Para Pisos Paviflex, Frasco De 750ml	6,00	4800,00
09	1.000	Frasco	Saponáceo Cremoso 300 ML	4,50	4500,00
10	800	Frasco	Saponáceo Com Detergente 300 G (Em Po)	3,00	2400,00
11	150	Frasco	Desodorizador De Ar, Frasco Com 400ml	10,00	1500,00

12	200	unidade	Pano Para Louça (Pano De Prato), Tamanho Aproximado 46x62cm	3,80	760,00
13	1.800	Frasco	Alcool Etilico Hidratado 01 Litro	6,00	10800,00
14	1.100	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x27, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.	13,00	14300,00
15	150	Galão	Sabonete Líquido Gel Com Perfume Galão Com 05 Litros	16,00	2400,00
16	500	Unidade	Saco De Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60	4,00	2000,00
17	200	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x90cm	3,40	680,00
18	150	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	3,00	450,00
19	300	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	3,00	900,00
20	200	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	3,00	600,00
21	50	Frasco	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml	4,00	200,00
22	150	Pacote	Pano Para Limpeza, Atoalhado, Com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35 Cm	4,00	600,00
23	2.100	Frasco	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 ML, Neutro	1,50	3150,00
24	180	Lata	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente De Polímero, Formador De Filme, Emulsificante, Plástico, Solvente Ou Silicone E Corante, Lata Com 375 G	7,50	1350,00
25	80	Rolo	Embalagem Para Freezer E Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid	3,00	240,00
26	350	Unidade	Toalha Rosto, Medindo Aproximadamente 70x50	4,50	1575,00
27	50	Frasco	Shampoo Infantil, Para Todos Os Tipos De Cabelos, Que Não Cause Ardência Nos Olhos, Frasco Com 350 ML	9,00	450,00
28	300	Unidade	Rodo De Espuma Para Aplicação De Cera, (Sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.	6,00	1800,00
29	80	Unidade	Vassoura De Piassava Sintética- 31cm X 0,4 X 21cm- Com Cabo Metálico	8,00	640,00

30	50	Unidade	Vassoura De Palha De Arroz C/ Cabo	14,00	700,00
31	50	Unidade	Vassoura De Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – s/ cabo Metálico	8,00	400,00
32	50	Unidade	Rodo De Borracha 40 Cm s/ Cabo	7,00	350,00
33	45	Unidade	Rodo De Borracha 60 Cm s/ Cabo	12,00	540,00
34	400	fardo	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos De No Mínimo 10cm X 30m	35,00	14000,00
35	30	fardo	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem	48,00	1440,00
36	250	Unidade	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- C/ Cabo De Madeira	25,00	6.250,00
37	250	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja – espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm	20,00	5000,00
38	30	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5litros com alça de metal	10,00	300,00
39	30	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal.	16,00	480,00
40	30	Unidade	.Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal.	18,00	540,00
41	30	Unidade	Bacia gigante com capacidade 30 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Medida aproximada de 520x225mm, com Diâmetro de 53cm e altura de 21cm.	50,00	1500,00
42	30	Unidade	Bacia com capacidade de 15 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar.	40,00	1200,00
43	30	Unidade	Bacia com capacidade de 8 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Dimensões 136x350mm	20,00	600,00
44	30	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330X310mm. Capacidade 11 litros	30,00	900,00
45	50	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo	3,00	150,00

46	20,00	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tam: médio com 100 unid	20,00	400,00
47	20,00	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50 cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca – 100% polipropileno	20,00	1000,00
TOTAL ESTIMADO.....				R\$	113.390,00

- Para a execução do objeto do presente Edital, a empresa vencedora se obriga a fornecer o material na quantidade solicitada, de posse da Autorização de Fornecimento assinada pela autoridade competente do Município.

- Os materiais deverão ser entregues de acordo com a necessidade da Secretaria, em até 07 (sete) dias consecutivos contados do recebimento do pedido da Secretaria Municipal de Educação (via fax ou e-mail).

- A empresa entregará o objeto no prédio da Secretaria Municipal de Educação, com veículo próprio, sem custo adicional de frete ou outros, em dias úteis, respeitando o seguinte horário: das 8 às 11 h e das 13 às 15h.

- Por ocasião da entrega, os materiais serão conferidos, não sendo aceitos, em hipótese nenhuma qualquer material que não atenda as exigências do presente Edital (ver "descrição do Material" no Anexo I). Caso a vencedora se negue a cumprir as exigências do Instrumento Convocatório, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

- A empresa vencedora terá prazo de 2 (dois) dias úteis para a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s), sob pena de suspensão do pagamento total da nota, até a devida substituição do(s) item(ns).

- Os materiais que não cumpram corretamente as funções para as quais se destinam serão submetidos à troca, no prazo máximo de 5 dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

- As despesas com a devolução dos produtos em situação irregular, ficam por conta da respectiva empresa vencedora, que será intimada do prazo para a retirada dos produtos, sob pena de perda dos mesmos.

- O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO (valor unitário por item).

### 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2014 e 2015, na seguinte classificação:

- 3.3.90.33.00.00.00.00 - Material de Consumo;

### 4. DAS PENALIDADES

O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

a) o prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação;

b) caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;  
 c) as penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no cidade compras, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;  
 d) somente a autoridade que registrou as penalidades no cidade compras poderá fazer a sua retirada.

- Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei

8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;  
 b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;  
 c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;  
 d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;  
 e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

- Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

-Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 9.2, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

Campo Alegre, 13 de novembro de 2014.

Leda Carina Munhoz Odia  
 Secretária Municipal de Educação

## ANEXO II

(Processo Licitatório nº 113/2014, modalidade Pregão)

## DECLARAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....

....., sediada ....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ....., CPF nº .....

....., declara, perante a Lei, que até a presente data:

a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;  
 b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;  
 c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;  
 d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;  
 e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e  
 f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das

exigências constantes do Edital e seus anexos.

Cidade - (UF), ..... de ..... de 2013.

(nome do representante legal)

## ANEXO III

(Processo Licitatório nº 113/2014, modalidade Pregão)

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Processo Licitatório nº XX/2014, modalidade Pregão)

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data, podendo ser prorrogado, conforme previsto no Edital.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual \_\_\_\_\_, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa \_\_\_\_\_, em decorrência da homologação do processo licitatório nº xx/xxxx, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)

\_\_\_\_\_  
 Pregoeira Municipal

\_\_\_\_\_  
 Representante legal da empresa

## ANEXO V

(Processo Licitatório nº 113/2014, modalidade Pregão)

## MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Item	Qtde	Unid	descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	1.000	Unidade	Esponja De Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 Mm			
02	500	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades			
03	30	Pacote	Sabão Em Barra Com Glicerina, Com 05 Unidades -Composição Sabão Base, Carbonato Desódio, Glicerina, Trilon, Açúcar, Corante E Água			

04	600	Pacote	Sabão Em Pó Com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância E Água. Componente Ativo: Linear Alquil Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa Ou Pacote Contendo 1kg			
05	1.000	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L			
06	1.500	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros			
07	100	Frasco	Cera Líquida Amarela 850 MI, Composição Mínima: Agente De Polímero, Emulsificantes, Polimentos Acrílico, Conservante, Agente De Controle De Ph, Atenuador De Espuma, Fragrância, Veículo E Corante			
08	800	lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural E Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante E Água, Para Pisos Paviflex, Frasco De 750ml			
09	1.000	Frasco	Saponaceo Cremoso 300 MI			
10	800	Frasco	Saponaceo Com Detergente 300 G (Em Po)			
11	150	Frasco	Desodorizador De Ar, Frasco Com 400ml			
12	200	unidade	Pano Para Louça (Pano De Prato), Tamanho Aproximado 46x62cm			
13	1.800	Frasco	Alcool Etilico Hidratado 01 Litro			
14	1.100	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, Tamanho 23x27, Fardo Com 5 Pacotes, Em Cada Pacote Contendo 1.250 Folhas.			
15	150	Galão	Sabonete Líquido Gel Com Perfume Galão Com 05 Litros			
16	500	Unidade	Saco De Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo De.50x60			
17	200	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros Com 100 Unidades – Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x90cm			
18	150	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P			

19	300	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M			
20	200	Par	Luva De Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G			
21	50	Frasco	Lustra Móveis Perfumado Com No Mínimo 200ml			
22	150	Pacote	Pano Para Limpeza, Atoalhado, Com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35 Cm			
23	2.100	Frasco	Detergente Líquido Com Glicerina - 500 MI, Neutro			
24	180	Lata	Cera Em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente De Polímero, Formador De Filme, Emulsificante, Plastificante, Solvente Ou Silicone E Corante, Lata Com 375 G			
25	80	Rolo	Embalagem Para Freezer E Microondas, Para 5 Kg, C/ 100 Unid			
26	350	Unidade	Toalha Rosto, Medindo Aproximadamente 70x50			
27	50	Frasco	Shampoo Infantil, Para Todos Os Tipos De Cabelos, Que Não Cause Ardência Nos Olhos, Frasco Com 350 MI			
28	300	Unidade	Rodo De Espuma Para Aplicação De Cera, (Sem Borracha Só Espuma), Sem Cabo.			
29	80	Unidade	Vassoura De Piassava Sintética- 31cm X 0,4 X 21cm- Com Cabo Metálico			
30	50	Unidade	Vassoura De Palha De Arroz C/ Cabo			
31	50	Unidade	Vassoura De Pelo Sintético – 33cm X 0,09 X 14cm – s/ cabo Metálico			
32	50	Unidade	Rodo De Borracha 40 Cm s/ Cabo			
33	45	Unidade	Rodo De Borracha 60 Cm s/ Cabo			
34	400	fardo	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo Com 64 Rolos De No Mínimo 10cm X 30m			
35	30	fardo	Papel Higiênico Rolão Com 300m X 10cm Fardo Com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado Com 100% Celulose Virgem			

36	250	Unidade	Esfregão Plano Esponja – Espuma Poliéster C/ Manta Abrasiva – 30cm X 0,045 X 0,33cm- C/ Cabo De Madeira			
37	250	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja – espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva- 30cm x 0,045 x 0,33cm			
38	30	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5litros com alça de metal			
39	30	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal.			
40	30	Unidade	.Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal.			
41	30	Unidade	Bacia gigante com capacidade 30 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Medida aproximada de 520x225mm, com Diâmetro de 53cm e altura de 21cm.			
42	30	Unidade	Bacia com capacidade de 15 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar.			
43	30	Unidade	Bacia com capacidade de 8 litros, translúcida, feita de material atóxico adequado para uso alimentar. Dimensões 136x350mm			
44	30	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330X310mm. Capacidade 11 litros			
45	50	Unidade	Pá para lixo de plástico com cabo			
46	20,00	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tam: médio com 100 unid			
47	20,00	Pacote	Toucas descartáveis-tamanho 45 x 50 cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca – 100% polipropileno			
VALOR TOTAL						

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO (ou identificação) E ASSINATURA

## PORTARIA Nº 11.319 13 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº , 13 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE DISTRIBUIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS PARA PROFESSORES, ATENDENTES DE SALA E AGENTE OPERACIONAIS I, LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O ANO LETIVO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo .....Resolve:

Art.1º) Ficam à disposição para escolha de vagas para os cargos de Professor I a X, Atendentes de Sala e Agentes Operacionais I, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC;

Art.2º) A Escolha será:

- a) dia 17 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 17:00 horas para Professores I a X;
- b) dia 18 de dezembro de 2014, das 08:00 horas às 12:00 horas para Atendentes de Sala;
- c) dia 18 de dezembro de 2014, das 13:00 horas às 17:00 horas para Agentes Operacionais I.

Art.3º) O critério para classificação dos candidatos será: em ordem de escolha de quem possuir do maior para o menor tempo de serviço público nesta municipalidade.

Art.4º) Para os Profissionais que estão vinculados ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, Atendimento Educacional Especializado e Agentes Operacionais I com experiência em serviço de merenda escolar (cozinha) nas Instituições Educacionais, haverá escolha específica com os mesmos critérios que os demais.

Art.5º) A escolha acontecerá no Espaço Cultural Profª. "Sirley Maria Neumann Johanson", sito à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640, Centro neste Município.

Art.6º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2014

JEFFERSON TADEU CUNHA AMORIM  
Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campos Novos

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1534/14

PORTARIA Nº 1534/14 de 31/10/2014  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA  
OLVIDE LINDAMIR BOSI TREVISOL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a OLVIDE LINDAMIR BOSI TREVISOL pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 25 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1535/14

PORTARIA Nº 1535/14 de 31/10/2014  
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR  
RICARDO BROGLIATO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a RICARDO BROGLIATO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1536/14

PORTARIA Nº 1536/14 de 31/10/2014  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A)  
MAYARA DE VARGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAYARA DE VARGAS referente ao período aquisitivo de 13/08/12 a 12/08/13 a serem gozadas no período de 24/09/14 a 23/10/14.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1537/14

PORTARIA Nº 1537/14 de 31/10/2014  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) AR-  
LETE LOURDES MOCELIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ARLETE LOURDES MOCELIN referente ao período aquisitivo de 02/07/13 a 01/07/14 a serem gozadas no período de 05/11/14 a 04/12/14.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1538/14

PORTARIA Nº 1538/14 de 31/10/2014  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A)  
ADRIANA APARECIDA ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 02/08/13 a 01/08/14 a serem gozadas no período de 10/11/14 a 09/12/14.

#### COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1539/14

PORTARIA Nº 1539/14 de 31/10/2014  
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VAN-  
DERLEI MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANDERLEI MACHADO referente ao período aquisitivo de 22/09/13 a 21/09/14 a serem gozadas no período de 22/09/14 a 21/10/14.



**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1540/14**

PORTARIA Nº 1540/14 de 31/10/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SONAIRA DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SONAIRA DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 15/10/13 a 14/10/14 a serem gozadas no período de 03/11/14 a 02/12/14.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1541/14**

PORTARIA Nº 1541/14 de 31/10/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JORGE ALVES MORAES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JORGE ALVES MORAES referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 10/10/14 a 08/11/14.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1542/14**

PORTARIA Nº 1542/14 de 31/10/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SONIA APARECIDA MORESCO SARMENTO referente ao período aquisitivo de 13/09/13 a 12/09/14 a serem gozadas no período de 23/12/13 a

21/01/14.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1543/14**

PORTARIA Nº 1543/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLAUDIA KLEIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a CLAUDIA KLEIN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 25 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1544/14**

PORTARIA Nº 1544/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CLAUDETE APARECIDA MACIEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a CLAUDETE APARECIDA MACIEL pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 29 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1545/14**

PORTARIA Nº 1545/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA BERNADETE JARDIM RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a BERNADETE JARDIM RIBEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1546/14**

PORTARIA Nº 1546/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANA PAULA GHIGGI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a ANA PAULA GHIGGI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1547/14**

PORTARIA Nº 1547/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LEAMAR DALLAMICO PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a LEAMAR DALLAMICO PEREIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1548/14**

PORTARIA Nº 1548/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELIZETE DA ROSA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a ELIZETE DA ROSA BECKER pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1549/14**

PORTARIA Nº 1549/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA OSVALDINA ALVES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio doença a OSVALDINA ALVES DA SILVA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1550/14**

PORTARIA Nº 1550/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ELIANA MAI.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ELIANA MAI no período de 25/09/14 a 22/01/15.

**COMUNIQUE - SE**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1551/14**

PORTARIA Nº 1551/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA FRANCIELI DE OLIVEIRA KUNEN.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora FRANCIELI DE OLIVEIRA KUNEN no período de 21/10/14 a 17/02/15.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1552/14**

PORTARIA Nº 1552/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARINÊS CECHIN ROTINI.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARINÊS CECHIN ROTINI no período de 01/10/14 a 28/01/15.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1553/14**

PORTARIA Nº 1553/14 de 31/10/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARISOL BEATRIZ ALVES.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARISOL BEATRIZ ALVES no período de 01/10/14 a 21/01/15.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1554/14**

PORTARIA Nº 1554/14 de 31/10/2014

CONCEDE RETORNO DA CARGA HORÁRIA AO SERVIDOR ANDRÉ LUIZ GUIDINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder retorno da carga horária ao servidor ANDRÉ LUIZ GUIDINI, na função de Técnico em Apoio Administrativo, retroagindo seus efeitos a 15 de Outubro de 2014. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1555/14**

PORTARIA Nº 1555/14 de 31/10/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à servidora KERLLY JUCIANE WALTER, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1556/14**

PORTARIA Nº 1556/14 de 31/10/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à servidora HAYETT SARKIS KANAAN MILANEZ, ocupante do cargo efetivo Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em Informática.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**COMUNIQUE - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1558/14**

PORTARIA Nº 1558/14 de 05/11/2014

NOMEIA A SERVIDORA SIRLENE PASQUALI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A C.E.I.M - PADRE ARMANDO DE COSTA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Nomear a servidora SIRLENE PASQUALI, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto a C.E.I.M Padre Armando de Costa. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2014.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 05 de Novembro 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1559/14**

PORTARIA Nº 1559/14 de 05/11/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JIANE CRISTINA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JIANE CRISTINA PEREIRA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de Novembro de 2014.

**COMUNIQUE - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 05 de Novembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1560/14**

PORTARIA Nº 1560/14 de 05/11/2014

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PAULO EDUARDO MAFFIOLETTI FACHIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido o servidor PAULO EDUARDO MAFFIOLETTI FACHIN do cargo de ANALISTA AMBIENTAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 05 de Novembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1561/14**

PORTARIA Nº 1561/14 de 06/11/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JIANE CRISTINA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando vaga excedente.

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário JIANE CRISTINA PEREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços gerais, junto a Secretaria da Educação e Cultura com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos 05 de Novembro de 2014.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 05 de Novembro de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 79/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de novembro de 2014 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL A SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 12 de novembro de 2014.

Prefeito Municipal  
Nelson Cruz

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 80/2014**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de novembro de 2014 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE UM VEICULO (CAMINHÃO) EQUIPADO COM CESTO AÉREO PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 14 de novembro de 2014.  
Prefeito Municipal  
Nelson Cruz

## Canelinha

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO Nº 48/2014 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 048/2014. CONTRATO Administrativo de AQUISIÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ELETRONEMA LTDA - EPP. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um gerador à diesel com potência de 74 KVA, trifásico, na tensão de 380/220 Vca em 60 Hz, com funcionamento automático, para equipar as instalações da unidade hospitalar do CONTRATANTE, conforme demais características e especificações descritas no anexo II (termo de referencia) do Edital de Licitação nº. 17/2014, Pregão Presencial nº 16/2014 (processo nº. 31/2014, Licitação nº. 18/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais), fixo e irrevogável. FONTE DO RECURSO: 4.4.90.00.00.00.00.1023 (001) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração pelo mesmo período previsto para a garantia do gerador de energia, composto pelo motor, gerador, base de montagem motor, quadro de comando e demais equipamentos que fazem parte do conjunto e descrito no termo de referencia e na proposta do CONTRATADO, objeto deste Contrato, que a princípio é de 12 (doze) meses contados a partir da instalação do mesmo.

Canelinha, 06 de novembro de 2014.  
MARILITA MICHELI GONÇALVES  
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

#### EXTRATO EDITAL 08/2014 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2014  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 08/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais diversos para manutenção das atividades do SEMAIS, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 26 de novembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 13 e novembro de 2014.  
GILBERTO ROSA  
Diretor do SEMAIS



## Capinzal

### PREFEITURA

#### PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2014

##### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0048/2014

Pregão Presencial Nº 0029/2014

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus e combustíveis para atender a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Capinzal/SC, conforme Convênio nº 2014Tr002607.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 27/11/2014.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

##### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 7:00 às 13:00 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 14 de novembro de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

#### FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº.....: TA 01/2014 C35 - Contrato Nº: 0035/2014	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada....: M.A.J. CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA - ME	
Valor.....: 23.704,95 (vinte e três mil setecentos e quatro reais e noventa e cinco centavos)	
Vigência.....: Início: 13/11/2014 Término: 01/01/2015	
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo Licitatório....: 0020 / 2014	
Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é o aditamento do valor de R\$ 23.704,95, (vinte e três mil, setecentos e quatro reais e noventa e cinco centavos), sendo 18.529,41 (dezoito mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos) de material e 5.175,54 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) de mão-de-obra, em conformidade com a solicitação, parecer técnico e parecer jurídico em anexo, e, ainda, a autorização legal prevista no Artigo 65 do § 1º, da lei 8.66	
Capinzal, 13 de Novembro de 2014	

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS Nº 0064/2012

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS Nº 0064/2012

PREGÃO Nº 0041/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2012

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 22 de agosto de 2012 para:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido o Termo de Contrato FMS nº 0064/2012, nos termos do seu item 6.2., da CLÁUSULA VI - Da Inexecução e da Rescisão Contratual, por interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: Cabe a Contratada o ressarcimento pelos serviços prestados até a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA: Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 06 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

#### EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMAS Nº 0028/2012

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMAS Nº 0028/2012

PREGÃO Nº 0041/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2012

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 22 de agosto de 2012 para:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato FMAS Nº 0028/2012, nos termos do seu item 6.2., da CLÁUSULA VI - Da Inexecução e da Rescisão Contratual, por interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Cabe a Contratada o ressarcimento pelos serviços prestados até a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 06 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0127/2012**

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0127/2012

PREGÃO Nº 0041/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2012  
 CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
 CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 22 de agosto de 2012 para:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato 0127/2012, nos termos do seu item 6.2., da CLÁUSULA VI - Da Inexecução e da Rescisão Contratual, por interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Cabe a Contratada o ressarcimento pelos serviços prestados até a presente data.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 06 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0138/2012**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0138/2012

PREGÃO Nº 0045/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0094/2012  
 CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
 CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 29 de novembro de 2012, para alterá-lo conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 223,50 (duzentos e vinte e três reais e cinquenta centavos) mensais.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente aditivo é referente mais 2 (duas) linhas telefônicas móveis e seus serviços, direcionadas a atender a demanda de atividades da Secretaria Municipal de Saúde. A Contratada deverá fornecer aparelhos de requisitos técnicos intermediários, em conformidade com as especificações apresentadas no Edital de Pregão que deu origem a este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - O valor mensal do contrato mensal passa a ser de R\$ 3.464,25 (três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), perfazendo um total de 8% (oito por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvas - SC, 22 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0088/2012**

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 0088/2012

Processo Licitatório nº 0049/2012 - Dispensa nº 0002/2012  
 CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
 CONTRATADA: MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES TRELISSA LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 23 de abril de 2012, alterando-o conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato nº 0088/2012, nos termos do seu item 9.1., da CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO, por interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Conforme boletins de medição e respectivos comprovantes de pagamentos arquivados no processo do empreendimento, a empresa recebeu tudo que era de direito pelos serviços executados até a presente data, portanto, não cabe a Contratada ressarcimentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 31 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0002/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0002/2014

PREGÃO Nº 0006/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social  
 CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 19 de fevereiro de 2014, alterando-o conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 4,93% (quatro virgula noventa e três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13,	ULTRA-GAZ	UN	46,90	49,21
3	663	Gás de cozinha P45	ULTRA-GAZ	UN	184,90	194,01

Catanduvas - SC, 31 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0013/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0013/2014

PREGÃO Nº 0006/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Saúde  
 CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 19 de fevereiro de 2014, alterando-o conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 4,93% (quatro virgula noventa e três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
3	663	Gás de cozinha P45 (Secretaria de Saúde),	ULTRA-GAZ	UN	184,90	194,01

Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13,	ULTRA-GAZ	UN	46,90	49,21

Catanduvras - SC, 31 de outubro de 2014.  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Município de Catanduvras - SC  
 Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0014/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0014/2014

PREGÃO Nº 0006/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
 CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 19 de fevereiro de 2014, alterando-o conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 4,93% (quatro virgula noventa e três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Conselho Tutelar

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13,	ULTRA-GAZ	UN	46,90	49,21

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13,	ULTRA-GAZ	UN	46,90	49,21
2	655	Gás de cozinha P45	ULTRA-GAZ	UN	184,90	194,01

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13,	ULTRA-GAZ	UN	46,90	49,21

Catanduvras - SC, 31 de outubro de 2014.  
 MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
 Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0028/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0028/2014

PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de março de 2014, alterando-o conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Ficam aditivadas as quantidades abaixo descritas, aos itens abaixo descritos, presentes no item 1.1, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do contrato original, por solicitação da contratante.

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
4	6143	Ciclobenzaprina 5 mg	EMS	UN	5.000	0,1610	805,00
2	10733	Acido acetilsalicílico tamponado 100 mg	EMS	CP	3.000	0,1050	315,00
2	3878	Carvedilol 6,25mg	Torrent	UN	4.000	0,0560	224,00
4	4900	Carvedilol 25mg	Torrent	UN	1.500	0,1120	168,00
Total Geral							1.512,00

Catanduvras - SC, 28 de outubro de 2014.  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Município de Catanduvras - SC  
 Elizete Cardoso da Silva

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0027/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0027/2014

PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014  
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de março de 2014, alterando-o conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Ficam aditivadas as quantidades abaixo descritas, aos itens abaixo descritos, presentes no item 1.1, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do contrato original, por solicitação da contratante.

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
1	5298	Quetipina, fumarato 25mg	EMS	UN	5.000	0,3550	1.775,00
1	4887	Alprazolam 0,5mg	EMS	CP	4.000	0,1200	480,00
3	3168	Alprazolam 2mg	EMS	UN	2.000	0,3000	600,00
Total Geral							2.855,00

Catanduvas - SC, 28 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

#### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0032/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0032/2014

PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de março de 2014, alterando-o conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Ficam aditivadas as quantidades abaixo descritas, aos itens abaixo descritos, presentes no item 1.1, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do contrato original, por solicitação da contratante.

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
2	6165	Prednisolona 3mg/ml sol oral frasco 60 ml	PRATI DONADUZZI	UN	400	2,4500	980,00
1	4885	Acido Valproico 250mg/ml 100ml	HIPOLABOR	FR	200	2,2800	456,00
2	3770	Divalproato de sódia 500mg	ABBOTT	UN	1.000	2,1300	2.130,00
Total Geral							3.566,00

Catanduvas - SC, 28 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

#### EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0026/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0026/2014

PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de março de 2014, alterando-o conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Ficam aditivadas as quantidades abaixo descritas, aos itens abaixo descritos, presentes no item 1.1, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do contrato original, por solicitação da contratante.

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
3	3807	Carbonato de calcio + colecalciferol 500mg + 400UI	NATULAB	CP	6.000	0,540	3.240,00
2	3868	Sinvastatina 40mg	SANVAL	UN	15.000	0,097	1.455,00
Total Geral							4.695,00

Catanduvas - SC, 28 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

#### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0029/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0029/2014

PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 13 de março de 2014, alterando-o conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Ficam aditivadas as quantidades abaixo descritas, aos itens abaixo descritos, presentes no item 1.1, da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, do contrato original, por solicitação da contratante.

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Qtde	Preço Unitário	TOTAL
1	3961	OMEPRAZOL 20MG CP	PRATI	CP	30.000	0,0400	1.200,00
2	3818	Medroxiprogesterona, acetato de solução injetável 150 mg/ml	EMS	UN	50	15,0000	750,00
3	10734	Anlodipino, besinato de 5mg	GEOLAB	CP	15.000	0,0200	300,00
1	3784	Clopidogrel 75mg	HYPERMARCAS	UN	5.000	0,4400	2.200,00
Total Geral							4.450,00



Catanduvas - SC, 28 de outubro de 2014.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvas - SC  
Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0079/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0079/2014

PREGÃO Nº 0051/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: AUTO POSTO GEMELLI LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 22 de julho de 2014, alterando-o conforme segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 17.755,00 (dezesete mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

O valor total do contrato passa a ser de 88.775,00 (oitenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais), perfazendo um total de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvas - SC, 03 de novembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Gisa Aparecida Giacomini

### **EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0022/2014**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0022/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONTRATADA: CONCRECORDIA CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a Reforma de espaço Público, onde são atendidos os Programas ACESSUAS e que trabalha com cursos de profissionalização, oferecido aos usuários da Política de Assistência Social, atendidos e acompanhados pelo CRAS, e a Pintura dos espaços públicos do CRAS, para a Assistência Social do Município, tudo conforme o edital de Processo Licitatório nº 0081/2014.

VALOR: R\$ 21.588,06 (vinte e um mil quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 29 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0023/2014**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0023/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a Reforma de espaço Público, onde são atendidos os Programas ACESSUAS e que trabalha com cursos de profissionalização, oferecido aos usuários da Política de Assistência Social, atendidos e acompanhados pelo CRAS, e a Pintura dos espaços públicos do CRAS, para a Assistência Social do Município, tudo conforme o edital de Processo Licitatório nº 0081/2014.

VALOR: R\$ 17.013,75 (dezesete mil e treze reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 29 de outubro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Elizete Cardoso da Silva

### **EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0060/2014**

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0060/2014

PREGÃO Nº 0057/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0080/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviço de seguro, podendo ser realizado por intermédio de corretora ou da própria seguradora, para o veículo oficial do município de Catanduvas, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014

DATA DE ASSINATURA: 04 de novembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Município de Catanduvas - SC  
Elizete Cardoso da Silva



## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO 160/2014

DECRETO Nº 160/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

Considerando, indicação do Conselho Municipal de Assistência Social através do ofício 005/2014 de 10/11/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família, composta pelos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

MEMBRO	SECRETARIAS/ENTIDADES
Kassiane Chagas	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Simone Bartolamei	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Vanildes Pietrobelli	Secretaria Municipal de Saúde
Cildo Inácio Rockembach	Pastoral da Saúde – Igreja Católica Apostólica Romana
Ivete Gottardi da Silva	Associação dos Pais e Professores da Escola Municipal Bairro Antena.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 13 de novembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2014 - PM

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 3/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 21 de novembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a contratação de um (a) engenheiro (a) civil, devidamente inscrito (a) no CREA, para atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado - SC, com exceção da área habitacional. O profissional contratado deverá, dentre outras atividades relacionadas à área, elaborar projetos a serem executados com recursos exclusivos do município; acompanhar e fiscalizar a execução de todas as obras do Município seja elas com recursos próprios ou de Convênio/Contrato de Repasse; avaliar permanentemente a estrutura dos imóveis do Município a fim de garantir a manutenção e os reparos devidos; orientar os servidores que executam serviços na área para realizarem as tarefas de maneira mais adequada; propor projetos que sejam viáveis, visando modernizar a estrutura do Município, em consonância com as normas técnicas aplicáveis a profissão, e de acordo com as quantidades relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadadodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadadodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 14 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 439 DE 13.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 439/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes, EMERSON HOFFMANN, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 14 de novembro de 2014, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 86/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 86/2014.

Vigência: 05/11/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 92/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: PLANO E OBRA CONSTRUTORA LTDA ME

Valor/Remuneração: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais);

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de projetos de: instalações hidráulicas, sanitárias, elétricas, preventivas contra incêndio, estrutural, bem como, para elaboração de Memorial Descritivo / Especificações Técnicas, Quadro de Composição de Investimento - QCI, Orçamento Discriminativo, de conformidade com a Tabela SINAPI, Memória de Cálculo (quantitativo de orçamento e dimensionamentos), Cronograma Físico-Financeiro e emissão de ART(s) de Projeto e Orçamento autenticados pelo CREA à obra do Mirante no Parque Ecológico "Cachoeira Rio Saltinho";

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 87/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 87/2014.

Vigência: 13/11/2014 à 31/12/2014

Processo Licitatório nº 93/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CURINGAS PROMOÇÕES E EVENTOS DE ESPETÁCULOS LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Objeto: Contratação de Show Musical com a Banda Curingas Promoções e Eventos de Espetáculos Ltda - ME, à animação da Festa em Comemoração ao XIX Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Chapadão do Lageado - SC, a ser realizada no dia 29 de novembro de 2014, das 21h00m às 01h00m, no Centro de Eventos do Município de Chapadão do Lageado/SC.

DATA DA ASSINATURA: 13 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **PORTARIANº 440/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 440/2014

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas aprovada no Concurso Público nº. 001/2011;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Pública SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, passando a exercer suas funções junto na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 12.11.2014.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### **PORTARIANº 441/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 441/2014

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas aprovada no Concurso Público nº. 001/2011;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina nas unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora publica LUZIA PRETI PALHANO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas para exercer suas funções junto ao Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 418/14

DECRETO SAF/Nº. 418/14, de 07 de novembro de 2014.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Saúde

2.025 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica

3.3.90.00.00.00.00.00.0066 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
---	---------------

2.027 - Manutenção do Programa Piso Atenção Básica Fixo-PMAQ-Saúde Bucal e outras

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

TOTAL.....	R\$ 40.000,00
------------	---------------

Parágrafo único. A suplementação ocorre por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação do exercício corrente, nas fontes de recursos 66, valor R\$ 20.000,00 - Vigilância em Saúde e 65, valor R\$ 20.000,00 - Atenção Básica, conforme art. 7º e 43. da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de novembro de 2014  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 421/14

DECRETO SAF/N. 421/14, de 11 de novembro de 2014.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, previstas pelo art. 45. da Lei Orgânica do Município de Cocal do Sul, e  
CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;  
CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da

Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;  
CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;  
CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;  
CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;  
CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;  
CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;  
CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";  
CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública.

#### DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:  
a) representantes do Conselho Tutelar do Município;  
Titular: Jaqueline Bressan  
Suplente: Maria Aparecida Margotti

b) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

Titular: Luciana Gerônimo

Suplente: Rafael Colombo Ugioni

c) representante do CREAS do Município;

Titular: Patricia de Lucca Baschirotto

Suplente: Cristiane Castro

d) representante do CRAS do Município;

Titular: Paula Thomaz Zavarize

Suplente: Cristiane dos Santos Fernandes

e) representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

Titular: Carla Arns

Suplente: Cibeles Milanes

f) representante da Secretaria Municipal de Saúde Pública;

Titular: Rosiane Vieira

Suplente: Giane Carvalho

g) representante do Secretaria de Ação Social e da Família;

Titular: Ziane Hoffman Miotello

Suplente: Sandra Quarezemim

i) representante do Setor de Esportes e Lazer;

Titular: Mateus Cechinel

Suplente: Anderson Damiani

j) representante do Setor de Cultura;

Titular: Juarez Fogaça

Suplente: Cintia Burigo Gava

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA no mês de novembro de 2014.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

#### DECRETO SAF/N. 422.14

DECRETO SAF/N. 422/14, de 12 de novembro de 2014.

SUPLEMENTA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei. 1.231, de 12 de novembro de 2014, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edificações, San., Ref., Transp. Serviços Públicos

#### 2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

3.3.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00
---	---------------

TOTAL .....	R\$ 90.000,00
-------------	---------------

Parágrafo único. A suplementação de que trata o caput deste artigo, ocorre por conta do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 0 - Ordinários, conforme art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

#### DECRETO SAF/ N. 393.14

DECRETO SAF/Nº. 393/14, de 07 de outubro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Administração, Planej., Fazenda e Finanças Públicas

#### 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 205.000,00
---	----------------

#### 2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, Financeiro e Arrecadação

3.1.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
---	---------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref. Serviços Públicos

#### 2.035 - Manutenção da Secretaria de Obras, Transp. e Serviços

3.1.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 320.000,00
---	----------------

3.3.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
---	----------------

TOTAL.....	R\$ 720.000,00
------------	----------------

Parágrafo único. A suplementação ocorre por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, na fonte de recursos TCE 00, conforme art. 7º e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de outubro de 2014

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal



CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### LEI N. 1.231

LEI Nº. 1.231, de 12 de novembro de 2014.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edificações, San., Ref, Transp. Serviços Públicos

2.036 - Manutenção da Coleta e Destinação do Lixo

3.3.90.00.00.00.00.00.0132 – Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00
---	---------------

TOTAL .....	R\$ 90.000,00
-------------	---------------

Parágrafo único. A suplementação de que trata o caput deste artigo, ocorre por conta do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos 0 - Ordinários, conforme art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de novembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### EXTRATO DE CONTRATO N. 139/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 103/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 52/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: EQUIPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME. ASSINATURA: 05/11/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.01.2.011.4.4.90(50); 07.02.2.019.4.4.90(75); 05.01.2.006.4.4.90(17); 08.01.2.046.4.4.90(95); 09.01.2.035.4.4.90(110); 11.01.2.024.4.4.90(56); 11.01.2.017.4.4.90(46); 11.01.2.027.4.4.90(48)(50). OBJETO: aquisição de mobiliário sob medida(marcenaria), destinados para prédios públicos do município de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 62.544,00(sessenta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais).

### EXTRATO DE CONTRATO N. 143/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 107/PMCS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 56/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: ROBSON ROBERTO SAVI ME. ASSINATURA: 27/10/2014. VIGÊNCIA: 27/10/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3.3.90.30.07(58);(93);(119);(11-FMS). OBJETO: fornecimento de refeições do tipo self-service, para atendimento a servidores públicos da Secretaria de Obras. VALOR: R\$ 137.280,00(cento e trinta e sete mil duzentos e oitenta reais).

### EXTRATO DE CONTRATO N. 137/14

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/14 DO FMAS. Processo de Licitação n. 04/FMAS//2014. Modalidade: Dispensa de Licitação n. 1/FMAS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul - Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS. CONTRATADA: APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. ASSINATURA: 10/10/2014. VIGÊNCIA: 10/07/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 2.033 - 3.3.90.00.00.00.00.00(40). OBJETO: serviço de execução do projeto "Cuidando do Cuidador". VALOR: R\$ 7.750,00(sete mil setecentos e cinquenta reais).

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 58/PMCS/2014, que objetiva a contratação de pessoa jurídica ou física para avaliação de imóveis, para atendimento ao Setor de Patrimônio do Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 27 de novembro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 13 de novembro de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal



# Concórdia

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 045 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014. CMASC

RESOLUÇÃO Nº 045 de 06 de outubro de 2014.

Dispõe sobre critérios de partilha de recursos repassados para as entidades e organizações da rede socioassistencial inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações, o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011 e Art. 50 do Decreto nº 5.696, de 10 de abril de 2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios de partilha de recursos a serem repassados para as entidades e organizações da rede socioassistencial inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, para o ano de 2015.

Art. 2º - Conforme deliberado em reunião ordinária deste conselho, os critérios são:

I - entidades estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e regular com a documentação, e encaminhada até o dia 30 de abril de cada ano conforme previsto no inciso II do Art. 9º da Resolução CMAS nº 023/2011;

II - executar os Serviços, Programas ou Projetos tipificados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009;

III - ser entidade de Atendimento, Assessoramento, ou defesa e garantia de direitos, conforme previsto no inciso III do Art. 7º da Lei Municipal nº 4.384 de 15 de dezembro de 2011;

IV - O Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS disponibilizará para o exercício de 2015 R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para convênio e partilha, sendo que deste valor, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para as entidades que desenvolvem serviços de Proteção Social Básica e R\$ 200.000,00 (duzentos mil) para as entidades que executam serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de outubro de 2014.

Neusa Presotto Colombo

Presidente do CMAS

### DECRETO Nº 5938

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.938, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.701, de 24 de outubro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos

elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária	04.01	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade	04.122.0011.1002	Modernização e Organização Administrativa
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos
Aplicações Diretas		-
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 25.000,00	

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária	05.01	Secretaria Municipal de Finanças
Projeto/Atividade	04.122.0016.2010	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUF
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 30.000,00	
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000000	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 26.500,00	

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.365.0021.2018	Ações da Educação Infantil - SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e de Transferências
de Impostos - Educação	R\$ 84.000,00	

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	04.122.0026.2022	Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 247.000,00	
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 49.500,00	
Projeto/Atividade	20.606.0030.2026	Ações da Extensão Rural - SEMADRA
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos
Aplicações Diretas		-
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior	R\$ 100.000,00	
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.511.0036.1301	Ações do Saneamento Básico Rural - FUMDEAGRO
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 33.282,07	
Projeto/Atividade	20.606.0035.2304	Ações da Extensão

Rural - FUMDEAGRO  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00 .00 Transfe-  
 rências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 189.574,70

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras  
 Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -  
 Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 343.800,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.244.0046.2035 Ações de Assistência Comunitária - SEDES  
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 .00 Transfe-  
 rências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 274.289,00  
 Projeto/Atividade 08.122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 30.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes  
 Projeto/Atividade 26.122.0054.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 28.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 10.000,00  
 Projeto/Atividade 26.782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte - SEMUT  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -  
 Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 150.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
 Projeto/Atividade 28.0843.0057.2042 Ações da Dívida Interna - Encargos Especiais  
 Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 116.000,00  
 Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 173.000,00  
 Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros

Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -  
 Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 250.000,00  
 Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito -  
 Militar R\$ 10.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde  
 R\$ 230.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS  
 Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências a União  
 Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências ao Fundo Municipal de Assistência Social - Superávit do Exercício Anterior R\$ 400,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
 Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências a União  
 Fonte de Recursos 01.510000 Programa Sentinela  
 R\$ 1.214,55

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura  
 Projeto/Atividade 13.122.0071.2401 Manutenção das Atividades-Meio da FMC  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 2.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.404.060,32.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito  
 Projeto/Atividade 04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 125.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 6.000,00

Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0007.2006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração  
 Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 40.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 5.500,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 170.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 13.500,00  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 460.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 85.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
 Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente  
 Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural - SEMADRA  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos ordinários  
 - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0122.0037.2027 Manutenção, Modernização e Organização Administrativa - SEMURB  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 450.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 28.000,00  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 8.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.241.0044.2033 Ações da Assistência Social - SEDES  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 100.000,00  
 Projeto/Atividade 08.122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 90.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Projeto/Atividade 04.122.0050.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 8.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS  
 Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
 Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 15.000,00  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 10.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 20.500,00  
 Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências a União

Fonte de Recursos 01. 020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 70.000,00  
 Projeto/Atividade 10.301.0061.2102 Ações da Atenção Básica - FMS  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01. 020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 396.445,77

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências ao Fundo Municipal de Assistência Social - Superávit do Exercício Anterior R\$ 400,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.510000 Programa Sentinela R\$ 1.214,55

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura  
 Projeto/Atividade 13.122.0071.2401 Manutenção das Atividades-Meio da FMC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 41.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes  
 Projeto/Atividade 27.122.0075.2451 Manutenção das Atividades - FMEC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 118.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 7.000,00  
 Projeto/Atividade 27.122.0080.2454 Manutenção do Centro de Convivência - FMEC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.404.060,32.

Art. 3º Ficam suplementadas, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 1.000,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00  
 Fonte de Recursos 01.470000 Apoio a Pessoa Idosa R\$ 100,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.500000 Programa Peti R\$ 300,00  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0070.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade - ABRIGO  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 28.000,00  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 38.400,00.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das atividades-Meio da SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 5.000,00  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 56.000,00  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do



FUNDEB R\$ 5.700,00  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 131.000,00  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2017 Ações de Ensino Fundamental - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 120.000,00  
 Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil  
 Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 303.000,00  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 53.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras  
 Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbânística - SEMURB  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.450000 Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras R\$ 500.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS  
 Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
 Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 31.760,00  
 Fonte de Recursos 01.550000 Convênio Trânsito - Civil R\$ 31.948,00  
 Fonte de Recursos 01.560000 Convênio Trânsito - Prefeitura R\$ 80.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.317.408,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
 JOÃO GIRARDI  
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
 Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 5939

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.939, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.704, de 27 de outubro de 2014.

### DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 30.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras  
 Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbânística - SEMURB  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 1.062.548,98

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Projeto/Atividade 23.0695.0052.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo - SEDET  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 74.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES  
 Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes  
 Projeto/Atividade 26.0122.0054.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS  
 Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
 Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de outros Encargos Especiais  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 50.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de



Esportes		
Projeto/Atividade	27.0122.0078.1451	Modernização e Organização Administrativa da FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos -
Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 9.000,00	
Projeto/Atividade	27.0812.0077.2453	Ações do Desporto Comunitário - FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários - Prefeitura
- Prefeitura	R\$ 25.300,00	
Projeto/Atividade	27.0122.0080.2454	Manutenção do Centro de Convivência - FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 8.500,00	
TOTAL ANULADO R\$ 1.309.348,98.		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações Ensino Fundamental - SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferência de Impostos da Educação
	R\$ 30.000,00	

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0512.0040.2030	Ações Saneamento Urbano - SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 400.000,00	

Órgão	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade Orçamentária	10.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Projeto/Atividade	23.0695.0052.2039	Manutenção das Atividades voltadas ao Turismo - SEDET
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 74.000,00	

Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Unidade Orçamentária	11.01	Secretaria Municipal de Transportes
Projeto/Atividade	26.0782.0055.2041	Ações Transporte Rodoviário - SEMUT
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 50.000,00	

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
-------	----	-----------------

Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Transferências à União		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 50.000,00	

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.020000	Receita de Impostos de Saúde
	R\$ 662.548,98	

Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0075.2451	Manutenção das Atividades - FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 9.000,00	
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento - FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 33.800,00	

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.309.348,98.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 10 de outubro de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB
	R\$ 350.000,00	
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações da Educação Infantil - SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB
	R\$ 189.900,00	

Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0846.0058.2043	Ações de Outros Encargos Especiais
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.540000	Convênio
Trânsito - Militar	R\$ 16.000,00	

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0122.0065.2106	Modernização e

Organização Administrativa do FMS  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00 Investimentos -  
Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.880000 Alienação  
de Bens Destinados aos  
Programas de Saúde R\$ 7.350,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 563.250,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 27 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

#### **DECRETO Nº 768/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 768/2014, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor MARCIO LUIS BENELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, ao servidor MARCIO LUIS BENELLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de maio de 2009 a 5 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

#### **DECRETO Nº 769/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 769/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo;

II - HILDA CAMINI, ocupante do cargo de Contador;

III - MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

IV - MORGANA CESTONARO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

#### **DECRETO Nº 770/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 770/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Revoga os incisos I e VI do art. 1º do Decreto nº 238/2013, de 14 de fevereiro de 2013, que concede gratificação, pelo exercício de função de direção à servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogadas as gratificações concedidas pelos incisos I e VI do art. 1º do Decreto nº 238/2013, de 14 de fevereiro de 2013, que concede gratificação, pelo exercício de função de direção, à servidora CIRLEI GIOMBELLI, a partir de 3 de novembro de 2014 e ROSE ANTONIETTI GOMES DE ALMEIDA, a partir de 27 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 21 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 771/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 771/2014, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.  
Concede Promoção Horizontal ao servidor MAICO ZANFONATO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida ao servidor MAICO ZANFONATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Torneiro Mecânico, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 772/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 772/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.  
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VILMAR ANTONIO BENTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, ao servidor VILMAR ANTONIO BENTZ, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 7706-00, 1 (um) mês de licença, a título

de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 30 de junho de 2009 a 29 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 773/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 773/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia a servidora MARIA CRISTINA BERTA para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008 e no art. 3º, VIII, da Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde, no período de 27 de outubro a 2 de novembro de 2014, em razão do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no período de 27 de outubro a 2 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 774/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 774/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.249 dias, ou seja: 3 (três) anos, 5 (cinco) meses e 4 (quatro) dias, de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 3 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 775/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 775/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede abono de permanência ao servidor VILMAR JOÃO ZORZETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 29 de outubro de 2014, ao servidor VILMAR JOÃO ZORZETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 776/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 776/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa a servidora SILVANA CASAGRANDE para responder, interinamente, pela função de Tesoureira do FMAS e FIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e na Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SILVANA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Pedagogo, para responder como Tesoureira, administrar e operacionalizar as contas bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, no período de 3 a 17 de novembro de 2014, enquanto perdurar o afastamento do servidor Agenor Luis Cembrani, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 777/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 777/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 271/2014, de 31 de março de 2014 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 271/2014, de 31 de março de 2014 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 1º (...)

b) suplente: LEONICE TEREZINHA DE OLIVEIRA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 778/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 778/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Constitui e designa Comissão Intersetorial para elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º Ficam designadas, para compor a referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas:

I - TANIA DENISE ROMANI, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação;

II - ANA PAULA FORNER, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

III - DALINE CORDAZZO, representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV - ITAMAR FRANCISCO FORNARI, representante da Fundação Municipal de Esportes;

V - LEANDRA DARGAS SLOGO, representante da Fundação Municipal de Cultura;

VI - CLEUCIR SULENTA, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VII - JUCINEI DE CASTILHOS CANDIDO, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

VIII - FERNANDA TELLES, representante do Conselho Tutelar;

IX - SIDINEI MUSSELINI, representante da Associação Comunitária Renovação para a Integração da Família - ACRIF;

X - ROBERTO MARINELLO, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR Concórdia;

XI - representantes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

a) TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA;

b) SILVANA CASAGRANDE;

c) NEUSA PRESOTTO COLOMBO.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um Coordenador e o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no mês de dezembro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 779/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 779/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia FRANCIELE APARECIDA CERUTTI DA SILVA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FRANCIELE APARECIDA CERUTTI DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração



SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 780/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 780/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia LEANDRA DA SILVA FERNANDES no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LEANDRA DA SILVA FERNANDES, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 781/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 781/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia SILVANA MARIA SILVA DE LIMA SCHERER no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SILVANA MARIA SILVA DE LIMA SCHERER, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 782/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 782/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia SUZAMARA PELLIN no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SUZAMARA PELLIN, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 783/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 783/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia EDINEI ANTUNES no cargo de Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, EDINEI ANTUNES, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 784/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 784/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia EDILAMAR MACHADO DE LARA no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, EDILAMAR MACHADO DE LARA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 785/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 785/2014, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia SANDRA ELISA FASSBINDER TOMAZ no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SANDRA ELISA FASSBINDER TOMAZ, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 30 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 786/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 786/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia JOSUE ANDERSON GALVÃO no cargo de Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, JOSUE ANDERSON GALVÃO, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 787/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 787/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I - ANSELMO GOMES DA SILVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de agosto de 2014;

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de outubro de 2014:

a) CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

b) LORENA MARIA ROTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### LEI ORDINARIA Nº 4701

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.701, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes

projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária	04.01	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade	04.122.0011.1002	Modernização e Organização Administrativa
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos
Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 25.000,00	

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Unidade Orçamentária	05.01	Secretaria Municipal de Finanças
Projeto/Atividade	04.122.0016.2010	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUF
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 30.000,00	
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000000	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 26.500,00	

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.365.0021.2018	Ações da Educação Infantil - SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
	R\$ 84.000,00	

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	04.122.0026.2022	Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 247.000,00	
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 49.500,00	
Projeto/Atividade	20.606.0030.2026	Ações da Extensão Rural - SEMADRA
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos
Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior	R\$ 100.000,00	
Unidade Orçamentária	07.02	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária
Projeto/Atividade	20.511.0036.1301	Ações do Saneamento Básico Rural - FUMDEAGRO
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários
- Prefeitura	R\$ 33.282,07	
Projeto/Atividade	20.606.0035.2304	Ações da Extensão Rural - FUMDEAGRO

Elemento 3.3.50.00.00.00.00 .00 Transfe-  
rências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos  
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
- Prefeitura R\$ 189.574,70

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbânística - SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -

Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 343.800,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.244.0046.2035 Ações de Assistência Comunitária - SEDES

Elemento 4.4.50.00.00.00.00 .00 Transfe-

rências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 274.289,00

Projeto/Atividade 08.122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos

Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 30.000,00

Órgão 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade Orçamentária 11.01 Secretaria Municipal de Transportes

Projeto/Atividade 26.122.0054.2040 Manutenção das Atividades-Meio da SEMUT

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos

Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 28.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos

Sociais - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade 26.782.0056.1013 Modernização e Organização do Transporte - SEMUT

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -

Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 150.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0843.0057.2042 Ações da Dívida Interna - Encargos Especiais

Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 116.000,00

Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 173.000,00

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -

Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito -

Militar R\$ 10.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das

Atividades-Meio do FMS

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e

Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos

de Saúde R\$ 230.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas

Correntes - Transferências a União

Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferên-

cias ao Fundo Municipal de

Assistência Social - Superávit

do Exercício Anterior R\$ 400,00

Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Es-

pecial de Média

Complexidade - CREAS

Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas

Correntes - Transferências a União

Fonte de Recursos 01.510000 Programa Sentinela

R\$ 1.214,55

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.122.0071.2401 Manutenção das Atividades-Meio da FMC

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e

Encargos Sociais - Aplicação Direta Decorrente

de Operação entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 2.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.404.060,32.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0002.2002 Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos

Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 125.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos

Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários

- Prefeitura R\$ 6.000,00

Órgão 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Unidade Orçamentária 03.01 Gabinete do Vice-Prefeito



Projeto/Atividade 04.122.0007.2006 Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 5.000,00

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração  
 Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 40.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 5.500,00

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 170.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 13.500,00  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 460.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação R\$ 85.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE  
 Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente  
 Projeto/Atividade 20.606.0030.2026 Ações da Extensão Rural - SEMADRA  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos ordinários  
 - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 100.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
 Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0122.0037.2027 Manutenção, Modernização e Organização Administrativa - SEMURB  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 450.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 28.000,00  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 8.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.241.0044.2033 Ações da Assistência Social - SEDES  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 100.000,00  
 Projeto/Atividade 08.122.0043.2032 Manutenção das Atividades-Meio da SEDES  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 90.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
 Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
 Projeto/Atividade 04.122.0050.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 8.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS  
 Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais  
 Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários  
 - Prefeitura R\$ 15.000,00  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito - Militar R\$ 10.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.122.0060.2101 Manutenção das Atividades-Meio do FMS  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 20.500,00  
 Elemento 3.3.20.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Transferências a União



Fonte de Recursos 01. 020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 70.000,00  
 Projeto/Atividade 10.301.0061.2102 Ações da Atenção Básica - FMS  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01. 020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 396.445,77

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.520000 Outras Transferências ao Fundo Municipal de Assistência Social - Superávit do Exercício Anterior R\$ 400,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.510000 Programa Sentinela R\$ 1.214,55

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura  
 Projeto/Atividade 13.122.0071.2401 Manutenção das Atividades-Meio da FMC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 41.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes  
 Projeto/Atividade 27.122.0075.2451 Manutenção das Atividades - FMEC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 .00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 118.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 7.000,00  
 Projeto/Atividade 27.122.0080.2454 Manutenção do Centro de Convivência - FMEC  
 Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 30.000,00  
 Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.404.060,32.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do

orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 1.000,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00  
 Fonte de Recursos 01.470000 Apoio a Pessoa Idosa R\$ 100,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.500000 Programa Peti R\$ 300,00  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00  
 Projeto/Atividade 08.244.0070.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade - ABRIGO  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 28.000,00  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.530000 Transferências de Convênios  
 Assistência Social R\$ 3.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 38.400,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de agosto de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação  
 Projeto/Atividade 12.122.0018.2012 Manutenção das atividades-Meio da SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 .00 O u t r a s Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 5.000,00  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.010000 Receitas de Impostos e Transferência de

Impostos - Educação	R\$ 56.000,00	
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do
FUNDEB R\$ 5.700,00		
Projeto/Atividade	12.361.0019.2015	Ações do Ensino
Fundamental - FUNDEB		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do
FUNDEB R\$ 131.000,00		
Projeto/Atividade	12.361.0019.2017	Ações de Ensino
Fundamental - SEMED		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impos-
tos e Transferência de		
Impostos - Educação	R\$ 120.000,00	
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.365.0021.2018	Ações da Educação
Infantil - SEMED		
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas
Correntes - Aplicações Diretas		
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impos-
tos e Transferência de		
Impostos - Educação	R\$ 303.000,00	
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do
FUNDEB R\$ 53.000,00		

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos -

Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.450000 Outras Transferên-

cias Decorrentes de

Compensações Financeiras R\$ 500.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.0846.0058.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas

Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.540000 Convênio Trânsito -

Militar R\$ 31.760,00

Fonte de Recursos 01.550000 Convênio Trânsito -

Civil R\$ 31.948,00

Fonte de Recursos 01.560000 Convênio Trânsito -

Prefeitura R\$ 80.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.317.408,00.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### PORTARIA Nº 194/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 194/2014, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 101/2014, de 13 de maio de 2014 e alteração, que Instauram Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora Eli Sonia Sgarbozza Lorenzetti, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - secretária: CLADIR PADOAN ROSSI, servidora estável, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 52540-03;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### PORTARIA Nº 195/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 195/2014, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 18389/2014, em 2 de outubro de 2014, do qual se extrai que o servidor MARCIO LUIS BENELLI, teria, em tese, praticado conduta proibida no âmbito do serviço público, em especial, ter se valido do cargo para obter vantagem pessoal em detrimento à dignidade da função pública, assim como realizado conduta incompatível com o exercício do cargo ou função no horário de trabalho, inclusive podendo se caracterizar como incontinência pública;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 152, VIII e XVII c/c o art. 168, VI e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 15 de outubro de 2014, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, VI e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor MARCIO LUIS BENELLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogal: MARAISE FATIMA DE MARCO, servidor estável, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 196/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 196/2014, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, 464, de 22 de setembro de 2006 e alterações e 523, de 18 de dezembro de 2008; no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994 e no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e alterações - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 17820/2014, em 24 de setembro de 2014, do qual se extrai que o servidor JOCIMAR ROSSATO, em tese:

a) no dia 2 de setembro de 2014, não teria comparecido ao trabalho, tampouco apresentado atestado médico justificando a ausência, fato que deixou a ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU fora de operação;

b) no dia 5 de setembro de 2014, após ser chamado para realizar atendimento no estabelecimento denominado "Selva das Águias", a princípio teria se recusado a ir, se deslocando até o local somente após contato com o médico regulador e que, chegando lá, o servidor teria sido cobrado por dívidas;

c) em 16 de setembro de 2014, teria faltado ao serviço, deixando a ambulância do SAMU fora de operação, um vez que teria realizado serviço particular, transportando uma paciente de Concórdia para um hospital de Joaçaba, contrariando escala de trabalho do SAMU;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto nos arts. 152, XIII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 17 de outubro de 2014, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se às penalidades previstas no art. 482, alínea "b", "e" e "h" da CLT, c/c o art. 152, XIII, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar os fatos envolvendo o servidor

JOCIMAR ROSSATO, ocupante do cargo de Motorista Socorrista.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: ANA PAULA DE AGUIAR, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF;

II - secretário: ANGELO BENINI FANTIN, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogal: IDETE MARIA POZZO HERMANN, servidora estável, ocupante do cargo de Desenhista.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 197/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 197/2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 3 a 17 de novembro de 2014;

II - CIMELIA MARIA HUBER ROESSEL, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 3 a 17 de novembro de 2014;

III - DILCE LURDES GEHLEN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 10.15, no período de 3 a 17 de novembro de 2014;

IV - MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, no período de 17 a 27 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 198/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 198/2014, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela secretaria Municipal de Transportes, pela CI SEMUT 078/2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar o servidor JOÃO MARCIO HENGEN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 3 a 17 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2014- PMC

Objeto: aquisição de equipamentos novos, para estruturação da Unidade de apoio aos pescadores e piscicultores de Concórdia, recursos oriundos do Convênio nº 792311/2014, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA. Deste Município conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 05/12/2014 no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Abertura: dia 05/12/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 13 de novembro de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRENCIA Nº 02/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 02/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para Planejamento (PPA, LDO e LOA), Contabilidade, Orçamento, LRF e Tesouraria, Administração Tributária, Controle de Compras, Licitações e Contratos, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Bens Patrimoniais, Controle de Estoque (Almoxarifado), Controle e Gerenciamento de

Frota, Legislação, Cadastro Técnico Imobiliário, IPTU - Inter-vivos e Taxas, Cadastro Econômico-Fiscal, ISSQN e Alvarás, Fiscalização de Obras e Posturas, Taxas e Tarifas Municipais, Contribuição de Melhoria, Escrita Fiscal, Fiscalização Fazendária, Gestão de Arrecadação e Contabilização, Gestão do Simples Nacional, Dívida Ativa e Executivo-Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Ouvidoria, Controle Protocolo e Processos, Portal de Serviços Web: Auto Atendimento via Web e Portal do Município, Procuradoria, Gestão de Obras, Gestão de Convênios, Business Intelligence (B.I), INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, constante no anexo "D" deste Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: A licitante IPM INFORMÁTICA LTDA, sagrou-se vencedora com o valor total de R\$ 528.310,11 (quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e dez reais e onze centavos). Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no item 11 do Edital. Igualmente, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 13 novembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

**AVISO DE CANCELAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2014**

AVISO CANCELAMENTO LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA, Estado de Santa Catarina, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, torna público o cancelamento da Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/2014, por interesse da Administração Municipal.

Concordia/SC, em 13 de novembro de 2014

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Transporte

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 40/2014 - PMC

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 13 de novembro de 2014, para prestação de serviços de atendimento, auxílio e orientação das crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, em favor da empresa: R.G. SERVIÇOS ASSISTENCIAIS LTDA - ME, no valor total estimado de R\$ 4.278,54 (quatro mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 509/2014

DECRETO Nº 509, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. DIRCEU CESAR GUOLO , ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria municipal de Infraestrutura , 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 15/04/2013 a 14/04/2014, que serão gozadas a partir de 01/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC,  
11 de novembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DIRCEU CESAR GUOLO  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

### DECRETO N. 510/2014

DECRETO Nº 510, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ANA PAULA RIGON SACHET, Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social , 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/07/2013 a 07/07/2014, que serão gozadas a partir de 01/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de novembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA PAULA RIGON SACHET  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

### DECRETO N. 511/2014

DECRETO Nº 511, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

#### DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JÚLCIONIR CUNICO , ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria municipal de Agricultura, Indústria,, Comércio e Meio Ambiente , 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2013 a 10/02/2014, que serão gozadas a partir de 13/11/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de novembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC,  
11 de novembro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JÚLCIONIR CUNICO  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ERRATA DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Concorrência Nº 04/2014
Objeto: PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TAXI
Tipo: maior oferta.
Onde se lê:
Entrega dos envelope: até as 08:00 horas do dia 12/12/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia 12/12/2014
Leia-se:
Entrega dos envelope: até as 08:00 horas do dia 18/12/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia 18/12/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.
Coronel Freitas (SC) 14 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 87/2014

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 87/2014

Contratado: KELIMAR ARYLTON LORENSKI - ME

Objeto: Colocação de placas galvanizadas, com suporte pilar galvanizado com parafusos para colocação das placas e mão-de-obra para colocação das placas.

Valor: R\$ 3.968,00 (Três mil novecentos e sessenta e oito reais)

Vigência: 31/12/2014

### PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTANTES E ARQUIVOS DE AÇO

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 30a/2014

Empresa com preços registrados: Telecopy Equipamentos Ltda

CNPJ: 04.303.600/0001-80

Item: 02

Total: R\$ 736,00 (Setecentos e trinta e seis reais)

Ata Registro de Preço nº 30b/2014

Empresa com preços registrados: Celi Produtos de Aço Ltda

CNPJ: 81.340.960/0001-00

Item: 01

Total: R\$ 3.410,00 (Três mil quatrocentos e dez reais)

Coronel Freitas (SC), 14 de Novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

### PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 39 E 40

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 39/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2013

Contratado: ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 146/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 13/08/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 13/08/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

]1º TERMO ADITIVO Nº 40/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: Fica aditada no ITEM 1.2.1 DA ATA RESGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014 - DO VALOR CONTRATUAL passa a ter a seguinte redação:

Item: 13 - Quant.: 17 - ESPECIFICAÇÃO: LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA GRANDE - VL. UNIT: 5,75 - VL. TOTAL: 97,75;

Item: 14 - Quant.: 17 - ESPECIFICAÇÃO: LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA MÉDIA - VL. UNIT: 5,75 - VL. TOTAL: 97,75;

Item: 15 - Quant.: 5 - ESPECIFICAÇÃO: LUVAS DE BORRACHA P/ LIMPEZA PEQUENA - VL. UNIT: 5,75 - VL. TOTAL: 28,75;

Item: 17 - Quant.: 15 - ESPECIFICAÇÃO: VASSOURA PALHA - VL. UNIT: 14,10 - VL. TOTAL: 211,50;

Item: 23 - Quant.: 20 - ESPECIFICAÇÃO: SACO P/ LIXO ROLO 15 LT C/ 100 UN - VL. UNIT: 7,90- VL. TOTAL: 158,00;

Item: 24 - Quant.: 25 - ESPECIFICAÇÃO: SACO P/ LIXO ROLO 30 LTS C/ 50 UN - VL. UNIT: 7,90- VL. TOTAL: 197,50;

Item: 27 - Quant.: 12 - ESPECIFICAÇÃO: ESPONJA DE AÇO - VL. UNIT: 1,59- VL. TOTAL: 19,08;

Item: 62 - Quant.: 10 - ESPECIFICAÇÃO: FILME PVC PLÁSTICO ROLO 15 m - VL. UNIT: 2,97- VL. TOTAL: 29,70;

Fica aditivada a quantidade de R\$ 840,03 (Oitocentos e quarenta reais e três centavos), totalizando 25% da quantidade licitada por item.

Vigência: 15/04/2015

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Pregão presencial Nº 59/2014
Objeto: contratação de mão de obra para colocação de meio fio
Tipo: menor preço por item
Entrega dos envelope: até as 08:00 horas do dia 27/11/2014
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:00 horas do dia 27/11/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.
Coronel Freitas (SC) 14 de novembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
ESTADO DE SANTA CATARINA AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO PM N. 042/2014 EDITAL DE TOMADA DE  
PREÇO PM N. 005/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 042/2014  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PM N. 005/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Tomada de Preço PM n. 003/2014, até às 09:30 horas do dia de 08 de Dezembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 10:00 horas do mesmo dia. Constitui-se do objeto da presente licitação seleção de propostas para Obra de Pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliétrica e macadame seco das ruas Aires, Glória e Clevelândia. tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 14 de Novembro de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

## Correia Pinto

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 12/2014 FMS - FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 1/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2014

No dia 12 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Vânio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2014, Processo Licitatório nº. 12/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
961	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	27, 29, 31, 33, 36, 57, 58, 59, 72, 80, 90, 112, 114, 119, 136, 138, 148, 151, 166, 170, 182, 201, 213, 229, 238, 241, 249, 255, 256, 271, 273, 274, 284, 308
902	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	32, 152, 233, 296
128	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	44, 53, 101, 104, 117, 121, 161, 179, 197, 209, 215, 266, 275
840	CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	6, 75, 95, 124
965	Cirurgia Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	3, 13, 51, 66, 69, 71, 84, 86, 87, 92, 93, 100, 126, 135, 139, 155, 156, 176, 177, 243, 306
738	Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	10, 18, 24, 42, 56, 78, 85, 111, 115, 120, 122, 125, 132, 134, 141, 144, 157, 164, 167, 183, 186, 198, 203, 206, 211, 214, 222, 224, 252, 254, 261, 270, 299
959	DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	70, 171, 200
63	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4, 11, 17, 48, 55, 73, 94, 118, 142, 193, 194, 239, 260, 267, 282, 283, 285, 297
960	EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	43, 113, 172, 188, 227, 246, 298
964	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	52, 88, 89, 146, 147, 180, 181, 184, 191, 204, 205, 216, 305
962	KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	30, 97, 99, 149, 150, 168, 228
848	LA DALLA PORTA JUNIOR	7, 12, 39, 49, 67, 82, 83, 106, 137, 174, 178, 187, 202, 234, 235
402	MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	2, 21, 28, 47, 50, 61, 62, 91, 102, 105, 110, 128, 130, 131, 140, 153, 158, 159, 163, 169, 185, 195, 207, 210, 230, 236
269	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	8, 14, 41, 45, 60, 77, 96, 98, 108, 129, 133, 143, 165, 189, 196, 208, 225, 226, 237, 258, 259, 278, 281, 301, 303
13	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	247, 248, 250
958	PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	20, 22, 23, 25, 37, 46, 63, 64, 65, 68, 76, 103, 123, 145, 154, 173, 175, 192, 217, 221, 263, 264, 265, 268, 272, 279, 280, 295, 304, 307
904	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	1, 9, 15, 16, 19, 26, 34, 54, 79, 107, 109, 116, 127, 160, 190, 218, 219, 220, 223, 244, 245, 262, 269, 277, 302
103	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	35, 38, 74, 232, 240, 251, 253, 276
839	S&R DISTRIBUIDORA LTDA	40, 81, 199, 212, 231, 242, 300
963	Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	257, 309

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	65.817.900/0001-71	Waldir Campos Filho	376.362.439-20
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	Paulo Roberto de Oliveira Ruszczak	517.236.469-20
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	13.568.558/0001-10	Jayson Silveira de Moura	892.477.449-20
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	03.652.030/0001-70	Douglas Martin	014.887.280-89
CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	79.250.676/0001-93	- - -	- - -
Cirurgia Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	94.516.671/0002-34	Andreí Jean Teixeira	007.687.989-57
Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	67.729.178/0004-91	Gessé Bonfim	009.296.149-50

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/14

Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	15.025.636/0001-65	Giovani da Silveira	988.530.900-49
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	Renan José Giacometti	020.502.160-33
EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	06.035.038/0001-86	Julio Cezar Tondolo	541.837.900-34
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	Sedinei Roberto Stievens	004.421.050-70
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	15.068.089/0001-03	Anderson Luiz Sartori	030.582.430-90
LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	Paulo Ricardo Costa Palmeira	323.255.840-20
MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS L	06.935.554/0001-67	Ricardo Luiz Mucio	998.469.420-87
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	94.894.169/0001-86	Nilton Luiz Cortiano	222.690.619-34
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	Robson Taciano da Silva	003.937.599-46
PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65		- - -
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	Juliano De Lacerda	026.937.659-35
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	85.247.385/0001-49	Justo Goya Domelles Junior	025.861.029-83
S&R DISTRIBUIDORA LTDA	04.889.315/0001-92	Fabio Filipetto	687.509.270-00
Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	00.088.317/0001-21		- - -

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PARA O ANO DE 2014 E 2015.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	AMOXILINA 400MG/5ML SUSP. ORAL	UN	GlaxoSmithkline	6.000,000	8,3700	50.220,00
29	AMPICILINA 1g INJ EV	UN	Ariston	500,000	4,9428	2.471,40
31	APLICITIL INJETÁVEL	UN	Cristalia	300,000	2,2031	660,93
33	ATROPINA INJ	UN	Isofarma	400,000	0,2966	118,64
36	BENZILPENICILINA 600.000 U.I	UN	Teuto	10.000,000	3,5306	35.306,00
57	CARVÃO ATIVADO	UN	Quimidrol	8,000	35,5000	284,00
58	CARVEDILOL 25mg comp	UN	Torrent	60.000,000	0,1080	6.480,00
59	CARVEDILOL 6,25 COMP	UN	Torrent	60.000,000	0,1000	6.000,00
72	CIPROFLOXACINO 250mg ENDOVENOSO	UN	Isofarma	1.000,000	6,5669	6.566,90
80	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% INJ	UN	Isofarma	300,000	0,2471	74,13
90	CLORIDRATO DE SUXAMETÔNIO INJ	UN	Ariston	50,000	9,1795	458,98
112	DIMORF 10mg COMP	UN	Cristalia	1.000,000	0,5931	593,10
114	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5mg SUBLINGUAL COMP	UN	Baldacci	10.000,000	0,2399	2.399,00
119	DISPOSITIVO INTRA UTERINO PLÁSTICO C/ COBRE MODELO T380mm2	UN	Cepeo	100,000	49,4279	4.942,79
136	FENOBARBITAL 50mg INJ	UN	Cristalia	300,000	1,7653	529,59
138	FLUOXETINA 20mg - comp.	UN	Teuto	200.000,000	0,0613	12.260,00
148	GLICEROL 120MG/ML ENEMA	UN	Cristalia	150,000	5,2252	783,78
151	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% INJ	UN	Isofarma	100,000	1,8200	182,00
166	IMIPRAMINA 25mg - comp.	UN	Cristalia	50.000,000	0,1299	6.495,00
170	KANAKION INJ	UN	União Química	200,000	2,3302	466,04

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/14

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 10 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
182	LINCOMICINA 300mg - inj.	UN	Neo Química	500,000	3,5306	1.765,30
201	METRONIDAZOL 250ml INJ	UN	Fresenius Kat	200,000	1,9065	381,30
213	NITROPRUSSATO DE SÓDIO INJ	UN	Hypofarma	50,000	4,6603	233,02
229	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG COMP	UN	Farmax	1.500,000	0,0452	67,80
238	RISPERIDONA 1MG COMP	UN	Torrent	100.000,000	0,2500	25.000,00
241	SERTRALINA 50mg	UN	Torrent	200.000,000	0,1049	20.980,00
249	SORO FISIOLÓGICO 250ml VIA TÓPICA, INALATÓRIA OU INTRANASAL	UN	Farmax	5.000,000	1,1298	5.649,00
255	SORO MANITOL 250ml	UN	Fresenius Kat	700,000	3,8836	2.718,52
256	SORO RINGER	UN	Segmenta-Eur	500,000	2,8900	1.445,00
271	VALPROATO DE SÓDIO 500MG COMP	UN	Torrent	30.000,000	0,4199	12.597,00
273	VANCOMICINA 1 mg ampola	UN	Ariston	100,000	4,6603	466,03
274	VANCOMICINA 500mg Ampola	UN	Ariston	300,000	4,6603	1.398,09
284	BENZILPENICILINA (proc+potassio) 300.00+100.00U.I c/diluyente	UN	Ariston	7.000,000	2,8245	19.771,50
308	SUCCINILCOLINA 500mg INJ	UN	Ariston	100,000	25,4201	2.542,01

**Fornecedor: 13 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
247	SORO FISIOLÓGICO 125ml - sistema fechado	UN	Equiplax	30.000,000	1,8200	54.600,00
248	SORO FISIOLÓGICO 250ml	UN	Arboreto	15.000,000	1,5400	23.100,00
250	SORO FISIOLÓGICO 500 ML	UN	Arboreto	15.000,000	1,6900	25.350,00

**Fornecedor: 63 - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150mg/ml INJ	UN	U.QUIMICA	5.000,000	10,8490	54.245,00
11	AEROLIN SPRAY	UN	GLENMARK	5.000,000	4,9800	24.900,00
17	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG COMP	UN	DELTA	50.000,000	0,3200	16.000,00
48	BUSCOPAN SIMPLES INJ	UN	TEUTO	3.000,000	0,9700	2.910,00
55	CARBONATO DE CALCIO 500/600 +D COMP	UN	NATULAB	20.000,000	0,6890	13.780,00
73	CIPROFLOXACINO 500mg - comp.	UN	PRATI	40.000,000	0,1300	5.200,00
94	CLOPRIMAZINA AMPLICTIL 40mg Gotas	UN	CRISTALIA	500,000	4,9500	2.475,00
118	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250UG/DOSE PÓ SOL INAL AEROSOL	UN	CHIESI	500,000	44,0000	22.000,00
142	FUROSEMIDA INJ	UN	SANTISA	5.000,000	0,6480	3.240,00
193	MALEATO DE ENAPRIL 10mg comp	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,0470	2.350,00
194	MALEATO DE ENAPRIL 20mg comp	UN	TEUTO	40.000,000	0,0480	1.920,00
239	SAIS REIDRATANTE - PÓ	UN	NATULAB	5.000,000	0,3650	1.825,00
260	SULFAMETAZOL + TRIMETROPIMA 40mg + 8mg SUSPENSÃO ORAL	UN	SOBRAL	1.000,000	0,8900	890,00
267	TRAMADOL 100gr COMP.	UN	CRISTALIA	80.000,000	1,7800	142.400,00
282	AMOXICILINA 500 CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	20.000,000	0,2200	4.400,00
283	AZITROMICINA 500MG CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	20.000,000	0,7200	14.400,00
285	BELZILPENICILINA POTÁSSICA 5000.000 U.I.	UN	BLAU	1.000,000	7,8900	7.890,00
297	CIPROFLOXACINO 500MG CPR EM BLISTER C/ UNIDADES FRACIONADAS , DOSE INDIVIDUALIZADA , DELIMITADA POR PICOTE, CONTENDO AS SEGUINTE INFORMACOES: NOME DO PRINCIPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE	UN	PRATI	15.000,000	0,3200	4.800,00

**Fornecedor: 103 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	AZITROMICINA 600mg SUSP ORAL	UN	PHARLAB	6.000,000	2,1500	12.900,00
38	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG COMP	UN	VITAPAN	30.000,000	0,0356	1.068,00
74	CLARITROMICINA 500mg	UN	PHARLAB	10.000,000	0,7290	7.290,00
232	PREDNISONA 5mg - comp.	UN	VITAPAN	50.000,000	0,0576	2.880,00
240	SALBUTAMOL 120ml XAROPE	UN	HIPOLABOR	1.000,000	0,8000	800,00
251	SORO GLICOFISIO 500 ML	UN	FRESENIUS	10.000,000	2,4149	24.149,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/14

Processo Nº: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 103 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
253	SORO GLICOSADO 250ml	UN	FRESENIUS	8.000,000	1,9596	15.676,80
276	VERAPAMIL 80mg COMP.	UN	TEUTO	10.000,000	0,0490	490,00

**Fornecedor: 128 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	BUDESONIDA 32mg AEROSOL NASAL	UN	BIOSINTETIC	5.000,000	13,3000	66.500,00
53	CARBONATO DE CALCIO 1250mg COMP	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,1000	5.000,00
101	DEXAMETASONA 0,1% CREME	UN	MULTILAB	2.500,000	0,6390	1.597,50
104	DEXTROVITASE 10ml - ampola	UN	CRISTALIA	2.000,000	3,8000	7.600,00
117	DIPIRONA SÓDICA 500MG COMP	UN	PRATI D.	50.000,000	0,0580	2.900,00
121	DOLOSAL 50mg INJ	UN	UNIAO QUIMI	400,000	1,4980	599,20
161	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO+HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 35,6MG+37MG/ML SUSP ORAL	UN	IFAL	20.000,000	1,4900	29.800,00
179	LEVOTIROXINA SODICA 100mg - comprimido	UN	MERCK	50.000,000	0,1040	5.200,00
197	METFORMINA 850mg	UN	GEOLAB	300.000,000	0,0650	19.500,00
209	NISTATINA - creme vaginal	UN	TEUTO	6.000,000	2,3990	14.394,00
215	NORETISTERONA 0,35mg COMP	UN	BIOLAB	20.000,000	0,1540	3.080,00
266	TIMOLOL maleato solução oftálmica 0,5%	UN	TEUTO	50,000	1,0000	50,00
275	VARFARINA SODICA 5MG COMP	UN	TEUTO	15.000,000	0,0870	1.305,00

**Fornecedor: 269 - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ACIDO FOLICO 5mg - comprimido	UN	MARIOL	70.000,000	0,0200	1.400,00
14	ALBENDAZOL 4% SUSP ORAL	UN	PRATI	5.000,000	0,8500	4.250,00
41	BISACODIL 5mg COMP	UN	HYPERMARC	10.000,000	0,0910	910,00
45	BUSCOPAM COMPOSTO COMP	UN	HYPERMARC	100.000,000	0,1850	18.500,00
60	CASCARA SAGRADA (Rhamnus purshiana DC) CAPS 250mg	UN	BIONATUS	5.000,000	0,4000	2.000,00
77	CLINDAMICINA 600mg INJ	UN	HYPOFARMA	300,000	4,9900	1.497,00
96	COLIRIO ANESTESICO 10ml	UN	ALLERGAN	30,000	6,5000	195,00
98	COMPLEXO B 2ml - Ampola	UN	HYPOFARMA	3.500,000	0,6800	2.380,00
108	DICLOFENACO SODICO INJ - 75 mg/3ml	UN	TEUTO	10.000,000	0,6290	6.290,00
129	ESPINHEIRA SANTA (Maytenus officinalis Mabb.) 380mg CAPS	UN	NATULAB	10.000,000	0,1600	1.600,00
133	FENITOINA SÓDICA 100mg COMP	UN	TEUTO	50.000,000	0,0600	3.000,00
143	GARRA DO DIABO (Harpagophytum procumbens) CAPS 200mg	UN	NATULAB	10.000,000	0,4480	4.480,00
165	IMIPINEM - inj	UN	ABL	50,000	21,5000	1.075,00
189	MACRODANTINA 100mg comp	UN	TEUTO	10.000,000	0,1300	1.300,00
196	METFORMINA 500mg	UN	TEUTO	300.000,000	0,0530	15.900,00
208	NIMESULINA 100mg	UN	VITAPAN	300.000,000	0,0398	11.940,00
225	PARACETAMOL 750mg - comp.	UN	ZYDUS	250.000,000	0,0400	10.000,00
226	PAROXETINA 20mg	UN	AUROBINDO	80.000,000	0,1650	13.200,00
237	RANITIDINA 50mg 2ml - ampola	UN	TEUTO	3.000,000	0,5990	1.797,00
258	SULFADIAZINA DE PRATA 1% PASTA	UN	NATIVITA	2.000,000	2,7200	5.440,00
259	SULFAMETAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80mg COMP	UN	PRATI	15.000,000	0,0600	900,00
278	VITAMINA C INJ	UN	TEUTO	2.000,000	0,7800	1.560,00
281	ALGESTONA 150 MG + ESTRADIOL 10 MG/ML	UN	EMS	10.000,000	3,7000	37.000,00
301	Etinilestradiol 0,02mg + Gestodeno 0,075mg	UN	EMS/LEGRAN	10.000,000	0,3000	3.000,00
303	Etinilestradiol 0,03mg + Levonorgestrel 0,015mg	UN	CIFARMA/MAI	10.000,000	0,0230	230,00

**Fornecedor: 402 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACEBROFICINA XAROPE INFANTIL 120ml	UN	PRATI	2.500,000	2,4700	6.175,00
21	AMINOFILINA 100mg - Comprimido	UN	VITAPAN	100.000,000	0,0270	2.700,00
28	AMOXILINA 500mg COMP.	UN	TEUTO	100.000,000	0,0890	8.900,00
47	BUSCOPAN SIMPLES COMP	UN	BELFAR	60.000,000	0,2380	14.280,00
50	CAPTOPRIL 25mg - comprimido	UN	TEUTO	400.000,000	0,0150	6.000,00
61	CEFALEXINA 500mg - comp.	UN	TEUTO	60.000,000	0,1490	8.940,00
62	CEFALEXINA 50MG/ML SUSP. ORAL	UN	TEUTO	6.000,000	2,6700	16.020,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 402 - MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	CLORIDRATO DE TIAMINA 300mg COMP	UN	PRATI	30.000,000	0,0790	2.370,00
102	DEXAMETASONA 0,1mg/ml SUSP	UN	PRATI	1.000,000	1,0600	1.060,00
105	DIAZEPAN 10mg - comprimido	UN	SANTISA	150.000,000	0,0358	5.370,00
110	DIGOXINA 0,25mg - comprimido	UN	PHARLAB	20.000,000	0,0330	660,00
128	ERITROMICINA 500mg - Comprimido	UN	PRATI	1.000,000	0,3790	379,00
130	ESPIROLACTONA 25mg - comprimido	UN	ASPEN	50.000,000	0,0800	4.000,00
131	ETINILESTRADIOL+LEVONORGESTREL 0,03+0,15 COMP	UN	MABRA	250.000,000	0,0220	5.500,00
140	FOSFATO DE PREDNISOLONA SOL ORAL 3mg/ml	UN	PRATI	1.500,000	2,2900	3.435,00
153	HALOPERIDOL 2MG/ML SOL ORAL	UN	PRATI	300,000	2,3900	717,00
158	HIDROCLOROTIAZIDA 25mg - Comprimido	UN	TEUTO	400.000,000	0,0193	7.720,00
159	HIDROCORTISONA 100mg INJ	UN	TEUTO	3.000,000	2,6990	8.097,00
163	IBUPROFENO 100mg/ml Gotas	UN	MEDQUIMICA	30.000,000	1,7300	51.900,00
169	IVERMECTINA 6MG COMP	UN	VITAPAN	10.000,000	0,2440	2.440,00
185	LORATADINA 1mg/ml xarope	UN	MARIOL	1.500,000	1,5900	2.385,00
195	MELOXICAN 15mg	UN	PHARLAB	100.000,000	0,0810	8.100,00
207	NEOMICINA + BACITRICINA 5mg/g + 250 UI POMADA	UN	PRATI	15.000,000	0,8100	12.150,00
210	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000 UI	UN	PRATI	1.500,000	1,4900	2.235,00
230	PERMETRINA 5% LOÇÃO	UN	MULTILAB	2.000,000	1,8000	3.600,00
236	RANITIDINA 150mg - comp.	UN	TEUTO	70.000,000	0,0720	5.040,00

**Fornecedor: 738 - Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ADRELINA INJ	UN	HIPOLABOR	800,000	1,0960	876,80
18	ALOPURINOL 100MG COMP	UN	SANVAL	10.000,000	0,0443	443,00
24	AMIODARONA 200mg comp	UN	BALDACCI	100.000,000	0,2200	22.000,00
42	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,025% - 20ml (ATROVENT)	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,5280	2.640,00
56	CARBONATO DE LITIO 300mg - comprimido	UN	HIPOLABOR	50.000,000	0,0969	4.845,00
78	CLONAZEPAN 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL	UN	HIPOLABOR	25.000,000	1,5890	39.725,00
85	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,3700	2.740,00
111	DIMORF 10mg - INJETÁVEL E.V	UN	CRISTALIA	1.000,000	3,2126	3.212,60
115	DIPIRONA - inj.	UN	SANTISA	10.000,000	0,4830	4.830,00
120	DOBUTAMINA 12,5 mg/ml INJ	UN	HIPOLABOR	400,000	3,1510	1.260,40
122	DOPAMINA 5mg - inj.	UN	HIPOLABOR	400,000	0,9590	383,60
125	EFORTIL 10 mg/ml - injetavel	UN	UNIÃO QUIMI	300,000	1,0686	320,58
132	FENITOINA DE SÓDIO INJ	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,1645	2.329,00
134	FENOBARBITAL 100mg - comprimido	UN	CRISTALIA	120.000,000	0,1370	16.440,00
141	FUROSEMIDA 40mg - comprimido	UN	GEOLAB	80.000,000	0,0329	2.632,00
144	GENTAMICINA 20mg - inj.	UN	NOVAFARMA	600,000	0,9590	575,40
157	HIDRALAZINA - inj	UN	CRISTALIA	200,000	4,6500	930,00
164	IBUPROFENO 600 COMP	UN	PRATI DONAL	200.000,000	0,0749	14.980,00
167	IMUNOGLOBINA ANTI RH	UN	PANAMERICA	5,000	164,4000	822,00
183	LINCOMICINA 600mg INJETÁVEL	UN	PHARLAB	500,000	1,5070	753,50
186	LORAZEPAN 2mg - comprimido	UN	EMS	250.000,000	0,0959	23.975,00
198	METILDOPA 250mg	UN	SANVAL	90.000,000	0,1165	10.485,00
203	MIDAZOLAN 15mg - inj	UN	HIPOLABOR	200,000	0,8220	164,40
206	NAUSEDON INJ	UN	HIPOLABOR	500,000	0,9590	479,50
211	NITRATO DE MICONAZOL 2% CREME	UN	HIPOLABOR	1.500,000	1,2330	1.849,50
214	NORADRENALINA INJ	UN	HYPOFARMA	500,000	5,7540	2.877,00
222	OXITOCINA - inj.	UN	UNIÃO QUIM.	500,000	1,2200	610,00
224	PARACETAMOL 500mg - Comprimido	UN	HIPOLABOR	200.000,000	0,0356	7.120,00
252	SORO GLICOSADO 1000 ml	UN	SEGMENTAE	1.000,000	3,7990	3.799,00
254	SORO GLICOSADO 500 ML	UN	FRESENIUS	6.000,000	2,2057	13.234,20
261	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL	UN	HIPOLABOR	1.500,000	0,5480	822,00
270	VALPROATO DE SÓDIO 250 mg comp.	UN	BIOLAB/RELT	30.000,000	0,1999	5.997,00
299	DIFENIDRAMINA 50 MG/ML INJ	UN	CRISTALIA	200,000	14,7960	2.959,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 839 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	BICARBONATO DE SÓDIO INJ	UN	FARMACE	150,000	0,7970	119,55
81	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOL NASAL	UN	MEDQUIMICA	1.000,000	2,3500	2.350,00
199	METRONIDAZOL 10% GEL VAGINAL	UN	TEUTO	3.000,000	2,9600	8.880,00
212	NITRATO DE PRATA (ARGIROL)	UN	ALLERGAN	10,000	7,9770	79,77
231	PREDNISONA 20mg - comprimido	UN	SANVAL	60.000,000	0,1100	6.600,00
242	SIMETICONA 75mg COMP	UN	BELFAR	30.000,000	0,0653	1.959,00
300	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 80ml/0,6ml INJ	UN	CRISTALIA	600,000	22,0000	13.200,00

**Fornecedor: 840 - CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ACETATO DE RETINOL 50.000 UI = COLECALCIFEROL 10.000 UI ADTIL	UN	AD-TIL 10ML	10.000,000	4,9000	49.000,00
75	CLARITROMICINA 500mg INJETÁVEL	UN	KLARICID 500	50,000	22,0420	1.102,10
95	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/g + 0,01g/g POMADA 30gr	UN	IRUXOL 30G	2.500,000	5,5170	13.792,50
124	DRAMIN ENDOVENOSO	UN	DRAMIN B6 C	1.000,000	1,8490	1.849,00

**Fornecedor: 848 - LA DALLA PORTA JUNIOR**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	ACIDO ACETIL SALICILICO 100mg - comprimido	UN	IMEC	300.000,000	0,0130	3.900,00
12	AGUA BIDESTILADA 1 L	UN	IODONTEC	4.000,000	2,7700	11.080,00
39	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG COMP	UN	VITAPAN	60.000,000	0,0210	1.260,00
49	CEFALEXINA 500/5ml INJETÁVEL	UN	MEDLEY	500,000	38,0800	19.040,00
67	CETOCONAZOL COMP	UN	GEOLAB	5.000,000	0,0800	400,00
82	CLORETO DE SÓDIO 20% INJ	UN	ISOFARMA	300,000	0,2080	62,40
83	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25mg comp	UN	TEUTO	300.000,000	0,0447	13.410,00
106	DIAZEPAN 10mg/2ml - ampola	UN	SANTISA	1.500,000	0,5690	853,50
137	FLUCONAZOL 150mg	UN	TEUTO	30.000,000	0,1669	5.007,00
174	LEVODOPA+ CARBIDOPA 200mg + 25mg comp	UN	BRAINFARM	5.000,000	0,1820	910,00
178	LEVONORGESTREL 1,5mg COMP	UN	BRAINFARM	20.000,000	2,1400	42.800,00
187	LOSARTANA POTÁSSICA 50mg COMP	UN	TEUTO	500.000,000	0,0420	21.000,00
202	METRONIZADOL SUSP. ORAL 40mg/ml	UN	PRATI	1.000,000	1,5200	1.520,00
234	PROMETAZINA 25MG INJ	UN	SANVAL	3.000,000	1,0000	3.000,00
235	PROPRANOLOL 40mg COMP.	UN	OSORIO DE N	70.000,000	0,0120	840,00

**Fornecedor: 902 - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	ATENOLOL 50mg - comp.	UN	VITAPAN	50.000,000	0,0243	1.215,00
152	HALOPERIDOL - injet.	UN	TEUTO	500,000	0,8500	425,00
233	PROMETAZINA 25mg - comprimido	UN	TEUTO	50.000,000	0,0690	3.450,00
296	DESLANOSIDE 0,2 MG/ML INJ	UN	UNIAO QUIMI	150,000	1,1867	178,01

**Fornecedor: 904 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACEBROFICINA XAROPE ADULTO 120ml	UN	CIMED	1.000,000	3,1100	3.110,00
9	ACIDO FOLICO SOLUCAO ORAL 0,2mg/ml	UN	NATULAB	1.000,000	5,1900	5.190,00
15	ALBENDAZOL 400 MG - COMPRIMIDO	UN	PRATI	30.000,000	0,3800	11.400,00
16	ALCACHOFRAS (Cynara scolymus L.) Cápsula 350mg	UN	NATULAB	10.000,000	0,1990	1.990,00
19	ALOPURINOL 300 MG COMP	UN	SANDOZ	10.000,000	0,0950	950,00
26	AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 400mg+57mg SUSP ORAL	UN	SANDOZ	1.000,000	6,1500	6.150,00
34	AZITROMICINA 500mg - compr	UN	MEDQUIMICA	50.000,000	0,3350	16.750,00
54	CARBONATO DE CALCIO 500/400 +D COMP	UN	NATULAB	90.000,000	0,5090	45.810,00
79	CLOPIDOGREL 75mg	UN	SANDOZ	60.000,000	0,3290	19.740,00
107	DICLOFENACO SODICO 50mg - Comprimido	UN	VITAMED	50.000,000	0,0200	1.000,00
109	DIGOXINA 0,05 mg/ml	UN	PRATI	100,000	5,2200	522,00
116	DIPIRONA 500ml / ml GOTAS	UN	NATULAB	4.000,000	0,4299	1.719,60
127	EPIFEZAN CREME OFTALM	UN	LATINO FARM	100,000	7,4500	745,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 904 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
160	HIDROCORTISONA 500mg INJ	UN	TEUTO	3.000,000	5,7790	17.337,00
190	MALEATO DE DEXCLOFENIRAMINA XAROPE 0,4mg /ml	UN	NATULAB	6.000,000	0,8270	4.962,00
218	ÓLEO DE GIRASSOL 100ML	UN	MOPH	3.000,000	2,2900	6.870,00
219	ÓLEO MINERAL 200ml	UN	NATULAB	1.500,000	1,5500	2.325,00
220	OMEPRAZOL 20mg - comp.	UN	PHARLAB	400.000,000	0,0455	18.200,00
223	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS	UN	NATULAB	10.000,000	0,4299	4.299,00
244	SINVASTATINA 20mg	UN	SANDOZ	200.000,000	0,0560	11.200,00
245	SINVASTATINA 40 mg	UN	SANDOZ	150.000,000	0,1070	16.050,00
262	SULFATO FERROSO 40mg	UN	NATULAB	120.000,000	0,0309	3.708,00
269	UNHA DE GATO (Uncaria tomentosa) 100mg COMP	UN	HERBARIUM	5.000,000	0,5900	2.950,00
277	VITAMINA C GOTAS	UN	NATULAB	8.000,000	0,9700	7.760,00
302	Etinilestradiol 0,03mg + Desogestrel 0,15mg,	UN	HYPERMARC	10.000,000	0,2230	2.230,00

**Fornecedor: 958 - PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	AMICACINA 500mg INJ	UN	TEUTO	250,000	0,7600	190,00
22	AMINOFILINA 24mg 10ml - Ampola	UN	TEUTO	1.000,000	0,7000	700,00
23	AMIODARONA 150mg INJ	UN	HIPOLABOR	500,000	1,6250	812,50
25	AMOXILINA + ACIDO CLAVULANICO 875/125mg COMP	UN	EMS	15.000,000	1,4800	22.200,00
37	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200,000 U.I	UN	TEUTO	10.000,000	3,3000	33.000,00
46	BUSCOPAN COMPOSTO INJ	UN	FARMACE	8.000,000	1,4700	11.760,00
63	CEFALOTINA 1gr - inj.	UN	BLAU	4.000,000	3,3500	13.400,00
64	CEFTRIAXONA 1g IM	UN	ABL	700,000	6,7600	4.732,00
65	CEFTRIAXONA 1g INJ EV	UN	AGILA	3.000,000	4,4000	13.200,00
68	CETOPROFENO 100mg INJ EV	UN	UNIAO QUIMI	5.000,000	2,9800	14.900,00
76	CLARITROMICINA 500mg/ml SUSP. ORAL	UN	EMS	1.000,000	23,1200	23.120,00
103	DEXAMETASONA 4mg INJET.	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,8300	4.150,00
123	DRAMIN B6 INJ - IM	UN	UNIAO QUIMI	700,000	1,3020	911,40
145	GENTAMICINA 80mg - inj.	UN	SANTISA	800,000	0,5400	432,00
154	HALOPERIDOL 5mg - comprimido	UN	UNIAO QUIMI	50.000,000	0,0620	3.100,00
173	LEVODOPA+ BENZERAZIDA 100mg + 25mg comp	UN	ROCHE	5.000,000	1,1300	5.650,00
175	LEVOFLOXACINO 500MG COMP	UN	EMS	8.000,000	0,6300	5.040,00
192	MALEATO DE DOXAZOSINA 2mg COMP	UN	EMS	30.000,000	0,0670	2.010,00
217	NORIPURUM 100gr INJ EV	UN	CLARIS	800,000	3,7400	2.992,00
221	OMEPRAZOL 20mg INJ	UN	BLAU	5.000,000	5,2000	26.000,00
263	SUSTRATE 10 MG- COMP	UN	FMQ	100.000,000	0,3480	34.800,00
264	TENOXICAN 20mg Injetável	UN	EUROFARMA	3.000,000	3,7500	11.250,00
265	TERBUTALINA INJ	UN	UNIAO QUIMI	500,000	1,4500	725,00
268	TRAMADOL 100MG INJ	UN	HIPOLABOR	5.000,000	0,8600	4.300,00
272	VALPROATO DE SODIO 50G/ML SOL ORAL	UN	TEUTO	2.000,000	1,8500	3.700,00
279	XILOCAINA GEL	UN	HIPOLABOR	2.000,000	1,3200	2.640,00
280	ADENOSINA 3MG/ML INJ	UN	HIPOLABOR	400,000	7,8700	3.148,00
295	BUPROPIONA 150 MG COMP	UN	EMS	50.000,000	0,3450	17.250,00
304	FLUMAZENIL 0,1ml AMP C/ 5ml INJ	UN	BIOQUIMICO	500,000	15,0000	7.500,00
307	NIFEDIPINO 20mg COMPRIMIDO	UN	BRAINFARM	2.000,000	0,0267	53,40

**Fornecedor: 959 - DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
70	CICLOBENZAPRIMA 10mg COMP	UN	MELCON	100.000,000	0,1580	15.800,00
171	LACTULOSE 667mg/ml Xarope	UN	ARTENATIVA	5.000,000	5,4800	27.400,00
200	METRONIDAZOL 250mg - comprimido	UN	BRAIN FARM	30.000,000	0,0640	1.920,00

**Fornecedor: 960 - EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
43	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5mg - 20ml (BEROTEC)	UN	PRATI	3.000,000	1,2825	3.847,50
113	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 10mg SUBLINGUAL COMP	UN	GERMED	10.000,000	0,0851	851,00
172	LEVODOPA + BENZERAZIDA 200mg + 50mg COMP	UN	ROCHE	20.000,000	1,4175	28.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 8/14

Processo Nº.: 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

**Fornecedor: 960 - EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
188	LUBRIFICANTE GEL	UN	CIMED	1.000,000	4,0365	4.036,50
227	PASTA DA ÁGUA LOÇÃO	UN	SANTA TERE	1.000,000	2,1330	2.133,00
246	SORO FISIOLÓGICO - 1000 ml	UN	EUROFARMA	1.000,000	3,6450	3.645,00
298	CLONAZEPAN 2mg COMP	UN	GERMED	200.000,000	0,0740	14.800,00

**Fornecedor: 962 - KFED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	ANTIETANOL 250mg COMP	UN	ANTIETANOL	6.000,000	0,3100	1.860,00
97	COMPLEXO B - comp.	UN	COMPLEXO E	110.000,000	0,0359	3.949,00
99	DACTIL OB COMP	UN	DACTIL OB/S	50.000,000	0,4049	20.245,00
149	GLICOSE 0,25% - inj	UN	GENÉRICO/IE	1.000,000	0,2000	200,00
150	GLICOSE 0,50% - inj	UN	GENÉRICO/IE	1.000,000	0,2000	200,00
168	IODETO DE POTASSIO - xarope	UN	XAROPE STC	10.000,000	1,3950	13.950,00
228	PERICIAZINA 4% SOLUÇÃO ORAL	UN	NEULEPTIL/S	1.500,000	13,0300	19.545,00

**Fornecedor: 963 - Victoria Comércio de Produtos Hospitalares**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
257	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG	UN	selezok / astra	30.000,000	1,0200	30.600,00
309	SUCCINATO DE METOPROLOL 100mg COMP	UN	selezok / astra	2.000,000	1,6700	3.340,00

**Fornecedor: 964 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	CARBAMAZEPINA 20mg/100ml - susp.	UN	MEDLEY	2.000,000	4,9890	9.978,00
88	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA GOTAS	UN	MARIOL	15.000,000	0,4090	6.135,00
89	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25mg COMP	UN	EUROFARMA	30.000,000	0,1980	5.940,00
146	GLIBENCLAMIDA 5mg - Comprimido	UN	MEDQUIMICA	200.000,000	0,0194	3.880,00
147	GLICAZIDA 80mg - COMP	UN	CIFARMA	50.000,000	0,0490	2.450,00
180	LEVOTIROXINA SODICA 25mg comp	UN	MERCK	60.000,000	0,1090	6.540,00
181	LEVOTIROXINA SODICA 50mg - comprimido	UN	MERCK	60.000,000	0,1099	6.594,00
184	LORATADINA 10MG COMP	UN	CIMED	20.000,000	0,0450	900,00
191	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2mg - comp	UN	GEOLAB	2.500,000	0,0570	142,50
204	MIDAZOLAN 15mg COMP	UN	EUROFARMA	1.500,000	0,5300	795,00
205	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20mg - comp	UN	ZYDUS	10.000,000	0,0540	540,00
216	NORFLOXACINO 400mg - comp.	UN	MEDQUIMICA	20.000,000	0,1250	2.500,00
305	Levonorgestrel 0,75mg	UN	EUROFARMA	20.000,000	1,2480	24.960,00

**Fornecedor: 965 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 10mg COMP	UN	EMS	10.000,000	0,6600	6.600,00
13	ÁGUA DESTILADA 10ml - injetável	UN	ISOFARMA	50.000,000	0,1500	7.500,00
51	CARBAMAZEPINA 200mg - comprimido	UN	NEO QUIMIC/	300.000,000	0,0730	21.900,00
66	CEMITIDINA 300mg INJ	UN	TEUTO	1.000,000	0,4700	470,00
69	CETOPROFENO 100mg INJ IM	UN	CRISTALIA	5.000,000	1,4599	7.299,50
71	CINARIZINA 75mg - comp.	UN	NEO QUIMIC/	40.000,000	0,0860	3.440,00
84	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2mg COMP	UN	CRISTALIA	40.000,000	0,2000	8.000,00
86	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10mg INJ	UN	ISOFARMA	12.000,000	0,2300	2.760,00
87	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA COMP	UN	BELFAR	60.000,000	0,0530	3.180,00
92	CLORPROMAZINA AMPLICTIL 100mg COMP	UN	UNIAO QUIMI	50.000,000	0,1850	9.250,00
93	CLORPROMAZINA AMPLICTIL 25mg COMP	UN	CRISTALIA	50.000,000	0,1750	8.750,00
100	DECANOATO DE HALOPERIDOL 50MG/ML SOLUÇÃO INJ	UN	CRISTALIA	400,000	5,9890	2.395,60
126	ENOXAPARINA SÓDICA (CLEXANE) 60ml/0,6ml INJ	UN	BLAUSIEGEL	200,000	17,5000	3.500,00
135	FENOBARBITAL 40MG/ml GOTAS	UN	CRISTALIA	500,000	3,4800	1.740,00
139	FOSFATO DE CODEÍNA 30mg	UN	CRISTALIA	30.000,000	0,7640	22.920,00
155	HEPARINA 5000000 U.I ENDOVENOSA	UN	BLAU	100,000	7,6190	761,90
156	HEPARINA SÓDICA SOL INJ 5000 UI SC 0,25 ml - subcutâneo	UN	CRISTALIA	300,000	4,2990	1.289,70
176	LEVOFLOXACINO INJ	UN	ISOFARMA	1.000,000	6,3000	6.300,00
177	LEVOMEPRIMAZINA GOTAS 4%	UN	CRISTALIA	500,000	7,4000	3.700,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**Página: 9/14  
Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**Fornecedor: 965 - Cirúrgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
243	SIMETICONA 75mg Gotas	UN	HIPOLABOR	20.000,000	0,5900	11.800,00
306	METILPREDNISOLONA 40mg IN	UN	UNIAO QUIMI	400,000	9,0000	3.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 10/14  
Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

##### **5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**

Página: 11/14

**Processo Nº.: 12/2014**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 12/14

Processo Nº.: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 13/14

Processo Nº: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO**Página: 14/14  
Processo N°: 12/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2014**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 12 de Novembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
Vânio Forster  
Prefeito Municipal

**Empresas Participantes:**

AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ: 65.817.900/0001-71	_____
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	CNPJ: 13.568.558/0001-10	_____
CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
CIRÚRGICA JAW COM MAT MED HOSP LTDA	CNPJ: 79.250.676/0001-93	_____
Cirurgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalar LTDA	CNPJ: 94.516.671/0002-34	_____
Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME	CNPJ: 15.025.636/0001-65	_____
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
EXTRA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS E PRO.HOSP. LTDA	CNPJ: 06.035.038/0001-86	_____
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	CNPJ: 15.068.089/0001-03	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MARCOFARMA DISTRIB. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTI	CNPJ: 06.935.554/0001-67	_____
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 94.894.169/0001-86	_____
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
PROMEDIC - A. G. KIENEN & CIA LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	CNPJ: 81.706.251/0001-98	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
S&R DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 04.889.315/0001-92	_____
Victoria Comércio de Produtos Hospitalares	CNPJ: 00.088.317/0001-21	_____

# Corupá

## PREFEITURA

### **TOMADA DE PREÇO 015/14 - SALA DE AULA**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO  
Modalidade Tomada de Preço nº 015/14

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, de construção de 05 novas salas de aula na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, sito à Rua 25 de Julho - Bairro Seminário (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma área total de 318,53m2, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 14/11/2014 às 09 horas do dia 01/12/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 01/12/2014.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 27/11/2014 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 14 de Novembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 071/14**

Pregão Presencial 071/14 - Registro de Preço

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO  
Modalidade Pregão Presencial nº 071/14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO-PNAC, PARA USO EM DIVERSAS CRECHES DO MUNICIPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 14/11/2014 às 09 horas do dia 26/11/2014.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS MATERIAIS: Dia 28/11/2014 às 14h00min.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 26/11/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 14 de Novembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **PREGÃO PRESENCIAL 072/14**

Pregão Presencial 072/14 - Registro de Preço

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO  
Modalidade Pregão Presencial nº 071/14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 14/11/2014 às 14 horas do dia 26/11/2014.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS MATERIAIS: Dia 28/11/2014 às 09h00min.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 26/11/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE [WWW.CORUPA.SC.GOV.BR](http://WWW.CORUPA.SC.GOV.BR), no link licitações.

Corupá, 14 de Novembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	45.678.366,10	5.467.851,28	11,97	30.811.534,95	67,45	14.866.831,15
RECEITAS CORRENTES	35.947.366,10	35.947.366,10	5.192.759,65	14,45	27.478.486,32	76,44	8.468.879,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.219.852,50	6.219.852,50	560.137,68	9,01	3.428.872,13	55,13	2.790.980,37
IMPOSTOS	3.209.220,00	3.209.220,00	388.048,22	12,09	2.454.707,57	76,49	754.512,43
TAXAS	1.264.882,50	1.264.882,50	171.794,22	13,58	970.760,94	76,75	294.121,56
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.745.750,00	1.745.750,00	295,24	0,02	3.403,62	0,19	1.742.346,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	231.000,00	231.000,00	17.216,22	7,45	146.781,27	63,54	84.218,73
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	231.000,00	231.000,00	17.216,22	7,45	146.781,27	63,54	84.218,73
RECEITA PATRIMONIAL	221.525,00	221.525,00	59.596,63	26,90	240.504,67	108,57	-18.979,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	221.525,00	221.525,00	59.596,63	26,90	240.504,67	108,57	-18.979,67
RECEITA AGROPECUÁRIA	28.875,00	28.875,00	4.168,85	14,44	18.693,21	64,74	10.181,79
Outras Receitas Agropecuárias	28.875,00	28.875,00	4.168,85	14,44	18.693,21	64,74	10.181,79
RECEITA DE SERVIÇOS	1.910.500,00	1.910.500,00	369.696,48	19,35	1.677.189,24	87,79	233.310,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.525.588,60	26.525.588,60	4.115.492,03	15,52	21.331.514,23	80,42	5.194.074,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.207.588,60	26.207.588,60	4.075.091,73	15,55	21.123.353,48	80,60	5.084.235,12
Transf. de Conv.	318.000,00	318.000,00	40.400,30	12,70	208.160,75	65,46	109.839,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	810.025,00	810.025,00	66.451,76	8,20	634.931,57	78,38	175.083,43
Multas e Juros de Mora	400.630,00	400.630,00	26.770,34	6,68	125.360,83	31,29	275.269,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.800,00	16.800,00	138,18	0,82	56.675,83	337,36	-39.875,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	342.720,00	342.720,00	32.244,59	9,41	204.220,88	59,59	138.499,12
RECEITAS DIVERSAS	49.875,00	49.875,00	7.298,65	14,63	248.674,03	498,59	-198.799,03
RECEITAS DE CAPITAL	9.731.000,00	9.731.000,00	275.091,63	2,83	3.333.048,63	34,25	6.397.951,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85	3.705.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.110.000,00	4.110.000,00	0,00	0,00	405.000,00	9,85	3.705.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.321.000,00	5.321.000,00	270.575,00	5,09	2.684.097,41	50,44	2.636.902,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-308.860,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.321.000,00	5.321.000,00	270.575,00	5,09	2.375.237,41	44,64	2.945.762,59
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	4.516,63	9,03	18.009,67	36,02	31.990,33
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	4.516,63	9,03	18.009,67	36,02	31.990,33
Outras Receitas - Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	225.941,55	0,00	-225.941,55

Continua 1/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	45.678.366,10	45.678.366,10	5.467.851,28	11,97	30.811.534,95	67,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	45.678.366,10	45.678.366,10	5.467.851,28	11,97	30.811.534,95	67,45
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	45.678.366,10	45.678.366,10	5.467.851,28	11,97	30.811.534,95	67,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	357.870,54	—	—	194.433,39	—
Superávit Financeiro	—	321.190,74	—	—	169.596,45	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	36.679,80	—	—	24.836,94	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.678.366,10	2.322.190,88	48.000.556,98	5.452.620,27	29.053.194,98	6.231.920,85	27.553.862,93	57,40
DESPESAS CORRENTES	30.874.071,10	1.592.946,64	32.467.017,74	5.069.611,60	24.731.563,99	5.389.164,33	23.515.107,70	72,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.521.930,00	40.395,84	15.562.325,84	2.494.513,76	12.049.573,66	2.496.920,44	12.047.833,03	77,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	3.914,01	26.914,34	3.202,91	26.203,24	6,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.620.000,00	400.000,00	2.020.000,00	381.262,28	1.914.923,66	461.263,62	1.708.269,67	84,57
Transferências a União	13.332.141,10	1.152.550,80	14.484.691,90	2.189.921,55	10.740.152,33	2.427.777,36	9.732.801,76	67,19
DESPESAS DE CAPITAL	14.304.295,00	729.244,24	15.033.539,24	383.008,67	4.321.630,99	842.756,52	4.038.755,23	26,86
INVESTIMENTOS	13.304.295,00	729.244,24	14.033.539,24	278.550,80	3.925.133,42	769.254,70	3.673.213,71	26,17
Amortização da Dívida	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	104.457,87	396.497,57	73.501,82	365.541,52	36,55

Continua 2/3





Continuação 3/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.678.366,10	2.322.190,88	48.000.556,98	5.452.620,27	29.053.194,98		6.231.920,85	27.553.862,93	57,40	20.446.694,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—		—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>2.322.190,88</b>	<b>48.000.556,98</b>	<b>5.452.620,27</b>	<b>29.053.194,98</b>		<b>6.231.920,85</b>	<b>27.553.862,93</b>	<b>57,40</b>	<b>20.446.694,05</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>2.322.190,88</b>	<b>48.000.556,98</b>	<b>5.452.620,27</b>	<b>29.053.194,98</b>		<b>6.231.920,85</b>	<b>27.553.862,93</b>	<b>57,40</b>	<b>20.446.694,05</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		<b>—</b>	<b>3.257.672,02</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>2.322.190,88</b>	<b>48.000.556,98</b>	<b>5.452.620,27</b>	<b>29.053.194,98</b>		<b>6.231.920,85</b>	<b>30.811.534,95</b>	<b>57,40</b>	<b>20.446.694,05</b>

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.139.776,72	3.912.925,03	2.875.354,84	2.767.825,88	2.632.822,06	3.837.284,73	2.781.574,20	2.696.498,52	3.184.521,63	2.997.087,95	2.723.776,24	36.171.798,09	38.080.693,10
RECEITA TRIBUTÁRIA		320.384,71	226.878,91	201.423,17	186.717,43	293.079,59	1.125.269,70	227.113,67	225.238,25	329.276,63	280.617,01	289.114,30	3.976.135,75	6.219.852,50
I.P.T.U.		6.498,15	18.325,83	1.457,85	0,00	72.007,61	747.493,38	51.818,22	45.101,09	44.332,68	48.844,55	43.816,29	1.111.342,58	1.341.690,00
IRRF		61.109,30	45.878,48	47.142,47	36.918,12	16.119,77	30.865,28	11.918,41	1.439,35	45.326,67	27.694,46	28.052,58	377.995,33	379.785,00
I.S.S.		77.649,14	57.695,31	62.402,11	59.635,61	55.052,92	74.575,96	77.240,02	60.554,58	110.000,32	87.598,31	96.945,28	916.253,20	1.178.730,00
LT.B.I.		14.693,74	25.180,00	9.966,58	25.700,00	37.242,14	22.046,32	14.626,00	50.428,65	53.748,00	35.379,40	27.779,66	396.146,41	309.015,00
Outras Receitas Tributárias		160.434,38	79.799,29	80.454,16	64.463,70	112.657,15	250.282,76	71.511,02	67.714,58	75.867,96	79.123,77	84.860,39	1.214.398,23	3.010.632,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		13.418,96	14.225,07	16.924,88	17.119,39	12.373,44	17.670,28	16.300,52	18.682,14	13.230,63	17.263,77	17.216,22	0,00	174.425,30
RECEITA PATRIMONIAL		11.163,04	13.535,36	15.041,29	15.993,20	15.798,59	20.731,70	24.910,05	24.624,12	33.016,83	30.832,26	31.824,66	27.771,97	221.525,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		2.053,39	2.481,16	850,15	2.338,47	2.165,10	1.954,22	1.735,86	1.680,90	1.709,77	2.109,89	1.912,35	23.227,76	28.875,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		150.823,67	164.427,52	104.596,19	205.881,83	179.507,45	161.186,34	158.557,72	156.493,60	162.652,05	178.617,58	180.444,44	1.992.440,43	1.910.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.436.327,53	2.401.442,86	2.500.576,15	2.269.813,37	2.086.345,24	2.078.340,09	2.316.315,62	2.213.843,38	2.579.586,56	2.458.142,93	2.266.837,90	27.809.894,64	28.668.915,60
Cota-Parte do F.P.M.		817.626,44	846.923,88	793.108,54	846.923,88	502.391,07	573.394,84	764.119,10	573.040,02	492.168,87	597.901,44	524.110,60	7.823.446,06	8.216.880,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		746.512,72	743.347,19	724.445,17	688.951,20	688.924,64	681.495,84	692.736,38	702.797,97	653.099,54	685.173,16	734.573,12	8.509.606,92	9.071.895,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		53.672,52	35.247,54	51.081,62	76.635,07	101.227,95	94.822,17	121.521,63	117.964,85	122.810,46	113.167,39	124.531,74	1.116.011,78	1.369.200,00
Cota-Parte do ITR.		700,40	658,77	609,11	0,00	0,00	0,00	49,02	13,56	87,47	234,14	2.800,31	21.697,24	34.335,00
Outras Transferências Correntes		320.083,77	282.827,59	403.364,16	142.938,33	311.293,92	248.710,03	213.490,03	324.136,84	850.366,65	569.122,90	379.044,32	4.350.140,17	4.113.800,60
Transferências da LC 61/1989		11.630,02	12.430,00	11.577,08	9.801,45	9.577,28	10.429,49	11.340,51	10.801,24	11.096,23	11.437,77	10.763,54	11.526,84	146.475,00
Transferências da LC 87/1996		3.089,91	3.089,91	3.059,28	3.059,28	0,00	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	3.059,28	33.713,34	44.730,00
Transferências do FUNDEB		483.011,75	480.519,08	513.331,19	501.504,16	462.930,38	466.430,44	509.999,67	482.529,62	446.900,06	478.046,85	509.712,49	5.822.870,68	5.861.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		205.605,42	1.089.934,15	35.943,01	70.002,19	43.252,65	232.132,40	38.640,76	55.956,13	65.048,16	29.504,51	35.300,42	1.930.471,14	810.025,00
DEDUÇÕES (II)		163.120,92	158.954,50	-41.346,47	-57.265,41	36.348,09	13.384,41	-26.512,26	22.223,57	33.764,52	11.915,13	42.814,09	53.443,17	72.215,00
Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96		0,00	0,00	-611,85	-611,85	0,00	-611,85	-611,85	-611,85	-611,85	-611,85	-611,85	-5.506,65	-8.946,00
Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB		0,00	0,00	-198.277,08	-211.730,95	-125.597,75	-143.346,67	-191.029,75	-143.042,18	-149.475,32	-131.027,62	-123.834,60	-1.540.623,88	-2.054.220,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		163.120,92	158.954,50	157.542,46	155.077,39	161.945,84	157.348,93	165.129,34	166.195,38	157.418,55	162.002,30	174.553,56	1.957.178,79	2.135.351,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.976.655,80	3.753.970,53	2.916.701,31	2.825.091,29	2.596.173,97	3.823.896,32	2.808.086,46	2.674.174,95	3.150.757,11	2.985.172,82	2.670.333,07	35.760.749,83	38.008.478,10

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

LUIZ CARLOS TAMAMINI  
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI  
SECRETÁRIO DE ADM E FINANÇASDILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORVALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.272.241,68	4.385.201,98	4.311.700,16
DEDUÇÕES (II)	1.809.337,73	5.637.039,48	4.866.441,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.217.732,76	5.619.850,96	4.841.350,63
Demais Haveres Financeiros	25.862,37	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	434.257,40	7.902,50	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.462.903,95	-1.251.837,50	-554.741,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>2.462.903,95</b>	<b>-1.251.837,50</b>	<b>-554.741,49</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>697.096,01</b>	<b>-3.017.645,44</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-33.404,05</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>35.725.841,10</b>	<b>5.133.163,02</b>	<b>27.237.981,65</b>	<b>24.245.665,83</b>
Receita Tributária	6.219.852,50	560.137,68	3.428.872,13	2.941.215,94
I.P.T.U.	1.341.690,00	77.457,22	1.086.518,60	1.014.477,61
I.S.S.	1.178.730,00	193.848,92	780.908,75	653.959,09
I.T.B.I.	309.015,00	63.159,06	316.272,67	224.388,77
I.R.R.F.	379.785,00	53.583,02	271.007,55	288.111,17
Outras Receitas Tributárias	3.010.632,50	172.089,46	974.164,56	760.279,30
Receita de Contribuição	231.000,00	17.216,22	146.781,27	164.438,43
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	231.000,00	17.216,22	146.781,27	164.438,43
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	221.525,00	59.596,63	240.504,67	132.588,38
(-) Aplicações Financeiras	221.525,00	59.596,63	240.504,67	132.588,38
Transferências Correntes	26.525.588,60	4.115.492,03	21.331.514,23	18.640.797,36
F.P.M.	8.216.880,00	1.019.449,08	6.162.496,84	5.704.335,35
I.C.M.S.	7.257.516,00	1.193.697,89	5.615.798,43	5.180.794,84
Convênios	318.000,00	40.400,30	208.160,75	289.410,35
Outras Transferências Correntes	10.733.192,60	1.861.944,76	9.345.058,21	7.466.256,82
Demais Receitas Correntes	2.749.400,00	440.317,09	2.330.814,02	2.499.214,10
Dívida Ativa	342.720,00	32.244,59	204.220,88	247.325,26
Diversas Receitas Correntes	2.406.680,00	408.072,50	2.126.593,14	2.251.888,84
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.731.000,00</b>	<b>275.091,63</b>	<b>3.333.048,63</b>	<b>1.471.374,96</b>
Operações de Crédito (III)	4.110.000,00	0,00	405.000,00	491.379,68
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	250.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.321.000,00	270.575,00	2.684.097,41	961.900,82
Convênios	5.321.000,00	270.575,00	2.375.237,41	880.300,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	308.860,00	81.600,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00	4.516,63	243.951,22	18.094,46
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>5.371.000,00</b>	<b>275.091,63</b>	<b>2.928.048,63</b>	<b>979.995,28</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>41.096.841,10</b>	<b>5.408.254,65</b>	<b>30.166.030,28</b>	<b>25.225.661,11</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>32.467.017,74</b>	<b>5.389.164,33</b>	<b>23.515.107,70</b>	<b>22.555.317,58</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.562.325,84	2.496.920,44	12.047.833,03	11.543.409,88
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	3.202,91	26.203,24	97.905,71
Outras Despesas Correntes	16.504.691,90	2.889.040,98	11.441.071,43	10.914.001,99
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>32.067.017,74</b>	<b>5.385.961,42</b>	<b>23.488.904,46</b>	<b>22.457.411,87</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.033.539,24</b>	<b>842.756,52</b>	<b>4.038.755,23</b>	<b>2.282.213,29</b>
Investimentos	14.033.539,24	769.254,70	3.673.213,71	1.195.173,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	73.501,82	365.541,52	1.087.039,82
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.033.539,24</b>	<b>769.254,70</b>	<b>3.673.213,71</b>	<b>1.195.173,47</b>



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	500.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>46.600.556,98</b>	<b>6.155.216,12</b>	<b>27.162.118,17</b>	<b>23.652.585,34</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-5.503.715,88</b>	<b>-746.961,47</b>	<b>3.003.912,11</b>	<b>1.573.075,77</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	194.433,39	0,00
Superávit Financeiro	-	-	169.596,45	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	24.836,94	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.048.214,44</b>

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	90.921,55	343.335,85	434.257,40	-	-0,00	31.779,65	743.205,60	666.768,54	666.768,54	-	108.216,71
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	742.146,81	665.709,75	665.709,75	0,00	108.216,71
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00	400,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H	0,00	26.413,54	26.413,54	0,00	0,00	0,00	217.854,81	150.080,81	150.080,81	0,00	67.774,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	293,21	293,21	0,00	0,00	0,00	12.276,01	5.678,00	5.678,00	0,00	6.598,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.812,53	119,43	8.812,53	8.812,53	0,00	119,43
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	90.921,55	62.159,54	153.081,09	0,00	0,00	22.967,12	70.549,10	70.549,10	70.549,10	0,00	22.967,12
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	52.518,26	52.518,26	0,00	0,00	0,00	84.538,72	75.538,90	75.538,90	0,00	8.999,82
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	201.951,30	201.951,30	0,00	0,00	0,00	356.408,74	354.650,41	354.650,41	0,00	1.758,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.058,79	1.058,79	1.058,79	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	90.921,55	343.335,85	434.257,40	0,00	-0,00	31.779,65	743.205,60	666.768,54	666.768,54	0,00	108.216,71

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS	DILVANE KÜHL KLABUNDE CONTADORA
VALQUIRIA MICHALAK RESP. CONTROLE INTERNO		





Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	4.110.000,00	405.000,00		3.705.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	15.033.539,24	4.038.755,23	0,00	10.994.784,01
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.033.539,24	4.038.755,23	0,00	10.994.784,01
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.923.539,24	-3.633.755,23		-7.289.784,01

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>48.000.556,98</b>	<b>5.452.620,27</b>	<b>29.053.194,98</b>	<b>6.231.920,85</b>	<b>27.553.862,93</b>	<b>100,00</b>	<b>57,40</b>
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	176.904,53	884.009,40	176.904,53	884.009,40	3,21	80,36
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	176.904,53	884.009,40	176.904,53	884.009,40	3,21	80,36
Administração	5.730.132,50	5.449.132,50	383.359,32	2.553.824,04	414.503,64	2.368.476,97	8,60	43,47
Administração Geral	5.680.132,50	5.399.132,50	379.159,32	2.516.024,04	406.103,64	2.330.676,97	8,46	43,17
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	4.200,00	37.800,00	8.400,00	37.800,00	0,14	75,60
Segurança Pública	893.000,00	1.232.988,04	8.331,58	356.828,76	294.205,99	356.229,05	1,29	28,89
Policimento	38.000,00	43.537,14	2.688,47	36.003,75	5.409,21	35.807,85	0,13	82,25
Defesa Civil	855.000,00	1.189.450,90	5.643,11	320.825,01	288.796,78	320.421,20	1,16	26,94
Assistência Social	845.000,00	1.110.524,25	206.699,02	830.136,84	162.126,13	765.531,99	2,78	68,93
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	1.116,50	29.880,74	1.116,50	29.880,74	0,11	74,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	230.000,00	230.000,00	50.542,14	194.022,62	30.298,80	164.437,51	0,60	71,49
Assistência Comunitária	575.000,00	840.524,25	155.040,38	606.233,48	130.710,83	571.213,74	2,07	67,96
Saúde	6.138.303,60	8.277.224,09	1.158.993,21	5.884.260,39	1.226.076,56	5.721.218,18	20,76	69,12
Atenção Básica	5.652.153,00	7.677.829,28	985.781,19	5.367.804,17	1.052.882,34	5.251.368,33	19,06	68,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	222.000,00	305.244,21	117.570,13	304.825,34	114.869,13	289.900,34	1,05	94,97
Suporte Profilático e Terapêutico	181.950,60	181.950,60	31.650,66	150.896,55	46.401,22	137.521,19	0,50	75,58
Vigilância Sanitária	27.000,00	57.000,00	1.937,90	19.713,49	6.747,02	19.713,49	0,07	34,59
Vigilância Epidemiológica	55.200,00	55.200,00	22.053,33	41.020,84	5.176,85	22.714,83	0,08	41,15
Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	14.015.875,00	13.339.533,72	1.812.475,84	8.731.348,04	1.888.729,42	8.216.969,00	29,82	61,60
Alimentação e Nutrição	301.650,00	381.650,00	77.081,95	284.665,19	64.142,05	189.634,86	0,69	49,69
Ensino Fundamental	10.626.375,00	10.007.037,88	1.236.585,90	6.587.316,97	1.329.152,71	6.173.248,56	22,40	61,69
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	5.587,36	22.117,43	5.587,36	22.117,43	0,08	55,29
Educação Infantil	2.947.850,00	2.810.845,84	491.820,38	1.833.244,19	488.602,05	1.828.243,89	6,64	65,04
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	1.400,25	4.004,26	1.245,25	3.724,26	0,01	7,45
Cultura	60.000,00	60.000,00	15.248,75	22.206,75	6.000,00	6.958,00	0,03	11,60
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	15.248,75	22.206,75	6.000,00	6.958,00	0,03	11,60

Continua 1/3



Município de Corupá - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	45.678.366,10	48.000.556,98	5.452.620,27	29.053.194,98	6.231.920,85	27.553.862,93	100,00	57,40
Infra-Estrutura Urbana	10.931.255,00	11.231.604,38	889.132,18	6.197.238,17	1.254.815,88	5.969.162,89	21,66	53,15
Serviços Urbanos	4.684.500,00	4.854.354,66	285.754,86	2.415.066,70	478.978,94	2.295.371,80	8,33	47,28
Habitação	6.248.755,00	6.377.249,72	623.377,32	3.782.171,47	775.836,94	3.673.791,09	13,33	57,61
Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.980.800,00	1.980.800,00	369.391,55	1.824.599,73	451.415,32	1.616.589,53	5,87	81,61
Gestão Ambiental	1.980.800,00	1.980.800,00	369.391,55	1.824.599,73	451.415,32	1.616.589,53	5,87	81,61
Preservação e Conservação Ambiental	80.000,00	80.000,00	0,00	48.516,28	833,33	46.016,29	0,17	57,52
Agricultura	80.000,00	80.000,00	0,00	48.516,28	833,33	46.016,29	0,17	57,52
Extensão Rural	922.000,00	922.000,00	90.315,90	678.195,51	101.151,97	672.769,93	2,44	72,97
Energia	922.000,00	922.000,00	90.315,90	678.195,51	101.151,97	672.769,93	2,44	72,97
Energia Elétrica	261.000,00	544.750,00	150.161,76	230.016,78	85.971,38	165.826,40	0,60	30,44
Desporto e Lazer	261.000,00	544.750,00	150.161,76	230.016,78	85.971,38	165.826,40	0,60	30,44
Desporto Comunitário	621.000,00	621.000,00	83.234,75	388.602,38	92.481,97	372.360,54	1,35	59,96
Encargos Especiais	621.000,00	621.000,00	83.234,75	388.602,38	92.481,97	372.360,54	1,35	59,96
Serviço da Dívida Interna	1.450.000,00	1.401.000,00	108.371,88	423.411,91	76.704,73	391.744,76	1,42	27,96
Outras Transferências	1.400.000,00	1.400.000,00	108.371,88	423.411,91	76.704,73	391.744,76	1,42	27,96
	50.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.678.366,10	48.000.556,98	5.452.620,27	29.053.194,98	6.231.920,85	27.553.862,93	100,00	57,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	45.678.366,10	48.000.556,98	5.452.620,27	29.053.194,98	6.231.920,85	27.553.862,93	100,00	57,40

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	JONEY CICERO MOROZINI SECRETARIO DE ADM E FINANÇ	DILVANE KÜHL KLABUNDE CONTADORA
--	---	------------------------------------

VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	250.000,00	0,00	250.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>TOTAL</b>	250.000,00	0,00	250.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Investimentos	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
<b>TOTAL</b>	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO





Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.392.655,00	24.392.655,00	18.496.358,78	75,83
Impostos	3.202.500,00	3.202.500,00	2.401.033,07	74,97
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.341.690,00	1.341.690,00	1.086.518,60	80,98
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	309.015,00	309.015,00	316.272,67	102,35
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.178.730,00	1.178.730,00	780.908,75	66,25
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	373.065,00	373.065,00	217.333,05	58,26
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	252.420,00	252.420,00	189.146,24	74,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.605,00	10.605,00	10.661,80	100,54
Dívida Ativa dos Impostos	156.030,00	156.030,00	121.274,50	77,73
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	85.785,00	85.785,00	57.209,94	66,69
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.937.735,00	20.937.735,00	15.906.179,47	75,97
Da União	10.350.165,00	10.350.165,00	7.750.992,31	74,89
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	10.271.100,00	10.271.100,00	7.703.120,72	75,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	34.335,00	34.335,00	20.338,07	59,23
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	44.730,00	44.730,00	27.533,52	61,55
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	10.587.570,00	10.587.570,00	8.155.187,16	77,03
Cota-Parte do ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	7.019.747,01	77,38
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	146.475,00	146.475,00	108.348,43	73,97
Cota-Parte do IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	1.027.091,72	75,01
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	1.476.250,60	1.476.250,60	1.119.918,76	75,86
Da União para o Município	1.476.250,60	1.476.250,60	1.119.918,76	75,86
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	21.944.841,50	21.944.841,50	12.830.360,78	58,47
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.135.381,00	-2.135.381,00	-1.635.103,37	76,57
<b>TOTAL</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>45.678.366,10</b>	<b>30.811.534,95</b>	<b>67,45</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	5.252.383,60	6.600.393,01	5.256.049,87	79,63
Pessoal e Encargos Sociais	2.919.680,00	2.778.680,00	2.332.783,18	83,95
Outras Despesas Correntes	2.332.703,60	3.821.713,01	2.923.266,69	76,49
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.676.831,08	465.168,31	27,74
Investimentos	885.920,00	1.676.831,08	465.168,31	27,74

Continua 1/2



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	885.920,00	1.676.831,08	465.168,31	27,74
Investimentos	885.920,00	1.676.831,08	465.168,31	27,74
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>6.138.303,60</b>	<b>8.277.224,09</b>	<b>5.721.218,18</b>	<b>69,12</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.138.303,60	8.277.224,09	5.721.218,18	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.271.250,60	2.554.345,89	1.639.296,73	28,65
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.571.250,60	1.831.555,39	1.450.586,51	25,35
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	700.000,00	722.790,50	188.710,22	3,30
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>3.867.053,00</b>	<b>5.722.878,20</b>	<b>4.081.921,45</b>	<b>71,35</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	<b>22,07</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	5.652.153,00	7.677.829,28	5.251.368,33	91,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	222.000,00	305.244,21	289.900,34	5,07
Suporte Profilático e Terapêutico	181.950,60	181.950,60	137.521,19	2,40
Vigilância Sanitária	27.000,00	57.000,00	19.713,49	0,34
Vigilância Epidemiológica	55.200,00	55.200,00	22.714,83	0,40
<b>TOTAL</b>	<b>6.138.303,60</b>	<b>8.277.224,09</b>	<b>5.721.218,18</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Corupá, 13/11/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPALJONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇASDILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORAVALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

# RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.461.640,00	3.461.640,00	422.401,12	2.643.853,81	76,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.563.555,00	1.563.555,00	107.607,35	1.249.126,61	79,89
1.1.1- IPTU	1.341.690,00	1.341.690,00	77.457,22	1.086.518,60	80,98
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.725,00	4.725,00	1.432,97	3.509,39	74,27
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	138.495,00	138.495,00	17.895,23	107.274,04	77,46
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	78.645,00	78.645,00	10.821,93	51.824,58	65,90
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	309.225,00	309.225,00	63.669,07	317.848,59	102,79
1.2.1- ITBI	309.015,00	309.015,00	63.159,06	316.272,67	102,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	210,00	210,00	510,01	1.575,92	750,44
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.209.075,00	1.209.075,00	197.541,68	805.871,06	66,65
1.3.1- ISS	1.178.730,00	1.178.730,00	193.848,92	780.908,75	66,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.670,00	5.670,00	1.098,16	5.576,49	98,35
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	17.535,00	17.535,00	1.743,83	14.000,46	79,84
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	7.140,00	7.140,00	850,77	5.385,36	75,43
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	379.785,00	379.785,00	53.583,02	271.007,55	71,36
1.4.1- IRRF	379.785,00	379.785,00	53.583,02	271.007,55	71,36
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	20.992.735,00	20.992.735,00	3.042.647,70	15.906.179,47	75,77
2.1- Cota-Parte FPM	10.271.100,00	10.271.100,00	1.274.311,30	7.703.120,72	75,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.271.100,00	10.271.100,00	1.274.311,30	7.703.120,72	75,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.071.895,00	9.071.895,00	1.492.122,11	7.019.747,01	77,38
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	44.730,00	44.730,00	6.118,56	27.533,52	61,55
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	201.475,00	201.475,00	22.290,38	108.348,43	53,78
2.5- Cota-Parte ITR	34.335,00	34.335,00	19.344,77	20.338,07	59,23
2.6- Cota-Parte IPVA	1.369.200,00	1.369.200,00	228.460,58	1.027.091,72	75,01
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>24.454.375,00</b>	<b>24.454.375,00</b>	<b>3.465.048,82</b>	<b>18.550.033,28</b>	<b>75,86</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	846.650,00	846.650,00	177.506,08	1.356.275,62	160,19
5.1- Transferências do Salário-Educação	560.000,00	560.000,00	100.264,14	467.752,47	83,53
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	181.650,00	181.650,00	33.215,20	120.460,80	66,31
5.4- Transferências Diretas - PNATE	84.000,00	84.000,00	13.857,22	48.500,27	57,74
5.5- Outras Transferências do FNDE	20.000,00	20.000,00	30.169,52	719.562,08	3.597,81
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	230.000,00	230.000,00	0,00	196.500,00	85,43
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	0,00	196.500,00	85,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	342.384,00	342.384,00	17.201,77	391.393,46	114,31
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.419.034,00</b>	<b>1.419.034,00</b>	<b>194.707,85</b>	<b>1.944.169,08</b>	<b>137,01</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.135.381,00	2.135.381,00	352.443,18	1.635.103,37	76,57
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.814.379,00	1.814.379,00	298.424,22	1.403.948,58	77,38
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.295,00	40.295,00	4.458,08	21.669,70	53,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.867,00	6.867,00	3.868,94	4.067,55	59,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	273.840,00	273.840,00	45.691,94	205.417,54	75,01
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	—	5.687.850,00	1.007.872,15	4.890.201,72	85,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.661.600,00	5.661.600,00	997.567,48	4.859.339,85	85,83
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	26.250,00	26.250,00	10.304,67	30.861,87	117,57
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.526.219,00</b>	<b>3.526.219,00</b>	<b>645.124,30</b>	<b>3.224.236,48</b>	<b>91,44</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.111.190,00	4.411.190,00	729.486,60	3.496.000,36	79,25
13.1- Com Educação Infantil	1.711.190,00	1.561.190,00	319.203,52	1.405.822,66	90,05
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	2.850.000,00	410.283,08	2.090.177,70	73,34
14- OUTRAS DESPESAS	576.660,00	1.276.660,00	370.454,15	861.583,47	67,49
14.1- Com Educação Infantil	176.660,00	326.660,00	67.257,54	190.341,94	58,27
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	950.000,00	303.196,61	671.241,53	70,66
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.687.850,00	5.687.850,00	1.099.940,75	4.357.583,83	76,61
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.357.583,83
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					71,49
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					17,62
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					10,89
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	6.113.593,75	6.113.593,75	866.262,21	4.637.508,32	75,86
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.537.850,00	2.357.850,00	397.758,95	1.655.470,38	70,21
23.1- Creche	1.776.495,00	1.650.495,00	278.431,26	1.158.829,27	70,21
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.321.495,00	1.321.495,00	270.522,74	1.117.315,22	84,55
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	455.000,00	329.000,00	7.908,52	41.514,05	12,62
23.2- Pré-escola	761.355,00	707.355,00	119.327,69	496.641,11	70,21
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	566.355,00	566.355,00	115.938,32	478.849,38	84,55
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	195.000,00	141.000,00	3.389,37	17.791,73	12,62
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.081.375,00	7.636.375,00	1.010.273,92	4.919.540,11	64,42
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.800.000,00	3.800.000,00	713.479,69	2.761.419,23	72,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.281.375,00	3.836.375,00	296.794,23	2.158.120,88	56,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.619.225,00	9.994.225,00	1.408.032,87	6.575.010,49	65,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.224.236,48
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					30.861,87
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>3</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.255.098,35
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.319.912,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,9
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	560.000,00	560.000,00	115.311,66	366.813,13	65,50
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.836.650,00	2.785.308,72	365.384,89	1.275.145,38	45,78
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.396.650,00	3.345.308,72	480.696,55	1.641.958,51	49,08
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.015.875,00	13.339.533,72	1.888.729,42	8.216.969,00	61,60





MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		5.960,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.859.339,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.313.798,52	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		4.213.690,69	0,00
49.2 Restos a Pagar		100.107,83	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		30.861,87	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		582.363,65	0,00

Corupá, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JONEY CICERO MOROZINI  
SECRETARIO DE ADM E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
DILVANE KÜHL KLABUNDE  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
VALQUIRIA MICHALAK  
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 269/2014

#### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 269/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE FIREWALL UTM HIGH AVAILABILITY PARA INSTALAÇÃO NO CPD DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 27/11/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:00 horas do dia 27/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 13 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

O Fundo de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento pelo Menor preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA OFICINAS DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 01/12/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 01/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 12 de Novembro de 2014.

João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 596/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC SETEMBRO /2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 596/2014

Contratado: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇO LTDA

CNPJ: 07.869.457/0001-86

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 238/14 Numero do Processo: 238/14

Numero do Contrato ou aditivo: 596/2014

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB 110 EM USO NA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE TENDO EM VISTA QUE NÃO OUVES PARTICIPANTES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2014, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 11/09/2014 a 11 /11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 280,00

Forma de Pagamento: À VISTA

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 03

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
DIONÍSIO CERQUEIRA /SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2014 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do termo de cooperação, parceria e outras avenças entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira e o Banco Santander referente a proposta de ação: 'Resgatando Vidas'.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.245/2013 que institui o Conselho Municipal, resolve:

Art. 1º Aprovar termo de cooperação, parceria e outras avenças entre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira e o Banco Santander referente a proposta de ação: 'Resgatando Vidas'.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira - SC realizar a fiscalização referente a execução da proposta.

Art.3º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 05 de novembro de 2014

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA

Dionísio Cerqueira - SC

### RESOLUÇÃO 04

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
DIONÍSIO CERQUEIRA /SC

RESOLUÇÃO Nº 04/2014 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo do Município de Dionísio Cerqueira pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.245/2013 de Dionísio Cerqueira, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Atendimento Sócio-Educativo do Município de Dionísio Cerqueira que visa o atendimento socio-educativo dos adolescentes envolvidos com ato infracional e suas famílias;

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira - SC realizar o acompanhamento da aplicação do Plano Municipal de atendimento sócio-educativo.

Art.3º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 05 de novembro de 2014

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA

Dionísio Cerqueira - SC

### RESOLUÇÃO 13

RESOLUÇÃO Nº 013/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Atendimento Institucional do Abrigo Beija Flor.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Dionísio Cerqueira/SC, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2200/95 de 25 de novembro de 1995, alterada pela Lei 4.296/2013 de 02 de dezembro de 2013 que institui o Conselho Municipal.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Acolhimento Institucional apresentado pelo Abrigo Beija-flor em reunião ordinária na data de 29/10/2014.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira - SC realizar a fiscalização da entidade e solicitar ao seu coordenador as informações necessárias a fim de garantir o desenvolvimento do plano conforme apresentado.

Art. 3 - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira/SC, em 29 de outubro de 2014.

ZELIA MUSA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - DC

### 5294/2014

DECRETO Nº 5294/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 189 DA GLEBA Nº. 04, COM ÁREA DE 10.465,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA

Art. 1º - Fica desmembrado do seguinte Lote Urbano que específica:

I - Lote Urbano nº 189 da Gleba nº. 04, neste município, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 8.128 de propriedade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira e Sarah Arnoldi Barboza Neta.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº 189 da Gleba nº. 04, neste município, com área de 10.465,00m2 (dez mil quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 189 (cento e oitenta e nove) da Gleba nº. 04, com área de 8.465,00m2 (oito mil quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote nº.191, medindo 168,10m.

SUL: com o Lote nº.189-A, medindo 42,46m e 24,88m respectivamente.

SULDOESTE: Com o Lote nº. 189-A, medindo 7,72m

LESTE: com a BR-163, medindo 58,01m, também com o Lote nº. 191,

OESTE: com os Lotes nºs. 188, medindo 117,86m e 189-A, medindo 28,23m.

b) Lote Urbano nº. 189-A (cento e oitenta e nove-A) da Gleba nº. 04, com área de 2.000,00m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote nº.189, medindo 42,46 e 24,88m respectivamente.

NORDESTE: com o lote nº.189, medindo 7,72m.

SUL: com o Lote nº.187, medindo 55,07m, e também com a BR-163.

SULDOESTE: Com o Lote nº. 187, medindo 6,56m

LESTE: com a BR-163, medindo 10,07m,

OESTE: com o Lote nº. 188, medindo 44,70m.

Art. 3.º - A edificação em alvenaria com a área de 629,39m<sup>2</sup>, conforme averbação 12/8.128, ficará sobre o Lote Urbano nº.189-A da Gleba nº.04, com área de 2.000,00m<sup>2</sup>, que é resultado de desmembramento.

Art. 4.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 5.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário e o Decreto nº. 8.261 de 11 de Setembro de 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 04 DE NOVEMBRO 2014.

FLAVIO BERTE

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.  
Data 10 /11 /2014.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### DECRETO 084/2014

DECRETO Nº 084, de 03 de novembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.325,70.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 830, de 06 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 10.325,70 (dez mil trezentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2014 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 830, de 06/12/2013):

05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1580000	SALARIO EDUCAÇÃO	10.325,70
TOTAL		10.325,70
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.352,70

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação-----R\$ 10.325,70

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de novembro de 2014; 26o ano de Fundação; 25o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 03 de novembro de 2014.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 208/PMF/2014.**

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 208/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de combustíveis para consumo na frota da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, durante o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de novembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou pelo site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 210/PMF/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

##### **AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 210/PMF/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para os grupos de convivência de CRAS e CREAS por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de dezembro de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 13 de novembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145\_2014-PMF RP 0076**

Aviso do Pregão Presencial nº 0145/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0076/2014

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

##### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café e açúcar, com pedidos parcelados, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS e FME), durante o período dezembro de 2014 a abril de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2014 a abril de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03.12.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

#### **EDITAL 005 - 2014 MUNICÍPIO CONVOCANDO LINDEIROS**

EDITAL Nº 005/2014

PROCESSO Nº 4835/2014

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, nos termos dos Artigos 81 e 82 da Lei Federal 5.172/66, do disposto no Decreto-Lei 195/67, do disposto na Lei Municipal Complementar nº 053/2003 (Código Tributário Municipal) e Lei Municipal nº 2267/2014, visando a viabilização de obras públicas, que beneficiarão os imóveis localizados na Rua Olavo Bilac, defronte as quadras 038 e 039 (Bairro São José), NOTIFICA e CONVOCA os interessados e beneficiários, para examinarem o memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo do melhoramento, a delimitação da zona beneficiada, o fator de absorção do benefício da valorização, a parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, o plano de rateio e os valores correspondentes, cujos documentos encontram-se fixados e publicados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, situada na Av. Rio das Antas nº 185, ficando, nos termos da legislação em vigor, facultado aos interessados, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, procederem às impugnações. O valor da contribuição terá por base a valorização dos imóveis, os quais serão avaliados previamente e após a realização da obra pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 1988/2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

##### **COMUNICADO / CONVOCAÇÃO**

A Comissão Mista de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1988 de 30 de outubro de 2014, composta pelos membros Idair Bonetti, Wiggand Leonhardt, Elvito Coldebella, Aldair Moraes e Flávio André de Oliveira, CONVOCA os lindeiros da Rua Olavo Bilac, especialmente defronte as quadras 038 e 039 (Bairro São José), beneficiados pela realização de obra pública, constante do Edital nº 005/2014, cujos documentos encontram-se afixados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para que tomem conhecimento



dos critérios de avaliação dos imóveis, os quais estão afixados no referido mural, bem como COMUNICA que no dia 18/11/2014 a partir das 08:30 horas estará procedendo à avaliação dos imóveis in loco, podendo ser acompanhada pelos proprietários dos imóveis beneficiados, cujos valores serão publicados no mural público a partir do dia 20/11/2014. A Comissão, através de seus membros, coloca-se à disposição dos proprietários lindeiros para esclarecimentos, bem como para agendamento das avaliações.

A COMISSÃO

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146\_2014-PMF RP 0077**

Aviso do Pregão Presencial nº 0146/2014 - PMF  
Registro de Preços Nº 0077/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas para realização de trabalhos no interior deste Município e nos bairros afastados do perímetro urbano, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e para o Órgão Participante (SANEFRAI), durante os meses de novembro de 2014 a outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2014 a outubro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 27.11.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 13 de novembro de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2026/2014**

PORTARIA Nº 2.026, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01281/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora CLARICE TEREZINHA MOLIN DE LORENZI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.130.289-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, pelo período de 17 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2027/2014**

PORTARIA N.º 2.027, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01282/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a servidora CLARICE TEREZINHA MOLIN DE LORENZI, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RODRIGO DOS ANJOS MOTTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.447.499-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2028/2014**

PORTARIA Nº 2.028, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01282/2014, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor RODRIGO DOS ANJOS MOTTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.447.499-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, pelo período de 17 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 2029/2014**

PORTARIA N.º 2.029, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de VERA LUCIA DEDOMÊNICO PRIGOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 542.657.979-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2030/2014**

PORTARIA Nº 2.030, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015, de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0173/2014 da Secretaria de Ação Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE DA SILVA XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.266.009-31, na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0020\_2014-PMF DOM**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de uma edificação em alvenaria, com área a ser construída de 382,32 m², para uso dos Bombeiros Comunitários de Fraiburgo, a ser edificada sobre o Lote nº 0257 da Quadra nº 0039 na Avenida Caçador, no bairro São José, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA; FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e CONSTRUTORA E INCORPORADORA SILVA E SILVA LTDA EPP. Quando da abertura dos envelopes de habilitação foram constatadas pela Comissão algumas irregularidades na documentação em que levaria a INABILITAÇÃO de todos os proponentes. Dessa forma, a Comissão decidiu pela fixação do prazo de 8 (oito) dias úteis para que as mesmas apresentem nova DOCUMENTAÇÃO, a teor do disposto no art. 48 § 3º da Lei 8.666/93. Ficou designada a data de 26/11/2014 às 09:00 horas para protocolo dos envelopes de HABILITAÇÃO, e às 09:15 horas do mesmo dia para abertura e julgamento dos mesmos. A ausência da apresentação da nova documentação importará na exclusão da(s) proponente(s) do presente certame.

Fraiburgo (SC), 13 de novembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 062/2014

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao PROCESSO LICITATÓRIO 062/2014, Edital de TOMADA DE PREÇO 006/2014, tipo TECNICA E PREÇO até às 09h:00min. do dia 16 de dezembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE EDITAL E REALIZAÇÃO / EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (ITEM 01) PARA OS QUADROS TEMPORARIOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111, e-mail: licitacao@galvao.sc.gov.br ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 13 de novembro de 2014.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

### CONTRATO 068 A 095

Contrato N 068/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: MERCADO SANCHES LTDA

Valor: 9.407,15(nove mil quatrocentos e sete reais quinze centavos)

Vigência: Inicio: 11/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 13/2014

Recursos: Dotação

Objeto: Tem por objeto o presente contrato referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 069/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: ANDRE BERTE ME - PADARIA DELICIA

Valor: 3.955,00(três mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência: Inicio: 11/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 13/2014

Recursos: Dotação

Objeto: Tem por objeto o presente contrato referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 070/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: WILSON ZILIO - ME

Valor: 158.400,00(cento e cinquenta e oito mil quatrocentos reais)

Vigência: Inicio: 18/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 14/2014

Recursos: Dotação

Objeto: Tem por objeto o presente contrato referente a AQUISIÇÃO

PARCELADA DE COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10 PARA AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DA PREFEITURA E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE, conforme descrição ANEXO I.

Contrato N 071/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: MAPEL COM PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor: 4.195,00(quatro mil cento e noventa e cinco reais)

Vigência: Inicio: 18/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços N.: 23/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS PARA RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA 205, RETROESCAVADEIRA JCB, CAMINHÃO LXT 4098 E CARREGADEIRA SEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Contrato N 072/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME

Valor: 19.407,60(dezenove mil quatrocentos e sete reais sessenta centavos)

Vigência: Inicio: 18/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços N.: 23/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS PARA RECUPERAÇÃO DA MOTONIVELADORA 205, RETROESCAVADEIRA JCB, CAMINHÃO LXT 4098 E CARREGADEIRA SEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Contrato N 073/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Valor: 7.520,00(sete mil quinhentos e vinte reais)

Vigência: Inicio: 19/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Pregão Presencial N.: 15/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA DE BOLETO BANCARIO ATRAVES DE INTERNET, AUTOATENDIMENTO, CASAS LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, NO CAIXA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E OUTROS BANCOS, conforme o Edital.

Contrato N 074/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: VISOLI CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Valor: 25.700,00(vinte e cinco mil e setecentos reais)

Vigência: Inicio: 25/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/Compras e Serviços N.: 24/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA TROCA DE COBERTURA DE UM BARRACÃO DE 15 X 25M(BARRACÃO RECICLAGEM) LOCALIZADO NA AREA INDUSTRIAL DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato N 075/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: CPNET COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Valor: 560,70(quinhentos e sessenta reais setenta centavos)

Vigência: Inicio: 25/08/2014 Término: 31/12/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONEXÃO COM A INTERNET, FIBRA ÓPTICA, PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICIPIO.

Contrato N 076/2014

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Valor: 5.000,00(cinco mil reais)  
Vigência: Inicio: 26/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 16/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: RECUPERAÇÃO E MONTAGEM DE HASTE DOSAN E REPOSIÇÃO DE OLEO DOOSAN 46 20 LTS EM ESCAVADEIRA HIDRAULICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Contrato N 077/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: ANDRE BERTE ME - PADARIA DELICIA  
Valor: 5.470,40(cinco mil quatrocentos e setenta reais quarenta centavos )  
Vigência: Inicio: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 17/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 078/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA  
Valor: 4.452,23 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais vinte e três centavos )  
Vigência: Inicio: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 17/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 079/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: CLARISTEU CARLOS TURMINA - ME MIX SUPERMERCADO LTDA  
Valor: 15.771,12 (quinze mil setecentos e setenta e um reais doze centavos )  
Vigência: Inicio: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 17/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 080/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: MERCADO SANCHES LTDA  
Valor: 5.135,40 (cinco mil cento e trinta e cinco reais quarenta centavos )  
Vigência: Inicio: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 17/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, PARA O PERIODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato N 081/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME  
Valor: 5.985,60 (cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais sessenta centavos)  
Vigência: Inicio: 02/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 18/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECANICA PARA RECUPERAÇÃO DE ÔNIBUS MCJ6313 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme levantamento prévio Anexo V.

Contrato N 082/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: GIDANIEL BORELLA ME  
Valor: 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)  
Vigência: Inicio: 09/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 19/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECANICA E ELETRICA, SERVIÇOS DE FUNELARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TORNO E SOLDA, ENTRE OUTROS EM VEICULOS OFICIAIS, AUTOMOVEIS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato N 083/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: MECANICA E AUTO PEÇAS ANGEVAL LTDA ME  
Valor: 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)  
Vigência: Inicio: 09/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 19/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECANICA E ELETRICA, SERVIÇOS DE FUNELARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TORNO E SOLDA, ENTRE OUTROS EM VEICULOS OFICIAIS, AUTOMOVEIS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato N 084/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: RC LEONARDI - ME  
Valor: 17.955,00 (dezessete mil novecentos e cinquenta e cinco reais)  
Vigência: Inicio: 09/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 19/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECANICA E ELETRICA, SERVIÇOS DE FUNELARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TORNO E SOLDA, ENTRE OUTROS EM VEICULOS OFICIAIS, AUTOMOVEIS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato N 085/2014  
Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO  
Contratada: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI ME  
Valor: 55.600,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos reais)  
Vigência: Inicio: 09/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 19/2014  
Recursos: Dotação  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECANICA E ELETRICA, SERVIÇOS DE FUNELARIA, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TORNO E SOLDA, ENTRE OUTROS EM VEICULOS OFICIAIS, AUTOMOVEIS, CAMINHÕES, ONIBUS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

**Contrato N 086/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL

Valor: 220,00 (duzentos e vinte reais)

Vigência: Inicio: 09/09/2014 Término: 31/12/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONTRATO DE RATEIO RELATIVO AO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTARIA CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE GALVÃO E O CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL (CIGA) PARA O EXERCICIO DE 2014.

**Contrato N 087/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: COM. DE MAT. MORRO AGUDO LTDA.

Valor: 7.382,70 (sete mil trezentos e oitenta e dois reais setenta centavos)

Vigência: Inicio: 19/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 20/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS, MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

**Contrato N 088/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: COMERCIAL DE TINTAS GALVÃO LTDA.

Valor: 3.005,60 (três mil cinco reais sessenta centavos)

Vigência: Inicio: 19/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 20/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS, MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

**Contrato N 089/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: GARBIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

Valor: 29.032,57 (trinta e nove mil trinta e dois reais cinquenta e sete centavos)

Vigência: Inicio: 19/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 20/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMAS, MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

**Contrato N 090/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA

Valor: 10,00 (dez reais)

Vigência: Inicio: 02/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço para Compras e Serviços N.: 4/2014

Recursos: Dotação

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICIPIO DE GALVÃO - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, conforme edital.

**Contrato N 091/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: JORGE V STRECIWIK E CIA S/S LTDA- EPP.

Valor: 7.500,00 (sete mil quinhentos reais)

Vigência: Inicio: 01/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Dispensa de Licitação p/Compras e Serviços N.: 3/2014

Recursos: Dotação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSISTENCIA TECNICA EM PERICIAS TRABALHISTAS POR DOENÇA OCUPACIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHOCOM DISPENSA DE LICITAÇÃO.

**Contrato N 092/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor: 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais)

Vigência: Inicio: 14/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/Compras e Serviços N.: 25/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MCJ 631, TRATOR DE ESTEIRA D50 E RETROESCAVADEIRAJCB DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONFORME ANEXO I.

**Contrato N 093/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: NELITO JOSE LORENZETTI ME

Valor: 15.940,00 (quinze mil novecentos e quarenta reais)

Vigência: Inicio: 14/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/Compras e Serviços N.: 25/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MCJ 6313, TRATOR DE ESTEIRA D50 E RETROESCAVADEIRAJCB DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONFORME ANEXO I.

**Contrato N 094/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: TRATORMAX COMERCIO DE PEÇAS E TRATORES LTDA

Valor: 5.281,88 (cinco mil duzentos e oitenta e um reais oitenta e oito centavos)

Vigência: Inicio: 14/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Convite p/Compras e Serviços N.: 25/2014

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MCJ 6313, TRATOR DE ESTEIRA D50 E RETROESCAVADEIRAJCB DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONFORME ANEXO I.

**Contrato N 095/2014**

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. MAQ.SUPRIM. LTDA

Valor: 2.320,00 (dois mil trezentos e vinte reais)

Vigência: Inicio: 16/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 21/2014

Recursos: Dotação

Objeto: LOCAÇÃO DE ONZE MAQUINAS COPIADORAS, COM REPOSIÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E SERVIÇOS QUE SE FIZEREM NECESSARIAS A MANUTENÇÃO, TREINAMENTO DOS OPERADORES FORNECIMENTOS DE MATERIAL DE CONSUMO (SUPRIMENTOS), EXCETO PAPELE GRAMPO PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.



# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 167/2014

DECRETO Nº. 167, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, durante as festividades de fim de ano, conforme segue:

I - No dia 24 de dezembro de 2014, quarta-feira, expediente das 7:00 às 13:00 e atendimento das 8:00 às 13:00 horas.

II - No dia 31 de dezembro de 2014, quarta-feira, último dia útil do ano, expediente interno das 8:00 às 13:00 horas.

III - Fica decretado Ponto Facultativo nos dias 26 de dezembro de 2014 e 02 de janeiro de 2015.

Parágrafo Único. A Rede Municipal de Saúde e os Serviços de Limpeza e Manutenção Pública terão expediente conforme programação da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de Novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 168/2014

DECRETO Nº. 168, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 019/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha

com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

#### DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 019/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/11/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 019/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 019/2014

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 14/11/2014 à 28/11/2014, das 13h

às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

ENFERMEIRO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
------------	--

### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
ENFERMEIRO	Habilitação profissional: Curso superior completo e registro no Conselho de Classe. * Experiência mínima de 1 (um) ano em atendimento de serviços de emergência ou hospitalar Atribuições do cargo: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.	40 horas	1.682,10	01

### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

### 6. DA ENTREVISTA

6.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a);

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

### 7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

### 8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no



prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a. Classificação no processo seletivo simplificado;
- b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c. Cédula de Identidade;
- d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

n. Comprovante de residência;

o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

p. Uma foto 3X4, de frente e recente;

q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

r. Declaração de bens;

s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

##### 10.1. DOS RECURSOS

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de

pontos;

d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

e. Identificação do candidato.

10.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 13 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### AVALIAÇÃO CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

#### ANEXO II

##### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

##### PREFEITURA DE GAROPABA

##### PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 019/2014

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

# Gaspar

## SAMAE - GASPAP

### EXTRATO DO ADITIVO DO PREGÃO Nº 59/2014 - SAMAE

#### AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Registro de preços para aquisição de tubos e conexões, que foi efetivada alteração. A data de entrega e abertura dos envelopes permanecerão inalteradas. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), 13 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

### RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - SAMAE

#### RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2014

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2014

Aos doze dias do mês de novembro do ano de 2014, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 57/2014, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 12/11/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de Base de Brita Graduada (base asfáltica), conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 57/2014. A licitante registrada para o item cotado é a seguinte:

BRITAGEM GASPAP LTDA (01.924.996/0001-94)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	Tonelada BASE DE BRITA GRADUADA (BASE ASFÁLTICA)	400	R\$ 22,00	R\$ 8.800,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente ata vigorará a partir de sua assinatura pelo

período de 06 (seis) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, o objeto licitado deverá estar disponível para ser retirado pelo SAMAE em até 02 (dois) dias, de acordo com a necessidade da requerente, e atendendo as características e condições estipuladas na Ata de Registro de Preços, Edital e seus Anexos. Sendo que o local de retirada do referido material deverá estar situado num raio máximo de 30 (trinta) km da sede do SAMAE, neste Município.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após o fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura datada e assinada pelo Diretor Geral Técnico do SAMAE, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 12 de novembro de 2014.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER- Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

MARCELO HEINZEN - Equipe de Apoio

### EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2012

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS DE ÁGUA PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO. QUE ENTRE SI CELEBRAM O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA FREITAG LABORATÓRIOS LTDA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 500, Centro, Gaspar/SC, inscrito no CNPJ nº 82.636.028/0001-84, neste ato representado por seu Diretor Presidente, o Senhor ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, que este subscreve, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa FREITAG LABORATÓRIOS LTDA., com sede na cidade de Timbó, Estado de SC - Santa Catarina - SC, na Avenida nereu Ramos, nº 95 - BAIRRO: Centro, inscrita no CNPJ nº 10.743.183/0001-99, neste ato representada pelo senhor ALEXANDRE ROCHA FREITAG FILHO, portador do CPF nº 005.465.109-30, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 20/2012, oriundo da Licitação modalidade Pregão nº 25/2012, com fulcro no artigo 65, parágrafo primeiro da Lei 8.666/93, fica alterada a(s) seguinte(s) cláusula(s):

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO dos itens do Contrato nº 20/2012, conforme abaixo demonstrado:

Item:	Unidade de medida: Descrição do Item:	Quantidade aditivada:	Valor unitário atualizado:	Valor total movimentado:
1	un ANÁLISE DE DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DA DESINFECÇÃO (ÁGUA TRATADA)	07	R\$ 443,20	R\$3.102,40
2	un ANÁLISE DE ÁGUA TRATADA	01	R\$ 1.477,33	R\$ 1.477,33

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor total do presente Termo Aditivo é de R\$ 4.579,73 (quatro mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos), para todos os legais e jurídicos efeitos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1 As demais cláusulas e condições do Contrato nº. 20/20012 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 20/2012, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinadas, a tudo presentes.

Gaspar, 11 de novembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA	LABORATÓRIO FREITAG LTDA.
Diretor Presidente   CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

GISLAYNE ERICA BAILER	IVONETE MAIS DOS SANTOS
548.023.859-00	708.279.749-49

**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****EXTRATO AO ADITIVO DO CONTRATO 21/2012**

EXTRATO DO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2012

CONTRATANTE - SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO - BETHA SISTEMAS LTDA

**1. CLAUSULA PRIMEIRA**

1.1 -DO OBJETO - O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação do Contrato nº 21/2012 pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 09 de novembro de 2014.

**2. CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. O valor total contratado no presente termo aditivo fica reajustado, no percentual de 5,2726% IGP-M, conforme condições estabelecidas na CLAUSULA QUARTA, item 4.2 do referido contrato:

Descrição da nota	Valor atual	Sem reajuste	Com reajuste	Total de novembro/2013	Valor reajustado
		Dias Valor	Dias Valor		
Conta-bilidade Pública	R\$ 337,67	7 R\$ 78,79	23 R\$ 268,05	R\$ 346,84	R\$ 349,63
Folha de Pagamento	R\$ 258,87	7 R\$ 60,40	23 R\$ 205,50	R\$ 265,90	R\$ 268,04
Licitações e Compras	R\$ 112,55	7 R\$ 26,26	23 R\$ 89,34	R\$ 115,61	R\$ 116,54
Patrimônio Público	R\$ 284,24	7 R\$ 66,32	23 R\$ 225,63	R\$ 291,96	R\$ 294,31

Serviços	Valor atual	Valor reajustado
Suporte	R\$ 67,53	R\$ 69,92
Deslocamento	R\$ 0,68	R\$ 0,70
Estadia	R\$ 112,55	R\$ 116,54

FUDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite Nº 09/2014.

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02-2014**

Aviso de dispensa de licitação  
Câmara Municipal de Governador Celso Ramos  
CNPJ: 82.703.018/0001-14  
Processo licitatório nº 002/2014  
Modalidade: Dispensa de licitação  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de levantamento patrimonial físico e contábil do legislativo municipal.  
Valor R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Governador Celso Ramos, 12 de novembro de 2014.  
Edmar Souza  
Presidente da comissão de licitação

**EXTRATO DE CONTRATO 07-2014**

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos  
Extrato do contrato nº 007/2014  
Contratante: Câmara Municipal de Governador Celso Ramos  
Contratado: Digital Tecnológica e Serviços Ltda.  
CNPJ: 08.640.413/0001-42  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de levantamento patrimonial físico e contábil do legislativo municipal.  
Valor R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)  
Assinatura do contrato: 12 de novembro de 2014

Governador Celso Ramos, 12 de novembro de 2014.

**Guaramirim****PREFEITURA****ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO Nº62/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO 62/2014 - PMG

Processo de Licitação: 124/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial  
Onde se lê: Objeto: SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, VIAGEM E FORNECIMENTO DE PEÇAS.

Leia-se: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**ERRATA - EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2013-FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE SAÚDE  
ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2013 - FMS

Processo de licitação: 18/2013 - FMS  
Modalidade: Dispensa de licitação

Onde se lê: Data da Assinatura: 30/06/2014, leia-se: Data da Assinatura: 1º/10/2014.

GUARAMIRIM (SC), 01/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO LICITACAO 119 2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 119/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS PARA BOTIJÃO E VASILHAMES GLP P 45, PARA USO DAS UNIDADES ESCOLARES.
Entrega dos Envelopes: 25/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 25/11/2014 às 09:15h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433
GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 436/2014**

PORTARIA Nº 436/2014

NOMEIA membros para comporem a Comissão de Avaliação dos veículos para o Leilão Público.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear membros para comporem a Comissão de Avaliação dos veículos para o Leilão Público, que será realizada no mês de dezembro de 2014:

- Frank Ricardo Oliveira;
- Irineu José Veiga Junior;
- Maurício Pianezzer.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de novembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº112/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 112/2014
Tipo : Menor Preco - por itens
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA
Entrega dos Envelopes: 27/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 27/11/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL 74/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 74/2014
Tipo: Menor Preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO.
Entrega dos Envelopes: 26/11/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 26/11/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº38/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 38/2014
Tipo : Menor Preco - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS
Entrega dos Envelopes: 28/11/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 28/11/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> .
GUARAMIRIM(SC), 13/11/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº39/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 39/2014
Tipo : Menor Preco - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AMBULATORIAL PARA AS NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS RIO BRANCO E AVAÍ
Entrega dos Envelopes: 01/12/2014 as 09:00 horas.
Abertura dos Envelopes: 01/12/2014 as 09:00 horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> .
GUARAMIRIM(SC), 13/11/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 63 E 64

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 63/2014 - Tomada de Preço Nº. 09/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de Rede de Abastecimento de Água Potável no Loteamento Industrial Alcides Volkweis, município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 02/12/2014 ( Documentação 08:15 e abertura as 08:30 ).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 13 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 64/2014 - Tomada de Preço Nº. 10/2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q., sinalização e drenagem pluvial, com área total de 6.072,51 m² na Rua Maranhão, Rua Paraná e Rua Leo Rippel, município de Guarujá do Sul, objetivando a execução ao Contrato de Transferência nº. 2014TR003566 firmado entre o Estado de Santa Catarina, FUNDAM ( Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, BRDE ( Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Oeste e o Município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 03/12/2014 ( Documentação 08:15 e abertura as 08:30 ).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 13 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 01 / FMS 01

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 01/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 72/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA

OBJETO: O Preço da Gasolina, previsto no presente Contrato, fica a partir de 15 de novembro de 2014, com Equilíbrio Econômico-Financeiro:

- Gasolina 4% - R\$ 3,33 ( aumento de R\$ 0,13 por litro )

Guarujá do Sul, SC, 13 de novembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 01/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 15/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: AUTO POSTO GUARUJA LTDA

OBJETO: O Preço do Óleo Diesel e Gasolina, previsto no presente Contrato, fica a partir de 15 de novembro de 2014, com Equilíbrio Econômico-Financeiro:

- Gasolina 4% - R\$ 3,33 ( aumento de R\$ 0,13 por litro )

- Óleo Diesel 5,99% - R\$ 2,71 ( aumento de R\$ 0,15 por litro )

Guarujá do Sul, SC, 13 de novembro de 2014.

Vera Lurdes Segat,

Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.361/2014.

Decreto nº 3361/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 3.074 de 12 de novembro de 2.014

Decreta

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
1001.113310008-2081	Vale Refeição aos servidores municipais Profissionais da Saúde			
33900000	102	036	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Fica anulada a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS			
0801.267820022-2052	Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria			
33900000	0100	151	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 12 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

### LEI Nº 3.074/2014.

Lei nº 3074/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.014:

1000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
1001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
1001.113310008-2081	Vale Refeição aos servidores municipais Profissionais da Saúde			

33900000	102	036	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00
----------	-----	-----	---------------------------	---------------

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta lei

0800	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
0801	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS			
0801.267820022-2052	Manutenção das ações desenvolvidas pela Secretaria			
33900000	0100	151	Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 12 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1236/2014

PORTARIA Nº 1236/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Abono de Permanência, à servidora MARIZETE ANDOLPHACTO (Matr. 23), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 59, da Lei Complementar Nº. 179/2005, por ter cumprido os requisitos legais a partir de 30 de Agosto de 2014, conforme composição de tempo de serviço:

ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
03	06	23	Serviço Público Municipal RGPS
24	10	22	Serviço Público Municipal RPPS
28	05	10	TOTAL DO TEMPO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1237/2014**

PORTARIA Nº 1237/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora PRISCILA DE QUADROS (Matr. 4039), a partir de 13 de novembro de 2014, para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Ensino Fundamental, em substituição à Servidora Marizete A. Merlini Franzozi, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2014, aprovada e classificada em 14º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1238/2014**

PORTARIA Nº 1238/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, da servidora FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI (Matr. 10), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível - 11, Referência "L", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1239/2014**

PORTARIA Nº 1239/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, da servidora ÉDNA MARIA MENDES (Matr. 2865), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1240/2014**

PORTARIA Nº 1240/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, da servidora VERA LÚCIA OLIVEIRA DE BARROS (Matr. 2730), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1241/2014**

PORTARIA Nº 1241/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, do servidor SADIR ROVÊA (Matr. 1573), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "D", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1242/2014**

PORTARIA Nº 1242/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, do servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1243/2014**

PORTARIA Nº 1243/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de novembro de 2014, do servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo de Provimento

em Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 13 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1214/2014**

PORTARIA Nº 1214/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Abono de Permanência, à servidora REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 59, da Lei Complementar Nº. 179/2005, por ter cumprido os requisitos legais a contar de 06 de Outubro de 2013, conforme composição de tempo de serviço:

ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
02	08	01	Serviço Privado
03	09	0	Serviço Público Municipal RGPS
23	09	15	Serviço Público Municipal RPPS
01	01	06	Outros – RPPS / RGPS
31	03	22	TOTAL DO TEMPO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1215/2014**

PORTARIA Nº 1215/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Abono de Permanência, à servidora FÁTIMA DIRLEY PE-REIRA PAGANINI (Matr. 10), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível - 11, Referência "L", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 59, da Lei Complementar Nº. 179/2005, por ter cumprido os requisitos legais a contar de 27 de Fevereiro de 2013, conforme composição de tempo de serviço:

ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
-	04	07	Serviço Privado
06	-	08	Serviço Público Municipal RGPS
23	09	08	Serviço Público Municipal RPPS
01	11	27	Outros – RPPS / RGPS
01	-	-	Tempo Ficto Público
33	01	20	TOTAL DO TEMPO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1216/2014

PORTARIA Nº 1216/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Abono de Permanência, ao servidor ANTONIO DUTRA CONCEIÇÃO (Matr. 1405), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 59, da Lei Complementar Nº. 179/2005, por ter cumprido os requisitos legais a contar de 21 de Junho de 2013, conforme composição de tempo de serviço:

ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
16	08	23	Serviço Privado
-	-	-	Serviço Público Municipal RGPS
18	11	20	Serviço Público Municipal RPPS
-	-	-	Outros – RPPS / RGPS
-	-	-	Tempo Ficto Público
35	08	13	TOTAL DO TEMPO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1217/2014

PORTARIA Nº 1217/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Abono de Permanência, ao servidor JOÃO DE SOUZA E OLIVEIRA (Matr. 198), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, nos termos do artigo 59, da Lei Complementar Nº. 179/2005, por ter cumprido os requisitos legais a contar de 21 de Novembro de 2013, conforme composição de tempo de serviço:

ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
07	03	15	Serviço Privado
01	05	18	Serviço Público Municipal RGPS
24	01	04	Serviço Público Municipal RPPS
02	07	03	Outros – RPPS / RGPS
-	-	-	Tempo Ficto Público
35	05	10	TOTAL DO TEMPO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**Ibiam****PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 006/2014 CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº006/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 11 de Novembro de 2014. RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Mario Luiz Becker constituído 15(quinze) horas de Trator de Esteira, 10(dez)horas de Retroescavadeira, 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica e 60(sessenta) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014..

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: ...../11/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

**RESOLUÇÃO Nº 007/2014 CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº007/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 11 de Novembro de 2014. RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Clair Falchetti constituído 30(trinta)horas de Retroescavadeira, 15(quinze) horas de Trator de Esteira e 100(cem) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014..

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: ...../11/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

**RESOLUÇÃO Nº 005/2014 CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº005/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 11 de Novembro de 2014. RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Clovis João de Souza constituído 20(vinte)horas de Retroescavadeira, 20(vinte) horas de Escavadeira Hidráulica e 50(cinquenta) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.  
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: ...../11/2014

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

**Ilhota****PREFEITURA****DECRETO 37 2014**

Decreto nº 37/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDERÁ DOTAÇÃO CONSTANTE DO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com os arts. 11, 12 e 14 da Lei Municipal nº 1765 de 23 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$1.840,00 (Um mil, oitocentos e quarenta reais), por conta de redução parcial do valor previsto nas seguintes dotações do orçamento vigente e excesso de arrecadação:

I-Anulação parcial das seguintes dotações:

ENTIDADE: - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
Órgão 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
Unidade: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
Atividade: 2.019 - Manutenção Fundação Municipal de Esporte  
Elemento:(3)3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 500,00  
Elemento:(5)3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.340,00

Art.2º - O resultado das anulações previstas no artigo primeiro, serão utilizados para suplementação do seguinte item do orçamento vigente:

ENTIDADE: - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

Órgão 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE  
Unidade: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

Atividade: 2.019 - Manutenção Fundação Municipal de Esporte  
Elemento:(2)3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.340,00  
Elemento:(6)4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 500,00

Art.3º - Registre-se e publique-se.

Ilhota, 29 de Setembro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**Imbituba****PREFEITURA****PORTARIA PMI/DGP Nº 499/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 499, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 24 de setembro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 465, de 14 de outubro de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Camila Luciana dos Santos	Professora I - 20h	074.047.979-26	05/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de novembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**DECRETO PMI Nº 267.2014**

DECRETO PMI Nº 267, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Constitui a Comissão Especial de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Licitação, composta por 05 (cinco) membros que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Para compor a Comissão Especial ora constituída ficam nomeadas as Senhoras, Ana Maria Espíndola e Michelle Francine Pereira de Oliveira e os Senhores, Dilson Petrassem Júnior, Édson Romário de Oliveira e Daniel Henrique de Sá.

Parágrafo único. A referida comissão será presidida pela Senhora Michelle Francine Pereira de Oliveira e Secretariada pela Senhora Ana Maria Espíndola.

Art. 3º À Comissão Especial de Licitação compete privativamente:  
I - Examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes.

II - Deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços.

III - Receber as propostas dos participantes em licitações públicas.

IV - Proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas.

V - Encaminhar as propostas julgadas ao Secretário da Pasta para homologação.

Art. 4º À Comissão Especial de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos e Fundações Municipais nas seguintes modalidades:

I - Concorrência Pública;

II - Tomada de Preços;

III - Convite;

IV - Leilão;

V - Dispensa de Licitação,e

VI - Inexigibilidade de Licitação.

Art. 5º A Presidenta da Comissão Especial de Licitação fica autorizada a assinar os editais e demais documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Especial de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos a 1º de novembro de 2014 e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

## DECRETO PMI Nº 268.2014

DECRETO PMI Nº 268, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa Pregoeira e Equipe de apoio para a realização dos Pregões da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do artigo 3º, inciso IV da lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 0096/2006, de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda o disposto na legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica DESIGNADA a Sra. MICHELLE FRANCINE PEREIRA DE OLIVEIRA, para atuar nos Pregões destinados a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal com as seguintes atribuições:

a) credenciar os participantes;

b) receber as propostas;

c) analisar a aceitabilidade das propostas;

d) classificar as propostas;

e) receber os lances;

f) analisar a aceitabilidade dos lances;

g) classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;

h) verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;

i) declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital, e

j) adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal de Imbituba:

a) Daniel Henrique de Sá;

b) Ana Maria Espindola;

c) Dilson Petrassem Junior, e

d) Édson Romário de Oliveira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos a 1º de novembro de 2014 e vigorará por 60 (sessenta) dias.

Imbituba, 31 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

## DECRETO PMI Nº 274.2014

DECRETO PMI Nº 274, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 61.249,00 (sessenta e um mil e duzentos e quarenta e nove reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental		
12.361.0009-2.012		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0384 (0050)	Aplicações Diretas	61.249,00
Total		61.249,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação do Convênio Estadual do Transporte Escolar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**DECRETO PMI Nº 275.2014**

DECRETO PMI Nº 275, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 156.662,68 (cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA – SEINFRA		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-2.017		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0071)	Aplicações Diretas	156.662,68
Total		156.662,68

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**PORTARIA PMI/SEINFRA N.º 0001/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.**

PORTARIA PMI/SEINFRA N.º 0001/2014, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a designação de Técnico Responsável pela Fiscalização da Obra da Escola de Educação Básica Padre Itamar Luis da Costa do Bairro Guaiuba e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais previstas na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Milena da Cunha Tavares Santos, Engenheira Civil, CREA/SC: 129590-3, como Técnico Responsável pela Fiscalização da Obra da Escola de Educação Básica Padre Itamar Luis da Costa do Bairro Guaiuba.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Gisele Rocha Barjona

Diretora

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 145/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 26 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada para a construção da área de ginástica da praça do bairro Village, localizada na Rua Paulo Pereira da Silva.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário da Educação

**PUBLICAÇÃO DE REABERTURA DE PREGÃO 29/2014(SAÚDE)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 36/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014

O Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 36/2014 cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para aquisição de centrífuga micro hematócrito e analisador automático para bioquímica para uso de laboratório de análise clínicas da secretaria municipal de saúde.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 26 de novembro de 2014, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária de Saúde

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 141/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 85/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO 89/2014(PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 146/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 26 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços e fornecimento de materiais para conserto de pneus da frota da Prefeitura de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 14 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário da Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 048/14**

Ato da Presidência nº 048/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 39ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 17 de novembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
141	PL nº 4.618/2014	15/10/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2015.	Urgência Especial	1ª	1ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 13 de novembro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	



# Indaial

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 088/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 088/2013

CONTRATADA: YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S/A

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração das cláusulas terceira, item 3.2, e sétima, item 7.1 do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de uma Estação de Tratamento de Esgotos - ETE

VALOR: R\$1.169.854,31 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos)

ASSINATURA: 13/11/2014

### TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 062/2012

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 062/2012

CONTRATADA: PAULO ZONTA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula terceira, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel para instalação da uma Unidade de Educação Infantil no bairro Encano do Norte.

VALOR: R\$4.078,41 (quatro mil, setenta e oito reais e quarenta e um centavos) mensais, perfazendo o valor total de R\$48.940,92 (quarenta e oito mil, novecentos e quarenta reais e noventa e dois centavos)

ASSINATURA: 13/11/2014

### ERRATA DO EDITAL 24/2014 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA 24 DE JANEIRO

Indaial, 12 de novembro de 2014

#### ERRATA DE EDITAL

No edital de nº 24/2014 do dia 10 de setembro de 2014, publicado no Jornal do Médio Vale, edição de nº 1628 do dia 19 de setembro de 2014, página 08, para pavimentação com lajota tijolão de concreto - sistema mutirão da Rua 24 de Janeiro, Bairro Carijós, na distribuição de custos por proprietários, incluir:

Lado esquerdo				
		ÁREA	TESTADA	
PRO- PRIETÁ- RIO		(m²)	(m)	TOTAL
Município de Indaial - embo- camento		9,30	2,00	616,31
Município de Indaial – testada Rua 25 de Janeiro		24,00	6,00	1.590,47

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
PREFEITO

### CONTRATO Nº 256/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 256/2014

CONTRATADA: GRUPO DETALHE DE TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

OBJETO: Contratação de produção (incluindo criação do roteiro, gravação em estúdio, maquiagem, cenografia, figurinos e figurinista, direção, sonorização e iluminação do espetáculo) para 03 (três) apresentações teatrais da obra "Auto de Natal"

PRAZO: 13 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014

VALOR: R\$23.880,00 (vinte e três mil, oitocentos e oitenta reais)

ASSINATURA: 13/11/2014

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 244/2014

MUNICIPIO DE INDALIAL

Fundo Municipal de Saúde de Indaial

Licitatório nº 244/2014.

Dispensa nº 011/2014-19208

Objeto: Locação de imóvel para sede da vigilância sanitária.

Entrega dos envelopes: 12/11/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 290/2013

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 290/2013

CONTRATADA: GENAU ENGENHARIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de estudos ambientais para fins de licenciamento ambiental para projetos do PAC-2.

PRAZO: 11 de novembro de 2014 a 11 de novembro de 2015

ASSINATURA: 11/11/2014

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/2014

MUNICIPIO DE INDALIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Licitatório nº 245/2014.

Dispensa nº 002/2014-18201

Objeto: Contratação de serviços de elaboração e julgamento de processo seletivo.

Entrega dos envelopes: 14/11/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 107/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº007 AO CONTRATO Nº 107/2014

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA

OBJETO: Alteração da cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção.

PRAZO: 08 de novembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015

ASSINATURA: 07/11/2014

**Ipumirim****PREFEITURA****DECRETO N. 2.107 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 27.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 44, Projeto 2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 27.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 27.000,00

Art. 2º O crédito suplementare constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 27.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 27.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 12 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 12 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**DECRETO N. 2.108 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.014**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 10.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 40, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.3.0005, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0005, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL .....  
R\$ 10.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 12 de novembro de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 12 de novembro de 2.014

Valdir zanella

Prefeito de Ipumirim

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:00:00 horas do dia 28/11/2014, e abertura prevista para às 08:30:00 do dia 28/11/2014. Objeto da licitação: Contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Educação Básica do Município, transporte dos Idosos e portadores de necessidades especiais beneficiados pela Lei M. 852/91, transporte dos Professores e alunos matriculados em atividades complementares no turno contrário do horário normal de aula, da rede publica de ensino e Agentes Comunitárias de Saúde do Município de Ipumirim, com vigência a partir de 2015, prorrogável por um período total Máximo de até 60 meses, sendo que cada prorrogação não poderá ultrapassar 12 meses. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 13/11/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

## **Irineópolis**

### **PREFEITURA**

#### **PORTARIA N º 496/2014**

PORTARIA N º. 496/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 31/12/2015, os efeitos da Portaria nº 007/2014 de 02/01/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JANETE MOREIRA KOSTULSKI, para atuar junto ao CRAS, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria do Desenvolvimento Comunitário.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 497/2014**

PORTARIA N º. 497/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 430/2014 de 04/09/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ALCENI DA FÁTIMA BRAZ, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 498/2014**

PORTARIA N º. 498/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 431/2014 de 04/09/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MARIA VIRLEI LIMA, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 499/2014**

PORTARIA N º. 499/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 460/2014 de 30/09/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora LIDIANE ROBERTA PARTIKA, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 500/2014**

PORTARIA N º. 500/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 461/2014 de 01/10/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora GISELI PATRICIA SENFF ARBIGAUS, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 501/2014**

PORTARIA N º. 501/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 475/2014 de 08/10/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora CARLA FIGURA WILLE, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.



**PORTARIA N º 503/2014**

PORTARIA N º. 503/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/05/2015, os efeitos da Portaria nº 490/2014 de 03/11/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora SILVIA FRANCO DE LIMA, para atuar nas atividades de Monitora de Creche, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 71/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 04 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES, UTILIZADO PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTARIA E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 13 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 495/2014**

PORTARIA N º. 495/2014.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º DELEGAR ao servidor municipal ADEMAR DAVI SOSTAK,

Código nº 480, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, portador da CNH Registro nº 02371547096 categoria C, COMPETÊNCIA PARA DIRIGIR os veículos de uso e propriedade da Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO PL Nº 72/2014 - CONCORRENCIA Nº 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 72/2014

CONCORRÊNCIA N.º 04/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Seleção e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE REFORMA COMPLETA DO BRITADOR MODELO 6240 DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, COM ENTREGA DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 13 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 507/2014**

PORTARIA N º. 507/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 31/12/2015, os efeitos da Portaria nº 424/2014 de 02/09/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MEIRY DIANE DA SILVA, para atuar nas atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, visando o atendimento temporário e excepcional junto a Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.



**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2014**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 001/2014.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a Rua Mato Grosso, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal para lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

**1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.**

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 148,00 m (cento e quarenta e oito metros) com início na Rua Santa Catarina, localizada no centro e término no Arroio Monjolo, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 5.

**2. MEMORIAL DESCRITIVO DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA OBRA E ORÇAMENTO.**

2.1 - As principais etapas da obra compõem-se de regularização do leito, colocação de meios fios, colchão de areia e assentamento de lajotas, execução de caixas de águas pluviais, calculados com índices de mercado e estando seu procedimento a disposição dos contribuintes. A obra terá uma extensão de 148,00 m (cento e quarenta e oito metros), com área pavimentada total de 1.648,00 m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e quarenta e oito metros quadrados).

**3. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

3.1 - Com extensão de 148,00 m (cento e quarenta e oito metros), com área pavimentada total de 1.648,00 m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e quarenta e oito metros quadrados), com custo total de R\$ 297.684,25 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), com valor unitário por metro quadrado de R\$ 180,63 (cento e oitenta reais e sessenta e três centavos), estando a disposição na Prefeitura projetos e quantitativos físico-financeiros para consultas, observando que na extensão de 148,00m, há frente sem propriedade.

**4. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.**

4.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 297.684,25 (duzentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) divididos por 1.340,00 m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e quarenta metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 222,15 (duzentos e vinte e dois reais e quinze centavos), devido ao fator de absorção do item 5.0.

4.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas;

4.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

4.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

4.5 Em opção ao parcelamento será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

4.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido;

4.7 - Planilha de Custo:

**5. FATO DE ABSORÇÃO**

Será considerado o fator de absorção da contribuição de melhoria como 1 (um) aplicado sobre o valor considerado como faixa de cada área pavimentada.

$CMI = T \times LL/2 \times FA \times CUN$ , onde:

T = Testada do Imóvel;

LL = Largura do Leito Pavimentado;

FA = Fator de Absorção;

CUN = Custo Unitário por metro quadrado da pavimentação

**6. ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM RAZÃO DE MELHORAMENTOS PÚBLICOS**

6.1 - Após análise técnica, restou consignado que o índice de valorização dos imóveis confrontantes com a Rua Mato Grosso, em razão da pavimentação com lajotas sextavadas, realizada em regime de contribuição de melhoria, será de no mínimo 20% (vinte por cento), razão pela qual este percentual é que será considerado como índice de valorização imobiliária para cada imóvel beneficiado pela obra, bem como limite individual da contribuição de melhoria.

1.

**7. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS**

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO	TESTADA	VALOR VENAL	VALORIZAÇÃO	ÁREA	CÁLCULO
	IMOBILIÁRIA	(m)	BASE PLANTA	IMOBILIÁRIA	PAVIMENTADA	CME POR
			DE VALORES	20%(limite ind.	(m <sup>2</sup> )	IMÓVEL
			LC 034/2007	da CME		
LADI JUNG BINDER	1.1.54.0.0160.0.001	28,00	R\$ 89.343,00	R\$ 17.868,60	140,00	R\$ 31.101,34
SORAIA LOPES	1.1.54.0.0113.0.001	17,00	R\$ 54.243,00	R\$ 10.848,60	85,00	R\$ 18.882,96

ROSANGELA M.H. MACHADO	1.1.54.0.0096.0.001	35,00	R\$ 111.678,00	R\$ 22.335,60	175,00	R\$ 38.876,68
SILMARA M. CORREIA	1.1.54.0.0060.0.001	16,67	R\$ 53.190,00	R\$ 10.638,00	83,35	R\$ 18.516,41
AUREA RUCKL	1.1.54.0.0043.0.001	51,33	R\$ 131.026,00	R\$ 26.205,20	256,65	R\$ 57.015,42
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0324.0.001	30,00	R\$ 107.235,00	R\$ 21.447,00	150,00	R\$ 33.322,86
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0339.0.001	15,00	R\$ 99.447,00	R\$ 19.889,40	75,00	R\$ 16.661,43
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0391.0.001	15,00	R\$ 99.447,00	R\$ 19.889,40	75,00	R\$ 16.661,43
ENORI SÉRGIO MONTOSKI	1.1.55.0.0581.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
ENORI SÉRGIO MONTOSKI	1.1.55.0.0586.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
LAÉRCIO JOSÉ MONTOSKI	1.1.55.0.0611.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
NOELI RINCÃO ROSINSKI	1.1.55.0.0666.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
TOTAIS					1340,00	R\$ 297.684,25

## 8. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE					
NOMES		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA		VALOR FINAL DA	VALOR FINAL DA
				CME POR IMÓVEL	CME POR IMÓVEL
				SEM DESCONTO	C/ DESCONTO DE 50%
LADI JUNG BINDER		1.1.54.0.0160.0.001		R\$ 17.868,60	R\$ 8.934,30
SORAIA LOPES		1.1.54.0.0113.0.001		R\$ 10.848,60	R\$ 5.424,30
ROSANGELA M.H. MACHADO		1.1.54.0.0096.0.001		R\$ 22.335,60	R\$ 11.167,80
SILMARA M. CORREIA		1.1.54.0.0060.0.001		R\$ 10.638,00	R\$ 5.319,00
AUREA RUCKL		1.1.54.0.0043.0.001		R\$ 26.205,20	R\$ 13.102,60
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0324.0.001		R\$ 21.447,00	R\$ 10.723,50
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0339.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0391.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0581.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0586.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
LAÉRCIO JOSÉ MONTOSKI		1.1.55.0.0611.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
NOELI RINCÃO ROSINSKI		1.1.55.0.0666.0.001		R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72

## 9. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

9.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município. Fica ainda estabelecido que o lançamento e o pagamento será efetuado através de notificação dirigida nos termos da Lei supracitada.

Irineópolis - SC, 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 505/2014**

PORTARIA Nº 505/2014 de 12 de novembro de 2014.  
DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 179/2014, de 08 de Abril de 2014;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria n.º 179/2014, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem, no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 179/2014;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 12 de setembro de 2014, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que o levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

**RESOLVE:**

Art. 1º DECLARAR a falta de caracterização de conduta desidiosa imputável ao servidor Edson Schwitzke, não merecendo aplicação de sanções.

Art. 2º DECLARAR a falta de caracterização de conduta desidiosa imputável a servidora Vilza Aparecida Constante Vieira, não merecendo aplicação de sanções.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 506/2014**

PORTARIA Nº 506/2014 de 12 de novembro de 2014.  
DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 113/2014, de 27 de Fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria n.º 113/2014, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem, no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 113/2014;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 31 de outubro de 2014, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que o levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

**RESOLVE:**

Art. 1º Enquadrar o Servidor Público Sr. VALDIR DOS SANTOS, como incurso nas hipóteses tipificadas nos artigos 158, II, da Lei Complementar Municipal 01/1997.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, aplicar ao Sr. VALDIR DOS SANTOS, a pena de exoneração do Serviço Público Municipal, nos exatos termos do que determina o artigo 158, inciso II da Lei Complementar nº 01/1997.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 504/2014**

PORTARIA Nº 504/2014 de 12 de novembro de 2014.  
DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 178/2014, de 08 de Abril de 2014;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria n.º 178/2014, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem, no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 178/2014;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 09 de setembro de 2014, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que o levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

**RESOLVE:**

Art. 1º ENQUADRAR o Servidor Público Sr. IVO BRANCO DE OLIVEIRA como incurso nas hipóteses tipificadas nos artigos 145, XV da Lei Complementar Municipal nº 01/1997.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, APLICAR ao Sr. IVO BRANCO DE OLIVEIRA a pena de advertência, nos exatos termos do que determina o Artigo 153, inciso I combinado com o artigo 155, ambos da Lei Complementar nº 01/1997.

Art. 3º Ainda, tendo em vista que as ações do servidor supracitado resultarem em prejuízo ao erário deverá este ser compelido ao ressarcimento dos danos causados, mediante o desconto proporcional em folha de pagamento, nos termos da lei, conforme valores constantes da certidão emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 12 de Novembro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****PORTARIA Nº 250/2014**

Portaria nº 250 de 10 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Daniele Fengler matrícula nº 5834/15, a partir de 8/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 8/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 10 de novembro de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 251/2014**

Portaria nº 251 de 10 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora municipal Ivana Raquel Krug matrícula nº 14817/03, a partir de 9/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 9/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 10 de novembro de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 252/2014**

Portaria nº 252 de 10 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Fernando Luiz Staub matrícula nº 14789/01, a partir de 9/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 9/11/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 10 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 253/2014**

Portaria nº 253 de 10 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde á servidora municipal Márcia Altenhofen matrícula nº 12244/02, a partir de 10/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 10 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 254/2014**

Portaria nº 254 de 14 de novembro de 2014.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde á servidora municipal Constantina Hickmann Rauber matrícula nº 1289/01, a partir de 14/11/2014, conforme Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2014/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TAIS CRISTINE MEURER VOGEL

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013 - Chamamento Público

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 14/11/2014 a 26/11/2014

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2014/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TAIS CRISTINE MEURER VOGEL

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013 - Chamamento Público

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 14/11/2014 a 12/12/2014

Itapiranga - SC, 14 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO Nº 63 /2014

TERMO ADITIVO Nº 63 /2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2012. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPF/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC, pela Secretária de Bem Estar Social, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, inscrita no CNPF/MF sob o nº: 820.875.479-04 e CI.RG.2.968091 SSP/SC, pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, inscrita no CNPF/MF nº 355.669.909-59 e CI.RG nº 2090978 SSP/PR, pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00, pelo Secretário de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e CI.RG. nº 289553-07 e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa GENTE SEGURADORA S/A. com sede à Av. Carlos Gomes, nº 350, Bairro: Boa Vista, CEP:90.480-000, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 90.180.605/0001-02 e Inscrição Estadual Isenta, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. MARCELO WAIS portador do CNPF/MF nº 632.005.380-15 e do CI. RG nº 7009036166 SSP/RS, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo á CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO EDITAL, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2012 - PROCESSO Nº 89/2012, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 56/2012 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 10/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", totalizando para o período de prorrogação, o valor de R\$ 13.500,89 (treze mil e quinhentos reais e oitenta e nove centavos), conforme segue:

ITEM	MARCA	VEÍCULO	ANO FAB/MOD	PLACA/ Nº DE SÉRIE	SECRETARIA	VALOR UNITÁRIO
1	Fiat	Siena ELX, Flex Branco	2009/2010	MHI8064	Administração	R\$ 313,26
2	Ford	Fiesta Sedan 1.6 Flex 4p	2005/2006	MHR0015	Administração	R\$ 295,36
3	Volkswagen	Ônibus VW/Comil Campione	1997/1998	AHS1973	Administração	R\$ 939,71
4	Fiat	Uno Mille Economy 1.0	2009/2010	MHF6213	Bem Estar	R\$ 223,76
5	Volkswagen	Gol City 1.0	2011/2012	MIR9468	Bem Estar	R\$ 501,21
6	Fiat	Uno Mille Fire 1.0 gas. 4p	2004/2003	MDU1211	Educação	R\$ 223,76
7	Fiat	Uno Furgão 1.3	2006/2007	MKM8240	Educação	R\$ 234,50
8	Fiat	Uno Furgão 1.3	2006/2007	MKM8230	Educação	R\$ 234,50
9	Renault	Logan Expression 1.6 8v Hi-Flex 4p	2010/2010	MIF8774	Educação	R\$ 268,51
10	Volkswagen	8.150 OD Marcopollo, Micro ônibus dies. 2p	2003/2002	MEJ0872	Educação	R\$ 246,13
11	Caterpillar	Motoniveladora 140 G	1992/1992	5MD00909	Obras	R\$ 420,66
12	Caterpillar	Motoniveladora 140 B	1980/1981	20105993433	Obras	R\$ 402,76
13	Caterpillar	Retroescavadeira I 4X4 416-C	1998/1998	5YNO2899	Obras	R\$ 223,76
14	Dinapac	Rolo Compactador CA 15	2005/2005	678B642	Obras	R\$ 214,81
15	Fatallis	Pá Carregadeira FR 120.2	2000/2000	669	Obras	R\$ 216,60
16	Fiat-Hitachi	Escavadeira Hidráulica FH 130.3	2000/2000	133H1834	Obras	R\$ 241,66
17	Ford	Caminhão (Toco) F- 14000 HD	1994/1995	LWT3301	Obras	R\$ 207,65
18	Ford	Caminhão (Toco) F- 14000 HD	1994/1995	LWT3451	Obras	R\$ 207,65
19	Ford	Caminhão (Toco) F- 14000 HD	1998/1998	KDU2372	Obras	R\$ 207,65
20	Gmc	Caminhão (Pipa) Canadense	1987/1987	LYZ9635	Obras	R\$ 207,65
21	Iveco	Caminhão Basculante 6X2	2010/2010	MII2754	Obras	R\$ 179,00
22	Jcb	Retroescavadeira 3C	2010/2010	MII9445	Obras	R\$ 201,38
23	Matra	Caminhão C/3º Eixo (Truck) M-21	1990/1990	LYO3927	Obras	R\$ 447,51
24	Mercedes	Caminhão 1113	1982/1982	CNI2630	Obras	R\$ 179,00

25	Toyota	Bandeirante Picape 4x4 dies. 2p	1999/1999	MAV4516	Obras	R\$ 76,08
26	Toyota	Camionete 4X4 Bandeirantes	1988/1988	AEK6143	Obras	R\$ 76,08
27	Valtra	Trator-Agrícola (Pneu) 785 4X4	2005/2005	7854519815	Obras	R\$ 76,08
28	Volkswagem	Gol cl 1.6 2p	1997/1997	HZN9666	Obras	R\$ 152,15
29	Randon	Retroescavadeira 4x4-RD 406	2012/2012	MJN8003	Obras	R\$ 214,81
30	Bobcat	Mini Pá Carregadeira Compacta	2010	A3KY38484	Obras	R\$ 483,31
31	Fiat	Doblo EX 1.3 Fire 16V	2005/2006	MEH6999	Saúde	R\$ 232,71
32	Fiat	Uno Mille Economy	2009/2010	MHF6303	Saúde	R\$ 353,53
33	Fiat	Ducato Maxicargo 2.8	2009/2009	MGE1956	Saúde	R\$ 220,18
34	Renault	Master Minibus L2H2 2.5DCI 16v (16 lug.)	2005/2005	MFN4411	Saúde	R\$ 719,42
35	Renault	Clio Campus Hi Flex 1.0 16v	2010/2010	MIF8724	Saúde	R\$ 975,58
36	Volkswagen	Gol City 1.0 Mi (Ger. IV) T. Flex 4p	2005/2006	MEI4249	Saúde	R\$ 210,33
37	Fiat	Siena EL Celeb. 1.4 Flex	2013/2014	MLC9075	Saúde	R\$ 1.616,04
38	GM	Celta LT 1.0 Flex 8V	2013/2014	MLC9045	Saúde	R\$ 1.056,15
VALOR TOTAL						R\$ 13.500,89

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 56/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 56/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de novembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA GENTE SEGURADORA S/A MARCELO WAIS
CONTRATANTE MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CONTRATANTE JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE
CONTRATANTE ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL	
Testemunhas:  NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

**ERRATA AOTERMO ADITIVO Nº 60/2014 A AO DE CONTRATO Nº 76/2014 (1º ADITIVO)**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AOTERMO ADITIVO Nº 60/2014 A AO DE CONTRATO Nº 76/2014 (1º Aditivo)

CONVITE Nº 22/2014 - PROCESSO Nº 107/2014 - OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de uma Garagem, em estrutura de concreto pré-moldado, com área de 110m² e uma fossa séptica na sede do Corpo de Bombeiros de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do Edital.

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações ao Processo em Epígrafe:

AONDE LÊ-SE

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Comandante do 1º Grupamento de Bombeiros Militar de Itapoá, 1º Sgt EMERSON JORGE DA LUZ, portador do Matcl nº 922.835-7 e do CNPF/MF nº 785.029.699-00, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa CLD CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA ME, com sede à Avenida Brasil, nº 3908 sala 01, Bairro: Mariluz, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.296.247/0001-86 e Inscrição Estadual nº 25.732.588-3, representada neste ato pelo sócio o Sr. CHARLES LUIZ DANI, portador do CNPF/MF sob o nº 016.310.169-89, e do CI.RG nº 8/R.3.154.014-SSP/SC.

PASSA A VIGORAR:

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Comandante do 4º Pelotão de Bombeiros Militar de Itapoá, 2º Tenente FÁBIO LUIS ALVES PACHECO, portador do Matcl nº 925.763-2 e do CNPF/MF nº 531.799.941-34, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa CLD CONSTRUTORA E INCORPORAÇÃO LTDA ME, com sede à Avenida Brasil, nº 3908 sala 01, Bairro: Mariluz, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.296.247/0001-86 e Inscrição Estadual nº 25.732.588-3, representada neste ato pelo sócio o Sr. CHARLES LUIZ DANI, portador do CNPF/MF sob o nº 016.310.169-89, e do CI.RG nº 8/R.3.154.014-SSP/SC.

Justificam-se os termos desta Errata como erro material.

Itapoá, 12 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº62/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2014. (1º ADITIVO).**

TERMO ADITIVO Nº62/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Planejamento e Urbanismo, o Sr. MÁRCIO ROBERTO GONZATTO, portador do CI. RG nº 49539990 SSP/SC e do CNPF/MF nº 452.547.969-87, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA com sede à Rodovia Alfredo Analceto da Silva, KM 1, Bairro: Sertão dos Correias, na cidade de Tubarão/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.141.979/0001-18 e Inscrição Estadual isento, representada neste ato pelo sócio Procurador, o Sr. ALNAHAR OLIVEIRA, portador do CNPF/MF nº 037.834.639-39 e do CI. RG nº 4.137.878-4 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para regularização fundiária das glebas I e II, em atendimento à exigência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE Nº 09/2014 - PROCESSO Nº 47/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 39/2014, em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 31/12/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 39/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 39/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de novembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA ALNAHAR OLIVEIRA
CONTRATANTE MÁRCIO ROBERTO GONZATTO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	

Testemunhas:	
NOME:	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2014 - SEC. OBRAS E SER. PÚBLICOS**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 028/2014

Jeferson Rubens Garcia, Secretário de Obras e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos listados a baixo para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação.

MOTORISTA DE CAMINHÕES:

5 - Wagner Henrique da Cunha

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Carteira de habilitação na categoria exigida para função;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Jeferson Rubens Garcia  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Itapoá, 12 de novembro de 2014

**MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2014  
PROCESSO Nº 149/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2014

PROCESSO Nº 149/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando a Lei Municipal nº71/1994, Lei Municipal nº

114/2002, Lei complementar Municipal nº 006/2003, que trata sobre a obrigatoriedade do Município manter um depósito para recolhimento dos animais abandonados, soltos ou amarrados em vias públicas ou orla marítima;

Considerando que as Leis supram elencadas trata especificamente que os animais deverão ser apreendidos e conduzidos ao depósito público sob a responsabilidade da Prefeitura de Itapoá;

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 06.2011.005373-7, o qual se comprometeu o Município de Itapoá a implantar e fazer funcionar o Centro de Bem Estar Animal para atendimento da política pública de prevenção e combate de zoonoses, bem como o atendimento e resguardo dos direitos dos animais.

Considerando que o local se encontra ao lado do Centro de Bem Estar Animal que facilitará o acesso, deslocamento dos funcionários e dos suprimentos necessários, podendo se utilizar no que for necessário da estrutura física já locada como apoio;

Considerando a periclitante situação em que se encontram vários animais no município, em estado de abandono e desassistência.

Considerando que são vasta as reclamações por parte dos Municípios, veranistas, turistas e Polícia Militar, sobre os animais soltos nas ruas, causando desordem e acidentes com danos a terceiros;

Considerando a ética e o direito que cada espécie viva possui de ter preservadas suas características e assistidas suas necessidades e de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Considerando que este município não dispõe de espaço físico para abrigar e prestar atendimento à estes animais de grande porte: equinos, suínos, caprinos, bovinos, ovinos, muas, bubalinos, outros animais domésticos, com peso superior a duas arrobas (art. 2º Lei Municipal nº 114/2002).

Considerando que para a instalação do centro de atendimento a estes animais, devido à categoria do objeto, são exigidas algumas características específicas ao imóvel, tais como baias separadas, e locais para instalação de água potável, e vasto pasto para acolhimento dos animais.

Considerando o imóvel destacado atende completamente as estas exigências além de oferecer um espaço adequado aos serviços que serão desempenhados sem acarretar em despesas com reformas e ajustes.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores:

- a) PAOLA PIZZUTTI, Creci nº 26.247/SC, no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais);
- b) IMOBILIÁRIA NAKAMURA, Creci Prot. nº 02950/SC, no valor de R\$ 2.500,00 (Dois mil, quinhentos reais);
- c) NELSON MASSON, Creci nº4872/SC, no valor de R\$ 2.350,00 (Dois mil trezentos e cinquenta reais);

Considerando o Parecer Jurídico nº186/2014 da Diretoria da Jurídica desta Municipalidade.

Autoriza o serviço abaixo descrito:

1. Objeto: Locação de imóvel para alojamento de animais de grande porte (equinos, suínos, caprinos, bovinos, ovinos, muas, bubalinos, outros animais domésticos, com peso superior a duas arrobas), apreendidos em circulação ou abandonados em locais públicos em cumprimento a lei municipal nº 114/2002, conforme



especificações abaixo descritas:

Descrição do Imóvel	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
Uma Área rural medindo 5.000m², Chácara Mortuary-localizada neste Município na região denominada Jaguaruna, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá/SC sob nº.227 do livro 02, folha 01ª, área destinada a alojamento de animais de grande porte, contendo: 3(três) baias, cerca de arame 8 (oito) fios, acesso fundos, carregador de sistema de água e acesso aos portões frente.	R\$ 2.282,00	R\$ 27.384,00

2. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3. Valor e condição de pagamento: Valor total de R\$ 27.384,00 (vinte e sete mil e trezentos e oitenta e quatro reais), para efeitos fiscais e financeiros, realizado em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.282,00 (dois mil duzentos e oitenta e dois reais).

4. Dos recursos para atender às despesas:

Des-crição	Cód.	Órgão	Unid	Fun-ção	Sub-fun-ção	Pro-gra-ma	Proj/Ativ.	FR	Sub elemento
obras	111	11	01	15	451	009	2074	10000	333903615

5. Prazo de vigência: Inicia em 17/11/2014, finalizando-se em 17/11/2015, podendo ser prorrogado ou renovado a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

6. Contratado: OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Paraná, nº 70, Barra do Saí em Itapoá/SC.

Itapoá, 13 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Prefeito Municipal

## RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 047/2014 - SEC. DE OBRAS E SER. PÚBLICOS

Itapoá, 13 de novembro de 2014.  
RESULTADO FINAL EDITAL 047/2014  
CARGO DE OPERADOR E MÁQUINAS:

- 1- Carlos Lopes dos Santos
- 2- Juliano Asquidamini

JEFERSON RUBENS GARCIA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

## TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014 - EDITAL Nº 047/2014 - SEC. OBRAS E SERV. PÚBLICOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 047/2014

Jeferson Rubens Garcia, Secretário de Obras e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos listados a baixo para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação.

### OPERADOR DE MÁQUINAS

- 1 - CARLOS LOPES DOS SANTOS
- 2 - JULIANO ASQUIDAMINI

Devendo no ato apresentar os documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Carteira de habilitação na categoria C para o cargo de operador de máquinas e motorista de caminhões.
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Jeferson Rubens Garcia  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, residente e domiciliado à Avenida Paraná, nº 70, Barra do Saí em Itapoá/SC.  
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2014, PROCESSO Nº 149/2014;  
Objeto: Locação de imóvel para alojamento de animais de grande porte (equinos, suínos, caprinos, bovinos, ovinos, muare, bubalinos, outros animais domésticos, com peso superior a duas arrobas), apreendidos em circulação ou abandonados em locais públicos em cumprimento a Lei Municipal nº 114/2002.  
Valor total: R\$ 27.384,00 (vinte e sete mil trezentos e oitenta e quatro reais).  
Data da assinatura: 13/11/2014;



Data vigência contratual: O presente contrato terá início no dia 17/11/2014, finalizando-se em 17/11/2015, podendo ser prorrogado ou renovado, rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

Itapoá, 13 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014  
PROCESSO Nº 154/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 11h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 11h:30min do dia 27 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de 01 (um) veículo tipo utilitário passageiro, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 13 de novembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2014 - EDITAL Nº 020/2014 - SEC. SAÚDE**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2014  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 020/2014  
MÉDICO 40 HORAS

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato CATARINO ANTONIO HERNANDEZ MORENO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão) ;
7. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ;
8. Uma foto recente ;
9. Comprovante de residência;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma);
11. Registro no CRM/SC;

12. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
13. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
14. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
16. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
17. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
18. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
19. Tipagem sanguínea;
20. Laudo médico;
21. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 13 de Novembro de 2014.

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA N.08/2014**

PORTARIA N.08/2014

Data: 10 de novembro de 2014.

CONSTITUI EQUIPE DE AUDITORIA INTERNA NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNI OCKER, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com base na Lei Complementar Municipal nº009/2005, Resolução nº07/2014 do Poder Legislativo Municipal, com o fim de dar cumprimento ao estabelecido no Plano de Auditoria Interna previsto na Instrução Normativa nº01/2013 da Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá e na Resolução n.05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica constituída a equipe de auditores que executará Auditoria Interna no âmbito desta Câmara de Vereadores, conforme Plano de Auditoria Interna elaborado pela Controladoria Interna do Poder Legislativo Municipal, o qual segue as determinações da Instrução Normativa nº01/2013 da Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá ratificada pela Resolução n.05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, com a seguinte composição:

1. ANA PAULA KOGG STEPHANI - AUDITORA
2. FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO - AUDITOR
3. LEONICE MARLI RISKOWSKI - AUDITORA

§ 1º. A auditoria se realizará nos termos do Decreto Legislativo nº81/2014, no período de 17 de novembro à 19 de dezembro de 2014.

§ 2º. Os servidores por este ato nomeados, nos meses em que ocorrer a auditoria, farão jus à verba correspondente a 20% (vinte por cento) do seu salário base, paga junto aos vencimentos dos respectivos meses, a título de gratificação pelos serviços de auditoria prestados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá em 10 de novembro de 2014.  
Osni Ocker  
Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº81/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº81/2014

APROVA O PLANO DA CONTROLADORIA INTERNA DA CÂMARA, PARA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIA INTERNA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014.

Osni Ocker, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 8º, III da Lei Complementar Municipal nº009/2005 que instituiu o Sistema de Controle Interno no Município, Resolução nº07/2014 e Resolução nº05/2013, objetivando comprovar o atendimento das normas de controle interno pelos servidores municipais na execução dos atos da administração pública

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Auditoria Interna específica da Câmara de Vereadores de Itapoá, nos termos do Projeto de auditoria Interna de 2014, editado pela Controladoria Interna da Câmara de Vereadores de Itapoá, como procedimento administrativo previsto na estrutura funcional do Sistema de Controle Interno instituído pela Lei Complementar Municipal nº009/2005, com o objetivo básico de verificar o cumprimento pelos servidores desta câmara no exercício de suas funções, das normas de Controle Interno estabelecidas na Resolução nº05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC, bem como nas demais normas legais.

Parágrafo Único A presente auditoria avaliará os atos da administração pública quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, eficácia, eficiência e efetividade, visando oferecer segurança ao administrador público perante a sociedade e aos órgãos de controle externo, apontando as medidas a serem adotadas no sentido de apurar fatos, corrigir falhas ou erros eventualmente apurados.

Art. 2º Os trabalhos de auditoria serão realizados in loco, orientados pelo check list elaborado pela Controladoria Interna, baseados em entrevistas com os servidores que atuam nas áreas de abrangência, verificação de registros, arquivos e documentos, por amostragem, analisando atos e fatos compreendido no período de janeiro a outubro de 2014, bem como, aqueles que envolvem prestação de contas de qualquer gênero, relativos a exercícios anteriores, que tenham ocorrido no período acima mencionado, verificando o cumprimento às determinações constitucionais, bem como às normas federais, estaduais, municipais, a Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno da Câmara e normas internas da Câmara de Vereadores de Itapoá, observando ainda, as normas de controle interno estabelecidas na Resolução nº05/2013 da Câmara de Vereadores de Itapoá, e subsidiariamente as normas aprovadas pelo Decreto Municipal Nº139/05.

§ 1º Serão auditados os setores que compõem os Departamentos Administrativo e Legislativo, bem como a Procuradoria Jurídica, abrangendo as áreas de planejamento de gastos, receita e despesa orçamentárias, lançamentos contábeis, preservação de documentos contábeis, atos de pessoal, Patrimônio (bens móveis e imóveis, reavaliação e depreciação patrimonial, controles operacionais), Licitações e Contratos, Almoxarifado e Compras, Informática (manutenção e preservação do patrimônio de informática, integração dos softwares, softwares - legalidade, softwares - atendimento as necessidades, divulgação e publicidade - Portal Transparência e Acesso a Informação), Procuradoria Jurídica (causas judiciais, contestações, emissão de pareceres, respostas ao Ministério Público e demais órgãos caso tenham ocorrido), Protocolo (documental, arquivo, publicidade), Trâmites Legislativos (legalidade, constitucionalidade, formalidade e legitimidade atestados com pareceres jurídicos; respeito aos prazos legais dos trâmites, especialmente de aprovação, veto e sanção; observação das normas; repetição de matéria no mesmo período legislativo, realização de audiências públicas).

§ 2º A auditoria será realizada entre os dias 17 de novembro a 19 de dezembro de 2014, sendo que o período de levantamento dos dados estará compreendido entre os dias 17 de novembro a 10 de

dezembro de 2014, devendo o relatório conclusivo ser entregue pela equipe de auditores à Controladoria Interna da Câmara até o dia 19 de dezembro de 2014, ficando os auditores responsáveis por maiores esclarecimentos se for o caso.

§ 3º Os servidores Ana Paula Kogg Stephani, Francisco Xavier Soares Filho e Leonice Marli Riskowski, indicados pela Controladoria Interna desta Câmara, como auditores para tais atos, serão nomeados por Portaria.

§ 4º Eventuais ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros apurados, serão objetos de registro em relatório, com indicação clara e objetiva dos fatos e dispositivos constitucionais ou legais infringidos, bem como, indicação de medidas a serem adotadas para corrigi-los.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 10 de novembro de 2014.

OSNI OCKER

Presidente

TABELA TITULAÇÃO - REQUERIMENTOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO E TITULAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Tabela de Requerimentos de cursos de Capacitação e Titulação do Poder Legislativo

Matrícula	Capacitação	Ensino Médio	Técnico	Graduação	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
19-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50822-02	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
50849-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50857-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
50865-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado
50881-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Deferido	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
50911-01	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado
51050-01	Deferido	Não solicitado	Deferido	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado	Não solicitado

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TITULAÇÃO

Ana Paula K. Stephani  
Presidente

Francisco X. Soares Filho  
Secretário

Fernanda L. G. Duarte  
Membro

Lilian das Graças Maoski  
Membro

Patrícia C. B. Guerra de Souza  
Membro

Itapoá, SC, 12 de novembro de 2014.

# Ituporanga

## PREFEITURA

### LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2014

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

O município de ITUPORANGA, com sede na Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro, cidade de Ituporanga, CEP 88.400/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.640/001-30, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 Horas min do dia 08 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local o AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, na Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40, Centro, Ituporanga, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 AMBULÂNCIA RENAULT/ MASTER RONTAN AMB, ano/mo- delo 2006, Placas MGI 1868, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 02: 01 GM/BLAZER ADVANTAGE, ano/modelo 2008, Placas MEL 9724, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INI- CIAL R\$ 12.500,00. LOTE 03: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2005, modelo 2006, Placas MEB 2768, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 6.800,00. LOTE 04: 01 FORD/FIESTA 1.6 FLEX, ano 2013, modelo 2014, Placas MKQ 1215, cor branca, álcool/ga- solina. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 05: 01 FIAT/UNO MILLE ECONOMY, ano 2009, modelo 2010, Placas MHC 9384, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00. LOTE 06: 01 MICRO ÔNIBUS I/KIA BESTA GS GRAND, ano 2003, modelo 2004, Placas MJA 0760, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 18.700,00. LOTE 07: 01 ÔNIBUS M. BENZ/OF 1114, ano/modelo 1987, Placas LYM 4806, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 08: 01 SUCATA DE MICROÔNIBUS AGRAL/1600, ano/modelo 1990, Placas LZO 0504, cor amarela, Diesel, batido e queimado. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 09: 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 2425, ano/modelo 2001, Placas MBJ 8225, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 11.500,00. LOTE 10: 01 CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ, ano/modelo 1973, Placas LZV 3748, cor azul, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00. LOTE 11: RETROESCAVADEI- RA CATERPELLAR 416 C, ano 1996, cor amarela. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 12: ESTRUTURA DE FERRO DE UM PORTAL. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 13: MESA TÉRMICA BUFFET, para Aquecimento, com 08 Cubas. LANCE INICIAL R\$ 100,00. BENS IMÓVEIS: LOTE 14: UM TERRENO RURAL + CASA, com área de 2.500,00 M², situado na Localidade de "CHAPADÃO SANTA'ANA", Ituporanga, LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 15: UM TERRENO RURAL+ PRÉDIO DE ALVENARIA, situado na Localidade de BARRA DO RIO DOS BUGRES, Ituporanga, com área de 2.000 m², LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 16: UM TERRENO URBANO com área de 406,00 m², situado na Rua Minas Gerais, lado direito, no B. Boa Vista, designado por lote nº 01, Registrado no C.R.I. de Ituporan- ga sob nº 25.175. LANCE INICIAL R\$ 65.000,00. LOTE 17: UM TERRENO URBANO com área de 405,23 m², situado na Rua Cas- telo Branco, lado direito, no B. Boa Vista, designado por lote nº 02, registrado no C.R.I. de Ituporanga sob nº 25.176. LANCE INICIAL R\$ 65.000,00. LOTE 18: UM TERRENO URBANO, sem benfeitorias, situado na Rua Castelo Branco, lado direito, no B. Boa Vista, de- signado por lote nº 03, com área de 391,75 m², esquina com a Rua São Paulo. Registrado no C.R.I. de Ituporanga sob nº 25.177. LANCE INICIAL R\$ 70.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.PORTAL- DOLEILOEIRO.COM.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3533 1211 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

ITUPORANGA (SC), 12 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPORANGA

### EDITAL Nº 013/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 013/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Con- curso Público Municipal - Edital nº.003/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Itu- poranga Estado de Santa Catarina, no uso da competência priva- tiva que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classi- ficação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Muni- cipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga,/ SC, do dia 13/11/2014 ao dia 12/12/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado con- vocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga,  
13 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

#### ANEXO I

EDITAL Nº. 03/2014

CONVOCADO

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Apresentarem Diploma de Graduação em nível superior em Odon- tologia e Registro no CRO, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
06	MARIA CLÁUDIA BRESSAN

**DECRETO Nº 323 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 323 de 13 de novembro de 2014

"NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da IN 113/2010;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica nomeado o senhor JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC 162, com escritório a Rua Acad. Nilo Marchi, nº 164, centro, na cidade de Rio do Sul, SC, matriculado regularmente na JUCESC, como Leiloeiro Oficial convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilões dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelas Leis nº Lei nº 2.545, de 28 de abril de 2014 e Lei nº 2.581, 07 de novembro de 2014, cuja alienação foi Autorizada.

Art. 2º. O Leiloeiro esta rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá do Município pelos serviços prestados.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
13 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

**Jacinto Machado****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 10, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o art. 10 e seus incisos, da Resolução nº 8, de 31 de julho de 2014, que institui o Programa Câmara Mirim no âmbito da Câmara Municipal de Jacinto Machado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 10 e seus incisos, da Resolução nº 8, de 31 de julho de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A Câmara de Vereadores constituirá Comissão Julgadora para o concurso de redação formada por, no mínimo, 11 (onze) professores de língua portuguesa e/ou literatura, com a seguinte composição:

I - 6 (seis) professores da rede estadual de educação;

II - 5 (cinco) professores da rede municipal de educação".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 10 de novembro de 2014; 55º da Instalação da  
Câmara de Vereadores  
Vereador JOCI GOMES (PT)  
Presidente

Registre-se e publique-se:

Vereador JOSÉ TALAU (PP)  
Primeiro Secretário



# Joaçaba

## PREFEITURA

### ORDEM DE PARALISAÇÃO - CONTRATO Nº 148/2014/ LOTE 04 PMJ ORDEM DE PARALISAÇÃO

Determino à empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A a paralisação dos serviços relativos à pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. da RUA SEVERINO FUGA, bairro Vila Pedrini (Lote 4), objeto do contrato nº 148/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ - Edital CC nº 9/2013/PMJ, cuja ordem de serviço inicial for recebida em 07/05/2014, haja vista que cabe à Prefeitura Municipal de Joaçaba através da Secretaria Municipal de infraestrutura, realizar os serviços de retirada do calçamento existente e execução da nova rede pluvial.

Em função da grande demanda de serviços, não foi possível ainda a realização dos trabalhos pertinentes à Prefeitura.

A paralisação acontecerá a contar de 01/10/2014 e perdurará por um período de 120 (cento e vinte) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 01 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

SETEP CONSTRUÇÕES S/A

CONTRATADA

Ademir Locks

### EXTRATO CC 11/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 11/2014/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 18/12/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 18/12/2014 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 13 de novembro de 2014.

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário Municipal de Infraestrutura

### PORTARIA N.º 3330

PORTARIA Nº 3.330 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 3331

PORTARIA Nº 3.331 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIO AUGUSTO CONTE, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 136.264 de 10 de novembro de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3332**

PORTARIA Nº 3.332 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 11 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JAQUELINE ELIZIARIA TORTATO ISSLER, para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3333**

PORTARIA Nº 3.333 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 11 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARINA CASTAGNA RODRIGUES, para exercer as funções de NUTRICIONISTA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3334**

PORTARIA Nº 3.334 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 11 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA, para exercer as funções de MÉDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3335**

PORTARIA Nº 3.335 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"RETIFICAR PORTARIA N.º 3.299/2014".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 3.299/2014 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO CESAR BISSANI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: a partir de 19 de novembro de 2014, Leia-se: a partir de 24 de novembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 24 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de novembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3336**

PORTARIA Nº 3.336 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 15 de maio de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) GUSTAVO MORELATTO BENATO, para exercer as funções de Agente de Dengue, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo disposto no art. 1º, I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3337**

PORTARIA Nº 3.337 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANA SBRUZZI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para suprir demanda de alunos e falta de estagiários.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3338**

PORTARIA Nº 3.338 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANE APARECIDA CAMPAGNOLLO BELANDI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da professora Luciane Aparecida Nardi em licença médica que apresentou novo atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de novembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 3339**

PORTARIA Nº 3.339 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR COMITÊ"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comitê de Implantação do Centro de Inovação, no âmbito da Administração Municipal.

Membro Titular:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação: Sr. Jorge Ronaldo Pohl

Membro Suplente:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação: Sr. Ricardo Altenburger

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de novembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**HOMOLOGAÇÃO INSCRITOS CONCURSO PÚBLICO N.º 003/2014**

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA DE JOAÇABA**

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 003/2014 DA PREFEITURA DE JOAÇABA**

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),  
usando das atribuições que são  
conferidas por Lei, torna público.

- I - Fica homologado a listagem oficial dos candidatos inscritos para o Concurso Público, Edital 003/2014 da Prefeitura de Joaçaba para o cargo de Contador:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)	CPF
0001	LUCINÉIA SARETA	034.161.909-47
0002	ZOLDANE APARECIDA DA FONSECA	981.687.039-87
0003	ELIANE APARECIDA CERON VIER	596.843.999-87
0004	FABIO ROSSI MORAS	065.994.129-55
0005	FABRICIO ZANINI CASTELO BRANCO	615.709.581-49
0006	EVANI MARIA MAKOSKI	037.171.969-01
0007	SCHEILA REGINA CRAUTCHYCHYN	937.961.709-78
0008	WILLIAN JOSE ZEN	039.964.309-57
0009	LARISSA CARNIEL	028.310.179-20
0010	GIOVANA BRUNETTO DRI	025.083.169-46
0011	SANDRA MORTELE	944.518.859-49
0012	CELSO PEDRO PISSOLO	386.131.669-20
0013	FERNANDA BRAGA	072.987.519-99
0014	AMANDA DA SILVA	060.033.829-02
0015	VITOR BELINA	035.189.439-01

**As provas serão realizadas na data e horário constantes no Cronograma do Anexo III do presente Edital, no Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky no dia 16/11/2014 com início das provas as 08h30min.**

Joaçaba, SC, 12 de Novembro de 2014.



**SIMAE - JOAÇABA****ATA REGISTRO DE PREÇOS - ASFALTO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2014

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0005/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 14/02/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente, Emulsão e Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0005/2014.  
1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Asfalto (CBUQ), Quantidade - 200, Unidade de medida - Tonelada.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$260,00 (Duzentos e sessenta reais);

Item 02 - Emulsão Asfalto RR - 1C, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - Litro.

1º. Colocado - SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor unitário de R\$4,00 (Quatro reais);

Item 03 - Pó de Pedra, Quantidade - 50, Unidade de medida - Metro Cúbico (M³).

1º. Colocado - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, no valor unitário de R\$43,80 (Quarenta e três reais e oitenta centavos);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Pó de Pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes

das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0005/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

**4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O Pó de Pedra deverá ser entregue, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NF'e correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis



correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.  
ELEMENTO: 3390.30.51.00

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;

- 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 14 de Fevereiro de 2014.  
Eliane Aparecida Ceron Vier  
Pregoeiro

Equipe de Apoio  
Ana Paula Pereira      João Carlos Ungericht

Volnei Jorvani Fabrício  
SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Rudi Ohlweiler Junior  
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

## PREGÃO PRESENCIAL PP 0047/2014 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0065/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0047/2014

PROTOCOLO JHL 3018/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0047/2014 - Licitação 0065/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES QCM, SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO E CONJUNTO DE RADIOS DE TELECOMANDO PARA INSTALAÇÃO NAS ELEVATÓRIAS DE AGUA TRATADA DENOMINADA EAT-105, LOCALIZADAS NO DISTRITO DE SANTA HELENA

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 25/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/11/2014 a 25/11/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Novembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

**PREGÃO PRESENCIAL PP 0048/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0066/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0048/2014

PROTOCOLO JHL 3078/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0048/2014 - Licitação 0066/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MONTAGEM DE BARRILETE DA ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DO DISTRITO DE SANTA HELENA

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 26/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 26/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/11/2014 a 26/11/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Novembro de 2014.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente do SIMAE.

## Lages

### PREFEITURA

**PP 48-2014 FMAS, PP 87 E 88-2014 PML**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 48/2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 28/11/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$8.914,65

Modalidade: PP 87/2014 PML

Objeto: Aquisição de Veículo

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 28/11/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$73.320,00

Modalidade: PP 88/2014 PML

Objeto: Aquisição de Microcomputadores

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 01/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$29.524,95

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 13 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**RERRATIFICAÇÃO PP 80-2014 PML**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA USO EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 17/11/2014, para às 14:30 do dia 01/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 13 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 151/2014**

DECRETO Nº 151/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

1.050 - Construção de Academias ao Ar Livre

DOTAÇÃO 65

4.4.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 6.500,00

T O T A L R\$ 6.500,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte 0003.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**EDITAL DE CARTA CONVITE Nº118/2014 - PMLM**

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº118/2014 - PMLM

PROCESSO Nº118/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da Comissão de Licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 21 de novembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Carta Convite para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da pavimentação de base para instalação de uma academia ao ar livre na Praça Paulo Gazola, Arizona, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 13 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Presidente da Comissão de Licitação.

**DECRETO Nº 152/2014**

DECRETO Nº 152/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACS e PSF

DOTAÇÃO 18

3.1.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 350.000,00

Total: R\$ 350.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACS e PSF

DOTAÇÃO 22

3.3.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 350.000,00

Total: R\$ 350.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**DECRETO Nº 153/2014**

DECRETO Nº 153/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO, a necessidade de dispor sobre novos procedimentos relativos ao Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS, mormente sobre sua aceitação tácita, diante de alguns casos de obrigações represadas pelos tomadores, que pode representar evasão fiscal, o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - O Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS, instituído pelo Decreto n. 028/2014 em seu art. 32, deverá ser exigido por todas as pessoas jurídicas de direito público ou privado estabelecidas neste Município sempre que contratarem serviços de

prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não seja autorizada por este Município.

Art. 2º - Os tomadores de serviços aqui sediados, deverão acessar o site do Município através de Login e Senha e após prévio cadastro, conferir todos os dados registrados pelo prestador de fora no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, e deverão aceitar ou rejeitar o RANFS.

§ 1º - A aceitação ou rejeição do RANFS deverá ser feita até o dia 05 (cinco) do mês seguinte à sua emissão.

§ 2º - Caso o tomador do serviço não se manifeste expressamente sobre o RANFS emitido pelo prestador até 40 (quarenta) dias após a emissão do RANFS, o mesmo será considerado aceito tacitamente, podendo ser lançado o ISSQN para o tomador, com multa e juros se for o caso e conforme a legislação municipal.

Art. 3º - Caberá ao prestador de serviço sediado fora deste Município realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pelo tomador, submetendo a versão corrigida para nova aprovação do tomador.

Art. 4º - Em caso de cancelamento do serviço prestado, o prestador de serviços poderá excluir o RANFS, devendo o tomador comprovar o cancelamento através de documentos idôneos, em caso de solicitação de esclarecimentos pelo Fisco Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

## Lebon Regis

### PREFEITURA

#### RESOLUÇÃO Nº 002/2014

RESOLUÇÃO N. 002/2014

Aprova o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência para o ano de 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente dos artigos 88 e 260;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, notadamente os artigos 10, 13 e 14, que tratam das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução n. 105, de 15/06/2005, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que trata sobre a criação e funcionamento dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução n. 137, de 21/01/2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que trata sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Cartilha de Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicada em 2010 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as disposições do Plano Plurianual Municipal (Lei n. 1.315/2009) e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012 (Lei n. 1.347/2011);

CONSIDERANDO a Lei Orçamentária (Lei n. 1.459/2013) e o orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2014, previsto da seguinte forma:

Receitas	Valor (R\$)	Despesas	Valor (R\$)
Transferência Financeira do Município	130.000,00	Despesas Correntes: 3.3.00.00 Outras despesas correntes	120.000,00
		Despesas de Capital 4.4.00.00 Investimentos	10.000,00
Total	130.000,00	Total	130.000,00

#### RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Aplicação das receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2014, da seguinte forma:



Programa/atividade	Ações	Valor R\$	Fonte de recurso
Manutenção do Fundo Municipal da Infância da Adolescência	-Custeio de despesas do Fundo, como locação de sistema de contabilidade, aquisição de material de expediente, pagamento de serviços de telefonia, energia elétrica, água, entre outros. - Realização de palestras, encontros e/ou reuniões com profissionais das áreas jurídica, da psicologia e de assistência social para orientação e esclarecimentos sobre guarda e adoção; -Produção de material gráfico e/ou áudio visual visando à divulgação dos direitos da criança e do adolescente, do papel e atuação do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	45.000,00	0.1.00
Atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social	Repasse de valores à Casa Lar Leonardo Muller Deboni e outras instituições incumbidas de atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social e recuperação de usuários de substâncias psicoativas	60.000,00	0.1.00
Formação e qualificação profissional dos Conselheiros dos Direitos, Conselheiros Tutelares e outros profissionais envolvidos com a proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes	Custeio de cursos, aulas e/ou palestras para capacitação e qualificação profissional das pessoas anteriormente indicadas, incluindo despesas com inscrição, locomoção, alimentação e hospedagem; Custeio para realização de Conferências Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes	25.000,00	0.1.00
	total	130.000,00	

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis (SC), 12 de novembro de 2014  
IRES GONÇALVES DE SOUZA  
Presidente do CMDCA

## PORTARIA Nº 420/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0420/2014 de 13 de Novembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, Licença Prêmio de 18 dias a servidora, IRACENI MEIRELES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2013 a 11/01/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 13 de Novembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

## AVISO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL PR42/2014

AVISO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL

Pregão Presencial Nº PR42/2014, conforme especificações contidas no edital, entregaram, os envelopes de Proposta e documentação, as seguintes empresas: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA; PROHOSPITAL SUL - COM. MAT. MED. ODONT. LTDA; ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA E JET MED COMERCIO DE PRODUTOS DESCARTAVEIS LTDA - ME, que não mandou representante e também foi desclassificada por não estar de acordo com o edital no item 10.4 letra (a). A ata da sessão está publicada na íntegra no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), maiores informações: pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 13 de novembro de 2014.

Gilmar Francisco Peretti  
Pregoeiro.

## PORTARIA Nº 578/2014

PORTARIA Nº 578 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, VILMAR JOSE DE MIRANDA, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Lebon Régis, 10 de novembro de 2014.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de novembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

#### PORTARIA Nº 579/2014

PORTARIA Nº 579 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014  
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, POR MOTIVO DE APOSENTARIA, ARI ALVES MEDEIROS, do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 10/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de novembro de 2014.  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de novembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### DECRETO N.º111/2014

DECRETO Nº 111, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.101, de 12 de novembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Especial no Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	10.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	10.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.000,00
Projeto/ Atividade	1.056	Fechamento em Alvenaria da Quadra Coberta de Ribeirão dos Ovos	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	10.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			10.000,00

Art. 2º O recurso para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação, com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	10.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	10.000,00
Função	12	Educação	10.000,00
Sub-Função	361	Ensino Funda-mental	10.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	10.000,00

Projeto/ Atividade	1.009	Construção de Quadra Esportiva Escolar Coberta - Vargem dos Bugres	10.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	10.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de Novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 112/2014

DECRETO Nº 112, DE 13 DE NOVEMBRO 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.102, de 12 de novembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	30.000,00
Função	26	Transporte	30.000,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	30.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	30.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.90.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes

classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	30.000,00
Função	28	Encargos Especiais	30.000,00

Sub-Função	846	Outros encargos Especiais	30.000,00
Programa	0000	Encargos Especiais	30.000,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	30.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de Novembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 113/2014

DECRETO Nº 113, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1005, de 27 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Função	20	Agricultura	6.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	6.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	6.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	6.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			6.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	6.000,00
Função	20	Agricultura	6.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	6.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	6.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	6.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 13 de novembro 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### LEI ORDINÁRIA N.º 1.243/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.243/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014 ESTABELECE A IDENTIFICAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º - Estabelece a identificação das seguintes Ruas e Logradouros Públicos:

- I. - Rua Pequeno Príncipe, 1º paralela a SC 473, localizada no Loteamento Caminho do Sol com extensão de 255 metros;
- II. - Travessa Iguaçu localizada do Loteamento Caminho do Sol com início na SC 473, com largura de 5 metros e extensão de 40 metros;
- III. - Rua Bom Pastor, localizada no Loteamento Caminho do Sol, com largura de 12 metros e extensão de 150 metros;
- IV. - Rua 31 de dezembro localizada no Loteamento Caminho do Sol, com início na SC 473, com término no Lajeado Joanino;
- V. - Travessa Luiz Zuanazzi, localizada no Loteamento Colina Verde, com início na SC 473, com término na propriedade de Carlos Bernardon;
- VI. - Travessa Moises, localizada no Loteamento de Marcos Dartora, com início na Rua Capitão Zorzi e término na propriedade de Jair Luiz Giroto, com largura de 8 metros e extensão de 70 metros.

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 12 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**LEI COMPLEMENTAR N.º 242/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º 242/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPITULO I****DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO**

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso - órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Lindóia do Sul.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I. Zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos do idoso;

II. Propor, opinar e acompanhar a criação e elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;

III. Propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV. Cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V. Denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. Receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VIII. Propor aos poderes e autoridades competentes a criação do fundo especial da pessoa idosa nos termos do Capítulo II desta Lei;

IX. Elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo especial Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. Elaborar seu regimento interno;

XI. Participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XII. Divulgar os direitos dos idosos, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XIII. Convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIV. Realizar outras ações que considerar necessário à proteção do direito da pessoa idosa.

Art. 3º. Aos membros do Conselho Municipal do idoso será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

Art. 4º. O Conselho Municipal do idoso é composto de forma paritária entre o poder público estadual/municipal e a sociedade civil, e será constituído:

I. Por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a - Diretoria do Bem Estar Social ou Órgão equivalente;

b - Secretaria Municipal de Saúde;

c - Secretaria Municipal de Educação;

d - Secretaria Municipal de Administração;

e - Centro de Referência de Atendimento em Assistência Social - CRAS.

II. Por quatro representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a. Um representante Sindicato e/ou Associação de Aposentados;

b. Dois representante de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade;

c. Um representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso;

d. Um representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas ao idoso.

§1º. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá um suplente.

§ 2º. Todos os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§4º. O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§5º. As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§6º. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 5º. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, a cada novo mandato.

§ 1º. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º. O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 6º. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 7º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 8º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I. extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II. irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
- III. aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 9º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I. desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II. faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III. apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV. apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V. for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 10º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 11. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 12. O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 14. As sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação..

Art. 15. A Diretoria do Bem Estar Social ou Órgão Equivalente proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 16. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do, possuindo datações próprias

## CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 17. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Lindóia do Sul.

Art. 18. Constituirão receitas do Fundo Municipal do Idoso:

- I. dotação orçamentária da União, do Estado e Município;
- II. as resultantes de doações do Setor Privado, pessoa físicas ou jurídica;
- III. os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras

dos recursos disponíveis;

IV. as advindas de acordos e convênios;

V. as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VI. outras.

Art. 19. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Coordenação do Bem Estar Social ou Órgão Equivalente, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso.

§1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete contábil do qual será dada ampla divulgação.

§2º. Caberá à Diretoria do Bem Estar Social ou Órgão Equivalente gerir o Fundo Municipal do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso, cabendo ao seu titular:

- I. solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II. submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III. assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV. outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

## CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Para a primeira instalação do Conselho /Municipal do Idoso, o Prefeito convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 21. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo Único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.  
PEDRO PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 12 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo



**LEI COMPLEMENTAR N.º 243/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º 243/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA A CONCESSÃO PARA DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL PARA AS ENTIDADES IDENTIFICADAS NO ANEXO ÚNICO DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado ao Executivo Municipal a conceder para direito real de uso, os imóveis e entidades identificados no Anexo Único desta Lei, nas condições em se encontram.

Art. 2º A presente concessão de direito real de uso é gratuita, pelo período de 10 (dez) anos podendo ser renovada por igual período havendo interesse mútuo entre as partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 12 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

**ANEXO ÚNICO**

Matrícula	Área – m²	Localidade	Edificações – m²	Entidade	CNPJ
18.272	1.250	Linha Sanga Martins	66,07	Clube de Mães de Linha Sanga Martins	80.641.293/0001-25
4.006	2.500	Linha Alegre	96,09	Cooperativa de Produção e Consumo Agroindustrial Familiar de Lindóia do Sul - COPAFAL	07.063.466/0001-85
12.444	5.000	Linha Salto Grande	85,68	Clube de Mães de Linha Salto Grande	80.912.470/001-60
21.136	8.600	Linha Santo Isidoro	88,70	Clube de Mães de Linha Santo Isidoro	95.995.320/0001-35
5.332	2.500	Linha Santa Rita	99,96	Sociedade Esportiva e Recreativa Brasil	00.834.841/0001-02

18.605	3.000	Linha Mimosa	86,45	Clube de Mães de Linha Mimosa	80.638.687/0001-24
4.004	2.000	Lageado dos Pinheiros	89,05	Associação de Agricultores de Lageado dos Pinheiros	02.491.946/0001-23
4.585	2.500	Linha Joana	113,19	Associação Atlética Portuguesa	83.419.35/0001-80
36.823	6.000	Linha Alto Acídio	88,40	Esporte Cube Princesa	78.507.365/0001-02
5.639	3.683	Linha Acordi	81,60	Clube de Mães de Linha Acordi	01.931.692/0001-54

**LEI COMPLEMENTAR N.º 244/2014, DE 12 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI COMPLEMENTAR N.º 244/2014, DE 12 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS POR TERMO DE CONVÊNIO PARA A POLÍCIA MILITAR

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado doar para a Polícia Militar de Santa Catarina os seguintes bens móveis, adquiridos com recursos oriundos do Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar de Santa Catarina e o Município de Lindóia do Sul-SC, para delegação de encargos de regulamentação, fiscalização de trânsito nas vias públicas e aplicação de penalidades:

I. COMPUTADOR INTEL CORE I3 3.0 GHz MEMORIA RAM 4GB HD SANSUNG 1TB WINDOWS 7 HOME BASIC MONITOR LG 21.5. Patrimônio Nº 2430;

II. TELEVISOR 40 POLEGADAS LCD DIGITAL SANSUNG. Patrimônio Nº 2601;

III. ARMÁRIO SOB MEDIDA EM MDF DE 15MM, DE 4 PORTAS COM CHAVE E EM CADA COMPARTIMENTO DUAS PRATELEIRAS E UM PORTA CABIDE, COM 60CM DE FUNDO 2 METROS DE LARGURA E 2 METROS DE ALTURA NA COR BRANCA. Patrimônio Nº 3084;

IV. CÂMERA DIGITAL SONY W-610 COR PRETA 14MP. Nº Patrimônio Nº 3448;

V. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP M1132 AUTO TRAFO 500VA. Patrimônio Nº 3689

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado, 12 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

# Luzerna

## PREFEITURA

### **PARECER Nº 020.2014 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL FMS 0111.2014 - PP RP FMS 0067.14 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - LIMPEZA UBS - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E AIRTON DA SILVA MOTTA - ME**

Parecer nº 0202014/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório FMS nº 0111/2014

Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014

Interessado(a)(s): Orbenk Administração e Serviços LTDA - Recorrente;

Airton da Silva Motta - ME - Recorrida.

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES DO ESF'S E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC. IRRESIGNAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS COM TÓPICOS E FUNDAMENTAÇÕES QUE EXCEDEM À INDICAÇÃO INICIAL DA CAUSA DA IRRESIGNAÇÃO, QUANDO DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER. AFRONTA AO TEOR DO INCISO XVIII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002. CONHECIMENTO EM SEDE DE EXCEPCIONALIDADE. INDEVIDO BENEFICIAMENTO PELO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL. SITUAÇÃO QUE POR SI SÓ NÃO AUTORIZA A DESCLASSIFICAÇÃO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS E DO PRÓPRIO TCU. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE E VALE ALIMENTAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA. CONFISSÃO DA INEXEQUIBILIDADE EM SEDE DE CONTRARRAZÕES PELA RECORRIDA, DOCUMENTAÇÃO DA PRÓPRIA RECORRIDA QUE DEMONSTRAM A EFETIVA INEXEQUIBILIDADE ARGÜIDA PELA RECORRENTE. RECURSO QUE MERECE CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO PELA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA. PROSEGUIMENTO DO FEITO COM A CONFERÊNCIA, EM SESSÃO PÚBLICA, DA DOCUMENTAÇÃO DA TERCEIRA COLOCADA.

#### 1.RELATÓRIO:

Trata-se de pedido de Parecer Jurídico, oriundo do Setor de Licitações, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações, Mariana de Azevedo Ramos, que tem por objeto recurso interposto pela empresa Orbenk Administração e Serviços LTDA, no Processo Licitatório FMS nº 0111/2014, Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014, que tem por escopo a "a contratação, de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação dos ambientes do ESF'S e da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Luzerna/SC". A manifestação da intenção recursal se deu de forma tempestiva, conforme consta da Ata de Reunião de Julgamento de Proposta nº 111/2014 (Sequência: 2), tendo como delineação expressa da causa da irresignação o fato de que, supostamente, "a documentação apresentada pela empresa AIRTON DA SILVA MOTTA - ME (3542) não atende as especificações editalícias no que tange à apresentação do atestado de capacidade técnica (item 6.1.3, letra d)" e "que a empresa apresentou proposta com o preço inexequível".

Razões de recurso apresentadas no prazo deferido, em que se alega: a) o suposto irregular enquadramento da Recorrida no regime tributário do "Simples Nacional"; b) a suposta não consideração

do adicional de insalubridade na composição do preço ofertado; c) a suposta não consideração do adicional de assiduidade e do vale alimentação na composição do preço ofertado d) a inexequibilidade da proposta apresentada.

Requer, em decorrência do esposado, a inabilitação da Recorrida. Instada a se manifestar, a Recorrida apresentou Contrarrazões no prazo oportunizado, confessando a inexequibilidade de sua proposta, e pugnando pelo provimento do recurso interposto pela Recorrente, para o fim de desclassificá-la do presente certame Vieram, então, os Autos para Parecer Jurídico.

Sendo a síntese do essencial, passa-se ao mérito.

#### 2.PRELIMINARMENTE:

No caso em tela, o juízo de admissibilidade (exame dos pressupostos recursais) deve levar em consideração a especificidade do processamento do recurso do pregão na versão presencial, no qual há verdadeiro acesso imediato a todos os elementos que compõem os Autos. Exige-se, nesses casos, por expressa previsão legal, recomendação doutrinária e com fundamento na principiologia administrativa, que se motive (pressuposto recursal objetivo) a insurgência, no momento da manifestação da intenção de recorrer. Não basta, portanto, declarar o interesse em recorrer; é indispensável que o licitante indique expressamente o motivo, a razão do seu inconformismo; o erro ou a ilegalidade que o pregoeiro ou a equipe de apoio ou a licitante cometeu.

O legislador distinguiu motivar a intenção de recorrer de apresentar as razões do recurso. O primeiro, é a iniciação sucinta do ponto em que se funda a contrariedade do licitante; o segundo, é a fundamentação, as razões que buscam convencer o parecerista em favor da motivação já apresentada.

Observe-se, que, sendo a fase recursal no pregão única, todos os supostos vícios do certame somente podem ser argüidos nesse momento.

As alegações genéricas, evasivas, que não atendam aos requisitos mínimos da linguagem, como a clareza e a objetividade, também equivalem à ausência de motivação.

Traz-se à baila também que, no que tange aos recursos, o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 diz que depois de declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando-lhe assegurada, de logo, vista dos autos.

Em face de ser este o momento único e legalmente previsto para a manifestação da intenção de recorrer, imperioso concluir que o conteúdo da insurgência recursal pode se relacionar com aspectos atinentes à proposta reputada vencedora ou quaisquer outras (p. ex., inexequibilidade do preço ofertado, bem cotado que não atende as especificações do Edital, etc.) bem como quanto à habilitação de quaisquer das licitantes (p.ex., não apresentação de documento exigido na lei ou no edital, apresentação de certidões com data de validade vencida, apresentação de documentos em cópia não autenticada, etc.).

Inicialmente, é preciso esclarecer que a manifestação da intenção de recorrer é um ônus processual dos licitantes, ou seja, é dever do licitante, quando assim chamando, manifestar-se MOTIVADAMENTE acerca de sua intenção de interpor recurso administrativo em face da decisão do pregoeiro.

Uma simples leitura dos aludidos dispositivos legais não deixa margem para qualquer dúvida de que a manifestação da intenção de recorrer deve ser devidamente motivada, o que não ocorreu no caso concreto.

No particular, confira-se pertinente lição de Jair Eduardo Santana, in verbis:

O motivo ou a motivação aludida na lei somente pode ser aquela que se revista de conteúdo jurídico. O simples descontentamento não gera motivo legal. É comum - e compreensível, aliás - que o licitante vencido na disputa se mostre irresignado com a oferta de seu concorrente. Mas isso, por si só, não é bastante para

se constituir no falado motivo jurídico. Por isso é que o recurso meramente protelatório ou procrastinatório deve ser, de pronto, rechaçado pela Administração Pública. (grifou-se)

Por oportuno, registra-se que reiteradamente vem a Recorrente, mediante seus atos perante este Município, demonstrando o desconhecimento ou ignorância do teor do inciso XVIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 (ou, talvez, sua eventual má-fé), haja vista que, pela segunda vez, utiliza uma razão para motivar sua suposta irresignação, para depois, em suas Razões, estender a matéria para muito além da causa da irresignação inicial.

Isto porque da ata de abertura da sessão pública susomencionada, extrai-se que a empresa Recorrente manifestou a intenção de recorrer, invocando apenas a suposta inadequação do atestado de capacidade técnica e a inexecuibilidade da proposta da empresa vencedora como motivo da insurgência recursal.

Ademais, naquela oportunidade, em nenhum trecho sequer esboçou qualquer outro motivo para recorrer da decisão ou dos atos levado a feito, ou seja, não houve manifestação oportuna - imediata e motivada - da intenção de recorrer por razões outras que não a inadequação do atestado de capacidade técnica e a inexecuibilidade da proposta da empresa vencedora, razão pela qual o recurso sequer deveria ser apreciado nos demais tópicos que não possuam inarredável relação com tal causa de irresignação.

Por oportuno, cita-se texto extraído da obra "Pregão Presencial e Eletrônico / Joel de Menezes Niebuhr, 5 ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: Zênite, 2008, p. 274: "Os licitantes devem declinar, já na própria sessão, os motivos dos respectivos recursos".

Dessa sorte, aos licitantes é vedado manifestar a intenção de recorrer somente para garantir-lhes o direito a disponibilidade do prazo, porquanto lhes é obrigatório apresentar os motivos dos futuros recursos. E, por dedução lógica, os licitantes não podem, posteriormente, apresentar recursos com motivos estranhos aos declarados na sessão. Se o fizerem, os recursos não devem ser conhecidos.

Obviamente, o licitante não precisa tecer detalhes de seu recurso, o que será feito posteriormente, mediante a apresentação das razões por escrito. Contudo, terá que, na mais tênue hipótese delinear seus fundamentos.

Todavia, ainda assim, especialmente para prevenir-se a eventual superveniência de alguma decisão judicial exarada em desatenção ao teor do inciso XVIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 (em caso de eventual judicialização do feito), como já experimentado pelo Município, excepcionalmente analisaremos as demais asserções da desatenta e, possivelmente, má intencionada Recorrente.

### 3.DO MÉRITO:

#### 3.1. DA "LICITANTE INDEVIDAMENTE BENEFICIADA PELO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL":

A insurgência da Recorrente, neste tópico, tem por cerne a suposta impossibilidade de participação nos certames licitatórios de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, que realizam cessão ou locação de mão-de-obra, tendo em vista a vedação ao ingresso no Simples Nacional constante do artigo 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006.

A celeuma não é novidade, e o tema inclusive já foi pacificado pelo Tribunal de Contas da União, cujo entendimento, inclusive, vem sendo amplamente acolhido pelas Administrações, Tribunais de Contas do Estado e mesmo pelo Poder Judiciário. Vejamos.

A referida Lei Complementar, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e dispõe:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

[...]

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

[...]

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

[...]

§ 5º-B. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as previstas nos incisos II e III do § 5º-D deste artigo;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

IX - serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;

XIII - transporte municipal de passageiros; e

XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§ 22-B e 22-C deste artigo.

XV - produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.

§ 5º-C. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

§ 5º-D. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:

I - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

II - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

III - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

IV - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

V - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

VI - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

IX - empresas montadoras de estandes para feiras;

XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;

XIII - serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;

XIV - serviços de prótese em geral.



§ 5º-E. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços de comunicação e de transportes interestadual e intermunicipal de cargas serão tributadas na forma do Anexo III, deduzida a parcela correspondente ao ISS e acrescida a parcela correspondente ao ICMS prevista no Anexo I.

Da leitura dos supracitados artigos, infere-se pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 128/2008, no art. 17, inciso XII, que se proibiu a opção de ingresso no Simples Nacional às empresas que realizem cessão ou locação de mão-de-obra, mas abriu exceção (artigo 17, §1º da mesma Lei Complementar) às atividades referidas nos §5º-B e §5º-E do artigo 18. Consabidamente o Simples Nacional é um sistema especial de recolhimento de tributos para micro e pequenas empresas e foi instituído pela Lei Complementar nº 123/2006. In verbis:

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.”

Por meio do sistema unificado pode ser feito o recolhimento mensal de 8 (oito) impostos, conforme o artigo 13 da supracitada Lei Complementar, sendo portanto um regime facultativo. Assim, podem optar pelo Simples as micro e pequenas empresas que não estiverem nas limitações previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

Neste bojo, é importante destacar o conceito de cessão e locação de mão-de-obra. Cessão de mão-de-obra é definida pelo Regulamento da Previdência Social como a colocação de segurados à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, para a realização de serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade fim da empresa, independentemente da natureza e da forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário prevista na Lei nº 6.019/1974.

Já o conceito de locação de mão-de-obra, trazido pelo SEBRAE, em seu sítio eletrônico, site [www.sebraesc.com.br](http://www.sebraesc.com.br), é assim considerado o serviço, quando uma empresa locadora coloca seus empregados à disposição do locatário para executar trabalhos temporários, em local por esta determinada. Observe-se que o pessoal locado continua mantendo a condição de empregado na locadora, sendo por esta remunerado.

Desse modo, salienta-se que, verdadeiramente, nos termos do artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que realizem cessão ou locação de mão-de-obra.

Partindo desse ponto, que parece ser consenso entre todas as partes processuais, deve ser analisada a possibilidade ou não de participação, pelas micro e pequenas empresas, optantes pelo Simples Nacional, em licitações que tenham por objeto a cessão ou locação de mão-de-obra, e como proceder quando além de participarem forem consagradas vencedoras, como in casu.

Predominantemente, entende-se que apesar da proibição da supramencionada Lei Complementar, as referidas empresas prestadoras de serviços de cessão/locação de mão-de-obra optantes pelo Simples Nacional, não devem ser vedadas de participarem de certames licitatórios em atenção ao princípio da ampla competitividade. Esse entendimento decorre do fato de que nem a Lei Complementar nº 123/2006, tampouco a Lei de Licitações nº 8.666/93 fazem qualquer proibição nesse sentido.

Assim, caso a micro ou pequena empresa seja prestadora de serviços de cessão/locação de mão-de-obra e esteja enquadrada irregularmente no Simples Nacional, como no caso em tela, tal fato, qual seja, a situação ensejadora da exclusão do regime diferenciado, deve ser, no máximo, comunicada à Receita Federal, vez que não poderia estar desfrutando dos benefícios do regime de tributação do Simples.

Desta forma, estas empresas não devem ser desclassificadas da participação em licitações, apenas devendo ser excluídas do

regime do Simples Nacional a partir do mês subsequente ao de contratação. Entretanto não poderá haver prejuízo do valor ajustado a despeito de os tributos serem recolhidos sem os benefícios do Simples. Nesse sentido, art. 31,II da LC nº 123/2006:

Art. 31. A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - na hipótese do inciso I do caput do art. 30 desta Lei Complementar, a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo;

II - na hipótese do inciso II do caput do art. 30 desta Lei Complementar, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

Desse modo, a micro ou pequena empresa arcará com as consequências de seu enquadramento irregular no regime do Simples, tendo que manter o valor global ajustado, adequando a sua proposta ao regime comum, cotando suas planilhas com tributação no lucro real.

Nesse sentido está o entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, acórdão nº 2798/2012, relator ministro José Jorge:

Opção pelo Simples Nacional: 1 - A condição de optante não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra. Representação formulada ao Tribunal noticiou possíveis irregularidades no âmbito de pregão eletrônico destinado à contratação da prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais/produtos destinados ao atendimento dos diversos órgãos que compõem a Administração Central da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Brasília/DF. A representante intentou o expediente perante o TCU em razão, basicamente, de decisão da pregoeira da ECT, que, a partir de recurso administrativo de outra licitante, reformou sua decisão inicial, na qual havia declarado vencedora do certame a representante. Em razão do recurso, a pregoeira entendeu ser devida a inabilitação da representante. Ao examinar a matéria, o relator destacou que o deslinde da questão envolvia a análise da possibilidade de participação de empresa optante pelo Simples Nacional em licitações de cessão e locação de mão de obra, ante a vedação expressa contida no art. 17 da Lei Complementar 123, de 2006 - LC 123/2006, que estabelece tal regime diferenciado de tributação. Inicialmente, destacou o relator que os serviços licitados, copeiragem, estariam enquadrados na referida vedação e, portanto, não poderia a representante desfrutar dos benefícios do regime de tributação do Simples. No entanto, isso “não constitui óbice à participação em licitação pública, pois, consoante destacou a unidade técnica, a Lei Complementar nº 123/2006 não faz qualquer proibição nesse sentido, tampouco a Lei de Licitações”. Desse modo, “inexistindo vedação legal, o caminho a ser trilhado por empresa optante pelo Simples Nacional que eventualmente passe a executar serviços para Administração, mas que se enquadre nas hipóteses vedadas pela lei, seria, como sugerido pela unidade técnica, a comunicação, obrigatória, à Receita Federal da situação ensejadora da exclusão do regime diferenciado, sob pena das sanções previstas na legislação tributária”, providência essa já adotada pela representante em licitação anterior, promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, na qual se sagrara vencedora. Todavia, considerando os argumentos apresentados pelos responsáveis da ECT, baseados em entendimentos do próprio TCU, o relator deixou de imputar-lhes sanções, votando tão somente pela expedição de determinação à entidade para adoção de providências com vistas à anulação do ato irregular (inabilitação da representante), bem como pela expedição de recomendação corretiva, de que, em licitações futuras, “faça incluir, nos editais, disposição no sentido de obrigar a contratada a apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar

nº 123, de 2006. O Plenário acolheu o voto do relator. (Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010).

“Opção pelo Simples Nacional: 2 - Nas licitações cujo objeto envolva cessão de mão de obra, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação. Ainda na representação oferecida ao Tribunal noticiando possíveis irregularidades no âmbito de pregão eletrônico destinado à contratação da prestação de serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais/produtos destinados ao atendimento dos diversos órgãos que compõem a Administração Central da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Brasília/DF, outra questão fundamental seria a data de início dos efeitos da exclusão do regime do Simples Nacional. Para o relator, com base nos arts. 28, 29 e 30 da LC 123/2006, são duas as formas pelas quais se materializa a exclusão do Simples Nacional, com consequências distintas, conforme explicitado pela unidade técnica: “no caso de opção pela exclusão, a data de vigência dos efeitos se dá a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente. Já no caso de incidência das vedações, a empresa é excluída a partir do mês seguinte à ocorrência da situação impeditiva”. Na espécie, a representante “solicitou sua exclusão do Simples Nacional via ‘opção’, o que, consequentemente, só gera efeitos a partir de 31/12/2010, permanecendo a empresa até lá no regime diferenciado, não obstante já tenha incorrido na vedação prevista na lei desde o momento em que começou a prestar serviços para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios”. Contudo, para o relator, a situação não constituiria “motivo para penalizar a empresa, tolhendo-a de participar ou contratar com a Administração”. O que ocorreria, no caso concreto, foi o equívoco quanto ao enquadramento da exclusão da representante, que não deveria ter sido por “opção”, com efeitos a partir de 1º janeiro do ano-calendário subsequente (2011, no caso), mas sim pelo fato de ela incidir em vedação desde 1º de julho de 2010, data de assinatura do contrato com o MPDFT. Todavia, para o relator, a despeito do erro de enquadramento, a representante, na licitação examinada, não contou com privilégios tributários, conforme declarado pela própria ECT, uma vez que na sua proposta não fora utilizada a tributação pelo regime do Simples Nacional. Assim sendo, votou pela expedição de recomendação corretiva à entidade, de que, em licitações futuras, “faça incluir, nos editais, disposição no sentido de que a licitante, optante pelo Simples Nacional, que venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123. O Plenário acolheu o voto do relator. (Acórdão n.º 2798/2010-Plenário, TC-025.664/2010-7, rel. Min. José Jorge, 20.10.2010.)

No mesmo diapasão encontra-se o Acórdão nº 341/2012-Plenário, relator ministro Raimundo Carreiro:

Representação apontou possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 24/2011, promovido pela Companhia Energética de Alagoas (CEAL), visando à contratação de serviços especializados em recepção. A autora da representação destacou que a empresa Vega Comércio e Serviços Ltda. - ME, por recolher impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, só poderia “participar de licitação cujo objeto seja pertinente ao descrito na Lei Complementar n. 123/2006, sob pena de desvirtuar diversos princípios do direito, dentre eles, o da legalidade e o da igualdade”. O relator considerou serem duas as questões abordadas no processo: a) apresentação pela citada empresa de proposta de preços utilizando-se dos benefícios decorrentes da sua opção pelo Simples Nacional; b) ausência de previsão no edital do certame de que a empresa proponente não poderia estar beneficiada pelo sistema de tributação do Simples Nacional, tendo em vista o disposto no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

Observou, quanto à primeira dessas questões, que a empresa Vega Ltda. - ME enviou planilhas retificadas, já cotadas “com base na tributação pelo Lucro Presumido e com o mesmo valor unitário proposto inicialmente no contrato assinado, mantendo-se, assim, como a proposta mais vantajosa para a CEAL”. A despeito disso, considerou necessário expedir determinação à CEAL impondo a formalização desses ajustes e sua exclusão do referido sistema de tributação. Em relação à segunda questão enunciada, ressaltou que a jurisprudência deste Tribunal aponta no sentido de que “a condição de optante pelo Simples Nacional não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva a cessão de mão de obra (Acórdão nº 2.798/2010 - Plenário)”. Mas a licitante que venha a ser contratada, “não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão do Simples Nacional (...)”. O Tribunal, ao endossar proposta do relator, decidiu: I) informar à CEAL sobre a necessidade de “incluir nos editais de suas licitações disposição no sentido de que, em ocorrendo as hipóteses de que tratam os arts. 17, inciso XII, e 30, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seja vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar, conforme já decidido neste Tribunal no Acórdão nº 797/2011 - Plenário”; II) determinar à CEAL que regularize o contrato firmado com a empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 24/2011, de modo a ajustá-lo à orientação acima transcrita. (Acórdão n.º 341/2012-Plenário, TC-033.936/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 15.2.2012.)

E na mesma senda:

Participação de empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional: 1 - A atuação do TCU é justificada quando são indicados contratos ou licitações em que uma empresa possa ter sido beneficiada de maneira indevida pela opção do regime tributário do Simples Nacional.

Denúncia formulada ao Tribunal trouxe notícias acerca de supostas irregularidades cometidas pela empresa AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Ltda., em face de sua participação no Pregão Eletrônico nº 49/2009, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - (IFSC), para a contratação de serviços de copeiragem e de recepção. Para o denunciante, a empresa AP Serviços teria se beneficiado, de modo indevido, da opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - (LC 123/2006). O impedimento da opção pelo regime de tributação diferenciado decorreria de a empresa prestar serviços de cessão de mão de obra impedidos pela norma legal. Ao analisar a matéria, a unidade técnica entendeu que a denúncia não deveria ser conhecida, pois trataria de matéria tributária, estranha às competências do TCU, o qual, em duas situações análogas anteriores, houvera decidido na forma da proposta apresentada. Todavia, o relator divergiu da proposta, por considerar que, primeiramente, nos dois precedentes mencionados, as pessoas jurídicas envolvidas teriam sido denunciadas ao Tribunal unicamente em face de sua opção, possivelmente indevida, pelo Simples Nacional, sem que tivessem sido apontadas licitações nas quais tal opção tivesse levado a benefícios indevidos por parte das denunciadas. No presente caso, ainda para o relator, o denunciante evidenciou que quatro contratos foram firmados pela empresa AP Serviços com o IFSC, a possibilitar a atuação do Tribunal, para que, por exemplo, procedesse à análise da participação da referida empresa no certame que originou os contratos, com o uso de benefício que não lhe seria devido. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. Precedente citado: Acórdão 221/2011,



do Plenário. Acórdão n.º 797/2011-Plenário, TC-024.993/2010-7, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 30.03.2011.

Participação de empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional: 2 - É possível a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional em licitações para contratação de serviços de cessão de mão de obra vedados pela Lei Complementar 123/2006, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado, e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum. Outra suposta irregularidade indicada na denúncia relacionada à participação da empresa AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Ltda. no Pregão Eletrônico nº 49/2009, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - (IFSC), também diretamente ligada ao fato de a LC 123/2006 vedar a opção pelo Simples Nacional por parte de empresas que prestam serviços de cessão ou locação de mão de obra nas áreas de copeiragem e de recepção, seria a assinatura pela empresa AP Serviços com o IFSC de quatro contratos nessas áreas, em consequência de ter vencido itens correspondentes no Pregão Eletrônico nº 49/2009. Em seu voto, o relator concordou que os serviços prestados pela AP Serviços por intermédio dos contratos firmados como o IFSC, realmente não lhe permitiriam a opção pelo regime do Simples Nacional. Todavia, enfatizou que, de acordo com a jurisprudência do Tribunal, "determinada empresa optante do Simples pode participar de licitações cujo objeto seja a prestação de serviços vedados pela LC nº 123, de 2006, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado, e passe a recolher os tributos pelo regime comum e não pelo diferenciado - o Simples Nacional -, mais vantajoso". Nesse quadro, o TCU orientara suas próprias unidades administrativas que, "na constatação de qualquer situação impeditiva de opção pelo Simples Nacional pelas microempresas ou empresas de pequeno porte contratadas pelas unidades gestoras executoras do TCU, as mesmas deverão ser consideradas excluídas do Simples Nacional, estando sujeitas às retenções de todos os tributos devidos. A situação de impedimento de opção pelo Simples Nacional deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à microempresa ou empresa de pequeno porte contratada, mediante ofício". No caso concreto, verificou o relator, entretanto, não haver indícios que demonstrassem que a condição de optante pelo Simples Nacional tenha acarretado a vitória da empresa AP Serviços em quatro itens do Pregão Eletrônico nº 49/2009, razão pela qual concluiu não confirmada a suspeita de fraude levantada pela denunciante. Por outro lado, entendeu o relator que nada impediria a oportuna fiscalização dos órgãos fazendários competentes, com o fito de verificar se os recolhimentos por parte da empresa ocorreram no regime tributário correto. Por conseguinte, ao considerar a denúncia parcialmente procedente, e de maneira a evitar falha semelhante em futuras contratações do IFSC, votou por que se expedisse alerta à entidade administrativa, para que atente para situações que podem implicar ofensa às disposições da LC 123/2006 e que poderiam resultar em oferta de preços mais baixos em licitações por empresas que se beneficiem de custos menores, em decorrência de serem optantes, de modo indevido, do Simples Nacional. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. Precedente citado: Acórdão 2798/2010, do Plenário. Acórdão n.º 797/2011-Plenário, TC-024.993/2010-7, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 30.03.2011.

Assim, segundo entende a Corte de Contas Federal, é possível a participação de empresas optantes pelo simples nacional em licitações para contratação de mão-de-obra, desde que, tornando-se vencedora, comunique à Receita Federal a assinatura do contrato

de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para providências relativas à exclusão do Simples a partir do mês seguinte.

Ante o exposto, a condição de optante do Simples Nacional não impede a microempresa ou a empresa de pequeno porte de participar de licitação cujo objeto envolva a cessão de mão-de-obra (Acórdão nº 2798/2010-Plenário TCU). Esse entendimento decorre do fato de que nem a Lei Complementar nº 123/2006, tampouco a Lei de Licitações nº 8.666/93 fazem qualquer proibição nesse sentido. Todavia, frisa-se, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação, conforme art. 31, II da LC nº 123/2006, sendo dever do Administrador comunicar à Receita Federal a situação ensejadora da exclusão do regime diferenciado. Por fim, tem-se que a empresa arcará com as consequências do seu enquadramento irregular, mantendo o valor global ajustado.

Desta feita, permissa vênua, não haveria que se falar em desclassificação da empresa Recorrida, como pretende a Recorrente, mas tão somente em sua intimação para que, em querendo firmar contrato com a Administração, informasse tal situação à Receita Federal, pugnando por sua exclusão do Simples Nacional.

### 3.2. DO SUPOSTO NÃO RECOLHIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE E VALE ALIMENTAÇÃO; E DA SUPOSTA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA:

Por se tratarem, o adicional de insalubridade, adicional de assiduidade e o vale alimentação, de rubricas afeta a composição do custo e do preço da proposta apresentada, as analisaremos em conjunto com a adução de sua inexequibilidade.

Pois bem, quanto aos tópicos em tela, analisando o conjunto probatório agregado aos Autos, mostra-se plausível o argumento de que a proposta apresentada pela empresa Recorrida (vencedora na licitação) seria inexequível.

Ademais, há que se considerar que tal situação foi, inclusive, por ela mesma reconhecida em sede de contrarrazões.

Ainda assim, impinge-nos analisar o mérito do pedido, e para melhor compreensão da querela, convém transcrever o art. 48, inciso II, e seu § 1º, da Lei n. 8.666/93:

Art. 48 - Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
- b) valor orçado pela administração.

Comentando o citado preceito legislativo, José Cretella Júnior oferta a seguinte lição:

Preços inexequíveis, por sua vez, são, ao contrário dos excessivos, os fixados em menor valor do que os constantes no mercado, indicando que o proponente não terá condições de cumprir o contratado se vier a ser vencedor, podendo abandoná-lo ou ser levado à ruína econômica. Em qualquer das hipóteses, a Comissão deve desclassificar a proposta, motivando a rejeição. Em suma, as propostas que não atendem às exigências do edital, por serem desconformes com o que foi fixado ou as que contiverem preços

excessivos ou manifestamente inexequíveis serão desclassificadas (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 303).

De forma mais detalhada, Marçal Justen Filho ressalta que:

Para aplicar a regra, é necessário examinar o valor orçado pela Administração. Presume-se que propostas inferiores a 70% do preço orçado pela Administração são inexequíveis. Mas há outro limite, apurável a partir das próprias propostas dos licitantes. Tomam-se as propostas inferiores ao valor orçado pela Administração. Consideram-se apenas aquelas que sejam superiores a 50% do valor orçado e produz-se uma média aritmética. Serão desclassificadas as propostas que forem inferiores a 70% dessa média. Um exemplo prático facilitará a compreensão.

Suponha-se que o orçamento foi de 100, prevendo-se que o valor máximo admissível seria 110. Imagine-se que haja propostas com os valores de 35, 45, 55, 62, 73, 85, 95, 100, 102, 110 e 115. Esta última deverá ser desclassificada desde logo, por superar o limite máximo admissível. Não deverá, por isso, ser considerada para fins de aplicação do § 1º, que tomará em vista apenas as propostas que não apresentem outros defeitos (formais e materiais). Em princípio, as propostas de valor inferior a 70 teriam de ser desclassificadas (por força da regra do § 1º, "b"). É necessário examinar, porém, a regra da alínea "a". Para esse fim, faz-se a média aritmética das propostas de valor superior a 50% do orçamento. No caso, seriam as de valor de 55, 62, 73, 85, 95, 100, 102, 110. A média aritmética será de 85,25. Serão consideradas inviáveis as propostas de valor inferior a 59,675. Já pela al. "b", seria de 70 (JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 457).

Tal previsão legislativa destina-se, a um só tempo, a: a) minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e b) tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

Tendo em vista a repercussão do reconhecimento da inexecuibilidade de determinada proposta, o legislador previu a possibilidade de que o licitante, previamente a eventual desclassificação em razão de aparente preço inexequível, possa demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Tal possibilidade encontra-se prevista na parte final do art. 44, § 3º e tem aplicabilidade pacificamente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, conforme entendimento já consolidado na Súmula de nº 262 de seguinte teor: "O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta."

In casu, observa-se, numa análise acurada, que a empresa Recorrida, a despeito de vencer o procedimento licitatório em função da apresentação de proposta com menor preço, incorreu, em princípio, em violação ao cálculo aritmético disposto no art. 48, § 1º, da Lei n. 8.666/93, o que se pode concluir inclusive da planilha de composição de seu custo e preço, apresentada posteriormente, quando instada para tanto; que, como bem pontuado pela Recorrente sequer considerou o adicional de insalubridade, o adicional de assiduidade e o vale alimentação irrefutavelmente devidos, no presente caso, aos seus trabalhadores.

Ex positis, tenho que razão assiste à Recorrente neste tópico, haja vista ser inexequível a proposta formulada pela Recorrida, conclusão que se extrai da própria documentação por ela acostada a sua proposta, aliada a omissão da previsão do adimplemento de adicional de insalubridade, do adicional de assiduidade e do vale alimentação.

Outrossim, como alhures mencionado, tal situação foi, inclusive, confessada pela Recorrida.

Assim, o conhecimento e provimento parcial do recurso interposto,

permissa vênua, é medida que se impõe, para o fim de desclassificar a empresa Airton da Silva Motta - ME em função da inexequibilidade da proposta por ela apresentada.

#### 4.CONCLUSÃO:

Ex positis, opina-se pelo conhecimento e provimento parcial do recurso interposto, para o fim de desclassificar a empresa Airton da Silva Motta - ME em função da inexequibilidade da proposta apresentada, devendo, portanto, serem intimados os demais licitantes para participarem de nova sessão pública, em que deverão ser conferidos os documentos de habilitação da terceira colocada, que, sugere-se, seja desde já instada para que apresente, no mesmo ato, planilha detalhada de composição dos seus custos e da formação do preço que motivou seu último lance, no pregão susmencionado, para que seja possível a análise da exequibilidade de sua proposta.

S.m.j., é o parecer.

Luzerna/SC, sexta-feira, 14 de novembro de 2014.

LUAN FERNANDO DIAS

Assessor Jurídico Sênior

OAB/SC 32.118

#### **DECISÃO - CONCLUSIVA - PARECER Nº 020.2014 - ASS.JUR.SEN - SETOR DE LICITAÇÕES - RECURSO PL FMS 0111.2014 - PP RP FMS 0067.14 - SERV. TERC. - LIMPEZA UBS - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E AIRTON DA SILVA MOTTA - ME**

Recurso Administrativo.

Ref. Parecer nº 0202014/ ASS.JUR.SEN.

Processo Licitatório FMS nº 0111/2014

Pregão Presencial para Registro de Preço FMS nº 0067/2014

Interessado(a)(s): Orbenk Administração e Serviços LTDA - Recorrente;

Airton da Silva Motta - ME - Recorrida.

Origem: Setor de Licitações.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mariana de Azevedo Ramos.

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA CONCLUSIVA

CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES DO ESF'S E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC. IRRESIGNAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS COM TÓPICOS E FUNDAMENTAÇÕES QUE EXCEDEM À INDICAÇÃO INICIAL DA CAUSA DA IRRESIGNAÇÃO, QUANDO DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER. AFRONTA AO TEOR DO INCISO XVIII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002. CONHECIMENTO EM SEDE DE EXCEPCIONALIDADE. INDEVIDO BENEFICIAMENTO PELO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL. SITUAÇÃO QUE POR SI SÓ NÃO AUTORIZA A DESCLASSIFICAÇÃO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS E DO PRÓPRIO TCU. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE ASSIDUIDADE E VALE ALIMENTAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA RECORRIDA. CONFISSÃO DA INEXEQUIBILIDADE EM SEDE DE CONTRARRAZÕES PELA RECORRIDA, DOCUMENTAÇÃO DA PRÓPRIA RECORRIDA QUE DEMONSTRAM A EFETIVA INEXEQUIBILIDADE ARGÜIDA PELA RECORRENTE. RECURSO QUE MERECE CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. DESCLASSIFICAÇÃO PELA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA. PROSEGUIMENTO DO FEITO COM A CONFERÊNCIA, EM SESSÃO PÚBLICA, DA DOCUMENTAÇÃO DA TERCEIRA COLOCADA.

Acolho as recomendações do Parecer Jurídico retro, razão pela

qual conheço e dou parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto, para o fim de desclassificar a empresa Airtton da Silva Motta - ME, em função da inexecuibilidade de sua proposta.

Na sequência, intime-se os demais licitantes para participarem de nova sessão pública, em que deverão ser conferidos os documentos de habilitação da terceira colocada, que deve desde já instada para que apresente, no mesmo ato, planilha detalhada de composição dos seus custos e da formação do preço que motivou seu último lance, no pregão susomencionado, para que seja possível a análise da exequibilidade de sua proposta.

Na mesma oportunidade, deverão as empresas que se fizerem presentes à Sessão Pública serem instadas a convalidarem, mediante declaração em ata, a validade de suas propostas por no mínimo mais 60 (sessenta) dias, e a substituírem as certidões negativas eventualmente vencidas.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Nada mais.

Luzerna/SC, quinta-feira, 13 de novembro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

## DECRETO 1890 A

DECRETO Nº 1890 A de 26 de setembro de 2014.

“RECONDUZ O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/CDM DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam RECONDUZIDOS os membros do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/CDM DE LUZERNA(SC), em conformidade com a Lei Complementar nº 050 de 07/12/2006, composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo:

Titular : MURIEL KIRSCH

Suplente: ANGELO BRANDALISE JÚNIOR

Titular : MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT

Suplente: CRISTINA KULL ADÃO

Titular : ALCIR JOÃO DENARDI

Suplente: ELISEU ROBERTO DORÉ

II - Representantes da Caixa Econômica Federal:

Titular : CARLOS ALBERTO LECHER

Suplente: LUIS CÉSAR CASAGRANDE

III - Representantes da ACIAL:

Titular : ANA BRAND

Suplente: ROBERTA BRAND

Titular : LAÉRCIO CORSO

Suplente: CANÍSIO BOESING

IV- Representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina:

Titular : ROBERTO LUIZ DIEHL

Suplente: MARCOS FIORINI

V - Representantes da Associação de Engenheiros Cíveis do Meio Oeste Catarinense - AENCIMOC:

Titular : GILBERTO HOFFELDER JÚNIOR

Suplente: ANA JÚLIA UNGERICH

VI - Representantes da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Rio do Peixe:

Titular : ROBERTO DE CARLI

Suplente: JULIO KRATOVIL

VII - Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil:

Titular : ELISÂNGELA SCHAITEL

Suplente: MAICON SGANZERLA DE CARVALHO

VIII - Representantes da UNOESC:

Titular : SÉRGIO LUIZ MARQUEZI

Suplente: FERNANDA REGENSBURGER POLETO

IX - Representantes da Associação de Moradores:

Titular : AIRTON HOFFMANN

Suplente: WALDEMAR DRESCH

Titular : ALINE SCHLINDWEIN

Suplente: EDINÉIA MANNES

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de setembro de 2014.

Luzerna(SC), 26 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO 1925

DECRETO Nº 1925 de 12 de novembro de 2014.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA”

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no montante de R\$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o dia 12 de novembro de 2014, nas fontes abaixo descritas, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído à seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0601.12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação ..... R\$ 20.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Projeto - 1601.16.482.0019.1022 - Programa de Habitação Popular Urbana

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 24 - Transferência de Convênios Estado Outros ..... R\$ 6.900,00

TOTAL ..... R\$ 26.900,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo

do Excesso de Arrecadação.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## **DECRETO 1926**

DECRETO Nº 1926 de 13 de novembro de 2014.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA”

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

### **DECRETA:**

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, apurado até 13 de novembro de 2014, na Fonte 52 - Piso Básico Fixo/PBF, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA  
Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 0.3.52 - Piso Básico Fixo/PBF ..... R\$ 3.200,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 12/11/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 12/11/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>17.735,68</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.375,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	1.375,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00	IGD-M Programa Bolsa Família	1.375,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.360,68
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.360,68
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	9.816,41
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.544,27

Luzerna, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



**Macieira****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO \_ PROCESSO Nº 0011/2014  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA  
EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0011/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0007/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 27 de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3157, de 30 de abril de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de 01 (um) veículo automotivo, 0 km, sedan, modelo 2015, a ser adquirido através de recursos do Convênio nº 002840/2014, conforme especificações do Anexo I do Edital, Plano de Trabalho e exigências de trânsito vigentes, para uso na Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao transporte de pacientes fora de domicílio de Macieira.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 27/11/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0007/2014, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 07h00m às 13h00m.

Macieira - SC, 13 de novembro de 2014.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**Mafra****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATOS Nº 001/2014 E 002/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 001/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: M. MÓBILI EIRIELI - EPP

CNPJ Nº: 15.764.033/0001-85

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de mobiliário para o imóvel locado para a permanência dos profissionais médicos oriundos do Programas Mais Médicos do Ministério da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 013/2014, Dispensa por Justificativa nº 009/2014

Valor: R\$ 16.698,37 (Dezesseis mil, seiscentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 20/01/2014

Prazo: 31/12/2014

Código do Recurso e Fonte:

2986-1602.2168.3390302000

(253)

2987-1602.2168.3390302100

(253)

2988-1602.2168.3390302200

(253)

2104-1602.2168.4490521200

(254)

2338-1602.2168.4490524200

(254)

2991-1602.2168.4490523300

(254)

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 002/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SANDRA ROGÉLIA MOREIRA RIBAS

CPF Nº: 513.941.709-04

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de imóvel para a permanência de profissionais médicos oriundos do "Programa Mais Médicos" do Ministério da Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 009/2014, Dispensa por Justificativa nº 006/2014

Valor: valor mensal de R\$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais), perfazendo R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais) o período de 12 (doze) meses

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 20/01/2014

Prazo: 12 (doze) meses, com início em sua assinatura, com possibilidade de prorrogação.

Código do Recurso e Fonte:

2982-1602.2168.3390391000

(253)

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 003/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A

CNPJ Nº: 92.821.701/0057-64

Objeto: O presente instrumento tem por objeto assinatura do jornal "A Notícia", o qual é de suma importância para dar início ao trabalho pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição do anexo I, nos termos do Processo de Inexigibilidade nº 001/2014, deste Município de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 040/2014 - Inexigibilidade n.º 001/2014

Valor: R\$ 15.620,00 (Quinze mil seiscentos e vinte reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 28/01/2014

Prazo: 31/12/2014

Dotação Orçamentária:

1310-1701.2100.3390390100

(173) Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 004/2014 E 005/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 004/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

CNPJ Nº: 04.435.876/0001-11

Objeto: O presente contrato tem por objetivo aquisição de materiais para drenagem e reconstrução do muro do CEIM Vila Nova, através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade: Processo n.º 055/2014, Dispensa por Justificativa nº 038/2014

Valor: R\$ 12.262,65 (doze mil duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 03/02/2014

Prazo: 28/09/2014

Código do Recurso e Fonte:

3058.1701.2100.3390302400

(175) Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 005/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS S/A

CNPJ Nº: 85.131.704/0001-56

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 50.000 km do veículo VW Amarok placa MJO 8224, pertencente à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia do veículo.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 001/2014, Dispensa por Justificativa n.º 001/2014

Valor: R\$ 1.167,01 (Um mil cento e sessenta e sete reais e um centavo).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 03/02/2014

Prazo: 31/12/2014

Código do Recurso e Fonte:

2979-2402.2155.3390391900

(217) 1398-2402.2155.3390303900

(217)

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 006/2014 E 007/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 006/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CIA ULTRAGAZ S/A

CNPJ Nº: 61.602.199/0232-44

Objeto: O presente instrumento tem por objeto aquisição de cargas de gás de cozinha, 13 Kg e 45 Kg, destinadas aos Centros de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrição do anexo I, nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 013/2014, deste Município de Mafra, cuja Contratada sagrou-se vencedora, de acordo com as ordens de compras no 183 e 184.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 035/2014, Pregão Presencial n.º 013/2014

Valor: R\$ 125.320,00 (Cento e vinte e cinco mil, trezentos e vinte reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 11/02/2014

Prazo: 31/12/2014

Código do Recurso e Fonte:

656-1701.2107.3390300400

(160) 655-1701.2106.3390300400

(181) Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 007/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ Nº: 17.895.893/0001-83

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de peças para revisão dos 10.000 km dos veículos Renault Logan placa MLP 9565, Renault Logan placa MLP 9375 e Renault Duster placa MLO 9655, pertencentes à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia dos veículos.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 037/2014, Dispensa por Justificativa n.º 024/2014

Valor: R\$ 675,00 (Seiscentos e setenta e cinco reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 18/02/2014

Prazo: 31/12/2014

Código do Recurso e Fonte:

1398-2402.2155.3390303900

(217)

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 008/2014 E 009/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 008/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES - COOARPA

CNPJ Nº: 05.513.750/0001-80

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação, previsão para seis meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Chamada Pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modalidade: Chamada Pública n.º 001/2014, Processo Licitatório nº 033/2014;

Valor: R\$ 164.874,00 (Cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e quatro reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/02/2014

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 06 meses após a data do contrato.

Código do Recurso e Fonte:

698-1701.2108.3390300700

(183) 700-1701.2109.3390300700

(163) Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 009/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ARI JOÃO STROBEL

CPF Nº: 850.866.069-34

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação, previsão para seis meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Chamada Pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modalidade: Chamada Pública n.º 001/2014, Processo Licitatório nº 033/2014;

Valor: R\$ 16.160,00 (Dezesseis mil cento e sessenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/02/2014

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 06 meses após a data do contrato

Código do Recurso e Fonte:

698-1701.2108.3390300700

(183) 700-1701.2109.3390300700

(163) Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO DE CONTRATOS Nº 010/2014 E 011/2014

##### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 010/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: JOSÉ ODACIR KALISKY

CPF Nº: 820.899.069-87

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação, previsão para seis meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Chamada Pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modalidade: Chamada Pública n.º 001/2014, Processo Licitatório nº 033/2014;

Valor: R\$ 3.010,00 (Três mil e dez reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/02/2014

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 06 meses após a data do contrato.

Código do Recurso e Fonte:

698-1701.2108.3390300700

(183) 700-1701.2109.3390300700

(163)

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 011/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: ELOI ODINEI STROBEL

CPF Nº: 018.935.089-00

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação, previsão para seis meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Chamada Pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modalidade: Chamada Pública n.º 001/2014, Processo Licitatório nº 033/2014;

Valor: R\$ 6.780,00 (Seis mil setecentos e oitenta reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/02/2014

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 06 meses após a data do contrato

Código do Recurso e Fonte:

698-1701.2108.3390300700

(183) 700-1701.2109.3390300700

(163)

Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO DE CONTRATOS Nº 012/2014 E 013/2014

##### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 012/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MARTIM SOMMER

CPF Nº: 194.375.959-68

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação, previsão para seis meses, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Chamada Pública, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Modalidade: Chamada Pública nº001/2014 - Processo Licitatório nº 33/2014,

Valor: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/02/2014

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 06 meses após a data do contrato.

Código do Recurso e Fonte:

698-1701.2108.3390300700

(183) 700-1701.2109.3390300700

(163) Foro: Comarca de Mafra

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 013/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MARCOS VINÍCIUS ROMAGNA

CPF Nº: 046.766.899-00

Objeto O presente contrato tem por objetivo a contratação emergencial de 03 (três) profissionais Cirurgiões Dentistas por tempo determinado, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo n.º 151/2014, Dispensa por Justificativa nº 118/2014

Valor mensal R\$ 2.531,50 (Dois mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 25/02/2014

Prazo: 180 dias a contar da data de assinatura

Código do Recurso e Fonte:

3230-1602.2087.3390363000

(256) Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATOS Nº 014/2014 E 015/2014****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 014/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ADRIELLY RENATA ROSA

CPF Nº: 076.868.249-50

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação emergencial de 03 (três) profissionais Cirurgiões Dentistas por tempo determinado, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo n.º 151/2014, Dispensa por Justificativa nº 118/2014

Valor mensal: R\$ 2.525,00 (Dois mil quinhentos e vinte e cinco reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 25/02/2014

Prazo: 180 dias a contar da data de assinatura.

Código do Recurso e Fonte:

3230-1602.2087.3390363000

(256) Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº: 015/2014

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PATRICIA JURI RESTON PINTO SCHULTZ

CPF Nº: 005.003.789-75

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação emergencial de 03 (três) profissionais Cirurgiões Dentistas por tempo determinado, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo n.º 151/2014, Dispensa por Justificativa nº 118/2014

Valor mensal: R\$ 2.530,00 (Dois mil quinhentos e trinta reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 25/02/2014

Prazo: 180 dias a contar da data de assinatura

Código do Recurso e Fonte:

3230-1602.2087.3390363000

(256) Foro: Comarca de Mafra

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 34/2014**

PORTARIA Nº 34/2014

12 de novembro de 2014

NOMEIA ASSESSORA LEGISLATIVA

Ver. Hebert Gilso Werka, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07, resolve:

Art. 1º Nomear MARIA ELIAS MORAES, para o cargo em Comissão de Assessora Legislativa, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 1.803,95 (hum mil, oitocentos e três reais e noventa e cinco centavos), a partir do dia 13.11.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 12 de novembro de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

**Maracajá****PREFEITURA****DECRETO 119/2014**

DECRETO Nº 119 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR IDADE A SERVIDORA ANA ALBINA PEREIRA ROCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Idade requerido pela servidora Ana Albina Pereira Rocha;  
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;  
Considerando, o parecer administrativo nº 002/2011 da Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;  
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a aposentadoria da servidora Ana Albina Pereira Rocha.

**DECRETA:**

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 18 de Agosto de 2011, aposentadoria por idade a servidora ANA ALBINA PEREIRA ROCHA, brasileira, nascida em 15 de maio de 1951, portador do CPF Nº 613.220.329-04, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 328, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com base no artigo 40 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, inciso III, alínea 'b', com vigência imediata, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2011 do FUMPREVI, indica a concessão do Benefício por Aposentadoria por Idade (Proventos Proporcionais) com valor de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), com vigência a partir de 18 de agosto de 2011.  
Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria da servidora, homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º A exoneração da servidora ANA ALBINA PEREIRA ROCHA, brasileira, nascida em 15 de Maio de 1951, portadora do CPF Nº 613.220.329-04, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 328, em razão da aposentadoria por idade, homologada no art.1º desse Decreto, foi efetivada pela Portaria Municipal nº 309 de 18 de Agosto de 2011.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,  
06 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 06 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração



# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144 /2014

DECRETO Nº 144 /2014

De 10/10/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2013 do MUNICIPIO DE MAREMA, e FMS na ordem de recursos com valor R\$ 7.773,51 (Sete mil setecentos setecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Art. 3º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Código	Secretaria/departamento		
1015	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
09.127.812	2.046	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90000	03.00	REDUZIDO 095	1.033,90

Código	Secretaria/departamento		
1010	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
08.115.451	2.046	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90000	01.00	REDUZIDO 051	6.567,61

Código	Secretaria/departamento		
1301	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
funcional	Proj./ativ.	descrição	
13.110.301	2.046	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	
Modalidade	Fonte	Dotação	
44.90000	03.00	REDUZIDO 039	172,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Func. Designado

### DECRETO Nº 145 /2014

DECRETO Nº 0145 /2014

De 10/10/2014

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.030/2013 DE 04 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decreta a utilização do Excesso de arrecadação referente AO REPASSE - DO FNAS - CRAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 71.566,67 (Setenta e um mil quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Art. 2º- Fica Decreta a utilização do Excesso de arrecadação referente AO REPASSE - DO FEAS - - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no comparativo do valor da provável arrecadação REF. arrecadação conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 20.008,62 (Vinte mil, oito reais e sessenta e dois centavos).

Art. 2º-Com os Recursos Advindos do Art. 1º e 2º deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

#### Reduzido 03 - CRAS - FEDERAL

Código	Secretaria/departamento	
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
funcional	Proj./ativ.	descrição
18.244.801	2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	01.52	71.566,67

#### Reduzido 03 - ESTADUAL

Código	Secretaria/departamento	
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
funcional	Proj./ativ.	descrição
18.244.801	2.023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Modalidade	Fonte	Dotação
33.90000	01.52	20.008,62

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado



**DECRETO Nº 146/2014**

DECRETO nº146/2014

De 13/10/2014

NOMEIA VANDERLEI ANTONIO CALDERAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPTO CC-05- CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração.

**DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de VANDERLEI ANTONIO CALDERAN na função de Chefe de Dpto - CC -05 Cargos em Comissão de Livre nomeação e exoneração - 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Administração, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto 012/2014 de 10/02/2014.

Gabinete do Prefeito em 13 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

**DECRETO Nº 147/2014**

DECRETO nº147/2014

De 13/10/2014

NOMEIA SOLANGE DA FONSECA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPTO CC-06- CARGO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, CONSTANTE NO ANEXO II - QUADRO DE PESSOAL EM COMISSÃO - DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 036/2014 DE 19.02.2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 8, I do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema c/c o art. 3º, art. 11 inciso II e CONSIDERANDO o cargo de livre nomeação e exoneração.

**DECRETA**

Art. 1º - A nomeação de SOLANGE DA FONSECA na função de Chefe de Dpto - CC -06 Cargos em Comissão de Livre nomeação e exoneração - 40 horas, junto ao Departamento Municipal de Saúde, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 036/2014 de 19.02.2014, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 13 de outubro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

**DECRETO Nº 148 /2014**

DECRETO Nº 148 /2014

De 05/11/2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei Municipal 1.030/2013 de 04 de dezembro de 2013 e Lei 1049/2014 de 08 de setembro de 2014.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica suplementado dotações orçamentárias no valor de R\$ 22.400,00

( reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Câmara de Vereadores	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0101	2.018	Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	20.000,00
3.3.90.00.00	01.00	2.400,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

01.01	Câmara de Vereadores	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0101	2.018	Manutenção das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.50.00.00	01.00	8.400,00
4.4.90.00.00	01.00	14.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

**DECRETO N. 149/2014**

DECRETO n. 149/2014

De 10/11/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO n. 036/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 020/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

**DECRETA**

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.036/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 020/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em Aquisição de Academia ao Ar Livre e Implementos Agrícolas.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01, 02, 03, 06 e 08 ao proponente vencedor CELSO MOACIR GOMES - EPP, no valor total de 5.000,00 (reais); o objeto do item 09 ao proponente vencedor RICARDO M. EBERT - ME, no valor de R\$ 15.740,00 (reais); o objeto do item 04 e 05 ao proponente vencedor S.O.ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA no valor de R\$ 1.319,00 (reais); o objeto do item 07 ao proponente vencedor VINICIUS BRACHT MALAGUTTI-EPP no valor de R\$ 630,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº176/2014**

Portaria nº176/2014

De 05/11/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INDIAMARA SIMONETTI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 91 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema e CONSIDERANDO a apresentação de certificado de nível escolar de Conclusão de Graduação devidamente registrado no órgão competente.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder a Servidora Publica Municipal, INDIAMARA SIMONETTI gratificação por grau de instrução de nível de Graduação, num percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o vencimento da servidora.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

**PORTARIA Nº177/2014**

Portaria nº177/2014

De 05/11/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SILVANO CIRO PIAESKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SILVANO CIRO PIAESKI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 12/11/2014 a 21/11/2014.

- Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 24/11/2014 a 03/12/2014.

- - Gozo de férias por um período de 10 dias para data futura a ser marcado em consenso com o departamento de recursos humanos.  
§ ÚNICO - Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos. Considerando o interesse e bem do serviço publico, mediante requerimento do servidor.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 09/01/2014 a 08/01/2015.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 05 de novembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTELL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Servidor Designado

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 28/2014 - AQUISIÇÃO DE EPI'S

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2014

Processo Licitatório Nº. 78 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 48 / 2014 - MULTIENTIDADE

VALIDADE: 12 (doze) meses (10-11-2014 a 10-11-2015)

Aos dez dias do mês de Novembro do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora Sra. SUZANE E. F. REINKE, brasileira, casada, CPF nº. 468.882.339-87, Cédula de Identidade nº. 1.131.963-1, residentes e domiciliados neste Município, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 78/2014 - Pregão Presencial nº. 48/2014 - multientidade, homologado pelo Prefeito, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresa que forneçam de EPI'S para os servidores públicos municipais ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de acima mencionado, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA, neste ato representado por DANYARA ALVES PEREIRA	00.328.116/0001-54

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de EPI'S para os servidores públicos do Município de Massaranduba (Prefeitura e Fundos Municipais), ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO II - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.1. O objeto da licitação deverá ser entregue parceladamente no almoxarifado central, anexo a Prefeitura, no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da ordem de compra, juntamente com a nota fiscal.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

3.1. Fazem parte desta Ata, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital de Pregão Presencial nº. 48/2014 - Registro de Preço, Homologação, além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

4.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 35.087,60 (trinta e cinco mil, oitenta e sete reais e sessenta centavos). Segue abaixo os valores unitários.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit. R\$.	Valor Total R\$
01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI'S PARA AUXILIAR DE MANUTENCAO	UNID	3M	1,00000	515,0000	515,00
01.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE PVC 60X120CM COM ALCAS SOLDADAS, PRETO	KIT	PROT CAP	2,00000	7,5000	15,00
01.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO PRETA CANO CURTO (nº. 39 a 45)	KIT	ITALBOTAS	2,00000	22,5000	45,00
01.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA DE PVC PRETA SEM FORRO, TAMANHOS DE PUNHO 26, COMPRIMENTO 36.	KIT	HANDSCHUE	2,00000	6,5250	13,05
01.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA RESPIRATORIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUIMICO (VAPORES ORGANICOS E GASES ACIDOS)	KIT	3M	2,00000	169,2250	338,45
01.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CREME DE PROTECAO PARA PELE GRUPO 3	KIT	HENLAU	2,00000	5,5000	11,00
01.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	Luva de PVC cano longo 45 CM COMPRIMENTO TOTAL	KIT	HANDSCHUE	2,00000	15,5000	31,00

01.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	2,00000	29,0000	58,00
01.08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOL	2,00000	1,7500	3,50
02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA GERENTE DE MANUTENCAO GERAL	UNID	3M	1,00000	275,0000	275,00
02.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO	KIT	KALIPSO	1,00000	4,9800	4,98
02.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CREME DE PROTECAO PARA PELE GRUPO 3	KIT	HENLAU	1,00000	6,2000	6,20
02.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA RESPIRATORIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUÍMICO (VAPORES ORGANICOS)	KIT	3M	1,00000	172,0000	172,00
02.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	Sapato preto SOCIAL com cadarço COM CA (nº. 39 a 45)	KIT	BOOTMINAS	1,00000	32,6200	32,62
02.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL IMPERMEAVEL- AVENTAL EM TREVIRA KPS	KIT	BALASKA	1,00000	32,0000	32,00
02.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PAR BOTA DE BORRACHA-BOTA DE PVC C/ FORRO CANO CURTO (Nº. 39 A 45)	KIT	ITALBOTAS	1,00000	27,2000	27,20
03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA MECANICO	UNID	3M	1,00000	296,0000	296,00
03.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA EM FIBRA COM VISOR FIXO E CATRACA	KIT	LEDAN	1,00000	21,5700	21,57
03.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE RASPA INTEIRO COM REBITE 60X100 CM	KIT	JLM	1,00000	34,3700	34,37
03.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA DE RASPA COM REFORÇO NA PALMA E DEDOS 70 CM	KIT	VOLK	1,00000	30,8300	30,83
03.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERÇÃO EM SILICONE COM CORDAO NRRSF 17 DB.	KIT	3M	1,00000	2,3400	2,34
03.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CREME DE PROTECAO PARA PELE GRUPO 3	KIT	HENLAU	1,00000	6,2000	6,20
03.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE PVC 60X120CM COM ALCAS SOLDADAS, PRETO	KIT	PROT CAP	1,00000	7,6500	7,65
03.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA SEMI-FACIAL COM COMPARTIMENTO PARA DOIS FILTROS LATERAIS , COMPLETA JÁ COM FILTRO QUÍMICO PARA VAPORES ORGANICOS	KIT	3M	1,00000	161,6800	161,68
03.08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	1,00000	29,4100	29,41
03.09	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOOL	1,00000	1,9500	1,95
04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA MOTORISTA DE CAÇAMBA	UNID	3M	1,00000	2.630,0000	2.630,00
04.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 14 DB	KIT	3M	35,00000	2,5429	89,00
04.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	35,00000	33,1714	1.161,00
04.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA EM TREVIRA KPS COM MANGA E CAPUZ, MEDIDA MINIMA DE COMPRIMENTO 1,10MTS	KIT	PROT CAO	30,00000	46,0000	1.380,00
05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA MOTORISTA DE CAMINHAO PIPA	UNID	PROT CAP	1,00000	490,0000	490,00
05.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 14 DB	KIT	3M	6,00000	2,5467	15,28
05.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	6,00000	33,1200	198,72

05.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA EM TREVIRA KPS COM MANGA E CAPUZ, MEDIDA MINIMA DE COMPRIMENTO 1,10MTS	KIT	PROT CAP	6,00000	46,0000	276,00
06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR DE MAQUINA HIDRAULICA	UNID	CARTOON	1,00000	210,0000	210,00
06.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 14 DB	KIT	3M	6,00000	2,5467	15,28
06.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	6,00000	32,4533	194,72
07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR DE MOTONIVELADORA	UNID	CARTOON	1,00000	274,8000	274,80
07.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	KIT	3M	8,00000	2,5288	20,23
07.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	8,00000	31,8213	254,57
08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	UNID	CARTOON	1,00000	137,0000	137,00
08.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	KIT	3M	4,00000	2,5200	10,08
08.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	4,00000	31,7300	126,92
09	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	UNID	CARTOON	1,00000	207,8000	207,80
09.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	KIT	3M	6,00000	2,5500	15,30
09.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	6,00000	32,0833	192,50
10	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	UNID	CARTOON	1,00000	138,0000	138,00
10.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	KIT	3M	4,00000	2,5400	10,16
10.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	4,00000	31,9600	127,84
00011	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA OPERADOR GERAL	UNID	CARTOON	1,00000	210,0000	210,00
11.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	KIT	3M	6,00000	2,5750	15,45
11.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	6,00000	32,4250	194,55
12	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (ABASTECIMENTO)	UNID	CARTOON	1,00000	63,0000	63,00
12.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	2,00000	31,5000	63,00
13	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (COLETA DELIXO)	UNID	ESCUDEIRO	1,00000	548,0000	548,00
13.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUA DE PVC VERDE COM FORRO TAMANHO 26	KIT	HANDSCHUE	4,00000	5,5325	22,13



13.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	4,00000	27,5000	110,00
13.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BONÉ TIPO ÁRABE	KIT	ESCUDEIRO	4,00000	34,8675	139,47
13.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAMISA MANGA LONGA EM TECIDO ALGODAO	KIT	ZAPZ	10,00000	22,0000	220,00
13.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOOL	8,00000	1,9500	15,60
13.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	COLETE REFLETIVO TIPO X	KIT	BALASKA	6,00000	6,8000	40,80
14	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (MANUTENCAO DE VIAS PUBLICAS)	UNID	CARTOON	1,00000	6.400,0000	6.400,00
14.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	KIT	MAICOL	30,00000	15,2000	456,00
14.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BLOQUEADOR SOLAR SPF 50, MÍNIMO 120G, PROTEÇÃO UVA/UVB, LOÇÃO, RESISTENTE A ÁGUA, HIDRATANTE, FÓRMULA DE TEXTURA LEVE, DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM VITAMINA E E ALO E VERA, NÃO OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO, PARA PELE SENSÍVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	KIT	HENLAU	30,00000	19,0000	570,00
14.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO PRETA CANO CURTA	KIT	ITALBOTAS	30,00000	29,0000	870,00
14.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO	KIT	KALIPSO	30,00000	4,9667	149,00
14.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	30,00000	33,0000	990,00
14.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BONÉ TIPO ÁRABE	KIT	ESCUDEIRO	60,00000	32,1333	1.928,00
14.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAMISA MANGA LONGA EM TECIDO ALGODAO	KIT	ZAPZ	60,00000	22,0000	1.320,00
14.08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOOL	60,00000	1,9500	117,00
15	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (APLICACAODE VENENOS NAS VIAS PUBLICAS)	UNID	3M	1,00000	500,0000	500,00
15.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 14 DB	KIT	3M	2,00000	2,4500	4,90
15.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO PRETA CANO CURTO (nº. 39 a 45)	KIT	ITALBOTAS	2,00000	29,2600	58,52
15.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO	KIT	KALIPSO	2,00000	4,9800	9,96
15.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CONJUNTO PULVERIZACAO (MACACAO PLASTICO)	KIT	PROSTSPRAY	2,00000	46,2900	92,58
15.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA RESPIRATORIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUIMICO (VAPORES ORGANICOS E GASES ACIDOS)	KIT	3M	2,00000	167,0200	334,04
16	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA ENGENHEIRO AGRONOMO	UNID	ITALBOTAS	1,00000	145,0000	145,00
16.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE PVC 60X120CM COM ALCAS SOLDADAS, PRETO	KIT	PROT CAP	2,00000	6,0000	12,00
16.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BLOQUEADOR SOLAR SPF 50, MÍNIMO 120G, PROTEÇÃO UVA/UVB, LOÇÃO, RESISTENTE A ÁGUA, HIDRATANTE, FÓRMULA DE TEXTURA LEVE, DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM VITAMINA E E ALO E VERA, NÃO OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO, PARA PELE SENSÍVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	KIT	HENLAU	2,00000	19,0000	38,00
16.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO BRANCA CANO CURTO	KIT	ITALBOTAS	2,00000	28,5000	57,00

16.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA NITRILICA VERDE COM FORRO	KIT	KALIPSO	2,00000	3,8000	7,60
16.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	KIT	MAICOL	2,00000	15,2000	30,40
17	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI 'S PARA MEDICO VETERINARIO	UNID	CARTOON	1,00000	510,0000	510,00
17.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	KIT	MAICOL	2,00000	15,2000	30,40
00017.00002	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO BRANCA CANO CURTO	KIT	ITALBOTAS	2,00000	29,3000	58,60
17.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BLOQUEADOR SOLAR SPF 50, MÍNIMO 120G, PROTEÇÃO UVA/UVB, LOÇÃO, RESISTENTE A ÁGUA, HIDRATANTE, FÓRMULA DE TEXTURA LEVE, DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM VITAMINA E E ALO E VERA, NÃO OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO, PARA PELE SENSÍVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	KIT	HENLAU	2,00000	19,0000	38,00
17.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTERIL CX.COM 100UNID. TEXTURA UNIFORME,AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL, BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO P - M - G.	KIT	EMBRAMAC	2,00000	21,1200	42,24
17.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL COM ELASTICO, 100% POLIPROPILENO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	KIT	EMBRAMAC	2,00000	5,9200	11,84
17.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOOL	2,00000	1,9500	3,90
17.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	2,00000	32,4900	64,98
17.08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MACACAO DE SEGURANÇA EM TECIDO TYVEK	KIT	DU PONT	10,00000	26,0040	260,04
18	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI 'S PARA TECNICO AGRICOLA	UNID	CARTOON	1,00000	245,0000	245,00
18.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	KIT	MAICOL	2,00000	15,2000	30,40
18.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BOTA DE BORRACHA SEM FORRO BRANCA CANO CURTO	KIT	ITALBOTAS	2,00000	29,3000	58,60
18.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BLOQUEADOR SOLAR SPF 50, MÍNIMO 120G, PROTEÇÃO UVA/UVB, LOÇÃO, RESISTENTE A ÁGUA, HIDRATANTE, FÓRMULA DE TEXTURA LEVE, DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM VITAMINA E E ALO E VERA, NÃO OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO, PARA PELE SENSÍVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	KIT	HENLAU	2,00000	19,0000	38,00
18.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTERIL CX.COM 100UNID. TEXTURA UNIFORME,AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL, BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO P - M - G.	KIT	EMBRAMAC	2,00000	20,0000	40,00
18.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL COM ELASTICO, 100% POLIPROPILENO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	KIT	EMBRAMAC	2,00000	5,0700	10,14
18.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	SATISTOOL	2,00000	1,9500	3,90
18.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	2,00000	31,9800	63,96
19	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AUXILIAR MANUTENÇÃO (ELETRICISTA) CONFORME NR15 ANEXO 1 -NR16 ANEXO IV-NR10 ALINEA C	UNID	ORION	1,00000	6.550,0000	6.550,00

19.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUE-DISTA, COM TALABARTE EM Y TUBULAR COM ABS E TALABARTE DE SEGURANÇA PARA POSICIONAMENTO COM REGULAGEM DE DISTANCIA	KIT	ATHENAS	2,00000	996,1200	1.992,24
19.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA PADÃO CELESC (Nº. 39 A 45)	KIT	CONFORTO	4,00000	62,0000	248,00
19.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPACETE DE PROTEÇÃO CLASSE B COM JUGULAR PADRÃO CELESC	KIT	LEDAN	2,00000	22,0000	44,00
19.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVAS DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA PARA 10KV PADRÃO CELESC	KIT	ORION	4,00000	420,0000	1.680,00
19.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PAR MANGAS DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA PARA 10KV PADRÃO CELESC	KIT	ORION	2,00000	760,7400	1.521,48
19.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇA EM TECIDO ALGODAO ESPECIAL PARA ELETRICISTAPADRAO NR-10 CLASSE 2	KIT	BRAÇO FORTE	4,00000	170,0700	680,28
19.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAMISA MANGA LONGA EM ALGODAO ESPECIAL PARA ELETRICISTA PADRAO NR-10 CLASSE 2	KIT	BRAÇO FORTE	2,00000	192,0000	384,00
20	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI S PARA ENGENHEIRO CIVIL	UNID	CARTOON	1,00000	133,0000	133,00
20.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	CARTOON	4,00000	32,2750	129,10
20.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	KIT	satistool	2,00000	1,9500	3,90
21	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO COLETA DE LIXO	UNID	CONFORTO	1,00000	445,0000	445,00
21.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CALÇADO DE SEGURANÇA EM VAQUETA TIPO SAPATO COM SOLADO BI-DENSIDADE ,FECHAMENTO POR ELASTICO (Nº. 39 A 45)	KIT	conforto	6,00000	58,9667	353,80
21.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	KIT	MAICOL	6,00000	15,2000	91,20
22	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	EPI ´S PARA TECNICO EM RADIOLOGIA	UNID	KONEX	1,00000	3.215,0000	3.215,00
22.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA SEM PROTEÇÃO NAS COSTAS, USO PROFISSIONAL COM 110X60CM COM 0,50MM PB, SEM PROTETOR DE TIREÓIDE.	UNID	KONEX	1,00000	1.295,0000	1.295,00
22.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBÍFERA COM PROTEÇÃO NAS COSTAS, USO PROFISSIONAL COM 110X60CM COM 0,50MM PB, SEM PROTETOR DE TIREÓIDE.	UNID	KONEX	1,00000	1.920,0000	1.920,00
23	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	ESTOQUE ALMOXARIFADO;	UNID	PROMAT	1,00000	10.950,0000	10.950,00
23.01	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL COM ELASTICO, 100% POLIPROPILENO. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	CAIXA	EMBRAMAC	5,00000	4,6100	23,05
23.02	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTERIL CX.COM 100UNID. TEXTURA UNIFORME,AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL, BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO P - M - G.	CAIXA	EMBRAMAC	5,00000	15,1400	75,70
23.03	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	BLOQUEADOR SOLAR SPF 50, MÍNIMO 120G, PROTEÇÃO UVA/UVB, LOÇÃO, RESISTENTE A ÁGUA, HIDRATANTE, FÓRMULA DE TEXTURA LEVE, DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM VITAMINA E E ALO E VERA, NÃO OLEOSO, NÃO COMEDOGÊNICO, PARA PELE SENSÍVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE.	UNID	HENLAU	160,00000	19,0000	3.040,00
23.04	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	OCULOS INCOLOR POLICARBONATO	UNID	SATISTOOL	30,00000	1,9500	58,50

23.05	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CAPA DE CHUVA PVC AMARELA MANGA LONGA E CAPUZ	UNID	MAICOL	20,00000	14,7680	295,36
23.06	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	PROTETOR AUDITIVO DE INSERCAO EM SILICONE COM CORDAO DE ALGODAO NRRSF 17 DB	PAR	3M	50,00000	2,5500	127,50
23.07	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	MASCARA RESPIRATORIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUÍMICO (VAPORES ORGANICOS E GASES ACIDOS)	UNID	3M	10,00000	166,0290	1.660,29
23.08	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CARTUCHO QUÍMICO 6001 - VO CA4115 - MÁSCARA RESPIRATÓRIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUÍMICO (VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS)	PAR	3M	10,00000	57,9000	579,00
23.09	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	FILTRO PARA RESPIRADOR 5N11, PARA MÁSCARA RESPIRATÓRIA MEIA PEÇA FACIAL; CARTUCHO QUÍMICO (VAPORES ORGÂNICOS E GASES ÁCIDOS)	PAR	3M	10,00000	12,8600	128,60
23.10	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	CONJUNTO PULVERIZACAO (MACACAO PLASTICO)	UNID	PROTSRAY	10,00000	37,1000	371,00
23.11	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	LUA DE SEGURANÇA TRICOTADA EM FIOS DE ELASTANO EFIBRA DE VIDRO COM POLIETILENO, REVESTIMENTO EM BORRACHA NITRÍLICA NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOSE PARTE DO DORSO, PUNHO EM NAYLON, ACABAMENTO EM OVERIOQUE CONFORME CA Nº 28.647	PAR	PROMAT	100,00000	38,9000	3.890,00
23.12	BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA	JARDINEIRA TECIDO TREVIRA KP 500 C/ BOTA CONFORME CA 18407	UNID	PRTO CAP	6,00000	116,8333	701,00
Total do Fornecedor: R\$ 35.087,60							

4.2. Este instrumento não obriga o município de Massaranduba - SC, adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Parágrafo único: O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual. Para a comprovação de aumento de preços pelo fornecedor, será levado em consideração apenas, notas fiscais emitidas no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura das propostas deste certame.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração;

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E RECURSOS:

6.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária do ano corrente.

6.2. A efetiva dotação será discriminada na ordem de compra.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES:

7.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, a critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

Parágrafo segundo - Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

Parágrafo terceiro - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

Parágrafo quarto - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

Parágrafo quinto - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

Parágrafo sexto - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FORÇA MAIOR:

8.1. No caso de impossibilidade de cumprimento por parte da CONTRATADA do previsto neste contrato, devido à força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato ao CONTRATANTE e ratificar por escrito em até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

Parágrafo primeiro - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

Parágrafo segundo - O CONTRATANTE e a CONTRATADA, reciprocamente não serão responsáveis, por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2 - A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens de penalidades deste Edital;

9.1.3 - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

9.1.4 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

10.1. A empresa vencedora obriga-se a:

10.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2. Entregar o objeto da licitação, dentro do prazo de até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da ordem de compra, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II;

10.1.3. Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados, bem como eventual custo de frete na retirada e entrega do objeto;

10.1.4. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.6. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital.

10.1.7. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL:

11.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

11.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula "5" desta Minuta de Contrato.

11.3. Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto nesta minuta de Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preços e o Edital do Processo Licitatório nº. 78/2014 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

14.1. O objeto da licitação tem vigência até 12 meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

14.2. Findo o prazo previsto para o termino do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA/FUNDO MUNICIPAL, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba - SC	10	de	Novembro	de	2014
-------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SUZANE E. F. REINKE Gestora
---	--

BERGO EQUIP DE SEGURANCA LTDA DANYARA ALVES PEREIRA  
Contratada



## Modelo

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 290/2014

DECRETO Nº 290/2014 DE 12.11.2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE LEILOEIRO NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Considerando a Lei Federal nº 8.666/93,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Municipal ADILSON CESAR BRAUN, ocupante do cargo de Diretor Municipal de Material e Patrimônio, para atuar como LEILOEIRO, nos processos licitatórios na modalidade Leilão, a partir desta data, em conformidade com o disposto no Artigo nº 53 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º - As atribuições do leiloeiro incluem, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo  
aos 12 de novembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

## Navegantes

### PREFEITURA

#### REANALIZE DA SUSPENSÃO E MULTA DIMACI 64/2013 FMS

REANALISE - DECISÃO P. A. nº 32/2014

DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

#### 1.Da Reanalise da Decisão

Diante dos novos fatos e fundamentos apresentados no Pedido de Reconsideração protocolado em 22/10/14 pela licitante DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

- Em consulta à peça recursal esta comissão NÃO encontrou documentos comprobatórios assinados pelos fabricantes confirmando tais atrasos (não há anexos)

- Quanto aos e-mails entre a Licitante e a Secretaria de Saúde foram apresentados no recurso (cópia & cola) os e-mails da DIMACI sobre caixas, e solicitação de troca de marcas, ENTRETANTO no recurso não foi apresentado o retorno da Secretaria de Saúde, que por sua vez em consulta ao Sr. Romulo, o mesmo afirmou que na época não havia sido aceita nem a quebra de quantidades nem a alteração de marcas ( ex. se o item 8 agua destilada foi licitado ampola unidade, a licitante deverá fornecer o numero que é solicitado ).

Desta forma, pautando nos Princípios da Razoabilidade a penalidade que antes era de Rescisão Total, impedimento de licitar pelo prazo de 02 anos com este ente Público mais multa, após reanalise definiu que a seguinte decisão passaria a ser: " Rescisão Total e IMPEDIMENTO DE LICITAR COM ESTE ENTE PÚBLICO PELO PRAZO DE 01 (UM) ANO, mais multa representada através de Boleto no valor de R\$ 1.657,46 (Hum mil seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos) que será enviado por AR para a empresa DIMACI SC, com prazo para pagamento de 30 dias após a publicação desta decisão sobre o processo administrativo PA nº 32/2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito de Navegantes

BENILDE PERAO

Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos  
Presidente da Comissão Permanente Licitação

Carla Claudino                      Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão              Membro da Comissão

Fernanda Hassmann Constâncio      Adriana Correa  
Membro da Comissão                      Membro da Comissão

Anna Claudia Gaya Costa  
Encarregada Processo Administrativo  
Navegantes, 13 de Novembro de 2014.

**ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN 187/2014.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº187/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 187/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 187/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: RSUL Ltda.

Valor Total: 412.650,00.

Vigência: 23/10/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 208/2014.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 208/2014.

PROCESSO: DL208/2014.

Órgão: Prefeitura Municipal de Navegantes

Objeto: Dispensa de Licitação visando a Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Impressão Gráfica, Mala Direta Postal Domiciliária, Serviço Resposta, Devolução Eletrônica e Confecção de Objetos para o fornecimento de Carnês Impressos, os quais serão entregues aos contribuintes do Município de Navegantes, SC.

Fornecedor: ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

VALOR: R\$28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Navegantes, 12 de novembro de 2014.

**Nova Trento****PREFEITURA****PROCESSO Nº 127/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 127/2014 - Pregão Presencial nº 080/2014  
Objeto: Aquisição de computadores para Vigilância Epidemiológica do Fundo de Saúde de Nova Trento, a serem adquiridos com recursos da Portaria 2363 de 18 de outubro de 2012, conforme características, especificações e quantidades constantes neste edital.  
Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 26/11/2014 até as 09:00 horas. Abertura: 26/11/2014 as 09:00 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 - site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 124/2014 - Pregão Presencial nº 077/2014  
Objeto: Aquisição parcelada de MERENDA ESCOLAR PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA TRENTO para o ano de 2015, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 27/11/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 27/11/2014 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014 – SRP Nº 046**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 128/2014 - Pregão Presencial nº 081/2014 - SRP nº 046

Objeto: Aquisição parcelada de Material de Limpeza, Gêneros Alimentícios e Gás de Cozinha, para a Prefeitura e suas Secretarias, exceto Educação e Fundo Municipal de Saúde, para o ano de 2015, conforme especificações constantes do anexo I, que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 01/12/2014 até as 09:30 horas. Abertura: 01/12/2014 às 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 116/2014 - Pregão Presencial nº 069/2014  
Objeto: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA CRECHES MUNICIPAIS para o ano de 2015, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 27/11/2014 até as 09:30 horas. Abertura: 27/11/2014 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2014 – SRP 044**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 123/2014 - Pregão Presencial nº 076/2014 - SRP 044

Objeto: O objeto deste pregão é o Registro de preços para Aquisição parcelada de 600 (seiscentos) litros de larvicida biológico - BTI, com potência mínima de 1.200 UTI//MG e/ou potência mínima 3.000 UAA/MG, concentração mínima de 1,6% de princípio ativo e validade mínima de 12 meses, destinado ao controle do simulião (mosquito borrachudo), de acordo com as especificações constantes deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 28/11/2014 até as 9:30 horas. Abertura: 28/11/2014 as 9:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 125/2014 - Pregão Presencial nº 078/2014  
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Diesel S-10 e Arla 32), para uso na Frota Municipal de Nova Trento (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o ano de 2015, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 28/11/2014 até as 14:30 horas. Abertura: 28/11/2014 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2014 – SRP 045**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 126/2014 - Pregão Presencial nº 079/2014 - SRP 045

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa para prestação de serviços de Lavagem, Lubrificação e Troca de Óleo dos veículos da Frota Municipal de Nova Trento/SC, durante o ano de 2015, conforme especificações constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 02/12/2014 até as 9:30 horas. Abertura: 02/12/2014 as 9:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 - site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br); [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2014 - PROCESSO Nº 111/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2014

PROCESSO Nº 111/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2014

Aos 12 (doze) dias do mês de novembro de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/11/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para contratação de serviços técnicos de calceteiro, para execução de reparos no calçamento (paralelepípedos, lajotas e meio-fio) e construção de faixas elevadas, nas vias públicas do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital, tipo menor preço por lote.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

POTÊNCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ Nº 08.584.828/0001-46)

Item	Qtde.	Unidade	ESPECIFICAÇÃO	VI. Unit.	VI. Total
1	6.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com paralelepípedo.	R\$ 13,95	R\$ 83.700,00
2	6.000	M²	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de calçamento com lajota.	R\$ 13,95	R\$ 83.700,00
3	3.000	ML	Serviço Técnico de Calceteiro para reparo de meio-fio.	R\$ 7,95	R\$ 23.850,00

4	3.000	M²	Serviço Técnico de Calçeteiro para construção de faixas elevadas.	R\$ 19,95	R\$ 59.850,00
---	-------	----	---	-----------	---------------

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 251.100,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 12 de novembro de 2014.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

#### PORTARIA Nº 958/2014

PORTARIA Nº 958/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGA a Portaria nº 500/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 078/2014, RAQUEL JORDANA DOS SANTOS DORNELLES, matrícula nº 6377, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha - Espirado, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de novembro de 2014 a 09 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 11 de novembro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo

Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora RAQUEL JORDANA DOS SANTOS DORNELLES, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Ivo Ceccato, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 068.633.839-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha - Espirado, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em a contar de 11 de novembro de 2014 a 09 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o



início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Raquel J. dos Santos Dornelles

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### DECRETO Nº 216/2014

DECRETO nº 216/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 08/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 14 de novembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades

resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 12 de novembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 216/2014)

CARGO: PROFESSOR (A) ENSINO FUNDAMENTAL  
EDUCAÇÃO INFANTIL - (NÃO HABILITADO)

Classificação	Nome completo
03	Francieli Silveira



# Orleans

## PREFEITURA

### CONTRATO 29/2014 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE ORLEANS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 29/2014  
Contratante.: SAMAE DE ORLEANS  
Contratada...: LASKE e FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA  
Valor ..... : 7.990,80 (sete mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos) anual  
Vigência ..... : Início: 22/10/2014 Término: 21/10/2015  
Licitação ..... : dispensa de licitação p/compras e serviços  
Objeto ..... : Acessoria e consultoria jurídica continua na prática administrativa

Orleans-SC., 13 de novembro de 2014

### 3.747

DECRETO N.º 3.747 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.  
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 2.527 de 03 de Dezembro de 2013,

#### DECRETA

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte Dotação Orçamentária.

10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.017- Manutenção da Secretaria de Saúde  
F.R. - 010097 - Recursos PMAQ  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 285.814,70

TOTAL R\$ 285.814,70

Art.2º A conta do recurso do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

10.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.017- Manutenção da Secretaria de Saúde  
F.R. - 010097 - Recursos PMAQ  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 285.814,70

TOTAL R\$ 285.814,70

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos de Emancipação Política Administrativa.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta secretaria de Administração aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário Interino de Administração

### 3.748

DECRETO N.º 3.748 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.  
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n 2.527 de 03 de Dezembro de 2013,

#### DECRETA

Art. 1ª) - Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação Orçamentária:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
2.005 - Manutenção da Administração Geral  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º) - Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
2.005 - Manutenção da Administração Geral  
F.R. - 01.0000 - Recursos Próprios  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40,000,00

TOTAL R\$ 40. 000,00

Art.3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 04 de novembro de 2014, 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário Interino da Administração

**3.749**

DECRETO Nº 3.749 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ALTERA O DECRETO Nº 3.602, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 4.º da Lei nº 2.185 de 06 de maio de 2008.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 3.133, de 13 de abril de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

**I. 05 (CINCO) REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER PÚBLICO:**

a) Representante da Secretaria de Administração - Departamento de Planejamento

Arquiteto Valentim Zomer Rampineli

b) Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Cristian Berger

c) Representante da Consultoria Jurídica

Ramirez Zomer

Representante da Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio

Edésio Berger

d) Representante da FAMOR

Eduardo Bertoncini

**II. 05 (CINCO) REPRESENTANTES INDICADOS PELA SOCIEDADE CIVIL:**

a) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Shirley de Farias Loli

b) Representante da Associação Comercial e Industrial de Orleans- ACIO

Silvério Fernandes

c) Representante do UNIBAVE

Eng.º Carlos Francisco de Oliveira Souza

d) Representantes Eleitos pelos Engenheiros e Arquitetos

Eng.º Alexandre Durante Bussolo

Rogério Malacarne

Art. 2.º Os membros do Conselho da Cidade de Orleans terão mandato até 19/08/2015, conforme determina o art. 2º do Decreto Municipal nº 3.133, de 13 de abril de 2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Orleans/SC, 04 de novembro de 2014; 128º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

**3.750**

DECRETO Nº 3.750 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONCURSADOS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Artigo 39, da Lei nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005

DECRETA:

Art.1º Fica constituída e nomeada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais Concurados, para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Orleans, assim constituída:

- Presidente: Valdair Dela Giustina Bagio

- Secretária: Eliete Brighente Hoffmam

- Membro: Marcia Regina da Silva Lole

Art.2º A Comissão caberá as atribuições de avaliação dos requisitos necessários a confirmação do servidor no cargo referente ao Estágio Probatório, de acordo com Decreto de Regulamentação.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando em especial o decreto n. 3.700 de 9 de junho de 2014.

Orleans/SC, 04 de novembro de 2014, 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino da Administração

**3.754**

DECRETO Nº 3.754 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ESTABELECE RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans-SC.

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido recesso nas Repartições Públicas Municipais do Município de Orleans - Santa Catarina, no período de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, em virtude das comemorações de natal e final de ano.

Art.2º As horas não trabalhadas no período a que se refere o art. 1.º devem ser compensadas até o dia 30 de junho de 2015.

Art. 3º O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverão ser garantidas pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 11 de novembro de 2014, 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Interino da Administração

### 3.753

DECRETO Nº 3.753 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.576 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

1.003 - Aquisição de Veículos - Educação

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.2º A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.014 - Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.02 - Departamento de Turismo

2.011 - Manutenção do Turismo no Município

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Orleans/SC, em 11 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

### 3.755

DECRETO N.º 3.755 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.527 de 03 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.021 - Manutenção e Sinalização do Trânsito

F.R. - 01.0100 - Convenio Trânsito - Prefeitura

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 33.048,90

TOTAL R\$ 33.048,90

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação, na seguinte Fonte de Recurso:

F.R. - 01.0100 - Convenio Trânsito - Prefeitura R\$ 33.048,90

TOTAL R\$ 33.048,90

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 11 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 100 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de novembro, do ano de dois e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário Municipal de Administração

### 2.575

LEI Nº 2.575 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

08.01 - Departamento de Infraestrutura

1.012 - Construção de Pontes e Bueiros

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Art.2º. A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

08.00 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

08.02 - Departamento de Serviços Urbanos

2.024 - Manutenção de Iluminação Pública

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 102.000,00

TOTAL R\$ 102.000,00

Orleans/SC, em 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria Municipal de Administração, aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino.

## 2.576

LEI Nº 2.576 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

“ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”

O Prefeito de Orleans, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

1.003 - Aquisição de Veículos - Educação

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art.2º A conta do recurso do artigo anterior fica suplementado o seguinte crédito suplementar:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.014 - Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO

05.02 - Departamento de Turismo

2.011 - Manutenção do Turismo no Município

F.R. - 01.0001 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Orleans/SC, em 11 de novembro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 046 DE 28 DE OUTUBRO

DE 2014.

Senhor Presidente,  
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, tenho a satisfação de encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, sendo que os recursos serão utilizados para:

- R\$ 30.000,00 serão utilizados para manutenção do ensino fundamental e infantil da rede municipal;

- R\$ 30.000,00 serão utilizados para custear despesas referente a iluminação natalina/2014, principalmente, na aquisição de materiais elétricos e decoração.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo seja votado e aprovado conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Orleans/SC, em 28 de outubro de 2014; 129º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

**Paial****PREFEITURA****EXTRATO DE HABILITAÇÃO TP 06/2014**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de melhoria na praça central Avelino Auler, no centro de Paial conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi julgada habilitada a licitante LEANDRO PAGLIARI ME, já a licitante CONXAP CONSTRUTORA LTDA EPP, deixou de declarar que irá dispor de mestre de obra, constante da alínea "m", do subitem 5.1, em desacordo com o Edital, motivo pelo qual, com fulcro no subitem 7.4 do Edital foi declarada inabilitada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, fica a proponente habilitada desde já convocada a comparecer neste mesmo local às 10h do próximo dia 28 de novembro de 2014, para participar da sessão de abertura e julgamento da proposta de preço

Paial, SC, 13 de novembro de 2014.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

**ERRATA PREGÃO 026/2014**

ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2014

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de filtros e óleos destinados a manutenção da frota do Município de Paial, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por item

Onde se lê: Recebimento das propostas: até as 08hs45min do dia 20/10/2014 - Abertura: 20/10/2014 as 09hs00min.

Leia-se: Recebimento das propostas: até as 08hs45min do dia 20/11/2014 - Abertura: 20/11/2014 as 09hs00min.

Informações complementares estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 13 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Palhoça****PREFEITURA****RESOLUÇÃO N º 068 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 068/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no valor de R\$: 5.500,44(cinco mil quinhentos reais e quarenta e quatro centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 069 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 069/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça - CADI.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.



Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADi no valor de R\$: 6.285,51(seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### RESOLUÇÃO Nº 070 CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 070/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS da Associação Pró-Brejarú - APB.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Associação Pró-Brejarú - APB no valor de R\$: 6.285,51(seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### RESOLUÇÃO Nº 071 CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 071/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS da Ação Social Paroquial de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$: 34.980,00(trinta e quatro mil novecentos e oitenta reais);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 072 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 072/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS da Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$: 5.500,44(cinco mil quinhentos reais e quarenta e quatro centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 073 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 073/2014

Dispõe sobre a prestação de contas referente à primeira parcela do edital 001/2014/CMAS da Fundação Fé e Alegria.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da Terceira Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os

recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Fundação Fé e Alegria no valor de R\$: 6.285,51(seis mil duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos);

Art. 2º A aprovação do documento acima citado é apenas direcionada a análise do plano de aplicação 2014 onde consta a aplicação do recurso, não cabendo a este conselho a análise contábil dos recursos;

Art. 3º Os documentos da Entidade recebidos pelo CMAS, serão entregues ao setor de controle interno para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº216/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº216/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.216/2014, no dia 27 de Novembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº216/2014 tem como objeto a aquisição de Retroescavadeira, zero quilômetro, para a SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 13 de Novembro de 2014.

Pregoeiro.

**RESULTADO DO PREGÃO 197/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 197/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 197/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para elaboração de Concurso Vestibular para Faculdade Municipal de Palhoça 2015 (primeiro e segundo semestre), conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I e Anexo II partes integrantes deste Edital convocatório

EMPRESA CLASSIFICADA:

PREMIER CONCURSOS LTDA CNPJ N. 02.729.944/0001-20, venceu

em primeiro lugar o item 01, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$18.900,00 ( dezoito mil, novecentos reais).

Palhoça, 13 de novembro de 2014.  
Shirley Regina de Farias  
Pregoeira - Portaria n. 2365/2014

#### **LEI Nº 4.134, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 4.134, de 11 de NOVEMBRO DE 2014.  
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Maria Augusto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Maria Augusto, com extensão de 290,00 metros e 4,5 metros de largura, via pública localizada no Centro de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 11 de novembro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 004/SMR**

(Portaria nº 004, de 11 de novembro de 2014).  
PORTARIA Nº 004/SMR, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DA TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015

O SECRETÁRIO DE RECEITA, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Orgânica do Município e o que dispõe o artigo 6º, inciso III e artigo 42, incisos VII e IX da Lei Complementar nº 149 de 26 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Instituir a comissão especial da Temporada de Verão 2014/2015, consoante editais 02/2014; 03/2014; 04/2014 e 05/2014, da Secretaria de Receita.

Art. 2º A comissão da Temporada de Verão será composta pelos seguintes membros:

I - Flávio Schmidt - Gerente de Fiscalização Sanitária;

II - Jefferson João Miguel - Diretor de Receita;

III - Luciano Dalla Pozza - Procurador Geral do Município

IV - Estefano Broering - Gerente da Fiscalização de Tributos;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palhoça, 11 de novembro de 2014.  
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
Secretário Municipal de Receita

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014 CREDENCIAMENTO Nº 02/2014. Objeto: Credenciamento para Seleção de Leiloeiros Oficiais que serão indicados para atuar no leilão de bens móveis, pertencentes a esta municipalidade a ser realizado neste exercício. Entrega dos envelopes: Até o dia 21 de novembro de 2014 às 10:40hs; Início da Sessão Pública: 21/11/2014 - 10:55hs. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de novembro de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014.

O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA-SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01, torna público que se encontram abertas no período de 13/11/2014 à 30/11/2014, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal. O edital completo está publicado no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Papanduva SC e nos sites: [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

Papanduva SC, 13 de novembro de 2014.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	(b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.650.529,52	17,92	13.517.583,17	91,37
RECEITAS CORRENTES	14.793.900,00	14.793.900,00	2.497.624,61	16,88	11.969.231,65	80,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.022.000,00	1.022.000,00	113.753,94	11,13	540.906,05	52,93
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	111.360,68	11,60	495.002,81	51,56
TAXAS	54.000,00	54.000,00	2.393,26	4,43	45.903,24	85,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	8.493,68	16,33	39.412,56	75,79
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	52.000,00	52.000,00	8.493,68	16,33	39.412,56	75,79
RECEITA PATRIMONIAL	144.700,00	144.700,00	66.762,66	46,14	286.413,21	197,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	144.700,00	144.700,00	66.762,66	46,14	286.413,21	197,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	125.000,00	125.000,00	30.590,50	24,47	94.164,55	75,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.360.300,00	13.360.300,00	2.269.267,79	16,99	10.971.526,59	82,12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.196.300,00	13.196.300,00	2.204.604,45	16,71	10.761.271,03	81,55
Transf. de Conv.	164.000,00	164.000,00	64.663,34	39,43	210.255,56	128,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.900,00	84.900,00	8.756,04	10,31	28.785,59	33,91
Multas e Juros de Mora	12.600,00	12.600,00	5.517,26	43,79	13.824,25	109,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	1.185,93	16,94	5.677,89	81,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.000,00	15.000,00	581,15	3,87	4.076,75	27,18
RECEITAS DIVERSAS	50.300,00	50.300,00	1.471,70	2,93	5.206,70	10,35
RECEITAS DE CAPITAL	17,00	17,00	152.904,91	440,65	1.548.351,52	950,12
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	152.904,91	440,65	1.548.351,52	950,12
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	152.904,91	440,65	1.548.351,52	950,12
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.650.529,52	17,92	13.517.583,17	91,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>2.650.529,52</b>	<b>17,92</b>	<b>13.517.583,17</b>	<b>91,37</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.793.917,00	14.793.917,00	2.650.529,52	17,92	13.517.583,17	91,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.045.248,35	—	—	709.125,28	—
Superávit Financeiro	—	1.045.248,35	—	—	709.125,28	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>3.890.461,03</b>	<b>18.684.378,03</b>	<b>2.717.132,30</b>	<b>15.423.235,72</b>	<b>2.478.997,40</b>	<b>13.218.990,12</b>	<b>70,75</b>		<b>5.465.387,91</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.194.300,00</b>	<b>321.183,84</b>	<b>14.515.483,84</b>	<b>2.085.060,44</b>	<b>11.965.988,53</b>	<b>2.330.552,30</b>	<b>11.583.679,09</b>	<b>79,80</b>		<b>2.931.804,75</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.763.460,00	-604.951,36	8.158.508,64	1.241.721,65	6.176.617,43	1.242.532,31	6.176.617,43	75,71		1.981.891,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	40.000,00	0,00	40.000,00	1.656,07	16.048,45	1.656,07	16.048,45	40,12		23.951,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.390.840,00	926.135,20	6.316.975,20	841.682,72	5.773.322,65	1.086.363,92	5.391.013,21	85,34		925.961,99
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>579.617,00</b>	<b>3.569.277,19</b>	<b>4.148.894,19</b>	<b>632.071,86</b>	<b>3.457.247,19</b>	<b>148.445,10</b>	<b>1.635.311,03</b>	<b>39,42</b>		<b>2.513.583,16</b>
INVESTIMENTOS	524.617,00	3.569.277,19	4.093.894,19	625.909,87	3.406.549,72	142.283,11	1.584.613,56	38,71		2.509.280,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	55.000,00	0,00	55.000,00	6.161,99	50.697,47	6.161,99	50.697,47	92,18		4.302,53
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>20.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>3.890.461,03</b>	<b>18.684.378,03</b>	<b>2.717.132,30</b>	<b>15.423.235,72</b>	<b>2.478.997,40</b>	<b>13.218.990,12</b>	<b>70,75</b>		<b>5.465.387,91</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>3.890.461,03</b>	<b>18.684.378,03</b>	<b>2.717.132,30</b>	<b>15.423.235,72</b>	<b>2.478.997,40</b>	<b>13.218.990,12</b>	<b>70,75</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>298.593,05</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>14.793.917,00</b>	<b>3.890.461,03</b>	<b>18.684.378,03</b>	<b>2.717.132,30</b>	<b>15.423.235,72</b>	<b>2.478.997,40</b>	<b>13.517.583,17</b>	<b>72,35</b>

FONTE:

LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	70,75
Legislativa	738.000,00	738.000,00	82.327,66	508.916,47	95.078,64	496.247,88	3,75	67,24
Ação Legislativa	738.000,00	738.000,00	82.327,66	508.916,47	95.078,64	496.247,88	3,75	67,24
Administração	1.482.000,00	1.482.000,00	138.889,25	1.278.703,83	197.760,48	1.199.103,70	9,07	80,91
Administração Geral	1.482.000,00	1.482.000,00	138.889,25	1.278.703,83	197.760,48	1.199.103,70	9,07	80,91
Segurança Pública	41.800,00	51.085,13	6.087,38	36.544,98	5.682,38	36.139,98	0,27	70,74
Policimento	41.800,00	51.085,13	6.087,38	36.544,98	5.682,38	36.139,98	0,27	70,74
Assistência Social	1.091.501,00	1.387.472,05	275.550,25	1.088.872,53	193.401,92	946.541,91	7,16	68,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	29.999,27	0,00	5.599,27	0,04	18,66
Assistência Comunitária	1.061.501,00	1.357.472,05	275.550,25	1.058.873,26	193.401,92	940.942,64	7,12	69,32
Saúde	3.929.693,00	4.443.595,14	625.050,80	3.695.085,00	633.383,30	3.435.610,02	25,99	77,32
Atenção Básica	3.613.492,00	4.115.171,00	563.555,00	3.402.820,42	580.151,81	3.151.609,75	23,84	76,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.500,00	124.500,00	24.881,67	115.446,71	19.381,67	109.946,71	0,83	88,31
Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	150,00	9.795,20	150,00	9.795,20	0,07	80,29
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	8.700,00	0,00	8.700,00	0,07	87,00
Alimentação e Nutrição	164.500,00	176.723,14	36.464,13	158.322,67	33.699,82	155.558,36	1,18	88,02
Abastecimento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	4.266.053,00	5.224.977,28	1.193.849,66	4.117.859,31	769.935,77	3.432.175,09	25,96	65,69
Ensino Fundamental	3.709.052,00	4.667.976,28	1.084.714,37	3.785.903,11	661.827,48	3.101.245,89	23,46	66,44
Educação Infantil	530.001,00	530.001,00	107.172,29	329.993,20	107.172,29	329.993,20	2,50	62,26
Educação Especial	27.000,00	27.000,00	1.963,00	1.963,00	936,00	936,00	0,01	3,47
Cultura	60.000,00	60.000,00	7.602,00	49.793,82	8.952,00	48.443,82	0,37	80,74
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	7.602,00	49.793,82	8.952,00	48.443,82	0,37	80,74
Urbanismo	232.203,00	1.419.816,08	13.270,55	1.343.665,24	50.517,24	382.964,05	2,90	26,97
Infra-Estrutura Urbana	70.003,00	1.257.616,08	4.776,87	1.194.275,17	42.023,56	233.666,19	1,77	18,58
Serviços Urbanos	162.200,00	162.200,00	8.493,68	149.390,07	8.493,68	149.297,86	1,13	92,05
Habitação	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	70,75
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	867.002,00	1.578.646,20	74.005,34	1.354.632,50	100.408,45	1.349.154,95	10,21	85,46
Extensão Rural	817.000,00	940.609,40	74.005,34	717.182,50	100.408,45	711.704,95	5,38	75,66
Promoção da Produção Agropecuária	50.002,00	638.036,80	0,00	637.450,00	0,00	637.450,00	4,82	99,91
Indústria	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.559.202,00	1.736.324,15	262.766,16	1.554.279,69	362.240,60	1.530.898,36	11,58	88,17
Transporte Rodoviário	1.559.202,00	1.736.324,15	262.766,16	1.554.279,69	362.240,60	1.530.898,36	11,58	88,17
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	7.751,08	89.300,71	10.751,08	86.300,71	0,65	90,84
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	7.751,08	89.300,71	10.751,08	86.300,71	0,65	90,84
Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	29.982,17	305.581,64	50.885,54	275.409,65	2,08	70,90
Outros Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	29.982,17	305.581,64	50.885,54	275.409,65	2,08	70,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	70,75

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	TAYANA COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	70,75	5.465.387,91	
Legislativa	738.000,00	738.000,00	82.327,66	508.916,47	95.078,64	496.247,88	3,75	67,24	241.752,12	
Ação Legislativa	738.000,00	738.000,00	82.327,66	508.916,47	95.078,64	496.247,88	3,75	67,24	241.752,12	
Administração	1.482.000,00	1.482.000,00	138.889,25	1.278.703,83	197.760,48	1.199.103,70	9,07	80,91	282.896,30	
Administração Geral	1.482.000,00	1.482.000,00	138.889,25	1.278.703,83	197.760,48	1.199.103,70	9,07	80,91	282.896,30	
Segurança Pública	41.800,00	51.085,13	6.087,38	36.544,98	5.682,38	36.139,98	0,27	70,74	14.945,15	
Policimento	41.800,00	51.085,13	6.087,38	36.544,98	5.682,38	36.139,98	0,27	70,74	14.945,15	
Assistência Social	1.091.501,00	1.387.472,05	275.550,25	1.088.872,53	193.401,92	946.541,91	7,16	68,22	440.930,14	
Assistência à Criança e ao Adolescente	30.000,00	30.000,00	0,00	29.999,27	0,00	5.599,27	0,04	18,66	24.400,73	
Assistência Comunitária	1.061.501,00	1.357.472,05	275.550,25	1.058.873,26	193.401,92	940.942,64	7,12	69,32	416.529,41	
Saúde	3.929.693,00	4.443.595,14	625.050,80	3.695.085,00	633.383,30	3.435.610,02	25,99	77,32	1.007.985,12	
Atenção Básica	3.613.492,00	4.115.171,00	563.555,00	3.402.820,42	580.151,81	3.151.609,75	23,84	76,59	963.561,25	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.500,00	124.500,00	24.881,67	115.446,71	19.381,67	109.946,71	0,83	88,31	14.553,29	
Vigilância Sanitária	12.200,00	12.200,00	150,00	9.795,20	150,00	9.795,20	0,07	80,29	2.404,80	
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	8.700,00	0,00	8.700,00	0,07	87,00	1.300,00	
Alimentação e Nutrição	164.500,00	176.723,14	36.464,13	158.322,67	33.699,82	155.558,36	1,18	88,02	21.164,78	
Abastecimento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
Educação	4.266.053,00	5.224.977,28	1.193.849,66	4.117.859,31	769.935,77	3.432.175,09	25,96	65,69	1.792.802,19	
Ensino Fundamental	3.709.052,00	4.667.976,28	1.084.714,37	3.785.903,11	661.827,48	3.101.245,89	23,46	66,44	1.566.730,39	
Educação Infantil	530.001,00	530.001,00	107.172,29	329.993,20	107.172,29	329.993,20	2,50	62,26	200.007,80	
Educação Especial	27.000,00	27.000,00	1.963,00	1.963,00	936,00	936,00	0,01	3,47	26.064,00	
Cultura	60.000,00	60.000,00	7.602,00	49.793,82	8.952,00	48.443,82	0,37	80,74	11.556,18	
Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	7.602,00	49.793,82	8.952,00	48.443,82	0,37	80,74	11.556,18	
Urbanismo	232.203,00	1.419.816,08	13.270,55	1.343.665,24	50.517,24	382.964,05	2,90	26,97	1.036.852,03	
Infra-Estrutura Urbana	70.003,00	1.257.616,08	4.776,87	1.194.275,17	42.023,56	233.666,19	1,77	18,58	1.023.949,89	
Serviços Urbanos	162.200,00	162.200,00	8.493,68	149.390,07	8.493,68	149.297,86	1,13	92,05	12.902,14	
Habitação	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	
Habitação Urbana	5.001,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.000,00	
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	5.465.387,91
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	867.002,00	1.578.646,20	74.005,34	1.354.632,50	100.408,45	1.349.154,95	10,21	229.491,25
Extensão Rural	817.000,00	940.609,40	74.005,34	717.182,50	100.408,45	711.704,95	5,38	228.904,45
Promoção da Produção Agropecuária	50.002,00	638.036,80	0,00	637.450,00	0,00	637.450,00	4,82	586,80
Indústria	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Promoção Industrial	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Transporte	1.559.202,00	1.736.324,15	262.766,16	1.554.279,69	362.240,60	1.530.898,36	11,58	205.425,79
Transporte Rodoviário	1.559.202,00	1.736.324,15	262.766,16	1.554.279,69	362.240,60	1.530.898,36	11,58	205.425,79
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	7.751,08	89.300,71	10.751,08	86.300,71	0,65	8.699,29
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	7.751,08	89.300,71	10.751,08	86.300,71	0,65	8.699,29
Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	29.982,17	305.581,64	50.885,54	275.409,65	2,08	113.050,35
Outros Encargos Especiais	388.460,00	388.460,00	29.982,17	305.581,64	50.885,54	275.409,65	2,08	113.050,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	14.793.917,00	18.684.378,03	2.717.132,30	15.423.235,72	2.478.997,40	13.218.990,12	100,00	5.465.387,91

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	TAYANA COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PRÉVISO ATUALIZADA 2014	
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	Sep/2014	Out/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
	R\$ 1,00													
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.413.788,69</b>	<b>2.090.419,98</b>	<b>1.407.564,99</b>	<b>1.439.444,60</b>	<b>1.217.738,91</b>	<b>1.473.765,25</b>	<b>1.471.977,07</b>	<b>1.262.563,58</b>	<b>1.257.617,12</b>	<b>1.334.836,48</b>	<b>1.371.518,01</b>	<b>1.471.046,55</b>	<b>16.897.100,00</b>	
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.747,22	68.945,16	47.334,38	35.799,94	38.519,28	101.093,96	59.075,98	56.793,26	53.316,47	35.218,84	54.589,34	59.164,60	1.022.000,00	
I.P.T.U.	0,00	1.507,65	0,00	0,00	4.256,69	49.039,63	3.867,22	4.430,51	1.022,71	506,23	1.902,22	4.681,62	70.000,00	
I.R.R.F.	16.997,71	18.891,25	22.866,46	15.308,68	15.480,37	15.664,53	15.663,91	18.662,32	16.513,93	0,00	18.984,41	16.262,75	250.000,00	
I.S.S.	13.018,25	47.165,97	15.169,65	16.608,53	13.744,12	16.879,80	28.667,10	30.887,94	33.274,14	33.781,03	33.172,03	34.760,85	600.000,00	
I.T.B.I.	360,20	0,00	2.534,16	2.197,17	774,05	4.249,41	872,94	281,20	0,00	447,70	1.948,00	1.380,80	40.000,00	
Outras Receitas Tributárias	371,06	1.380,29	6.794,11	1.085,56	4.264,05	15.270,59	10.004,81	2.531,29	2.505,69	483,88	3.148,88	2.078,58	62.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.857,26	3.607,63	4.271,16	3.539,06	3.931,77	3.891,33	3.770,16	3.790,19	0,00	7.725,21	4.017,65	4.476,03	52.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	978,16	22.186,04	22.487,31	29.073,21	22.659,35	25.686,04	27.314,69	26.196,91	33.871,20	32.361,84	32.844,05	33.918,61	144.700,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	189,63	1.535,87	5.376,00	921,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	5.310,89	3.228,60	10.188,16	4.889,50	5.685,10	12.018,79	12.974,95	5.226,55	5.133,60	7.487,40	19.480,95	11.129,55	126.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.357.710,19	1.971.126,82	1.321.971,30	1.360.143,87	1.144.838,64	1.328.416,52	1.360.812,80	1.167.643,65	1.162.149,69	1.251.581,29	1.258.121,30	1.356.086,44	15.463.500,00	
Cota-Parte do F.P.M.	499.575,88	601.209,67	499.576,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.062,94	371.503,84	6.100.000,00	
Cota-Parte do ICMS.	356.345,62	354.834,54	386.133,11	368.287,83	373.619,22	364.296,81	370.304,96	375.683,42	349.116,90	366.261,99	392.722,39	404.897,35	4.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA.	8.402,22	7.078,23	6.799,13	11.937,39	21.819,55	24.859,31	23.761,53	34.293,47	26.661,57	26.197,03	22.241,16	21.774,86	200.000,00	
Cota-Parte do ITR.	3.310,14	6.913,14	3.860,55	17.178,61	732,45	207,08	185,28	400,48	221,80	8.658,51	2.803,84	99.904,82	130.000,00	
Outras Transferências Correntes	272.296,59	775.063,72	197.821,36	106.738,22	168.758,47	300.305,39	167.646,54	125.112,27	218.316,08	189.626,88	230.703,12	232.141,45	2.447.500,00	
Transferências da LC 61/1989	5.351,56	5.933,43	6.188,69	5.239,49	5.119,67	5.573,53	6.062,12	5.773,83	5.931,54	6.114,10	6.276,43	6.223,96	64.000,00	
Transferências da LC 87/1996	1.474,96	1.474,96	1.635,38	1.635,38	0,00	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	1.635,38	22.000,00	
Transferências do FUNDEB	219.753,22	218.619,13	219.956,72	214.944,05	197.995,99	199.492,92	218.127,69	194.964,81	191.139,79	204.461,35	208.656,24	218.004,78	2.500.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.184,97	1.324,73	1.312,68	5.393,02	1.913,14	3.122,74	2.652,49	1.991,42	3.146,16	491,90	2.484,72	6.271,32	84.900,00	
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>173.131,89</b>	<b>195.496,42</b>	<b>180.838,40</b>	<b>207.894,11</b>	<b>155,616,64</b>	<b>165.323,44</b>	<b>195.007,52</b>	<b>167.221,80</b>	<b>150.538,61</b>	<b>171.458,44</b>	<b>163.752,11</b>	<b>181.187,84</b>	<b>2.103.200,00</b>	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	173.131,89	195.496,42	180.838,40	207.894,11	155,616,64	165.323,44	195.007,52	167.221,80	150.538,61	171.458,44	163.752,11	181.187,84	2.103.200,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.240.656,80</b>	<b>1.894.923,56</b>	<b>1.226.726,59</b>	<b>1.231.550,49</b>	<b>1.062.120,27</b>	<b>1.308.441,81</b>	<b>1.276.969,55</b>	<b>1.095.341,78</b>	<b>1.107.078,51</b>	<b>1.163.378,04</b>	<b>1.207.765,90</b>	<b>1.289.858,71</b>	<b>14.793.900,00</b>	
FONTE: Sassos Maia, 11/11/2014														

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

TAYANA APARECIDA COMINELLO  
CONTROLE INTERNO

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
					Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

TAYANA APARECIDA COMUNELL  
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON

FLAVIO ROBERTO ROSSI

PREFEITO MUNICIPAL

TAYANA APARECIDA COMUNELL

CANTADOR CRC/SC 020.309/O-7

CONTROLE INTERNO

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	152.834,41	108.298,93	21.922,82
DEDUÇÕES (II)	3.124.248,75	3.294.374,84	3.458.723,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.271.439,14	4.285.383,92	4.327.624,23
Demais Haveres Financeiros	10.559,30	6.595,40	10.474,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	157.749,69	997.604,48	879.374,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.971.414,34	-3.186.075,91	-3.436.800,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.971.414,34</b>	<b>-3.186.075,91</b>	<b>-3.436.800,94</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-250.725,03</b>	<b>-465.386,60</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>14.649.200,00</b>	<b>2.430.861,95</b>	<b>11.682.818,44</b>	<b>10.820.691,17</b>
Receita Tributária	1.022.000,00	113.753,94	540.906,05	861.325,90
I.P.T.U.	70.000,00	4.871,84	67.994,83	61.641,45
I.S.S.	600.000,00	67.932,88	256.945,19	542.733,12
I.T.B.I.	40.000,00	3.328,80	14.685,43	17.428,00
I.R.R.F.	250.000,00	35.227,16	155.377,36	204.143,32
Outras Receitas Tributárias	62.000,00	2.393,26	45.903,24	35.380,01
Receita de Contribuição	52.000,00	8.493,68	39.412,56	36.695,19
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	52.000,00	8.493,68	39.412,56	36.695,19
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	144.700,00	66.762,66	286.413,21	190.711,79
(-) Aplicações Financeiras	144.700,00	66.762,66	286.413,21	190.711,79
Transferências Correntes	13.360.300,00	2.269.267,79	10.971.526,59	9.825.472,78
F.P.M.	4.880.000,00	611.669,46	3.621.294,16	3.422.640,30
I.C.M.S.	3.200.000,00	638.095,99	3.001.060,08	2.469.578,12
Convênios	164.000,00	64.663,34	210.255,56	148.832,17
Outras Transferências Correntes	5.116.300,00	954.839,00	4.138.916,79	3.784.422,19
Demais Receitas Correntes	214.900,00	39.346,54	130.973,24	97.197,30
Dívida Ativa	15.000,00	581,15	4.076,75	7.612,07
Diversas Receitas Correntes	199.900,00	38.765,39	126.896,49	89.585,23
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>17,00</b>	<b>152.904,91</b>	<b>1.548.351,52</b>	<b>422.850,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17,00	152.904,91	1.548.351,52	422.850,00
Convênios	17,00	152.904,91	1.548.351,52	422.850,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>17,00</b>	<b>152.904,91</b>	<b>1.548.351,52</b>	<b>422.850,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>14.649.217,00</b>	<b>2.583.766,86</b>	<b>13.231.169,96</b>	<b>11.243.541,17</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>14.515.483,84</b>	<b>2.330.552,30</b>	<b>11.583.679,09</b>	<b>11.007.509,38</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.158.508,64	1.242.532,31	6.176.617,43	6.213.249,68
Juros e Encargos da Dívida (IX)	40.000,00	1.656,07	16.048,45	22.935,72
Outras Despesas Correntes	6.316.975,20	1.086.363,92	5.391.013,21	4.771.323,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>14.475.483,84</b>	<b>2.328.896,23</b>	<b>11.567.630,64</b>	<b>10.984.573,66</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.148.894,19</b>	<b>148.445,10</b>	<b>1.635.311,03</b>	<b>1.388.149,62</b>
Investimentos	4.093.894,19	142.283,11	1.584.613,56	1.139.714,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	55.000,00	6.161,99	50.697,47	248.435,01
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.093.894,19</b>	<b>142.283,11</b>	<b>1.584.613,56</b>	<b>1.139.714,61</b>

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>20.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>18.589.378,03</b>	<b>2.471.179,34</b>	<b>13.152.244,20</b>	<b>12.124.288,27</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.940.161,03</b>	<b>112.587,52</b>	<b>78.925,76</b>	<b>-880.747,10</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	709.125,28	0,00
Superávit Financeiro	-	-	709.125,28	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-49.700,00</b>

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

\_\_\_\_\_  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

\_\_\_\_\_  
TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO



LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	157.749,69	157.749,69	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	4.853,87	4.853,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.379,14	4.379,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIME	0,00	10.121,00	10.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARI	0,00	6.961,14	6.961,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PL	0,00	19.686,21	19.686,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	11.649,20	11.649,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	0,00	30.521,06	30.521,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DO DESEN	0,00	66.578,07	66.578,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	TAYANA APARECIDA COMUNELLO CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

## LRF 5º BIMESTRE

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	972.600,00	972.600,00	115.092,04	502.621,64	51,68
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.600,00	80.600,00	8.603,20	75.480,26	93,65
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	4.871,84	67.994,83	97,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	3.221,86	3.282,17	547,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	331,94	2.714,29	45,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	177,56	1.488,97	37,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	3.328,80	14.685,43	36,71
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	3.328,80	14.685,43	36,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.000,00	602.000,00	67.932,88	257.078,59	42,70
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	67.932,88	256.945,19	42,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	133,40	6,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	35.227,16	155.377,36	62,15
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	35.227,16	155.377,36	62,15
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.516.000,00	10.516.000,00	1.724.702,15	8.705.661,38	82,78
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	764.586,78	4.526.617,40	74,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.970.000,00	5.970.000,00	764.586,78	4.526.617,40	75,82
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	797.619,74	3.751.323,98	93,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	3.270,76	14.718,42	66,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.500,39	58.503,36	91,41
2.5- Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	102.708,46	134.153,22	103,19
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	44.016,02	220.345,00	110,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.488.600,00</b>	<b>11.488.600,00</b>	<b>1.839.794,19</b>	<b>9.208.283,02</b>	<b>80,15</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	437.600,00	437.600,00	75.726,35	337.308,11	77,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	39.362,96	203.461,98	84,78
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	13.504,00	54.016,00	84,40
5.4- Transferências Diretas - PNAE	132.000,00	132.000,00	22.537,94	78.882,79	59,76
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.600,00	1.600,00	321,45	947,34	59,21
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	164.003,00	164.003,00	192.568,25	650.877,08	396,87
6.1- Transferências de Convênios	164.003,00	164.003,00	192.568,25	650.877,08	396,87
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	231.000,00	231.000,00	0,00	7.631,83	3,30
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>832.603,00</b>	<b>832.603,00</b>	<b>268.294,60</b>	<b>995.817,02</b>	<b>119,60</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.103.200,00	2.103.200,00	344.939,95	1.738.838,91	82,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	152.917,32	905.323,24	74,21
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	159.523,75	750.263,90	93,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	654,14	2.943,63	66,90
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.500,02	11.700,62	91,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	26.000,00	26.000,00	20.541,67	26.830,57	103,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	8.803,05	41.776,95	104,44
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.505.000,00	2.505.000,00	427.772,55	2.076.008,84	82,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	426.661,02	2.067.294,34	82,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.111,53	8.714,50	174,29
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>396.800,00</b>	<b>396.800,00</b>	<b>81.721,07</b>	<b>328.455,43</b>	<b>82,78</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.753.000,00	1.683.000,00	281.816,77	1.269.942,49	75,46
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	67.897,49	235.901,42	78,63
13.2- Com Ensino Fundamental	1.453.000,00	1.383.000,00	213.919,28	1.034.041,07	74,77
14- OUTRAS DESPESAS	752.000,00	822.702,71	138.361,33	795.960,04	96,75
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	2.406,42	39.573,41	98,93
14.2- Com Ensino Fundamental	712.000,00	782.702,71	135.954,91	756.386,63	96,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.505.000,00	2.505.702,71	420.178,10	2.065.902,53	82,45
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.065.902,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					61,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					38,34
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.872.150,00	2.872.150,00	459.948,55	2.302.070,76	80,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	515.000,00	515.000,00	107.172,29	319.996,90	62,14
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.185.950,00	3.186.652,71	462.433,06	2.310.005,09	72,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.165.000,00	2.165.702,71	349.874,19	1.790.427,70	82,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.020.950,00	1.020.950,00	112.558,87	519.577,39	50,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.700.950,00	3.701.652,71	569.605,35	2.630.001,99	71,05
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					328.455,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					8.714,50
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					702,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					337.872,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.292.129,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,89

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	240.500,00	240.500,00	32.459,56	207.432,36	86,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.103,00	1.320.324,57	167.499,96	638.296,80	48,34
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	602.603,00	1.560.824,57	199.959,52	845.729,16	54,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.303.553,00	5.262.477,28	769.564,87	3.475.731,15	66,05

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.067.294,34	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.714,50	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.076.008,84	0,00

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	TAYANA APARECIDA COMUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 702,71, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	972.600,00	972.600,00	115.092,04	502.621,64	51,68
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.600,00	80.600,00	8.603,20	75.480,26	93,65
1.1.1- IPTU	70.000,00	70.000,00	4.871,84	67.994,83	97,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	600,00	600,00	3.221,86	3.282,17	547,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	331,94	2.714,29	45,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	177,56	1.488,97	37,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	3.328,80	14.685,43	36,71
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	3.328,80	14.685,43	36,71
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	602.000,00	602.000,00	67.932,88	257.078,59	42,70
1.3.1- ISS	600.000,00	600.000,00	67.932,88	256.945,19	42,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	0,00	133,40	6,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	35.227,16	155.377,36	62,15
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	35.227,16	155.377,36	62,15
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.516.000,00	10.516.000,00	1.724.702,15	8.705.661,38	82,78
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	764.586,78	4.526.617,40	74,21
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.970.000,00	5.970.000,00	764.586,78	4.526.617,40	75,82
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	797.619,74	3.751.323,98	93,78
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	22.000,00	22.000,00	3.270,76	14.718,42	66,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	12.500,39	58.503,36	91,41
2.5- Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	102.708,46	134.153,22	103,19
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	44.016,02	220.345,00	110,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.488.600,00</b>	<b>11.488.600,00</b>	<b>1.839.794,19</b>	<b>9.208.283,02</b>	<b>80,15</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	437.600,00	437.600,00	75.726,35	337.308,11	77,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	240.000,00	240.000,00	39.362,96	203.461,98	84,78
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	13.504,00	54.016,00	84,40
5.4- Transferências Diretas - PNAE	132.000,00	132.000,00	22.537,94	78.882,79	59,76
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.600,00	1.600,00	321,45	947,34	59,21
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	164.003,00	164.003,00	192.568,25	650.877,08	396,87
6.1- Transferências de Convênios	164.003,00	164.003,00	192.568,25	650.877,08	396,87
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	231.000,00	231.000,00	0,00	7.631,83	3,30
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>832.603,00</b>	<b>832.603,00</b>	<b>268.294,60</b>	<b>995.817,02</b>	<b>119,60</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.103.200,00	2.103.200,00	344.939,95	1.738.838,91	82,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	152.917,32	905.323,24	74,21
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	159.523,75	750.263,90	93,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.400,00	4.400,00	654,14	2.943,63	66,90
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	2.500,02	11.700,62	91,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	26.000,00	26.000,00	20.541,67	26.830,57	103,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	8.803,05	41.776,95	104,44
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.505.000,00	2.505.000,00	427.772,55	2.076.008,84	82,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.500.000,00	2.500.000,00	426.661,02	2.067.294,34	82,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	1.111,53	8.714,50	174,29
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>396.800,00</b>	<b>396.800,00</b>	<b>81.721,07</b>	<b>328.455,43</b>	<b>82,78</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.753.000,00	1.683.000,00	281.816,77	1.269.942,49	75,46
13.1- Com Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	67.897,49	235.901,42	78,63
13.2- Com Ensino Fundamental	1.453.000,00	1.383.000,00	213.919,28	1.034.041,07	74,77
14- OUTRAS DESPESAS	752.000,00	822.702,71	138.361,33	795.960,04	96,75
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	2.406,42	39.573,41	98,93
14.2- Com Ensino Fundamental	712.000,00	782.702,71	135.954,91	756.386,63	96,64
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.505.000,00	2.505.702,71	420.178,10	2.065.902,53	82,45
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
16.1 - FUNDEB 60%					
16.2 - FUNDEB 40%					
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.065.902,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					61,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					38,34
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.872.150,00	2.872.150,00	459.948,55	2.302.070,76	80,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	515.000,00	515.000,00	107.172,29	319.996,90	62,14
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.185.950,00	3.186.652,71	462.433,06	2.310.005,09	72,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.165.000,00	2.165.702,71	349.874,19	1.790.427,70	82,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.020.950,00	1.020.950,00	112.558,87	519.577,39	50,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.700.950,00	3.701.652,71	569.605,35	2.630.001,99	71,05
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					328.455,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					8.714,50
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					702,71
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					337.872,64
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.292.129,35
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,89

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	240.500,00	240.500,00	32.459,56	207.432,36	86,25
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	362.103,00	1.320.324,57	167.499,96	638.296,80	48,34
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	602.603,00	1.560.824,57	199.959,52	845.729,16	54,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.303.553,00	5.262.477,28	769.564,87	3.475.731,15	

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.067.294,34	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.714,50	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.076.008,84	0,00

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON	FLAVIO ROBERTO ROSSI	TAYANA APARECIDA COMUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 702,71, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.148.894,19	1.635.311,03	0,00	2.513.583,16
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>4.148.894,19</b>	<b>1.635.311,03</b>	<b>0,00</b>	<b>2.513.583,16</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-4.148.894,19</b>	<b>-1.635.311,03</b>		<b>-2.513.583,16</b>

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

\_\_\_\_\_  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

\_\_\_\_\_  
TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00	500,00
Investimentos	500,00	0,00	0,00	500,00
<b>TOTAL</b>	500,00	0,00	0,00	500,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO

LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	972.510,00	972.510,00	502.129,16	51,63
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	70.000,00	70.000,00	67.994,83	97,14
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	14.685,43	36,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	256.945,19	42,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	155.377,36	62,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	510,00	510,00	2.789,69	547,00
Dívida Ativa dos Impostos	8.000,00	8.000,00	2.847,69	35,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	1.488,97	37,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.494.000,00	10.494.000,00	8.690.942,96	82,82
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	4.526.617,40	74,21
Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	134.153,22	103,19
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	220.345,00	110,17
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.751.323,98	93,78
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	58.503,36	91,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.466.510,00</b>	<b>11.466.510,00</b>	<b>9.193.072,12</b>	<b>80,17</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.115.800,00	1.115.800,00	862.834,32	77,33
Provenientes da União	1.115.800,00	1.115.800,00	862.834,32	77,33
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	321.980,00	16.099.000,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	100,00	100,00	5.525,07	5.525,07
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.115.902,00</b>	<b>1.115.902,00</b>	<b>1.190.339,39</b>	<b>106,67</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.681.090,00	3.680.390,00	3.043.677,18	82,70	2.968.051,86	80,65
Pessoal e Encargos Sociais	2.434.000,00	2.204.717,65	1.614.172,50	73,21	1.614.172,50	73,21
Outras Despesas Correntes	1.247.090,00	1.475.672,35	1.429.504,68	96,87	1.353.879,36	91,75
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66
Investimentos	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100		
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66		
Investimentos	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66		
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.760.192,00	4.261.871,00	3.536.762,33	82,99	3.280.051,66	76,96		
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100		
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			1.239.902,00	1.725.081,00	1.508.525,13	42,65	1.300.168,90	39,64
			1.239.800,00	1.239.800,00	1.060.045,13	29,97	1.032.774,25	31,49
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			102,00	485.281,00	448.480,00	12,68	267.394,65	8,15
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			-	-	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			0,00	0,00	0,00	0,00		
			TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.239.902,00	1.725.081,00	1.508.525,13	42,65	1.300.168,90
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.520.290,00	2.536.790,00	2.028.237,20	40,33	1.979.882,76	37,32		
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						21,54		
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5								
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						600.921,94		

Continua 2/4

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00	0,00	0,00			
TOTAL (VIII)				0,00	0,00	0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
				-	-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
				3.613.492,00	4.115.171,00	3.402.820,42	96,21	3.151.609,75	96,08
				124.500,00	124.500,00	115.446,71	3,26	109.946,71	3,35
				12.200,00	12.200,00	9.795,20	0,28	9.795,20	0,30
				10.000,00	10.000,00	8.700,00	0,25	8.700,00	0,27
TOTAL				3.760.192,00	4.261.871,00	3.536.762,33	100,00	3.280.051,66	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	972.510,00	972.510,00	502.129,16	51,63
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	70.000,00	70.000,00	67.994,83	97,14
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	14.685,43	36,71
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	600.000,00	600.000,00	256.945,19	42,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	155.377,36	62,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	510,00	510,00	2.789,69	547,00
Dívida Ativa dos Impostos	8.000,00	8.000,00	2.847,69	35,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	1.488,97	37,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.494.000,00	10.494.000,00	8.690.942,96	82,82
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	4.526.617,40	74,21
Cota-Parte ITR	130.000,00	130.000,00	134.153,22	103,19
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	220.345,00	110,17
Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	3.751.323,98	93,78
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	58.503,36	91,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.466.510,00</b>	<b>11.466.510,00</b>	<b>9.193.072,12</b>	<b>80,17</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.115.800,00	1.115.800,00	862.834,32	77,33
Provenientes da União	1.115.800,00	1.115.800,00	862.834,32	77,33
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	321.980,00	16.099.000,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	100,00	100,00	5.525,07	5.525,07
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.115.902,00</b>	<b>1.115.902,00</b>	<b>1.190.339,39</b>	<b>106,67</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.681.090,00	3.680.390,00	3.043.677,18	82,70	2.968.051,86	80,65
Pessoal e Encargos Sociais	2.434.000,00	2.204.717,65	1.614.172,50	73,21	1.614.172,50	73,21
Outras Despesas Correntes	1.247.090,00	1.475.672,35	1.429.504,68	96,87	1.353.879,36	91,75
DESPESAS DE CAPITAL	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66
Investimentos	79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66
Investimentos		79.102,00	581.481,00	493.085,15	84,80	311.999,80	53,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		3.760.192,00	4.261.871,00	3.536.762,33	82,99	3.280.051,66	76,96
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		1.239.902,00	1.725.081,00	1.508.525,13	42,65	1.300.168,90	39,64
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		1.239.800,00	1.239.800,00	1.060.045,13	29,97	1.032.774,25	31,49
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		102,00	485.281,00	448.480,00	12,68	267.394,65	8,15
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		1.239.902,00	1.725.081,00	1.508.525,13	42,65	1.300.168,90	39,64
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		2.520.290,00	2.536.790,00	2.028.237,20	40,33	1.979.882,76	37,32
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%, 4 e 5		21,54					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]							
600.921,94							

Continua 2/4



Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2013				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00	0,00		0,00	0,00	
TOTAL (VIII)				0,00	0,00		0,00	0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
				LIMITE NÃO CUMPRIDO					
				SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
				-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
				3.613.492,00	4.115.171,00	3.402.820,42	96,21	3.151.609,75	96,08
				124.500,00	124.500,00	115.446,71	3,26	109.946,71	3,35
				12.200,00	12.200,00	9.795,20	0,28	9.795,20	0,30
				10.000,00	10.000,00	8.700,00	0,25	8.700,00	0,27
TOTAL				3.760.192,00	4.261.871,00	3.536.762,33	100,00	3.280.051,66	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula IV/(h+i) - (15 x IIIb)/1001

Continua 3/4

Município de Passos Maia - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

\_\_\_\_\_  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

\_\_\_\_\_  
TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO

**LRF 5º BIMESTRE**

Município de Passos Maia - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	14.793.917,00
Previsão Atualizada		—	14.793.917,00
Receitas Realizadas		2.650.529,52	13.517.583,17
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	709.125,28
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	14.793.917,00
Créditos Adicionais		—	3.890.461,03
Dotação Atualizada		—	18.684.378,03
Despesas Empenhadas		2.717.132,30	15.423.235,72
Despesas Liquidadas		2.478.997,40	13.218.990,12
Superavit Orçamentário		—	298.593,05
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.717.132,30	15.423.235,72
Despesas Liquidadas		2.478.997,40	13.218.990,12
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			15.104.811,01
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-465.386,60
Resultado Primário		-49.700,00	78.925,76
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		157.749,69	0,00
EXECUTIVO		157.749,69	0,00
<b>TOTAL:</b>		<b>157.749,69</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.292.129,35	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.269.942,49	60%
Liquidadas		1.269.942,49	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		1.635.311,03	2.513.583,16
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			2032
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Passos Maia - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	500,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.979.882,76	15,00	21,54
Liquidadas	1.979.882,76		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Passos Maia, 11/11/2014

\_\_\_\_\_  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
FLAVIO ROBERTO ROSSI  
CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7

\_\_\_\_\_  
TAYANA APARECIDA COMUNELLO  
CONTROLE INTERNO



LRF 5º BIMESTRE

Município de Passos Maia - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	157.749,69	157.749,69	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	4.853,87	4.853,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.379,14	4.379,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIME	0,00	10.121,00	10.121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRARI	0,00	6.961,14	6.961,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PL	0,00	19.686,21	19.686,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	11.649,20	11.649,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	0,00	30.521,06	30.521,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DO DESEN	0,00	66.578,07	66.578,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	157.749,69	157.749,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Passos Maia, 11/11/2014

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL	FLAVIO ROBERTO ROSSI CONTADOR CRC/SC 020.309/O-7	TAYANA APARECIDA COMUNELLO CONTROLE INTERNO
---------------------------------------	---	--

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 43/2014 FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2014

Objeto: Constitui objeto do presente termo Aditivo contratual, a prorrogação do prazo de vigência do contrato 36/2014 para mais 90 (noventa dias) corridos.

Dados do Contrato: Contrato nº 43/2014 FMS  
Contratado: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP  
CNPJ: 05.078.414/0001-57  
Data de vigência: 15/11/2014 até 14/02/2015.

Município de Peritiba - SC em 13 de Novembro de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### EXTRATO DE CONTRATO 137/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 72/2014, Pregão Presencial nº 38/2014  
Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos/aparelhos para academia de ginástica ao ar livre, a serem instalados na Praça Luiz Petter, localizada na Rua Wilibaldo Lerner, s/n, Centro - Peritiba / SC.

Dados do Contrato: Contrato nº 137/2014  
Contratado: CELSO MOACIR GOMES - EPP  
CNPJ: 15.279.692/0001-26  
Data de Vigência: 13/11/2014 à 31/12/2014  
Valor do Contrato: 22.000,00 (Vinte mil reais).

Município de Peritiba - SC em 13 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 138/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 72/2014, Pregão Presencial nº 38/2014  
Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos/aparelhos para academia de ginástica ao ar livre, a serem instalados na Praça Luiz Petter, localizada na Rua Wilibaldo Lerner, s/n, Centro - Peritiba / SC.

Dados do Contrato: Contrato nº 138/2014  
Contratado: VINICIUS BRACHT MALAGUTTI - EPP  
CNPJ: 76.344.795/0001-17  
Data de Vigência: 13/11/2014 à 31/12/2014  
Valor do Contrato: 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Município de Peritiba - SC em 13 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 139/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:  
Processo Licitatório nº 62/2013, Pregão Presencial nº 29/2013.  
Objeto: O objeto do presente termo aditivo de contrato é a prorrogação da vigência do contrato 18/2014 até 31/12/2015 e o aumento das quantidades estimadas no processo de licitação Processo Licitatório nº 62/2013, Pregão Presencial nº 29/2013 em virtude do aumento na demanda de impressões.

Dados do Contrato: Contrato nº 139/2014  
Contratado: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA EPP  
CNPJ: 06.275.370/0001-18  
Data de Vigência: 13/11/2014 à 31/12/2015  
Valor do Contrato: 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Município de Peritiba - SC em 13 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 77/2014 – LEILÃO 05/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Leilão, do tipo Maior Lance, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 78/2014 - Leilão 05/2014.

Objeto: Alienação de BENS DO PATRIMÔNIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTIECONÔMICA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM.

Da sessão do leilão: Os interessados deverão se fazer presentes na sala de reuniões, no Prédio do Centro Administrativo Municipal no dia 03 de Dezembro de 2014, às 09:00h.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, pelo [www.peritiba.sc.gov.br](http://www.peritiba.sc.gov.br), ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br)

Município de Peritiba - SC em 14 de Novembro de 2014.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO 043/2014

(Ementa)

TERMO ADITIVO 043/2014

CONTRATO N.º: 235/2014

OBJETO: Termo Aditivo de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 30/2014

EMPRESA CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA

VALOR ADITADO: Após comprovado aumento no preço do combustível tipo óleo diesel S10 comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, no percentual de 05 % (cinco por cento) para o óleo diesel S10, fica o contrato de fornecimento nº 235/2014, aditado, para fins de majorar o preço do óleo diesel S10 em 5% (cinco por cento).

DATA DO CONTRATO: 12 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

### PORTARIA Nº.353, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº.353, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXONERA MARIA APARECIDA ROSA DA FUNÇÃO DE EDUCADORA FÍSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar 204, de 08 de Julho de 2014, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001.2014;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a partir de 12 de Novembro de 2014, MARIA APARECIDA ROSA, brasileira, divorciada, inscrito no CPF sob nº. 864.549.609-78, da função de EDUCADORA FÍSICA em caráter temporário, conforme processo seletivo 001/2014, no programa do NASF(núcleo de Atenção Saúde da Família), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 12 de Novembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELE

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO - Nº 044/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 044/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 27/11/2014, licitação modalidade Pregão Presencial nº 044/2014. Objeto: Uma caçamba coletora de entulho - FUNDAM. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 27/11/2014, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br) CENTRO ADMINISTRATIVO DE

PINHEIRO PRETO-SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELE

Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 298/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 298/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato:

I.A locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO;

II.A prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma, ou de comum acordo entre as partes.

LICITAÇÃO: CONTRATO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE

EMPRESA CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, em duas parcelas de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de novembro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Viecele

**Pomerode****PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 51/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 51/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH4202	55559424	16/11/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZE1313	55542142	12/10/1999	50450	162 * V	191.53
LZE5856	55541862	07/11/1999	51690	165	957.69
MAG7198	55559420	03/11/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1573/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1573/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABB0828	54985501E	23/05/2014	55416	181 * XVII	53.20
AXS0276	54882558E	13/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
GPK5406	54883116E	02/07/2014	54521	181 * VIII	127.69
LYK3763	54985525E	29/05/2014	60502	208	191.53
LYK3763	54985528E	29/05/2014	59670	203 * V	191.53
LYK3763	54985527E	29/05/2014	57200	186 * I	127.69
LYK3763	54882299E	29/05/2014	52070	169	53.20
LZU9888	54883494E	20/06/2014	51852	167	127.69
MFA1151	54985735E	09/08/2014	55415	181 * XVII	53.20
MGF2511	54882215E	18/08/2014	52070	169	53.20
MGW2099	54882166E	11/05/2014	69550	236	85.12
MJG7883	54883422E	12/08/2014	59241	203 * I	191.53
MMI0108	54985533E	30/05/2014	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 63/2000**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 63/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO7157	55542436	10/03/2000	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 447/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 447/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

DIT2597	55191194B	20/04/2007	54600	181 * IX
MCT5333	55190718B	27/05/2007	70480	244 * II
MDR8529	55191094B	20/04/2007	60500	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 185/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 185/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HQL5406	54488416A	22/07/2003	73660	252 * VI	85.12
LWW4798	54487007A	16/07/2003	69200	233	127.69
LXM5288	54487593A	24/07/2003	62380	218 * II * a	127.69
LZX2987	54486963A	29/07/2003	50450	162 * V	191.53
LZX2987	54486965A	29/07/2003	65990	230 * V	191.53
MAD8403	54487324A	18/07/2003	72690	250 * I * d	85.12
MBF4538	54487247A	17/07/2003	65990	230 * V	191.53
MBL2190	54487326A	23/07/2003	52070	169	53.20
MCI1750	54487249A	25/07/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 521/2008**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 521/2008**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJG7816	55192454B	11/10/2007	50370	162 * III	574.61
KPJ3566	55192207B	02/09/2007	50450	162 * V	191.54
LYU9642	55601696A	16/10/2007	50100	162 * I	574.61
LYU9642	55601697A	16/10/2007	65990	230 * V	191.54
MCW2965	55191274B	02/09/2007	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 414/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 414/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBG3084	55600611A	27/10/2006	55500	181 * XVIII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 82/2001**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 82/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM2521	54486052A	24/02/2001	60500	208	191.53
LXU5335	54485985A	23/02/2001	55410	181 * XVII	53.20
LXV2035	54485981A	13/02/2001	69120	232	53.20
LYF4762	55541849	20/02/2001	65990	230 * V	191.53
LYG1057	54485986A	23/02/2001	50100	162 * I	574.61
LYT8671	54486054A	04/03/2001	65560	230 * I	191.53
LZR1209	54485982A	17/02/2001	50100	162 * I	574.61
LZR1209	54485982A	17/02/2001	70300	244 * I	191.53
MAQ0609	54486051A	24/02/2001	51850	167	127.69
MBI0578	54486056A	05/03/2001	70480	244 * II	191.53
MDV3020	55559383	23/02/2001	50450	162 * V	191.53
MP490	55542610	03/03/2001	65990	230 * V	191.53
MP490	55542610	03/03/2001	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 250/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 250/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS8892	55600144A	15/12/2004	69120	232
MAG9267	55600128A	04/12/2004	65480	229
MCR5141	55600125A	02/12/2004	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 401/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 401/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEK1355	55190755B	14/01/2007	65990	230 * V
LYW3645	55190416B	16/02/2007	65990	230 * V
LYW3645	55190418B	16/02/2007	66100	230 * VII
LZV5096	55601187A	09/02/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 37/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 37/1998**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEB1347	55559537	10/11/1998	55410	181 * XVII	53.20
LWR0576	55560260	05/11/1998	51850	167	127.69
LWT0614	55559533	13/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LWV7841	55559050	09/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LWW8902	55561000	11/11/1998	51850	167	127.69
LXF0210	55561080	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXJ1134	55561092	31/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LXQ5477	55559529	15/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXY3049	55559545	05/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LYA7461	55561090	31/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYD5455	55561046	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYI4915	55559677	26/10/1998	64400	224	53.20
LYM4855	55561040	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYP1356	55559530	15/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LYR7359	55561116	24/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
LYT2727	55561139	06/11/1998	73660	252 * VI	85.12
LYV9942	55560253	05/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZA1802	55559619	11/08/1998	67260	230 * XVIII	127.69
LZD7247	55560328	30/10/1998	64400	224	53.20
LZH2642	55561089	30/10/1998	50530	162 * VI	191.53
LZH2642	55561089	30/10/1998	51930	168	191.53
LZI6389	55561140	08/11/1998	50450	162 * V	191.53
LZI7684	55560257	05/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZJ2731	55560502	23/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
LZM4445	55561141	08/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
LZM4445	55561142	08/11/1998	50530	162 * VI	191.53
LZN3334	55560252	05/11/1998	51850	167	127.69
LZU0082	55561128	28/10/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZU0082	55561127	28/10/1998	50100	162 * I	574.61
MAD3090	55560998	11/11/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAD8147	55560306	27/10/1998	67690	230 * XXII	85.12
MAP9180	55561065	21/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
MBJ1880	55559539	09/10/1998	55410	181 * XVII	53.20
MBW5220	55560309	28/10/1998	62380	218 * II * a	127.69
MCL8316	55561079	26/10/1998	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 352/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 352/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLL6222	55602001A	20/08/2006	55250	181 * XV
BOH6680	55600096A	06/08/2006	55680	181 * XIX
LZS0853	55601544A	08/08/2006	54600	181 * IX
MBQ0100	55600094A	06/08/2006	55680	181 * XIX
MDC3350	55601815A	16/07/2006	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 489/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 489/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

MCN7322	55601956A	23/10/2006	52070	169
MCN7322	55601955A	23/10/2006	58350	195
MCW5594	55601169A	18/12/2006	55410	181 * XVII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 330/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 330/2006**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

LXS2740	55601496A	01/07/2006	51850	167
MBG0753	55601498A	27/06/2006	55680	181 * XIX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 324/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 324/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU8634	55600546A	07/04/2006	50100	162 * I	574.61
MBE2952	55600176A	30/11/2005	73580	252 * V	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 355/2006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 355/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ1161	55601480A	22/06/2006	65990	230 * V	191.54
MAC5329	55601377A	04/08/2006	67690	230 * XXII	85.13
MAC5329	55601376A	04/08/2006	65560	230 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 253/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 253/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KFV4004	55600011A	08/09/2004	69200	233	127.69
LXK5286	54487000A	13/09/2004	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 515/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 515/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BLL3878	55191283B	01/11/2007	69120	232	
BPL8628	55192168B	23/11/2007	65990	230	* V
LXO3242	55255598B	06/12/2007	69200	233	
LXW6548	55192423B	03/12/2007	50450	162	* V
LXW6548	55192422B	03/12/2007	65990	230	* V
LZH8848	55192318B	02/11/2007	69120	232	
MBK9048	55255595B	02/12/2007	65560	230	* I
MBK9048	55255593B	02/12/2007	50100	162	* I
MBK9048	55255592B	02/12/2007	65990	230	* V
MCB1086	55192415B	02/11/2007	65990	230	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 297/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 297/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MAH3411 55600516A 16/11/2005 60500 208  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
TATIANA LEITE SLOMP  
GERENTE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 50/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 50/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
BZU8992 55541857 18/10/1999 67690 230 \* XXII 85.12  
LXG1041 55541854 13/10/1999 69120 232 53.20  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 390/2007**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 390/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

LXW2530	55190090B	13/12/2006	69120	232
MCR7357	55190692B	24/01/2007	50100	162 * I
MDL7332	55190762B	20/01/2007	51690	165
MHP5320	55190115B	06/12/2006	65990	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.  
LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**SAMAE****AUTO DE ARREMATACÃO LEILÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2014**

Auto de Arrematação

Leilão Processo Administrativo 21/2014

Tipo de Comparação: Por item

Tipo de Julgamento: Maior lance ou oferta

Data de Abertura: 07/11/2014 Hora: 09:00

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode

Promovedor: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode

Em 07 de Novembro de 2014 às 09:00h deu-se por aberta a sessão para leilão dos materiais recicláveis procedentes de processo coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, nesta cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, nas instalações do Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, foi(aram) levado(s) à hasta pública o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), obtidos através da coleta seletiva domiciliar, sendo ao final dos lances, arrematado(s) por:

N. Lote	Descrição	Valor Unit. Lance
Arrematante	1 Maurici Nicoletto	
04	Plástico Mole Colorido	0,95
05	Plástico Duro Colorido	1,35
06	Plástico Duro Natural	1,70
07	Plástico Duro Branco	1,62
08	Plástico Mole Branco	1,77
09	Plásticos - Copinhos	0,30 (proposta)
18	Garraão de Vidro	1,66

02 Tornearia Nicoletto Ltda EPP		
02	Papel Misto	0,15 (proposta)
03	Embalagem Longa Vida	0,20

03 Plásticos Sandri Ltda EPP		
10	Plástico Duro Margarina	1,22

04 Total Pet		
11	Pet Cristal	1,62
12	Pet Verde	1,30
13	Pet Azeite	0,60

05 Restiôleo		
32	Óleo de Cozinha Usado	0,30

06 Recicladora de Resíduos Ari Ltda		
01	Papelão	0,36 (proposta)

07 Nelcir Osvaldo Uller		
15	Litros	0,26

08 Arnaldo Uber		
27	CPU	10,00
28	HD	2,50
29	Celular c/ bateria	6,00 (proposta)

09 Sérgio Zuque		
16	Vidros de C. Grande	0,59
17	Vidros de Conserva Normais	0,15

10 Elizabeth de Oliveira		
30	Motores	1,39 (proposta)

11 André Raul Borchardt		
20	Latas e Sucata Ferro	0,15 (proposta)

12 Ronaldo Pedro Dias		
19	Baterias	1,50
21	Alumínio	3,10
22	Antimônio	1,50
23	Alumínio Latinhas	3,20
24	Cobre (fios c/ capa)	4,40

13 Ademilson Shaade		
26	Monitor/Televisor	0,50 (proposta)
31	Lixo eletrônicos	0,18 (proposta)

14 Eduardo M. Nardelli		
14	Cacos	0,04 (proposta)

15 Edemar Wachholz		
25	PVC	0,40

16 Cristiano A. Patricio		
34	Material não triado	1,10 (proposta)

Sem proposta	33	Isopor	(sem proposta)
--------------	----	--------	----------------

Os lances acima, representam a maior oferta. Cientes os presentes de que, com a lavratura deste, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. E, para constar, foi determinada a lavratura do presente auto. Eu, Régia Franz Parpinelli, o digitei, e eu, Adilson Reiter, Leiloeiro, o conferi e subscrevi.

Régia Franz Parpinelli

Auxiliar Administrativa

Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Adilson Reiter

Leiloeiro

**HOMOLOGAÇÃO DE LEILÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2014**

**SAMAE POMERODE**  
Compras  
Termo de Homologação  
Termo Homologação

Pág 1 / 2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**Leilão Para Alienação: 1/2014**  
**Processo Administrativo: 21/2014**

Ao Sr(a). MARCIO SCHEIDEMANTEL tendo em vista a decisão proferida pelo LEILOEIRO OFICIAL, designado pela Portaria do SAMAE de Pomerode 76/2014.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Leilão nº. 1/2014, o(s) participante(s):

56162 - TORNEARIA NICOLETTO LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	PAPEL MISTO (RECICLADO)	KG		1	R\$0,15	R\$0,15
3	EMBALAGEM LONGA VIDA (RECICLADO)	KG		1	R\$0,20	R\$0,20

Total do Fornecedor: R\$0,35

264806 - MAURICI MAIER NICOLETTO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	PLÁSTICO MOLE COLORIDO	KG		1	R\$0,95	R\$0,95
5	PLÁSTICO DURO COLORIDO	KG		1	R\$1,35	R\$1,35
6	PLÁSTICO DURO NATURAL	KG		1	R\$1,70	R\$1,70
7	PLÁSTICO DURO BRANCO	KG		1	R\$1,62	R\$1,62
8	PLÁSTICO MOLE BRANCO	KG		1	R\$1,77	R\$1,77
9	PLÁSTICOS COPINHOS OS/PP	KG		1	R\$0,30	R\$0,30
18	GARRAFAO DE VIDRO	PEÇA		1	R\$1,66	R\$1,66

Total do Fornecedor: R\$9,35

302066 - NELCIR OSVALDO ULLER						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	LITROS	KG		1	R\$0,26	R\$0,26

Total do Fornecedor: R\$0,26

414840 - EDEMAR WACHHOLZ						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
25	PVC	KG		1	R\$0,40	R\$0,40

Total do Fornecedor: R\$0,40

436828 - PLASTICOS SANDRI LTDA EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	PLÁSTICO DURO (MARGARINA)	KG		1	R\$1,22	R\$1,22

Total do Fornecedor: R\$1,22

436844 - TOTAL PET RECICLAGEM DE PLÁSTICOS LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
11	PET CRISTAL	KG		1	R\$1,62	R\$1,62
12	PET VERDE	KG		1	R\$1,30	R\$1,30
13	PET AZEITE	KG		1	R\$0,60	R\$0,60

Total do Fornecedor: R\$3,52

436860 - JOÃO LUIS MARQUES DA SILVA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
32	ÓLEO DE COZINHA USADO	LITRO		1	R\$0,30	R\$0,30

Total do Fornecedor: R\$0,30

436887 - RECICLADORA DE RESIDUOS ARI LTDA - EPP						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PAPELÃO (RECICLADO)	KG		1	R\$0,36	R\$0,36

Total do Fornecedor: R\$0,36

436895 - SERGIO ZUQUE						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16	VIDROS DE CONSERVA GRANDE	PEÇA		1	R\$0,59	R\$0,59
17	VIDROS DE CONSERVA NORMAIS	PEÇA		1	R\$0,15	R\$0,15

Total do Fornecedor: R\$0,74

436909 - ELISABETH DE OLIVEIRA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
30	MOTORES ELÉTRICOS CLASSIFICADOS.	KG		1	R\$1,39	R\$1,39

Total do Fornecedor: R\$1,39

436917 - ANDRE RAUL BORCHARDT ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20	LATAS E SUCATAS BRUTA DE FERRO	KG		1	R\$0,15	R\$0,15

Total do Fornecedor: R\$0,15





**SAMAE POMERODE**  
Compras  
Termo de Homologação  
Termo Homologação

Pág 2 / 2

436925 - RONALDO PEDRO DIAS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
19	BATERIAS	KG		1	R\$1,50	R\$1,50
21	ALUMÍNIO	KG		1	R\$3,10	R\$3,10
22	ANTIMÔNIO	KG		1	R\$1,50	R\$1,50
23	ALUMÍNIO LATINHAS (RECICLADO)	KG		1	R\$3,20	R\$3,20
24	COBRE (FIOS COM CAPA)	KG		1	R\$4,40	R\$4,40
Total do Fornecedor:						R\$13,70
436933 - ADEMILSON SHAADE						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26	MONITOR/TELEVISOR (completo)	UNIDADE		1	R\$0,50	R\$0,50
31	LIXO ELETRÔNICOS	KG		1	R\$0,18	R\$0,18
Total do Fornecedor:						R\$0,68
436941 - EDUARDO MAURICIO NARDELLI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14	CACOS	KG		1	R\$0,04	R\$0,04
Total do Fornecedor:						R\$0,04
436950 - CRISTIANO ADRIANO PATRICIO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	MATERIAL NÃO TRIADO	M3		1	R\$1,10	R\$1,10
Total do Fornecedor:						R\$1,10
437166 - ARNOLDO UBER						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27	PLACAS DE CPU	KG		1	R\$10,00	R\$10,00
28	HD	KG		1	R\$2,50	R\$2,50
29	CELULAR COM BATERIA	KG		1	R\$6,00	R\$6,00
Total do Fornecedor:						R\$18,50
Total da Homologação:						R\$52,06

Pomerode, 13 de novembro de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente do SAMAE

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### CONTRATOS 234 À 236

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-SC  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 236/2014  
PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014  
REGISTRO DE PREÇO  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: IRMÃOS DE GREGORI LTDA EPP  
CNPJ:83.426.882/0002-60  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.  
VALOR DO CONTRATO: R\$4.284,30 (quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos).  
VIGÊNCIA: De 12 de novembro à 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 235/2014  
PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014  
REGISTRO DE PREÇO  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME  
CNPJ:11.340.804/0001-56  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.  
VALOR DO CONTRATO: R\$3.480,26( três mil quatrocentos e oitenta reais e vinte e seis centavos).  
VIGÊNCIA: De 12 de novembro 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 234/2014  
PROCESSO Nº. 0083/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0035/2014  
REGISTRO DE PREÇO  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ:05.919.156/0001-94  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar.  
VALOR DO CONTRATO: R\$2.296,60 (dois mil duzentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).  
VIGÊNCIA: De 12 de novembro 31 de dezembro de 2014.

Ponte Serrada, 13 de novembro de 2014

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº. 1.277/2014

DECRETO Nº 1.277 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014  
REGULAMENTA O BONUS ADIMPLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. - Se os créditos tributários municipais atinentes ao imóvel não estiverem vencidos ou os vencidos forem quitados até o dia 15 de dezembro, o contribuinte terá direito ao bônus adimplência no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU do exercício seguinte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

#### DECRETO Nº. 1.275/2014

DECRETO Nº 1.275, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº. 1.265, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Altera o artigo 1º do decreto nº. 1.265/2014, na forma da redação a seguir:

"Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Análise e Regularização de Obras, nos termos da Lei Municipal nº. 2.192/2014, diretamente subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano".

Art. 2º Os demais itens do Decreto nº. 1.265/2014 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

#### DECRETO Nº. 1.274/2014

DECRETO Nº 1.274/2014  
Divulga os dias de feriados Nacional, Estadual e define os pontos facultativos nas repartições públicas do Município de Porto Belo, para o ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados Nacional, Estadual e os pontos facultativos no ano de 2015, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I - 1º e 2 de janeiro, Confraternização Universal, quinta e sexta-feira, (feriado nacional e ponto facultativo, respectivamente);

II - 16 e 17 de fevereiro. No dia 18 de fevereiro, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal prestarão atendimento ao público no horário compreendido das 12h00min. às 18h00min, exceto nas Secretarias de Saúde e Secretaria de Obras, que exercerão o horário normal (Carnaval);

III - 03 de abril, Paixão de Cristo (Feriado Nacional)

IV - 20 e 21 de abril, Tiradentes, segunda e terça-feira, (ponto facultativo e feriado nacional, respectivamente)

VI - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho, quinta-feira, (feriado nacional);

VI - 04 e 05 de junho, Corpus Christi, quinta e sexta-feira, (feriado municipal e ponto facultativo, respectivamente);

VII - 07 de agosto, transferência do Feriado Municipal de 06 de Agosto (dia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, Padroeiro do Município de Porto Belo) (Transferência de feriado municipal);

VIII - 7 de setembro, Independência do Brasil, domingo, (feriado nacional);

IX - 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, domingo, (feriado nacional);

X - 13 de Outubro, comemoração ao dia da Fundação do Município de Porto Belo. (Feriado Municipal)

XI - 28 de outubro, quarta-feira, dia do Servidor Público;

XII - 02 de novembro, segunda-feira, dia de Finados (feriado nacional);

XIII - 15 de novembro, Proclamação da República, sábado, (feriado nacional);

XIV - 24 de dezembro, quinta-feira, véspera de Natal, (ponto facultativo);

XV - 25 de dezembro, Natal, quinta-feira, (feriado nacional);

XVI - 31 de dezembro, quarta-feira, véspera de ano novo, (ponto facultativo).

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial, das Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento Básico, Educação, Obras, Transportes e Serviços Públicos e Fundação Municipal de Turismo

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias de novembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

## DECRETO Nº. 1.276/2014

DECRETO Nº 1.276/2014

"DISCIPLINA REGRAS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE TERCEIROS POR DANOS CAUSADOS POR AÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Os danos que o Poder Público Municipal por seus agentes causarem a terceiros, serão passíveis de ressarcimento, desde que observado os procedimentos disciplinados por este decreto e obtiverem a devida autorização legislativa.

Parágrafo Único - O ressarcimento de que trata o caput do artigo

1º será limitado ao valor de vinte salários mínimos.

Art. 2º - A pessoa que se sentir lesada por ação que o Poder Público Municipal por seus agentes causarem, poderá pleitear o ressarcimento, desde que observe os seguintes critérios:

I - Apresentar requerimento fundamentado e detalhado do dano causado;

II - Instruir o requerimento com cópia do RG, CPF e comprovante de residência;

III - Trazer as provas documentais e indicar as testemunhas com o respectivo endereço no ato do protocolo do requerimento.

Parágrafo Único - Entende-se por ação do Poder Público Municipal por seus agentes, aquela causadora diretamente de um dano ao patrimônio do lesado.

Art. 3º - O requerimento de que trata o artigo 2º deverá ser endereçado a Comissão de Processos Administrativos e protocolado junto ao setor de protocolo central da Prefeitura.

Art. 4º - Recebido o requerimento, a Comissão de Processos Administrativos, terá cinco dias para autuar o processo e despachar os atos necessários ao desenvolvimento processual, tais como intimação para oitiva do requerente; oitiva do agente ou dos agentes que causaram o dano reclamado; intimações de testemunhas e outras provas que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Após a conclusão dos trabalhos de que trata o artigo 4º, será oportunizado ao requerente, manifestar-se acerca dos materiais probatórios colacionados aos autos, quando então será intimado para apresentar sua manifestação no prazo de cinco dias.

Art. 6º - Recebida a manifestação do requerente, a Comissão terá o prazo de dez dias para concluir pela procedência ou improcedência do pedido.

§ 1º - Concluído pela improcedência, será intimado o requerente da decisão e o processo administrativo será arquivado. Por tratar-se de procedimento sumário, não assiste ao requerente direito a qualquer recurso, devendo em caso de insatisfação, caso queira, pleitear seu direito junto ao Poder Judiciário.

§ 2º - Concluído pela procedência, a Comissão ao emitir seu relatório deverá indicar a pasta responsável pelo ressarcimento, atribuindo, se for o caso, a responsabilidade do servidor causador do dano em caso de imprudência, negligência ou imperícia.

§ 3º - Ao agente/servidor indicado como responsável deverá ser oportunizado o contraditório antes de homologado o relatório final da Comissão.

§ 4º - Constatada a responsabilidade funcional de servidor público, a Comissão deverá encaminhar relatório ao superior hierárquico que deverá efetuar denúncia para apuração da responsabilidade em sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Art. 7º - No caso de procedência do pedido do requerente e não sendo possível identificar o agente causador do dano, as despesas suportadas pelo Município, deverão ser descontadas do Secretário ou equivalente responsável pela pasta identificada na forma do disposto no artigo 8º.

Art. 8º - Constatada a responsabilidade do agente, e após a devida autorização legislativa o ressarcimento efetuado pelo Município deverá ser debitado dos vencimentos do responsabilizado em montante mensal que não ultrapasse 30% do valor da remuneração.

Art. 9º - Em caso de deferimento mesmo que parcial do requerimento de reparação de dano, a Comissão de Processo Administrativo deverá encaminhar memorando instruído com o relatório final a Procuradoria do Município, que por sua vez, elaborará projeto de lei requerendo autorização legislativa para efetuar o devido ressarcimento.

Art. 10 - Editada lei autorizativa, o departamento de Recursos Humanos deverá notificar o agente responsabilizado sobre o início dos descontos em sua remuneração e proceder conforme decisão final da Comissão.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo, 12 de novembro de 2014.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

## **RESOLUÇÃO Nº. 19/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

RESOLUÇÃO Nº. 019/2014.

Dispõe sobre atividades de recreação para crianças e adolescentes do Município de Porto Belo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Belo, criado pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 616 de 17 de dezembro de 1990, alterada pelas Leis nº. 727 de 23 de junho de 1993, 798 de 24 de maio de 1994, 907 de 08 de maio de 1996, 998 de 02/12/1997, 1.090 de 25 de maio de 1999, 1.267 de 30 de dezembro de 2002, 1.290 de 26 de novembro de 2003 e 1.482 de 15 de dezembro de 2006, conforme deliberação da reunião ordinária de 10 de outubro de 2014.

Considerando a necessidade de valorizar o dia da criança e no intuito de fortalecer vínculos sadios entre as crianças e adolescentes em risco de vulnerabilidade social;

Considerando a necessidade de garantir momentos de lazer e ludicidade às crianças e adolescentes enquanto direito assegurado;

Resolve:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de R\$ 1.250,00 (Hum mil, duzentos e cinquenta reais) do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) para a realização de atividades de recreação no dia 25/10/2014, a realizar-se-á no Ginásio da E.B.M. Olin-da Peixoto, Bairro Jardim Dourado - Porto Belo SC, com a locação de brinquedos infláveis,

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 24 de outubro de 2014.  
Laudiceia A C Poluceno  
Coordenadora Geral do CMDCA

## **Porto União**

### **PREFEITURA**

## **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 035/13**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

COMUNIDADE TERAPÊUTICA FUNDAÇÃO HERMON

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 035/13

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 035/13, celebrado entre o Município de Porto União e a Comunidade Terapêutica Fundação Hermon.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União - SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e do CPF nº 180.245.569-87 e a Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, sediada na BR 280 - Km 05 - Pintado - no Município de Porto União - SC, mantida pela FUNDAÇÃO HERMON, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos, instituída por escritura pública lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas da Comarca de Florianópolis - SC, às fls. 051/074v do Livro nº 254 e registrada sob o nº 6.893, às fls. 295 do Livro A-35 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.963/0005-10, estabelecida em Florianópolis - SC, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, representada pelo seu Presidente Sr. Roberto Pedro Bom, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Iguazu nº 45 - União da Vitória - PR, portador do RG nº 844.579-6 SSP/PR e do CPF nº 185.224.169-15, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.205, de 04 de dezembro de 2013, resolvem alterar a Cláusula Décima Terceira do Convênio, na forma que especificam:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima Terceira do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2015.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE**

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Comunidade Terapêutica  
FUNDAÇÃO HERMON

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 037/13**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

HOSPITAL DE CARIDADE SÃO BRAZ DE PORTO UNIÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 037/2013

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 037/2013, celebrado entre o Município de Porto União e o Hospital de Caridade São Braz de Porto União - SC.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União - SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e do CPF nº 180.245.569-87 e o Hospital de Caridade São Braz, entidade Privada Filantrópica, sob forma da Lei, com registro no CNPJ nº 65.604.395/0001-94, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Mariano Bordon Sosa, paraguaio, residente e domiciliado em Porto União - SC, portador do RG nº 13004-4/SPMAF/SR/PR e CPF nº 692.522.979-87, doravante denominado CONVENIADO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.209, de 13 de dezembro de 2013, resolvem alterar a Cláusula Décima Quinta do Convênio, na forma que especificam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima Quinta do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE**

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA Hospital de Caridade  
Prefeito Municipal SÃO BRAZ

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 485.157.019-87 CPF nº 420.445.539-53

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 034/14**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 034/13

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 034/13, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa

Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União - SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e do CPF nº 180.245.569-87 e Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, com sede na Avenida General Bormann, nº 532 - Centro - Porto União - SC, doravante denominada ENTIDADE CONVENIADA, representada pelo seu Presidente Sr. Eufrazio Xavier de Barros, brasileiro, portador do RG nº 3.991.167 e do CPF nº 253.465.639-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.204, de 04 de dezembro de 2013, resolvem alterar a Cláusula Nona do Convênio, na forma que especificam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Nona do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 1º de janeiro de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE**

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 10 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA Associação de Pais e Amigos do  
Prefeito Municipal Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 485.157.019-87 CPF nº 420.445.539-53

**DECRETO Nº 562/2014**

DECRETO Nº 562, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.233, de 23 de abril de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2084 – Alta Complexidade – Município – Estado		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas	10	30.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.000,00



Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 169.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 571/2014

DECRETO Nº 571, de 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.233, de 23 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2084 – Alta Complexidade – Município – Estado		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	11	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 169.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 573/2014

DECRETO Nº 573, de 06 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	103	150.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Convênio com a União, por meio do Contrato de Repasse nº 1.020.256-20/2014/MAPA/CAIXA, na Fonte 170, conforme Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.200, de 02 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 576/2014

DECRETO Nº 576, de 11 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.283, de 05 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 524.500,00 (Quinhentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 456 – Aplicações Diretas	11	40.000,00
MODALIDADE	3390 – 465 – Aplicações Diretas	12	42.500,00
ATIVIDADE	2071 – Manutenção Média e Alta Complexidade		
MODALIDADE	3390 – 454 – Aplicações Diretas	31	178.000,00
ATIVIDADE	2072 – Centro de Atenção Psicossocial		
MODALIDADE	3190 – 454 – Aplicações Diretas	19	84.000,00

ATIVIDADE	2074 – Manutenção da Vigilância Sanitária		
MODALIDADE	3390 – 466 – Aplicações Diretas	39	35.000,00
ATIVIDADE	2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
MODALIDADE	3390 – 451 – Aplicações Diretas	43	33.000,00
ATIVIDADE	2096 – PMAQ – AB		
MODALIDADE	3390 – 450 – Aplicações Diretas	50	52.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	52	60.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		524.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do Exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

## DECRETO Nº 577/2014

DECRETO Nº 577, de 11 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.956, de 20 de setembro de 1993, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 2.611, de 09 de maio de 2001, e 3.136, de 22 de dezembro de 2005,

### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados até a data de 17 de setembro de 2016, os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Saúde - CMS, criado pela Lei Municipal nº 1.956, de 20 de setembro de 1993, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 2.611, de 09 de maio de 2001, e 3.136, de 22 de dezembro de 2005:

I - Representantes dos Prestadores de Serviços Públicos (2)			
Titular	Entidade	Suplente	Entidade
Rosângela Fátima Trentim Andreoli	INSS Porto União	Gláucia Ilkiv Foggatto Calistro	Secretaria Municipal de Educação
Jair Giraldi	Secretaria Municipal de Saúde	Neusa Lucia Benoni	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

II - Representantes dos Prestadores de Serviços Privados (2)			
Titular	Entidade	Suplente	Entidade
Darci Ferreira da Costa Filho	Hospital de Caridade São Braz	Vânia Aparecida Sebben Rhinow	Hospital de Caridade São Braz
Carine Bendlin	APAE Porto União	Tatiane Ferreira dos Santos	Clínica Terapêutica Fundação Hermon

III - Representantes dos Profissionais de Saúde (4)			
Titular	Entidade	Suplente	Entidade
Carlos Augusto Sacomori Ferreira	Medicina	Maria Cristina Gan	Enfermagem
Deisi Cristina Dembiski	Psicologia	Lubina Oleinik	Serviço Social
Maria Cristina Haneiko	Fisioterapia	Alice Christiane do Nascimento Sczemberg	Nutrição
Leonardo Jorge Iwanko	Odontologia	Odete Terezinha Diniz Roiek	Terapia Ocupacional

IV - Representantes dos Usuários (8)			
Titular	Entidade	Suplente	Entidade
João Celso Alves	UNICOM – Conjunto Porto União	Ester Santos de Paula	UNICOM – Conjunto Porto União
Adenir Marek	UNICOM – Jardim Bela Vista	Janete Levan-doski dos Santos	UNICOM – Jardim Bela Vista
Luiz Kotarski	UNICOM – Vice King	Anésio Orth	UNICOM – Vice King
Alvir Manoel da Mota	UNICOM – Jardim Oliveira	Leoni dos Santos	UNICOM – Jardim Oliveira
Elvira Silvia Moraes	UNICOM – Conjunto São João Maria	Valter Alves da Silva	UNICOM – Conjunto São João Maria
Celso Dionízio Drosdoski	UNICOM	Roger Luis Co-quereel	UNICOM
Sérgio Dimas de Paula	Universidade do Contestado – UNC	Alfredo Koch	UNICOM – São Miguel da Serra
Carlos Roberto Neris	Associação dos Usuários do CAPS I	Cláudia de Fátima da Silva	Rede Feminina de Combate ao Câncer
Ilse Aparecida Simioni	COREN/SC	Marlize Jacoboski Rodrigues Batili	COREN/SC

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de setembro de 2014.

Porto União (SC), 11 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## DECRETO Nº 578/2014

DECRETO Nº 578, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre Junta Médica Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994 e suas alterações, e na Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995 e suas alterações,

CONSIDERANDO o Art. 319, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, que trata sobre licença especial para servidora mãe ou adotante e a Portaria nº 023, de 01 de junho de 2011, que nomeia Médico Perito Oficial do Trabalho no Município;

CONSIDERANDO a total dependência de terceiros, de Diego Alfredo Pinto, filho da servidora Maria Isolete Pissaia Pinto, conforme atestados médicos apresentados;

CONSIDERANDO Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Junta Médica Especial, formada pelo Dr. Alberto Aurélio Posenatto, Médico Perito Oficial do Trabalho do Município, Dr. Juliano Hassan, Médico Clínico Geral e Dra. Ana Paula Godinho da Silva, Médica do PSF, para avaliar o estado de saúde de Diego Alfredo Pinto, filho da servidora Maria Isolete Pissaia Pinto.

Art. 2º Ficam à disposição da Junta Médica Especial os atestados médicos de Diego Alfredo Pinto.

Art. 3º Para que não haja dúvidas na confecção do laudo final, caso necessário, a Junta Médica poderá requisitar novos exames a fim de esclarecer a existência de incapacidade física ou mental de Diego Alfredo Pinto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### DECRETO Nº 579/2014

DECRETO Nº 579, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.278, de 22 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 10.500 (Dez mil e quinhentos reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0500 – FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
ATIVIDADE	2041 – Assistência à Criança e ao Adolescente		
MODALIDADE	3350 – 100 – Aplicações Diretas	03	10.500,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial na seguinte dotação:

ÓRGÃO ORGÃO	0500 – FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
UNIDADE	0501 – FUNDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA		
ATIVIDADE	2041 – Assistência à Criança e ao Adolescente		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	01	10.500,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		10.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### DECRETO Nº 580/2014

DECRETO Nº 580, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 294.000,00 (Duzentos e noventa e quatro mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
PROJETO	1016 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 3170 – Aplicações Diretas	171	209.000,00
UNIDADE	0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 3170 – Aplicações Diretas	172	85.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		294.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do Exercício de 2013, na Fonte 3170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### **EXTRATO DE CONTRATO 113/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 113/2014 - EDUCAÇÃO  
Partes: Município de Porto União e  
MARCIA REGINA ARENDT - ME  
Objeto: Prestação de Serviços de fotocópias.  
Valor total R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 027/2014 - Educação, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

MARCIA REGINA ARENDT - ME.  
Contratada

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 046/2014 - EDUCAÇÃO  
Pregão Presencial 027/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
MARCIA REGINA ARENDT - ME.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO 115/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 115/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
PRESSOTTO ESTRUTURAS E PRÉ MOLDADOS LTDA.  
Objeto: Contratação de Empresa para Execução da Obra de Construção de Pátios Cobertos em Estrutura Metálica a ser realizado nos: N.E. Pingo de Gente, N.E. Moranguinho e N.E. Castelo Encantado, incluindo material e mão de obra.  
Valor total R\$ 40.295,59 (quarenta mil duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e nove centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Tomada de Preços 006/2014 - Educação, Lei 8.666/93

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

PRESSOTTO ESTRUTURAS E PRÉ MOLDADOS LTDA.  
Contratada

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 006/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 044/2014 - EDUCAÇÃO  
Tomada de Preços 006/2014  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
PRESSOTTO ESTRUTURAS E PRE MOLDADOS LTDA.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO 179/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 179/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Objeto: Aquisição de Gêneros de Alimentação e Material de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Cultura.  
Valor total R\$ 2.461,60 (dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 048/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.  
Contratada

#### **EXTRATO DE CONTRATO 178/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 178/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS - EPP.  
Objeto: Aquisição de Gêneros de Alimentação e Material de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Cultura.  
Valor total R\$ 2.975,87 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 048/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS - EPP.  
Contratada

#### **EXTRATO DE CONTRATO 177/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 177/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
SUPERMERCADO DUKELLI LTDA.



Objeto: Aquisição de Gêneros de Alimentação e Material de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Cultura.  
Valor total R\$ 2.668,30 (dois mil reais seiscentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 048/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA.

Contratada

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 048/2014**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 093/2014 - PREFEITURA

Pregão Presencial 048/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

MERCADO KOSERA LTDA - ME

JACKIW ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - EPP

SUEPRMERCADO DUKELLI LTDA

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 048/2014 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 048/2014 - FAS

Partes: Município de Porto União e

VILMAR MARCOS MINSKI & CIA LTDA - ME

Objeto: Prestação de Serviço de Auxílio Funeral.

Valor total R\$ R\$ 9.681,50 (nove mil seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 022/2014 - FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 12 de novembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

VILMAR MARCOS MINSKI & CIA LTDA - ME

Contratada

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2014 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 026/2014 - FAS

Pregão Presencial 022/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

VILMAR MARCOS MINSKI & CIA LTDA - ME.

Porto União SC, 12 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 098/2014**

Edital de convocação 098/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 11/11/2014 à 17/11/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

#### **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
RAQUEL MARIA DE SOUZA RABELO	3º		

Porto União (SC), 11 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2014**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2014 - EDUCAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014 - EDUCAÇÃO

Caracterização da Situação: O Município nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (atos do Executivo, extratos de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que desta forma dê cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC" (Diário Oficial do estado de Santa Catarina).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC, inscrito no CNPJ 14.284.430/0001-97 (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina), tendo em vista que é a empresa do Governo do Estado que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Educação  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Educação  
Atividade 2010 - Manutenção Secretaria de Educação  
Modalidade 3390-104 - Aplicações diretas  
Cód. 13  
Complemento - 33903990 - Serviço de Publicidade legal

Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 e inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 24 de outubro de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 376/2014

**EXTRATO DE CONTRATO 173/2014**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 173/2014 - PREFEITURA  
Partes: Município de Porto União e  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS  
Objeto: Publicações no Diário Oficial do Estado dos atos da Prefeitura Municipal de Porto União.  
Valor total R\$ R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).  
Vigência: será de 12 (doze) meses.  
Base legal: Dispensa de Licitação 021/2014 - Prefeitura, Lei 8.666/93

Porto União SC, 31 de outubro de 2014.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS.  
Contratada

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2014 - EDUCAÇÃO**

MUNICIPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2014  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2014

Caracterização da Situação: O Município nos termos do que determina a Lei 8.666/93, necessita fazer algumas publicações (atos do Executivo, extratos de contratos, extratos de editais de licitações) no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que desta forma dê cumprimento ao princípio da publicidade dos seus atos previstos no art 37, caput da Constituição Federal.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação com o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC" (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina).

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC, inscrito no CNPJ 14.284.430/0001-97 (Diário Oficial do Estado de Santa Catarina), tendo em vista que é a empresa do Governo do Estado que presta serviços desta natureza.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), estando portanto, dentro do valor de mercado.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União  
Unidade 0209 - Secretaria de Desenvolvimento Social  
Atividade 2026 - manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social  
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas  
Cód. 113

Atividade 2002 - Manutenção Gabinete do Prefeito  
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas  
Cód. 03

Unidade 0210 - Encargos Gerais do Município  
Atividade 2033 - Encargos Gerais da Administração  
Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas  
Cód. 133

Complemento 33903990 - Serviços de Publicidade Legal

Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24 e inciso VIII, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 24 de outubro de 2014.  
PAULO RUBENS BUCH  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 376/2014

**EXTRATO DE CONTRATO 107/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 107/2014 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS Objeto: Publicações no Diário Oficial do Estado dos atos da Prefeitura Municipal de Porto União - Secretaria Municipal de Educação.

Valor total R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência: será de 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 005/2014 - Educação, Lei 8.666/93

Porto União SC, 31 de outubro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS.

Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 176/2014**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 176/2014

Partes: Município de Porto União e

FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA.

Objeto: Aquisição de Produtos de Informática.

Valor total R\$ 10.225,00 (dez mil duzentos e vinte e cinco reais).

Vigência: será de 04 (quatro) meses.

Base legal: Pregão Presencial 047/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA.

Contratada

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2014**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 090/2014

Pregão Presencial 047/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA.

Porto União SC, 07 de novembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 099/2014**

Edital de convocação 099/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do 11/11/2014 à 17/11/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ALOIR RODRIGUES CALISTO	17		

Porto União (SC), 11 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 114/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 114/2014 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e

BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA.

Objeto: Contratação de Empresa execução dos Serviços de Transporte Escolar.

Valor total R\$ R\$ 4.631.431,28, (quatro milhões seiscentos e trinta e um mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte e oito centavos).

Vigência: será até 31 de dezembro de 2016.

Base legal: Pregão Presencial 023/2014 - Educação, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 05 de novembro de 2014.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA.

Contratada

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2014 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 038/2014 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 023/2014

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

BITUR TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA

Porto União SC, 16 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 1087/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1087, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Dione dos Santos Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "03", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Elaine Pressendo que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1088/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1088, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Patrícia de Fátima Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Viviane Aparecida Pereira que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1089/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1089, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Fernanda Conceição Martins, que exerce o cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Luciane dos Santos Leite que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades junto ao Berçário Maria Luiza Waldruff, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1090/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1090, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Yara Pinto Ferreira Kurutz, que exerce o cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 20 de outubro a 16 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1091/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1091, de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO, a Portaria nº 357, de 20 de março de 2014 que altera a carga horária da servidora contratada Valdiane Varmeling.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União, SC em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1092/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1092 de 24 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Andressa Caroline Furtado do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1093/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1093 de 27 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Rafaela Silva Glaza do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1094/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1094, de 28 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de outubro a 29 de dezembro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vania Sinara Bageski, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934,



de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Maria Irene Silveira Siwidniski Savi que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1095/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1095, de 30 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 30 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Maria Irene Silveira Siwidniski Savi, ocupante do cargo de Merendeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1097/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1097, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 a 31 de outubro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Maria Rosa Martins Cunha Menezes, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Dilce Soares dos Santos, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 20 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1098/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1098, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/06/2013;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Outubro/2014, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2002 a fevereiro de 2007, da servidora Elenir Luzia Litwinski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1099/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1099, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;



CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/06/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Outubro/2014, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, do servidor Paulo Roberto Poerner, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1100/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1100, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/06/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Outubro/2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, do servidor Eusébio Kuhsler, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1101/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1101, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Outubro/2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, do servidor Valter Alves da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário Datilógrafo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1103/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1103, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Outubro/2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2008 a abril de 2013, do servidor Márcio Luis Herzog, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Otorrinolaringologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto

668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1104/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1104, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Taís Cassiane Lopes de Freitas das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 1105/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1105, de 31 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Maria Rosa Martins Cunha Menezes das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### **CONVITE 010 2014 PROCESSO 073 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº.073/2014

CONVITE Nº. 010/2014

MAIOR OFERTA

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 20.11.2014, para Exploração de uso de bem público municipal visando sua exploração comercial, da Lanchonete e banheiros, com área de 169,48m², de propriedade do Município, situada Na Praça Gotlieb Reif - Rua 23 de Julho - Bairro Centro, nesta Cidade, destinada exclusivamente à atividade de Lanchonete e Bar.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 13 de Novembro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS, PENALIDADES E NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO. FICAM TAMBEM OS CONTRIBUINTE, CIENTIFICADOS DE QUE DISPOEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º DA LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
14/2014-A	25/07/14	ANALDO NEUBER ME	10.307.909/0001-40
14/2014-B	25/07/14	ANALDO NEUBER ME	10.307.909/0001-40
14/2014-C	25/07/14	ANALDO NEUBER ME	10.307.909/0001-40
18/2014	08/08/14	AGENCIA DE PUBLICIDADE TREE/O LTDA	07.542.492/0001-96
18/2014-A	08/08/14	AGENCIA DE PUBLICIDADE TREE/O LTDA	07.542.492/0001-96
AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
220/2014	09/10/14	ADRIANA SCHNEIDER EGER & CIA LTDA ME	05.434.810/0001-70
78/2014	25/07/14	ANALDO NEUBER ME	10.307.909/0001-40
146/2014	30/08/14	AUTO-LE CENTER CAR COM VAREJ DE VEIC LTDA ME	07.381.203/0001-14
226/2014	24/09/14	BAZAR AQUA EGC COM DE ARTIGOS DIV LTDA ME	16.952.987/0001-84
207/2014	24/09/14	BAZAR AQUA EGC COM DE ARTIGOS DIV LTDA ME	16.952.987/0001-84
45/2014	30/05/14	CONF E COM DE ART P/PISCINAS MAKARTY & GUTZ LTDA EPP	05.577.313/0001-20
136/2014	29/08/14	CONRADO RINNERT NETO	312.803.319-68
103/2014	19/08/14	DAIANA FERNANDES DOS SANTOS EIRELI ME	15.534.909/0001-05
104/2014	19/08/14	DAIANA FERNANDES DOS SANTOS EIRELI ME	15.534.909/0001-05
190/2014	22/09/14	DALVANA MONTIBELER POFFO ME	13.733.992/0001-08
227/2014	22/10/14	DECORTEX IND E COM DE TECIDOS LTDA ME	03.881.242/0001-20
97/2014	13/08/14	FERNANDO CESAR KNISS ME	13.403.339/0001-80
115/2014	26/08/14	FERNANDO CESAR KNISS ME	13.403.339/0001-80
177/2014	16/09/14	GENESIO AUTOMOVEIS LTDA ME	09.263.524/0001-40

178/2014	16/09/14	GENESIO AUTOMOVEIS LTDA ME	09.263.524/0001-40
163/2014	03/09/14	LEVEL COM E LOCA-CAO DE VEICULOS LTDA ME	10.882.341/0001-91
164/2014	03/09/14	LEVEL COM E LOCA-CAO DE VEICULOS LTDA ME	10.882.341/0001-91
187/2014	22/09/14	M A R COMERCIO DE VEICULOS LTDA	13.218.933/0001-00
188/2014	22/09/14	M A R COMERCIO DE VEICULOS LTDA	13.218.933/0001-00
106/2014	22/08/14	PIETRA DO AMARAL	15.749.095/0001-18
194/2014	22/09/14	R & J CONSTRUTORA LTDA ME	17.578.629/0001-16
191/2014	22/09/14	RESIDENCIAL CARLOS DIAS LTDA	11.419.832/0001-63
232/2014	22/09/14	RESIDENCIAL GRACE MARIA LTDA	13.428.587/0001-86
14/2014	20/03/14	SILVANI ZIBELL ME	03.055.004/0001-65
25/2014	18/09/14	VALDAIR RIBEIRO	501.820.309-97
NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	31/07/14	ADRIANA SCHNEIDER & CIA LTDA ME	05.434.810/0001-70
	13/08/14	VILSON EGER -ADRIANA SCHNEIDER & CIA LTDA ME	05.434.810/0001-70
	05/03/14	ALDAIR JOSE GARCIA – ALFATRONIC EQUIPELETRO	02.520.275/0001-81
	08/04/14	ARNALDO COMPER	217.634.889-34
	11/09/14	DMARRY IND DE CONFECÇÕES LTDA ME	13.467.191/0001-48
	29/09/14	SERGIO ABREU – DMARRY IND DE CONFEC LTDA ME	13.467.191/0001-48
	25/02/14	JONAS ALVES DA ROCHA – ESTILO ACES COM DE BIJUT	07.305.442/0001-95
	05/08/14	JACI SILVEIRA MOREIRA ME	17.034.102/0001-20
	11/09/14	JACQUELINE DEBIAZI ME	14.730.588/0001-43
	05/03/14	ROMILDA DA SILVA BATISTA ME	16.923.234/0001-40
	07/07/14	SERGIO LUIZ CORREA	80.465.701/0001-35
	06/08/14	WOLNI WOLINGER 75011808904	11.627.691/0001-74
	09/07/14	VERA LUCIA GALESKI FRANCO	657.542.399-04
	11/09/14	ADRIANO FERREIRA & CIA LTDA ME	16.682.200/0001-01
	29/09/14	ADRIANO FERREIRA -ADRIANO FERREIRA & CIA LTDA ME	16.682.200/0001-01
	28/08/14	MEEL DO BRASIL CONFECÇÕES EIRELI ME	13.623.620/0001-29
	02/10/14	MEEL DO BRASIL CONFECÇÕES EIRELI ME – ELIANE HERING BETTI	13.623.620/0001-29

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização  
Pref. Mun. de Rio do Sul

Cristiano Contreira Dias Lopes  
Segatto  
Secretário Municipal da Fazenda  
Pref. Mun. de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4410, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4410, de 13 de novembro de 2014.

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À EMPRESA DWH & FILHOS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o estabelecido no artigo 19 da Lei Municipal n.º 4.201/05,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica concedido à empresa, DWH & FILHOS, CNPJ Nº 11.263.404/0001-94, sito a rua Dom Pedro II, nº11, bairro Canoas, no município de Rio do Sul/SC, com cadastro imobiliário nº 3565, cadastro econômico nº 166.221, matrícula no Registro de Imóveis sob nº 3794, com base no deferimento da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do protocolo nº 150667/2014, incentivo econômico com base no art. 5º, §3º da Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:  
- 10 horas terraplenagem-máquina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

13 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**REGINA BONITO PETRY**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

# Salto Veloso

**PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 072/2014**

DECRETO Nº 072 - DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

**Decreta:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 39.680,80 (Trinta e Nove Mil Seiscentos e Oitenta Reais e Oitenta Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS

Categoria Econômica 3.3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 39.680,80

Fonte: 01.89.00000

RED: 145

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS

Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 39.680,80

Fonte: 01.89.00000

RED: 142

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 10 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIM

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>16.192.220,00</b>	<b>16.192.220,00</b>	<b>2.424.677,71</b>	<b>14,97</b>	<b>14.842.572,11</b>	<b>91,66</b>	<b>1.349.647,89</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.192.200,00</b>	<b>16.192.200,00</b>	<b>2.424.677,71</b>	<b>14,97</b>	<b>13.397.612,11</b>	<b>82,74</b>	<b>2.794.587,89</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	531.500,00	531.500,00	75.409,35	14,19	540.719,49	101,73	-9.219,49
IMPOSTOS	428.000,00	428.000,00	55.625,90	13,00	355.967,33	83,17	72.032,67
TAXAS	59.500,00	59.500,00	11.387,81	19,14	81.405,50	136,82	-21.905,50
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	44.000,00	44.000,00	8.395,64	19,08	103.346,66	234,88	-59.346,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	2.827,71	0,54	504.746,86	95,60	23.253,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	440.000,00	440.000,00	-13.514,43	0,00	421.410,91	95,78	18.589,09
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	88.000,00	88.000,00	16.342,14	18,57	83.335,95	94,70	4.664,05
RECEITA PATRIMONIAL	834.050,00	834.050,00	163.366,57	19,59	1.348.227,53	161,65	-514.177,53
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	834.050,00	834.050,00	163.366,57	19,59	1.348.227,53	161,65	-514.177,53
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.200,00	2.200,00	1.217,56	55,34	5.646,24	256,65	-3.446,24
Outras Receitas Agropecuárias	2.200,00	2.200,00	1.217,56	55,34	5.646,24	256,65	-3.446,24
RECEITA DE SERVIÇOS	87.500,00	87.500,00	42.005,25	48,01	126.072,18	144,08	-38.572,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.114.020,00	14.114.020,00	2.076.278,68	14,71	10.720.679,72	75,96	3.393.340,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.054.020,00	14.054.020,00	2.071.134,92	14,74	10.700.104,66	76,14	3.353.915,34
Transf. de Conv.	60.000,00	60.000,00	5.143,76	8,57	20.575,06	34,29	39.424,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.930,00	94.930,00	63.572,59	66,97	151.520,09	159,61	-56.590,09
Multas e Juros de Mora	31.350,00	31.350,00	7.195,18	22,95	28.061,56	89,51	3.288,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.900,00	9.900,00	7.890,04	79,70	39.856,09	402,59	-29.956,09
RECEITAS DIVERSAS	51.480,00	51.480,00	48.487,37	94,19	83.602,44	162,40	-32.122,44
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.444.960,00</b>	<b>800,00</b>	<b>-1.444.940,00</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>850.050,00</b>	<b>850.050,00</b>	<b>144.807,93</b>	<b>17,04</b>	<b>699.136,99</b>	<b>82,25</b>	<b>150.913,01</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>850.050,00</b>	<b>850.050,00</b>	<b>144.807,93</b>	<b>17,04</b>	<b>699.136,99</b>	<b>82,25</b>	<b>150.913,01</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	850.050,00	850.050,00	144.807,93	17,04	699.136,99	82,25	150.913,01
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	850.050,00	850.050,00	144.807,93	17,04	699.136,99	82,25	150.913,01
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>2.569.485,64</b>	<b>15,08</b>	<b>15.541.709,10</b>	<b>91,20</b>	<b>1.500.560,90</b>

Continua 1/3



Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>2.569.485,64</b>	<b>15,08</b>	<b>15.541.709,10</b>	<b>91,20</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>17.042.270,00</b>	<b>2.569.485,64</b>	<b>15,08</b>	<b>15.541.709,10</b>	<b>91,20</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>729.266,19</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>418.033,59</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	729.266,19	—	—	418.033,59	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>16.192.220,00</b>	<b>2.911.428,69</b>	<b>19.103.648,69</b>	<b>2.010.826,68</b>	<b>13.350.543,80</b>	<b>2.344.407,53</b>	<b>12.327.641,03</b>	<b>64,53</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.321.250,00</b>	<b>825.949,39</b>	<b>15.147.199,39</b>	<b>1.959.403,01</b>	<b>11.771.680,02</b>	<b>2.288.713,36</b>	<b>11.013.112,25</b>	<b>72,71</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.380.440,00	-18.483,11	7.361.956,89	1.206.654,52	5.303.461,27	1.199.704,15	5.294.093,42	71,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195.000,00	-60.000,00	135.000,00	40.117,37	121.046,44	40.117,37	121.046,44	89,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.745.810,00	904.432,50	7.650.242,50	712.631,12	6.347.172,31	1.048.891,84	5.597.972,39	73,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>508.920,00</b>	<b>2.085.479,30</b>	<b>2.594.399,30</b>	<b>51.423,67</b>	<b>1.578.863,78</b>	<b>55.694,17</b>	<b>1.314.528,78</b>	<b>50,67</b>
INVESTIMENTOS	497.920,00	1.795.479,30	2.293.399,30	5.342,63	1.402.381,34	9.613,13	1.138.046,34	49,62
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.000,00	290.000,00	300.000,00	46.081,04	176.482,44	46.081,04	176.482,44	58,83
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.362.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.362.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>850.050,00</b>	<b>-71.422,50</b>	<b>778.627,50</b>	<b>36.683,94</b>	<b>463.262,27</b>	<b>36.683,94</b>	<b>463.262,27</b>	<b>59,50</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	850.050,00	-71.422,50	778.627,50	36.683,94	463.262,27	36.683,94	463.262,27	59,50

Continua 2/3

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	850.050,00	-71.422,50	778.627,50	36.683,94	463.262,27	36.683,94	463.262,27	315.365,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.042.270,00	2.840.006,19	19.882.276,19	2.047.510,62	13.813.806,07	2.381.091,47	12.790.903,30	7.091.372,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.042.270,00	2.840.006,19	19.882.276,19	2.047.510,62	13.813.806,07	2.381.091,47	12.790.903,30	7.091.372,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.750.805,80	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.042.270,00	2.840.006,19	19.882.276,19	2.047.510,62	13.813.806,07	2.381.091,47	15.541.709,10	7.091.372,89

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.506.796,90

FONTE:

Salto Veloso, 13/11/2014

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCAPO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>			2.010.826,68	13.350.543,80	2.344.407,53	12.327.641,03	<b>6.776.007,66</b>
Legislativa	16.192.220,00	19.103.648,69	0,00	0,00	0,00	0,00	483.450,00
Ação Legislativa	483.450,00	483.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	483.450,00
Administração	2.158.550,00	2.553.592,50	331.129,03	1.812.013,39	444.217,48	1.648.098,46	905.494,04
Administração Geral	2.158.550,00	2.553.592,50	331.129,03	1.812.013,39	444.217,48	1.648.098,46	905.494,04
Segurança Pública	49.000,00	51.981,66	-2.315,14	21.889,32	1.055,41	19.595,63	32.386,03
Policimento	49.000,00	51.981,66	-2.315,14	21.889,32	1.055,41	19.595,63	32.386,03
Assistência Social	651.611,00	700.745,05	60.710,13	454.851,41	67.784,68	427.639,38	273.105,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00	22.000,00	5.327,70	15.104,81	4.207,82	13.838,60	8.161,40
Assistência Comunitária	629.611,00	678.745,05	55.382,43	439.746,60	63.576,86	413.800,78	264.944,27
Previdência Social	850.000,00	850.000,00	151.214,10	651.836,08	156.947,34	649.180,08	200.819,92
Previdência do Regime Estatutário	850.000,00	850.000,00	151.214,10	651.836,08	156.947,34	649.180,08	200.819,92
Saúde	3.030.833,00	3.467.584,46	540.346,36	2.905.188,63	589.866,13	2.695.492,67	772.091,79
Atenção Básica	2.870.432,00	3.284.083,07	483.297,31	2.767.518,38	538.965,87	2.573.134,83	710.948,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	43.704,41	26.405,29	36.109,70	18.828,98	28.533,39	15.171,02
Vigilância Sanitária	20.000,00	31.827,55	-1.024,80	8.690,33	0,00	8.630,33	23.197,22
Vigilância Epidemiológica	15.400,00	15.400,00	2.700,00	3.106,98	0,00	406,98	14.993,02
Alimentação e Nutrição	86.000,00	92.568,43	28.968,56	89.763,24	32.071,28	84.787,14	7.781,29
Abastecimento	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Educação	3.404.014,00	4.267.060,37	501.348,31	3.231.983,46	538.877,32	2.893.197,48	1.373.862,89
Ensino Fundamental	2.217.414,00	3.085.500,37	318.419,95	2.333.210,38	354.995,95	2.001.677,76	1.083.822,61
Educação Infantil	1.150.000,00	1.179.560,00	182.928,36	898.631,24	183.881,37	891.377,88	288.182,12
Educação de Jovens e Adultos	34.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	0,00	141,84	0,00	141,84	1.858,16
Cultura	159.000,00	239.000,00	6.458,93	143.943,43	25.479,50	103.004,40	135.995,60
Difusão Cultural	159.000,00	239.000,00	6.458,93	143.943,43	25.479,50	103.004,40	135.995,60
Urbanismo	735.604,00	1.131.930,68	94.383,24	625.227,47	117.154,28	574.919,03	557.011,65
Infra-Estrutura Urbana	25.004,00	371.330,68	0,00	0,00	0,00	0,00	371.330,68
Serviços Urbanos	710.600,00	760.600,00	94.383,24	625.227,47	117.154,28	574.919,03	185.680,97
Habitação	12.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Habitação Urbana	12.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	16.192.220,00	19.103.648,69	2.010.826,68	13.350.543,80	2.344.407,53	12.327.641,03	96,38	64,53
Saneamento	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	813.003,00	800.003,00	81.807,44	670.800,50	110.030,31	615.498,31	4,81	76,94
Extensão Rural	813.003,00	800.003,00	81.807,44	670.800,50	110.030,31	615.498,31	4,81	76,94
Indústria	11.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	11.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.930.102,00	2.216.877,65	139.756,01	2.008.662,23	169.646,73	1.900.334,57	14,86	85,72
Transporte Rodoviário	1.930.102,00	2.216.877,65	139.756,01	2.008.662,23	169.646,73	1.900.334,57	14,86	85,72
Desporto e Lazer	141.500,00	111.500,00	19.789,86	103.072,35	20.701,85	99.104,34	0,77	88,88
Desporto Comunitário	141.500,00	111.500,00	19.789,86	103.072,35	20.701,85	99.104,34	0,77	88,88
Encargos Especiais	385.000,00	862.370,32	86.198,41	721.075,53	102.646,50	701.576,68	5,48	81,35
Outros Encargos Especiais	385.000,00	862.370,32	86.198,41	721.075,53	102.646,50	701.576,68	5,48	81,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.362.050,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	850.050,00	778.627,50	36.683,94	463.262,27	36.683,94	463.262,27	3,62	59,50
Legislativa	11.550,00	11.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	11.550,00	11.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	95.000,00	87.577,50	0,00	54.210,70	0,00	54.210,70	0,42	61,90
Administração Geral	95.000,00	87.577,50	0,00	54.210,70	0,00	54.210,70	0,42	61,90
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	99.000,00	99.000,00	14.716,94	90.519,74	14.716,94	90.519,74	0,71	91,43
Atenção Básica	99.000,00	99.000,00	14.716,94	90.519,74	14.716,94	90.519,74	0,71	91,43
Educação	380.000,00	420.000,00	21.967,00	245.842,19	21.967,00	245.842,19	1,92	58,53
Ensino Fundamental	260.000,00	300.000,00	21.967,00	179.809,77	21.967,00	179.809,77	1,41	59,94
Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	0,00	66.032,42	0,00	66.032,42	0,52	55,03

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Cultura	850.050,00	778.627,50	36.683,94	463.262,27	36.683,94	463.262,27	3,62	59,50
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	40.000,00	40.000,00	0,00	19.157,22	0,00	19.157,22	0,15	47,89
Agricultura	40.000,00	40.000,00	0,00	19.157,22	0,00	19.157,22	0,15	47,89
Extensão Rural	64.000,00	64.000,00	0,00	32.378,96	0,00	32.378,96	0,25	50,59
Transporte	64.000,00	64.000,00	0,00	32.378,96	0,00	32.378,96	0,25	50,59
Transporte Rodoviário	154.000,00	50.000,00	0,00	21.153,46	0,00	21.153,46	0,17	42,31
Desporto e Lazer	154.000,00	50.000,00	0,00	21.153,46	0,00	21.153,46	0,17	42,31
Desporto Comunitário	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.042.270,00	19.882.276,19	2.047.510,62	13.813.806,07	2.381.091,47	12.790.903,30	100,00	64,33

FONTE:

Salto Veloso, 13/11/2014

CLAUDEMIR CESCO  
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.658.719,70	2.196.747,15	1.537.764,71	1.662.614,45	1.402.825,73	1.666.616,90	1.695.841,40	1.365.677,39	1.406.766,41	1.719.626,03	1.189.938,75	1.587.285,50	19.090.298,12	18.853.240,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		16.701,81	198.960,00	4.007,01	55.556,22	87.443,58	132.029,12	72.000,48	41.086,46	32.924,93	40.258,34	37.234,27	38.175,08	756.381,30	531.500,00
I.P.T.U.		532,77	1.818,34	479,39	0,00	22.154,21	69.397,13	23.243,03	1.597,91	1.148,69	1.764,60	488,49	1.606,43	124.230,99	143.000,00
I.R.R.F.		1.145,02	155.476,88	61,55	96,98	24.293,47	0,00	0,00	0,00	2.228,70	0,00	0,00	2.251,63	186.554,23	165.000,00
I.S.S.		8.665,48	31.497,19	3.466,07	20.462,79	8.815,89	8.598,58	11.651,11	13.970,73	7.765,27	26.654,84	19.383,20	28.226,15	189.077,30	100.000,00
I.T.B.I.		3.260,00	1.950,00	0,00	8.740,38	3.433,95	13.015,57	10.783,93	4.900,00	8.258,87	3.438,79	2.600,00	1.070,00	61.450,49	20.000,00
Outras Receitas Tributárias		3.098,54	8.217,59	0,00	26.256,07	28.746,06	41.019,84	26.322,41	20.717,82	13.506,40	8.400,11	14.762,58	5.020,87	196.088,29	103.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		43.996,17	69.157,10	37.497,59	60.921,78	41.312,59	38.406,07	33.939,44	144.950,53	81.895,96	62.995,19	49.687,22	617.900,13	528.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL		29.031,55	53.298,02	31.834,56	171.941,56	106.591,32	178.031,09	262.643,66	8.808,49	127.187,71	298.022,57	-11.682,21	175.048,78	834.050,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.997,98	1.524,83	0,00	8,56	63,99	1.824,27	693,47	301,36	888,17	648,86	663,19	554,37	2.200,00	
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		5.186,65	26.581,60	0,00	17.311,55	2.910,57	11.095,20	17.340,55	6.763,10	21.716,39	6.929,57	25.002,96	17.002,29	157.840,43	87.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.491.395,20	1.642.679,36	1.464.032,79	1.336.406,42	1.146.172,54	1.294.326,11	1.307.283,25	1.153.893,01	1.127.992,44	1.298.117,10	1.181.925,57	1.246.769,65	15.691.973,44	16.775.060,00
Cota-Parte do F.P.M.		490.576,88	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.427,05	393.083,94	427.480,52	5.674.420,62	6.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		516.014,08	554.778,16	414.167,73	391.488,46	397.156,13	386.702,73	385.148,05	384.530,23	342.138,10	430.900,43	414.847,24	433.141,04	5.053.012,38	6.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		27.003,88	11.695,36	28.738,45	32.761,51	48.569,93	45.547,92	48.436,31	30.372,01	52.421,51	47.946,58	43.055,06	35.357,41	451.905,93	374.000,00
Cota-Parte do ITR.		11,61	19,91	0,00	0,00	15,67	0,00	0,00	19,65	10,10	0,00	0,00	2.105,50	2.200,00	
Outras Transferências Correntes		221.593,65	336.487,96	194.890,72	51.559,25	116.615,06	198.763,77	94.000,05	95.311,12	162.651,16	155.709,30	110.923,44	119.328,31	1.857.832,79	1.260.660,00
Transferências da LC 61/1989		8.196,06	8.759,84	6.000,65	5.569,55	5.442,18	5.925,48	6.524,20	6.138,47	6.306,12	6.500,21	6.117,02	6.550,83	78.000,61	99.000,00
Transferências da LC 87/1996		2.177,55	2.177,55	1.738,40	1.738,40	0,00	1.738,40	2.086,08	1.738,40	1.738,40	1.738,40	1.738,40	1.752,30	20.362,28	30.000,00
Transferências do FUNDEB		223.822,49	222.766,92	223.665,48	218.096,35	201.580,28	225.602,71	197.979,26	206.003,14	193.600,42	207.895,13	212.160,47	221.053,74	2.554.226,39	2.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		70.410,34	204.546,24	392,76	20.468,36	18.331,14	10.907,04	1.960,55	10.074,44	14.158,81	11.654,40	3.524,48	60.048,11	426.476,67	94.930,00
DEDUÇÕES (II)		225.514,66	263.170,75	269.342,84	294.054,10	241.494,53	259.635,03	284.462,84	358.528,80	249.600,85	281.034,13	139.502,33	291.855,42	3.158.196,28	3.731.090,00
Contrib. Patrimonial Reg. Próprio Prev.		0,00	0,00	40.063,84	53.802,77	50.576,17	57.842,30	51.808,06	61.263,81	53.927,20	60.721,54	42.336,54	75.587,43	547.929,66	750.050,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		16.423,41	46.486,06	20.031,92	26.901,138	25.288,13	27.885,50	25.904,29	128.457,59	36.759,35	32.116,65	-74.307,57	35.324,81	347.271,52	320.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		269.091,25	216.684,69	209.247,08	213.349,95	165.630,23	173.807,23	206.750,49	168.807,40	158.914,30	188.195,94	171.473,36	180.943,18	2.262.985,10	2.861.040,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.433.205,04	1.933.576,40	1.268.421,87	1.368.560,35	1.161.331,20	1.406.983,87	1.411.378,56	1.007.148,59	1.157.167,56	1.438.591,90	1.050.306,42	1.295.430,08	15.932.101,84	15.122.150,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTONIO BISCARO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.020.000,00	1.020.000,00	96.559,96	1.506.796,90	325.567,64	
RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	1.020.000,00	96.559,96	1.506.796,90	325.567,64	
Receita de Contribuições dos Segurados	320.000,00	320.000,00	-38.982,76	284.362,05	204.189,71	
Pessoal Civil	320.000,00	320.000,00	-38.982,76	284.362,05	204.189,71	
Ativo	320.000,00	320.000,00	-38.982,76	284.362,05	204.189,71	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	135.542,72	1.222.434,85	121.377,93	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	700.000,00	700.000,00	135.542,72	1.222.434,85	121.377,93	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	407.099,61	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.020.000,00	1.020.000,00	96.559,96	1.506.796,90	732.667,25	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>1.020.000,00</b>	<b>1.020.000,00</b>	<b>96.559,96</b>	<b>1.506.796,90</b>
<b>732.667,25</b>				
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
				407.099,61
				407.099,61
				407.099,61
				407.099,61
				Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

CLAUDEMIR CESCO

ALVARO ANTÔNIO BISCARO

PREFEITO MUNICIPALCONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	514.630,56	384.229,16	338.148,12
DEDUÇÕES (II)	11.316.228,43	13.769.574,32	13.968.370,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.442.140,48	13.958.329,28	14.100.669,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.912,05	188.754,96	132.298,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.801.597,87	-13.385.345,16	-13.630.222,50
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-10.801.597,87</b>	<b>-13.385.345,16</b>	<b>-13.630.222,50</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-244.877,34</b>	<b>-2.828.624,63</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-9.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR



Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>16.208.200,00</b>	<b>2.406.119,07</b>	<b>12.748.521,57</b>	<b>11.928.917,20</b>
Receita Tributária	531.500,00	75.409,35	540.719,49	455.596,24
I.P.T.U.	143.000,00	2.094,92	121.879,88	138.903,89
I.S.S.	100.000,00	47.609,35	148.914,63	105.880,43
I.T.B.I.	20.000,00	3.670,00	56.240,49	46.542,98
I.R.R.F.	165.000,00	2.251,63	28.932,33	65.144,01
Outras Receitas Tributárias	103.500,00	19.783,45	184.752,16	99.124,93
Receita de Contribuição	1.378.050,00	147.635,64	1.203.883,85	873.447,44
Receitas Previdenciárias	320.000,00	-38.982,76	284.362,05	611.289,32
Outras Contribuições	1.058.050,00	186.618,40	919.521,80	262.158,12
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.050,00	163.366,57	1.348.227,53	181.954,47
(-) Aplicações Financeiras	834.050,00	163.366,57	1.348.227,53	181.954,47
Transferências Correntes	14.114.020,00	2.076.278,68	10.720.679,72	10.397.422,69
F.P.M.	4.880.000,00	656.448,79	3.741.285,59	3.422.601,31
I.C.M.S.	5.360.000,00	678.479,97	3.178.845,17	3.600.550,07
Convênios	60.000,00	5.143,76	20.575,06	21.071,10
Outras Transferências Correntes	3.814.020,00	736.206,16	3.779.973,90	3.353.200,21
Demais Receitas Correntes	184.630,00	106.795,40	283.238,51	202.450,83
Dívida Ativa	9.900,00	7.890,04	39.856,09	29.209,94
Diversas Receitas Correntes	174.730,00	98.905,36	243.382,42	173.240,89
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>20,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.444.960,00</b>	<b>624.259,73</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	458.259,73
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	387.620,00	166.000,00
Transferências de Capital	20,00	0,00	1.057.340,00	0,00
Convênios	20,00	0,00	1.057.340,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>20,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.057.340,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>16.208.220,00</b>	<b>2.406.119,07</b>	<b>13.805.861,57</b>	<b>11.928.917,20</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>15.925.826,89</b>	<b>2.325.397,30</b>	<b>11.476.374,52</b>	<b>10.429.780,40</b>
Pessoal e Encargos Sociais	8.140.584,39	1.236.388,09	5.757.355,69	5.099.668,98
Juros e Encargos da Dívida (IX)	135.000,00	40.117,37	121.046,44	70.694,70
Outras Despesas Correntes	7.650.242,50	1.048.891,84	5.597.972,39	5.259.416,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>15.790.826,89</b>	<b>2.285.279,93</b>	<b>11.355.328,08</b>	<b>10.359.085,70</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.594.399,30</b>	<b>55.694,17</b>	<b>1.314.528,78</b>	<b>1.263.128,21</b>
Investimentos	2.293.399,30	9.613,13	1.138.046,34	1.217.047,17
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	46.081,04	176.482,44	46.081,04
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.294.399,30</b>	<b>9.613,13</b>	<b>1.138.046,34</b>	<b>1.217.047,17</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.362.050,00</b>	-	-	-

Município de Salto Veloso - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.362.050,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>19.447.276,19</b>	<b>2.294.893,06</b>	<b>12.493.374,42</b>	<b>11.576.132,87</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.239.056,19</b>	<b>111.226,01</b>	<b>1.312.487,15</b>	<b>352.784,33</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	418.033,59	0,00
Superávit Financeiro	-	-	418.033,59	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-692.050,00</b>

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
 CLAUDEMIR CESCA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
 CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Saldo		Inscritos		Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	125.912,05	125.912,05	-	-	33.544,42	32.556,81	987,61
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	339,61
CHEFIA EXECUTIVO	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	339,61
INST PREV DOS SERV PUB DO MUNICÍPIO SALTO V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PUBL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648,00	0,00	648,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>125.912,05</b>	<b>125.912,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.544,42</b>	<b>32.556,81</b>	<b>987,61</b>
								<b>-0,00</b>

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	439.000,00	439.000,00	58.013,15	378.577,67	86,24
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	154.000,00	154.000,00	4.482,17	144.490,22	93,82
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	2.094,92	121.879,88	85,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	156,14	474,57	21,57
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	1.379,68	17.599,67	266,66
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	851,43	4.536,10	206,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	3.670,00	56.240,49	281,20
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	3.670,00	56.240,49	281,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	47.609,35	148.914,63	148,91
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	47.609,35	148.914,63	148,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	2.251,63	28.932,33	17,53
1.4.1- IRRF	165.000,00	165.000,00	2.251,63	28.932,33	17,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.305.200,00	13.305.200,00	1.765.229,26	9.150.510,72	68,77
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	820.564,46	4.677.851,08	76,69
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.900.000,00	3.900.000,00	820.564,46	4.677.851,08	119,94
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	847.988,28	3.980.220,14	59,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	3.490,70	16.007,18	53,36
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	99.000,00	12.667,85	61.074,71	61,69
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	2.105,50	2.150,92	97,77
2.6- Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	78.412,47	413.206,69	110,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.744.200,00</b>	<b>13.744.200,00</b>	<b>1.823.242,41</b>	<b>9.529.088,39</b>	<b>69,33</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	60.004,00	60.004,00	5.143,76	277.915,06	463,16
6.1- Transferências de Convênios	60.004,00	60.004,00	5.143,76	277.915,06	463,16
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	326.100,00	326.100,00	78.399,16	355.299,69	108,95
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>386.104,00</b>	<b>386.104,00</b>	<b>83.542,92</b>	<b>633.214,75</b>	<b>164,00</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.661.040,00	2.661.040,00	352.416,54	1.837.219,16	69,04
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	164.115,67	936.565,49	76,77
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	169.508,31	801.374,97	59,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	709,26	3.143,02	52,38
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.800,00	19.800,00	2.533,57	12.093,98	61,08
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	430,53	439,69	99,93
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	74.800,00	74.800,00	15.119,20	83.602,01	111,77
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.200.000,00	2.200.000,00	433.214,21	2.107.636,98	95,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.200.000,00	2.200.000,00	433.214,21	2.107.636,98	95,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-461.040,00</b>	<b>-461.040,00</b>	<b>80.797,67</b>	<b>270.417,82</b>	<b>-58,65</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.766.600,00	1.731.031,89	285.111,45	1.331.915,85	76,94
13.1- Com Educação Infantil	530.000,00	490.000,00	95.045,21	396.253,88	80,87
13.2- Com Ensino Fundamental	1.236.600,00	1.241.031,89	190.066,24	935.661,97	75,39
14- OUTRAS DESPESAS	444.400,00	620.900,00	81.006,19	546.687,77	88,05
14.1- Com Educação Infantil	121.000,00	161.000,00	27.810,73	122.573,28	76,13
14.2- Com Ensino Fundamental	323.400,00	459.900,00	53.195,46	424.114,49	92,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.211.000,00	2.351.931,89	366.117,64	1.878.603,62	79,87
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.878.603,62
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					25,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					10,87
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	3.436.050,00	3.436.050,00	455.810,60	2.382.272,10	69,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	651.000,00	651.000,00	122.855,94	518.827,16	79,70
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.560.000,00	1.700.931,89	243.261,70	1.359.776,46	79,94
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.560.000,00	1.700.931,89	243.261,70	1.359.776,46	79,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.211.000,00	2.351.931,89	366.117,64	1.878.603,62	79,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					270.417,82
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					51.031,89
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					321.449,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.557.153,91
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,34
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.000,00	246.785,31	9.472,00	182.163,97	73,81
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.419.014,00	2.160.911,60	215.826,33	1.143.237,28	52,91
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.639.014,00	2.407.696,91	225.298,33	1.325.401,25	55,05
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.850.014,00	4.759.628,80	591.415,97	3.204.004,87	67,32



MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.107.636,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.107.636,98	0,00

Salto Veloso, 12/11/2014

_____ CLAUDEMIR CESCA PREFEITO MUNICIPAL	_____ ALVARO ANTÔNIO BISCARO CONTADOR
--	---

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 51.031,89, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.594.399,30	1.314.528,78	0,00	1.279.870,52
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.594.399,30	1.314.528,78	0,00	1.279.870,52
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.594.399,30	-1.314.528,78		-1.279.870,52

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	723.271,74	244.136,62	479.135,12	10.265.976,41
2014	791.414,88	282.884,60	508.530,28	10.774.506,69
2015	749.794,12	294.054,24	455.739,88	11.230.246,57
2016	706.538,76	315.079,72	391.459,04	11.621.705,61
2017	668.906,11	322.458,55	346.447,56	11.968.153,17
2018	610.650,85	393.083,29	217.567,56	12.185.720,73
2019	570.069,02	416.484,97	153.584,05	12.339.304,78
2020	520.679,85	467.952,99	52.726,86	12.392.031,64
2021	467.557,59	533.076,78	-65.519,19	12.326.512,45
2022	431.150,71	553.919,23	-122.768,52	12.203.743,93
2023	400.516,04	560.199,83	-159.683,79	12.044.060,14
2024	349.029,83	628.523,09	-279.493,26	11.764.566,88
2025	317.499,25	643.026,19	-325.526,94	11.439.039,94
2026	286.935,52	655.862,80	-368.927,28	11.070.112,66
2027	250.904,74	686.773,99	-435.869,25	10.634.243,41
2028	229.137,73	678.691,30	-449.553,57	10.184.689,84
2029	189.495,04	721.597,23	-532.102,19	9.652.587,65
2030	154.380,78	754.478,06	-600.097,28	9.052.490,37
2031	139.370,72	733.063,24	-593.692,52	8.458.797,85
2032	131.237,44	694.315,83	-563.078,39	7.895.719,46
2033	111.414,01	690.848,50	-579.434,49	7.316.284,97
2034	90.450,98	392.614,03	-302.163,05	7.014.121,92
2035	73.210,27	685.546,06	-612.335,79	6.401.786,13
2036	55.691,67	681.696,84	-626.005,17	5.775.780,96
2037	52.566,24	638.642,41	-586.076,17	5.189.704,79
2038	36.131,42	635.860,22	-599.728,80	4.589.975,99
2039	35.011,83	591.744,62	-556.732,79	4.033.243,20
2040	32.792,55	552.784,58	-519.992,03	3.513.251,17
2041	25.353,53	530.481,17	-505.127,64	3.008.123,53
2042	21.485,73	500.092,14	-478.606,41	2.529.517,12
2043	19.023,47	467.754,36	-448.730,89	2.080.786,23
2044	18.648,04	431.502,19	-412.854,15	1.667.932,08
2045	18.556,73	396.416,09	-377.859,36	1.290.072,72
2046	18.469,29	363.110,56	-344.641,27	945.431,45
2047	17.182,40	335.110,68	-317.928,28	627.503,17
2048	17.182,40	304.937,22	-287.754,82	339.748,35
2049	0,00	276.810,22	-276.810,22	62.938,13
2050	0,00	250.736,73	-250.736,73	-187.798,60
2051	0,00	226.287,43	-226.287,43	-414.086,03
2052	0,00	203.546,85	-203.546,85	-617.632,88
2053	0,00	182.409,76	-182.409,76	-800.042,64
2054	0,00	162.493,65	-162.493,65	-962.536,29
2055	0,00	144.226,10	-144.226,10	-1.106.762,39
2056	0,00	127.725,55	-127.725,55	-1.234.487,94
2057	0,00	112.022,92	-112.022,92	-1.346.510,86
2058	0,00	98.298,12	-98.298,12	-1.444.808,98
2059	0,00	85.500,40	-85.500,40	-1.530.309,38
2060	0,00	73.833,30	-73.833,30	-1.604.142,68
2061	0,00	64.194,54	-64.194,54	-1.668.337,22
2062	0,00	55.503,64	-55.503,64	-1.723.840,86
2063	0,00	47.212,44	-47.212,44	-1.771.053,30
2064	0,00	40.286,30	-40.286,30	-1.811.339,60
2065	0,00	34.321,57	-34.321,57	-1.845.661,17
2066	0,00	28.682,18	-28.682,18	-1.874.343,35
2067	0,00	24.303,77	-24.303,77	-1.898.647,12
2068	0,00	20.017,56	-20.017,56	-1.918.664,68
2069	0,00	16.708,50	-16.708,50	-1.935.373,18
2070	0,00	13.861,08	-13.861,08	-1.949.234,26
2071	0,00	11.463,87	-11.463,87	-1.960.698,13
2072	0,00	9.344,32	-9.344,32	-1.970.042,45

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	7.475,73	-7.475,73	-1.977.518,18
2074	0,00	6.098,25	-6.098,25	-1.983.616,43
2075	0,00	4.959,06	-4.959,06	-1.988.575,49
2076	0,00	3.991,07	-3.991,07	-1.992.566,56
2077	0,00	3.094,65	-3.094,65	-1.995.661,21
2078	0,00	2.422,51	-2.422,51	-1.998.083,72
2079	0,00	1.874,97	-1.874,97	-1.999.958,69
2080	0,00	1.209,12	-1.209,12	-2.001.167,81
2081	0,00	872,54	-872,54	-2.002.040,35
2082	0,00	674,09	-674,09	-2.002.714,44
2083	0,00	523,10	-523,10	-2.003.237,54
2084	0,00	403,61	-403,61	-2.003.641,15
2085	0,00	328,02	-328,02	-2.003.969,17
2086	0,00	267,51	-267,51	-2.004.236,68
2087	0,00	250,04	-250,04	-2.004.486,72

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	387.620,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	387.620,00	-387.620,00
<b>TOTAL</b>	0,00	387.620,00	-387.620,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5,00	0,00	0,00	5,00
Investimentos	5,00	0,00	0,00	5,00
<b>TOTAL</b>	5,00	0,00	0,00	5,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	387.620,00	387.620,00

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR



Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	439.000,00	439.000,00	378.577,67	86,24
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	121.879,88	85,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	56.240,49	281,20
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	148.914,63	148,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	28.932,33	17,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	474,57	21,57
Dívida Ativa dos Impostos	6.600,00	6.600,00	17.599,67	266,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	4.536,10	206,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.305.200,00	13.305.200,00	9.150.510,72	68,77
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	4.677.851,08	76,69
Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	2.150,92	97,77
Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	413.206,69	110,48
Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	3.980.220,14	59,41
Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	99.000,00	61.074,71	61,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	16.007,18	53,36
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	16.007,18	53,36
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>13.744.200,00</b>	<b>13.744.200,00</b>	<b>9.529.088,39</b>	<b>69,33</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
Provenientes da União	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.400,00	15.400,00	7.676,63	49,85
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>19.400,00</b>	<b>19.400,00</b>	<b>7.676,63</b>	<b>39,57</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.986.530,00	3.409.880,48	2.888.931,09	84,72	2.687.506,23	78,82
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.830,00	1.543.830,00	1.326.316,86	85,91	1.320.800,85	85,55
Outras Despesas Correntes	1.467.700,00	1.866.050,48	1.562.614,23	83,74	1.366.705,38	73,24
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	64.134,55	17.014,04	26,53	13.719,04	21,39
Investimentos	52.302,00	64.134,55	17.014,04	26,53	13.719,04	21,39

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	64.134,55	17.014,04	26,53	13.719,04	21,39
Investimentos	52.302,00	64.134,55	17.014,04	26,53	13.719,04	21,39
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.038.832,00	3.474.015,03	2.905.945,13	83,65	2.701.225,27	77,76
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>%</b>
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFEV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	667.800,00	852.978,03	636.389,47	21,90	588.874,03	21,80
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	667.800,00	852.978,03	636.389,47	21,90	588.874,03	21,80
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	667.800,00	852.978,03	636.389,47	21,90	588.874,03	21,80
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.371.032,00	2.621.037,00	2.269.555,66	61,75	2.112.351,24	55,96
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						22,17
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10%]</b>						682.987,98

Continua 2/4

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		
0,00		0,00		
0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26			
LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		
-	-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.969.432,00	3.383.083,07	2.858.038,12	98,35	2.663.654,57	98,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	43.704,41	36.109,70	1,24	28.533,39	1,06
Vigilância Sanitária	20.000,00	31.827,55	8.690,33	0,30	8.630,33	0,32
Vigilância Epidemiológica	15.400,00	15.400,00	3.106,98	0,11	406,98	0,02
TOTAL	3.038.832,00	3.474.015,03	2.905.945,13	100,00	2.701.225,27	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Salto Veloso, 13/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.042.270,00	
Previsão Atualizada		—	17.042.270,00	
Receitas Realizadas		2.569.485,64	15.541.709,10	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	418.033,59	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.042.270,00	
Créditos Adicionais		—	2.840.006,19	
Dotação Atualizada		—	19.882.276,19	
Despesas Empenhadas		2.047.510,62	13.813.806,07	
Despesas Liquidadas		2.381.091,47	12.790.903,30	
Superavit Orçamentário		—	2.750.805,80	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.047.510,62	13.813.806,07	
Despesas Liquidadas		2.381.091,47	12.790.903,30	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.932.101,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		96.559,96	1.506.796,90	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		96.559,96	1.506.796,90	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-9.000,00	-2.828.624,63	31.429,16
Resultado Primário		-692.050,00	1.312.487,15	-189,65
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	33.544,42	987,61	32.556,81	-0,00
EXECUTIVO	33.544,42	987,61	32.556,81	-0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.912,05	0,00	125.912,05	0,00
EXECUTIVO	125.912,05	0,00	125.912,05	0,00
TOTAL:	159.456,47	987,61	158.468,86	-0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.557.153,91	25%	16,34
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.331.915,85	60%	63,19
Liquidadas		1.331.915,85		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.314.528,78	1.279.870,52	

Continua 1/2



Município de Salto Veloso - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	791.414,88	431.150,71	131.237,44	17.182,40
Despesas Previdenciárias (V)	282.884,60	553.919,23	694.315,83	335.110,68
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	508.530,28	-122.768,52	-563.078,39	-317.928,28
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			387.620,00	-387.620,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.112.351,24	15,00	22,17
Liquidadas		2.112.351,24		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 12/11/2014

\_\_\_\_\_  
 CLAUDEMIR CESCA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 ALVARO ANTÔNIO BISCARO  
 CONTADOR

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL Nº 89/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 89/2014-PR 89/2014

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de Computadores para o Setor de Vigilância em Saúde. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13:45horas do dia 26 de novembro de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00h do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL 77/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 104/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 77/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda e refeições, das oficinas e grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Dentro de Referência de Assistência Social - CRAS.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 12 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

#### EDITAL 78/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 105/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 78/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de material para de higiene e limpeza para utilização nas Secretarias do Município.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 26 de novembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 12 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0741/2014

DECRETO Nº 0741, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(465) 3.3.91.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 18.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

(486) 3.3.91.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(461) 3.3.90.32.00.00.00 001 - Mat. Distrib. Gratuita R \$ 18.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino fundamental

(482) 3.3.90.32.00.00.00 001 - Mat. Distrib. Gratuita R \$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0742/2014

DECRETO Nº 0742, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto

de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 15.708.149,22 (quinze milhões, setecentos e oito mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos), alterando o valor das seguintes Dotações do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 001 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação		
Órgão: 07	Secretaria de Educação	
Unidade: 07.01	Secretaria de Educação	
Proj./Ativ.: 2.021	Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino	
(453) 44.90.51	Obras e Instalações	269.000,00
Proj./Ativ.: 2.022	Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil	
(461) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	20.300,00
Proj./Ativ.: 2.026	Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental	
(482) 33.90.32	Material de Distribuição Gratuita	7.000,00
Fonte de Recurso: 0106 – Funrebom – Polícia Militar		
Órgão: 02	Gabinete do Prefeito	
Unidade: 03	Polícia Militar	
Proj./Ativ.: 2.005	FUNREBOM – Polícia Militar	
(30) 33.90.30	Material de Consumo	48.900,00
(35) 44.90.52	Equipamento e Material Permanente	139.610,00

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho da dotação orçamentária relacionada no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento da receita na fonte de recurso: código 001 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação e código 106 - Funrebom - Polícia Militar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul 10 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0743/2014

DECRETO Nº 0743, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Carla Eloise Mulbauer, Jocemari Telma Teixeira, Mauro Siqueira Ramos e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 288/2014, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 24 de novembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Fica Revogado o Decreto nº 0729, de 30 de outubro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 0744/2014

DECRETO Nº 0744, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 260.490,00 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(79) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 4.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

3.1.90.11.00.00.00 300 - Venc. Vant. Fixas - PC R \$ 37.290,00

3.1.90.13.00.00.00 300 - Obrigações Patronais R \$ 10.000,00

3.1.91.13.00.00.00 300 - Obrig. Patronais-Op. Intra-Orçamentária R\$ 2.000,00

3.3.90.46.00.00.00 300 - Auxílio-Alimentação R\$ 4.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(15) 3.3.90.37.00.00.00 200 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 18.200,00

(16) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 50.000,00

(22) 4.4.90.52.00.00.00 200 - Equip. Material Permanente

R\$ 35.000,00

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abast. Água

(39) 3.3.90.39.00.00.00 200 - Outros Serv. Terc.. PJ R \$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão

utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte 0200 - Recursos de

Outras Fontes - Exercício Corrente, no valor de R\$ 203.200,00 (duzentos e três mil e duzentos reais), do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior na fonte de recursos 0100 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 53.290,00 (cinquenta e três mil e duzentos e noventa reais) e da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos

(75) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R \$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 6778/2014

PORTARIA Nº 6778, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FÁBIO ROBERTO BERNARDES, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial WV/Gol, placas MFV 4438, de propriedade do SINE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### PORTARIA Nº 6813/2014

PORTARIA Nº 6813, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 05 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada SOLANGE MARIA WEDDERHOFF PALOMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, Grupo Ocupacional 05, Nível II, Classe G, matrícula nº 2700, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma

proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6521/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 6823/2014**

PORTARIA Nº 6823, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014  
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que, conforme Processo nº 6386/2014, a servidora Colutilde Rohrbacher Grosse, postulou abono de permanência em 29 de setembro de 2014,

Considerando parecer da Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Bento do Sul que opinou pelo deferimento do pedido,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, no período de 25 de julho de 2014 a 31 de outubro de 2014, Abono de Permanência à servidora COLUTILDE ROHRBACHER GROSSE, ocupante do cargo de Atendente Educativo, aposentada em 01 de novembro de 2014, conforme Portaria nº 6771, de 03 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

#### **PORTARIA Nº 6828/2014**

PORTARIA Nº 6828, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 10 de novembro de 2014, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada CECILIA LEONARDO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe G, matrícula nº 13340, lotada na

Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6795/2014, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 6829/2014**

PORTARIA Nº 6829, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Consolida Portaria nº 2219/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2219, de 13 de maio de 2013, que concedeu pensão por morte à OLGA SOARES BUENO AIROSO, na condição de cônjuge do ex-servidor inativo CELSO CIRIACO AIROSO, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00367226, através da Decisão nº 4463/2014, de 08/09/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

#### **LISTAGEM PORTARIAS Nº 11/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6776, de 03 de novembro de 2014. Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/11/2011 a 02/11/2014. Elvis Wigan-do Baum. Assistente Administrativo. SECAD.

Portaria nº 6814, de 07 de novembro de 2014. Concede Auxílio Doença INSS, período de 11/10/2014 a 04/11/2014. Anadir Moreira Sperandio. Conselheira Tutelar. SEMAS.

Portaria nº 6815, de 07 de novembro de 2014. Prorroga Auxílio Doença INSS, período de 16/10/2014 a 30/11/2014. Eliane Aparecida Machado. Conselheira Tutelar. SEMAS.

Portaria nº 6816, de 07 de novembro de 2014. Concede Licença por Motivo de Doença em pessoa da família, período de 01/10/2014 a 29/11/2014. Ivanilde Grosskopf Bassani. Instrutor de Recriação. SEMAS.

Portaria nº 6817, de 07 de novembro de 2014. Concede Licença maternidade, período de 10/10/2014 a 06/02/2015. Keila Cristina Grein Rosa. Chefe de Divisão de Processos. SEPLU.



Portaria nº 6818, de 07 de novembro de 2014. Prorroga Licença Maternidade, período de 07/02/2015 a 07/04/2015. Keila Cristina Grein Rosa. Chefe de Divisão de Processos. SEPLU.

Portaria nº 6819, de 07 de novembro de 2014. Concede Licença Maternidade, período de 20/10/2014 a 16/02/2015. Samara de Siqueira Maros. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 6820, de 07 de novembro de 2014. Prorroga Licença Maternidade, período de 17/02/2015 a 17/04/2015. Samara de Siqueira Maros. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 6821, de 07 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, 20/01/2015 a 18/02/2015, triênio 2010/2013. Rogerio Roberto Alquini. Auxiliar de Operações. SECAD.

Portaria nº 6822, de 07 de novembro de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 23/01/2015 a 21/02/2015, triênio 2011/2014. Ivete Kobus Viesniewsky. Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 6824, de 07 de novembro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de novembro de 2014. Aline Daiane Liebl. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 6825, de 07 de novembro de 2014. Revoga a Portaria nº 6824/2014 que nomeou servidora pública Aline Daiane Liebl, no cargo de atendente educativo, por desistência espontânea em 06 de novembro de 2014.

Portaria nº 6826, de 07 de novembro de 2014. Admite Servidor Temporário, a partir de 10 de novembro de 2014. Maria Valdereza da Aparecida Miranda Anton. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 6827, de 07 de novembro de 2014. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de novembro de 2014. Juliana Sadowsky Wielewsky. Professor Piano/Teclado/Teoria. Grupo Ocupacional 05. Nível I. Classe A. FC.

Portaria nº 6830, de 10 de novembro de 2014. Cede, a partir de 03 de novembro de 2014, a servidora Tania Aparecida Dambroz, ocupante do cargo de secretária de escola, para prestar serviços junto ao Escritório Regional da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em São Bento do Sul.

Portaria nº 6831, de 10 de novembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2014. Sonia Maria Girardi. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6832, de 10 de novembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2014. Roseli Liebl Behnke. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6833, de 10 de novembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2014. Luciana de Fatima da Silva. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 6834, de 10 de novembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de novembro de 2014. Suleima Pires da Cruz. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 6835, de 10 de novembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2014. Janaina Schoeffel. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 6836, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Atendente Educativo, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Colutilde Rohrbacher Grossel, com fulcro

no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6837, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Telma de Carvalho, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6838, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Técnico Desenhista, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pelo servidor Fulvio Joel Baptista Fragozo, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6839, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Enfermagem, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Angelina Costa Ramos, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6840, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Zelia do Carmo de Paula Dreschler, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6841, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Assistente Administrativo, a partir de 01 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Anemari Vidal Teixeira Tissi, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6842, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Administrador, a partir de 05 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Solange Maria Wedderhoff Paloma, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6843, de 10 de novembro de 2014. Declara Vago Cargo de Auxiliar de Operações, a partir de 10 de novembro de 2014, ocupado pela servidora Cecilia Leonardo da Silva, com fulcro no art. 47, V, da Lei nº 228/2001.

Portaria nº 6844, de 10 de novembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a partir de 06 de novembro, por término de contrato. Rodrigo Kruchelski Machado. Médico Ortopedista. SEMUS.

Portaria nº 6845, de 10 de novembro de 2014. Demite Servidor Temporário, a partir de 10 de novembro de 2014, por término de contrato. Carina Henning Fernandes. Professor Anos Finais - Educação Física. SEMED.

São Bento do Sul, 14 de novembro de 2014.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 326/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 326/2014  
MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 26 de novembro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA A ABERTURA E DEMAIS EVENTOS DO NATAL MÁGICO 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao) e obter maiores



informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 328/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 328/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:30 horas do dia 26 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM PERSONAGENS NATALINOS PARA REALIZAÇÃO DO NATAL MÁGICO 2014 A SER REALIZADO EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, HORÁRIOS E CRONOGRAMA ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 13 de novembro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO ASSIS  
Pregoeiro

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 322/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME.

DO OBJETO: Constitui o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de conectividade IP dedicado à rede internet suportando aplicações TCP/IP, conforme anexo 1, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Pregão nº 298/2014 de 08 de outubro de 2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 2.160,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 27 outubro de 2014.  
ASS: AURIENE ROEPKE, pela Secretaria de Finanças do Município.  
WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 319/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 319/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Materiais de nº 193/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, em 05 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 147/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 193/2014, que tem por objetivo a aquisição de materiais de limpeza e higiene para limpeza e conservação nos CRAS Serra Alta, Centenário e Casa Abrigo constante dos itens 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 30, 31, 35, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64, 65, 66, 69, 75, 78, 79, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 96, 97, 100, 104, 105, 106, 107 e 111; Considerando o aumento de usuários que estão participando das oficinas nos CRAS, bem com reuniões diversas dos conselhos e demais serviços desenvolvidos pela SEMAS, a quantidade estimada de materiais tornou-se insuficiente, sendo necessário aditar o referido Contrato com base na Cláusula Nona - das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 nos seguintes termos: Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 73,68 (setenta e três reais e sessenta e oito centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, como Contratada.

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 313/2014**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 313/2014

OBJETO: Dispensa para Aluguel Social de um imóvel localizado na Rua Wenceslau Hübl, nº 317 - Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da Senhora Altamira de Souza Maciel, conforme descrito no Parecer Social 67/14 e Laudo de Vistoria Defesa Civil anexo, para o período de 06 meses.

CONTRATADO: OTAVIO CICIELINSKI JUNIOR

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

SÃO BENTO DO SUL, 03 de novembro 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS - DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS - SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 313/2014**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Dispensa para Aluguel Social de um imóvel localizado na Rua Wenceslau Hübl, nº 317 - Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da Senhora Altamira de Souza Maciel, conforme descrito no Parecer Social 67/14 e Laudo de Vistoria Defesa Civil anexo, para o período de 06 meses.

II - Contratado: Otavio Cicielski Junior

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares onde a família da Sra. Altamira de Souza Maciel, após passar por avaliação da Secretaria

de Assistência Social, através de sua equipe, tendo julgado situação de vulnerabilidade e com diversas limitações financeiras, estruturais e emocionais, sendo a família apta a receber o referido benefício por 06 (seis) meses. Conforme relato no parecer social e com intuito de garantir a integridade familiar, é que a Secretaria Municipal de Assistência Social assumirá a responsabilidade em volta do referido Aluguel Social e garantir os direitos reservados ao núcleo familiar acima citado.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Sr. Otavio Cicielski Junior, foi quem ofereceu um dos melhores imóveis naquele bairro e que melhor se adequou às necessidades da família, pelos motivos acima elencados

V- Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

Rita Maria Dums.

Secretária de Assistência Social

## São Carlos

### PREFEITURA

#### AVISO DE LIC N.94/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.94/2014

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N.94/2014.

Tipo : Menor preço

Objeto: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO/CORRIMÃO-P/MANUT CONVENIO FEAS/HABITAÇÃO

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 27 de novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas - dia 27 de novembro de 2014.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 13 de novembro de 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

#### EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS	
EXTRATO ADITIVO DE VALOR	
Contrato Nº:	040/2013- QUINTO TERMO ADITIVO DE VALOR
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SCARLOS
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto...:	FORNECIMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA .FUNDAÇÃO CULTURAL
Prazo.....	35 meses
Valor...:	R\$21.054,60(vinte e um mil cinqüenta e quatro reais e sessenta centavos)
Licitação...:	PREGÃO PRESENCIAL N.99/2013
SAO CARLOS, 03 de novembro de 2014	
CLEOMAR WEBER KUHN	
Prefeito Municipal	

# São Joaquim

## PREFEITURA

### LEI Nº 4.269/2014

LEI Nº 4.269/2014

"QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 2.301/99 "QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E ALTERA O NÚMERO DE VAGAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com emendas supressivas e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam criadas Vagas para Cargos já existentes na Estrutura Administrativa do Município, de provimento efetivo, habilitação necessária para a posse, carga horária semanal e vencimento inicial, conforme especificações abaixo:

QTDE	CARGO	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA	CARGA HORÁRIA	NÍVEL E/OU VENCIMENTO INICIAL
02	Contador	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	40 horas	3.130,71

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.270/2014

LEI Nº 4.270/2014

"QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 4.183/2013 "QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E ALTERA O NÚMERO DE VAGAS NO QUADRO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com emendas supressiva e modificativas e eu sanciono e promulgo a presente Lei, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Os Cargos Professor de Música e Assistente Técnico Pedagógico, criados pela Lei 4.198/2014, que compõem a Estrutura Administrativa do Município, ficam transferidos para a Estrutura de Cargos Efetivos dos Profissionais do Magistério, da Lei complementar nº 4.183/2013.

Art. 2º - Ficam criadas vagas para Cargos já existentes no "Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação" e para os cargos mencionados no art. 1º desta Lei, conforme especificação abaixo:

QTDE	CARGO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL E/OU VENCIMENTO INICIAL
23	Professor I	SUPERIOR	20 HORAS	A1
01	Professor de Música	SUPERIOR	40 HORAS	A1
03	Assistente técnico Pedagógico	SUPERIOR	40 HORAS	A1

Art. 3º - Ficam alterados os Anexos, II-A, IX-A e X-A da Lei complementar nº 4.183/2013, para inclusão dos cargos criados ou transferidos e das vagas criadas, que passam a ser os seguintes:

### ANEXO II - A ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEIS	TÍTULO	ABREVIATURA
07	NORMALISTA	PROFESSOR NORMALISTA*	PRO N
220	I	PROFESSOR I	PRO I
200	II	PROFESSOR II	PRO II
50	III	PROFESSOR III	PRO III
50	IV	PROFESSOR IV	PRO IV
02		PROFESSOR DE MÚSICA	POM
01		ADMINISTRADOR ESCOLAR	ADE
01		SUPERVISOR EDUCACIONAL	SUE
06		ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	ATP

- Cargo em extinção

## ANEXO IX - A

ENQUADRAMENTO DE CARGOS  
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

ESTRUTURA CARGOS ATUAL	NÍVEIS	REFERÊN- CIAS	NOVO EN- QUADRA- MENTO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS
PROFESSOR E PROFESSOR DE MÚSICA	I	01 a 11	PROFESSOR E PROFES- SOR DE MÚSICA	NORMA LISTA*	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	II	01 a 11		I	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	III	01 a 11		II	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	IV	01 a 11		III	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	V	01 a 11		IV	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3

ADMINIS- TRADOR ESCOLAR			ADMINIS- TRADOR ESCOLAR	I	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	II	01 a 11		II	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	III	01 a 11		III	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	IV	01 a 11		IV	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3

SUPERVISOR ESCOLAR			SUPERVISOR ESCOLAR	I	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	II			II	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	III			III	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	IV			IV	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO			ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	I	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	II			II	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	III			III	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3
	IV			IV	A1, B1, C1, D1, E1, F1, G1, H1, I1, J1, A2, B2, C2, D2, E2, F2, G2, H2, I2, J2, A3, B3, C3, D3, E3, F3, G3, H3, I3, J3

\*CARGO DE PROFESSOR NORMALISTA É CONSIDERADO EM EXTINÇÃO

ANEXO X - A  
DESCRIÇÃO DE CARGOS  
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

CARGO: PROFESSOR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Promove educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planeja a prática educacional, avalia as práticas pedagógicas, organiza as atividades, pesquisa, interage com as famílias e a comunidade. Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais.

**HABILITAÇÃO EXIGIDA:**

Para atuação multidisciplinar na educação infantil e/ou no ensino fundamental:

a) curso normal superior com habilitação ao magistério da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ou curso de pedagogia com habilitação prevista nos termos da Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006.

Para atuação no ensino fundamental, em área de conhecimento ou componente curricular:

a) curso superior de licenciatura plena específica, ou;

b) outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente.

Para atuação em salas de recursos multifuncionais – Educação Inclusiva:

a) Curso superior de licenciatura plena, pedagogia ou normal superior, acompanhado de especialização em nível de pós-graduação na área de Educação Inclusiva, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas.

**ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Compete ao professor, no exercício das funções:

1. Promover a relação ensino-aprendizagem ministrando aulas, trabalhando áreas de conhecimento compatíveis com as séries respectivas, através do uso de técnicas de alfabetização, expressão artística e corporal.
2. Realizar visitas para estudo, trabalhar em grupo, desenvolver atividades lúdicas, debater idéias e temas.
3. Promover a educação dos alunos através do estabelecimento de normas e regras de conduta, de rotinas, limites.
4. Estimular a convivência social através de atividades integradoras.
5. Orientar sobre noções de segurança, higiene e hábitos alimentares.
6. Trocar fraldas das crianças que as utilizam;
7. Participar da definição pedagógica da escola em consonância com o projeto político-pedagógico, definindo objetivos, metas e cronogramas, selecionando conteúdos, preparando projetos pedagógicos e selecionando as estratégias pedagógicas mais adequadas com vistas ao alcance dos objetivos traçados;
8. Preparar aulas pesquisando e selecionando conteúdos, materiais e informações;
9. Avaliar as práticas pedagógicas para assegurar-se do desenvolvimento dos alunos. Elaborar instrumentos de avaliação, observar o comportamento e interação dos alunos para avaliar o desenvolvimento sócio-afetivo, cognitivo e psicomotor;
10. Registrar as atividades pedagógicas tais como: Avaliações realizadas, registros de frequência, registros de conteúdos ministrados, relatórios de atividades desenvolvidas, planejamentos de aula e relatórios de desempenho;
11. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
12. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
13. Informar à coordenação pedagógica eventuais problemas identificados que interfiram no desenvolvimento das atividades de ensino;
14. Interagir com as comunidades escolar e externa, por meio de reuniões de pais, docentes e demais atividades de caráter educacional;
15. Buscar o auto-desenvolvimento e aprimoramento profissional participando de grupos de estudo, cursos e eventos educacionais;
16. Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação;
17. Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo;
18. Executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.

CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Elabora e executa ações para organização, planejamento e controle das atividades desenvolvidas nas Unidades Escolares; Participa da elaboração e atualização de regimentos escolares; Implementa a execução do projeto pedagógico/instrucional da Secretaria Municipal de Educação.

**HABILITAÇÃO EXIGIDA:**

Habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC. e curso de pós-graduação – especialização na área de atuação e formação.

**ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

1. Prestar assessoria à Direção das escolas na definição de diretrizes de ação, na aplicação de legislação referente ao ensino e de administração de pessoal;
2. Colaborar com a direção da escola no que se relaciona com sua habilitação profissional;
3. Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas as finalidades da educação;
4. Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, planejamento e avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
5. Colaborar com todas os profissionais que atuam nas Unidades Escolares, visando o aperfeiçoamento e busca de soluções aos problemas do ensino;
6. Buscar aperfeiçoar-se constantemente;
7. Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
8. Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
9. Colaborar com as direções de escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola;
10. Coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
11. Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
12. Implantar e manter formas de manutenção adequadas para assegurar o cumprimento das metas e a consecução dos objetivos a serem alcançados;
13. Executar outras atividades compatíveis com a sua função.

CARGO: SUPERVISOR ESCOLAR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Acompanha o desenvolvimento do trabalho docente; Acompanha a produção dos alunos; Avalia o desempenho das classes e das escolas; coordena a elaboração do planejamento de ensino; Colabora na elaboração do projeto político pedagógico.

**HABILITAÇÃO EXIGIDA:**

Habilitação em curso superior de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.



**ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

Compete ao Supervisor Escolar no âmbito de toda a rede Municipal de Ensino:

1. Avaliar o desempenho das escolas, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
2. Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
3. Elaborar, coordenar e executar programas de capacitação e desenvolvimento dos profissionais da educação;
4. Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
5. Assessorar o Secretário de Educação no acompanhamento das diversas atividades e serviços da escola;
6. Participar da elaboração do regimento escolar;
7. Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
8. Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
9. Assessorar o trabalho docente quanto à métodos e trabalhos de ensino;
10. Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontros de estudos ou reuniões pedagógicas;
11. Buscar atualizar-se permanentemente;
12. Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de soluções para os problemas do corpo docente e de ensino;
13. Estimular e assessorar a efetivação das mudanças no ensino;
14. Executar outras atividades afins.

**CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Elaborar projetos e ações voltadas à qualidade do ensino; prestar auxílio pedagógico e assessorar a direção.

**HABILITAÇÃO EXIGIDA:**

Curso superior de Pedagogia Plena

**ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

- 1 - contribuir para o cumprimento do calendário escolar.
- 2 - participar na construção do projeto político pedagógico da escola.
- 3 - participar ativamente do planejamento anual da escola e do professor, apresentando propostas para a melhoria do ensino-aprendizagem.
- 4 - participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais.
- 5 - levantar as dificuldades do pedagógico e criar subsídios de solução.
- 6 - prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas ao pedagógico e aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem.
- 7 - participar dos conselhos de classe, reuniões pedagógicas e grupos de estudo.
- 8 - contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas associações escolares.
- 9 - participar ativamente no atendimento dos alunos durante as atividades desenvolvidas pela unidade escolar, no que diz respeito a disciplina.

A quantidade de vagas total por cargo dos profissionais de Apoio Administrativo é a prevista no Quadro Suplementar. À medida que estes profissionais se habilitarem nos termos do art.60 desta Lei Complementar, a respectiva vaga será remanejada para o quadro Permanente.

Art. 4º - O Cargo "Professor de Música" terá a mesma tabela de vencimentos do quadro "Professor 40 horas semanais; e o cargo " Assistente Técnico Pedagógico", a mesma tabela do quadro

"Administrador Escolar" constantes no Anexo VIII -A - Tabela de Vencimentos dos Profissionais do Magistério..

Art. 5º - O total de vagas do cargo de professor passa a ser 529 (quinhentos e vinte e nove), incluídos os cargos em extinção e o cargo de professor de música.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.271/2014**

LEI Nº 4.271/2014

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR CONTRIBUIÇÃO À COMUNIDADE TERAPEUTICA SUPERAÇÃO DE SÃO JOAQUIM - CTS"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar contribuição a Comunidade Terapêutica Superação de São Joaquim, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), entidade civil, sem fins lucrativos, para a manutenção da referida Comunidade.

Art. 2º - A despesa prevista nesta Lei será alocada por conta da dotação orçamentária nº (42) 03.08.2.012.3.3.50.00.00.00.00.0242.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.272/2014**

LEI Nº 4.272/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
(28)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0160- Aplicações Diretas  
27.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 27.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

**03 - PODER EXECUTIVO**

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
(29)4.4.90.00.00.00.00.00.2.010-0160 - Aplicações Diretas  
27.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 27.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.273/2014**

LEI Nº 4.273/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

**03 - PODER EXECUTIVO****03.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas  
165.000,00

(2)3.3.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas 9.352,00

**03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(4)3.1.90.00.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas  
355.000,00

**03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA**

(76)3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0210- Aplicações Diretas  
64.500,00

(7)3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas  
131.000,00

**03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

(61)3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0210- Aplicações Diretas  
11.280,00

(21)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0160- Aplicações Diretas  
2.232,30

(16)3.1.90.00.00.00.00.00.2.007-0160- Aplicações Diretas  
122.000,00

**03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS**

(31)3.1.90.00.00.00.00.00.2.009-0160- Aplicações Diretas  
153.000,00

**03.07 - SECRETARIA DE TURISMO**

(47)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
36.000,00

**03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

(51)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas  
66.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 1.115,364,30

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

**03 - PODER EXECUTIVO****03.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(3)4.4.90.00.00.00.00.00.2.002-0160- Aplicações Diretas 9.352,00

**03.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(6)4.4.90.00.00.00.00.00.2.003-0160- Aplicações Diretas  
13.000,00

**03.03 - SECRETARIA DA FAZENDA**

(10)4.4.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas  
28.000,00

(8)3.2.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas  
51.000,00

(66)3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-0210- Aplicações Diretas  
64.500,00

(11)4.6.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas  
52.000,00

(11)4.6.90.00.00.00.00.00.2.004-0160- Aplicações Diretas  
165.000,00

**03.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

(75)4.4.90.00.00.00.00.00.2.007-0210- Aplicações Diretas  
11.280,00

(17)3.3.50.00.00.00.00.00.2.007-0160- Transf. A Inst. Priv. s/ fins  
Lucrativos 32.600,00

(22)4.4.90.00.00.00.00.00.1.023-0160- Aplicações Diretas  
18.804,84

(19)4.4.90.00.00.00.00.00.2.007-0160- Aplicações Diretas  
2.232,30

**03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS**

(36)4.4.90.00.00.00.00.00.2.009-0160- Aplicações Diretas  
27.000,00

(30)3.3.90.00.00.00.00.00.1.024-0160- Aplicações Diretas  
80.000,00

(40)4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0160- Aplicações Diretas  
22.742,16

**03.07 - SECRETARIA DE TURISMO**

(47)3.1.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
36.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
39.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
23.257,84

(50)4.4.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
303.000,00

(49)3.3.90.00.00.00.00.00.2.011-0160- Aplicações Diretas  
70.595,16

**03.09 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

(53)4.4.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas  
20.000,00

(52)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0160- Aplicações Diretas  
46.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 1.115.364,30

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.274/2014**

LEI Nº 4.274/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

**03 - PODER EXECUTIVO****03.10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0024 - Aplicações Diretas  
160.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 160.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.15 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

(22)4.4.90.00.00.00.00.00.1.012-0024 - Aplicações Diretas  
160.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 160.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.275/2014

LEI Nº 4.275/2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(68)4.4.90.00.00.00.00.00.2.029-0662 - Aplicações Diretas  
169.722,09

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 169.722,09

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(60)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0662 - Aplicações Diretas  
169.722,09

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 169.722,09

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.276/2014

LEI Nº 4.276/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(35)3.3.90.00.00.00.00.00.2.009-0160 - Aplicações Diretas  
20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até esta data:

20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.277/2014

LEI Nº 4.277/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(3)3.3.71.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Transferências a Consórcios Públicos 82.000,00

(1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas  
98.344,14

03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(67)3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0221- Aplicações Diretas  
47.146,35

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 227.490,49

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PODER EXECUTIVO

03.08 - SECRETARIA DA SAÚDE

(5)4.4.90.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas  
37.000,00

(5)4.4.90.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Aplicações Diretas  
14.878,21

(2)3.3.50.00.00.00.00.00.2.012-0014 - Transf. A Inst. Priv. s/ fins Lucrativos 45.000,00  
 03.13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 (15)3.3.90.00.00.00.00.00.2.019-0014 - Aplicações Diretas 9.465,93  
 (7)4.4.90.00.00.00.00.00.1.011-0014 - Aplicações Diretas 74.000,00  
 (47)3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0221 - Aplicações Diretas 47.146,35  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 227.490,49

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### LEI Nº 4.278/2014

LEI Nº 4.278/2014

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

01 - PODER LEGISLATIVO  
 01.01- CÂMARA DE VEREADORES  
 (2)3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas 24.000,00  
 (1)3.1.90.00.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas 15.000,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 39.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO  
 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES  
 (4)3.1.90.00.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas 39.000,00  
 TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 39.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 278/2014

DECRET O Nº 278/2014

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À FUNCIONÁRIA ANA PAULA RODRIGUES PORTELA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora ANA PAULA RODRIGUES PORTELA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal da Saúde, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 084/2014, de 14/04/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 06 de Novembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 279/2014

DECRET O Nº 279/2014

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO RICARDO FURTADO ROCHA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor RICARDO FURTADO ROCHA, ocupante do Cargo Efetivo de Pedreiro, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 133/2014, de 05/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 06 de Novembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 473/2014

PORTARIA Nº 473/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor RENI RODRIGUES BORGES, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 03 de Novembro de 2014.  
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
 Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 474/2014**

PORTARIA Nº 474/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor SEBASTIÃO DOS SANTOS LIMA, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 475/2014**

PORTARIA Nº 475/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor ANTONIO COSTA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2012/2013, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 476/2014**

PORTARIA Nº 476/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor UESLEI JOSÉ MACHADO, ocupante do Cargo de Motorista Socorrista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 477/2014**

PORTARIA Nº 477/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor JULIANO CARVALHO DA CRUZ, ocupante do Cargo de Motorista Socorrista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 03 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 478/2014**

LEI Nº 4.278/2014

**"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"**

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

01 - PODER LEGISLATIVO			
01.01- CÂMARA DE VEREADORES			
(2)3.3.90.00.00.00.00.2.001-0160	-	Aplicações	Diretas
24.000,00			
(1)3.1.90.00.00.00.00.2.001-0160	-	Aplicações	Diretas
15.000,00			
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 39.000,00			

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - PODER LEGISLATIVO			
01.01 - CÂMARA DE VEREADORES			
(4)3.1.90.00.00.00.00.1.026-0160	-	Aplicações	Diretas
39.000,00			
TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 39.000,00			

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 479/2014**

LEI Nº 4.278/2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU", e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

## 01 - PODER LEGISLATIVO

## 01.01- CÂMARA DE VEREADORES

(2)3.3.90.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas  
24.000,00

(1)3.1.90.00.00.00.00.2.001-0160 - Aplicações Diretas  
15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 39.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

## 01 - PODER LEGISLATIVO

## 01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

(4)3.1.90.00.00.00.00.1.026-0160 - Aplicações Diretas  
39.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... 39.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 480/2014**

PORTARIANº 480/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - JULIANA GOULART ROSA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 22/10/2014, e o retorno de acordo com o INSS. - ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, por 07 (sete) dias, a contar do dia 27/10/2014. - ZELI RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, por 08 (oito) dias, a contar do dia 28/10/2014. - NADIR OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo de Diretora de Assistência Social, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 28/10/2014. - RITA DE CASSIA JESUS, ocupante do Cargo de Professora, por 08 (oito) dias, a contar do dia 28/10/2014. - VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/10/2014. - SALETE DO AMARAL SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/10/2014. - ERICA DE SOUZA MARAL, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/10/2014. - ANTONIO CARLOS DE LIMA, ocupante do Cargo de Merendeiro, no período matutino, no dia 28/10/2014. - MARILIA R. PALMA BETT, ocupante da Função de Dentista, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/10/2014. - MARIA DE FATIMA MEDEIROS, ocupante da Função de Agente de Saúde,

por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 29/10/2014, e o retorno de acordo com o INSS. - JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 30/10/2014. - CIRO CARLO TRAMONTIN, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 30/10/2014. - ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 30/10/2014. - LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2014. TATIANE APª. DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 31/10/2014. - ADILSON NUNES DOS SANTOS FILHO, ocupante do Cargo de Motorista, por 08 (oito) dias, a contar do dia 03/11/2014. - GISELE PAUL, ocupante do Cargo de Técnico em Informática, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/11/2014. - ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 481/2014**

PORTARIA Nº 481/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor CIRO CARLO TRAMONTIN, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2007/2008, a contar do dia 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 482/2014**

PORTARIANº 482/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

## RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 107/2014, datado de 19/05/2014; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora CLAUDIA REGINA FLORES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Rodrigues Vieira, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 03/11/2014.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



e seus efeitos retroagem ao dia 03 de Novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 04 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 483/2014**

PORTARIA Nº 483/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante do Cargo de Professora, por 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 05/11/2014 até 04/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 484/2014**

PORTARIA Nº 484/2014

“QUE PRORROGA OS CONTRATOS CONFORME ART. 9.6,  
DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam PRORROGADOS os contratos de 03/10/2013 á 27/02/2014 em vigência nesta data, por mais 01 (um) ano, conforme Art. 9.6 do Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 05 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 485/2014**

PORTARIA Nº 485/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor JOÃO ROGERIO LAURINDO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Operador de Máquinas, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/11/2014 à 05/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 486/2014**

PORTARIA Nº 486/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS as funcionárias: - HILDA CATA-RINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 10/11/2014 à 09/12/2014. - MARCIA MATOS BORGES, ocupante da Função de Enfermeira, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 10/11/2014 à 09/12/2014. - TAISE VELHO MATIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito CC-3, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 10/11/2014 à 09/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 10 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 487/2014**

PORTARIA Nº 487/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 100/2014, datado de 15/05/2014; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Central, com 40 horas semanais, a contar do dia 11/11/2014. - FABRICIO MARAFIGO FIGUEIREDO, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octavio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Ciências, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 11/11/2014, em substituição a professora Maria Isabel de Sena Farias, que encontra-se em licença gestação.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 488/2014**

PORTARIA Nº 488/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em virtude de mudança de residência fica TRANSFERIDA a servidora ELOIZA NUNES DEMESSIANO, ocupante da Função de Agente de Saúde - Equipe Novos Tempos, Bairro Pradinho, sendo que a mesma foi designada através da Portaria Nº 326/2007, de 22/10/2007, para a partir desta data desempenhar suas funções na Equipe Raio de Sol - CAIC, Bairro Jardim Minuano, em substituição a Agente Ivonete dos Prazeres Amaral que aposentou-se.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 489/2014**

PORTARIA Nº 489/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - IVONETE PEREIRA DA SILVA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 30/10/2014. - CLARISSA REGINATO FIGUEIREDO, ocupante da Função de Odontóloga, por 10 (dez) dias, a contar do dia 03/11/2014. - ANGELINA COSTA LINHARES, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 04/11/2014. - MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/11/2014. - JOSÉ LEONARDO NASCIMENTO, ocupante do Cargo de Professor, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2014. - KELLY GUIMARAES DUTRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 06/11/2014. - TATIANE APARECIDA ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 10 (dez) dias, a contar do dia 06/11/2014. - CELIA PEREIRA DE MARAFIGO SILVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 07/11/2014. - IARA DENIZE DE FATIMA FARIAS DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 07/11/2014. - ELOISA NUNES DEMESSIANO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 490/2014**

PORTARIA Nº 490/2014

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com o Decreto Nº 107/2014, datado de 19/05/2014; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora VIVIANE PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Rodrigues Vieira, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 12/11/2014.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Novembro de 2014.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal

**AMPLIAÇÃO ESCOLA PORTELA TP 07**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº137/2014

Tomada de Preço 07/2014

Objeto: Contratação de Empresa para ampliação e reforma da Escola Básica Municipal Domingos Pereira Portela

Tipo: Menor Preço Total

Abertura: 03/12/2014 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 142.583,12

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

**TP 05/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ASS. E CONSULT. CONTABIL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº102/2014

Tomada de Preço 05/2014

Objeto: Contratação de prestação de serviço técnicos especializados de consultoria e assessoria aplicada ao setor público para acompanhamento e orientação nas áreas financeiras, orçamentária, contábil, controle interno e patrimonial, sendo as orientações da consultoria realizadas diretamente aos funcionários do setor de contabilidade e/ ou financeiro, com observância a transição e implantação do PCASP.

Tipo: Melhor Técnica e Preço  
Abertura: 15/12/2014 09:30 horas  
Valor estimado: R\$ 66.152,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

**PROCESSO 30/2014 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE TRÊS RESIDÊNCIAS DE ATENDIMENTO SOCIAL PELA DIRETORIA DE HABITAÇÃO.**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 30/2014  
Pregão Presencial Nº19/2014  
Objeto: Contratação de Prestação de Serviço de Mão de Obra para Construção de Três Residências de Atendimento Social pela Diretoria de Habitação.  
Tipo: Menor preço por item  
Abertura: 26/11/2014 09:30 horas  
Valor estimado: R\$ 22.536,26

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
MIRIAN CHIOCA VALTRICK  
Secretária Municipal de Assistência Social.

**EDITAL 141 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº141/2014  
Pregão Presencial 41/2014  
Objeto: Contratação de prestação de serviço de transporte Escolar no Interior do Município  
Tipo: Menor Preço Total  
Abertura: 25/11/2014 09:30 horas  
Valor estimado: R\$ 7.507,50

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

**AMPLIAÇÃO ESCOLA BOAVA TP10**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº142/2014  
Tomada de Preço 10/2014  
Objeto: Contratação de empresa especializada para ampliação de Três salas de aula da E.E.B.M JARBAS AMARANTE FERREIRA na localidade de Boava  
Tipo: Menor Preço Total  
Abertura: 03/12/2014 14:00 horas  
Valor estimado: R\$ 110.864,34

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

**EDITAL 129 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL  
CHAMADA PÚBLICA 02/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Abertura dia: 17/12/2014  
Horário de Abertura: 09:30

Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 13 de novembro de 2014  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3271/2014

DECRETO Nº 3271/2014

ALTERA O DECRETO Nº 2332, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DE SÃO JOSÉ - CMPD/SJ PARA O BIÊNIO 2012/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.308, de 06 de junho 2005,

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 2.332, de 19 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - A alínea "a" do inciso VIII e a alínea "a" do inciso X, todos do parágrafo 1º do Artigo 1º, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....  
§ 1º - .....  
VIII - .....  
a) Titular: KEILA CRISTINA VILLAMAYOR GONZALEZ;  
[...]  
X - .....  
a) Titular: CARLOS ALFREDO SCHMIDT;" (NR)  
[...]

II - O inciso XVIII do parágrafo 2º do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....  
§ 2º - .....  
[...]  
XVIII - CONSELHO PROFISSIONAL  
TITULAR: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SUBSEÇÃO DE SÃO JOSÉ  
a) Titular: JOÃO HENRIQUE BERGAMASCO" (NR)  
[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3272/2014

DECRETO Nº 3272/2014

ALTERA O DECRETO 2.748, DE 06 DE JUNHO DE 2014, O QUAL NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA/SJ NO PERÍODO DE 2013 A 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º - A alínea "c" do inciso III, do parágrafo 1º do Artigo 1º do

Decreto nº 2748, de 06 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - .....  
§ 1º - .....  
[...]  
III - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
[...]  
c) Titular: VERA SABINO;" (NR)  
[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3273/2014

DECRETO Nº 3273/2014

ALTERA O DECRETO 2.747, DE 06 DE JUNHO DE 2014, QUE NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - BIÊNIO 2013/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 9º da Lei Municipal nº. 4.599, de 12 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a alínea "c", do Parágrafo Segundo, do Artigo 2º do Decreto 2.747, de 06 de junho de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....  
§ 2º - Conselheiros Suplentes  
[...]  
c) Representante: Marilda Lima Ferreira - Grupo de Idosos Viver a Vida" (NR)  
[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3274/2014

DECRETO Nº 3274/2014

ALTERA O DECRETO 1.788, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, O QUAL NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS - COMAD, NO PERÍODO DE 2013 a 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o §1º da Lei Municipal nº. 4.047, de 17 de novembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º - Os incisos XIII, XVI, a alínea "a" do inciso III e a alínea "b" do inciso VI, todos do Artigo 1º do Decreto nº 1.788, de 18 de dezembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - .....



[...]

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Titular: MARCUS AURÉLIO SALVADOR;

[...]

VI - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[...]

b) Suplente: AGUIDA TEREZINHA LUCIANO ALVES.

[...]

XIII - REPRESENTANTE DA POLÍCIA CIVIL

a) Titular: ELEIDE ELI BRITO;

b) Suplente: MARIA APARECIDA DE SOUZA MACEDO.

[...]

XVI - REPRESENTANTE DA AEMFLO

a) Titular: VICTOR ALEXANDRE DE SOUZA;

b) Suplente: MARCOS ANTONIO CARDOZO DE SOUZA." (NR)

[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3392/2014

DECRETO Nº 3392/2014

ALTERA O DECRETO Nº 3.088, DE 25 DE AGOSTO DE 2014, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ - CMAS/SJ PARA O BIÊNIO 2014-2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e os artigos 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.308, de 06 de junho 2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o inciso V, do Parágrafo Segundo do Artigo 1º do Decreto nº 3.088, de 25 de agosto de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

§ 2º REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL:

[...]

V - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE

Representante: MAYARA GOMES DA SILVA;" (NR)

[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3296/2014

DECRETO Nº 3296/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, insertas no art. 62, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal e, regulamentando a Lei nº 5.366/2013, que criou a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de São José - COMPDEC, e

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos para a Defesa Civil, em nível nacional, estabelecendo a cooperação com a União, o Estado e o Município, em situação de calamidade e emergencial;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas e situações emergenciais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, com a seguinte composição:

§ 1º - DIRETORIA.

I - PRESIDENTE

a) Fernando da Silva Cajueiro

Diretor da Defesa Civil

II - VICE-PRESIDENTE

a) Jefferson Cardoso Carboni

Chefe do Setor de Engenharia e Análise Técnica da Defesa Civil

III - SECRETÁRIA

a) Silvana Correia Machado

Chefe do Setor Administrativo da Defesa Civil

§ 2 - CONSELHO TÉCNICO

I- Representante da Procuradoria Geral do Município

a) Titular: Clóvis Renato Squio

b) Suplente: Fernando Artur Raupp

II - Representante da Secretaria de Administração

a) Titular: Waldemar Bornhausen Neto

b) Suplente: Cidnei José Hemkemaier

III - Representante da Secretaria de Assistência Social

a) Titular: Norma Warmlig

b) Suplente: Jackson Cristiano de Oliveira

IV - Representante da Secretaria de Educação

a) Titular: Méri Terezinha de Melo Hang

b) Suplente: Tânia Regina Wolff

V - Representante da Secretaria de Finanças

a) Titular: Antônio Carlos Vieira

b) Suplente: Gervásio José da Silva Júnior

VI - Representante da Secretaria de Governo

a) Titular: Guarany Pacheco

b) Suplente: Paulo Gustavo Salomon

VII - Representante da Secretaria de Infraestrutura

a) Titular: José Natal Pereira

b) Suplente: Roberto Bonassi

VIII - Representante da Secretaria de Saúde

a) Titular: Luiz Antônio Silva

b) Suplente: Júlio Flores

IX - Representante da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

a) Titular: Andréa Irany Pacheco Rodrigues

b) Suplente: Gilmar Pedro Bento

### § 3º - CONSELHO COMUNITÁRIO

I - Representante da Câmara Municipal de Vereadores

a) Titular: Telmo Pedro Vieira

b) Suplente: Túlio Márcio Salles Maciel

II - Representantes das Associações de Bairro

a) Titulares:

1) Marcos Nascimento - Associação de Moradores Bairro Morar Bem

2) Daniel Antônio Martins - Associação de Moradores Bairro Ponta de Baixo

b) Suplentes:

1) Marcos Aurélio Carlett - Associação de Moradores Bairro Araucária

2) Rosana Machado - Associação de Moradores Bairro Ponta de Baixo

III - Representantes dos Clubes de Serviços

a) Titulares:

1) Márcio Schlindwein - Jeep Club de Florianópolis

2) Gibson Washington de Melo - Rádio Amador de Florianópolis

b) Suplentes:

1) Salvador Poeta Waltrick Júnior - Jeep Club de Florianópolis

2) Henrique Umeoka - Rádio Amador de Florianópolis

IV - Representante do Clero

a) Titular: Padre Hélio da Cunha - Paróquia Santo Antônio (Campinas)

b) Suplente: Diácono Adriano Antunes - Paróquia São José (Centro)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3331/2014

DECRETO Nº 3331/2014

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA LEILÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão permanente para Leilão de Veículos, Equipamentos e Bens Inservíveis do Município de São José/SC, para o exercício 2014:

Presidente: WALDEMAR BORNHAUSEN NETO

Vice Presidente: MANOEL PORTO DO LAGO

1ª Secretária: ADRIANA SILVA PACHECO PEDRO

2ª Secretária: JOELMA FERNANDES CRUZ

MEMBRO: LUIZ CARLOS DAMS JUNIOR

MEMBRO: MONICA BARCELLA

MEMBRO: DÉBORA POETA CRUZ

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL: ENÉAS CARILHO DE VASCONCELOS NETO

Art. 2º - Ficam concedidos à Comissão, poderes para assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos legais para o certame e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da realização dos Leilões.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º1689/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 3415/2014

DECRETO Nº 3415/2014

ALTERA O DECRETO 2.748, DE 06 DE JUNHO DE 2014, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA/SJ NO PERÍODO DE 2013 a 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c os artigos 6º e seguintes da Lei Municipal nº. 2.411/92, alterada pela Lei nº. 4.302, de 20 de junho de 2005, e

CONSIDERANDO a Ata da Reunião Plenária Ordinária do E. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, em que foi deliberada a perda de representatividade da Entidade "Creche Santa Barbara", em detrimento de faltas consecutivas nas Reuniões do referido colegiado;

CONSIDERANDO a Ata de Eleição dos Conselheiros Suplentes Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, realizada pelo Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida em 07/10/2014, momento em que foram eleitas as Entidades "Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas", "Lar da Criança Nossa Senhora de Fátima", "União Catarinense de Educação - UCE (Centro Educacional Marista de São José)" e "Conselho Comunitário de Forquilhaes"; e

CONSIDERANDO o teor do ofício nº 28/2014, proveniente do Conselho Comunitário de Forquilhaes, indicando representante para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José.

DECRETA:

Art. 1º - O Decreto nº 2748, de 06 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - Os incisos "V", "VI", "VII", "VIII" e "IX", todos do parágrafo 2º do Artigo 1º, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

§ 2º REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL:

(...)

V - SOCIEDADE EUNICE WEAVER - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA

Representante: LILIANE FERREIRA MARTINS;

VI - Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja

Representante: MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM;

VII - AÇÃO SOCIAL SALTO DO MARUÍM

Representante: REJANE CRISTINA DOS PASSOS DUARTE;

VIII - ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE - APABB

Representante: VANESSA CRISTHIANA GRANDO.



IX - INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA ESPÍRITA CASA DE CÁRITAS  
Representante: WAGNER BARBOSA DE MEDEIROS;" (NR)

II - O parágrafo 3º do Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....  
(...)

§ 3º - REPRESENTANTES SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL:

I - ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS DE SANTA CATARINA - ASSEF

Representante: HÉLIO ABREU FILHO;

II - CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS

Representante: ARTUR FEIJÓ NETTO;

III - LAR DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Representante: LUIZ CARLOS BARCELOS FILHO;

IV - União Catarinense de Educação - UCE

Representante: DANÚZIO BRANDELERO;

V - Conselho Comunitário de Forquilha

Representante: JANDIR DA ROSA." (NR)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2014 - PE 080/2013 - RETIFICADO - Processo 391/2014 - Fornecedores: I - Bruthan Comercial Ltda; II - Racine Comercial Ltda - EPP; III - HP & E Comercial Ltda - EPP; IV - Aquinpe Supr. p/ Escrit., Inform. e Papel. EIRELI; V - Luiz Fernando Sebold ME; VI - PKB Produtos Químicos Ltda - EPP; VII - Elisvândia Matos Donini - ME; VIII - Atacado Litoral Catarinense Ltda - ME; e IX - Comercial Storinny Ltda - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo, expediente e limpeza para atender todas as unidades vinculadas à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$25.245,00 (vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais); II - R\$21.180,00 (vinte e um mil, cento e oitenta reais); III - R\$46.046,50 (quarenta e seis mil, quarenta e seis reais e cinquenta centavos); IV - R\$79.450,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); V - R\$12.300,00 (doze mil e trezentos reais); VI - R\$56.840,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais); VII - R\$177.050,00 (cento e setenta e sete mil e cinquenta reais); VIII - R\$100.725,00 (cem mil, setecentos e vinte e cinco reais); e IX - R\$17.195,00 (dezessete mil, cento e noventa e cinco reais). Valor Total: R\$536.031,50 (quinhentos e trinta e seis mil, trinta e um reais e cinquenta centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 27 de agosto de 2014.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2014 - PE 046/2013

- Processo 118/2014 - Fornecedores: I - RACINE COMERCIAL LTDA - EPP; II - DESIGN MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA - EPP; III - HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; IV - MILENIUM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; V - M J G - TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - ME; VI - ELISVÂNDIA MATOS DONINI - ME; VII - RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME; VIII - MAYCON WILL - ME; IX - MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA - ME; e X - BRINQMÓVEIS LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de mobiliários, brinquedos e equipamentos eletrônicos destinados as unidades de CEIS Cristo Rei, Zanelato e Vista Alegre da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); II - R\$31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais); III - R\$96.874,34 (noventa e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos); IV - R\$14.237,10 (quatorze mil, duzentos e trinta e sete reais e dez centavos); V - R\$5.493,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais); VI - R\$199.255,56 (cento e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); VII - R\$23.928,90 (vinte e três mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa centavos); VIII - R\$15.696,00 (quinze mil, seiscentos e noventa e seis reais); IX - R\$7.116,00 (sete mil, cento e dezesseis reais); e X - R\$35.982,00 (trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais). Valor Total: R\$439.532,90 (quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 02 de setembro de 2014.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

#### RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2014 - PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 271/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI São Luiz, Compreendendo as salas de biblioteca, informática, lavanderia, despensa e direção - Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; 2ª CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP; e 3ª MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: [www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br).

Carlos Alfredo Schmidt  
Presidente/CPL.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2014 - PR 067/2014  
- Processo 222/2014 - Fornecedor: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP.  
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de mobiliário em MDF com finalidade de atender a rede de atenção básica e demais setores vinculados a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$328.489,90 - trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.

Data da assinatura: 29 de outubro de 2014.  
Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2013 - Processo nº 378/2013. Fornecedor: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua para a Prefeitura de São José/SC. Valor Total: R\$243.300,00 - duzentos e quarenta e três mil e trezentos reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2014 - Processo nº 211/2014. Fornecedor: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de passagens aéreas e terrestres (nacionais e internacionais) para atender diversas Secretarias, Fundos e Fundações e Autarquias, da Prefeitura Municipal de São José/SC. Percentual de Desconto (passagens aéreas/passagens terrestres): 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) / 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento). Valor Máximo (passagens aéreas/passagens terrestres): R\$ 460.300,00 (quatrocentos e sessenta mil e trezentos reais) / R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). Valor Total: R\$528.300,00 - quinhentos e vinte e oito mil, e trezentos reais.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 151/2014-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 151/2014-01 - CC 002/2014 - Processo 145/2014 - Contratado: GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para revitalização e pavimentação da estrada geral do Alto Forquilhas no Município de São José, com fornecimento de mão de obra e materiais. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 151/2014 por mais 120 (cento e vinte) dias, com efeitos a partir de 27/11/2014 para o prazo de execução e de 27/12/2014 para o prazo de vigência. Data da assinatura: 30 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 268/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 268/2013-01 - Credenciamento 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: LIMA & CATÂNIO LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 268/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 04/10/2014. Data da assinatura: 02 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 267/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 267/2013-01 - Credenciamento 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS SÃO JOSÉ S/S ME. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 268/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 04/10/2014. Data da assinatura: 02 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 269/2013-01**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 269/2013-01 - Credenciamento 004/2012 - Processo 051/2012 - Contratado: SÃO GERÔNIMO E ASSOCIADOS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico Laboratório Clínico aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 004/2012. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 268/2013 por mais 12

(doze) meses, a contar do dia 04/10/2014. Data da assinatura: 03 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 286/2013-02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 286/2013-02 - CC 003/2013 - Processo 205/2013 - Contratado: CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA EPP. Objeto: Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, das reclamações emergenciais através da Ouvidoria Geral e Secretaria de Infraestrutura, para realização de pequenos reparos e manutenção da rede viária, no Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 286/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 15/10/2014. Data da assinatura: 14 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 285/2013-02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 285/2013-02 - CC 003/2013 - Processo 205/2013 - Contratado: KS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, das reclamações emergenciais através da Ouvidoria Geral e Secretaria de Infraestrutura, para realização de pequenos reparos e manutenção da rede viária, no Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 286/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 15/10/2014. Data da assinatura: 14 de outubro de 2014.

**TERMO ADITIVO/TA Nº 284/2013-02**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 284/2013-02 - CC 003/2013 - Processo 205/2013 - Contratado: MAURÍCIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP. Objeto: Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, das reclamações emergenciais através da Ouvidoria Geral e Secretaria de Infraestrutura, para realização de pequenos reparos e manutenção da rede viária, no Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 286/2013 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 15/10/2014. Data da assinatura: 14 de outubro de 2014.

**PORTARIA Nº 2486/2014/SMA**

PORTARIA Nº 2486/2014/SMA  
CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O Secretário de Administração Waldemar Bornhausen Neto, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira BANCO PAN S.A - CNPJ 59.285.411/0001-13, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC), 13 de novembro de 2014.  
Waldemar Bornhausen Neto  
Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 116/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 116/2014 - Processo nº 301/2014: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de almoços e lanches, destinados aos serviços socioassistenciais oferecidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 26/11/2014 às 13h15min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/11/2014 às 13h30min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

**DECRETO Nº 3394/2014**

DECRETO Nº 3394/2014  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado REGINALDO NILTON AMANDIO para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de novembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2014 - Processo nº 198/2014. Fornecedor: KLEBER VALDENESIO DE FARIA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de instalação de fechaduras (com fornecimento de materiais), cópias de chaves e confecção de carimbos para serem utilizadas pelas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de São José/SC. Valor Total: R\$82.296,30 - oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 110/2014**

PORTARIA Nº 110/2014

Considerando que o contratado deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com a Lei nº. 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para fiscalizar o Contrato nº. 021/2013, decorrente do Processo Administrativo nº. 036/2013 - Pregão Presencial nº. 030/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S.A.

II - A Empresa contratada deverá apresentar à fiscalização do Contrato, relatório mensal das atividades desenvolvidas no mês, que por sua vez promoverá a verificação dos serviços executados para certificação da Nota Fiscal emitida pela Empresa contratada, para o seus efetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 112/2014**

PORTARIA Nº 112/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no Regimento Interno, Resolução n.º 164/2005, especialmente, no seu art. 23, III, "a", c/c art. 97 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São José Lei Municipal n.º 2.248/1991 e alterações:

**RESOLVE:**

I. - REVOGAR - Parcialmente as Férias concedidas através da Portaria nº. 107/2014, da Servidora Luci Neide Bittencourt - Oficial de Gabinete Parlamentar, haja vista a necessidade de seus serviços no gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme Ofício nº 025/2014, do Vereador acima citado.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 10 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 113/2014.**

PORTARIA Nº 113/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER Ao Servidor LEDENIR MANOEL SAGAZ, o benefício requerido dando o direito ao Adicional por Tempo de Serviço (Quinquênio), conforme Processo nº 087/2014.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 11 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

- Presidente -

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 111/2014**

PORTARIA Nº 111/2014

Considerando que o contratado deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com a Lei nº. 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

I - NOMEAR - O Servidor VALMOR JOSÉ HEBERLE, para fiscalizar o Processo Licitatório nº 051/2014, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 002/2014, Pregão Presencial nº 010/2014, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa ARTE MÁXIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

II - A Empresa contratada deverá apresentar Nota Fiscal, para o seu efetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 05 de Novembro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**PORTARIAS 2014**

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

**RESOLVE:**

CATEGORIA	NOME	DATA
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	VALDENÉSIO PEDRO DE FARIA	30/09/2014
PORTARIA DE REENQUADRAMENTO PARA A REFERÊNCIA ANM I/E	GILMAR CORRÊA	26/09/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (13/10/2014 – 25/10/2014)	ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL	18/09/2014
PORTARIA CONCEDER LICENÇA DE GALA (06/10/2014 – 12/10/2014)	ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL	18/09/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (01/10/2014 – 30/10/2014) E (03/10/2014 – 02/11/2014)	RODRIGO GONÇALVES E LUIZ CARLOS MORFIM JUNIOR	16/09/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	GILMAR BRITO	11/09/2014
PORTARIA NOMEAR SERVIDOR PARA GERIR CONTRATO (MONT'ANA IND. E COM. DE ELEVADORES E MONTA-CARGAS LTDA ME.)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	04/09/2014
PORTARIA NOMEAR SERVIDOR PARA GERIR CONTRATO (KHROS TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA.)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	04/09/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR II	JOÃO DAVID GARCIA, MARCELO GARCEZ E ALISSON MACHADO ANTÔNIO	01/09/2014
PORTARIA EXONERAR OS SERVIDORES DOS CARGOS EM COMISSÃO	JOÃO DAVID GARCIA, MARCELO GARCEZ, ALISSON MACHADO ANTÔNIO, EVERTON JOÃO DE SOUZA E PRICILA GUEDES MARQUES	01/09/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	DAVI LUIS LEMOS SCHWAHN	01/09/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	FERNANDO VITOR DAMÁSIO	01/09/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (01/09/2014 – 30/09/2014)	ANA LÚCIA TEIXEIRA	28/08/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	EVERALDO FAUST	27/08/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	JOÃO PAULO MOTTA FILHO	21/08/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	BRUNO CESAR DE FARIA	19/08/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR I	EVERTON JOÃO DE SOUZA	19/08/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR	JUAREZ SÉLIO FERNANDES	19/08/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR III	KATIA FIRMO	19/08/2014

PORTARIA EXONERAR OS SERVIDORES DO CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR III SECRETÁRIO PARLAMENTAR I	CARLOS ACELINO PEREIRA E KATIA FIRMO	19/08/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (02/09/2014 – 01/10/2014), (03/09/2014 – 02/10/2014) E (10/09/2014 – 09/10/2014)	ENIKS DE SOUZA, MATEUS SANT'ANA E BEATRIZ CARDOSO	18/08/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	BIANCA DE OLIVEIRA	18/08/2014
PORTARIA CONCEDER LICENÇA PRÊMIO (01/09/2014 – 30/11/2014)	GEORGES IESUS FLEURY CAMARGO	18/08/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR O CONTRATO (DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA-ME)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	18/08/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA GERIR CONTRATOS (CIASC-CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA)	MAURÍCIO LUIS SCHMITT	15/08/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	MOZART GONÇALVES JÚNIOR	04/08/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	ANTENÓGENES ADOLFO TEIXEIRA	01/08/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	ALINE CASTRO SILVESTRE	29/07/2014
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO (21/07/2014 – 04/09/2014)	SANDRA REGINA MIKULSKI	18/07/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA	SCARLET DA SILVA	18/07/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR O CONTRATO Nº 024/2009 (GREEN CARD S/A)	JAMIL PAULO ELIAS	09/07/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (01/08/2014 – 30/08/2014)	MARCOS NUNES	09/07/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (10/07/2014 – 09/08/2014)	ODELÍCIO LEONEL DA SILVA	09/07/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	EDNA RODRIGUES	01/07/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	KETTI VIEIRA	01/07/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR	LURDETE MARIA FELIPE	01/07/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR	ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS	30/06/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR I E OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I	JUAREZ SÉLIO FERNANDES, JOÃO DAVID GARCIA, MARCELO GARCEZ, ALISSON MACHADO ANTÔNIO E PRICILA GUEDES MARQUES	18/06/2014

PORTARIA EXONERAR OS SERVIDORES DO CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR I E COORDENADOR PARLAMENTAR I	JUAREZ SÉLIO FERNANDES, JOÃO DAVID GARCIA, MARCELO GARCEZ E LEANDRO LEAL JOCHEM	18/06/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I	SIMONE PROSDOS-SIMI STAHELIN SCHMITT	17/06/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	GILMAR BRITO	17/06/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA GERIR O PREGÃO/PR. Nº005/2014 (ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	13/06/2014
PORTARIA CONCEDER LICENÇA PRÊMIO (13/06/2014 – 12/08/2014)	LINDINALVA SOARES COSTA DE CASTRO	12/06/2014
PORTARIA EXONERAR A SERVIDORA DO CARGO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I	MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA TRAJANO MARCELINO	12/06/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	ILZA MARIA CENCI	11/06/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	SÔNIA DE SOUZA	04/06/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	PEDRO PAULO FURTUOSO JUNIOR	02/06/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR I	VALDENÉSIO PEDRO DE FARIA	02/06/2014
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO "PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL" CONFORME LEI Nº 4696/2008	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO, SANDRA REGINA MIKULSKI, PAULO ROBERTO CORRÊA, GEORGES IESUS FLEURY CAMARGO, TÂNIA REGINA KREMER E JAMIL PAULO ELIAS	21/05/2014
PORTARIA CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE A SERVIDORA	CRISTIANE PERIRA	20/05/2014
PORTARIA CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE A SERVIDORA	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO	20/05/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014 (COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP)	MARCOS NUNES	20/05/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR POR APOSENTADORIA	LOURIVALDO SANTOS	19/05/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR O CONTRATO Nº 9912322575/2014 (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT)	GABRIEL NIENCHÖTTER	19/05/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE ASSESSORIA DE GABINETE	SAMUEL JOÃO ANCELMO	07/05/2014

PORTARIA REVOGAR PARCIALMENTE AS FÉRIAS CONCEDIDAS ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 037/2014	PEDRO PAULO FURTUOSO JÚNIOR	07/05/2014
PORTARIA CONCEDER (QUINQUÊNIO)	ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL	02/05/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR I	VALDENÉSIO PEDRO DE FARIA	02/05/2014
PORTARIA REVOGAR INTEGRALMENTE AS FÉRIAS CONCEDIDAS ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 033/2014	VALDENÉSIO PEDRO DE FARIA	02/05/2014
PORTARIA REVOGAR INTEGRALMENTE AS FÉRIAS CONCEDIDAS ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 033/2014	ILZA MARIA CENCI	02/05/2014
PORTARIA NOMEAR OS SENHORES PARA O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	MARCELO GARCEZ E LEANDRO LEAL JOCHEM	02/05/2014
PORTARIA EXONERAR AO SERVIDORES DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I	CHARLES ALEXANDRE COLZANI E EDVALDA ERODINA DAMÁZIO	02/05/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (06/05/2014 – 05/06/2014)	INDINARA FÁVERO SILVA	23/04/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS AOS SERVIDORES (02/05/2014 – 31/05/2014)	CARLOS ESPÍNDOLA, JARBAS PINHEIRO DOS SANTOS, MARLI DA CONCEIÇÃO, VENILTON SANTANA DE OLIVEIRA E VERA LÚCIA OLIVEIRA REITZ	23/04/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (02/05/2014 – 31/05/2014)	PEDRO PAULO FURTUOSO JÚNIOR	22/04/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR OS CONTRATOS Nº 02/2014 (BRUTHAN COMERCIAL LTDA), Nº 03/2014 (PRIME GRAPHICS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA) E Nº 04/2014 (ALEXANDRA DOS PASSOS – ME)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	08/04/2014
PORTARIA REVOGAR INTEGRALMENTE AS FÉRIAS CONCEDIDAS PELA PORTARIA Nº 031/2014	HERBET JOSÉ GOUTART MARTINS	08/04/2014
PORTARIA REVOGAR INTEGRALMENTE AS FÉRIAS CONCEDIDAS PELA PORTARIA Nº 025/2014	ANA LÚCIA TEIXEIRA	07/04/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (26/04/2014 – 25/05/2014)	ILZA MARIA CENCI E VALDENÉSIO PEDRO DE FARIAS	07/04/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (12/04/2014 – 11/05/2014)	JONNY ANDRADE DE SOUZA	07/04/2014
CONCEDER FÉRIAS (10/04/2014 – 09/05/2014)	HERBET JOSÉ GOUTART MARTINS	07/04/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	SANDRO HENRIQUE GARCEZ VIEIRA	01/04/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	FERNANDO HENRIQUE BERNES	31/03/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA PREGOIEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	VALMOR JOSÉ HEBERLE	26/03/2014



PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (04/04/2014 – 04/05/2014)	OSMAR PEDRO STEIMBACH	18/03/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (01/04/2014 – 30/04/2014)	ANA LÚCIA TEI- XEIRA, BIANCA DE OLIVEIRA BERGER E MAURÍCIO LUIZ SCHMITT	18/03/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (22/03/2014 – 20/04/2014)	JOÃO ZILDOMAR SALVADOR	14/03/2014
PORTARIA CONCEDER FÉRIAS (17/03/2014 – 15/04/2014)	CÁTIA CILENE DE SOUZA	14/03/2014
PORTARIA NOMEAR O SERVIDOR PARA FISCALIZAR O CONTRATO Nº 016/2008-3 (GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA – GVT) E A COM- PRA DIRETA Nº 004/2014 (EDGAR JOSÉ FAGUNDOS JÚNIOR E CIA LTDA – ME)	VALMOR JOSÉ HEBERLE	12/03/2014
PORTARIA NOMEAR PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	PAULO SÉRGIO DE SOUZA PEREIRA	05/03/2014
PORTARIA EXONERAR O SERVIDOR DO CARGO DE COORDENADOR PARLAMENTAR II	ADUCCI ELPÍDIO TEÓFILO	05/03/2014

Câmara Municipal De São José, 13 de Novembro 2014  
Sanderson Almeci de Jesus  
Presidente

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 250/2014 - SF

DECRETO Nº. 250/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.309 de 11 de novembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com as festividades relativas ao "13º NATAL LUZ", edição 2014, constituindo-se da aquisição, pagamento e distribuição da premiação do Concurso Natal Luz mediante regulamento, aquisição e distribuição de doces, aquisição de materiais elétricos e ornamentais, serviços técnicos especializados e demais despesas gerais visando o embelezamento e a caracterização natalina do Município.

Parágrafo primeiro. A organização das festividades ficará a cargo da Secretaria Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de Comissão Especial a ser designada.

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), destinados à execução da presente Lei:

#### 06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

##### 06.06 DEPTO.DE CULTURA

##### 2.028 MAN. DAS FESTIVIDADES OFICIAIS DE SJCEDRO

"170"3.3.90.30.00.0.1.0000 Material de Consumo ..... R\$6.500,00

"171"3.3.90.31.00.0.1.0000 Premiações Culturais,Artist..Despor.e Out ..... R\$3.200,00

"172"3.3.90.36.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física ..... R\$ 800,00

"173"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..R\$4.500,00

#### 10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

##### 10.02 DEPTO.DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

##### 2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

"214"3.3.90.30.00.0.1.0017 Material de Consumo ..... R\$3.000,00

"215"3.3.90.39.00.0.1.0017 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..R\$7.000,00

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), das verbas a seguir discriminadas:

#### 10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

##### 10.02 DEPTO.DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

##### 2.042 CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, ACESSOS E CEMIT.

"213"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$5.000,00

#### 10.03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

##### 2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"234"3.3.90.39.00.0.1.0000 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...R\$5.000,00

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS-FUNREBOM

15.01 DEPTO.DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.056 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. ESTRATÉGICOS

"267"4.4.90.52.00.0.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$5.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de Novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 251/2014 - SF

DECRETO Nº. 251/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.310 de 11 de novembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar, no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.996,30 (dois mil novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

#### 04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

##### 03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

##### 2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"410" 3.3.30.93.00.00.1.0024 Indenizações e Restituições ..... R\$ 2.996,30

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 2.996,30 (dois mil novecentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

#### 04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

##### 03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

##### 2.088 INCLUSÃO DIGITAL/INTERNET PARA TODOS

"385" 4.4.90.51.00.00.3.0024 Obras e Instalações ..... R\$ 2.802,43

"386" 4.4.90.52.00.00.3.0024 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$193,87

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de Novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 11 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 252/2014 - SF**

DECRETO Nº. 252/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO. DE SEGURANÇA PÚBLICA

"457" 3.3.90.30.00.00.3.0055 Material de Consumo .....  
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recurso relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recurso Convênio Polícia Civil, Fonte 3.0055, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 12 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 253/2014 - SF**

DECRETO Nº. 253/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.285,52 (hum mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"468" 3.3.30.93.00.00.1.0000 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$ 177,52

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.009 CONTR. P/ ENTIDADES MUNICIPALISTAS - AMEOSC, FE-  
CAM E CNM

"64" 3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições .....  
..... R\$1.108,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor R\$ 1.285,52 (hum mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois

centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de novembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 12 de novembro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>4.720.381,80</b>	<b>17,83</b>	<b>23.557.648,14</b>	<b>89,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.282.459,88	2.282.459,88	526.095,94	23,05	2.427.015,29	106,33
IMPOSTOS	1.839.965,68	1.839.965,68	378.972,48	20,60	2.043.488,59	111,06
TAXAS	211.002,20	211.002,20	130.881,79	62,03	290.004,06	137,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	231.492,00	231.492,00	16.241,67	7,02	93.522,64	40,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
RECEITA PATRIMONIAL	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITA DE SERVIÇOS	728.746,90	728.746,90	429.232,55	58,90	1.869.185,45	256,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.786.402,02	22.786.402,02	3.656.873,40	16,05	18.516.661,51	81,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.683.040,75	22.683.040,75	3.638.231,46	16,04	18.427.502,81	81,24
Transf. de Conv.	103.361,27	103.361,27	18.641,94	18,04	89.158,70	86,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.234,63	228.234,63	45.089,68	19,76	234.411,42	102,71
Multas e Juros de Mora	37.064,08	37.064,08	9.006,97	24,30	41.658,89	112,40
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	85.862,07	85.862,07	8.488,02	9,89	79.558,00	92,66
RECEITAS DIVERSAS	105.308,48	105.308,48	27.594,69	26,20	113.194,53	107,49
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>10,23</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>97,54</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
ALIENAÇÃO DE BENS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.070.000,00	2.070.000,00	150.000,00	7,25	1.849.459,18	89,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	8.316,00	5,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.915.000,00	1.915.000,00	150.000,00	7,83	1.841.143,18	96,14
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.536.841,58	29.536.841,58	5.034.279,30	17,04	26.551.134,82	89,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.536.841,58	29.536.841,58	5.034.279,30	17,04	26.551.134,82	89,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Superávit Financeiro	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	8.450.240,29	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	67,76
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	3.559.488,34	27.255.677,64	3.632.776,04	23.128.175,30	4.324.922,29	21.954.524,95	80,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	1.091.973,11	13.503.086,76	2.186.710,54	11.037.041,02	2.201.364,27	11.023.145,02	81,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	30.205,17	149.565,75	30.205,17	149.565,75	60,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	2.467.515,23	13.507.190,88	1.415.860,33	11.941.568,53	2.093.352,85	10.781.814,18	79,82
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	4.890.751,95	10.719.404,23	391.952,63	6.318.324,05	623.556,30	3.784.440,13	35,30
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	4.890.751,95	9.985.404,23	232.316,83	5.636.297,98	463.920,50	3.102.414,06	31,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	159.635,80	682.026,07	159.635,80	682.026,07	92,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.536.841,58	8.450.240,29	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	67,76

Continua 2/3

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>25.738.965,08</b>	<b>67,76</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>812.169,74</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>69,90</b>
								<b>12.248.116,79</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRO/SC 037204/O-C

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1.00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>4.720.381,80</b>	<b>17,83</b>	<b>23.557.648,14</b>	<b>89,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.282.459,88	2.282.459,88	526.095,94	23,05	2.427.015,29	106,33
IMPOSTOS	1.839.965,68	1.839.965,68	378.972,48	20,60	2.043.488,59	111,06
TAXAS	211.002,20	211.002,20	130.881,79	62,03	290.004,06	137,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	231.492,00	231.492,00	16.241,67	7,02	93.522,64	40,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
RECEITA PATRIMONIAL	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITA DE SERVIÇOS	728.746,90	728.746,90	429.232,55	58,90	1.869.185,45	256,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.786.402,02	22.786.402,02	3.656.873,40	16,05	18.516.661,51	81,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.683.040,75	22.683.040,75	3.638.231,46	16,04	18.427.502,81	81,24
Transf. de Conv.	103.361,27	103.361,27	18.641,94	18,04	89.158,70	86,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.234,63	228.234,63	45.089,68	19,76	234.411,42	102,71
Multas e Juros de Mora	37.064,08	37.064,08	9.006,97	24,30	41.658,89	112,40
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	85.862,07	85.862,07	8.488,02	9,89	79.558,00	92,66
RECEITAS DIVERSAS	105.308,48	105.308,48	27.594,69	26,20	113.194,53	107,49
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>10,23</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>97,54</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
ALIENAÇÃO DE BENS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.070.000,00	2.070.000,00	150.000,00	7,25	1.849.459,18	89,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	8.316,00	5,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.915.000,00	1.915.000,00	150.000,00	7,83	1.841.143,18	96,14
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária						
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.536.841,58	29.536.841,58	5.034.279,30	17,04	26.551.134,82	89,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.536.841,58	29.536.841,58	5.034.279,30	17,04	26.551.134,82	89,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Superávit Financeiro	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	8.450.240,29	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	67,76
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	3.559.488,34	27.255.677,64	3.632.776,04	23.128.175,30	4.324.922,29	21.954.524,95	80,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	1.091.973,11	13.503.086,76	2.186.710,54	11.037.041,02	2.201.364,27	11.023.145,02	81,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	30.205,17	149.565,75	30.205,17	149.565,75	60,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	2.467.515,23	13.507.190,88	1.415.860,33	11.941.568,53	2.093.352,85	10.781.814,18	79,82
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	4.890.751,95	10.719.404,23	391.952,63	6.318.324,05	623.556,30	3.784.440,13	35,30
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	4.890.751,95	9.985.404,23	232.316,83	5.636.297,98	463.920,50	3.102.414,06	31,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	159.635,80	682.026,07	159.635,80	682.026,07	92,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.536.841,58	8.450.240,29	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	67,76

Continua 2/3

31/10/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>25.738.965,08</b>	<b>67,76</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>812.169,74</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>69,90</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRO/SC 037204/O-C

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1.00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>26.467.894,97</b>	<b>4.720.381,80</b>	<b>17,83</b>	<b>23.557.648,14</b>	<b>89,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.282.459,88	2.282.459,88	526.095,94	23,05	2.427.015,29	106,33
IMPOSTOS	1.839.965,68	1.839.965,68	378.972,48	20,60	2.043.488,59	111,06
TAXAS	211.002,20	211.002,20	130.881,79	62,03	290.004,06	137,44
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	231.492,00	231.492,00	16.241,67	7,02	93.522,64	40,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	37.427,14	10,67	346.839,25	98,89
RECEITA PATRIMONIAL	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	25.663,09	28,11	163.535,22	179,11
RECEITA DE SERVIÇOS	728.746,90	728.746,90	429.232,55	58,90	1.869.185,45	256,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.786.402,02	22.786.402,02	3.656.873,40	16,05	18.516.661,51	81,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.683.040,75	22.683.040,75	3.638.231,46	16,04	18.427.502,81	81,24
Transf. de Conv.	103.361,27	103.361,27	18.641,94	18,04	89.158,70	86,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228.234,63	228.234,63	45.089,68	19,76	234.411,42	102,71
Multas e Juros de Mora	37.064,08	37.064,08	9.006,97	24,30	41.658,89	112,40
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	85.862,07	85.862,07	8.488,02	9,89	79.558,00	92,66
RECEITAS DIVERSAS	105.308,48	105.308,48	27.594,69	26,20	113.194,53	107,49
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>10,23</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>97,54</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	163.897,50	17,25	1.144.027,50	120,42
ALIENAÇÃO DE BENS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.070.000,00	2.070.000,00	150.000,00	7,25	1.849.459,18	89,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	8.316,00	5,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.915.000,00	1.915.000,00	150.000,00	7,83	1.841.143,18	96,14
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>5.034.279,30</b>	<b>17,04</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>89,89</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.536.841,58	29.536.841,58	5.034.279,30	17,04	26.551.134,82	89,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Superávit Financeiro	—	1.672.620,71	—	—	1.118.065,42	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	8.450.240,29	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	67,76
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	3.559.488,34	27.255.677,64	3.632.776,04	23.128.175,30	4.324.922,29	21.954.524,95	80,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	1.091.973,11	13.503.086,76	2.186.710,54	11.037.041,02	2.201.364,27	11.023.145,02	81,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	30.205,17	149.565,75	30.205,17	149.565,75	60,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	2.467.515,23	13.507.190,88	1.415.860,33	11.941.568,53	2.093.352,85	10.781.814,18	79,82
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	4.890.751,95	10.719.404,23	391.952,63	6.318.324,05	623.556,30	3.784.440,13	35,30
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	4.890.751,95	9.985.404,23	232.316,83	5.636.297,98	463.920,50	3.102.414,06	31,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	159.635,80	682.026,07	159.635,80	682.026,07	92,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.499,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>25.738.965,08</b>	<b>67,76</b>

Continua 2/3

31/10/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>25.738.965,08</b>	<b>67,76</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>812.169,74</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>29.536.841,58</b>	<b>8.450.240,29</b>	<b>37.987.081,87</b>	<b>4.024.728,67</b>	<b>29.446.496,35</b>	<b>4.948.478,59</b>	<b>26.551.134,82</b>	<b>69,90</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRO/SC 037204/O-C

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.966,08	100,00	67,76
Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.881.620,91	319.977,53	2.420.757,29	420.116,59	2.262.920,42	8,79	78,53
Administração Geral	2.174.228,76	2.224.633,99	269.308,96	1.868.080,66	344.012,69	1.741.442,09	6,77	78,28
Administração Financeira	662.678,00	656.986,92	50.668,57	552.676,63	76.103,90	521.478,33	2,03	79,37
Segurança Pública	990.454,86	1.329.561,01	44.034,87	555.658,23	22.381,82	520.710,53	2,02	39,16
Policimento	117.118,77	242.224,92	21.300,35	197.756,10	9.165,20	178.116,90	0,69	73,53
Defesa Civil	873.336,09	1.087.336,09	22.734,52	357.902,13	13.216,62	342.593,63	1,33	31,51
Assistência Social	1.895.034,00	2.415.000,43	149.175,88	664.536,81	151.303,24	581.432,35	2,26	24,08
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.343.682,90	12.310,32	81.655,72	1.999,18	68.514,58	0,27	5,10
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	1.013,50	8.108,00	0,03	66,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	269.696,23	77.189,41	212.925,71	60.485,51	188.215,54	0,73	69,79
Assistência Comunitária	641.874,16	789.459,30	59.696,15	357.793,38	87.835,05	316.594,23	1,23	40,10
Saúde	6.763.605,21	8.013.532,44	1.063.137,17	6.700.871,82	1.274.983,54	6.379.916,42	24,79	79,61
Atenção Básica	6.563.870,83	7.774.298,06	1.056.698,67	6.486.696,08	1.237.830,31	6.171.858,64	23,98	79,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	0,00	150.500,00	29.463,70	147.101,50	0,57	96,21
Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	722,50	27.918,05	756,01	27.483,44	0,11	60,58
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	40.968,22	5.716,00	36.757,69	6.933,52	33.472,84	0,13	81,70
Educação	6.803.692,82	7.445.436,70	1.160.981,13	6.531.034,95	1.250.015,21	5.752.732,85	22,35	77,27
Alimentação e Nutrição	214.197,00	225.415,51	61.838,94	208.187,52	55.754,12	189.559,09	0,74	84,09
Ensino Fundamental	4.449.326,69	5.143.715,35	774.868,34	4.700.737,52	867.819,10	3.998.703,61	15,54	77,74
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	27.132,60	72.961,80	0,00	45.829,20	0,18	38,43
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	60.326,00	0,23	87,50
Educação Infantil	1.918.278,98	1.862.311,69	297.141,25	1.455.468,84	304.681,99	1.438.104,68	5,59	77,22
Educação Especial	21.035,00	25.795,00	0,00	24.734,27	4.524,00	20.210,27	0,08	78,35

Continua 1/3

31/10/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Cultura	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	12.248.116,79
Difusão Cultural	242.441,68	296.902,76	6.965,90	266.512,58	22.323,45	250.332,58	0,97	49.570,18
Lazer	147.351,68	136.342,24	6.965,90	104.952,06	21.637,90	91.272,06	0,35	47.070,18
Urbanismo	95.090,00	161.560,52	0,00	161.560,52	685,55	159.060,52	0,62	2.500,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Serviços Urbanos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	735.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Habituação Urbana	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Saneamento	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.335.799,62	294.493,23	911.077,31	259.211,95	815.666,03	3,17	520.133,59
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	294.493,23	900.022,31	259.211,95	804.611,03	3,13	519.638,97
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	8.500,00	11.549,62	0,00	11.055,00	0,00	11.055,00	0,04	494,62
Serviços Urbanos	32.850,00	24.486,38	2.010,13	15.028,71	2.010,13	14.882,33	0,06	9.604,05
Controle Ambiental	30.340,00	24.340,00	2.010,13	14.882,33	2.010,13	14.882,33	0,06	9.457,67
Ciência e Tecnologia	2.510,00	146,38	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	146,38
Tecnologia da Informatização	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Agricultura	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Extensão Rural	1.538.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Comercialização	1.478.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Indústria	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	145.671,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Produção Industrial	128.421,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Energia	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39
	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39

Continua 2/3

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76
Desporto e Lazer	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Desporto Comunitário	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.409.482,43	256.245,70	1.189.284,10	256.245,70	1.188.802,76	4,62	84,34
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	189.840,97	831.591,82	189.840,97	831.591,82	3,23	84,91
Outros Encargos Especiais	426.385,00	430.082,43	66.404,73	357.692,28	66.404,73	357.210,94	1,39	83,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	29.536.841,68	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76
Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.881.620,91	319.977,53	2.420.757,29	420.116,59	2.262.920,42	8,79	78,53
Administração Geral	2.174.228,76	2.224.633,99	269.308,96	1.868.080,66	344.012,69	1.741.442,09	6,77	78,28
Administração Financeira	662.678,00	656.986,92	50.668,57	552.676,63	76.103,90	521.478,33	2,03	79,37
Segurança Pública	990.454,86	1.329.561,01	44.034,87	555.658,23	22.381,82	520.710,53	2,02	39,16
Policimento	117.118,77	242.224,92	21.300,35	197.756,10	9.165,20	178.116,90	0,69	73,53
Defesa Civil	873.336,09	1.087.336,09	22.734,52	357.902,13	13.216,62	342.593,63	1,33	31,51
Assistência Social	1.895.034,00	2.415.000,43	149.175,88	664.536,81	151.303,24	581.432,35	2,26	24,08
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.343.682,90	12.310,32	81.655,72	1.969,18	68.514,58	0,27	5,10
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	1.013,50	8.108,00	0,03	66,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	269.696,23	77.169,41	212.925,71	60.485,51	188.215,54	0,73	69,79
Assistência Comunitária	641.874,16	789.459,30	59.696,15	357.793,38	87.835,05	316.594,23	1,23	40,10
Saúde	6.763.605,21	8.013.532,44	1.063.137,17	6.700.871,82	1.274.983,54	6.379.916,42	24,79	79,61
Atenção Básica	6.563.870,83	7.774.298,06	1.056.698,67	6.486.696,08	1.237.830,31	6.171.858,64	23,98	79,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	0,00	150.500,00	29.463,70	147.101,50	0,57	96,21
Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	722,50	27.918,05	756,01	27.483,44	0,11	60,58
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	40.968,22	5.716,00	35.757,69	6.933,52	33.472,84	0,13	81,70
Educação	6.803.692,82	7.445.436,70	1.160.981,13	6.531.034,95	1.250.015,21	5.752.732,85	22,35	77,27
Alimentação e Nutrição	214.197,00	225.415,51	61.838,94	208.187,52	55.754,12	189.559,09	0,74	84,09
Ensino Fundamental	4.449.326,69	5.143.715,35	774.868,34	4.700.737,52	867.819,10	3.998.703,61	15,54	77,74
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	27.132,60	72.961,80	0,00	45.829,20	0,18	38,43
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	60.326,00	0,23	87,50
Educação Infantil	1.918.278,98	1.862.311,69	297.141,25	1.456.469,84	304.681,99	1.438.104,68	5,59	77,22
Educação Especial	21.035,00	25.795,00	0,00	24.734,27	4.524,00	20.210,27	0,08	78,35

Continua 1/3

31/10/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>								
Cultura	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	12.248.116,79
Difusão Cultural	242.441,68	296.902,76	6.965,90	266.512,58	22.323,45	250.332,58	0,97	49.570,18
Lazer	147.351,68	136.342,24	6.965,90	104.952,06	21.637,90	91.272,06	0,35	47.070,18
Urbanismo	95.090,00	161.560,52	0,00	161.560,52	685,55	159.060,52	0,62	2.500,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Serviços Urbanos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	735.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Habituação Urbana	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Saneamento	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.335.799,62	294.493,23	911.077,31	259.211,95	815.666,03	3,17	520.133,59
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	294.493,23	900.022,31	259.211,95	804.611,03	3,13	519.638,97
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	8.500,00	11.549,62	0,00	11.055,00	0,00	11.055,00	0,04	494,62
Serviços Urbanos	32.850,00	24.486,38	2.010,13	15.028,71	2.010,13	14.882,33	0,06	9.604,05
Controle Ambiental	30.340,00	24.340,00	2.010,13	14.882,33	2.010,13	14.882,33	0,06	9.457,67
Ciência e Tecnologia	2.510,00	146,38	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	146,38
Tecnologia da Informatização	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Agricultura	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Extensão Rural	1.538.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Comercialização	1.478.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Indústria	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	145.671,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Produção Industrial	128.421,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Energia	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39
	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39

Continua 2/3

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76
Desporto e Lazer	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Desporto Comunitário	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.409.482,43	256.245,70	1.189.284,10	256.245,70	1.188.802,76	4,62	84,34
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	189.840,97	831.591,82	189.840,97	831.591,82	3,23	84,91
Outros Encargos Especiais	426.385,00	430.082,43	66.404,73	357.692,28	66.404,73	357.210,94	1,39	83,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76
Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	105.426,15	553.200,03	111.344,11	540.622,02	2,10	71,87
Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.881.620,91	319.977,53	2.420.757,29	420.116,59	2.262.920,42	8,79	78,53
Administração Geral	2.174.228,76	2.224.633,99	269.308,96	1.868.080,66	344.012,69	1.741.442,09	6,77	78,28
Administração Financeira	662.678,00	656.986,92	50.668,57	552.676,63	76.103,90	521.478,33	2,03	79,37
Segurança Pública	990.454,86	1.329.561,01	44.034,87	555.658,23	22.381,82	520.710,53	2,02	39,16
Policimento	117.118,77	242.224,92	21.300,35	197.756,10	9.165,20	178.116,90	0,69	73,53
Defesa Civil	873.336,09	1.087.336,09	22.734,52	357.902,13	13.216,62	342.593,63	1,33	31,51
Assistência Social	1.895.034,00	2.415.000,43	149.175,88	664.536,81	151.303,24	581.432,35	2,26	24,08
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.343.682,90	12.310,32	81.655,72	1.969,18	68.514,58	0,27	5,10
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	1.013,50	8.108,00	0,03	66,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	269.696,23	77.169,41	212.925,71	60.485,51	188.215,54	0,73	69,79
Assistência Comunitária	641.874,16	789.459,30	59.696,15	357.793,38	87.835,05	316.594,23	1,23	40,10
Saúde	6.763.605,21	8.013.532,44	1.063.137,17	6.700.871,82	1.274.983,54	6.379.916,42	24,79	79,61
Atenção Básica	6.563.870,83	7.774.298,06	1.056.698,67	6.486.696,08	1.237.830,31	6.171.858,64	23,98	79,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	0,00	150.500,00	29.483,70	147.101,50	0,57	96,21
Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	722,50	27.918,05	756,01	27.483,44	0,11	60,58
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	40.968,22	5.716,00	35.757,69	6.933,52	33.472,84	0,13	81,70
Educação	6.803.692,82	7.445.436,70	1.160.981,13	6.531.034,95	1.250.015,21	5.752.732,85	22,35	77,27
Alimentação e Nutrição	214.197,00	225.415,51	61.838,94	208.187,52	55.754,12	189.559,09	0,74	84,09
Ensino Fundamental	4.449.326,69	5.143.715,35	774.868,34	4.700.737,52	867.819,10	3.998.703,61	15,54	77,74
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	27.132,60	72.961,80	0,00	45.829,20	0,18	38,43
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	60.326,00	0,23	87,50
Educação Infantil	1.918.278,98	1.862.311,69	297.141,25	1.456.469,84	304.681,99	1.438.104,68	5,59	77,22
Educação Especial	21.035,00	25.795,00	0,00	24.734,27	4.524,00	20.210,27	0,08	78,35

Continua 1/3

31/10/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>								
Cultura	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	12.248.116,79
Difusão Cultural	242.441,68	296.902,76	6.965,90	266.512,58	22.323,45	250.332,58	0,97	49.570,18
Lazer	147.351,68	136.342,24	6.965,90	104.952,06	21.637,90	91.272,06	0,35	47.070,18
Urbanismo	95.090,00	161.560,52	0,00	161.560,52	685,55	159.060,52	0,62	2.500,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Serviços Urbanos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	735.347,16	846.062,33	58.508,41	759.820,68	151.392,68	655.723,79	2,55	190.338,54
Habituação Urbana	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Saneamento	169.164,22	33.964,22	8.100,00	29.708,04	8.857,73	29.708,04	0,12	4.256,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.335.799,62	294.493,23	911.077,31	259.211,95	815.666,03	3,17	520.133,59
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	294.493,23	900.022,31	259.211,95	804.611,03	3,13	519.638,97
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	8.500,00	11.549,62	0,00	11.055,00	0,00	11.055,00	0,04	494,62
Serviços Urbanos	32.850,00	24.486,38	2.010,13	15.028,71	2.010,13	14.882,33	0,06	9.604,05
Controle Ambiental	30.340,00	24.340,00	2.010,13	14.882,33	2.010,13	14.882,33	0,06	9.457,67
Ciência e Tecnologia	2.510,00	146,38	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	146,38
Tecnologia da Informatização	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Agricultura	6.500,00	112.196,30	0,00	109.200,00	109.200,00	109.200,00	0,42	2.996,30
Extensão Rural	1.538.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Comercialização	1.478.728,00	2.491.247,66	96.927,37	2.323.156,98	131.183,16	1.761.026,62	6,84	730.221,04
Indústria	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	145.671,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Produção Industrial	128.421,20	81.735,95	12.811,25	59.799,34	12.826,25	59.799,34	0,23	21.936,61
Energia	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte	361.534,95	400.580,48	32.143,24	324.162,39	99.084,74	324.162,39	1,26	76.418,09
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39
	3.856.255,72	7.314.832,56	346.767,25	5.559.424,43	567.336,94	4.083.770,17	15,87	3.231.062,39

Continua 2/3

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76
Desporto e Lazer	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Desporto Comunitário	460.170,00	587.439,69	67.023,46	473.265,66	98.661,35	407.556,44	1,58	69,38
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.409.482,43	256.245,70	1.189.284,10	256.245,70	1.188.802,76	4,62	84,34
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	189.840,97	831.591,82	189.840,97	831.591,82	3,23	84,91
Outros Encargos Especiais	426.385,00	430.082,43	66.404,73	357.692,28	66.404,73	357.210,94	1,39	83,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	37.987.081,87	4.024.728,67	29.446.499,35	4.948.478,59	25.738.965,08	100,00	67,76

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

31/10/2014



## RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.535.069,91</b>	<b>2.631.833,37</b>	<b>2.804.137,55</b>	<b>2.545.356,07</b>	<b>2.217.938,45</b>	<b>2.590.164,87</b>	<b>3.626.549,22</b>	<b>2.386.723,26</b>	<b>2.511.482,99</b>	<b>2.557.156,92</b>	<b>2.612.660,90</b>	<b>2.670.909,01</b>	<b>31.989.798,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	174.609,36	176.374,64	137.721,46	123.663,02	0,00	0,00	705.510,53	137.189,66	229.645,31	233.676,17	231.051,39	265.044,55	2.302.365,40
IPTU	5.011,49	4.545,72	2.156,38	0,00	0,00	38.704,03	550.722,54	30.265,31	34.282,91	30.664,82	33.624,32	30.999,88	761.007,38
IR-RJF	60.305,08	44.674,13	43.291,03	36.079,70	33.818,55	36.576,69	30.334,68	39.139,24	43.662,54	41.276,89	40.238,75	40.562,36	462.988,64
I.S.S.	56.999,94	75.438,30	54.345,63	42.839,54	55.587,56	60.515,95	71.119,00	60.432,02	68.108,86	58.190,64	55.006,80	72.306,42	544.722,20
I.T.B.I.	28.465,51	22.062,59	24.923,99	22.855,11	31.368,89	19.604,44	39.287,97	10.903,70	38.863,30	15.521,83	41.289,03	63.342,92	202.925,60
Outras Receitas Tributárias	23.798,34	31.694,10	13.004,45	20.906,67	16.881,83	20.154,18	14.066,34	16.719,59	44.666,19	90.021,99	59.260,49	87.632,97	438.979,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.125,92	34.729,85	36.816,10	35.407,61	38.727,40	53.976,29	34.846,16	35.327,20	37.072,60	37.093,75	37.427,14	0,00	417.694,63
RECEITA PATRIMONIAL	13.190,02	14.791,70	18.937,86	19.143,56	16.947,63	17.617,52	19.376,95	18.534,87	19.812,98	7.500,56	15.154,99	10.508,51	191.516,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.414,18	49.051,07	192.159,46	74.874,75	37.774,01	68.975,38	488.422,38	191.794,35	202.897,42	183.054,95	191.693,20	237.539,35	1.597.650,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.211.293,99	2.629.757,20	2.396.100,58	2.274.329,57	1.972.468,34	2.253.963,43	2.353.936,20	1.967.316,76	1.973.436,10	2.076.773,41	2.116.394,42	2.103.473,79	26.329.198,79
Cota-Parte do FPM	817.626,44	843.322,78	991.386,62	1.058.654,83	627.988,62	716.743,51	965.148,85	716.269,96	615.211,05	747.376,76	685.138,22	619.173,08	9.364.069,94
Cota-Parte do ICMS	640.292,13	698.149,57	605.694,02	573.412,17	578.716,84	566.595,78	577.591,81	593.437,69	590.629,77	567.783,70	608.663,59	628.244,81	7.119.212,12
Cota-Parte do IPVA	67.355,99	35.902,27	64.163,85	94.735,71	110.598,46	115.760,25	140.617,81	123.390,23	138.951,91	133.444,57	145.452,15	129.285,35	1.299.688,15
Cota-Parte do ITR	167,70	18,24	54,36	0,00	6,56	0,00	60,63	41,21	0,00	10,00	2.644,69	3.093,98	6.097,37
Outras Transferências Correntes	340.724,15	768.465,37	387.389,67	188.457,45	326.595,48	513.995,69	313.663,84	196.790,60	345.903,21	283.470,54	363.517,01	366.870,76	4.356.838,97
Transferências da LC 87/1989	7.875,59	8.417,30	7.893,54	6.425,49	6.276,53	13.641,94	9.294,75	8.862,76	9.094,54	9.374,46	8.637,27	9.447,45	105.129,62
Transferências da LC 87/1996	2.615,51	2.615,51	2.506,95	2.506,95	0,00	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	27.793,57
Transferências do FUNDEB	334.601,88	332.875,16	357.319,57	349.138,97	322.282,65	324.719,31	355.051,56	335.866,90	311.122,67	332.806,43	339.634,54	354.851,41	4.050.399,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.471,84	25.126,60	22.400,09	13.917,56	14.364,04	20.079,96	24.496,80	16.300,22	48.626,09	27.114,98	20.147,97	24.341,81	330.011,66
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>305.611,23</b>	<b>304.001,49</b>	<b>332.760,74</b>	<b>345.849,76</b>	<b>263.461,95</b>	<b>287.126,59</b>	<b>337.043,96</b>	<b>286.205,63</b>	<b>263.278,60</b>	<b>292.099,05</b>	<b>294.544,68</b>	<b>278.359,13</b>	<b>3.591.133,81</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	305.611,23	304.001,49	332.760,74	345.849,76	263.461,95	287.126,59	337.043,96	286.205,63	263.278,60	292.099,05	294.544,68	278.359,13	3.591.133,81
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>2.219.458,68</b>	<b>2.627.831,78</b>	<b>2.471.376,81</b>	<b>2.199.506,31</b>	<b>1.954.476,50</b>	<b>2.303.038,28</b>	<b>3.289.505,26</b>	<b>2.099.517,63</b>	<b>2.248.204,39</b>	<b>2.275.057,77</b>	<b>2.327.823,92</b>	<b>2.392.557,88</b>	<b>26.408.655,21</b>
FONTE													

31/10/2014

RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor					0,00
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECETAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

31/10/2014

Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Deficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

31/10/2014

Continuação 4/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SIL PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.375,35	1.786.115,08	1.828.777,43
DEDUÇÕES (II)	3.875.621,85	3.293.544,24	3.372.650,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	3.293.544,24	3.372.650,94
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.547.246,50	-1.507.429,16	-1.543.873,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	125.097,51	80.668,18	109.227,33
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.672.344,01</b>	<b>-1.588.097,34</b>	<b>-1.653.100,84</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-65.003,50</b>	<b>1.019.243,17</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.570.564,70</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014



**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>26.376.588,43</b>	<b>4.694.718,71</b>	<b>23.394.112,92</b>	<b>20.654.271,40</b>
Receita Tributária	2.282.459,88	526.095,94	2.427.015,29	1.982.131,41
I.P.T.U.	743.191,98	64.624,20	747.733,56	687.700,08
I.S.S.	544.722,20	128.915,22	600.052,42	439.797,55
I.T.B.I.	202.925,80	104.631,95	307.693,18	189.740,58
I.R.R.F.	349.125,70	80.801,11	388.009,43	372.262,08
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	147.123,46	383.526,70	292.631,12
Receita de Contribuição	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.656.873,40	18.516.661,51	17.291.067,97
F.P.M.	8.130.733,73	1.019.449,08	6.162.496,84	5.704.335,35
I.C.M.S.	5.600.286,26	989.527,51	4.672.617,85	4.385.991,50
Convênios	103.361,27	18.641,94	89.158,70	96.237,89
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.629.254,87	7.592.388,12	7.104.503,23
Demais Receitas Correntes	956.981,53	474.322,23	2.103.596,87	1.038.578,66
Dívida Ativa	85.862,07	8.488,02	79.558,00	113.546,18
Diversas Receitas Correntes	871.119,46	465.834,21	2.024.038,87	925.032,48
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>1.390.616,34</b>
Operações de Crédito (III)	950.000,00	163.897,50	1.144.027,50	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	301.753,39
Transferências de Capital	2.070.000,00	150.000,00	1.849.459,18	1.088.862,95
Convênios	1.915.000,00	150.000,00	1.841.143,18	954.368,95
Outras Transferências de Capital	155.000,00	0,00	8.316,00	134.494,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.070.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>1.849.459,18</b>	<b>1.088.862,95</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>28.446.588,43</b>	<b>4.844.718,71</b>	<b>25.243.572,10</b>	<b>21.743.134,35</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>27.255.677,64</b>	<b>4.324.922,29</b>	<b>21.954.524,95</b>	<b>18.570.948,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.503.086,76	2.201.364,27	11.023.145,02	9.861.115,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	30.205,17	149.565,75	219.636,88
Outras Despesas Correntes	13.507.190,88	2.093.352,85	10.781.814,18	8.490.195,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>27.010.277,64</b>	<b>4.294.717,12</b>	<b>21.804.959,20</b>	<b>18.351.311,77</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.719.404,23</b>	<b>623.556,30</b>	<b>3.784.440,13</b>	<b>1.352.089,81</b>
Investimentos	9.985.404,23	463.920,50	3.102.414,06	713.325,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	159.635,80	682.026,07	638.763,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.985.404,23</b>	<b>463.920,50</b>	<b>3.102.414,06</b>	<b>713.325,83</b>

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>37.007.681,87</b>	<b>4.758.637,62</b>	<b>24.907.373,26</b>	<b>19.064.637,60</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.561.093,44</b>	<b>86.081,09</b>	<b>336.198,84</b>	<b>2.678.496,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.118.065,42	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.118.065,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-20.500,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>26.376.588,43</b>	<b>4.694.718,71</b>	<b>23.394.112,92</b>	<b>20.654.271,40</b>
Receita Tributária	2.282.459,88	526.095,94	2.427.015,29	1.982.131,41
I.P.T.U.	743.191,98	64.624,20	747.733,56	687.700,08
I.S.S.	544.722,20	128.915,22	600.052,42	439.797,55
I.T.B.I.	202.925,80	104.631,95	307.693,18	189.740,58
I.R.R.F.	349.125,70	80.801,11	388.009,43	372.262,08
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	147.123,46	383.526,70	292.631,12
Receita de Contribuição	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.656.873,40	18.516.661,51	17.291.067,97
F.P.M.	8.130.733,73	1.019.449,08	6.162.496,84	5.704.335,35
I.C.M.S.	5.600.286,26	989.527,51	4.672.617,85	4.385.991,50
Convênios	103.361,27	18.641,94	89.158,70	96.237,89
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.629.254,87	7.592.388,12	7.104.503,23
Demais Receitas Correntes	956.981,53	474.322,23	2.103.596,87	1.038.578,66
Dívida Ativa	85.862,07	8.488,02	79.558,00	113.546,18
Diversas Receitas Correntes	871.119,46	465.834,21	2.024.038,87	925.032,48
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>1.390.616,34</b>
Operações de Crédito (III)	950.000,00	163.897,50	1.144.027,50	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	301.753,39
Transferências de Capital	2.070.000,00	150.000,00	1.849.459,18	1.088.862,95
Convênios	1.915.000,00	150.000,00	1.841.143,18	954.368,95
Outras Transferências de Capital	155.000,00	0,00	8.316,00	134.494,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.070.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>1.849.459,18</b>	<b>1.088.862,95</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>28.446.588,43</b>	<b>4.844.718,71</b>	<b>25.243.572,10</b>	<b>21.743.134,35</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>27.255.677,64</b>	<b>4.324.922,29</b>	<b>21.954.524,95</b>	<b>18.570.948,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.503.086,76	2.201.364,27	11.023.145,02	9.861.115,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	30.205,17	149.565,75	219.636,88
Outras Despesas Correntes	13.507.190,88	2.093.352,85	10.781.814,18	8.490.195,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>27.010.277,64</b>	<b>4.294.717,12</b>	<b>21.804.959,20</b>	<b>18.351.311,77</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.719.404,23</b>	<b>623.556,30</b>	<b>3.784.440,13</b>	<b>1.352.089,81</b>
Investimentos	9.985.404,23	463.920,50	3.102.414,06	713.325,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	159.635,80	682.026,07	638.763,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.985.404,23</b>	<b>463.920,50</b>	<b>3.102.414,06</b>	<b>713.325,83</b>

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>37.007.681,87</b>	<b>4.758.637,62</b>	<b>24.907.373,26</b>	<b>19.064.637,60</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.561.093,44</b>	<b>86.081,09</b>	<b>336.198,84</b>	<b>2.678.496,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.118.065,42	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.118.065,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-20.500,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>26.376.588,43</b>	<b>4.694.718,71</b>	<b>23.394.112,92</b>	<b>20.654.271,40</b>
Receita Tributária	2.282.459,88	526.095,94	2.427.015,29	1.982.131,41
I.P.T.U.	743.191,98	64.624,20	747.733,56	687.700,08
I.S.S.	544.722,20	128.915,22	600.052,42	439.797,55
I.T.B.I.	202.925,80	104.631,95	307.693,18	189.740,58
I.R.R.F.	349.125,70	80.801,11	388.009,43	372.262,08
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	147.123,46	383.526,70	292.631,12
Receita de Contribuição	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	37.427,14	346.839,25	342.493,36
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	25.663,09	163.535,22	88.066,84
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.656.873,40	18.516.661,51	17.291.067,97
F.P.M.	8.130.733,73	1.019.449,08	6.162.496,84	5.704.335,35
I.C.M.S.	5.600.286,26	989.527,51	4.672.617,85	4.385.991,50
Convênios	103.361,27	18.641,94	89.158,70	96.237,89
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.629.254,87	7.592.388,12	7.104.503,23
Demais Receitas Correntes	956.981,53	474.322,23	2.103.596,87	1.038.578,66
Dívida Ativa	85.862,07	8.488,02	79.558,00	113.546,18
Diversas Receitas Correntes	871.119,46	465.834,21	2.024.038,87	925.032,48
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.068.946,61</b>	<b>313.897,50</b>	<b>2.993.486,68</b>	<b>1.390.616,34</b>
Operações de Crédito (III)	950.000,00	163.897,50	1.144.027,50	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	301.753,39
Transferências de Capital	2.070.000,00	150.000,00	1.849.459,18	1.088.862,95
Convênios	1.915.000,00	150.000,00	1.841.143,18	954.368,95
Outras Transferências de Capital	155.000,00	0,00	8.316,00	134.494,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.070.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>1.849.459,18</b>	<b>1.088.862,95</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>28.446.588,43</b>	<b>4.844.718,71</b>	<b>25.243.572,10</b>	<b>21.743.134,35</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>27.255.677,64</b>	<b>4.324.922,29</b>	<b>21.954.524,95</b>	<b>18.570.948,65</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.503.086,76	2.201.364,27	11.023.145,02	9.861.115,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	30.205,17	149.565,75	219.636,88
Outras Despesas Correntes	13.507.190,88	2.093.352,85	10.781.814,18	8.490.195,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>27.010.277,64</b>	<b>4.294.717,12</b>	<b>21.804.959,20</b>	<b>18.351.311,77</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.719.404,23</b>	<b>623.556,30</b>	<b>3.784.440,13</b>	<b>1.352.089,81</b>
Investimentos	9.985.404,23	463.920,50	3.102.414,06	713.325,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	159.635,80	682.026,07	638.763,98
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.985.404,23</b>	<b>463.920,50</b>	<b>3.102.414,06</b>	<b>713.325,83</b>

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>37.007.681,87</b>	<b>4.758.637,62</b>	<b>24.907.373,26</b>	<b>19.064.637,60</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.561.093,44</b>	<b>86.081,09</b>	<b>336.198,84</b>	<b>2.678.496,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.118.065,42	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.118.065,42	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-20.500,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014



RREO - 5º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	125.308,79	0,03	-	36.801,40	1.588.341,56	1.374.211,05	27.474,30
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	125.308,79	0,03	0,00	36.801,40	1.588.341,56	1.374.211,05	27.474,30
FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334,50	334,50	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.997,51	87.311,94	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	0,00	3.717,48	0,00	0,00	0,00	31.302,85	22.131,01	9.171,84
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.700,00	12.700,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423.626,56	419.997,14	3.289,82
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	296,00	0,00	0,00	0,00	284.464,01	283.584,00	0,01
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	121.295,28	0,00	0,00	25.550,00	22.560,62	18.955,30	1.670,32
SECRETARIADO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	7.450,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIADO DO PLANEJ. E DESENV. ECONOMIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.022,20	27.022,20	0,00
SECRETARIADOS ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.987,50	42.987,50	0,00
SECRETARIADOS TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,03	0,03	0,00	3.801,40	470.345,41	459.187,46	13.342,31
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>125.308,79</b>	<b>0,03</b>	<b>0,00</b>	<b>36.801,40</b>	<b>1.588.341,56</b>	<b>1.374.211,05</b>	<b>27.474,30</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO FLAVIO DE CASTRO SILVA      RUDIMAR CESAR WINTER      DÉBORA PAGNO  
PREFEITO      CONTROLE INTERNO      CONTADORA CRC/SC 037.204/0-0

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.916.600,61	1.916.600,61	389.961,05	2.122.459,12	110,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	811.847,64	811.847,64	73.869,30	814.098,37	100,28
1.1.1- IPTU	763.097,50	763.097,50	64.624,20	751.450,17	98,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.589,64	7.589,64	2.715,24	4.135,84	54,49
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	28.656,30	28.656,30	4.280,49	36.879,83	128,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.504,20	12.504,20	2.249,37	21.832,53	174,60
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	104.631,95	307.693,18	151,63
1.2.1- ITBI	202.925,80	202.925,80	104.631,95	307.693,18	151,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.701,47	552.701,47	130.658,69	612.658,14	110,85
1.3.1- ISS	544.722,20	544.722,20	128.915,22	600.052,42	110,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	904,71	904,71	195,92	719,22	79,50
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.782,17	5.782,17	1.220,39	9.365,72	161,98
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.292,39	1.292,39	327,16	2.520,78	195,05
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	80.801,11	388.009,43	111,14
1.4.1- IRRF	349.125,70	349.125,70	80.801,11	388.009,43	111,14
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	18.386.863,52	18.386.863,52	2.814.994,49	14.857.602,14	80,81
2.1- Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	1.274.311,30	7.703.120,72	76,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.010.388,64	10.010.388,64	1.274.311,30	7.703.120,72	76,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	1.236.906,40	5.840.770,42	83,44
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	55.832,31	55.832,31	5.013,90	22.562,55	40,41
2.4- Cota-Parte IP-Estado	112.134,79	112.134,79	18.284,72	88.836,73	79,22
2.5- Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	5.738,67	5.911,43	211,48
2.6- Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	274.737,50	1.196.400,29	99,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	20.303.464,13	20.303.464,13	3.204.955,54	16.980.061,28	83,63
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	9.846,88	9.846,88	492,46	3.187,54	32,37
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	507.381,52	507.381,52	123.415,65	493.729,98	97,31
5.1- Transferências do Salário-Educação	335.941,21	335.941,21	69.984,93	355.905,21	105,94
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	1.800,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.986,00	40.986,00	9.456,00	37.824,00	92,29
5.4- Transferências Diretas - PNAE	101.248,13	101.248,13	15.087,76	52.807,16	52,16
5.5- Outras Transferências do FNDE	29.206,18	29.206,18	28.886,96	45.393,61	155,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	214.364,09	214.364,09	5.206,45	51.676,78	24,11
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	731.592,49	731.592,49	129.114,56	548.594,30	74,99
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.554.949,87	3.554.949,87	562.994,81	2.971.521,09	83,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.879.654,91	1.879.654,91	254.862,22	1.540.623,88	81,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.400.071,56	1.400.071,56	247.380,89	1.168.152,57	83,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	11.166,46	11.166,46	1.002,78	4.512,51	40,41
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.426,95	22.426,95	3.653,86	17.782,63	79,29
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	559,06	559,06	1.147,71	1.182,25	211,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	241.070,93	241.070,93	54.947,35	239.267,25	99,25
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	3.876.276,58	3.876.276,58	696.962,61	3.396.161,79	87,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.863.305,93	3.863.305,93	694.485,95	3.382.922,01	87,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.970,65	12.970,65	2.476,66	13.239,78	102,07
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	308.356,06	308.356,06	131.491,14	411.400,92	133,42
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

31/10/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.036.268,33	3.073.188,07	548.565,11	2.568.456,82	83,58
13.1- Com Educação Infantil	1.403.728,23	1.403.647,97	240.166,15	1.126.588,15	80,26
13.2- Com Ensino Fundamental	1.632.540,10	1.669.540,10	308.398,96	1.441.868,67	88,36
14- OUTRAS DESPESAS	840.008,25	816.696,18	148.512,44	664.139,01	81,32
14.1- Com Educação Infantil	62.301,00	75.988,93	5.500,58	40.899,89	53,82
14.2- Com Ensino Fundamental	777.707,25	740.707,25	143.011,86	623.239,12	84,14
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.876.276,58	3.889.884,25	697.077,55	3.232.595,83	83,10
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.232.595,83
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					75,63
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					19,56
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					4,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.607,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					13.607,67
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.075.866,03	5.075.866,03	801.238,89	4.245.015,32	83,63
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.033,43	1.824.388,81	303.776,99	1.414.190,74	77,52
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.529.928,35	3.677.180,64	654.034,90	3.162.716,61	86,01
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.410.247,35	2.410.247,35	451.410,82	2.065.127,79	85,68
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.119.681,00	1.266.933,29	202.624,08	1.097.588,82	89,63
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.430.961,78	5.501.569,45	957.811,89	4.576.907,35	83,19
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					411.400,92
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					13.239,78
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					13.607,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					438.248,37
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.138.658,98
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,37
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	343.845,17	487.231,54	69.965,96	471.295,92	96,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.150,87	1.319.796,71	191.924,56	585.278,63	44,35
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.227.996,04	1.807.028,25	261.890,52	1.056.574,55	58,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	7.308.597,70	1.219.702,41	5.633.481,90	77,08

31/10/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.382.922,01	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.344.988,75	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.251.073,47	0,00
49.2 Restos a Pagar		93.895,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.239,78	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		192.921,52	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA	RUDIMAR CESAR WINTER	DÉBORA PAGNO
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	CONTADORA CRC/SC 037204/O-4

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.607,57, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>950.000,00</b>	<b>1.144.027,50</b>		<b>-194.027,50</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.719.404,23	3.784.440,13	0,00	6.934.964,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>10.719.404,23</b>	<b>3.784.440,13</b>	<b>0,00</b>	<b>6.934.964,10</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-9.769.404,23</b>	<b>-2.640.412,63</b>		<b>-7.128.991,60</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=('d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=('d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d' exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
<b>TOTAL</b>	48.946,61	0,00	48.946,61

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.367,89	25.480,00	0,00	51.887,89
Investimentos	77.367,89	25.480,00	0,00	51.887,89
<b>TOTAL</b>	77.367,89	25.480,00	0,00	51.887,89

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	55.692,14	-25.480,00	30.212,14

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014



**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	2.122.459,12	110,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	751.450,17	98,47
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	307.693,18	151,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	600.052,42	110,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	388.009,43	111,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	4.855,06	57,16
Dívida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	46.045,55	133,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.796,59	13.796,59	24.353,31	176,52
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	14.857.602,14	80,81
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	7.703.120,72	76,95
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	5.911,43	211,48
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	1.196.400,29	99,26
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	5.840.770,42	83,44
Cota-Parte IPI-Exportação	112.134,79	112.134,79	88.836,73	79,22
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>16.980.061,26</b>	<b>83,63</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.633.207,55	2.633.207,55	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
Provenientes da União	2.633.207,55	2.633.207,55	1.969.855,54	74,81
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	1.956.648,77	74,31
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	13.206,77	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	249.996,00	555,55
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	76.252,00	76.252,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>7.603,08</b>	<b>9,97</b>
			<b>2.227.454,62</b>	<b>80,87</b>
DESPESAS COM SAÚDE				
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.521.382,12	7.488.268,42	6.426.525,99	85,82
	3.865.433,20	4.106.985,16	3.430.211,35	83,52
Pessoal e Encargos Sociais			6.106.016,59	81,54
			3.427.817,35	83,46

Continua 1/4

31/10/2014

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES						
Outras Despesas Correntes	6.521.382,12	7.488.268,42	6.426.525,99	85,82	6.106.016,59	81,54
	2.655.948,92	3.381.283,26	2.996.314,64	88,61	2.678.199,24	79,21
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	282.580,40	575.621,33	299.947,95	52,11	285.506,95	49,60
	282.580,40	575.621,33	299.947,95	52,11	285.506,95	49,60
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	6.803.962,52	8.063.889,75	6.726.473,94	83,41	6.391.523,54	79,26
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.759.516,86	3.509.183,74	2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.641.829,86	3.290.062,57	2.379.203,31	35,37	2.207.592,40	34,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	148.487,49	2,21	148.077,49	2,32
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.759.516,86	3.509.183,74	2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,86
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	4.044.445,66	4.554.706,01	4.198.783,14	45,84	4.035.853,65	42,40
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,77
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)*100]</b>						1.488.844,46

Continua 2/4

31/10/2014

Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44		0,00	
TOTAL		1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00			0,00		
	0,00		0,00			0,00		
TOTAL (VIII)								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Outras Subfunções	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	6.563.870,83	7.774.298,06	6.486.696,08	96,44	6.171.858,64	96,56		
	152.900,00	152.900,00	150.500,00	2,24	147.101,50	2,30		
	12.866,16	45.366,16	27.918,05	0,42	27.483,44	0,43		
	33.968,22	40.968,22	35.757,69	0,53	33.472,84	0,52		
40.357,31	50.357,31	25.602,12	0,38	11.607,12	0,18			
TOTAL	6.803.962,52	8.063.889,75	6.726.473,94		100,00		6.391.523,54	
						100,00		

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Este valor estimativo é baseado no orçamento da entidade. Deve ser informado a fonte utilizada na elaboração da estimativa quando a

Continua 3/4

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

\*Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6) No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(n+1)] - (15 \times IIIb)/100]$

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	2.122.459,12	110,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	751.450,17	98,47
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	307.693,18	151,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	600.052,42	110,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	388.009,43	111,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	4.855,06	57,16
Divida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	46.045,55	133,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	13.796,59	13.796,59	24.353,31	176,52
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	14.857.602,14	80,81
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	7.703.120,72	76,95
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	5.911,43	211,48
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	1.196.400,29	99,26
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	5.840.770,42	83,44
Cota-Parte IPI-Exportação	112.134,79	112.134,79	88.836,73	79,22
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>16.980.061,26</b>	<b>83,63</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.633.207,55	2.633.207,55	1.969.855,54	74,81
Provenientes da União	2.633.207,55	2.633.207,55	1.956.648,77	74,31
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	13.206,77	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	249.996,00	555,55
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	76.252,00	76.252,00	7.603,08	9,97
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.227.454,62</b>	<b>80,87</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.521.382,12	7.488.268,42	6.426.525,99	85,82	6.106.016,59	81,54
Pessoal e Encargos Sociais	3.865.433,20	4.106.985,16	3.430.211,35	83,52	3.427.817,35	83,46

Continua 1/4

31/10/2014

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.521.382,12	7.488.268,42	6.426.525,99	85,82	6.106.016,59	81,54
Outras Despesas Correntes	2.655.948,92	3.381.283,26	2.996.314,64	88,61	2.678.199,24	79,21
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	575.621,33	299.947,95	52,11	285.506,95	49,60
Investimentos	282.580,40	575.621,33	299.947,95	52,11	285.506,95	49,60
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.803.962,52	8.063.889,75	6.726.473,94	83,41	6.391.523,54	79,26
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.759.516,86	3.509.183,74	2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,86
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.641.829,86	3.290.062,57	2.379.203,31	35,37	2.207.592,40	34,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	148.487,49	2,21	148.077,49	2,32
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.759.516,86	3.509.183,74	2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,86
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.044.445,66	4.554.706,01	4.198.783,14	45,84	4.035.853,65	42,40
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,77
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						1.488.844,46

Continua 2/4

31/10/2014



Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44		0,00	
TOTAL		1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00			0,00	
TOTAL (VIII)		0,00		0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-		-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Outras Subfunções		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		6.563.870,83	7.774.298,06	6.486.696,08	96,44	6.171.858,64	96,56	
		152.900,00	152.900,00	150.500,00	2,24	147.101,50	2,30	
		12.866,16	45.366,16	27.918,05	0,42	27.483,44	0,43	
		33.968,22	40.968,22	35.757,69	0,53	33.472,84	0,52	
40.357,31	50.357,31	25.602,12	0,38	11.607,12	0,18			
TOTAL		6.803.962,52	8.063.889,75	6.726.473,94	100,00	6.391.523,54	100,00	

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Este valor estimativo é baseado no orçamento da entidade. Deve ser informado a fonte utilizada na elaboração da estimativa quando a

Continua 3/4

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

\*Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6) No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V(n+1) - (15 \times IIIb)/100$

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	2.122.459,12	110,74
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	751.450,17	98,47
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	307.693,18	151,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	600.052,42	110,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	388.009,43	111,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	4.855,06	57,16
Divida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	46.045,55	133,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	13.796,59	13.796,59	24.353,31	176,52
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	14.857.602,14	80,81
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	7.703.120,72	76,95
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	5.911,43	211,48
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	1.196.400,29	99,26
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	5.840.770,42	83,44
Cota-Parte IPI-Exportação	112.134,79	112.134,79	88.836,73	79,22
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	22.562,55	40,41
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>20.303.464,13</b>	<b>16.980.061,26</b>	<b>83,63</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.633.207,55	2.633.207,55	1.969.855,54	74,81
Provenientes da União	2.633.207,55	2.633.207,55	1.956.648,77	74,31
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	13.206,77	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	45.000,00	45.000,00	249.996,00	555,55
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	76.252,00	76.252,00	7.603,08	9,97
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.754.459,55</b>	<b>2.227.454,62</b>	<b>80,87</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.521.382,12	7.488.268,42	6.426.525,99	85,82	6.106.016,59	81,54
Pessoal e Encargos Sociais	3.865.433,20	4.106.985,16	3.430.211,35	83,52	3.427.817,35	83,46

Continua 1/4

31/10/2014

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
							Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES			6.521.382,12	7.488.268,42			6.426.525,99	85,82	6.106.016,59	81,54	
	Outras Despesas Correntes		2.655.948,92	3.381.283,26			2.996.314,64	88,61	2.678.199,24	79,22	
DESPESAS DE CAPITAL			282.580,40	575.621,33			299.947,95	52,11	285.506,95	49,66	
	Investimentos		282.580,40	575.621,33			299.947,95	52,11	285.506,95	49,66	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)			6.803.962,52	8.063.889,75			6.726.473,94	83,41	6.391.523,54	79,22	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
							Até o Bimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)x100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS			2.759.516,86	3.509.183,74			2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,88	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS			2.641.829,86	3.290.062,57			2.379.203,31	35,37	2.207.592,40	34,54	
Recursos de Operações de Crédito			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos			117.687,00	219.121,17			148.487,49	2,21	148.077,49	2,33	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹			-	-			0,00	0,00	-	-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)			2.759.516,86	3.509.183,74			2.527.690,80	37,58	2.355.669,89	36,88	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)			4.044.445,66	4.554.706,01			4.198.783,14	45,84	4.035.853,65	42,40	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5										23,77	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]											1.488.844,46

31/10/2014

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00			
TOTAL	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	0,00	0,00	0,00					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	-	-	-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Outras Subfunções	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	6.563.870,83	7.774.298,06	6.486.696,08	96,44	6.171.858,64	96,56		
	152.900,00	152.900,00	150.500,00	2,24	147.101,50	2,30		
	12.866,16	45.366,16	27.918,05	0,42	27.483,44	0,43		
	33.968,22	40.968,22	35.757,69	0,53	33.472,84	0,52		
40.357,31	50.357,31	25.602,12	0,38	11.607,12	0,18			
TOTAL	6.803.962,52	8.063.889,75	6.726.473,94	100,00	6.391.523,54	100,00		

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Este valor estimativo é baseado no orçamento da entidade. Deve ser informado a fonte utilizada na elaboração da estimativa quando a

Continua 3/4

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

\*Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup>Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup>No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(n+1)] - (15 \times IIIb)/100]$

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/10/2014



**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

**RREO - 5º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	29.536.841,58
Previsão Atualizada		—	29.536.841,58
Receitas Realizadas		5.034.279,30	26.551.134,82
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.118.065,42
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	29.536.841,58
Créditos Adicionais		—	8.450.240,29
Dotação Atualizada		—	37.987.081,87
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08
Superavit Orçamentário		—	812.169,74
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			28.408.655,21
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		1.570.564,70	1.019.243,17
Resultado Primário		-20.500,00	336.198,84
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.625.142,96	27.474,30
EXECUTIVO		1.625.142,96	27.474,30
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		125.308,79	0,03
EXECUTIVO		125.308,79	0,03
TOTAL:		1.750.451,75	27.474,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.138.658,98	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.568.456,82	60%
Liquidadas		2.568.456,82	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		1.144.027,50	-194.027,50
Despesa de Capital Líquida		3.784.440,13	6.934.964,10
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
		2032	2047

Continua 1/2

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		25.480,00	51.887,89
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.035.853,65	15,00	23,77
Liquidadas	4.035.853,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR CESAR WINTER  
 CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DÉBORA PAGNO  
 CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.536.841,58	
Previsão Atualizada		—	29.536.841,58	
Receitas Realizadas		5.034.279,30	26.551.134,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.118.065,42	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	8.450.240,29	
Dotação Atualizada		—	37.987.081,87	
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35	
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08	
Superavit Orçamentário		—	812.169,74	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35	
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			28.408.655,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.570.564,70	1.019.243,17	64,90
Resultado Primário		-20.500,00	336.198,84	-1.639,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	27.474,30	1.374.211,05	223.457,61
EXECUTIVO	1.625.142,96	27.474,30	1.374.211,05	223.457,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
EXECUTIVO	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
TOTAL:	1.750.451,75	27.474,33	1.499.519,81	223.457,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.138.658,98	25%	24,37
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.568.456,82	60%	75,63
Liquidadas		2.568.456,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.144.027,50	-194.027,50	
Despesa de Capital Líquida		3.784.440,13	6.934.964,10	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

31/10/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		25.480,00	51.887,89
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.035.853,65	15,00	23,77
Liquidadas	4.035.853,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.536.841,58	
Previsão Atualizada		—	29.536.841,58	
Receitas Realizadas		5.034.279,30	26.551.134,82	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.118.065,42	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	8.450.240,29	
Dotação Atualizada		—	37.987.081,87	
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35	
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08	
Superavit Orçamentário		—	812.169,74	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.024.728,67	29.446.499,35	
Despesas Liquidadas		4.948.478,59	25.738.965,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			28.408.655,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.570.564,70	1.019.243,17	64,90
Resultado Primário		-20.500,00	336.198,84	-1.639,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	27.474,30	1.374.211,05	223.457,61
EXECUTIVO	1.625.142,96	27.474,30	1.374.211,05	223.457,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
EXECUTIVO	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
TOTAL:	1.750.451,75	27.474,33	1.499.519,81	223.457,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.138.658,98	25%	24,37
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.568.456,82	60%	75,63
Liquidadas		2.568.456,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.144.027,50	-194.027,50	
Despesa de Capital Líquida		3.784.440,13	6.934.964,10	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

31/10/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		25.480,00	51.887,89
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.035.853,65	15,00	23,77
Liquidadas	4.035.853,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/10/2014

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR CESAR WINTER  
 CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DÉBORA PAGNO  
 CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/10/2014

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.982, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.982, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia membros do Conselho Municipal Rural Sustentável de São Lourenço do Oeste - SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 2.141, de 23 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para compor o Conselho Municipal Rural Sustentável de São Lourenço do Oeste - SC, órgão deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura:

a) Titular: Idalino Bampi;

II - Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri:

a) Titular: Volmir Pinto de Oliveira;

b) Suplente: Nelson T. Hayashi;

III - Representantes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

a) Titular: Diogo Antonio Deoti;

b) Suplente: Milton Kasper;

IV - Representantes da Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL:

a) Titular: José Antônio Dal Zot;

b) Suplente: Fábio Junior Simionato;

V - Representantes da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados - SICREDI, agência de São Lourenço do Oeste:

a) Titular: Adacir Brusso;

b) Suplente: Paulo Gelson Vieira da Silva;

VI - Representantes da Cooperativa de Crédito Rural Noroeste - SICOOB/SC:

a) Titular: Artemio Flack;

b) Suplente: Normides Scalsavara;

VII - Representantes do Banco do Brasil:

a) Titular: Valmir Carlos Barboza;

b) Suplente: Lenoir Moreto;

VIII - Representantes da Caixa Econômica Federal:

a) Titular: Carlos Alberto Buzatta;

b) Suplente: Arnoldo Luiz da Silva do Nascimento;

IX - Representantes do Sindicato Rural de São Lourenço do Oeste:

a) Titular: Milton Tamio Murakami;

b) Suplente: Silvestre Sganderla;

X - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Oeste:

a) Titular: Érico Ecker;

b) Suplente: Neuri José Garbin;

XI - Representantes da Cooperativa Agroindustrial Alfa - COOPER-ALFA:

a) Titular: Sérgio Comel;

b) Suplente: Rodrigo Milan;

X - Representantes da Cooperativa Agropecuária São Lourenço Ltda - CASLO:

a) Titular: Valentin Casagrande de Macedo;

b) Suplente: Odair Bottin;

XI - Representantes da Cooperativa dos Agricultores Rurais de São Lourenço do Oeste:

a) Titular: Ivonir Ferraboli;

b) Suplente: Carlos Craco de Souza;

XII - Representantes da Comunidade de Presidente Juscelino, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Dirceu Daros;

b) Suplente: Cleimar Savi;

XIII - Representantes da Comunidade de Alvorada, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Alirio Carlessi;

b) Suplente: Jair Ferla;

XIV - Representantes da Comunidade de Bela Vista, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Valério Lazzarotto;

XV - Representantes da Comunidade de Farroupilha, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: José Pavlick;

XVI - Representantes da Comunidade de Novo Guaporé, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Ilso Bottega;

b) Suplente: Nelson Balbinot;

XVII - Representantes da Comunidade de Lajeado Antunes, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Jocemir José Ludwig;

b) Suplente: Antonio Favero;

XVIII - Representantes da Comunidade de Limoeiro, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Edson Carlos Deon;

b) Suplente: Mario Sérgio Deon;

XIX - Representantes da Comunidade de Filipini, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Alaor Antônio de Andrade;

b) Suplente: Claudemir Pereira dos Santos;

XX - Representantes da Comunidade de São Sebastião, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Valmir Correa de Lima;

b) Suplente: Luiz Correa de Lima;

XXI - Representantes da Comunidade de Bessegato, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Alceu Bessegatto;

b) Suplente: Isilmar Borges;

XXII - Representantes da Comunidade de Santo Antônio, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Emir Masiero;

b) Suplente: Altair Cadore;

XXIII - Representantes da Comunidade de Sentinela, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Leandro Roider;

b) Suplente: Ademilson da Maia;

XXIV - Representantes da Comunidade de São Paulinho, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Vicente Calegari;

b) Suplente: Nelson Pillon;

XXV - Representantes da Comunidade de São Roquinho, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Jairo Santin;

b) Suplente: Amélio Bampi;

XXVI - Representantes da Comunidade de Três Voltas, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Roque Altenhofen;

b) Suplente: Valdir Tantin;

XXVII - Representantes da Comunidade de Turvo Baixo, Distrito de Presidente Juscelino:

a) Titular: Renato Furlanetto;

b) Suplente: Nelcir Otávio Vanzo;

XXVIII - Representantes da Comunidade de Frederico Wastner, Distrito de Frederico Wastner:

a) Titular: Irineu Pontel;

b) Suplente: Waldir Berg;

XXIX - Representantes da Comunidade de Santa Clara, Distrito de Frederico Wastner:

a) Titular: João Weirich;  
b) Suplente: Abel Canberlon;  
XXX - Representantes da Comunidade de São João, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Ronaldo Simonetti;  
b) Suplente: Gleison Simonetti;  
XXXI - Representantes da Comunidade de São Caetano, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Honório Lazzarotto;  
b) Suplente: Laurindo Perego;  
XXXII - Representantes da Comunidade de Lajeado Raul, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: José R. Vieira;  
b) Suplente: Ivo Denês;  
XXXIII - Representantes da Comunidade de Taquari, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Adriano Dall'Acqua;  
b) Suplente: Alaor Ribeiro de Souza;  
XXXIV - Representantes da Comunidade de São Miguel, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Everton Rodrigo Jaguszewski;  
b) Suplente: Wilson Inácio da Costa;  
XXXV - Representantes da Comunidade de Santa Terezinha, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Dinarte Monteiro;  
b) Suplente: Juliano Monteiro;  
c) 2º Suplente: Laudair P. Pereira;  
XXXVI - Representantes da Comunidade de Lajeado Grande, Distrito de Frederico Wastner:  
a) Titular: Diogo Provenci;  
XXXVII - Representantes da Comunidade de São Roque, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Gilvani Bertelli;  
b) Suplente: Nelson Dalzóchio;  
XXXVIII - Representantes da Comunidade de Planalto, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Volmir Grando;  
b) Suplente: Marcio Strapazon;  
XXXIX - Representantes da Comunidade de Santa Inês, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Ademir Ravarena;  
b) Suplente: Ari Campanaro;  
XL - Representantes da Comunidade de Belvedere, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Flávio Kolling;  
XLI - Representantes da Comunidade de Giordani, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Ivonir Ferraboli;  
b) Suplente: Benio Rissi;  
XLII - Representantes da Comunidade de Prata, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Nilton Comin;  
b) Suplente: Nadir Campanhoni;  
XLIII - Representantes da Comunidade de Santos Dumont, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Catarino Crescela;  
b) Suplente: Alexandro Ferrari;  
XLIV - Representantes da Comunidade de Sant'Ana da Bela Vista, Distrito de São Roque:  
a) Titular: Fabio Tapparo;  
b) Suplente: Kethlyn Primon Borges;  
XLV - Representantes da Comunidade de Ouro Verde Distrito de São Roque:  
a) Titular: Arcebides Burrilli;  
b) Suplente: Ari Tresoldi.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 2.141, de 23 de dezembro de 2013, e demais normas vigentes.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho Municipal Rural Sustentável de São Lourenço do Oeste - SC, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 4.983, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.983, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais), correspondente a 18,70 (dezoito vírgula setenta) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 15 de novembro de 2014, pelo Senhor André Pires Martins, inscrito no CPF sob o nº 000.617.979-79.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a pessoa física que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de novembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convenientes: CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda., CNPJ/MF nº 02.261.854/0001-57, mantenedor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, e IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão S/S Ltda., CNPJ/MF nº 03.975.743/0001-75.

Conveniado: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Conjugação esforços, visando a especialização profissional de empregados e dependentes legais dos empregados do Conveniado, por meio da concessão de descontos.

Despesas: Não haverá o pagamento de despesas por parte do Conveniado, mas este compromete-se a divulgar os cursos realizados pelos Convenientes aos seus funcionários/associados ativos, por meio da rede interna de comunicação, bem como por meio de folders, jornais, intranet, folder eletrônico ou qualquer outra forma de publicação. No entanto, os Convenientes comprometem-se a conceder desconto de 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade EAD (à distância) e 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade presencial, sobre o valor líquido das mensalidades dos cursos, condicionadas ao pagamento rigorosamente em dia, em conformidade com o contrato de cada um dos beneficiários.

Data da assinatura: 03/11/2014.

Vigência: de 03/11/2014 a 03/11/2016.

Signatários: Edimilson Picler, pelas convenientes, e Geraldino Cardoso, pelo Conveniado.

**EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convenientes: CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda., CNPJ/MF nº 02.261.854/0001-57, mantenedor do Centro Universitário Internacional - UNINTER, e IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão S/S Ltda., CNPJ/MF nº 03.975.743/0001-75.

Conveniado: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Objeto: Conjugação esforços, visando a especialização profissional de empregados e dependentes legais dos empregados do Conveniado, por meio da concessão de descontos.

Despesas: Não haverá o pagamento de despesas por parte do Conveniado, mas este compromete-se a divulgar os cursos realizados pelos Convenientes aos seus funcionários/associados ativos, por meio da rede interna de comunicação, bem como por meio de folders, jornais, intranet, folder eletrônico ou qualquer outra forma de publicação. No entanto, os Convenientes comprometem-se a conceder desconto de 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade EAD (à distância) e 05% (cinco) por cento para os cursos de modalidade presencial, sobre o valor líquido das mensalidades dos cursos, condicionadas ao pagamento rigorosamente em dia, em conformidade com o contrato de cada um dos beneficiários.

Data da assinatura: 03/11/2014.

Vigência: de 03/11/2014 a 03/11/2016.

Signatários: Edimilson Picler, pelas convenientes, e Geraldino Cardoso (Gestor), pelo Conveniado.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados para a Rede de Iluminação Pública do Município de São Miguel do Oeste - SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de novembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2014.

JOÃO CARLOS VALAR  
Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados ao almoxarifado central da Secretaria Municipal da Saúde para posterior distribuição as Unidades de Saúde e Farmácia de Referência para atendimento dos pacientes do Município de SMOeste - SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 26 de novembro de 2014.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO  
Gestor do Fundo

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de jardinagem, corte de grama e demais serviços destinados para o Posto de Atendimento Médico -PAM, Unidade Sanitária, Farmácia Referência, 9 Unidades de Saúde; 4 Extensões e 4 Academias de Saúde, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS; e, também para a Unidade de Atendimento Leonardo Weissheimer UPA 24 horas da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 26 de novembro de 2014.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 13 de novembro de 2014.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO  
Gestor do Fundo



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 431/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 431/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ANA LÚCIA HAMES PETRY.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10, da Lei nº. 19/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição.

☐ ANA LÚCIA HAMES PETRY - ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA - LETRA H.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

### PORTARIA N.º 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 432/2014

Autoriza a averbação de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Autorizar a averbação nos assentos funcionais do servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, matrícula funcional nº.1084, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista II, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº.20001080.1.00219/14-1, para fins de aposentadoria ou abono de permanência.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

### PORTARIA N.º 433/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 433/2014

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 42, da Lei Complementar nº. 05/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar a carga horária de vinte para quarenta horas semanais da servidora CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Odontóloga, haja vista, necessidade de atendimento junto as Unidades de Saúde do Município.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 101.2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

#### AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 101/2014, que tem como objeto, fornecimento de solução de tecnologia da informação para Gestão Pública, compreendendo licenças de uso de softwares, temporárias e não exclusivas, a prestação de serviços de planejamento, instalação, implantação e customização do sistema, migração de dados oriundos de sistemas legados, treinamento, suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva do sistema, conforme especificação do objeto constante do Anexo I deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou



oportunidade pública;  
RESOLVE o Poder Executivo juntamente com a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, REVOGAR o processo licitatório nº 101/2014 que se realizaria no dia 18 de novembro de 2014, às 08:45h.  
Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de novembro de 2014.  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 055/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 055/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANE MENDES DE MELO OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA - ESF.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANE MENDES DE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 047.134.939-96, residente e domiciliada a Rua do Iano, nº. 2621 - Nossa Senhora do Rosário - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 055/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:  
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 055/2014 até o dia 30/12/2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2014.  
MUNICÍPIO  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 053/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 053/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR RAFAEL MEDEIROS OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo

Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor RAFAEL MEDEIROS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 056.355.849-00, residente a Rua Antônio José Zimmermann, s/ nº., Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 053/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:  
Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 053/2014 até o dia 19/12/2014.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2014.  
MUNICÍPIO  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

### **DECRETO Nº183/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

#### **DECRETO Nº183/2014**

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

#### **04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.27.812.0005.2.025 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 2.750,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.750,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 750,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº186/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº186/2014**

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 3.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº187/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº187/2014**

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07.01.15.452.10-2077- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 3.000,00

**Anula:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$3.000,00

**Suplementa:**

3.3.90.00.00.00.00.00000 - Aplicações Diretas R\$3.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº188/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº188/2014**

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 180,00

**Anula:**

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 180,00

**Suplementa:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 180,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de novembro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 189 /2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

**DECRETO Nº 189 /2014**

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 921/2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 37.640,00 ( Trinta e sete mil seiscientos e quarenta reais) nas dotações abaixo identificadas:

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2015 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 15.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.100,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.700,00

04.01.12.365.0004.2016 - Func. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 11.321,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.146,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.450,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.725,00

#### 08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.0011.2086 - Contribuição ao PASEP R\$ 500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

#### 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administr, Finanças e Planejamento R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

#### 05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 2.019,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.019,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$37.640,00 (Trinta e sete mil seiscientos e quarenta reais) nas dotações abaixo identificada:

#### 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.007 - Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 3.770,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.770,00

#### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.366.0004.2.017- Educação de Jovens e Adultos R\$ 2.328,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.328,00

#### 05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.039 - Manutenção de Programas R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05.02.8.243.0007.2.038 - Manutenção das Creches R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

#### 06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.13.392.0008.2.045 - Festividades Culturais R\$ 1.201,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.201,00

#### 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.066 - Construção de Abrigo de Passageiros De Ônibus R\$ 4.672,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.672,00

07.01.26.782.0010.1.069 - Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 1.803,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.803,00

07.01.26.782.0010.1.068 - Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 3.716,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.716,00

07.01.6.182.0010.2.076 - Segurança no Trânsito R\$ 1.950,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.950,00

07.01.15.451.10.1.079 - Aquisição de Parques Infantis R\$ 800,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

#### 10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.0006.2.030 - Func. e Manut. Do Meio Ambiente R\$ 15.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.10.20.606.0006.2.028 - Realização de Eventos Promocionais R\$ 400,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 400,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de novembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 922, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 922, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 54.448,00 (Cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais) na dotação abaixo identificada :

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.059 - Func. e Manutenção da Vigilância em Saúde R\$ 200,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

11.01.10.301.009.2.056 - Func. e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 45.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$30.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00  
 11.01.10.301.0009.2.058 - Func. e Manutenção da Farmácia Básica R\$ 9.248,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas R\$ 9.248,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 54.448,00 (Cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 07.01.26.782.0010.1.074 - Aquisição de Equipamentos R\$ 40.500,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 - Aplicações Diretas R\$ 40.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 11.01.10.301.0009.1.090 - Aquisição de Veículo R\$ 13.948,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 .0 - Aplicações Diretas R\$ 13.948,00

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 novembro de 2014.

Jucélio Kremer  
 Prefeito Municipal

## LEI Nº 921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 921, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 37.640,00 (Trinta e sete mil seiscentos e quarenta reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO  
 04.01.12.361.0004.2015 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 15.800,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.100,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.700,00

04.01.12.365.0004.2016 - Func. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 11.321,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.146,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.450,00  
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0161.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.725,00

08 - ENCARGOS GERAIS  
 08.01.28.845.0011.2086 - Contribuição ao PASEP R\$ 500,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E

## PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administr, Finanças e Planejamento R\$ 8.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 05.02.8.243.0007.2.036 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 2.019,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.019,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$37.640,00 (Trinta e sete mil seiscentos e quarenta reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
 03.01.4.122.0003.2.007 - Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 3.770,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.770,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO  
 04.01.12.366.0004.2.017- Educação de Jovens e Adultos R\$ 2.328,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.328,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 05.02.8.243.0007.2.039 - Manutenção de Programas R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05.02.8.243.0007.2.038 - Manutenção das Creches R\$ 1.000,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA  
 06.02.13.392.0008.2.045 - Festividades Culturais R\$ 1.201,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.201,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 07.01.26.782.0010.1.066 - Construção de Abrigo de Passageiros De Ônibus R\$ 4.672,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.672,00

07.01.26.782.0010.1.069 - Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 1.803,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.803,00

07.01.26.782.0010.1.068 - Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 3.716,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.716,00

07.01.6.182.0010.2.076 - Segurança no Trânsito R\$ 1.950,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.950,00

07.01.15.451.10.1.079 - Aquisição de Parques Infantis R\$ 800,00  
 4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 800,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 10.01.18.541.0006.2.030 - Func. e Manut. Do Meio Ambiente R\$ 15.000,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
 3.1.91.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.10.20.606.0006.2.028 - Realização de Eventos Promocionais R\$ 400,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 400,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário



São Pedro de Alcântara, 11 novembro de 2014.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 920, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 920, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Olívio Domingos da Rosa, a primeira via a esquerda, sentido Sede - Boa Parada, pela rodovia SC 281, após a Rua Yolanda Vieira da Silva, com 96 (noventa e seis) metros de comprimento por 06 (seis) de largura.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, com nome correto, nos padrões Municipais, no início da Servidão denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 novembro de 2014.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

# Schroeder

## **PREFEITURA**

### **I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2014/PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 15/2014 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 226/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal em exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Tomada de Preços nº. 15/2013-PMS, para a contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Atualização do Patrimônio do Município de acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade Pública, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leiam-se:

I - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1.Os envelopes nº. 01 - Habilitação, nº. 02 - Proposta Comercial, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 02 de dezembro de 2014.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

4.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 02 de dezembro de 2014 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor de Licitações, conforme item 1.1 - c.

8.1.16 Atestado de capacidade técnica que demonstre que a empresa licitante ou responsável legal pela empresa licitante já desenvolveu trabalho semelhante ao objeto da licitação em no mínimo 2 (duas) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, incluindo a atualização física e contábil do patrimônio de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;

8.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

8.3.2. No caso da necessidade de autenticação por servidor da Administração Pública Municipal, a empresa licitante deverá obrigatoriamente solicitar ao Setor de Recursos Materiais em até 30 minutos antes do horário estabelecido para o credenciamento e entrega dos envelopes, determinado no item 1.1- C deste edital.

Inclui-se:

8.3.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório, ou por servidor da Administração Pública no Setor de Recursos Materiais do Município de Schroeder ou através de autenticação digital, desde que os mesmos respeitem o prazo de validade e/ou o período de disponibilidade para verificação de sua validade.

Schroeder, 13 de novembro de 2014.  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal em exercício

### **DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 12/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014-FAS  
PROCESSO Nº. 24/2014-FAS  
TIPO: MENOR POR ITEM**

O Prefeito Municipal em Exercício no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 13 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando a aquisição e instalação de aparelho de condicionador de ar para o auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2014-FAS, realizar-se-á em 28 de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 13 de novembro de 2014.  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal em Exercício

### **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2014-ESF/NASF**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ALEXANDRE FONTOURA LAFFITTE, inscrito no CPF sob nº. 036.032.019-81, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2014-ESF/NASF, para o cargo de MÉDICO, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 21 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 12 de novembro de 2014.  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal e.e.

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LETICIA BRAGA SCHULKA, inscrita no CPF sob nº. 046.386.919-27, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 21 de novembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 12 de novembro de 2014.  
Moacir Zamboni  
Prefeito Municipal e.e.

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### **DECRETO Nº 3.148/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.148/2014 de 10 de novembro de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 52.931,00 (cinquenta e dois mil novecentos e trinta e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.365.3009.2.368 - Alimentação Centro de Educação Infantil  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 19.661,00  
05.02.12.365.3009.2.373 - Merenda Escolar - Pré-escolar  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 14.288,00  
05.02.12.368.3009.2.325 - Merenda Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 18.982,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial



e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000. R\$ 52.931,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **DECRETO Nº 3.149/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.149/2014 de 10 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.250,00

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 15,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.320 - Manutenção do Procon

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 480,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.303 - Manutenção das Ações do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.250,00

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.320 - Manutenção do Procon

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 480,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **DECRETO Nº 3.150/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.150/2014 de 10 de novembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.151/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.151/2014, de 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstancia-das na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 10514/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Jaci Patrocínio da Silva;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Jaci Patrocínio da Silva	Professora B	Professora C	B-2-I	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.152/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.152/2014, de 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstancia-das na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 10582/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Priscila Gravina Cirio Ferrão;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Priscila Gravina Cirio Ferrão	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.153/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.153/2014, de 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstancia-das na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 10487/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Maria Fernanda Scaburi;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Maria Fernanda Scaburi	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.154/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 3.154/2014, de 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 10486/2014, do Município de Schroeder, efetuado pelo servidor desta municipalidade, senhor Rozemar Pauli;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Rozemar Pauli	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 13 de novembro de 2014.

MOACIR ZAMBONI

Prefeito Municipal e.e.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**ATA TOMADA DE PREÇOS 11/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 154/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL, sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelope de habilitação das empresas participantes INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL e SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou o Alvará de Licença e Localização ou Alvará Sanitário documento exigido no edital no item 8.1.7; não apresentou a Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 8.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais). (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)". Sendo assim a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 20 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2014 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 215/2014 <b>Data do Processo:</b> 20/10/2014

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 154/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 13 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Cheila Adriane klitzke	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Renato Cristofolini	- ..... - Representante
---------------------	-------------------------

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2014 - TP</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 215/2014 <b>Data do Processo:</b> 20/10/2014
	Folha: 1/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 154/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL, sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, constatando-se que a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou documentos para o credenciamento e não possui representante presente. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelope de habilitação das empresas participantes INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL e SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Constatou-se que a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou o Alvará de Licença e Localização ou Alvará Sanitário documento exigido no edital no item 8.1.7; não apresentou a Certidão Simplificada documento exigido no edital no item 8.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados (alterações contratuais). (Dispensada no caso de apresentação durante a fase de Credenciamento)". Sendo assim a empresa INSTITUTO CATARINENSE DE MODERNIZAÇÃO MUNICIPAL não apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 20 de novembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 21 de novembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 11/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 215/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 154/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 13 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Cheila Adriane klitzke	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Renato Cristofolini	- ..... - Representante
---------------------	-------------------------

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2014-FAS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 12/2014 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 24/2014 <b>Data do Processo:</b> 20/10/2014
Folha: 1/1	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 18/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de aparelho de condicionador de ar para o auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 13 de Novembro de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**Serra Alta****PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de organização e execução de Processo Seletivo Municipal para provimento de vagas de cargos temporários para o ano de 2015, englobando todas as fases do processo, elaboração do edital, aplicação de provas escritas e práticas, processamento de classificação final dos candidatos até a homologação do resultado final.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 28 de novembro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28 de novembro de 2014.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 14 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**Sombrio****PREFEITURA****DECRETO Nº. 216/2014**

DECRETO Nº 216, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.150,00 (hum mil, cento e cinquenta reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

4.4.90.00.00.00.00.00.3096 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.150,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 3096 (Alienação de Bens).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**DECRETO Nº. 217/2014**

DECRETO Nº 217, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.025 - Manut. do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

2.026 - Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

2.029 - Apoio ao Ensino Superior

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 e 86

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 11 de novembro de 2014.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO 186/2014

DECRETO Nº. 186, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VI-  
GENTE DO SAMAE EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do SAMAE, no valor de R\$ 10.389,78 (Dez mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), para as Dotações abaixo especificadas:

Órgão: 10 – SAMAE	
Unidade: 01 – Sistema de Água e Esgoto	
Funcional: 17.512.0111.2.030– Manutenção do SAMAE	
(15) 3.1.90.00.00.00.06000- Aplicações dire- tas.....	R\$ 9.193,70
Funcional: 17.512.0111.1.021– Ampliação do Sist. Abastecimento Água Sede	

(1) 4.4.90.00.00.00.0.2.000- Aplicações diretas .....  
..... R\$ 1.196,08

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total/parcial das dotações abaixo especificadas:

Funcional: 17.512.0111.2.030- Manutenção do SAMAE.

(8) 3.3.90.00.00.00.0.2.000- Aplicações diretas .....  
..... R\$ 1.196,08

(14) 3.3.90.00.00.00.0.6.000- Aplicações diretas .....  
..... R\$ 7.997,62

Funcional: 17.512.0111.1.021– Ampliação do Sist. Abastecimento Água Sede.

(10) 4.4.90.00.00.00.0.6.000- Aplicações diretas .....  
..... R\$ 1.196,08

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de novembro de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 187/2014**

DECRETO Nº. 187, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.  
INSERE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.009 - Manutenção do Ensino Infantil

177 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0468

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 468, na Conta Corrente 6.445-9; Banco do Brasil, Agência 5.300-7, no valor de R\$ 23.909,22(vinte e três mil, novecentos e nove reais e vinte e dois centavos), na dotação abaixo:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.009 - Manutenção do Ensino Infantil

177 -3.3.90.00.00.00.00.00.01.0468 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 23.909,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de novembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 188/2014**

DECRETO Nº. 188, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.  
DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica demitida Luana Biava, Matrícula nº 2904, do Cargo de Monitor do PETI, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 13 de Novembro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****PORTARIA Nº FME-25, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº FME-25, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Romeu Bellarmino (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/ Processo Seletivo)	01/06/70	658.100.159-72	44h	09/10/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**DECRETO Nº 3618, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3618, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 80.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

**DECRETA:**

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014,

à conta de anulação no valor total de R\$ 80.000,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 60.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 3619, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3619, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 4.100,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

### DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 4.100,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	2.500,00
	TOTAL	2.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DDIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	2.500,00
	TOTAL	2.500,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.100,00, a



seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP-SAÚDE	2.100,00
	TOTAL	2.100,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10200	REC. DE IMP. E DE TRANSF. IMP-SAÚDE	2.100,00
	TOTAL	2.100,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3620, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3620, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	

22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2248.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2248.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2248.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE MÚSICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3621, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3621, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 6.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.500,00
	TOTAL	6.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.391.0094.2252.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.391.0094.2252.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.391.0094.2252.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	6.500,00
	TOTAL	6.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3622, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3622, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 6.250,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 6.250,00 (seis mil e duzentos e cinquenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2044.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2044.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2044.	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
16000	pnae	5.400,00
	TOTAL	5.400,00
04.03.012.361.0022.2052.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	

04.03.012.361.0022.2052.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2052.	MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
16000	pnae	850,00
	TOTAL	850,00
	TOTAL GERAL	6.250,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Provável Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3623, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3623, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 20.000,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

#### a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

## a) ANULAÇÃO

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3.625, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.625, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

Regulamenta a Lei nº 2.704, de 31 de março de 2014, que institui o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de teleatendimento, no âmbito do município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "m" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, c/c art.23 da Lei nº 2.506, de 22 de março de 2011, CONSIDERANDO-SE a necessidade de regulamentação da Lei nº 2.704, de 31 de março de 2014, que dispõe sobre o Bloqueio do Telemarketing no Município de Timbó, nos moldes preconizados em seu artigo 11;

CONSIDERANDO-SE a necessidade de se oportunizar ao usuário de telefonia fixa do Município de Timbó o direito de não ser importunado por ligações de telemarketing, normalmente realizadas em momentos inoportunos, e que afligem os direitos mínimos do consumidor/usuário local;

CONSIDERANDO-SE que a Carta da República de 1988, em art. 5º, inc. XXXII, estabelece que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do Consumidor,

DECRETA:

Art. 1º O cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de teleatendimento, instituído no âmbito do Município de Timbó, através da Lei nº 2704, de 31 de março de 2014, fica regulamentado pelo presente decreto.

Art. 2º Caberá ao PROCON de Timbó/SC a instituição, manutenção e gestão do cadastro a que alude a presente norma, fiscalizando e aplicando as sanções inerentes às entidades que descumprirem os termos da Lei 2.704/2014 e do presente decreto.

Art. 3º Observar-se-á no implemento e gestão do cadastro para bloqueio de ligações de teleatendimento, as regras insculpidas na Lei 2.704, de 31 de março de 2014.

Art. 4º O PROCON deverá disponibilizar junto ao sítio eletrônico onde conste o cadastro mencionado nesta lei, o modelo de autorização do titular da linha para recebimento de ligações telefônicas alusivas à teleatendimento.

Art. 5º O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, mediante regular processo administrativo.

Parágrafo único. Adotar-se-á ao processo administrativo a que alude o presente artigo, no que couber, as regras estabelecidas na Lei Municipal nº 2.613, de 21 de dezembro de 2012, Resolução do CONDECON nº 001/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3.439, de 05 de março de 2014, e Resolução do CONDECON nº 002/2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 3440, de 05 de março de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3626, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3626, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 10.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	10.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 50.000,00 (dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3627, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3627, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2044.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2044.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2044.	MERENDA ESCOLAR DOS NEIS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	12.000,00
	TOTAL	12.000,00
04.01.012.365.0020.2048.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2048.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2048.	MERENDA ESCOLAR DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00
04.03.012.361.0022.2052.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2052.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2052.	MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00
	total geral	20.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3628, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3628, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 470.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2740, de 20 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (SAMAE)		
25.01.017.512.0100.1301	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1301	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	VÍNCULO LIVRE	100.000,00
	total	100.000,00
25.01.017.512.0100.1303	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1303	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	89.000,00
	TOTAL	89.000,00
25.01.017.512.0100.1307	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1307	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1307	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
25.02.017.512.0102.1309	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1309	CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1309	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ESGOTO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
25.02.017.512.0102.1311	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	

25.02.017.512.0102.1311	CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1311	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ESGOTO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	23.000,00
	TOTAL	23.000,00
25.02.017.512.0126.1313.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0126.1313.	CAPTACAO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0126.1313.	OBRAS E INSTALAÇÕES - TRAT. DE ESGOTO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	42.000,00
	TOTAL	42.000,00
25.02.017.512.0102.1315	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1315	CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.1315	IMÓVEIS E INSTALAÇÕES - TRAT.DE ESGOTO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
25.02.017.512.0102.2310	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	CAPTACAO E TRATAMENTO DE ESGOTO	
25.02.017.512.0102.2310	MAN. DOS SERVIÇOS DE TRAT. DE ESGOTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	6.000,00
	TOTAL	6.000,00
25.03.017.512.0104.1319	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.1319	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.1319	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ATERRO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	VÍNCULO LIVRE	64.000,00
	TOTAL	64.000,00
25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	



300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	21.000,00
	total	21.000,00
25.05.017.512.0106.1324	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.05.017.512.0106.1324	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	
25.05.017.512.0106.1324	OBRAS E INSTALAÇÕES - DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	100.000,00
	total	100.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	470.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2740, de 20 de outubro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	25.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	125.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	20.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	170.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	41.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	20.000,00
0.60000	VÍNCULO LIVRE	64.000,00
	TOTAL	125.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	470.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3629, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3629, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 400.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
--------------------------	--------------------------------	--



15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	350.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	TOTAL	400.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 3630, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3630, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 33.012,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
317100.00	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	9.901,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
337100.00	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	22.451,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
447100.00	TRANSFERENCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	

0.10000	VINCULO LIVRE	660,00
	TOTAL	33.012,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 33.012,00 (trinta e três mil e doze reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	30.012,00
	TOTAL	33.012,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 3631, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3631, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 450.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	400.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	50.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	60.000,00
	TOTAL	510.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
	RESUMO	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	110.000,00
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	450.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.03.012.361.0022.1028.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1028.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1028.	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	110.000,00
	TOTAL	110.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	450.000,00
	RESUMO	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	110.000,00
0.11800	TRANSFERENCIA FUNDEB	450.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 3632, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3632, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

### DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	20.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	20.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3634, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3634, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 5.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.687, de 12 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC.OPER. ENTRE ORGAOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.2112.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.2112.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.2112.	MANUTENÇÃO DO FUNDO DO MEIO AMBIENTE - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3635, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3635, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizado pela Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.1241.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.1241.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.1241.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3636, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3636, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 300.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	

15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	200.000,00
	TOTAL	200.000,00
15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
	TOTAL SUPLEMENTACAO	300.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3638, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3638, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 51.084,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 51.084,00, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 40.000,00, a seguinte dotação:

#### a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	40.000,00
	TOTAL	40.000,00

#### b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	40.000,00
	TOTAL	40.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.119,00, a seguinte dotação:

#### a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.500,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.619,00
	TOTAL	6.119,00

#### b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	6.119,00
	TOTAL	6.119,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.965,00, a seguinte dotação:

#### a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	



06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.965,00
	TOTAL	4.965,00

## c) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.965,00
	TOTAL	4.965,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3639, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3639, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 157.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	157.000,00
	TOTAL	157.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3640, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3640, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 1.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014,

## DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

13.01.018.542.0044.1279.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1279.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1279.	EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), autorizado pela Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

13.02.028.845.0007.0014.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.02.028.845.0007.0014.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
13.02.028.845.0007.0014.	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PASEP - FMMA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	1.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3641, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3641, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013 e Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2014:

19.01.027.813.0090.2238.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2238.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2238.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO	15.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), autorizado pela Lei nº 2739, de 20 de outubro de 2014, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2240.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME	
19.01.027.813.0090.2240.	ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	
19.01.027.813.0090.2240.	MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3642, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3642, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 410.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1305	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1305	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1305	OBRAS E INSTALAÇÕES - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	315.000,00
	total	315.000,00
25.03.017.512.0104.1321	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.1321	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.1321	OBRAS E INSTALAÇÕES - ATERRO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	72.125,00
	total	72.125,00
25.04.028.845.0007.0013	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.04.028.845.0007.0013	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
25.04.028.845.0007.0013	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	22.875,00
	total	22.875,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	410.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3643, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3643, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.451.0050.2090.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.31700	SUPERAVIT FINANCEIRO Cosip	200.000,00
	TOTAL	200.000,00
		200.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 3644, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3644, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 45.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 12 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais),

mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15600	CONVENIO TRANSITO - PRE-FEITURA	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15600	CONVENIO TRANSITO - PRE-FEITURA	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
	TOTAL SUPLEMENTACAO	45.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED N.º 001/2014 EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES (INCLUINDO RETIFICAÇÃO 01)

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED N.º 001/2014

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

(Incluindo Retificação 01)

O Secretario Municipal de Educação de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó e de acordo com a Lei Municipal 2.045 de 22 de dezembro de 1998, através da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 1386/2014, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, para compor Cadastro de Reserva, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, do quadro da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, mediante as condições previstas neste Edital.

#### 1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade do

Instituto O Barriga Verde -IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e-mail [concursos@iobv.com.br](mailto:concursos@iobv.com.br), sob a supervisão da Comissão Municipal de Seletivo Público, nomeada pela Portaria Número 1386/2014

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Período de inscrições exclusivamente pela internet (on-line).	29/10/2014 a 12/11/2014
2.	Último dia para pagamento da taxa de inscrição de todos os candidatos.	13/11/2014
3.	Prazo final para solicitação de isenção da taxa de inscrição através dos correios sedex/AR.	03/11/2014
4.	Divulgação dos requerimentos deferidos e indeferidos das solicitações de isenção da taxa de inscrição.	07/11/2014
5.	Recursos contra os requerimentos indeferidos das solicitações de taxas de inscrição.	10 e 11/11/2014
6.	Prazo final para protocolo ou envio via sedex do requerimento e do laudo médico dos candidatos que solicitarem condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	12/11/2014
7.	Apresentação dos Títulos (na Secretaria de Educação)	10, 11 e 12/11/2014
8.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	17/11/2014
9.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	18 e 19/11/2014
10.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	21/11/2014
11.	Divulgação dos locais da prova escrita objetiva	19/11/2014
12.	Aplicação das provas escritas objetivas	22/11/2014
13.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita no site Instituto O Barriga Verde <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> e <a href="http://www.timbo.sc.gov.br">www.timbo.sc.gov.br</a>	24/11/2014
14.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	25 e 26/11/2014
15.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva no site do Instituto O Barriga Verde <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> e <a href="http://www.timbo.sc.gov.br">www.timbo.sc.gov.br</a>	01/12/2014
16.	Divulgação da classificação preliminar	05/12/2014
17.	Recursos contra a classificação preliminar prova escrita.	08 e 09/12/2014
18.	Classificação Final	11/12/2014
19.	Homologação final.	Após 12/12/2014

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto O Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida

antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Processo Seletivo Timbó Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Seletivo Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Seletivo Público, serão publicados no site do Processo Seletivo na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

1.6. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura de Timbó na Internet: <http://www.timbo.sc.gov.br/> e no órgão oficial de imprensa ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal;

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do Seletivo é de 1 (um) ano, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do Seletivo, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Timbó - SC.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Seletivo:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma do art. 269 da Lei Complementar nº 020/08;
- g) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- h) Ter sido aprovado no Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital;
- i) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- j) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. Excepcionalmente, para os cargos componentes do quadro do magistério, será admitida a contratação de pessoal que comprove estar cursando a habilitação correlata à exigida para o cargo efetivo, com exceção do cargo de educador infantil, para o qual será exigido no mínimo o magistério no ensino médio;

2.3. Os requisitos constantes deste item somente serão exigidos no ato da contratação, não impedindo o candidato de inscrever-se e participar do processo seletivo caso não os possua no momento da inscrição.

2.4. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos neste Edital de Processo Seletivo.

2.5. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 1 deste Capítulo perderá o direito à contratação no referido cargo.

## 3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação

do candidato para admissão.

#### 4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Seletivo Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.3. A participação no presente Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- b) Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), em "Seletivos abertos" selecionar o município de TIMBÓ - Edital de Processo Seletivo 01/2014 SEMED;
- c) Preencher o Requerimento de Inscrição;
- d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- a) Para cargos com exigência de curso superior (Professores e Secretário Escolar): R\$ 20,00 (vinte reais);
- b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio (Auxiliar de Recreação Infantil e Educador Infantil): R\$ 15,00 (quinze reais);
- c) Para cargos com exigência de nível alfabetizado (Auxiliar Operacional I): R\$ 5,00 (cinco reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo

de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da lei municipal nº 2.275/2005

4.13.2. Fica isento de pagamento de taxa para inscrição em Processo Seletivo promovidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó, o cidadão que:

I - comprovar que não possui renda;

II - comprovar ser doador de sangue.

4.13.3. Para se beneficiar da isenção o candidato deverá no ato da inscrição requerer na ficha de inscrição on-line a isenção da taxa de inscrição e encaminhar via correio Sedex com AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió - SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem seu direito à isenção.

4.13.4. Para o candidato que declarar não possuir renda este deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

- a) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição, declarando que não é detentor de cargo público e declarando que não possui nenhuma renda (Anexo VI do edital);
- b) Cópia autenticada da carteira de trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal - CadÚnico.

4.13.5. O candidato deve informar-se corretamente dos valores com cópias, autenticações e correios, pois dependendo do somatório é mais viável pagar a inscrição.

4.13.6. Para o doador de sangue, deverá enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

- a) Requerimento firmado com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição;
- b) Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

4.13.7. Após análise dos pedidos de isenção, será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação dos requerimentos indeferidos.

4.13.8. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto bancário da inscrição até a data limite, conforme cronograma, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

4.13.9. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

4.13.10. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Processo Seletivo e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou



documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Seletivo Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do Seletivo, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a cerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e <http://www.timbo.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a

conduza ao local. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.3 O IOBV publicará, no endereço do Seletivo [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

## 5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Seletivo público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, de acordo com a Lei Municipal LC Nº 1/93, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. O candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado, antes da homologação da inscrição, em data a ser divulgada, a uma junta oficial para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

5.8. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

5.9. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 5.1.

5.10. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma deste Edital.

5.11 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.12. Tendo sido aprovado no Seletivo Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.13 Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.14 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.15. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.16. O candidato com deficiência participará deste Seletivo em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste Seletivo [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição preliminar do candidato não seja homologada, ou haja inexistência relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O Processo Seletivo a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até duas horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior.

7.2 As provas serão realizadas no município de TIMBÓ-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

## 7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site

[www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br) na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Vespertino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	14h30
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	16h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Timbó eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

## 8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 2 (duas) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem abaixo descritas:

8.2.1. Cargos: Auxiliar Operacional, Auxiliar de Recreação Infantil, Educador Infantil

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,40	4,00
	Conteúdos gerais e atualidades			
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,60	6,00
	Total	20		10,00

#### 8.2.4. Cargos de Ensino Superior Completo (Professores e Secretário Escolar)

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Conhecimentos Gerais	Legislação – LDB	5	0,50	2,50
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
	Total	20		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 0,00 (zero); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

c) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

#### 8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento

da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Seletivo.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13 As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15 Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16 O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17 Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

d) Não estiver assinalada no cartão resposta;

e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.

f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Seletivo.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de



pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Seletivo público.

8.6.24 Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Seletivo público.

8.6.25 Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26 O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Seletivo público.

8.6.29 O IOBV e a Prefeitura do Município de Timbó não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30 Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31 Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32 Motivará a eliminação do candidato do Seletivo Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido

e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas. 8.6.33 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição. 8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

## 9 DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de especialização ou capacitação, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. Os títulos serão pontuados conforme quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Descrição	Pontuação
a.	Somente será pontuado o título de maior valor e será considerado válido apenas 1 (um) quando apresentados 2 (dois) ou mais de mesma pontuação).	Doutorado	2,50
		Mestrado	2,00
		Especialização (mínimo 360 h/a)	1,50
b.	Curso de aperfeiçoamento na área de atuação (Período: emitido nos anos de e 2012, 2013 e 2014)	40 horas	0,50
		120 horas	1,00
	Pontuação máxima		3,50

9.3. A somatória dos títulos não poderá ultrapassar 3,50 (três pontos e cinquenta centésimos).

9.4. A pontuação de títulos será somada à pontuação da prova escrita (NF= NPE +NPT), podendo o candidato atingir a nota final máxima de 13,50 (treze pontos e cinquenta centésimo).

9.5. Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 9.2.1, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data estipulada e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

9.6. O(s) diploma(s) e/ou certificados dos títulos de pós-graduação (alínea A), deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial e/ou privada de ensino devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, serão aceitos apenas um certificado de cada.

9.6.1. Os títulos que se refere o item 9.6, será pontuado apenas o de maior valor e apenas um de cada modalidade.

9.6.2. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados ou declarações de conclusão de curso desde que em papel timbrado da instituição, devidamente assinado pelo responsável da instituição e acompanhado do histórico escolar.

9.7 Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item.

9.8. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, com declaração expressa do tradutor.

9.9. Cursos sem carga horária definida ou sem registro no órgão emissor não receberão pontuação.

9.10. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.

9.11. Certificados de magistério, graduação e atestados de frequência não somam para pontuação.

9.12. A segunda graduação ou segunda pós graduação não somam como horas de curso.

9.13. A banca somente avaliará os certificados devidamente registrados no órgão expedidor, exceto para congressos, simpósios, conferências e outros eventos.

9.14. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

## 9.15. DA ENTREGA DOS TÍTULOS

9.15.1. A entrega dos títulos se dará nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2014, no Tele Centro -junto a praça central, município de Timbó - SC, no horário das 8h às 12h e das 14 às 17h.

9.15.2. No local, data e hora acima o candidato apresentará para os atendentes a seguinte documentação:

- a) Comprovante de inscrição no cargo pretendido;
- b) Formulário de Apresentação de títulos (anexo VII deste edital) devidamente preenchido e assinado.
- c) Os originais dos certificados apresentados.
- d) Cópia simples dos certificados especificados no formulário de apresentação de títulos.
- e) Envelope preenchido com os seguintes dados:  
INSTITUTO O BARRIGA VERDE  
Ref.: Prova de Títulos Processo Seletivo Timbó Edital 01/2014  
Candidato:  
Cargo:  
Número de Inscrição:

9.15.3. Os atendentes farão o "confere com o original" e o candidato lacrará a documentação no envelope devidamente preenchido e receberá um número de protocolo.

9.15.4 O preenchimento do formulário de apresentação de títulos é de responsabilidade do candidato e deverá OBRIGATORIAMENTE ser preenchido em letra de forma legível, digitado ou datilografado, sob pena de não serem avaliados os títulos.

9.15.5. Cópias desacompanhadas de seus originais, não serão consideradas a não ser que estejam autenticadas em cartório.

9.15.6. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

9.15.7. Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.15.8. Não serão aceitos títulos apresentados de outra forma, data ou local que não seja o estipulado neste edital.

9.15.9. Os certificados serão recebidos e conferidos pelos atendentes, sendo que a pontuação será definida posteriormente pela Banca Avaliadora do IOBV.

## 10. DOS RECURSOS

10.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

10.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

- a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.
- b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Timbó;
- c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".
- d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.
- g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- h) Clicar em "enviar"

10.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.5.1. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.6. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação

na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

10.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

#### 11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos:  $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos:  $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NF = Nota Final

11.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final diferente de 0,00 (zero).

11.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 11.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5 Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente Seletivo.

11.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior titulação no caso dos cargos de professor.

c) Maior Idade.

d) Sorteio público.

#### 12 DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 A homologação do resultado final deste Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2 Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

#### 13. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA CARGOS DA EDUCAÇÃO

13.1. As vagas a serem oferecidas na área da Educação, para os candidatos inscritos e classificados serão as vagas remanescentes do concurso de ingresso e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

13.2.1. Primeiramente serão convocados os candidatos aprovados dos cargos de professores habilitados, e após escolha, havendo vagas remanescentes serão convocados os candidatos não-habilitado, devendo os candidatos no momento da escolha de vagas, comprovarem sua condição de habilitado (com ensino superior completo) ou não-habilitado (cursando ensino superior).

13.3. A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada, na Secretaria de Educação, conforme cronograma abaixo:

EDUCADOR INFANTIL: 14 dez (domingo) - 8:00h - na SEMED  
AUXILIAR RECREAÇÃO: 14 dez (domingo)- 13:00h - na SEMED  
AUXILIARES OPERACIONAIS: 15 dez (segunda) - 16:00h - na SEMED

21/01/15

8h - Professor Pré - Escolar

8h30min - Secretária

9h - Professor de Língua Portuguesa (anos finais)

10h30min - Professor de Matemática

14h - Professor de Ciências

15h30min - Professor de História

22/01/15

8h30min - Professor de Geografia

10h- Professor de Arte

11h 30min- Professor de Inglês

14h - Professor de Educação Física

16h30min - Professor de Informática Educacional

23/01/15

8h30 min - Professor Anos Iniciais -Alfabetizador (1º ao 3º ano)

10h - Professor Anos Iniciais - 4º e 5º ano

14h - Professor de Educação Inclusiva

13.4. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procuração devidamente registrada em cartório.

13.5. A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

13.6. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga durante a vigência do ano letivo de 2015.

13.7. O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar requerimento com justificativa ao Departamento de Educação e aguardar deferimento do mesmo, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público.

13.8. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga, será excluído do processo seletivo do ano letivo de 2015,

13. O candidato presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, deverá assinar termo de desistência para aquela vaga, e continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.10. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.16. As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 001/2014 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

13.17. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Timbó, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

13.18. O cronograma é uma previsão dependendo de confirmação, devendo o candidato acompanhar as publicações e os editais de convocação.

#### 14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não



asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da Prefeitura do Município de Timbó. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do Seletivo ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Timbó.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal de Timbó.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após homologação deverá informar o município junto ao Departamento de Educação.

#### 15 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Seletivo, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o Seletivo dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de TIMBÓ eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal do Seletivo Público, devidamente nomeada através da Portaria Número 1386/2014

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Prefeitura do Município de TIMBÓ.

#### 16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Seletivo Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Departamento de Educação, até que expire a validade do Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. A Prefeitura do Município de TIMBÓ e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Seletivo Público, tanto da Prefeitura do Município de TIMBÓ como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de TIMBÓ e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de TIMBÓ e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Timbó/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Isenção de Inscrição - Anexo VI - Formulário de Recurso. Anexo VII - Formulário de Apresentação de Títulos

TIMBÓ, 29 de outubro de 2014

Secretário Municipal de Educação  
Sergi Frederico Mengarda

#### ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CÓDIGO	CARGOS	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	VAGAS	VENCIMENTO (R\$)	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	TIPO DE PROVA	TAXA INSCRIÇÃO
1	AUXILIAR OPERACIONAL I	Alfabetizado	CR	44 horas semanais	R\$ 744,38	Escrita	R\$ 5,00

2	AUXILIAR DE RECREAÇÃO INFANTIL	Ensino Médio Completo	CR	40 horas semanais	R\$ 880,62	Escrita	R\$ 15,00
3	EDUCADOR INFANTIL (não habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível Ensino Superior em Pedagogia	CR	30 horas semanais	R\$1.100,27	Escrita	R\$ 15,00
4	EDUCADOR INFANTIL (habilitado)	Ensino Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior com Habilitação em Educação Infantil ou Diploma de conclusão do Curso de Normal/Magistério em nível de Ensino Médio.	CR	30 horas semanais	R\$1.100,27	Escrita	R\$ 15,00
5	PROFESSOR – Pré-Escolar (habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

6	PROFESSOR – Pré-Escolar (não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
7	PROFESSOR – Educação Jovens e Adultos (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

8	PRO- FESSOR - Edu- cação Jovens e Adul- tos (Não habilita- do)	Diplo- ma de conclu- são do curso de nível médio Magis- tério ou ates- tado compro- vando cursar no míni- mo a 3ª fase de curso de nível superior com licen- ciatura plena em Pedago- gia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a ne- cessidade	Escrita e Títu- los	R\$ 20,00
9	PRO- FESSOR - En- sino Fundam- ental para 1º, 2º e 3º ano (Habili- tado)	Diplo- ma de conclu- são do Ensino Superior com licen- ciatura plena em Pedago- gia ou Normal Supe- rior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a ne- cessidade	Escrita e Títu- los	R\$ 20,00

10	PRO- FESSOR - Ensino Fundam- ental para 1º, 2º e 3º ano (Não habilita- do)	Diplo- ma de conclu- são do curso de nível médio Magis- tério ou ates- tado compro- vando cursar no míni- mo a 3ª fase de curso de nível superior com licen- ciatura plena em Pedago- gia	CR	R\$9,13 hora aula	De acordo com a ne- cessidade	Escrita e Títu- los	R\$ 20,00
11	PRO- FESSOR - Ensino Fundam- ental para 4º e 5º ano (Habili- tado)	Diplo- ma de conclu- são do Ensino Superior com licen- ciatura plena em Pedago- gia ou Normal Supe- rior.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a ne- cessidade	Escrita e Títu- los	R\$ 20,00



12	PRO-FESSOR - Ensino Fundamental para 4º e 5º ano (Não habilitado)	Diploma de conclusão do curso de nível médio Magistério ou atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
13	PRO-FESSOR - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em educação especial.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

14	PRO-FESSOR - Educação Inclusiva - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
15	PRO-FESSOR - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
16	PRO-FESSOR - Educação Física - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase de curso de nível superior com licenciatura plena em Educação Física.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
17	PRO-FESSOR - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Inglês.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

18	PRO-FESSOR - Inglês - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Inglês.	CR	R\$9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
19	PRO-FESSOR - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
20	PRO-FESSOR - Artes - para Pré-Escolar e Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

21	PRO-FESSOR - Ciências - para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
22	PRO-FESSOR - Ciências - para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
23	PRO-FESSOR - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Ensino Religioso.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

24	PROFESSOR - Ensino Religioso - para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Ensino Religioso.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
25	PROFESSOR - Espanhol - para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras com habilitação em Espanhol.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
26	PROFESSOR - Espanhol - para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras/Espanhol.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

27	PROFESSOR - Geografia - para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
28	PROFESSOR - Geografia - para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
29	PROFESSOR - História - para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

30	PRO-FESSOR – História – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
31	PRO-FESSOR – Matemática – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
32	PRO-FESSOR – Matemática – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena na área de atuação correlata à disciplina.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

33	PRO-FESSOR – Língua Portuguesa – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
34	PRO-FESSOR – Língua Portuguesa – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em Letras.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
35	PRO-FESSOR – Informática Educacional – para Ensino Fundamental (Habilitado)	Licenciatura Plena em Computação ou Graduação em curso na área de educação.	CR	R\$ 11,83 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
36	PRO-FESSOR – Informática Educacional – para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 3ª fase em curso de nível superior com licenciatura plena em computação ou em curso de graduação na área de educação.	CR	R\$ 9,13 hora aula	De acordo com a necessidade	Escrita e Títulos	R\$ 20,00

37	SECRETÁRIO ESCOLAR	Ensino Superior completo com licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior	CR	40 horas semanais	R\$1.774,93	Escrita e Títulos	R\$ 20,00
----	--------------------	---	----	-------------------	-------------	-------------------	-----------

Todos os servidores, recebem, à título de Prêmio Eficiência, 22 quotas mensais de R\$9,40 cada.  
20% de regência de classe para Professores  
CR: cadastro reserva

## ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	
PROFESSOR	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, dar suporte aos demais educadores na sala informatizada e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

### SECRETÁRIO ESCOLAR

Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; Organizar e dirigir o serviço de secretaria, coordenando o trabalho de seus auxiliares; Assinar, juntamente com o diretor da Unidade, os documentos escolares dos alunos, bem como toda a documentação da secretaria, apontando seu número de registro ou autorização do órgão competente; Participar de reuniões e elaborar relatórios; Promover reuniões com seus auxiliares; Elaborar o Plano de Ação da secretaria da Unidade, estabelecendo a função de seus auxiliares, submetendo-o a aprovação do Diretor; Organizar e manter atualizada a escrituração escolar, bem como os prontuários de legislação referente à Escola e ao ensino; Zelar pelo recebimento e expedição de documentos autênticos; Extrair dados que interessem à escrituração escolar de documentos apresentados pelo aluno, ou responsável. Cumprir e fazer cumprir e divulgar os despachos e determinações do Diretor: Elaborar relatórios e instituir processos; Registrar e controlar a frequência dos funcionários da Escola; Responsabilizar-se pela documentação da Associação de Pais e Professores, na ausência do Auxiliar de Direção.

### CARGO DE NÍVEL MÉDIO - MAGISTÉRIO

### EDUCADOR INFANTIL

Estimular experiências físicas, sociais e intelectuais através de atividades espontâneas; Adequar as atividades ao nível de desenvolvimento; Observar, planejar, registrar e avaliar constantemente as atividades desenvolvidas no Núcleo de Educação; Atender prontamente às solicitações da coordenação, visando à troca de experiências e aperfeiçoamento do trabalho; Despertar a atenção da criança através do uso de brinquedos, contato físico carinhoso e emprego de voz suave; Participar ativamente dos centros de estudo e reuniões de equipe convocadas pela Coordenação; Estar atento para detectar eventuais desvios de comportamento e desenvolvimento, e levá-los ao conhecimento da direção do Núcleo de Educação através de registros escritos e contatos pessoais; Atender as demais atribuições inerentes ao cargo ou previstas na legislação ou nos regimentos e demais serviços afins e/ou compatíveis com área de atuação.

AUXILIAR RECREAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL	Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange a recepcionar as crianças na entrada e saída do horário Escolar; realizar tarefas de banho e higiene das crianças; fornecer alimentação das crianças nos horários determinados; manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação; zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais permanentes às crianças; auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças; executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídos pela Secretaria Municipal da Educação. Participar cooperativamente das reuniões, encontros e demais eventos promovidos pela instituição (NEI) ou Secretaria de Educação (SEMED); Auxiliar na organização e funcionamento da instituição contribuindo com sugestões; Respeitar as normas e regras constituídas pela Instituição (NEI) e Secretaria de Educação (SEMED); Cumprir horários estabelecidos pela coordenação da instituição, podendo ser alterada conforme necessidade do NEI.. A referida contratação se faz necessária diante da pendência de candidatos aprovados em concurso público e pela imperiosa necessidade de atendimento à demanda reprimida dos NEI's.
--	--

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO – Séries Iniciais (4ª série completa).

AUXILIAR OPERACIONAL I	Conforme disciplinado nas normativas de regência do cargo efetivo, e em especial no que tange serviços de apoio à administração pública, em tarefas que requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina (tais como serviço de recepção e protocolo de papéis) e predominância do esforço físico tais como: Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação do patrimônio público municipal (móveis, imóveis, instalações, equipamentos, utensílios), serviços de higienização de ambientes, recolhimento de lixo, limpeza de sanitários, preservação do patrimônio público em qualquer dos serviços ou unidades do serviço público municipal. Serviços de cozinha em Unidades de Ensino e demais órgãos/estabelecimentos do município, no preparo de refeições; Auxiliar em levantamentos planialtimétricos, roçadas, abertura de rumos. Serviços de lavagem de veículos, Conservação e manutenção de vias públicas, abertura de valas, colocação de tubos, serviços de calçetaria, auxílio aos operadores de máquinas e veículos e demais serviços auxiliares com predominância de esforço físico.
------------------------	--

### ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

#### 1. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

##### 1.1. Conhecimentos Gerais

1.1.1. Legislação Educacional- Comum a todos os cargos  
Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96

1.1.2. Conhecimento técnico da disciplina

#### PROFESSOR – PRÉ-ESCOLAR

1. Função social da escola. 2. Concepções e teorias de aprendizagem. 3. Avaliação na educação infantil. 4. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. 5. A criança e a educação infantil: concepção de infância. 6. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: linguagens e brincadeiras. 7. Componentes curriculares da educação infantil: o jogo, a brincadeira e o faz de conta. 8. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 9. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 10. Inclusão.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. Função social da escola. 2. Interdisciplinaridade. 3. Teorias de aprendizagem. 4. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. 5. Planejamento docente: dinâmica e processos. 6. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. 7. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. 8. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. 9. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. 10. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. 11. Inclusão.

#### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (Anos Iniciais)

Função social da escola. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem. Avaliação: dimensões, instrumentos e critérios. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. . Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Inclusão. Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriada e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Recreação: Atividades recreativas. Cadernos de formação dos cursos do PNAIC (<http://pacto.mec.gov.br/2012-09-19-09-11>) anos 2013 e 2014.

#### PROFESSOR DE ARTES – Educação Infantil e Ensino Fundamental

História da Arte: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. História da Arte Brasileira: conceitos estéticos, movimento artísticos, artistas e suas obras. Elementos da Linguagem Visual: fundamentos e composição visual. Folclore Catarinense: as manifestações folclóricas. Arte: suas linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: histórico e propostas metodológicas. Leitura de Imagem. O ensino de música no ensino básico; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade



da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS

1. O Universo e o Sistema Solar - corpos celestes que os constituem: a comparação entre os planetas do Sistema Solar - os planetas e suas características; o movimento de rotação - o estudo dos dias e das noites; a Lua - características, movimentos e fases; o movimento de translação e a inclinação do eixo imaginário da Terra - sua relação com as estações do ano; os eclipses do Sol e da Lua e as zonas climáticas como consequência da forma esférica da Terra e de como os raios solares atingem o planeta, propiciando distribuição da luz e do calor de forma diferenciada - consequências das zonas climáticas para a vida no planeta. 2. Introdução aos conceitos de matéria e energia - a relação destes conceitos com a vida: propriedades dos materiais; a organização da matéria - construindo modelos, introdução à linguagem química; a relação entre matéria e energia; as transformações da matéria e os diferentes tipos de materiais presentes na água, no ar e no solo. 3. A Água: a formação dos oceanos na Terra primitiva; o papel da água na formação do relevo; água e vida; as características físico-químicas da água: propriedades da água, seus estados físicos e o ciclo da água; a importância da água na história da humanidade; as bacias hidrográficas - definição, formação, importância sócio-ambiental das bacias hidrográficas - a trajetória da água e a interferência humana, as alterações dos cursos dos rios, represamento, assoreamento, turvação, contaminação, poluição e desequilíbrios ambientais e o tratamento da água e suas consequências para a saúde. 4. O Ar: a formação da atmosfera: composição da atmosfera primitiva e suas transformações até os dias atuais; as propriedades do ar e sua relação com a vida; a composição da atmosfera - camadas; a formação dos ventos e sua importância para a compreensão da erosão; o papel da atmosfera no desenvolvimento e manutenção da vida no planeta; os problemas de poluição do ar, efeito estufa e degradação da camada de ozônio - suas consequências para os seres vivos e a qualidade do ar e seus efeitos na saúde. 5. O Solo: a origem e formação da crosta terrestre; os diferentes tipos de solo - sua formação e principais características; os minerais, minérios e combustíveis; os métodos de conservação do solo utilizados pelo homem: irrigação, drenagem, correção de pH, adubação, aração etc; o papel do homem na degradação e na conservação do solo; as agressões ao solo e suas consequências para o ambiente: desmatamento, queimada, erosão, desertificação, contaminação, poluição etc; introdução ao conceito de gravidade; o sistema de medidas - do universo macroscópico ao universo microscópico; relações entre o tempo cósmico e o tempo biológico; relações da diversidade ambiental com as zonas climáticas e com a biodiversidade; estudo de ecossistemas brasileiros; materiais sintéticos: fabricação, usos e problemas relacionados a decomposição - plásticos, tecidos, borrachas, supercondutores; empuxo e vasos comunicantes; as cores do céu - as ondas luminosas e as cores; estudo de algumas mudanças meteorológicas e fontes alternativas de energia: energia solar, eólica, das mares, etc. 6. Origem da Vida: as diferentes explicações sobre a existência da vida e do ser humano; a origem da vida, a organização dos materiais, os elementos químicos dispersos na atmosfera inicial; o desenvolvimento da vida e a expansão pelos ecossistemas aquáticos e a conquista do ambiente terrestre; introdução às teorias evolutivas e a importância dos fósseis: marcos do processo evolutivo. Estudo da seleção natural através de evidências adaptativas e das relações entre o sucesso reprodutivo de uma espécie e sua adaptação ao ambiente. 7. Biodiversidade: sistemática e classificação: uma tentativa de ordenar a diversidade; características dos seres vivos; classificação em reinos e principais categorias taxonômicas; a diversidade biológica: Evolução, organização, adaptações; características gerais dos principais grupos nos diversos reinos (Monera, Protista; Fungi, Vegetal e Animal); características dos vírus e consequências para a saúde; importância ecológica; importância econômica e o impacto da ação humana e manejos

sustentados; seres vivos e saúde. 8. Ecologia: o Sol - fonte externa constante de energia, essencial para a vida no planeta; fotossíntese: assimilação da energia radiante e transformação em energia química - base para a cadeia alimentar; respiração: estratégia de obtenção de energia para os processos celulares; a importância dos decompositores para o fluxo de matéria nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares e outras relações biológicas; os ecossistemas como sistemas abertos, compostos por elementos bióticos e abióticos que interagem através de um ciclo de materiais e de um fluxo de energia; os fatores que interferem no equilíbrio das populações: abióticos (salinidade, temperatura, quantidade de oxigênio, tipos e quantidades de nutrientes, grau de acidez, índice pluviométrico etc.) e bióticos (parasitismo, predatismo, competição etc.); os desequilíbrios ambientais causados pela interferência humana: chuva ácida, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e desertificação; evolução dos sistemas de classificação e sua relação com o contexto histórico, social e cultural; história evolutiva: os diversos períodos, suas características ambientais e seres vivos; ciclo astronômico, sazonalidade e sua influência sobre a vida do homem; controle biológico; plantas medicinais, biopirataria e patentes; organismos geneticamente modificados: transgênicos - importância econômica; impacto ambiental; riscos para a saúde; transformações ambientais, seres em risco de extinção e projetos de conservação. 9. Origem da Espécie: o surgimento e a história evolutiva da espécie humana; a espécie humana na pré-história e mudanças sociais e culturais que levaram ao surgimento do homem moderno e a adaptação da espécie humana ao ambiente. 10. Organização do Corpo: organização celular e da célula ao organismo; a Manutenção da Espécie: a reprodução como característica principal para a vida, manutenção e evolução das espécies; os processos assexuais e sexuais: comparação das estratégias de reprodução de outros seres vivos e da espécie humana (a existência de células especializadas para a reprodução os gametas, fecundação interna ou externa ao corpo, as várias formas para o desenvolvimento do embrião); fases da vida; adolescência - um período de grandes transformações psicológicas e físicas; os órgãos reprodutores, a fecundação, a gravidez e o parto; sexualidade, vida e saúde; doenças sexualmente transmissíveis; planejamento familiar, métodos anticoncepcionais; as bases da hereditariedade: os genes e as características; o Homem - As Funções de Nutrição e de Relação: alimento - garantia de energia para o funcionamento do organismo; a importância da água e das substâncias nutritivas: seu papel na manutenção da vida; digestão: processos de quebra dos alimentos e de absorção: digestão mecânica e química e o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração: liberação de energia para o organismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; respiração e produção de energia; a qualidade do ar e a saúde; circulação e sangue: o estudo do sangue: constituição, coagulação, grupos sanguíneos e saúde; o papel do coração e a circulação sanguínea; o papel do sistema circulatório e sua relação com os demais sistemas e o sistema linfático; excreção: a eliminação dos produtos do metabolismo; o papel dos diversos órgãos e estruturas; o papel do suor e o equilíbrio químico do corpo; o sistema nervoso: o funcionamento dos neurônios e das fibras nervosas; o papel dos diversos órgãos e estruturas e reflexos: ato reflexo, reflexo e arco reflexo; o sistema sensorial: os órgãos dos sentidos e seu papel na vida do homem e o caminho da visão, da audição, do olfato, do tato e do paladar devem ser estudados enfatizando a relação entre os fenômenos químicos, físicos e biológicos; o sistema endócrino: o papel dos diversos órgãos e estruturas; o Sistema de Defesa: as células responsáveis pela defesa natural do organismo; o desenvolvimento das vacinas, soros e de medicamentos - defesas artificiais; as Relações entre Ossos e Músculos; o sistema ósseo - estrutura óssea e articulações; o sistema muscular - fisiologia muscular e ação mecânica dos músculos; alterações nos músculos e ossos; origem e evolução dos sistemas - anatomia e fisiologia comparadas; anorexia e bulimia: distúrbios físico-emocionais; complementos alimentares: necessidades e problemas decorrentes de seu

uso sem orientação; aditivos químicos - corantes, conservantes e aromatizantes; desnutrição e obesidade; decifrando e controlando os genes; a hipertensão arterial e os problemas renais; a doação de sangue e de órgãos; o uso de drogas lícitas e ilícitas - seus efeitos no organismo, problemas sociais implicados no consumo e comercialização; os problemas da visão e as lentes côncavas e convexas; a prática de exercícios físicos para manutenção da saúde integral; diabetes; hipo e hipertireoidismo; clonagem e evolução dos papéis sociais do homem e da mulher na comunidade e sociedade. 11. O Estudo dos Materiais - Uma visão geral da matéria: organização; propriedades gerais e específicas; propriedades físicas, químicas e biológicas; os estados físicos da matéria e mudanças de estado da matéria e fatores que as influenciam (temperatura, pressão, etc.); A diversidade de elementos químicos e a necessidade de classificação: evolução dos modelos atômicos: os nomes e os símbolos dos elementos; a organização da tabela periódica; a ligação química e os ciclos biogeoquímicos e a vida na Terra. 12. As Substâncias da Natureza - Principais conceitos a serem estudados: as misturas e as combinações: os processos de separação das misturas da natureza, nas fábricas, nos laboratórios, nas residências e no interior dos seres vivos; a química do cotidiano: substâncias sintéticas - na agricultura, nos alimentos, nos remédios, nos produtos de limpeza e nos produtos de higiene; a química e a poluição e os combustíveis fósseis: as transformações químicas para a produção de energia. 13. Energia: conceito e propriedades - Força: noções intuitivas de força e velocidade; força e movimento: forças alteram a velocidade dos corpos e força como interação: o princípio da ação e reação; Energia Mecânica: o trabalho como uma forma de transformação da energia; a potência como a capacidade de realizar trabalho; as máquinas realizam trabalho: alavancas, cunhas, roldanas e máquinas complexas e Energia potencial e energia cinética; Som - ruído, emissão e propagação através de um meio material, percepção auditiva; medidas de intensidade; infra-som, ultra-som; eco, sonar, poluição sonora; Luz - propagação da luz; fontes de luz; reflexão; a luz e a visão; espelhos, lentes e prismas; refração; luz e cor - composição da luz; eclipses, arco-íris etc.; Calor - trocas de energia entre sistemas, estados da matéria, mudanças de estado, conceitos de temperatura e pressão; Noções de Eletricidade - desequilíbrio entre carga positiva e carga negativa; A Energia do Sol se Transforma: o Sol como fonte primária de energia que se transforma em outras formas de energia: luminosa, química, térmica, elétrica e mecânica; a fotossíntese e respiração: transformações energéticas essenciais para a manutenção da vida no planeta; fluxo de energia nos seres vivos e pirâmide de energia; os grupos das bases, dos óxidos, dos ácidos e dos sais; o papel dos combustíveis na sociedade; as alterações ambientais; a formação dos combustíveis fósseis e sua relação com a extinção das espécies; campo gravitacional; o uso e a produção de pigmentos - do homem pré-histórico aos dias de hoje; as ilusões de ótica; eletricidade e Magnetismo: Eletrostática; corrente elétrica; circuito elétrico, condutores e isolantes; pilhas; o impulso nervoso; eletroímã; A Terra como um ímã natural; a Ciência e a Revolução Industrial; o protocolo Kioto e a poluição. 14. Ciência e Tecnologia: as concepções de ciência e seus métodos; ciência como construção humana; o papel da ciência; a materialização do conhecimento científico; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

#### PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL

1 - Noções básicas de: Informática básica; Sistemas operacionais; Internet; Editor de texto; Planilhas eletrônicas; Editor de imagens; Editor de apresentações. 2 - Noções básicas de: Hardware, Software, Banco de dados, 3 - PCNs, Psicologia da aprendizagem e do Desenvolvimento, Didática Geral. 4- Tecnologia e Educação : PROINFO, O professor e a informática.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental)

1. Fundamentos Educacionais. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's.
2. Concepção de área - Cultura Corporal. Objetivos da área. História da Educação Física no Brasil - tendências pedagógicas. Organização didático-pedagógica do conhecimento. Avaliação em Educação Física - concepção e critérios Conteúdos - Eixos de Trabalho. Jogo - Jogos de Interpretação, Jogos Tradicionais, Jogos Cooperativos, Jogos Pré-desportivos. Esporte - Atletismo, Futebol, Futsal, Voleibol, Basquetebol, Handebol. Ginástica - Ginástica Geral; Ginástica Olímpica ou Artística; Ginástica Rítmica Desportiva. Recreação.

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA

O espaço geográfico: Noções de espaço geográfico, lugar, paisagens, território. A representação da Terra: Noções de cartografia, escala, projeções cartográficas, tipos de mapas, importâncias dos mapas, meios de orientação, a bússola e seu funcionamento, sistema de posicionamento global, representação do relevo. A formação do espaço natural: A evolução geológica da Terra, a deriva dos continentes, a estrutura interna da Terra, dobramentos, placas tectônicas, movimentos tectônicos, vulcanismo, abalos sísmicos, a estrutura externa da Terra, a crosta terrestre, rochas e minerais, os escudos cristalinos, bacias sedimentares, os processos erosivos, a exploração dos recursos naturais, atmosfera, composição, camadas, tempo, clima, elementos e fatores do clima, as precipitações atmosféricas, as mudanças climáticas, os ecossistemas florestais. O espaço brasileiro: A formação do território brasileiro, a expansão das fronteiras, a posição geográfica e limites, os fusos horários brasileiros, a estrutura geológica, as classificações do relevo, os domínios morfoclimáticos, os biomas, o clima e seus fatores, as classificações climáticas brasileiras. A população brasileira: A diversidade étnica, as migrações internacionais, as migrações internas, a emigração, o crescimento demográfico, a distribuição espacial da população brasileira e suas consequências, a urbanização, os problemas urbanos. A economia brasileira: A agropecuária e seus produtos, a estrutura fundiária, os conflitos no campo, o processo histórico da industrialização, a distribuição espacial da indústria, os transportes e seus problemas. O cenário mundial: A bipolarização, a multipolarização, a globalização, o histórico da evolução industrial, os países subdesenvolvidos industrializados e seus problemas socioeconômicos, a indústria nos países desenvolvidos, a geopolítica mundial, a guerra fria, os conflitos atuais, a formação dos blocos econômicos, a circulação das riquezas, os problemas ambientais, a escassez da água, as fontes de energia convencionais, as fontes alternativas de energia, os problemas ambientais brasileiros, a poluição das águas, a poluição atmosférica, o desmatamento e suas consequências.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA

História geral. Idade antiga (+ou- 4000 a.C. - 476 d.C.). As Civilizações da Antiguidade Oriental. As Civilizações da Antiguidade Ocidental. Cultura, Política, Economia e Sociedade.

Idade Média (476 - 1453). A Alta Idade Média. A Baixa Idade Média. Idade Moderna (1453 - 1789). Transição Feudalismo/Capitalismo. Renascimento Cultural. Grandes Navegações. Reformas Religiosas/Contra-Reforma. Absolutismo/Mercantilismo. Colonização da América. Iluminismo. Idade Contemporânea (1789 - Dias Atuais). As Revoluções Burguesas e a Era Napoleônica. A Europa do século XIX. Revolução Industrial e os Movimentos Operários. Imperialismo/Neocolonialismo. As Guerras Mundiais e suas consequências. O Mundo pós-Segunda Guerra Mundial. O mundo Atual. História do Brasil. Brasil-Colônia. Política. Economia. Cultura. Sociedade. Brasil-Império. Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado. Brasil-República. República Velha. Era Vargas. Populismo no Brasil. Ditadura Militar. Nova República.

**PROFESSOR DE ESPANHOL (Ensino Fundamental)**

1 - Análise e interpretação de textos. 2 - Estudos do vocabulário dos textos: significado de palavras e expressões; semelhança e diferenças de significado de palavras. 3 - Aspectos gramaticais: flexão do nome, do pronome, do artigo; flexão do verbo (modo, tempo, número, pessoa, voz); concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; nexos (preposições, conjunções); processo de relação de idéias de causa, consequência, fim, condição, oposição, concessão, comparação; 4 - Metodologia do ensino da língua estrangeira; 5 - Proposta curricular da língua estrangeira moderna; O ensino de língua para a comunicação; 6 - Dimensões comunicativas no ensino de espanhol/italiano/alemão.

**PROFESSOR – INGLÊS (Educação Infantil e Ensino Fundamental)**

1. Compreensão e interpretação textual: compreender/interpretar idéias/informações em textos de vários gêneros, com temática variada; inferir o sentido de palavras/expressões com base no contexto lingüístico e no conhecimento prévio sobre o tema de um texto; apreender o sentido global de um texto; identificar o tema principal de um texto; localizar informações pontuais e explícitas em textos; identificar recursos lingüísticos que promovem a coesão e a coerência das idéias em um texto: elementos de co-referência (palavras que se referem a uma mesma realidade lingüística, garantindo a manutenção e a progressão das idéias em um texto: sinônimos, pronomes, expressões definidas); 2. Aspectos da morfossintaxe: formação de palavras (sufixação e prefixação); o sintagma nominal (classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas, pronomes, determinativos); o sintagma verbal (classes de verbos, sistemas de tempo, aspecto e modo, concordância verbal, aspecto perfectivo e modalidade, voz ativa e voz passiva); o sintagma adverbial (advérbios e adjuntos adverbiais); o sintagma preposicional (preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais); coordenação e subordinação (conjunções e conectivos); estratégias de coerência e coesão textuais. 3. Metodologia do ensino da língua inglesa: Diferentes metodologias para o ensino de língua inglesa: metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas (competência comunicativa).

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

1.Noções de Lógica. Noção intuitiva de conjunto. Operações com conjuntos. 2.Conjuntos Numéricos: Números naturais, inteiros, racionais e reais: propriedades, operações, valor absoluto, números primos, múltiplos e divisores. MDC e MMC, proporcionalidade, regra de três e porcentagem. Juros simples e compostos. Sistemas de Medida. Sistemas de numeração. 3.Cálculo Algébrico: Produtos notáveis e fatoração. Equações fracionárias e literais. 4.Funções: gráficos e operações. Função Inversa. Estudo das seguintes funções reais: Função Afim, Função Quadrática, Função Exponencial e Logarítmica. 5.Equações e inequações de 1º e 2º graus. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. Sistemas de equações e inequações de 1º e 2º graus. 6.Sequências. Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos: formas trigonométrica e algébrica, representação e operações. 7.Polinômios: Definição. Operações. Dispositivo de Briot-Ruffini. 8.Equações polinomiais: Definição. Teorema Fundamental da Álgebra, Teorema da Decomposição, Multiplicidade de uma raiz. Raízes Complexas. Raízes racionais. Relações de Girard. 9.Análise combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, Arranjos, Combinações e Permutações. 10.Binômio de Newton. 11.Probabilidade: Probabilidade da união de dois eventos, probabilidade de dois eventos sucessivos ou simultâneos e probabilidade condicional. 12. Matrizes: Operações. Inversa de uma matriz. Determinantes de matrizes de ordem n. 13.Sistemas de equações lineares: Resolução e discussão. 14.Geometria plana: Teorema de Tales. Semelhança de triângulos e polígonos. Relações métricas em triângulos, polígonos regulares

e círculos. Perímetros e áreas de figuras planas. 15.Geometria espacial: Poliedros, prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas: áreas e volumes. Sólidos semelhantes. Troncos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução. 16.Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo. Lei dos Co-senos, Lei dos Senos. Arcos e ângulos. Funções trigonométricas. Relações entre as funções trigonométricas. Arco soma, arco duplo. Equações. 17.Operações com vetores do R2 e R3. 18.Reta e circunferência no R2: Equações cartesianas, representação gráfica e identificação dos elementos. 19.Reta, plano e esfera no R3: Equações e identificação dos elementos. 20.Noções de limites. Limite de funções polinomiais, racionais e exponenciais. Limites fundamentais.

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS**

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Linguagem e ensino. - Linguagem: uso e função. - Língua oral e língua escrita. - Variação lingüística e norma padrão. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. - Fonologia/Fonética: Conceito de som, fonema e letra; Encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafo; Sílabas; Acentuação gráfica. - Morfologia: Estrutura, formação e classificação das palavras, emprego das classes de palavras. - Sintaxe: Concordância e regência nominal e verbal; Colocação pronominal; Estrutura do período e da oração; Crase. Leitura e produção de textos: -Tipos ou gêneros textuais; Intertextualidade; Coesão e coerência textuais; O texto e a prática de análise lingüística.

**SECRETÁRIO ESCOLAR**

Importância da Secretaria Escolar e do Secretário, perfil e papel, princípios norteadores do trabalho dos profissionais da Secretaria, gestão da Secretaria escolar Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial - documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, formas de tratamento. Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. Cronograma de atividades do serviço de secretaria. Serviço de pessoal, conceito, competência, atribuições. Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho, informação e operação.

**CARGOS DE ENSINO MÉDIO****2.1. Língua portuguesa**

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos. Ortografia oficial - novo acordo ortográfico.

**2.2. Conteúdos Gerais e atualidades**

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio Vale do Itajaí e do Município de Timbó.

**2.3. Conhecimento técnico-profissional****AUXILIAR DE RECREAÇÃO**

1.Conceito de Saúde: noções de desenvolvimento e crescimento do escolar; 2.Desenvolvimento dos primeiros anos de vida; 3.Higiene dos Alimentos; 4. Promoção da Saúde: Prevenção de



Acidentes na educação infantil; 5.O lúdico na educação infantil; 6.O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. 7. Família e instituição. 8. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### EDUCADOR INFANTIL

1. A criança e a educação infantil: história, concepções. 2. Conceito de Saúde Escolar; Noções de Desenvolvimento e crescimento do escolar; 3.Desenvolvimento dos primeiros anos de vida; 4.Higiene dos Alimentos; 5. Promoção da Saúde .Prevenção de Acidentes na educação infantil; 6. O lúdico na educação infantil; 7. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. 8. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais.. 9. Família e instituição. 10. Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### 3. CARGOS NIVEL ALFABETIZADO - Auxiliar Operacional I

##### 3.1. Língua Portuguesa

Demonstrar Domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos; Alfabeto - Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Masculino e Feminino (artigos); Plural e Singular.

##### 3.2. Conteúdos Gerais e atualidades

Aspectos sócio-econômicos, geográficos, históricos e político do Brasil, de Santa Catarina, do Médio e do Município de Timbó.

##### 3.3. Conhecimento técnico-profissional

#### AUXILIAR OPERACIONAL I

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Noções de Primeiros Socorros; e outras conteúdos inerentes as atribuições do cargo e a execução das atividades que o mesmo exige.

#### ANEXO IV

#### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo 001/2014 da Prefeitura Municipal de TIMBÓ, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 - ( ) Vaga para portadores de Deficiência física.

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:  
a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte  
Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial  
Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.  
Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO V

#### REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ Inscrição nº \_\_\_\_\_ do Processo Seletivo - Edital 001/2014 da Prefeitura Municipal de Timbó, residente e domiciliado a Rua/Av. \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_.

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[ ] Não possuir renda

Sendo que:

- Declaro para os devidos fins que não sou detentor de cargo público;
- Declaro que não possuo outra fonte de renda.

[ ] Doador de Sangue

Nestes Termos firma a presente declaração e Pede Deferimento do requerimento

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014  
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

**ANEXO VI**  
**FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**  
**PROCESSO SELETIVO 001/2014- PM TIMBÓ**

Tipo de Recurso:	
<input type="checkbox"/> 1 – Contra indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório <input type="checkbox"/> 3 – Contra a classificação <input type="checkbox"/> 4 – Outro: _____	
Nome do Candidato:	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Local e data \_\_\_\_\_. \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

**ANEXO VII**  
**FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS**  
**(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)**

Nome: \_\_\_\_\_

Número da Inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo 001/2014 do Município de Timbó/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, com as respectivas cópias, devidamente acompanhadas dos originais. Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

	Títulos (concluídos)	Descrição (máximo 1 título)	PT	Descrição	Nº A/Hs	Pontuação (para uso da banca examinadora)
a	Certificado de pós-graduação	Doutorado	2,50			
		Mestrado	2,00			
		Especialização (mínimo 360 h/a)	1,50			
b.	Curso de Formação na área de atuação. Período de 2012, 2013 e 2014.	40 horas	0,50			
		120 horas	1,00			
Pontuação alcançada (a + b)						

Observação: Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuação dos títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**ATO 001/SEMED1/14 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO**

Ato 001/SEMED1/14

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE PROCESSO SELETIVO

O SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo seletivo, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

**1. Do cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR**

a) Fica incluído o conteúdo programático que passa a ter o seguinte teor:

**SECRETÁRIO ESCOLAR**

Importância da Secretaria Escolar e do Secretário, perfil e papel, princípios norteadores do trabalho dos profissionais da Secretaria, gestão da Secretaria escolar. Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial - documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas

comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, formas de tratamento. Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. Cronograma de atividades do serviço de secretaria. Serviço de pessoal, conceito, competência, atribuições. Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho, informação e operação.

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Timbó, 10 de Novembro de 2014.  
Secretário Municipal de Educação  
Sergi Frederico Mengarda

## **LEI Nº 2742, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014**

LEI Nº 2742, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Denomina via pública "Professor Valmor Fachini" e define seu gabarito.

DARCIZIO BONA, Prefeito de Timbó-SC, em exercício.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada via pública "Professor Valmor Fachini" a rua projetada C do Loteamento Borchardt, localizado na rua Tupiniquim, Bairro Araponguinhas, contendo uma faixa de terras com área de 2.037,47m² (dois mil e trinta e sete metros e quarenta e sete decímetros quadrados), iniciando no alinhamento ímpar da futura Rua "A", até intersecção formada com o lado ímpar da Rua Edmund Lindner, com as seguintes dimensões e confrontações: iniciando no ponto PP, localizado no início da curva de transição do lado ímpar da Rua "A" com o lado par da Rua "C", segue confrontando pela frente do imóvel, com o lado ímpar da Rua "A" em 30,00 metros até o ponto 1; deste segue pelo lado direito do imóvel, na curva de transição, defletindo à esquerda com o ângulo central de 90º00'00", confrontando com o lote nº 67 em 12,57 metros até o ponto 2; deste segue confrontando em 107,00 metros, sendo: em 12,00 metros com o lote nº 67, em 15,00 metros com o lote nº 69, em 15 metros com o lote nº 71, em 15,00 metros com o lote nº 73, em 15,00 metros com o lote nº 75, em 15,00 metros com o lote nº 77, em 13,00 metros com o lote nº 79 e em 7,00 metros com o lote nº 81, até o ponto 3; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 270º00'00", confrontando com o lote nº 81 em 3,00 metros, até o ponto 4; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90º00'00", confrontando em 20,00 metros, sendo: 5,00 metros com o lote nº 81 e em 15,00 metros com o lote nº 83, até o ponto 5; deste segue pelos fundos do imóvel, defletindo à direita com ângulo interno de 90º00'00", confrontando com imóvel matriculado sob nº 12.308, Livro 02, de propriedade de Reinoldo Wolinger em 20,00 metros, até o ponto 6; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90º00'00", confrontando em 20,00 metros, sendo: em 15,00 metros com o lote nº 66 e em 5,00 metros com o lote nº 64, até o ponto 7; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90º00'00" confrontando com o lote nº 64 em 3,00 metros, até o ponto 8; deste segue defletindo à esquerda com o ângulo interno de 270º00'00", confrontando em 107,00 metros, sendo: 7,00 metros com o lote nº 64, em 13,00 metros com o lote nº 62, em 15,00 metros com o lote nº 60, e em 15 metros com o lote nº 58, em 15,00 metros com o lote nº 56, em 15,00 metros com o lote nº 54, em 15,00 metros com o lote nº 52 e em 12,00 metros com o lote nº 50, até o ponto 9; deste segue pela curva de transição, defletindo à esquerda, com o ângulo central de 90º00'00", confrontando com o lote nº 50 em 12,57 metros até o ponto PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90º00'00", em relação ao centro do raio, início desta descrição; perfazendo o

perímetro um total de 335,14 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

## **AVISO CONCORRÊNCIA N.º 146 2014 PMT - IMPLANTAÇÃO ANEL VIÁRIO ETAPA I**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 146/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do Anel Viário Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, eixo pavimentação e qualificação de vias urbanas - 2ª etapa, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-transporte do Ministério das Cidades, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, conforme autorizado pelo Ministro das Cidades através da Portaria nº 111 de 5 de março de 2013 publicada no Diário Oficial da União. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min horas do dia 17 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 17 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 13/11/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

## **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 08 2014 FUMDEC - HORA MÁQUINA (MOTONIVELADORA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 08/2014 - FUMDEC

OBJETO: contratação de serviço de horas máquina (motoniveladora) com operador/motorista destinadas à limpeza e remoção de escombros e entulhos em valas e ruas do município de Timbó/SC, conforme Convênio SIAFI n.º 680143, termo de compromisso 0152/2014, realizado entre o Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó (repetição parcial Pregão Presencial n.º 07/2014 FUMDE com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 27 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 27 de novembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBÓ (SC), 11/11/2014

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil



**ERRATA AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2014 FCT - ESTRUTURAS PARA NATAL MAIS ENCANTADO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó informa que na publicação do extrato do Aviso de Pregão Presencial n.º 24 2014 FCT - ESTRUTURAS PARA NATAL MAIS ENCANTADO publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 12/11/2014, Edição nº. 1613, página 507, onde se lê "Aviso de Pregão Presencial n.º 28/2014 - FCT", leia-se "Aviso de Pregão Presencial n.º 24/2014 - FCT".

ROSE MERY DALCANALE  
Diretora de Administração  
Central de Licitações

**ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 24 2014 FCT - ESTRUTURAS PARA NATAL MAIS ENCANTADO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 FCT  
ERRATA

O Município de Timbó informa que no Edital publicado houve erro de digitação no valor de referência proposto ao Lote 09 constante do Anexo I. O valor total do Lote, bem como o valor da diária são os abaixo descritos:

LOTE 09 - LOCAÇÃO DE TENDA 10X10M  
TOTAL DO LOTE 09: R\$ 2.700,06

SUBITEM DO LOTE 09	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES	VALOR DA DIÁRIA (R\$)
01	22	DIÁRIA	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 02 (DUAS) TENDAS COM COBERTURA EM LONA ANTI-CHAMA NA COR BRANCA, LIMPAS E ISENTAS DE FRESTAS OU FUROS, TIPO PIRÂMIDE, COM CALHA, COM 100M², MEDINDO 10 METROS DE LARGURA POR 10 METROS DE PROFUNDIDADE, COM PÉ DIREITO (LATERAL) MÍNIMO DE 3,50 METROS DE ALTURA.	DIAS: DE 29 DE NOVEMBRO A 20 DE DEZEMBRO	122,73

JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente  
Fundação Cultural de Timbó

**Três Barras****PREFEITURA****PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 100/2014**

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 100/2014 - Edital Pregão nº. 70/2014. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 26 de novembro de 2014, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum, Etanol e Óleo Diesel) com abastecimento diretamente no Posto da Contratada" destinado ao abastecimento de veículos desta Prefeitura no retorno de viagens a cidade Florianópolis - SC.

Exigência: Possuir posto de abastecimento na Região de Florianópolis - SC.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 26 de novembro de 2014.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 10 de novembro de 2014.  
ELOI JOSE QUEGE  
PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS  
PREGOEIRO.

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO 73/2014 TP

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 73/2014

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, para prestação de serviços de Capacitação teórica e prática para a equipe de Fiscais e Agentes Fazendários, visando à melhoria da eficiência da Gestão Tributária do Município e todo o acompanhamento técnico para um período de 10 meses, com carga horária mínima de 200 h. A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 28 de Novembro de 2014 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço [www.trezetiliassc.gov.br](http://www.trezetiliassc.gov.br).

Treze Tílias (SC), 13 de Novembro de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### DECRETO 1554/2014

DECRETO Nº 1654/2014

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de Imóvel a ser incorporado para Habitação de Interesse Social e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, o seguinte lote com a respectiva matrícula:

- Lote Urbano nº 254, da Rua Aderbal, na sede da Linha São Pedro, situado no Município de Tunápolis, com área de 1.480 m² (um mil, quatrocentos e oitenta metros quadrados), Matrícula 14.176, constante do livro 2, ficha 1 - Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga;

Parágrafo Único: Todas as confrontações, delimitações e áreas estão estipuladas no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será utilizado para fins de incorporação para Habitação de Interesse Social do Município.

Art. 3º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 14 de novembro de 2014.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este decreto foi publicado  
na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

**DECRETO 1555/2014**

DECRETO Nº. 1.655/2014.

Desapropria o Lote Urbano nº 254, da Rua Aderbal, na sede da Linha São Pedro, com área de 1.480 m², a ser incorporado para Habitação de Interesse Social do Município e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas do art. 4º, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea "i" e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica desapropriado, por via amigável ou judicial, o Lote Urbano nº 254, com área de 1.480 m² (um mil, quatrocentos e oitenta metros quadrados), Matrícula 14.176, constante do livro 2, ficha 1 - Registro Geral, Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Itapiranga, Comarca de Itapiranga, de propriedade de Flávio Wagner e sua esposa Melita Hofmann Wagner, pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme Laudo de Avaliação pela comissão designada para este fim em apenso.

Parágrafo único: As medidas e delimitações do imóvel de que trata este artigo primeiro estão estabelecidos no memorial descritivo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para a efetivação da desapropriação, inclusive para o pagamento e Transferência do Imóvel.

Parágrafo único: No caso de pagamento amigável será celebrado Termo de pagamento e de Transferência do Imóvel.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 14 de novembro de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em controladoria Interna.

**Vidal Ramos****PREFEITURA****HOMOLOGAÇÕES**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 71/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 71/2014

PUBLICAÇÃO:25/08/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: VALCEMIR SCHMITT ME

OBJETO: MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE DUAS ESCOLAS UMA LOCALIZADA NA PRAÇA STOLTENBERG E OUTRA NA COMUNIDADE DE FARTURA MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

FORNECEDOR: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE DUAS ESCOLAS UMA LOCALIZADA NA PRAÇA STOLTENBERG E OUTRA NA COMUNIDADE DE FARTURA MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais)

LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 72/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 72/2014

PUBLICAÇÃO:01/09/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: ALUMINIOS VOLTOLINI

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA, ESCOLAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 85.920,00 (oitenta e cinco mil e novecentos e vinte reais)

LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 74/2014

PUBLICAÇÃO:10/09/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO COMBUSTÍVEL MANUTENÇÃO FROTA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 982.600,00 (novecentos e oitenta e dois mil e seiscentos reais.)

LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 75/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 75/2014

PUBLICAÇÃO:10/09/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO MACADAME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 979.600,00 (novecentos e setenta e nove mil e seiscentos reais.)

LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 77/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 77/2014

PUBLICAÇÃO:18/09/2014

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: PRE VALE PRE MOLDADOS DE CONCRETO LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA MANUTENÇÃO DO DMER

VALOR DA DESPESA: R\$ 187.834,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos e trinta e quatro reais.)

LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 79/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 79/2014  
PUBLICAÇÃO:08/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ARTCIDADE INDUSTRIA COMÉRCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA EPP  
OBJETO: LOCAÇÃO FIGURAS NATALINAS DECORAÇÃO AVENIDA 2014  
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 81/2014  
PUBLICAÇÃO:14/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: EDEMAR MARCELO PETRY E CIA LTDA ME  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ÔNIBUS MBY 1446  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 80/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 80/2014  
PUBLICAÇÃO:09/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 51.807,15 (cinquenta e um mil e oitocentos e sete reais e quinze centavos)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 80/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 80/2014  
PUBLICAÇÃO:09/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ODAIR BOING E CIA LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 94.705,80 (noventa e quatro mil setecentos e cinco reais e oitenta centavos)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 80/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 80/2014  
PUBLICAÇÃO:09/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.837,49 (trinta e um mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 76/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº. 76/2014  
PUBLICAÇÃO:11/09/14  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: INSTALADORA VIDALENSE LTDA-ME  
OBJETO: FECHAMENTO EM ALVENARIA GINÁSIO ESCOLA GERMANO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.176,20 (dois mil cento e setenta e seis reais e vinte centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 78/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº. 78/2014  
PUBLICAÇÃO:06/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: FECHAMENTO EM ALVENARIA GINÁSIO ESCOLA GERMANO MATERIAL E SERRALHERIA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 95.422,38 (noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 82/2014  
CONVITE Nº. 82/2014  
PUBLICAÇÃO:17/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP  
OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE BRAÇO E ILUMINAÇÃO NO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.329,59 (vinte e um mil e trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2014  
CONVITE Nº. 73/2014  
PUBLICAÇÃO:02/09/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: SARANDI ONIBUS LTDA  
OBJETO: ALIENAÇÃO DUAS KOMBIS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 21/2014  
PUBLICAÇÃO:06/10/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MALHAS AMANDA LTDA ME  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA PROJETOS SAÚDE  
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.950,00 (quinze mil e novecentos e cinquenta reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2014  
PUBLICAÇÃO:18/09/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AMBULÂNCIA UTI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.285,50 (dez mil e duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2014  
PUBLICAÇÃO:18/09/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ADVENTURE COM. E DIST. DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AMBULÂNCIA UTI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2014  
PUBLICAÇÃO:18/09/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ALFA MED. SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS AMBULÂNCIA UTI  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta

reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2014  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2014  
PUBLICAÇÃO:17/10/2014  
ENTIDADE: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ALUISIO NOVACK E CIA LTDA ME  
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS PARA TRATORES E MAQUINAS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATOS

CONTRATO Nº. 58/2014  
ASSINATURA: 01/10/14  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: INFO VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA  
CNPJ: 08.662.246/0001-30  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, TREINAMENTO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES- SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 59/2014  
ASSINATURA: 21/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DE MÃES NOSSA SENHORA DE LURDES  
CNPJ: 09.112.106/0001-51  
OBJETO: O PRESENTE COMODATO TEM POR OBJETO A CESSÃO DE UM PRÉDIO EDIFICADO SOBRE A COMUNIDADE DE SALSEIRO.  
VALOR DA DESPESA: CONTRATO DE COMODATO  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 60/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 76/2014  
ASSINATURA: 27/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: INSTALADORA VIDALENSE LTDA ME  
CNPJ: 18.295.224/0001-33  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA BEM COMO RELAÇÃO COMPLETA DO MATERIAL PARA INSTALAÇÃO GINÁSIO ESCOLA GERMANO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.176,20 (dois mil cento e setenta e seis reais e vinte centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 61/2014  
TOMADA DE PREÇO Nº 78/2014  
ASSINATURA: 27/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: NICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
CNPJ: 78.525.920/0001-10  
OBJETO: MÃO DE OBRA DE PEDREIRO CARPINTEIROS AUXILIARES, SERRALHERIA PARA FICHAMENTO GINÁSIO ESCOLA GERMANO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 95.422,38 (noventa e cinco mil quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 62/2014  
CONVITE Nº 82/2014  
ASSINATURA: 27/10/2014  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: SEMATEL SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP  
CNPJ: 83.547.794/0001-35  
OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.329,59 (vinte e um mil trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e nove centavos.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

### SAUDE

CONTRATO Nº. 05/2014  
ASSINATURA: 16/09/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA  
CNPJ: 09.151.415/0001-30  
OBJETO: ELABORAÇÃO DE EDITAL, PROVA E RESULTADOS E DE MAIS ATOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PÚBLICO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 06/2014  
ASSINATURA: 01/10/2014  
ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS  
FORNECEDOR: INFO VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA  
CNPJ: 08.662.246/0001-30  
OBJETO: SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais.)  
LAERCIO DA CRUZ - Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.333/14

DECRETO Nº 11.333/14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/2013 de 06 de dezembro de 2013.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
03 – Segurança Pública	
2.023 – Convênio Polícia Militar	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0154.000154 – Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	30.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2014, pelo recebimento do recurso vinculado do Convênio Multas de Trânsito - Polícia Militar

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 1393/14

PORTARIA nº 1393/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.812/14,

#### RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora LUANA BARAUNA, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2013 até 1º de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 1394/14

PORTARIA nº 1394/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.813/14,

#### RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora DAGMAR SCHULTZ, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 02 de dezembro de 2012 até 1º de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 1395/14

PORTARIA nº 1395/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.814/14,

#### RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora HELENA CAMANA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2013 até 04 de março de 2014.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1396/14**

PORTARIA nº 1396/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.815/14,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora DIRLETE IGNES VIECELLI PERETTI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2013 até 16 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1397/14**

PORTARIA nº 1397/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.816/14,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora LUCIA APARECIDA NESI BALENA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 15 de outubro de 2013 até 14 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 1398/14**

PORTARIA nº 1398/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.910/14,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de novembro de 2014 até 02 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor JOÃO LUIZ GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Operacional, referente ao período aquisitivo de 14 de outubro de 2013 até 13 de outubro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 10 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 073/14 - P. S. Nº 011/2009**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 073/14

PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 11/2009:

CONVOCADO	CARGO
1 – Vanderlei Vicenzi Maciel	Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 11 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3.167/14

LEI Nº 3.167/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 87.554,00 (oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	16.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.057 – Manutenção da Banda Municipal	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	13.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.061 – Manutenção do Observatório	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	58.554,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	87.554,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	6.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.057 – Manutenção da Banda Municipal	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	5.500,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.058 – Manutenção da Camerata	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	16.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.059 – Manutenção da CEVI	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	47.054,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.061 – Manutenção do Observatório	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	13.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	87.554,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### LEI Nº 3.168/14

LEI Nº 3.168/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 117.370,05 (cento e dezessete mil trezentos e setenta reais e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	42.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	6.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	44.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	3.870,05
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>117.370,05</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.023 – Aquisição de Sala Comercial para Farmácia Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.024 – Aquisição de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	40.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	38.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	3.870,05
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	6.800,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.700,00
4.4.71.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00

<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES</b>	<b>117.370,05</b>
----------------------------	-------------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### LEI Nº 3.169/14

LEI N.º 3.169/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Dá Denominação de Praça Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "Praça da Unidade Pe. José Mathias Wild", a praça localizada à Rua Campos Novos, esquina com as Ruas Padre Anchieta e Vitor Meirelles, em frente à Igreja Matriz de Videira.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### LEI Nº 3.170/14

LEI Nº 3.170/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE - COOPERVIL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 16.289/14:

I - Até 12 (doze) horas dos serviços de 01 (uma) patrola;

II - Até 12 (doze) horas dos serviços de 01 (um) rolo compressor;

III - Até 210m3 (duzentos e dez metros cúbicos) de macadame;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### LEI Nº 3.171/14

LEI Nº 3.171/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a INDÚSTRIA DE SUCOS ZAGO LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a Indústria de Sucos Zago LTDA, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 1.898/14:

I - Até 04 (quatro) horas dos serviços de 01 (uma) patrula;

II - Até 175m3 (cento e setenta e cinco metros cúbicos) de macadame;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### LEI Nº 3.172/14

LEI Nº 3.172/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 82.583,11 (oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e onze centavos), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas	2.583,11
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086– Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	80.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	82.583,11

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos vinculados ao FEAS/SC e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
1.026– Reforma do Prédio da Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	40.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas	2.031,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	82.031,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.335/14**

DECRETO Nº 11.335/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.167/14, de 12 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 87.554,00 (oitenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	16.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.057 – Manutenção da Banda Municipal	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	13.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.061 – Manutenção do Observatório	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	58.554,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	87.554,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.056 – Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	6.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.057 – Manutenção da Banda Municipal	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	5.500,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.058 – Manutenção da Camerata	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	16.000,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.059 – Manutenção da CEVI	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	47.054,00
11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.061 – Manutenção do Observatório	

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	13.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	87.554,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 11.336/14**

DECRETO Nº 11.336/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.168/14, de 12 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 117.370,05 (cento e dezessete mil trezentos e setenta reais e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	42.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	6.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	44.700,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	3.870,05
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	117.370,05

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.023 – Aquisição de Sala Comercial para Farmácia Básica	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.000,00



15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.024 – Aquisição de Terrenos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	40.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.025 – Aquisição de Veículos	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	38.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	3.870,05
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	6.800,00
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	1.700,00
4.4.71.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	5.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES</b>	<b>117.370,05</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.337/14

DECRETO Nº 11.337/14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.172/14, de 12 de novembro de 2014.  
DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 82.583,11 (oitenta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e onze centavos), no orçamento

vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas	2.583,11
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086– Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	80.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>82.583,11</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos vinculados ao FEAS/SC e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
1.026– Reforma do Prédio da Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	40.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084– Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0192.0 Aplicações Diretas	2.031,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	40.000,00
<b>TOTAL DAS ANULAÇÕES</b>	<b>82.031,00</b>

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de novembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**PORTARIA Nº 1371/14**

PORTARIA Nº 1371/14

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20725005.1.00088/97-3, nos assentos funcionais do servidor DARCI DE MORAIS, detentor da matrícula funcional nº 969, e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 18522/2014,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor DARCI DE MORAIS, detentora da matrícula nº 969 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20725005.1.00088/97-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**INPREVID****BALANCETE FINANCEIRO INPREVID 5º BIM DE 2014****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.143.392,48	Despesa Orçamentária	630.078,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	197.136,31	Despesas exceto Intra-orçamentárias	628.350,09
RECEITA PATRIMONIAL	1.566.899,31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.197,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	545.380,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	620.152,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	833.976,10	Despesas Intra-orçamentárias	1.727,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.727,94
Receita Extra - Orçamentária	759.914,71	Despesa Extra - Orçamentária	714.688,56
DEPÓSITOS	84.610,53	DEPÓSITOS	84.610,53
CONSIGNAÇÕES	84.610,53	CONSIGNAÇÕES	84.610,53
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.277,57	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.277,57
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	18.924,13	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	18.924,13
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	58.574,96	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	58.574,96
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	5.833,87	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	5.833,87
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	630.078,03	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	630.078,03
OBRIGAÇÕES A PAGAR	630.078,03	OBRIGAÇÕES A PAGAR	630.078,03
FORNECEDORES	9.945,70	FORNECEDORES	9.945,70
PESSOAL A PAGAR	8.104,29	PESSOAL A PAGAR	8.104,29
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.820,96	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.820,96
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	610.207,08	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	610.207,08
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	45.226,15		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	45.226,15		
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS P	45.226,15		
Saldos anteriores	114.225.652,56	Saldos atuais	116.784.193,16
Aplicações do RPPS	114.129.831,96	Aplicações do RPPS	116.719.083,63
BANCO C/ MOVIMENTO	95.820,60	BANCO C/ MOVIMENTO	65.109,53
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	118.128.959,75	Total	118.128.959,75

VIDEIRA, 13/11/2014

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA  
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5VILSO VANZ  
PRESIDENTE

**REO INPREVID 5º BIM 2014****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

5 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2014	Bimestre Set/Out/2014	Total até Out/2014
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.520.000,00	1.312.642,06	396.686,25	1.709.328,31
RECEITA PATRIMONIAL	8.750.000,00	9.392.602,87	2.145.929,95	11.538.532,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	31.383,63	545.381,26	576.764,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRI	10.650.000,00	5.762.418,71	1.671.980,34	7.434.399,05
TOTAL DA RECEITA :	22.000.000,00	16.499.047,27	4.759.977,80	21.259.025,07
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	22.000.000,00	4.621.711,85	1.275.027,79	5.896.739,64
Total da Entidade:	22.000.000,00	4.621.711,85	1.275.027,79	5.896.739,64
TOTAL DA DESPESA :	22.000.000,00	4.621.711,85	1.275.027,79	5.896.739,64

VIDEIRA, 13/11/2014

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA  
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ  
PRESIDENTE

**Vitor Meireles****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 040/2014**

Processo de Licitação 040/2014  
Modalidade: Pregão 014/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES  
Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 26 de Novembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 14 de Novembro de 2014.  
LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

**Xavantina****PREFEITURA****CC 02/2014 PMXV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC  
AVISO DE CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL Nº 02/2014 PMXV

Objeto: Obtenção de propostas para a venda de bem imóvel de propriedade do Município e considerado inservível e antieconômico. Tipo: Maior lance por Lote. Recebimento das propostas: até às 09:30 horas do dia 16/12/2014. Abertura: dia 16/12/2014, às 10:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 14 de novembro de 2014.  
MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

**DECRETO 097/2014**

DECRETO Nº 097/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.402, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.926,78 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0044 CR (126)	
R\$	6.926,78
TO TAL	6.926,78

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos do FEP (Fundo Especial do Petróleo) - 03.0044, no valor de R\$: 6.926,78 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.  
JOSE DAL BOSCO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 098/2014

DECRETO Nº 098/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.403, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 CR (123)	
R\$	6.856,80
TO TAL	6.856,80

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos - 03.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 800,00 (oitocentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0062 CR (124)	
R\$	800,00
TO TAL	800,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos - 01.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 099/2014

DECRETO Nº 099/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.404, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0066 CR (25)	
R\$	3.000,00
TO TAL	3.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos da vigilância em saúde - 01.0066, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0066 CR (25)	
R\$	4.000,00
TO TAL	4.000,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0066 CR (1)	
R\$	4.000,00
TO TAL	4.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero  
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 100/2014**

DECRETO Nº 100/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.405, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 60.626,00 (sessenta mil, seiscentos e vinte seis reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.1062 CR (121)	
R\$	60.626,00
TO TAL	60.626,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação por conta do convênio com o FNDE, através do PAR (Plano de Ações Articuladas), termo de compromisso PAR nº 201405925/2014, na fonte de recursos - 01.1062.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DECRETO 101/2014**

DECRETO Nº 101/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.407, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (13)	
R\$	40.000,00
TO TAL	40.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0018 - FUNDEB 60%, no valor total de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 CR (12)	
R\$	130.000,00
Projeto Atividade: 2.005 – Manter o Ensino Pré Escolar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (26)	
R\$	70.000,00
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (13)	
R\$	23.000,00
TO TAL	223.000,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (5)	
R\$	10.000,00
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.009 – Auxiliar no Ensino Especial	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0001 CR (35)	
R\$	5.000,00
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0019 CR (19)	
R\$	93.000,00
Projeto Atividade: 2.007 – Merenda Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 CR (22)	
R\$	57.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.024 – Manter as Atividades do Conselho Tutelar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (48)	
R\$	8.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	



Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (62)	
R\$	50.000,00
TO TAL	223.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 102/2014

DECRETO Nº 102/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1152 CR (127)	
R\$	27.000,00
TO TAL	27.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Estado - Proteção Social Básica - 01.1152, no valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO 103/2014

DECRETO Nº 103/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.409, de 11 de Novembro de 2014. DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1224 CR (128)	
R\$	69.475,20
TO TAL	69.475,20

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio da Defesa Civil - União - 01.1224, no valor total de até R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI COMPLEMENTAR Nº 064/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 064, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI C O M P L E M E N T A R:

Art. 1º O anexo I da Lei Complementar nº 016, de 16 de dezembro de 2003, passam a vigorar, respectivamente, com a nova redação do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

#### ANEXO I

#### LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS PELO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusiva- mente para profissio- nais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econô- mico – em percentual (%)
1 – Serviços de informática e congêneres		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas	12,00	5
1.02 – Programação	12,00	5
1.03 – Processamento de dados e congêneres	-	5
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos	-	5
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	-	5
1.06 – Assessoria e consultoria em informática	12,00	5
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, treinamento, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	12,00	5
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	12,00	5
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	12,00	5
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres		
3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusiva- mente para profissio- nais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econô- mico – em percentual (%)
3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	-	2
3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	-	5
3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	-	2
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres		
4.01 – Medicina e biomedicina	10,00	3
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	10,00	3
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	-	2
4.04 – Instrumentação cirúrgica	5,00	3
4.05 – Acupuntura	3,00	3
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	5,00	3
4.07 – Serviços farmacêuticos	10,00	3
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga	5,00	3
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	5,00	3
4.10 – Nutrição	10,00	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
4.11 – Obstetrícia	5,00	3
4.12 – Odontologia	10,00	3
4.13 – Ortopédia	10,00	3
4.14 – Próteses sob encomenda	5,00	3
4.15 – Psicanálise	10,00	3
4.16 – Psicologia	10,00	3
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	-	3
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	10,00	2
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	-	4
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	-	3
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	-	5
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	-	3
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	-	3
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia	8,00	3
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	-	3
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária	-	3
5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	7,50	2

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	-	4
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	7,50	3
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	-	3
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	18,00	5
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	-	5
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	3,00	3
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	3,00	3
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	7,00	3
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	7,00	5
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres	-	5
7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres		
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	8,00	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	-	3
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	-	3
7.04 – Demolição	-	3
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	-	3
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	3,80	3
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	4,00	3
7.08 – Calafetação	4,00	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	3,00	2
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	3,00	2
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3,00	2
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	-	3
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	4,00	3
7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	-	3
7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	-	3
7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	-	3
7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	5,00	3
7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	12,00	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	-	3
7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	-	5
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza		
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	3,00	3
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	3,00	3
9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	-	3
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	6,00	3
9.03 – Guias de turismo	6,00	3
10 – Serviços de intermediação e congêneres		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	14,00	5
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	14,00	5
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	14,00	5
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	13,50	5
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	12,00	3
10.06 – Agenciamento marítimo	-	5
10.07 – Agenciamento de notícias	-	5
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	8,50	5
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	7,50	5
10.10 – Distribuição de bens de terceiros	7,50	5
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	6,00	3
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas	-	5
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	-	5
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres		
12.01 – Espetáculos teatrais	-	5
12.02 – Exibições cinematográficas	-	5
12.03 – Espetáculos circenses	-	5
12.04 – Programas de auditório	-	5
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	-	5
12.06 – Boates, taxidancing e congêneres	-	5
12.07 – Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	-	5
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres	-	5
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	-	5
12.10 – Corridas e competições de animais	-	5
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	-	5
12.12 – Execução de música	3,50	5
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	-	5
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	5,00	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	-	5
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	-	5
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	5,00	3
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01 –		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	4,50	5
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	4,00	3
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização	7,50	5
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia	7,50	5
14 – Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	-	2
14.02 – Assistência técnica	-	3
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	-	3



SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus	-	3
14.05 – Restauração, condicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	6,00	3
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	-	3
14.07 – Colocação de molduras e congêneres	-	3
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	-	3
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	4,50	3
14.10 – Tinturaria e lavanderia	-	5
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	-	5
14.12 – Funilaria e lanternagem	-	3
14.13 – Carpintaria e serralheria	4,50	3
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	-	5
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	-	5
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	-	5
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	-	5
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, Internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	-	5
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins	-	5
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	-	5
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	-	5
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	-	5
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	-	5
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	-	5
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	-	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	-	5
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	-	5
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	-	5
16 – Serviços de transporte de natureza municipal		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal	-	2
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	8,00	4
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres	8,00	4

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	8,00	4
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	8,00	4
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	4,00	4
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	-	3
17.07 – Franquia (franchising)	-	4
17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	8,00	4
17.9 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	-	4
17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	-	4
17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	8,00	5
17.12 – Leilão e congêneres	6,00	5
17.13 – Advocacia	10,00	4
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	6,00	3
17.16 – Auditoria	7,00	5
17.17 – Análise de Organização e Métodos	7,00	5
17.18 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza	7,00	5
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	7,00	4

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira	8,00	4
17.21 – Estatística	-	5
17.22 – Cobrança em geral	7,50	5
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	-	5
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3,00	3
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres		
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de Seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	7,50	3
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	3,50	5

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários		
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	-	5
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	-	5
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	-	2
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais		
21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	-	2
22 – Serviços de exploração de rodovia		

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	-	5
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	8,00	5
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3,00	5
25 – Serviços funerários		
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	-	3
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	-	5
25.03 – Planos ou convênio funerários	-	5
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	-	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres		
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	-	3
27 – Serviços de assistência social		
27.01 – Serviços de assistência social	8,00	3
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	8,00	3
29 – Serviços de biblioteconomia		
29.01 – Serviços de biblioteconomia	6,00	3
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química	6,00	3
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres		
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	6,00	3
32 – Serviços de desenhos técnicos		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos	8,00	3
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	7,50	3

SERVIÇOS	Valor Fiscal em UFRM ao mês – exclusivamente para profissionais autônomos	Alíquota aplicada sobre o Movimento Econômico – em percentual (%)
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3,00	5
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	6,00	3
36 – Serviços de meteorologia		
36.01 – Serviços de meteorologia	-	5
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3,00	3
38 – Serviços de museologia		
38.01 – Serviços de museologia	-	5
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	-	5
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda		
40.01 - Obras de arte sob encomenda	3,00	5

**LEI 1402**

LEI Nº 1402, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.926,78 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos), na(s)

seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0044 CR (126)	
R\$	6.926,78
TO TAL	6.926,78

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos do FEP (Fundo Especial do Petróleo) - 03.0044, no valor de R\$: 6.926,78 (seis mil novecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1403**

LEI Nº 1403, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 CR (123)	
R\$	6.856,80
TO TAL	6.856,80

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos - 03.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 6.856,80 (seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 800,00 (oitocentos



reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0062 CR (124)	
R\$	800,00
TO TAL	800,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos - 01.0062, outros recursos do FNDE, no valor de até R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1404

LEI Nº 1404, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0066 CR (25)	
R\$	3.000,00
TO TAL	3.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos da vigilância em saúde - 01.0066, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	

Projeto Atividade: 2.023 – Auxiliar na vigilância em Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0066 CR (25)	
R\$	4.000,00
TO TAL	4.000,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0066 CR (1)	
R\$	4.000,00
TO TAL	4.000,00

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1405

LEI Nº 1405, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 60.626,00 (sessenta mil, seiscentos e vinte seis reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.1062 CR (121)	
R\$	60.626,00
TO TAL	60.626,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação por conta do convênio com o FNDE, através do PAR (Plano de Ações Articuladas), termo de compromisso PAR nº 201405925/2014, na fonte de recursos - 01.1062.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1406

LEI Nº 1406, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º O bem imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal a seguir relacionado, fica desafetado de suas destinações iniciais, declarado inservível e o Poder Executivo Municipal autorizado a aliená-lo no estado de conservação em que se encontra:

ITEM	QUANTIDADE	NÚMERO DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO DO BEM IMÓVEL
01	01	1930	Parte do lote rural de terras de culturas nº 04 (quatro) do reservado São José, da Colônia Rio Branco, com a área de 80.987,98m². (oitenta mil, noventa e oito metros quadrados), sem benfeitorias, sito na Linha Tiradentes, no Município de Xavantina - SC, registrado no cartório de imóveis da comarca de Seara-SC, no livro 2 'BH', matrícula 17.692, folha 292.

§ 1º A alienação foi precedida de avaliação, por Comissão constituída pelo Poder Executivo, com fim específico, conforme previsto no artigo 17 da Lei 8.666/93.

§ 2º O bem relacionado será alienado pela modalidade de concorrência, atendendo-se ao disposto no art. 21 da Lei 8.666/93.

Art. 2º A receita proveniente da alienação será devidamente contabilizada na Prefeitura Municipal e aplicada na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

### LEI 1407

LEI Nº 1407, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (13)	
R\$	40.000,00
TO TAL	40.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 01.0018 - FUNDEB 60%, no valor total de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 CR (12)	
R\$	130.000,00
Projeto Atividade: 2.005 – Manter o Ensino Pré Escolar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (26)	
R\$	70.000,00
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0018 CR (13)	
R\$	23.000,00
TO TAL	223.000,00

Art. 4º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da Administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (5)	
R\$	10.000,00
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.009 – Auxiliar no Ensino Especial	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0001 CR (35)	
R\$	5.000,00
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0019 CR (19)	
R\$	93.000,00
Projeto Atividade: 2.007 – Merenda Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 CR (22)	
R\$	57.000,00
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.024 – Manter as Atividades do Conselho Tutelar	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (48)	
R\$	8.000,00
Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 2.015 – Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 CR (62)	
R\$	50.000,00
TO TAL	223.000,00

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1408

LEI Nº 1408, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.018 – Proteção Social Básica - CRAS	

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1152 CR (127)	
R\$	27.000,00
TO TAL	27.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, Estado - Proteção Social Básica - 01.1152, no valor de até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1409

LEI Nº 1409, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.03 – Departamento dos Transportes	
Projeto Atividade: 2.019 – Manter as Atividades do DMER	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.1224 CR (128)	
R\$	69.475,20
TO TAL	69.475,20

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio da Defesa Civil - União - 01.1224, no valor total de até R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 11 de Novembro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA 155/2014**

PORTARIA Nº 155/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. ADEMIR BABINSKI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 19/12/2012 à 18/12/2013, a contar do período de 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 03 de Novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**PORTARIA 156/2014**

PORTARIA Nº 156/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. CLÓVIS ANTONIO TELO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Mecânico, referente ao período aquisitivo de 03/02/2012 à 02/02/2013, a contar do período de 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 03 de Novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

**DL 03/2014 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2014 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Andre Ricardo Broglio, Assessor Jurídico deste Município, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do caput do artigo 24 da lei federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a contratação de empresa em regime de urgência para fornecimento de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica e retroescavadeira para recuperação de estradas do município de Xavantina/SC, em favor da seguinte empresa: XAVANTINA MADEIRAS LTDA ME, no valor de R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Xavantina/SC, em 13 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 113/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: XAVANTINA MADEIRAS LTDA ME.

Contrato nº: 113/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE URGÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM ESCAFADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAFADEIRA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 13/11/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 69.475,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).



# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 449

DECRETO 449/2014

Demite Servidor Público Municipal e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, conforme inciso VI, do art. 66 e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei 1.719/94;

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar, conforme Portaria 940/2014;

Considerando a observância pela Comissão Processante, do devido processo legal, através do contraditório e da ampla defesa;

Considerando as provas colhidas na instrução do Processo Administrativo Disciplinar, sob as quais constataram-se faltas funcionais do Servidor Público Municipal, Sr. Paulo Adriano Alves Pereira;

Considerando que, acolhe-se o Parecer da Comissão Processante, a qual opinou pela penalidade de demissão do Servidor, consoante o disposto no arts. 163, III c/c 168, I, V, IX, XI e XIV, da Lei 1.729/94 c/c art. 10, XI e XIV e art. 11, 'caput' e incisos II e V da Lei 8.429/92 c/c art. 37 'caput', I, II, §2º e art. 41, § 1º, da Constituição Federal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Está demitido, a partir da presente data, o Servidor Público Municipal PAULO ADRIANO ALVES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 029.927.349-00, ocupante do cargo Motorista de Transporte Escolar/Desportivo, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Art. 2º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos, para que proceda o cálculo e respectivo pagamento das verbas rescisórias, na forma da lei;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 11 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA 1337

PORTARIA Nº 1337/2014.

Prorroga prazo dos Processos Administrativos Disciplinares, Portarias nº 787/2014 e 785/2014, 1080/2014, 848/2014, 945/2014 e 960/2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando o excesso de trabalho encontrado pelos membros da Comissão que não conseguem reunir-se com frequência, haja vista os afazeres do cotidianos inerente a cada membro da comissão;

Considerando que, a prorrogação do prazo não implica em prejuízo a defesa dos servidores;

Considerando que, eventual tomada de decisão as presas, pura e simplesmente para cumprir-se o prazo estipulado poderia acarretar em prejuízo aos servidores, deixando de analisar de modo esmiuçado as provas produzidas;

Considerando que, o acúmulo de trabalho da comissão processante, que jamais na história do Executivo contou com tantos PAD em andamento, de forma concomitante;

Considerando que, tendo em vista o volume de tarefas que acaba fazendo com que não seja possível cumprir os prazos estabelecidos, situação idêntica ao que ocorre junto ao poder judiciário;

Considerando que os Processos Administrativos Disciplinares não poderão ser concluídos no prazo assinalado inicialmente, tendo em vista diligências que se fizeram necessárias durante o andamento processual; e

Considerando o excesso de trabalho verificado no Órgão de assessoramento à Comissão, qual seja, a Procuradoria-Geral do Município.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo dos Processos Administrativos Disciplinares, Portaria nº 787/2014, que é movido em relação à Servidora M. S.; Portaria nº 785/2014, movido em relação à Servidora N. B.; Portaria nº 1080/2014, que é movido em relação ao Servidor J. M.; Portaria nº 848/2014, que é movido em relação à Servidora K. M.; Portaria nº 945/2014, que é movido em relação à Servidora C. G. M e ao Servidor E. M. C; e Portaria 960, que é movido em relação à Servidora A. P. M; todos pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, para conclusão do Procedimento, da seguinte forma:

I - Portaria nº 787/2014, com vigência a partir do dia 06 de novembro de 2014;

II - Portaria nº 785/2014, com vigência a partir do dia 06 de novembro de 2014;

III - Portaria nº 1080/2014, com vigência a partir do dia 22 de novembro de 2014;

IV - Portaria nº 848/2014, com vigência a partir do dia 25 de novembro de 2014;

V - Portaria nº 945/2014, com vigência a partir do dia 29 de novembro de 2014;

VI - Portaria nº 960/2014, com vigência a partir do dia 02 de dezembro de 2014;

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de novembro de 2014, em relação às portarias 787/2014 e 785/2014;

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás  
Secretário Administrativo

**DECRETO 445**

DECRETO Nº 445/2014.

DISPÕE SOBRE O CAUCIONAMENTO DE LOTES EM PARCELAMENTOS DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o disposto no art. 45 da Lei 694/1981, no que tange ao processo de parcelamento do solo, ser regulamentada via decreto;

Considerando que, não há previsão legal quanto ao caucionamento de lotes, in casu, garantia em favor da municipalidade no caso de não cumprimento das condições assumidas quanto à infraestrutura dos imóveis;

Considerando que, não é todo empreendedor que possui substancial capital para custear máquinas para realizar a terraplanagem, calçamento/asfalto, tubulação, rede de energia elétrica e todas as outras exigências quanto à parcelamentos do solo;

Considerando que, parte dos parcelamentos do solo são de pequeno à médio porte e muitas vezes, familiares; e,

Considerando que o caucionamento, obstará muitas vezes a prática do crime previsto na Lei 6.766/79, em seu artigo 50, no qual dispõe como crime, a venda de lotes não registrados; proporcionando inclusive, que particulares possam desde já, garantir não com um contrato de gaveta, mas com a devida escritura pública, a tradição do imóvel;

**DECRETA**

Art. 1º. A título de garantia real de execução das obras previstas, parte do parcelamento do solo, contendo no mínimo 30% (trinta por cento) da soma das áreas dos lotes gerados, será objeto de única, primeira e especial hipoteca em favor do Município.

I- A área a ser hipotecada ao Município deverá estar livre e desembaraçada de qualquer gravame que impeça o livre exercício dos direitos decorrentes da hipoteca, e não poderá ser posteriormente gravada por qualquer ônus ou hipoteca, mesmo legal;

II - Atendidas as demais condições estabelecidas neste, o Município expedirá o alvará à execução das obras e fornecerá os documentos necessários para a inscrição do parcelamento do solo no Registro de Imóveis, com a averbação da hipoteca das áreas por elas atingidas;

III - Certificada a conclusão, pelos técnicos da Secretaria competente, das obras e dos serviços previstos no projeto aprovado, será expedido o documento hábil para liberação da hipoteca;

IV - A critério do Município, a hipoteca poderá ser objeto de liberação parcial a qualquer momento, em função do adiantamento das obras previstas, desde que proporcionalmente destinada a elas;

V - O Município poderá promover a execução das obras não concluídas, cabendo-lhe o direito de rever o projeto, caso em que será providenciada a incorporação no contrato de hipoteca para fins de ressarcimento de todas as despesas geradas pelo parcelamento do solo, às quais será somada, a título de multa, importância equivalente a 30% (trinta por cento) do total despendido.

VI - Após ser subscrito o termo de compromisso para a execução da infraestrutura, o Empreendedor encaminhará quais os lotes que dará em caução;

§ 1º. Em sendo os lotes aceitos, o município editará decreto relacionando quais serão caucionados em favor da municipalidade, onde deverá constar do mesmo, assinatura com firma reconhecida do proprietário, concordando expressamente com a caução.

§ 2º. Em não sendo aceitos os lotes ofertados, caberá ao município selecioná-los.

Art. 2º. Não serão aceitas outras formas de garantia real, a não ser em relação aos imóveis pertencentes ao parcelamento do solo em específico.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 04 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás

Secretário de Administração

**AVISO DE PREGÃO 101 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 101/2014 - SRP

PROCESSO LICITATÓRIO N. 204/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 101/2014, até às 08h45min do dia 27 de novembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para futura contratação de empresa especializada em prestação de serviços de sondagem a percussão de solo, (SPT) em áreas de construção civil em diversas localidades do Município de Xaxim, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Lei 147/2014, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 13 de novembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal



## Associações

### FECAM

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014 - CEGMC-SC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2014 - (COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE CONVÊNIOS DE SANTA CATARINA/CEGMC-SC).

O presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Convênios, Roberto Albertino de Souza, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 20 de novembro de 2014.

Hora: 13h30 às 17h30.

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis  
Rua: Cândido Ramos nº 250, Capoeiras - Florianópolis/SC.

Ordem do dia:

1. Assinatura do Termo de Cooperação entre FECAM e Secretaria de Estado da Fazenda;
2. Definir o plano de trabalho que será realizado em parceria com a SEF;
3. Organização do Debate referente ao OBTV, entre o CEGMC e técnicos das cinco GIGOV's.
4. Organizar o calendário para realização do Fórum Estadual de GMC'S;
5. Levantamento de demandas para capacitações do governo federal e estadual; e
6. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 13 de novembro de 2014.

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA

Presidente do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Convênios - CEGMC- SC

## Consórcios

### CIS-AMAVI

#### **EDITAL PREGÃO Nº 001/2014**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ/SC - CIS-AMAVI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014 - PREGÃO Nº 001/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, no Estado de Santa Catarina, Torna Público que fará realizar licitação do tipo menor preço por item, no sistema registro de preços na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET através do sistema "CIDADE COMPRAS", para aquisição de MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 23:59 horas do dia 30 de novembro de 2014. ABERTURA E DIVULGAÇÃO DE PROPOSTAS: 09:00 horas do dia 01 de dezembro de 2014. INÍCIO DA SESSÃO/DISPUTA DE LANCES: Após análise das propostas. O Edital Completo encontra-se à disposição dos interessados na sede do Consórcio à Rua XV de Novembro 737, Bairro Laranjeiras, na cidade de Rio do Sul, no horário compreendido entre 8:00h e 12:00h e 14:00h e 17:00h, através da internet, no link: <http://www.amavi.org.br/cisamavi> ou através do telefone (47) 3531-4242.

Rio do Sul (SC) 12 de novembro de 2014.

JOSÉ CONSTANCE

Presidente do CIS-AMAVI